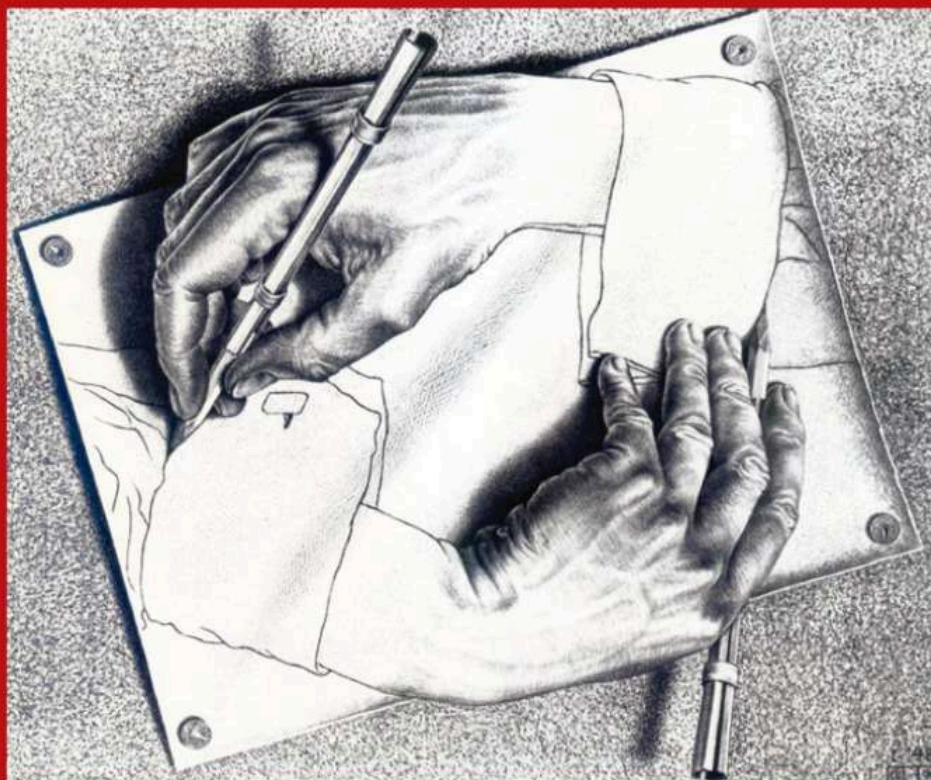


ABEPSS **temporalis**

Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
Brasília (DF) - ANO 26 - N. 51 - JAN./JUN. 2026 - SEMESTRAL

O Método do materialismo histórico e dialético e sua centralidade no projeto ético-político do Serviço Social brasileiro



ISSN 2238-1856 Versão online



Temporalis, Brasília (DF), ano 26, n. 51, jan./jun. 2026.

ABEPSS **temporalis**

Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

Brasília (DF) – Ano 26 – n. 51 – jan./jun. 2026 – Semestral

O Método do materialismo histórico e dialético e sua centralidade no projeto ético-político do Serviço Social brasileiro

ISSN2238-1856 Versão online

Brasília (DF)
Brasil
Abril de 2026



Temporalis é uma publicação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) que objetiva divulgar o debate sobre a formação profissional e a produção de conhecimento em Serviço Social nas suas interfaces com outras áreas de conhecimento. Os artigos publicados nesta Revista são de inteira responsabilidade dos seus autores.

DIRETORIA NACIONAL DA ABEPSS

Presidente: Joana Valente Santana (UFPA)

Secretária: Vera Lúcia Batista Gomes (UFPA)

Tesoureira: Solange Maria Gayoso da Costa (UFPA)

Coordenadora Nacional de Graduação: Zaira Sabry Azar (UFMA)

Coordenadora Nacional de Pós-Graduação: Inez Terezinha Stampa (PUC-Rio)

Coordenadora de Relações Internacionais: Sandra de Faria (PUC-GOÍÁS)

Docente Suplente da Diretoria Nacional: Débora Rodrigues Santos (UFRB)

Docente Suplente da Diretoria Nacional: Cristiana Costa Lima (UFMA)

Representante Discente Nacional de Graduação: Katiane de Jesus Souza (UFPA)

Representante Discente Nacional de Graduação: Arthur Beserra Moraes (UNIRIO)

Representante Discente Nacional de Pós-Graduação: Leonardo Costa Miranda (UFPA)

Representante Discente Nacional de Pós-Graduação: Dafne Dias Lages Monteiro (UFPI)

Vice-Presidente Norte: Patrício Azevedo Ribeiro (UFAM)

Vice-Presidente Nordeste: Vera Núbia Santos (UFS)

Vice-Presidente Centro-Oeste: George Francisco Ceolin (UFG)

Vice-Presidente Leste: Ariane Rego de Paiva (PUC-Rio)

Vice-Presidente Sul I: Laís Duarte Corrêa (UFSC)

Vice-Presidente Sul II: Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz (UNIFESP)

EDITORA RESPONSÁVEL

Maria Aparecida Milanez Cavalcante (UFPI)

COMITE EDITORIAL

Ana Lole (PUC-Rio)

Camila Potyara Pereira (UnB)

Loiva Mara de Oliveira Machado (UFRGS)

Maria Aparecida Milanez Cavalcante (UFPI)

Raquel Raichelis (PUCSP, Brasil)

Regina Miotto (UFSC, Brasil)

Ricardo Antunes (UNICAMP, Brasil)

Roberto Leher (UFRJ, Brasil)

Rosângela Batistoni (UFJF, Brasil)

Sérgio Lessa (UFAL, Brasil)

Iain Ferguson (Inglaterra)

Virgínia Fontes (UFF, Brasil)

Yolanda Guerra (UFRJ, Brasil)

CONSELHO EDITORIAL

Alcina Maria de Castro Martins (ISMT, Portugal)

Ana Elizabete Mota (UFPE, Brasil)

Carlos Eduardo Montañó Barreto (UFRJ, Brasil)

Elaine Rossetti Behring (UERJ, Brasil)

Georgina Alejandrina Pinto Sotero (UNAP, Peru)

Ivanete Boschetti (UnB, Brasil)

Ivete Simionato (UFSC, Brasil)

José Paulo Netto (UFRJ, Brasil)

Josefa Batista (UFMA, Brasil)

Lorena Molina (Costa Rica)

Maria Augusta Tavares (UFJF, Brasil)

Maria Carmelita Yazbek (PUCSP, Brasil)

Maria Emília Freitas Ferreira (Portugal)

Maria Inês Souza Bravo (UERJ, Brasil)

Margarita Rozas (Argentina)

Marilda Iamamoto (UERJ, Brasil)

Marina Maciel (UFMA, Brasil)

ASSESSORIA EM OJS

Adriano Moreno - Técnico em Informática

EQUIPE TÉCNICA

Assistência Editorial: Márcio dos Santos Siqueira

Normalização de referências bibliográficas: Heloísa Costa

Revisão de Português: Heloísa Costa

Suporte técnico operacional: Adriano Moreno

Imagem/Capa: Mãos Desenhando - litografia de 1948 do artista holandês Maurits Cornelis Escher (1898-1972).

Diagramação: Nova Pauta Comunicação

ABEPSS

Endereço para correspondência: Universidade de Brasília – ICC/Sul, Subsolo BSS-099, Sala: BSS-103/57 – CEP: 70910-900, Brasília (DF), Brasil. E-mail: revistatemporalisabepss@gmail.com
CNPJ nº: 77.156.537/0001-70

Pareceristas da edição n. 51 (2026)

Adrianyce A. Silva de Sousa (UFF)
Ana Cristina Oliveira de Oliveira (UFF)
Ana Lúcia Suárez Maciel (PUCRS)
Anabelle Carrilho da Costa (UnB)
Andréa Ledig de Carvalho Pereira (Univassouras)
Andréa Pires Rocha (UEL)
Andreza Telles dos Santos Ferreira (UnB)
Antonio Soares Rocha Neto (UFPI)
Ariadne Aparecida Rodrigues de Araújo (PUC-Rio)
Áurea Cristina Santos Dias (UFF)
César André Luiz Beras (FURG)
Cézar Henrique Miranda Coelho Maranhão (UFRJ)
Cidoval Morais de Sousa (UEPB)
Claudia de Oliveira Vicente Santos (PUC-Rio)
Cristiana Costa Lima (UFMA)
Cristiane Luiza Sabino de Souza (UFSC)
Daniela Ribeiro Castilho (UFPA)
Diego Tabosa da Silva (UNIFESP)
Dreyf Assis Gonçalves (UNESP)
Edineia Figueira dos Anjos Oliveira (UFPI)
Erlênia Sobral do Vale (UECE)
Fernandes Orlando Zitha (UnB)
Fernando Dillenburg (UFRGS)
Giselle Pinto da Silva (UFF)
Hayeska Costa Barroso (UnB)
Helder Boska de Moraes Sarmento (UFSC)
Jamerson Murillo Anunciação de Souza (UFPB)
Jane Cruz Prates (PUCRS)
Jéssica dos Santos Costa (PUC-Rio)
Jodeylson Islony Lima Sobrinho (UFS)
Josefa Batista Lopes (UFMA)
Josiane Soares Santos (UFRN)
Juliana Garcia Peres Murad (USP)
Karen Santana de Almeida Vieira (UnB)
Karin Alves do Amaral Escobar (UniFoa)
Larissa Costa Murad (UFRRJ)
Leonardo Ortegá (UNB)
Lilíam dos Reis Souza Santos (UnB)
Luís Henrique Belém de Oliveira (UnB)
Marcelo Braz Moraes dos Reis (UFRN)
Marco José de Oliveira Duarte (UFJF)
Maria Elaene Rodrigues Alves (UnB)
Maria Lúcia Teixeira Garcia (UFES)
Maria Luciene da Silva Araújo (UERN)
Mariana Brito Horta Nogueira (PUC-Rio)
Patrício Azevedo Ribeiro (UFAM/Parintins)
Priscila Fernanda Gonçalves Cardoso (UNIFESP/BS)
Raí Vieira Soares (UnB)
Renato Francisco dos Santos Paula (UFG)
Rita de Cássia Santos Freitas (UFF)
Rodrigo José Teixeira (UFRJ)
Rosicler Lemos da Silva (Unesp)
Sayonara Genilda de Sousa Lima (UFPI)
Selma Maria Silva de Oliveira Brandão (UFMA)
Sofia Laurentino Barbosa Pereira (UFPI)
Tales Willyan Fornazier Moreira (Unifesp/BS)
Teresa Cristina Moura Costa (UFPI)
Vanda Michele Burginski (UFMT)
Vera Lúcia Batista Gomes (UFPA)
Vicente Arruda Câmara Rodrigues (UFRJ)
Vinícius Paulino (UFPE)
Yolanda Guerra (UFRJ)

DOI 10.22422/temporalis.2026v26n51p1-8

APOIO



Catálogo na Fonte

Temporalis : Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) / Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. – ano 1, n. 1 (jul./dez. 2000)- . – Brasília (DF): ABEPSS, 2000.

ano 26, n. 51 (jan./jun. 2026). Semestral.

Resumo em português e inglês.

Disponível no Portal de Periódicos da Ufes:<http://periodicos.ufes.br/?journal=temporalis&page=index>.

Tema deste fascículo: Serviço Social na América Latina: história, projetos e direção ético-política

Versão online: ISSN 2238-1856

1. Serviço Social – Periódico. 2. Serviço Social – Diretrizes curriculares. I. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

CDU 364.01

CDD 361.01

Diretórios e indexadores:





SUMÁRIO

TABLE OF CONTENTS

EDITORIAL/EDITORIAL.....9 - 20

SEÇÃO TEMÁTICA/THEMATIC SESSION

Gramsci, filosofia da práxis e a reconstrução (criativa) do materialismo histórico | Gramsci, the philosophy of praxis and the (creative) reconstruction of historical materialism21 - 35

Mirele Hashimoto Siqueira, Ivete Simionatto

Trabalho, ontologia e método: fundamentos do projeto ético-político do Serviço Social | Work, ontology and method: foundations of the ethical-political project of the Social Service36 - 51

Tainá Rocha dos Santos

A problemática dos marxismos e sua incorporação pelo Serviço Social brasileiro | The problem of Marxism and its incorporation by the Brazilian Social Service52 - 68

Silmai Lazaro Neves Dutra

Serviço Social, pluralismo e o método do materialismo histórico-dialético: um diálogo possível? | Social Service, pluralism and the method of historical-dialectical materialism: a possible dialogue?69 - 85

Mariane Raquel Oliveira da Fonseca, Davi Cartaxo Rodrigues, Ana Carolina Silva de Azevedo

Os fundamentos teórico-metodológicos marxianos e a crítica ao pensamento pós-moderno | The Marxist theoretical and methodological foundations and criticism of post-modern thinking86 - 101

Lorena Ferreira Portes

Método dialético e sistematização: mediações na formação e no trabalho profissional Dialectical method and systematization: mediations in professional training and work	102 - 117
Kelen A. S. Bernardo, Luciane F. Zorzetti Maroneze	
A formação pós-graduada em Serviço Social e o método em Marx: análise das tendências temáticas de disciplinas Postgraduate training in Social Work and the method in Marx: analysis of thematic trends of disciplines	118 - 137
Leonardo Costa Miranda, Dafne Dias Lages Monteiro	
Formação profissional e método crítico: a experiência da UFPA-Breves no Marajó Professional training and critical method: the experience of UFPA-Breves in Marajó	138 - 151
Francielma Lopes Nogueira, Christiane Pimentel e Silva	
Materialismo histórico-dialético e desfetichização da realidade Historical-dialectical materialism and de-fetichization of reality.....	152 - 167
Lorraine Marie Farias de Araujo	
Fio de Ariadne: o método marxiano na construção do Código de Ética Ariadne's thread: the Marxian method in the construction of the Code of Ethics	168 - 185
Gabriel Martins, Douglas Capiotti	
A gênese do pensamento marxiano (1843-1846): classe, materialismo e revolução The genesis of Marxian thought (1843-1846): class, materialism and revolution.....	186 - 202
Renato de Brito Gomes	
Marx, Estado e a tendência de queda na taxa de lucro Marx, the state and the downward trend in the rate of profit	203 - 216
Albani de Barros	

Há método em Marx? Breves considerações sobre os equívocos em torno de sua cientificidade | Is there a method in Marx? Brief considerations about the misconceptions surrounding his scientificity.....**217 - 230**
Elizângela Samara da Silva, Ingridy Lammonikelly da Silva Lima, Francisco Alyson de Lima Silva

Marxismo e diversidade sexual: uma relação necessária ao Serviço Social | Marxism and sexual diversity: a necessary relation to social service.....**231 - 244**
Leovictor Alves Porto Mendonça

SEÇÃO TEMAS LIVRES/FREE THEMES SESSION

A construção da “lei do desenvolvimento combinado” na obra de Leon Trotsky | The construction of the "law of combined development" in the work of Leon Trotsky.....**245 - 260**
Adilson Aquino Silveira Júnior

O Serviço Social em cena: trabalho e formação profissional na sociabilidade brasileira | The Social Service on stage: work and professional training in Brazilian sociability.....**261 - 275**
Wagner Souza da Encarnação, Danielle Viana Lugo Pereira, Andrea Alice Rodrigues Silva

A formação em Serviço Social diante dos desafios do ensino superior Brasileiro | Social Service training in the face of the challenges of Brazilian higher education.....**276 - 291**
Maurem de Castilhos


Desigualdades e moradia: análise consubstancial das relações de classe e raça | Inequalities and housing: consubstantial analysis of class and race relations**292 - 308**
Wilsomar Pessoa Nunes, Carlos Rerisson Rocha da Costa




O Método do materialismo histórico e dialético e sua centralidade no projeto ético-político do Serviço Social brasileiro

The method of historical and dialectical materialism and its centrality in the ethical-political project of Brazilian Social Work

Ana Lole*

 <https://orcid.org/0000-0003-2991-3594>

Camila Potyara Pereira**

 <https://orcid.org/0000-0003-1117-2468>

Loiva Mara de Oliveira Machado***

 <https://orcid.org/0000-0001-6589-8032>

Maria Aparecida Milanez Cavalcante****

 <https://orcid.org/0000-0003-2886-1104>

*Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio, Rio de Janeiro, Brasil). Docente do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio, Rio de Janeiro, Brasil). Integrante do Comitê Editorial da *Temporalis*. E-mail: analole@gmail.com

**Socióloga. Doutora em Política Social pela Universidade de Brasília (UnB, Brasília, Brasil). Docente do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília (UnB, Brasília, Brasil). Integrante do Comitê Editorial da *Temporalis*. E-mail: camilapotyara@gmail.com

*** Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS, Porto Alegre, Brasil). Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, Porto Alegre, Brasil). Integrante do Comitê Editorial da *Temporalis*. E-mail: loivadeoliveira@gmail.com

**** Assistente Social. Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí (UFPI, Teresina, Brasil). Docente do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí (UFPI, Teresina, Brasil). Integrante do Comitê Editorial da *Temporalis*. E-mail: aparecidamilanez@ufpi.edu.br

DOI 10.22422/temporalis.2026v26n51p9-20



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2026 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

A Revista *Temporalis*, periódico científico editado pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), apresenta o dossiê temático “**O Método do materialismo histórico e dialético e sua centralidade no projeto ético-político do Serviço Social brasileiro**”, sendo contribuição profícua para a atualidade do debate, que desde a década de 1980 tem ocupado a profissão em seus espaços de ensino, pesquisa, extensão e organização político-profissional, e que demarca o fundamento teórico-metodológico da tradição marxista.

A emergência desse processo é marcada pela transição que exigiu avançar e romper com o período de reconceituação do Serviço Social na América Latina (1965–1975), experimentado por diferentes correntes de matrizes teóricas e ideológicas em oposição ao tradicionalismo. Deste processo de renovação crítica, lamamoto (2020, p. 228) destaca que “a necessidade de se atribuir ‘estatuto científico’ ao Serviço Social lança-o no campo dos embates *epistemológicos, metodológicos e das ideologias*”.

Na historicidade social e política brasileira, a profissão se coloca em emergente patamar, com o redirecionamento prático-social de negação das forças repressoras da ditadura militar¹. Com a apreensão crítica e histórica da relação entre Estado e sociedade e da expansão do capitalismo monopolista (lamamoto, 2020), impulsiona a perspectiva crítico-dialética e mobiliza-se, inicialmente, pela tomada de posição em defesa da classe trabalhadora, o que exigiu da profissão um olhar sob o ponto de vista de *classe* na análise da sociedade.

A crítica social empreendida, pela profissão e parte da sua intelectualidade, no movimento real da história brasileira e da luta de classes nos marcos iniciais dos anos de 1970, constituiu um ambiente profícua para a aproximação com a tradição marxista, que já vinha sendo

¹ “Durante o período de 1964 a 1985, foi notável o fortalecimento da função executiva pela exacerbação do centralismo político. O poder executivo federal preponderou sobre outras funções do Estado, chegando mesmo a determinar o fechamento do Congresso Nacional, das assembleias legislativas estaduais e das câmaras municipais. Só o Supremo Tribunal Federal não foi fechado. Nesse contexto, as liberdades de expressão e de organização foram severamente limitadas e o próprio processo político restou engessado, com a adoção do bipartidarismo. Da mesma forma, sindicatos, grêmios estudantis e outras organizações representativas foram extintas ou sofreram interferência do governo, com a nomeação de dirigentes alinhados à política do regime militar. Os meios de comunicação e as manifestações artísticas, quando críticas aos governantes ou à realidade socioeconômica, também foram reprimidos pela censura. Em sentido contrário, o regime militar pode contar, na maior parte do tempo, com o apoio decidido dos jornais mais vendidos do país, o que, em alguns casos, representou mais do que a mera publicação de matérias simpáticas ao regime. O período da ditadura militar também demarcou, na lógica do sistema capitalista, uma fase de grandes transformações na economia, de modernização da indústria e dos serviços, de concentração de renda, de abertura ao capital estrangeiro e do endividamento externo. A predominância de tecnocratas civis ligados a empresários, ou dos próprios empresários atuando como tecnocratas – os tecno-empresários (Dreifuss, 1980), levam parte da historiografia nacional a preterir o termo ‘ditadura militar’, atualmente dominante, em benefício de outro, que qualificaria a participação dos civis: ‘ditadura empresarial-militar’” (Rodrigues; Stampa, 2024, p. 28–29). Sobre a temática, destacamos dois filmes brasileiros: “Ainda Estou Aqui”, dirigido por Walter Salles e protagonizado por Fernanda Torres e Selton Mello, lançado em 2024 — ano que marcou o sexagésimo aniversário do golpe militar no Brasil — e vencedor do Oscar de Melhor Filme Internacional; e “O Agente Secreto”, escrito e dirigido por Kleber Mendonça Filho e protagonizado por Wagner Moura, lançado em 2025 — o filme se passa no Brasil de 1977 —, e recebeu quatro indicações para o Oscar: Melhor Filme, Melhor Ator, Melhor Filme Internacional e Direção de Elenco.

experimentada no âmbito do ensino, com a experiência do Método de BH², organizado em torno da militância política e do empirismo. A aproximação do Serviço Social com a tradição marxista, com seus condutos teóricos, “não foi orientada para as fontes clássicas e contemporâneas, abordadas com uma explícita preocupação teórico-crítica. Deu-se predominantemente por manuais de divulgação do marxismo oficial” (Iamamoto, 2020, p. 229–230). Em segunda instância deste movimento, no início dos anos 1980, a tradição marxista destaca-se pelo caráter de *historicidade* (Netto, 1991), como qualificador teórico-metodológico expresso em obras de Iamamoto e Carvalho (1982).

Os caracteres interventivo e investigativo, que são corolários à profissão a partir dos anos 1980, tornam-se o eixo articulador para o aprofundamento dos estudos e pesquisas orientados pelo materialismo histórico e dialético. Suas categorias fundamentais para a análise da realidade passam a ressoar na linguagem que compõe a identidade da profissão, comprometida com a superação da exploração do trabalho e com a crítica aos processos de produção de mais-valia, que resultam na ampliação de desigualdades sociais e ambientais e conformam a “questão social”³ na ordem capitalista dependente brasileira.

A obra de Karl Marx (1818–1883) como referência central para apropriação da teoria social crítica e do método de investigação da realidade é incorporada aos círculos acadêmicos da profissão, tanto em relação à revisão crítica sobre sua teoria e conhecimento histórico-social, como em relação à aplicabilidade do método do materialismo histórico e dialético na apreensão do significado social da profissão. Os avanços teórico-metodológicos dela decorrentes permitiu à profissão a incorporação à práxis social, localizando-se na divisão sociosexual e racial do trabalho, instituindo mediações capazes de contribuir para a materialização de categorias fundamentais à apreensão do real, no próprio movimento da realidade concreta. Ademais, questões centrais que estruturam toda a pesquisa marxiana, como “a gênese, a consolidação do desenvolvimento e as condições de crise da sociedade burguesa, fundada no modo de produção capitalista” (Netto, 2011, p. 17), se apresentam nas linhas investigativas do Serviço Social contemporaneamente.

A perspectiva crítica que vigora no Serviço Social reside nos fundamentos da profissão e expressa-se no projeto ético-político, que se constrói a partir da realidade concreta,

²A experiência da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, conhecida como “Método BH”, foi uma proposta metodológica de renovação prática do Serviço Social, elaborada por um grupo de profissionais e professoras em Belo Horizonte, no início dos anos 1960. Segundo Batistoni (2017, p. 137), o “Método BH”, “no contexto do regime autocrático, foi um núcleo de oposição e contestação, sob os influxos das mudanças acadêmico-profissionais da Reconceitualização, tal como nos países de língua hispânica, tornando-se a formulação inicial e abrangente da perspectiva renovadora”.

³José Paulo Netto, em artigo seminal intitulado *Cinco notas a propósito da “questão social”*, publicado na Revista *Temporalis* n. 3, adota as aspas para o uso do termo “questão social” (Netto, 2001), considerando a emergência do caráter conservador de sua expressão associada ao pauperismo, e pelo tratamento moralizador deste fenômeno, sem desvelamento das contradições inerentes aos processos de apropriação da riqueza produzida. Para o autor, é somente com a tomada da consciência de classe, decorrente do movimento revolucionário de 1848, que a “questão social” passa a ser associada ao caráter antagônico dos interesses das classes fundamentais. Portanto, o seu emprego pelo “pensamento revolucionário passou a identificar, na própria expressão ‘questão social’, uma tergiversação conservadora, e a só empregá-la indicando este caráter mistificador” (Netto, 2001, p. 45). Nesta direção, neste Editorial usar-se-ão aspas no termo “questão social”.

considerando o seu movimento histórico e contraditório sem a negação ao pluralismo do conhecimento, visto que seu posicionamento ontológico “consiste em trazer ao exame racional, tornando-os conscientes, os seus fundamentos, os seus condicionamentos e os seus limites – ao mesmo tempo em que se faz a verificação dos conteúdos desse conhecimento a partir dos processos históricos reais” (Netto, 1991, p. 18).

A produção da sociedade burguesa, a fim de entender a sua estrutura e dinâmica, solidifica a base material para investigação da realidade social, e para a definição do objeto do Serviço Social: a “questão social”. É a partir da apreensão da *Lei Geral da acumulação capitalista*, em “O Capital” de Marx (2013), que a materialidade do objeto da profissão, como reflexo da exploração da força de trabalho, ergue a possibilidade de apreensão do real de suas múltiplas determinações e contradições, como também cria a consciência necessária à superação da realidade aparente e desta em sua práxis. Assim, vale ressaltar a concepção de Revolução que Mészáros (2009, p. 190) destaca ao método marxiano:

[...] o bem-sucedido cumprimento da tarefa histórica exige o preenchimento de um empreendimento revolucionário político, teórico e educacional ao qual o próprio Marx dedica sua vida inteira, precisamente porque essas dimensões do desafio histórico em questão não podem ser resolvidas pelos processos materiais espontâneos da antiga sociedade.

Ao longo da sua obra, Marx não empreendeu escrever sobre o método, mas demonstrou a realidade a partir da compreensão de totalidade, sendo a sociedade burguesa o seu principal objeto. Destaca-se que a “Introdução” da obra *Contribuição à Crítica da Economia Política* (Marx, 1983), redigida originalmente em 1857, representou o avanço e solidificação do método materialista histórico e dialético, o qual vinha sendo esboçado desde os anos 1840, especialmente marcados pelos *Manuscritos econômico-filosóficos* de 1844 (Marx, 2015).

No método científico, o concreto constitui-se por ser ponto de partida e síntese de múltiplas determinações, logo, unidade da diversidade. É por isso que ele é, após a abstração do pensamento, um resultado, e para a observação imediata, um ponto de partida (Marx, 1983). No primeiro passo tem-se a determinação abstrata e, no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto pela via do pensamento. Sobre a totalidade, Marx (1983, p. 219) diz:

A totalidade concreta enquanto totalidade-de-pensamento, enquanto concreto-de-pensamento, é de fato um produto do pensamento, da atividade de conceber; ele não é, pois, de forma alguma o produto do conceito que engendra a si próprio, que pensa exterior e superiormente à observação imediata e à representação, mas um produto da elaboração de conceitos a partir da observação imediata e da representação.

Assim, o método do materialismo histórico e dialético constitui, em sua base de estudos, o concreto-real e a construção do conhecimento científico como a apreensão do movimento real do objeto no pensamento, como concreto pensado, que não mais é que o próprio mundo real. Define categorias de análise que superam as abstrações gerais, para se apropriar das determinações da totalidade social. Considera a historicidade e relações sociais concretas da sociedade burguesa moderna em sua análise social crítica.

Na mesma direção, para Kosik (1995) a totalidade apresenta-se como princípio metodológico de investigação da realidade social, em que cada fenômeno pode ser compreendido como momento do todo. Para o autor, a dialética da totalidade não é um método que pretenda conhecer todos os aspectos da realidade, seus caracteres, propriedade, relações e processos da realidade, mas a concreticidade como um todo que possui a sua própria estrutura. Então, a totalidade concreta, como concepção do materialismo histórico e dialético, significa um processo indivisível, cujos momentos são:

[...] a destruição da pseudoconcreticidade, isto é, da fetichista e aparente objetividade do fenômeno, e o conhecimento do caráter histórico do fenômeno, no qual se manifesta de modo característico a dialética individual e do humano em geral; e enfim o conhecimento do conteúdo objetivo e do significado do fenômeno, da sua função objetiva e do lugar histórico que ela ocupa no seio do corpo social (Kosik, 1995, p. 61).

A sociedade burguesa moderna é a forma mais desenvolvida de organização histórica da produção, sendo ela a forma possível de conhecer as formas anteriores de organização. Marx (1983) a toma como estudo da ciência histórica e social em geral, considerando-a “tanto na realidade como no cérebro”, por meio de uma apropriação concreta de mundo a partir das diferentes possibilidades de fazê-lo. No seu método, as categorias ganham lugar central:

As categorias exprimem, portanto, formas de existência, condições de existência determinadas, muitas vezes simples aspectos particulares desta sociedade determinada, deste objeto, e que, por conseguinte, esta sociedade de maneira nenhuma começa a existir, inclusive do ponto de vista científico, somente a partir do momento em que ela está em questão como tal (Marx, 1983, p. 224).

Assim, para haver um ordenamento das categorias econômicas, deve-se considerar a configuração da sociedade burguesa e as relações estabelecidas no seu interior. Marx (1983) analisa o capital dentro das diversas etapas pelas quais a categoria se insere na sociedade. Além disso, traz o conceito de riqueza nacional e como ela se dá dentro do Estado.

A existência, em termos históricos, da fundamentação teórico-metodológica marxiana no Serviço Social possibilita que essa profissão e área de conhecimento se disponha a construir estratégias de enfrentamento ao conservadorismo na profissão e na sociedade, comprometendo-se com o conjunto das lutas sociais em defesa da democracia, dos direitos sociais e da construção de uma sociedade emancipada, livre das relações capitalistas, racistas, patriarcais, homofóbicas e capacitistas.

Ademais, a presença da teoria social marxiana e seu método de análise diferencia o Serviço Social brasileiro de outras áreas de intervenção profissional e produção de conhecimento, pois, sendo o método uma relação ineliminável entre sujeito e objeto e sendo a “questão social” em suas múltiplas manifestações a matéria-prima do Serviço Social, a realidade concreta da luta de classes se impõe como determinação ontológica do trabalho profissional e da investigação científica. Disto decorre que a dimensão da exploração do trabalho e a dimensão do conjunto das opressões tenham, no Serviço Social, a

possibilidade de serem vistas em perspectiva de totalidade, ao lado da mediação e da contradição, categorias do método dialético em necessária unidade.

Este número reúne reflexões que contribuem para o aprofundamento da compreensão crítica do método dialético marxiano, como fundamento ontológico da análise da realidade social, e sua centralidade, no Serviço Social, para a formação (graduada e pós-graduada), o trabalho profissional, a pesquisa, a produção do conhecimento, a extensão, a internacionalização e a militância política no apoio a todas as formas de lutas contra a exploração e opressão, particularmente diante do atual contexto de crise agravada do capital, recrudescimento das expressões da “questão social”, desmonte dos direitos sociais, avanço da extrema direita e crise ambiental.

Desta forma, com esta Edição que contempla 14 (quatorze) artigos vinculados à seção temática e 4 (quatro) artigos de temas livres, a *Temporalis* reafirma sua missão de contribuir para o fortalecimento da tradição crítica no Serviço Social, apostando na produção de conhecimento alinhada à crítica da ordem burguesa e à construção de uma nova sociabilidade, orientada pelos princípios da liberdade, igualdade e emancipação humana.

No artigo que abre a seção temática, intitulado **Gramsci, filosofia da práxis e a reconstrução (criativa) do materialismo histórico**, as autoras Mirele Hashimoto Siqueira e Ivete Simionatto realizaram um tratamento filológico⁴ da concepção de filosofia da práxis, presente na obra do marxista italiano Antonio Gramsci, especialmente nos Cadernos do Cárcere 10 e 11. O caminho escolhido percorre a crítica ao determinismo economicista e idealista, presente no marxismo de seu tempo, em direção à análise da filosofia da práxis, a unidade teoria e prática, e pela relação que esta estabelece com categorias fundamentais do marxista sardo, como: hegemonia; bloco histórico; ideologia; senso comum; e classes subalternas. Destaca a concepção de totalidade em Gramsci, presente na construção crítica da unidade dialética entre história e política, economia e política, cultura e política, revisitadas na obra de Marx *Prefácio à Crítica da Economia Política*, de 1859.

Na sequência, o artigo **Trabalho, ontologia e método: fundamentos do projeto ético-político do Serviço Social**, de Tainá Rocha dos Santos, examina a centralidade do trabalho e do método materialista histórico-dialético na ontologia do ser social, ressaltando sua relevância para o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro. O estudo fundamenta-se em uma revisão de literatura de autores clássicos do marxismo, como Marx, Engels e Lukács, além de referências do Serviço Social crítico, como Iamamoto e Netto. O texto discute a origem do ser social a partir da categoria trabalho e analisa o trabalho como pôr teleológico. Além disso, aborda o método de Marx conforme a interpretação de Lukács e destaca a importância do método materialista histórico-dialético para o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro.

⁴ Para Gramsci (1987, p. 95) o trabalho filológico minucioso exige “antes de tudo, reconstruir o processo de desenvolvimento intelectual do referido pensador, a fim de determinar os elementos que se tornam estáveis e ‘permanentes’, isto é, que foram assumidos como pensamento próprio, diverso e superior ao ‘material’ precedentemente estudado e que serviu de estímulo; apenas estes elementos são momentos essenciais do processo de desenvolvimento”.

Em **A problemática dos marxismos e sua incorporação pelo Serviço Social brasileiro**, Silmai Lazaro Neves Dutra analisa a problemática dos marxismos, suas distorções e incorporações na América Latina, especialmente no Brasil e no Serviço Social. A metodologia adotada consiste em uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico e documental. O autor apresenta um resgate da trajetória dos marxismos articulada ao movimento socialista da II e III Internacionais, com ênfase em suas contradições. Esse resgate possibilita compreender como as influências dos marxismos oriundos dessas Internacionais incidiram sobre determinados grupos de militância político-partidária no Brasil. Aborda a incorporação do pensamento marxista na América Latina e no Brasil desde o início do século XX e situa a problemática dos marxismos no campo do Serviço Social brasileiro. Esse movimento evidencia que a interlocução entre o Serviço Social e a tradição marxista avançou ao longo do tempo, produzindo saltos qualitativos.

O artigo **Serviço Social, pluralismo e o método do materialismo histórico-dialético: um diálogo possível?**, de Mariane Raquel Oliveira da Fonseca, Davi Cartaxo Rodrigues e Ana Carolina Silva de Azevedo, apresenta a atualidade do método materialista histórico-dialético diante dos desafios contemporâneos do Serviço Social, especialmente no contexto do avanço do capital financeiro, da contrarreforma da educação superior, da polarização política e do conservadorismo. Os autores reconstróem a incorporação do marxismo na profissão como um processo histórico e gradativo, evidenciando seu amadurecimento ao longo das décadas. Também destacam o caráter democrático do método, compreendido, a partir de Carlos Nelson Coutinho (1991, 2011), como uma perspectiva aberta e em permanente construção, vinculada à defesa da emancipação humana e não em oposição à democracia. Ademais, apresentam uma reflexão sobre o pluralismo, afirmando a possibilidade de uma hegemonia que conviva com a diversidade, entendendo o debate profissional como espaço de diálogo e embate de ideias, em consonância com o Projeto Ético-Político do Serviço Social.

O debate sobre **Os fundamentos teórico-metodológicos marxianos e a crítica ao pensamento pós-moderno**, de autoria de Lorena Ferreira Portes, apresenta uma série de premissas pós-modernas que têm permeado a universidade, os movimentos sociais e as lutas sociais, com influências no Serviço Social, em vista de suplantarem a teoria social crítica de Marx e elevar a análise idealista da realidade marcada pela fragmentação, pelo subjetivismo, pela negação da totalidade social e do universalismo. Afirma que os pressupostos pós-modernos de antitotalidade, antiuniversalismo e anti-história eliminam a crítica à teoria valor-trabalho e a perspectiva da revolução, e que a incorporação do relativismo teórico-metodológico esvazia e confunde os valores ético-políticos da profissão pela via da fragmentação da análise da realidade social e institucional conduzida pela unidade dialética teoria e prática. Ademais, tais pressupostos visam uma ruptura com o compromisso ético-político da emancipação quando buscam substituir a perspectiva coletiva pelo discurso do anti-intelectualismo e a falsa dicotomia entre “técnico bem adestrado” e o “profissional intelectual”.

O artigo **Método dialético e sistematização: mediações na formação e no trabalho profissional**, das autoras Kelen A. S. Bernardo e Luciane F. Zorzetti Maroneze, destaca que o processo de sistematização é inerente à formação e ao trabalho profissional e exige rigor teórico-metodológico. Afirma que a formação profissional ganha organicidade nos núcleos

de fundamentação em interlocução com a realidade e sob direção da teoria social crítica, presentes nos conteúdos, na dimensão investigativa e na unidade teoria e prática, o que não se restringe a uma disciplina ou ao momento do estágio supervisionado. Para as autoras, esse processo permite apreender o método e entender a sistematização como parte da natureza da profissão, da dimensão investigativa na relação dialética com a intervenção. Desta experiência, reforçam que a sistematização valoriza as etapas do planejamento e da análise do cotidiano profissional de forma sistemática, com auxílio de categorias capazes de apreender a realidade em suas múltiplas determinações, necessárias aos processos reflexivos e interventivos críticos, com a busca de superação do imediatismo nas respostas profissionais.

O artigo **A formação pós-graduada em Serviço Social e o método em Marx: análise das tendências temáticas de disciplinas**, de Leonardo Costa Miranda e Dafne Dias Lages Monteiro, analisa as tendências temáticas das disciplinas dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil, com foco na presença do método marxiano. A partir da análise de 626 disciplinas mapeadas na Plataforma Sucupira e nos sites dos PPGs, identificou a centralidade dos temas Serviço Social, Política Social e Trabalho, além de matérias centradas na discussão de Pesquisa Social, Questão Social e Estado, indicando a articulação entre teoria e apreensão da totalidade social. O texto conclui que a pós-graduação na área mantém uma formação crítica e dialética, alinhada às Diretrizes da ABEPSS, apesar das pressões neoconservadoras.

O texto intitulado **Formação profissional e método crítico: a experiência da UFPA-Breves no Marajó**, de Francielma Lopes Nogueira e Christiane Pimentel e Silva, examina a articulação entre o método crítico-dialético e a formação profissional no curso de Serviço Social da UFPA, *campus* Breves, à luz do Projeto Ético-Político da profissão. Com base em pesquisa quali-quantitativa, que combinou análise documental e entrevistas com egressos, os resultados indicam que a formação qualifica para a leitura crítica da realidade e para uma atuação eticamente comprometida no Marajó, contribuindo decisivamente para a consolidação de um Serviço Social crítico na Amazônia, apesar de desafios estruturais persistentes.

O artigo **Materialismo histórico-dialético e desfetichização da realidade**, de Lorraine Marie Farias de Araujo, tem como objetivo elucidar a relação entre o materialismo histórico-dialético e o processo de desfetichização da realidade. Com base na teoria social marxiana, bem como na Ontologia e na Estética de Lukács, desenvolve-se uma discussão acerca de categorias fundamentais para o desvelamento do objeto de investigação em questão. A metodologia consiste em revisão bibliográfica, acompanhada da análise imanente (Tonet, 2013) de obras de Marx e Lukács. Inicialmente, abordam-se os caracteres próprios do fetichismo da mercadoria e seu “poder inversor” da realidade, apologético ao capitalismo. Em seguida, realiza-se uma incursão categorial sobre trabalho, materialismo histórico-dialético e reflexo científico.

No artigo **Fio de Ariadne: o método marxiano na construção do Código de Ética**, Gabriel Martins e Douglas Capiotti retomam os fundamentos do debate ético no Serviço Social brasileiro, partindo do Projeto Ético-Político para explicitar suas bases teóricas e disputas constitutivas. Os autores sustentam que a hegemonia da corrente *Intenção de Ruptura* se

ancora no uso do método marxiano, decisivo para a conformação do Código de Ética de 1993. A análise evidencia a centralidade de uma ética de base ontológica, com a liberdade como valor fundante, e conclui que essa inflexão teórica foi crucial para a superação do conservadorismo e para a afirmação do compromisso da profissão com a classe trabalhadora e com a luta pela emancipação humana como horizonte.

A gênese do pensamento marxiano (1843–1846): classe, materialismo e revolução, de Renato de Brito Gomes, contribui para uma leitura imanente, histórica e totalizante das obras marxianas desse período. Objetiva demonstrar como Marx formula os fundamentos da crítica à sociabilidade capitalista, articulando as categorias classe, materialismo e revolução, como desdobramentos da crítica da economia política e da teoria do valor. Ao examinar as obras, o autor afirma ser importante a realização da crítica materialista marxiana à ordem burguesa, e ainda mais necessária frente à ofensiva conservadora e ao agravamento das expressões da “questão social”, o que reafirma sua atualidade como fundamento da crítica radical e da práxis emancipatória. Destaca que é na *Ideologia Alemã* que Marx e Engels realizam um salto e coloca a teoria marxiana em outro patamar onde são alcançadas novas determinações histórico-ontológicas sobre o processo de descrição e transformação do real. A retomada da obra, no período indicado, alinha-se diretamente ao projeto ético-político da profissão, sustentado na tradição marxiana e na centralidade da classe como mediação da transformação e compreensão da realidade social.

O artigo intitulado **Marx, Estado e a tendência de queda na taxa de lucro**, de autoria de Albaní de Barros, apresenta os resultados de uma pesquisa que objetivou a revisão bibliográfica sistemática, realizada no período de 2023 a 2025, com foco no debate sobre o declínio da lucratividade como parte da dinâmica estrutural do capital e o papel do Estado no processo de acumulação capitalista. Considerando a análise das categorias: lei geral da acumulação capitalista, composição orgânica do capital e tendência à queda da taxa de lucro, o autor retoma o posicionamento sobre o capital como relação social e afirma que o Estado burguês cumpre um papel fundamental para o metabolismo social do capital.

O artigo **Há método em Marx? Breves considerações sobre os equívocos em torno de sua cientificidade**, de autoria de Elizângela Samara da Silva, Ingridy Lammonikelly da Silva Lima e Francisco Alyson de Lima Silva, apresenta, a partir de uma perspectiva crítica, a contribuição do materialismo histórico-dialético para apreensão da realidade, inscrita na forma de sociabilidade capitalista, considerando a sua complexidade e processualidade. Também refere que a construção do conhecimento científico a partir do método em Marx não se expressa como manual, mas, a partir de uma direção ontológico-crítica, permite superar a aparência, buscando desvendar a essência dos fenômenos sociais na perspectiva da transformação social, que será possível por meio de processos revolucionários. De forma específica para o Serviço Social, a reflexão aponta o desafio de maior apreensão da teoria social crítica e do método do materialismo histórico-dialético, no âmbito acadêmico, a exemplo da Pós-Graduação e nos espaços de trabalho em que os/as assistentes sociais se inserem.

Marxismo e diversidade sexual: uma relação necessária ao Serviço Social, de autoria de Leovictor Alves Porto Mendonça, realiza uma contribuição ao enfrentamento à crítica da impossibilidade do estudo da diversidade sexual na perspectiva marxista. Compreende a

diversidade sexual enquanto dimensão constituinte da diversidade humana, em que todos os indivíduos são sociais, históricos e diversos. Destaca os desafios que o Serviço Social tem enfrentado para a manutenção do entendimento marxista da diversidade sexual na perspectiva da totalidade social, frente às acusações de permanência de insuficiência do marxismo, marcado pelo economicismo na história da profissão e pelas fragmentações a partir das quais as concepções pós-modernas tratam o ser social. Defende que a diversidade é o conjunto de características que compõem o ser social nas relações sociais e no decurso histórico, e que a articulação entre historicidade e totalidade é necessária ao entendimento da subjetividade, sem eliminar as contradições persistentes na sociabilidade capitalista.

Na seção de temas livres, o artigo **A construção da “lei do desenvolvimento combinado” na obra de Leon Trotsky**, de autoria de Adilson Aquino Silveira Júnior, apresenta um debate relevante e qualificado acerca da gênese, do contexto histórico e da articulação interna da “lei do desenvolvimento combinado” na obra de Trotsky, ressaltando sua importância para a correta apreensão das determinações que atravessam a dialética histórica e sua particularização contraditória e desigual em formações sociais específicas. A pesquisa fundamenta-se em revisão bibliográfica, apoiada no levantamento do tema na obra de Trotsky. O autor inova ao estabelecer, no artigo, um diálogo entre a “lei do desenvolvimento combinado” formulada por Trotsky e a interpretação oferecida por George Novack, nos anos 1950, acerca da “lei do desenvolvimento desigual e combinado”.

O artigo **O Serviço Social em cena: trabalho e formação profissional na sociabilidade brasileira**, de Wagner Souza da Encarnação, Danielle Viana Lugo Pereira e Andrea Alice Rodrigues Silva, discute o trabalho do assistente social e sua centralidade no Projeto Ético-Político da profissão na sociabilidade brasileira. Resultante de pesquisa qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e análise documental, fundamenta-se no materialismo histórico-dialético. O texto destaca o avanço teórico-prático do Serviço Social ancorado na tradição marxista para a compreensão crítica do capitalismo no Brasil e o compromisso profissional com a classe trabalhadora, em suas múltiplas expressões e particularidades.

O artigo **A formação em Serviço Social diante dos desafios do ensino superior brasileiro**, de autoria de Maurem de Castilhos, fundamentado no método do materialismo histórico-dialético, nos convida a refletir sobre as configurações do ensino superior no Brasil, frente às políticas de mercantilização da educação superior, que impactam diretamente na qualidade da formação, nas condições de ingresso e permanência, cujos efeitos repercutem diretamente na formação em Serviço Social, no contexto de disputa de projetos societários. Todavia, o Serviço Social brasileiro resiste com a construção de estratégias coletivas de enfrentamento a essa realidade, em articulação com os movimentos sociais, firmando a defesa do projeto ético-político profissional.

Finalizando a seção de temas livres, o artigo **Desigualdades e moradia: análise consubstancial das relações de classe e raça**, de autoria de Wilsomar Pessoa Nunes e Carlos Rerisson Rocha da Costa, traz à tona a desigualdade socioespacial, o direito à cidade e as restrições ao acesso à moradia digna pela população negra e pobre. Por meio de uma análise fundada numa perspectiva de consubstancialidade, inscrita no feminismo

francófono, o trabalho aborda a imbricação das relações sociais de classe e raça na forma de sociabilidade capitalista e o processo de violação de direitos da classe trabalhadora.

Nesta Edição da Revista *Temporalis*, o método materialista histórico-dialético e a tradição marxista ocupam lugar central, já que são capazes de articular a ineliminável relação entre interpretação e transformação da realidade e a necessidade de superação da ordem burguesa. No erguimento teórico de Marx são inseparáveis o método crítico-dialético, a teoria do valor-trabalho e a perspectiva da revolução (Netto, 1989).

A aproximação nos anos 1970 e o aprofundamento (a partir dos anos 1980) da teoria social marxiana permitiu a construção, pelo Serviço Social brasileiro, de um projeto profissional (Projeto Ético-Político) alinhado aos interesses da classe trabalhadora e orientado por valores emancipatórios, firmemente posicionados contra todas as formas de exploração e opressão. Esta Edição afirma a produção acadêmica do Serviço Social brasileiro fundamentada no método do materialismo histórico-dialético, sendo um convite aos leitores e leitoras ao aprofundamento na teoria social crítica essencial ao projeto ético-político do Serviço Social.

Referências

BATISTONI, Maria R. O Movimento de Reconceituação no Brasil: o Projeto Profissional da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (1964-1980). **Em Pauta**, v. 15, n. 40, p. 136–150, 2017. DOI: <https://doi.org/10.12957/rep.2017.32745>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/32745/23545>. Acesso em: 10 fev. 2026.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo y política**: La dualidad de poderes y otros ensayos. Traducción: Paula Vidal Molina. Santiago: LOM Ediciones, 2011.

COUTINHO, Carlos Nelson. Pluralismo: dimensões teóricas e políticas. **Cadernos ABESS**, n. 4, p. 5–17, 1991. Disponível em: <https://media.webfans.com.br/abepss/arquivos/anexos/pluralismo-dimensoes-teoricas-e-politicas-carlos-nelson-coutinho-201609020227248416940.pdf>. Acesso em 10 fev. 2026.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. 7. ed. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 27. ed. São Paulo: Cortez, 2020.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 1982.

KOSIK, Karel. **A dialética do concreto**. 2. ed. Tradução: Célia Neves e Alderico Toríbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

MARX, Karl. **Cadernos de Paris & Manuscritos econômico-filosóficos de 1844**. Tradução: José Paulo Netto e Maria Antónia Pacheco. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução: Maria Helena Barreiro Alves. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: Livro 1: o processo de produção do capital**. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. **Estrutura social e formas de consciência: a determinação social do método**. São Paulo: Boitempo, 2009.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. *Temporalis*, n. 3, p. 41–50, 2001. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf. Acesso em: 10 fev. 2026.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 1991.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo. O Serviço Social e a tradição marxista. *Serviço Social & Sociedade*, v. 10, n. 30, p. 89–102, 1989.

RODRIGUES, Vicente A. C.; STAMPA, Inez. Superexploração, dependência e autoritarismo no Brasil após a transição democrática. In: SANTOS, Tatiane V. C. dos et al. **Violências no Brasil**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2024. p. 19–45. Disponível em: <https://morula.com.br/produto/violencias-no-brasil/>. Acesso em: 10 fev. 2026.

TONET, Ivo. **Método científico: uma abordagem ontológica**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

Agradecimentos

Não se aplica.

Agência financiadora

Não se aplica.

Contribuições do autor

Os autores são responsáveis por todas as etapas da elaboração do manuscrito.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Não se aplica.

Consentimento para publicação

Os autores consentem a publicação do presente manuscrito.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

Disponibilidade de dados

Nenhum dado de pesquisa gerado ou utilizado.

Editor Responsável

Maria Aparecida Milanez Cavalcante

Comissão Editorial

Ana Lole

Camila Potyara Pereira

Loiva Mara de Oliveira Machado

Maria Aparecida Milanez Cavalcante



Gramsci, filosofia da práxis e a reconstrução (criativa) do materialismo histórico

Gramsci, Philosophy of Praxis, and the (Creative) Reconstruction of Historical Materialism

Mirele Hashimoto Siqueira*

 <https://orcid.org/0000-0002-9934-7121>

Ivete Simionatto**

 <https://orcid.org/0000-0002-0564-665>

RESUMO

O presente artigo discute e apresenta a concepção de materialismo histórico elaborada por Antonio Gramsci e traduzida como filosofia da práxis. Através de uma pesquisa teórica, buscou-se na obra do marxista italiano, especialmente nos *Cadernos do cárcere*, a sua concepção original acerca do marxismo elaborada a partir da crítica às tendências idealistas e mecanicistas do marxismo em voga no século XX, demonstrando o retorno e a reivindicação do pensamento de Marx por parte de Gramsci. Assim, por meio de um trabalho filológico buscou-se percorrer a obra citada, extraindo a formulação do conceito de filosofia da práxis e a sua relação com outras categorias como hegemonia, bloco histórico, ideologia, senso comum e classes subalternas. Pode-se concluir que o pensamento de Gramsci acerca do materialismo histórico e reelaborado como filosofia da práxis apresenta-se como uma filosofia integral e original, demarcando uma nova fase na história e no desenvolvimento do marxismo na medida em que conecta cultura e política, teoria e prática, objetividade e subjetividade, pensamento e ação.

PALAVRAS-CHAVE

Filosofia da Práxis; Materialismo Histórico; Serviço Social.

ABSTRACT

The present article discusses and presents the conception of historical materialism developed by Antonio Gramsci, translated as the philosophy of praxis. Through theoretical research, we sought in the work of the Italian Marxist, especially in the Prison Notebooks, his original conception of Marxism formulated in response to the idealist and mechanistic tendencies of Marxism prevalent in the 20th century,

*Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, Florianópolis, Brasil). Docente em Serviço Social na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR, Apucarana, Brasil). E-mail: mirelehashimoto@hotmail.com

** Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC, São Paulo, Brasil). Docente aposentada e integrante do quadro efetivo do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, Florianópolis, Brasil). E-mail: ivetesimionatto57@gmail.com

DOI 10.22422/temporalis.2026v26n51p21-35



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2026 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

demonstrating Gramsci's return to and advocacy for Marx's thought. Thus, through a philological approach, we aimed to explore the aforementioned work, extracting the formulation of the concept of the philosophy of praxis and its relationship with other categories such as hegemony, historical bloc, ideology, common sense, and subaltern classes. It can be concluded that Gramsci's thought on historical materialism, reworked as the philosophy of praxis, presents itself as an integral and original philosophy, marking a new phase in the history and development of Marxism as it connects culture and politics, theory and practice, objectivity and subjectivity, thought and action.

KEYWORDS

Philosophy of Praxis; Historical Materialism; Social Work.

Introdução

A filosofia da práxis, concepção do marxismo de Gramsci, não é unicamente uma expressão empregada pelo prisioneiro do fascismo de Mussolini para burlar a censura carcerária a que estava submetido. Além de reivindicar fortemente o núcleo do materialismo histórico marxiano e, sobretudo, as reflexões contidas nas *Teses sobre Feuerbach* e no *Prefácio da Crítica da Economia Política* de Marx de 1859, Gramsci combate tanto as tendências deterministas quanto as idealistas do marxismo de seu tempo, promovendo uma verdadeira reconstrução criativa do materialismo histórico.

Para tanto, inspira-se em Antonio Labriola, filósofo marxista italiano que, em sua leitura, representava um ponto de ruptura com o marxismo difundido na Itália no contexto do século XX. Ao contrário de Benedetto Croce e Giovanni Gentile, expressões diretas da tendência idealista, Labriola foi aquele que conseguiu resgatar a verdadeira dialética hegeliana, captando os fundamentos do pensamento de Marx.

Despindo-se de quaisquer apriorismos, Gramsci reivindica a radical dialética entre estrutura e superestrutura, objetividade e subjetividade, demonstrando que a filosofia da práxis é, na realidade, expressão de um “historicismo absoluto”. Mais do que um método a ser seguido, a filosofia da práxis lança luzes para a necessidade de construção de uma filosofia superior por parte das classes subalternas. É a aquisição de uma teoria das contradições que impulsiona a crítica às concepções de mundo e cultura impostas pelas classes dominantes, visto que não aceita passivamente os princípios impostos, mas os revê criticamente (Siqueira, 2024).

Portanto, representa a exigência de construção de um novo modo de pensar próprio para as classes subalternas, livre da influência das classes dominantes, adensando a construção de uma subjetividade política que as impulsiona para a tarefa prática de organização de uma nova civilização. Precisamente por esta razão, para Gramsci, a filosofia da práxis é a anunciadora da maior “reforma intelectual e moral” de todos os tempos, modifica de baixo para cima todo o modo de pensar, explicitando as contradições sociais e a construção de caminhos para superá-las.

Nessa perspectiva, o presente artigo tem como objetivo discutir e apresentar a concepção de materialismo histórico elaborada por Antonio Gramsci e traduzida como filosofia da práxis. Para tanto, constitui-se de uma pesquisa teórica na obra do marxista italiano, especialmente nos *Cadernos do cárcere*, empregando um trabalho filológico que busca percorrer e extrair a formulação do conceito de filosofia da práxis na obra

carcerária. Não obstante, compreende-se que tal conceito não pode ser apreendido de modo dissociado do conjunto de outras categorias, sobretudo, as de hegemonia, bloco histórico, ideologia, senso comum e classes subalternas. Assim, este artigo e o tema de investigação elencado justificam-se em função de procurarem fortalecer e destacar um núcleo fundamental do materialismo histórico de Marx que Gramsci empreende através da formulação da “filosofia da práxis”: a perspectiva da revolução. Em tempos sombrios de desqualificação da teoria social crítica, de ataque às metanarrativas com a ascensão da pós-modernidade e de desmobilização e fragmentação das lutas sociais e da esquerda, a perspectiva revolucionária deve ser resgatada, sendo que esta sempre esteve no horizonte de Gramsci: o marxista italiano sempre se colocou na luta e defesa da emancipação das classes subalternas, dialogando, nessa direção, com um dos pilares essenciais da teoria social crítica.

Nesse sentido, o presente artigo está organizado em duas seções. A primeira demonstrará a formulação do conceito de filosofia da práxis nos *Cadernos do Cárcere* como tradução original e criativa do materialismo histórico de Marx por parte de Gramsci. Centrando-se, especialmente, nos *Cadernos 10 e 11*, o marxista italiano constrói tal conceito de maneira a combater as duas principais tendências que impregnavam o marxismo de seu tempo: o determinismo economicista e o idealismo. Na contramão dessas tendências e valorizando o pensamento de Marx, Gramsci reconstrói e acresce ao marxismo a condição de “filosofia da práxis”.

Na segunda seção, destaca-se a filosofia da práxis como um programa de ação para as classes subalternas. Indissociável dos conceitos de hegemonia, bloco histórico, ideologia, senso comum e classes subalternas, Gramsci conecta e desenvolve a categoria de filosofia da práxis na relação direta com este conjunto conceitual. Não por acaso, aqui fica evidente que o marxista italiano reivindica e fortalece aquele pilar indissociável e já mencionado da teoria social crítica, qual seja: a perspectiva da revolução, configurando-se, juntamente de Lênin, como um dos grandes expoentes e representantes do pensamento marxiano da entrada do século XX, que endossa a luta para emancipar as classes e grupos subalternos dos grilhões da exploração. Por último, nas considerações finais, ressalta-se a importância do pensamento gramsciano para o Serviço Social brasileiro, seus fundamentos e projeto ético-político de natureza crítica.

Contra o idealismo e o economicismo: o marxismo como filosofia da práxis

A locução “filosofia da práxis” não foi cunhada por Gramsci. No debate filosófico italiano, Antonio Labriola, em sua obra *Discorrendo di socialismo i filosofia* (1897), traduz a expressão como o “núcleo essencial do marxismo”. Pouco mais tarde (1899), Giovanni Gentile, em sua obra *La filosofia di Marx*, emprega a expressão para defender sua perspectiva idealista do materialismo histórico. É justamente a partir das inspirações buscadas em Labriola, em grandes expressões do campo marxista e de outras vertentes teóricas, mas especialmente em Marx e Engels, no Prefácio da *Contribuição à Crítica da Economia Política* de 1859 e nas *Teses sobre Feuerbach*, que Gramsci elabora a sua definição do materialismo histórico traduzido como filosofia da práxis. Não se trata, contudo, tão somente de uma substituição de termos, mas uma peculiar e inovadora elaboração do marxista sardo.

O termo aparece pela primeira vez no *Caderno 5* através de uma nota sobre Maquiavel, atribuindo ao filósofo florentino a elaboração de “uma concepção original de mundo, que poderia também ela se chamar de ‘filosofia da práxis’ ou ‘neo-humanismo’”. Isto se deve “[...] ao fato de que não reconhece elementos transcendentais [...], mas se baseia inteiramente sobre a ação concreta do homem que, para as suas necessidades históricas, opera e transforma a realidade” (Gramsci, 2024a, C 5, § 127, p. 119).

Contudo, é nos *Cadernos 10* e *11* que Gramsci empreende um movimento para teorizar propriamente sobre a filosofia da práxis, retomando o pensamento de Marx, e expressar a sua concepção do materialismo histórico. Este movimento se apresenta a partir de uma dupla crítica: a) crítica ao idealismo italiano representado especialmente por Benedetto Croce; e b) crítica ao materialismo determinista defendido nas teses de Nikolai Bukharin, especialmente na obra *Teoria do Materialismo Histórico: Manual Popular de Sociologia Marxista* (ou simplesmente *Ensaio Popular*, como costuma fazer referência nos *Cadernos do Cárcere*). Nessa perspectiva, no cárcere Gramsci propõe um trabalho de natureza filológica para realizar a crítica a tais correntes de pensamento:

O trabalho é muito complexo e delicado. Por que o marxismo teve esta sorte, de aparecer assimilável, em alguns de seus elementos, tanto aos idealistas quanto aos materialistas vulgares? É preciso pesquisar os documentos desta afirmação, o que significa fazer a história da cultura moderna após Marx e Engels (Gramsci, 2024b, C 4, § 3, p. 7).

A crítica ao idealismo de Croce e às reduções mecanicistas do materialismo histórico está presente desde os primeiros *Cadernos*. Nos *Apontamentos de filosofia*, no *Caderno 1*, Gramsci propõe um rigoroso retorno à Marx (2024c, C 1, § 132, p. 148), inaugurando uma nova leitura do marxismo. Mesmo reconhecendo o grande papel desempenhado por Croce na história e na política italianas, Gramsci aponta os equívocos grosseiros da perspectiva revisionista do filósofo napolitano, que “faz coincidir ideologia e filosofia”, “teoria e prática”, realizando “um rebaixamento da filosofia tradicional” com a sua teoria das “distinções”.

No *Caderno 10*, intitulado *La filosofia di B. Croce*, Gramsci aprofunda suas críticas às elaborações croceanas, especialmente acerca da concepção do marxismo pautado na dialética dos distintos, na separação entre ética e política e na identidade entre filosofia e história. Deriva daqui o conceito de “história ético-política” de Croce, que reduzia a história a uma visão especulativa e restrita à “própria vida do Estado”, como um “cânone empírico de investigação histórica” (Gramsci, 2024d, C 10, § 12, p. 30-31), cindindo a política e a historiografia. Gramsci retoma o conceito de “história ético-política” de forma crítica, trazendo justamente a unidade dialética entre história e política, economia e política, cultura e política, o que se revela na perspectiva de totalidade e se expressa na teoria da hegemonia.

Pode-se dizer que não só a filosofia da práxis não exclui a história ético-política, como, ao contrário, sua mais recente fase de desenvolvimento consiste precisamente na reivindicação do momento da hegemonia como essencial à sua concepção estatal e à “valorização” do fato cultural, da atividade cultural, de uma frente cultural como necessária, ao lado das frentes meramente econômicas e políticas (Gramsci, 2024d, C 10, § 7, p. 20).

Para Gramsci, a filosofia da práxis não se reduz a um mero conjunto de conhecimentos, antes é portadora de uma visão de mundo, de uma perspectiva revolucionária, pois

[...] o caráter da filosofia da práxis é especialmente o de ser uma concepção de massa, uma cultura de massa e de massa que opera unitariamente, isto é, que tem normas de conduta não somente universais em ideia, mas, também, “generalizadas” na realidade social. E a atividade do filósofo “individual” só pode ser concebida, portanto, em função de tal unidade social, ou seja, também ela como política, como função de direção política (Gramsci, 2024d, C 10, § 31, p. 66).

A filosofia da práxis, no pensamento gramsciano, busca contrapor à visão especulativa e teológica, própria do idealismo, uma concepção verdadeiramente imanentista, cuja base está no conceito de estrutura e na sua relação dialética com a superestrutura. Afinal, na leitura croceana de Marx, a estrutura aparece como um “deus oculto”, imóvel, abstrato, situado acima da história; Gramsci contrapõe-se a esta concepção, salientando que a estrutura é algo concreto, é processo histórico, sendo que a filosofia da práxis não julga os fatos da superestrutura como “aparência”: ela “consiste no fato da reivindicação do momento da hegemonia como essencial na sua concepção estatal e na “valorização” do fato cultural, da atividade cultural, de uma frente cultural como necessária, ao lado das frentes meramente econômicas e meramente políticas” (Gramsci, 2024d, C 10, § 7, p. 20).

Na perspectiva de Gramsci, Croce comete o equívoco de acreditar que “[...] a filosofia da práxis ‘destaca’ a estrutura das superestruturas [...]” (Gramsci, 2024d, C 10, § 41, p. 94), das quais a primeira seria o “deus oculto” que a tudo determina, adensando em alternativa a essa interpretação, um excesso de ideologismo. Não compreende que a estrutura deve ser concebida historicamente, “[...] como o conjunto das relações sociais nas quais os homens reais se movem e atuam, como um conjunto de condições objetivas que podem e devem ser estudadas com os métodos da ‘filologia’ e não da ‘especulação’ [...]” (Gramsci, 2024d, C 10, § 8, p. 22).

A relação estreita entre filosofia, história e política se traduz no que Gramsci denomina de “historicismo”, conceito que o marcou desde a juventude, mas que — em sua formulação croceana — é criticado e recolocado em outro patamar. Para ele, o marxismo é o “historicismo absoluto”, o que significa entender o historicismo de forma consequente, imanente ao processo histórico, desvinculado de qualquer resíduo de transcendência. Em outros termos, falar de historicismo no pensamento gramsciano significa aprofundar o sentido da historicidade e da totalidade. Pressupõe entendê-lo como unidade dialética entre teoria e prática, entre ação e pensamento (Simionatto, 2011).

Ao contrário de colocar em lados opostos e completamente separados estrutura e superestrutura, objetividade e subjetividade, cujos primeiros termos da equação determinariam em absoluto os segundos, as forças produtivas não podiam ser identificadas somente como coisas materiais, como se de seu conjunto se desconsiderassem as forças e relações sociais que lhes são intrínsecas, afinal, reivindicando um “historicismo absoluto”, Gramsci compreende que este “[...] ‘absorve’ a concepção subjetiva da realidade (o idealismo) na teoria das superestruturas; absorve-o e o explica historicamente [...] A teoria das superestruturas é a tradução da concepção

subjetiva da realidade em termos de historicismo realista” (Gramsci, 2024d, C 10, § 6, p. 40).

Outro confronto com Croce refere-se à concepção das ideologias entendidas por ele como arbitrárias, como meras ilusões. Segundo Gramsci, contudo,

Para a filosofia da práxis, as ideologias são tudo menos arbitrárias; são fatos históricos reais, que devem ser combatidos e revelados em sua natureza como instrumentos de dominação, não por razões de moral etc., mas, precisamente por razões de luta política: tornar os governados intelectualmente independentes dos governantes, destruir uma hegemonia e criar outra, como um momento necessário da derrubada da práxis (Gramsci, 2024d, C 10, § 41, XII, p. 113).

O pensamento de Croce, para Gramsci, “[...] se aproxima mais da interpretação materialista vulgar do que a filosofia da práxis. Para a filosofia da práxis, as superestruturas são uma realidade (ou se tornam tal, quando não são puras lucubrações individuais), objetiva e operativa”. É nesta esfera, para Gramsci, que os homens podem se tornar conscientes de sua posição social, sendo que “[...] a filosofia da práxis em si é uma superestrutura, é o terreno em que certos grupos sociais se tornam conscientes de seu ser social, de sua força, de suas tarefas, de seu dever” (Gramsci, 2024d, C 10, § 41, XII, p. 113). E ainda:

A filosofia da práxis [...] não tende a resolver pacificamente as contradições existentes na história e na sociedade, na verdade, é a própria teoria dessas contradições; não é o instrumento do governo dos grupos dominantes para obter consenso e exercer hegemonia sobre as classes subordinadas; é a expressão dessas classes subordinadas que querem se educar na arte do governo e que têm interesse em conhecer todas as verdades, mesmo as desagradáveis, e em evitar as decepções (impossíveis) da classe superior e ainda mais de si mesmas (Gramsci, 2024d, C 10, § 41, XII, p. 114).

Este é o processo de construção da hegemonia, que remete à relação dialética entre ideologia e política na práxis das classes subalternas. Sob esta perspectiva, a filosofia da práxis, “[...] se atualiza, vive historicamente, ou seja, socialmente e não mais apenas nos cérebros individuais, cessa de ser ‘arbitrária’ e torna-se necessária-racional-real (Gramsci, 2024d, C 10, § 28, p. 61).

Na defesa da filosofia da práxis, o confronto de Gramsci também ocorre com Nikolai Bukharin, especialmente à sua obra *Tratado de Materialismo Histórico*, cunhado por Gramsci de *Ensaio popular de sociologia*. Para Gramsci, o pensador russo, defensor fiel da ortodoxia economicista, expressa um “marxismo camuflado”, reduz o marxismo a um “casuísmo mecânico”, a um “materialismo vulgar”. As críticas a Bukharin dirigem-se a dois aspectos principais: 1) a redução da filosofia da práxis a uma “sociologia” do materialismo metafísico; e 2) ao fato de que a “lei de causalidade, a busca da regularidade, normalidade, uniformidade, substituem a dialética histórica” (Gramsci, 2024e, C 11, § 14, p. 40-41). Desse modo, a filosofia implícita no *Ensaio popular* é designada por Gramsci (2024e, C 11, § 14, p. 41) como “um aristotelismo positivista, uma adaptação da lógica formal aos métodos das ciências físicas e naturais”.

Às interpretações economicistas do marxismo, que vicejavam na Europa e fortemente no debate italiano nas primeiras décadas do século XX, decorrentes da Segunda Internacional, Gramsci (2024e, C 11, § 33, p. 86) contrapõe-se afirmando que a filosofia da práxis não representa especificamente uma “teoria da história” ou das leis econômicas, pois política, história, economia e cultura “se entrelaçam em unidade orgânica”. Partindo das indicações de Marx contidas no *Prefácio à Crítica da Economia Política* de 1859, não são os fatores econômicos que determinam a compreensão da realidade social, mas sim o princípio da totalidade. Lançando mão do texto de Marx, Gramsci revela sua preocupação com a análise das condições objetivas e subjetivas, das relações entre estrutura e superestrutura, de um determinado “evento histórico”:

A questão da “objetividade” do conhecimento segundo a filosofia da práxis pode ser elaborada a partir da proposição (contida no prefácio à *Crítica da economia política*) de que “os homens tornam-se conscientes (do conflito entre as forças materiais de produção) no terreno ideológico” das formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas, filosóficas (Gramsci, 2024e, C 11, § 64, p. 129).

Nas trilhas de Marx, Gramsci (2024d, C 10, § 41, XI, p. 113) compreende que consciência “[...] não é limitada ao conflito entre as forças materiais de produção e as relações de produção”, pois, “[...] se os homens adquirem consciência de sua posição social e de seus objetivos no terreno das superestruturas, isso significa que entre estrutura e superestrutura existe um nexo necessário e vital”. Quanto ao pressuposto presente em Marx de que a infraestrutura econômica da sociedade contém a superestrutura, Gramsci se reporta ao conceito de “bloco histórico” presente em Georg Sorel, reelaborando-o, contudo, de forma inovadora. Recuperando o nexo dialético entre estrutura e superestrutura presente em Marx, Gramsci oferece uma definição mais clara do conceito de “bloco histórico”, em que precisamente as forças materiais são o conteúdo, e as ideologias, a forma. Esta distinção de forma e conteúdo é meramente didática, porque as forças materiais não seriam concebidas historicamente sem forma, e as ideologias seriam caprichos individuais sem as forças materiais (Gramsci, 2024f, C 7, § 21, p. 25).

Em outras palavras, entre estrutura e superestrutura não pode haver uma relação de causa-efeito, ou seja,

[...] não acredito que existam muitos a sustentar que, com a modificação de uma estrutura, todos os elementos da superestrutura correspondente devam necessariamente desaparecer. Ao contrário, ocorre que, de uma ideologia surgida para guiar as massas populares [...] sobrevivam vários elementos [...] (Gramsci, 2024d, C 10, § 41, p. 116).

Por isso, reivindicando o pensamento de Marx, Gramsci combate veementemente essa dicotomia, já

[...] que os elementos ideais se fundem com os materiais e que esses se alimentam daqueles e vice-versa. [...] De forma mais simples, o bloco histórico é definido como uma síntese de estrutura a superestrutura, na qual as forças materiais se encontram e quase se fundem com as ideologias [...] (D’Orsi, 2022, p. 321).

O conceito de bloco histórico em conexão com o conceito de ideologia é o fio condutor perseguido por Gramsci na sua tarefa de liberar o pensamento de Marx das

“incrustações” economicistas e positivistas através do aprofundamento da função ativa das superestruturas. As expressões “grau de desenvolvimento das forças materiais de produção”, “modo de produção da vida material”, “condições econômicas da produção” e “similares”, na correta interpretação de Gramsci (2024e, C 11, § 29, p. 78), são utilizadas por Marx para afirmar que o desenvolvimento econômico é determinado por condições materiais, mas que jamais podem ser reduzidas “à mera metamorfose do instrumento técnico”. Em confronto com Bukharin na discussão sobre o conceito de matéria, alerta Gramsci (2024e, C 11, § 30, p. 80):

[...] a filosofia da práxis não estuda uma máquina para conhecer e estabelecer a estrutura atômica do material, as propriedades físico-mecânicas dos seus componentes naturais [...], mas enquanto é momento das forças materiais de produção, enquanto é objeto de propriedade de determinadas forças sociais, enquanto expressa uma relação social e esta corresponde a um determinado período histórico [...]. O conjunto das forças materiais de produção é, ao mesmo tempo, uma cristalização de toda a história passada e a base da história presente e futura.

A esfera econômica, em vista disso, não se reduz a “instrumento técnico”, mas abarca o “conjunto de relações sociais”, uma vez que o trabalho e a técnica se configuram como as principais formas de relação não só do homem com a natureza, mas também do homem com os outros homens. Relações sociais que se organizam e se complexificam no nexo orgânico entre a infraestrutura econômica e as superestruturas políticas, jurídicas e culturais. Justamente aqui situa-se a teoria da hegemonia, que implica, além da transformação política, a transformação econômica e social. A hegemonia é precisamente o momento em que Estado e economia, estrutura e superestrutura, teoria e prática se relacionam dialeticamente (Frosini, 2010). A filosofia da práxis, portanto, não “[...] separa a estrutura das superestruturas [...] em vez disso, concebe seu desenvolvimento como intimamente ligado e necessariamente inter-relacionado e recíproco. [...]” (Gramsci, 2024d, C 10, § 41, p. 94–95).

As relações entre estrutura e superestrutura constituem, para Gramsci, o “problema crucial do materialismo histórico”. Para ele, a esfera superestrutural não pode ser reduzida a uma concepção subjetivista, “[...] própria da filosofia moderna em sua forma mais completa e avançada, se foi dela e como sua superação que nasceu o materialismo histórico” no qual a “teoria das superestruturas” expressa “em linguagem realista e historicista o que a filosofia tradicional expressava em forma especulativa” (Gramsci, 2024e, C 11, § 17, p. 51). Desse modo,

[...] a concepção “subjetivista”, após ter servido para criticar a filosofia da transcendência, por um lado e a metafísica ingênua do senso comum e do materialismo filosófico, por outro, só pode encontrar a sua realização e a sua interpretação historicista na concepção das superestruturas, ao passo que em sua forma especulativa ela nada mais é do que um mero romance filosófico (Gramsci, 2024e, C 11, § 17, p. 53).

Longe de visões especulativas e psicologistas, a subjetividade é aqui desvelada como ato histórico, como “[...] ‘subjetividade histórica de um grupo social’, como fato, [...] como forma de um concreto conteúdo social e o modo de conduzir o conjunto da sociedade a forjar para si uma unidade moral” (Gramsci, 2024d, C 10, § 8, p. 22). Observa-se, portanto,

o esforço de Gramsci na recuperação do papel ativo da subjetividade e sua relação dialética com o processo histórico-social, perspectiva oposta tanto à “intersubjetividade” habermasiana, quanto ao “subjetivismo” neoliberal (Simionatto, 2011).

Acerca das concepções economicistas do marxismo que reduzem as superestruturas a “simples e débeis ‘aparências’”, e contra qualquer concepção psicologista e ilusória, Gramsci (2024e, C 11, § 50, p. 112) assevera:

Que a afirmação da “aparência” das superestruturas não seja um ato filosófico, de conhecimento, mas apenas um ato prático, de polémica política, resulta do fato de que ela não é posta como “universal”, mas apenas como resultado de determinadas superestruturas.

No juízo da “aparência” das superestruturas há um fato da mesma natureza: um “desengano”, um pseudopessimismo etc., que desaparece de súbito quando se “conquista” o Estado e as superestruturas são aquelas do próprio mundo intelectual e moral (Gramsci, 2024e, C 11, § 50, p. 113).

Ante tais tendências, que reduzem a filosofia da práxis a uma “escolástica elementar”, centradas na classificação abstrata e formal, Gramsci (2024e, C 11, § 22, p. 64) defende a “função e o significado da dialética”, os quais “[...] só podem ser concebidos em toda a sua fundamentalidade se a própria filosofia da práxis for concebida como uma filosofia integral e original”, que demarca “[...] uma nova fase na história e no desenvolvimento mundial do pensamento, na medida em que supera [...] tanto o idealismo quanto o materialismo tradicionais, expressões das velhas sociedades” (Gramsci, 2024e, C 11, § 22, p. 63). Por isso,

No âmbito teórico, o marxismo não se confunde e não se reduz a nenhuma outra filosofia: ele não é só original enquanto supera as filosofias precedentes, mas é original especialmente enquanto abre uma estrada completamente nova, isto é, renova de cima a baixo o modo de conceber a filosofia (Gramsci, 2024b, C 4, § 11, p. 22–23).

O marxismo, para Gramsci, não é apenas um método, mas uma filosofia, uma concepção de realidade, ou, como ele afirma nas pegadas de Labriola, “uma concepção de mundo”. O conhecer e o agir prático, ou seja, o momento metódico e o momento da concepção de mundo se encontram intrinsecamente relacionados. Nessa mirada,

[...] a filosofia da práxis é uma reforma e um desenvolvimento do hegelismo, é uma filosofia libertada (ou que busca libertar-se) de todo elemento ideológico unilateral e fanático, é a consciência plena das contradições, na qual o próprio filósofo, entendido individualmente ou entendido como inteiro grupo social, não apenas compreende as contradições, mas põe a si mesmo como elemento da contradição, eleva este elemento a princípio de conhecimento e, portanto, de ação (Gramsci, 2024e, C 11, § 62, p. 125).

A filosofia da práxis, portanto, afirma a unidade entre teoria e prática; trata-se de uma filosofia que se engendra no processo histórico, concebendo-a tal como se expressa na *XI Tese sobre Feuerbach*: “os filósofos apenas interpretaram o mundo de várias maneiras, trata-se agora de transformá-lo” (Marx; Engels, 1986, p. 14).

A filosofia da práxis como programa de ação das classes subalternas

Combatendo tanto o idealismo de Croce, quanto o materialismo determinista e economicista de Bukharin, Gramsci (re)constrói e reivindica de maneira original o núcleo fundamental do marxismo. Não por acaso, através da filosofia da práxis compreende que esta não se reduz apenas a uma concepção de mundo, a uma filosofia, ainda que inédita e diferente de todas as outras que a precederam: ela tem, sobretudo, “[...] normas de conduta não só universais em ideia, mas também ‘generalizadas’ na realidade social” (Gramsci, 2024d, C 10, § 31, p. 66). Isso significa dizer que a filosofia da práxis tem “[...] em si todos os elementos fundamentais para construir uma total e integral concepção do mundo [...] para fazer viva uma integral organização prática de sociedade [...]” (Gramsci, 2024e, C 11, § 27, p. 72), constituindo-se como portadora de um devir histórico e como expressão de uma filosofia que se coloca como transformadora do mundo na medida em que busca retirar os “simples” da condição de “simples”.

Por esse motivo, quando se analisa o *Caderno 11*, intitulado por Gramsci de *Introdução ao estudo da filosofia*, o marxista italiano busca conceituar e refletir sobre o que é a filosofia e, em seu entendimento, parte da premissa de que “todos os homens são filósofos”. Isso porque, para Gramsci, é necessário combater o preconceito muito difundido de que a filosofia é uma atividade intelectual própria e restrita a um grupo de cientistas ou filósofos profissionais: todos são portadores de uma filosofia, ainda que de uma “filosofia espontânea”, visto que ela está contida na linguagem, no senso comum e bom senso, na religião popular, no folclore. Assim, mesmo inconscientemente todos os homens são filósofos porque em quaisquer manifestações de atividade intelectual está contida uma determinada concepção de mundo. Diante disso, indaga:

[...] é preferível “pensar” sem ter consciência crítica disto, de uma maneira desagregada e ocasional, isto é, “participar” de uma concepção do mundo “imposta” mecanicamente pelo ambiente exterior, ou seja, por um dos muitos grupos sociais nos quais cada um está automaticamente envolvido desde sua entrada no mundo consciente [...] ou é preferível elaborar a própria concepção do mundo, consciente e criticamente [...] participar ativamente na produção da história do mundo, ser guia de si mesmos e não simplesmente aceitar do exterior, passiva e servilmente, o molde para a própria personalidade? (Gramsci, 2024e, C 11, § 12, p. 13–14).

Certamente, é preferível elaborar a própria concepção de mundo: é a partir dela que podemos identificar o pertencimento a determinado grupo social, afinal, compartilha-se de certo modo de agir e pensar, em que todos são conformistas de algum conformismo, constituindo-se de “homens-massas” ou “homens-coletivos”. O problema está em saber a que conformismo o homem-massa compartilha: se de uma concepção de mundo crítica e coerente ou, ao contrário, desagregada e ocasional. Quando ela é desagregada e ocasional, Gramsci explica que “[...] nossa própria personalidade é compósita, de uma maneira bizarra: nela se encontram elementos dos homens das cavernas e princípios da ciência mais moderna e progressista [...]” (Gramsci, 2024e, C 11, § 12, p. 14). Nesse ínterim, tornar a concepção de mundo coerente e unitária demanda criticá-la: exige um conhecimento a ti mesmo que permita criticar toda a filosofia até hoje existente, “[...] que deixou em ti uma infinidade de traços acolhidos sem análise crítica” (Gramsci, 2024e, C 11, § 12, p. 14).

Mas é preciso também distinguir a filosofia da religião e do senso comum. Para Gramsci, a primeira é de ordem intelectual, enquanto as demais não podem ser. A religião caracteriza-se por ser um elemento do senso comum. Aliás, não existe somente um “único” senso comum: ele refere-se a um nome coletivo para designar as visões fragmentárias e desagregadas de mundo, dentre as quais, a religião é, especialmente, uma de suas expressões. Por isso, “A filosofia é a crítica e a superação da religião e do senso comum e, nesse sentido, coincide com o ‘bom senso’, que se contrapõe ao senso comum” (Gramsci, 2024e, C 11, § 12, p. 16).

Quando falamos sobre filosofia é importante notarmos que não existe somente uma filosofia em geral, mas diversas filosofias (ou concepções de mundo) e sempre é feita uma escolha entre elas. A filosofia portada pelo homem-massa é aquela que se expressa na atividade real de cada um, pois, para Gramsci, a verdadeira filosofia está contida na política dos homens. Com esta passagem, já é possível atentar para a imbricada articulação entre filosofia e política no pensamento gramsciano, pois “[...] pode-se demonstrar que a escolha e a crítica de uma concepção de mundo são, também elas, fatos políticos” (Gramsci, 2024e, C 11 § 12, p. 17). Ocorre, porém, que muitas vezes observamos um contraste entre o pensar e o agir quando um determinado grupo social toma “de empréstimo” uma concepção de mundo que não é a sua por “[...] razões de submissão e subordinação intelectual [...]” (Gramsci, 2024e, C 11, § 12, p. 17). Uma vez que um grupo social afirma verbalmente uma filosofia de empréstimo, acolhe-a sem crítica e acredita segui-la, demonstra que, na realidade, a sua verdadeira concepção de mundo ainda é bastante embrionária e ocasional e, portanto, submissa e subordinada.

Gramsci adverte que a filosofia tem em vista superar as “paixões mais bestiais e elementares”, de maneira a dotar a ação de uma direção consciente, buscando desenvolver o bom senso que, segundo ele, é o núcleo sadio do senso comum: este identifica-se por comportar características difusas de um pensamento genérico, cabendo à filosofia da práxis apresentar-se como crítica ao senso comum, ou seja, ao emaranhado de visões fragmentadas que não conduzem a ação consciente na história. Ela consiste em uma atividade polêmica e crítica, “[...] como superação da maneira de pensar precedente e do pensamento concreto existente (ou mundo cultural existente)” (Gramsci, 2024e, C 11, § 12, p. 21). Em referência ao pensamento marxista, a filosofia da práxis, no dizer gramsciano, representa não a introdução de algo *ex novo*, mas é o tornar crítica uma atividade já existente. Afinal, fazer com que uma multidão de homens pense coerentemente e unitariamente é um fato filosófico mais original que qualquer descoberta.

Por isso, ao contrário da Igreja Católica, por exemplo, que historicamente manteve os simples na filosofia primitiva do senso comum, a filosofia da práxis é antitética a esta posição: quer conduzir os simples a uma concepção de vida superior — condição que se inicia pela crítica ao senso comum, já que este influi “[...] sobre as massas populares como força política externa, como elemento de força coesiva das classes dirigentes, e, portanto, como elemento de subordinação a uma hegemonia exterior, que limita o pensamento original das massas populares de uma maneira negativa” (Gramsci, 2024e, C 11, § 13, p. 34). Nesta relação de elaboração de uma filosofia superior e crítica ao senso comum, o nexos é assegurado pela política, pois é a elevação dos “simples” por meio da

atividade dos intelectuais que torna possível a construção de um bloco intelectual-moral que deve ser, ao mesmo tempo, expressão do grande progresso intelectual das massas: a atividade política dos intelectuais através de um contato cultural com os “simples” é, portanto, uma exigência.

Nessa perspectiva, a luta pela disputa entre hegemonias políticas é fundamental para a compreensão crítica de si mesmo, de modo que, para Gramsci, “[...] conceito de hegemonia representa, para além do progresso político-prático, um grande progresso filosófico, já que implica e supõe necessariamente uma unidade intelectual e ética adequada à concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica [...]” (Gramsci, 2024e, C 11, § 12, p. 23-24).

Contidas no *Caderno 11*, essas reflexões demonstram o quão a filosofia da práxis na perspectiva de Gramsci deve constituir-se na filosofia das classes subalternas, investindo-se de um movimento cultural que pretende substituir o senso comum e as velhas concepções de mundo: está, afinal, para mudar o panorama ideológico de uma época, contribuindo para a passagem do “reino da necessidade para o reino da liberdade” (Siqueira, 2024).

Nessa direção, a filosofia da práxis é uma filosofia superior. Não porque é ou deve ficar restrita a pequenos grupos de intelectuais, mas sim pelo fato de que é preciso elevar o marxismo a um nível superior, distanciando-o das influências que o corrompem, já que ele é o único capaz de fornecer “[...] ao povo reformado uma cultura não mais subalterna” (Dainotto, 2017, p. 689). Representa, portanto, uma verdadeira “ciência-ação” (Gramsci, 2024f, C 7, § 33, p. 39) que sintetiza a atividade teórico-política dos grupos subalternos: construindo uma concepção de mundo global, coerente e unitária a partir da crítica ao senso comum, é um programa de ação para as classes subalternas que lança as bases para a construção de uma nova civilização. Por isso, “Não há dúvida de que em Gramsci, a filosofia da práxis é entendida como uma construção própria das classes subalternas, que se organizam, junto com seus intelectuais, para suplantar e superar a visão restrita e desumanizadora das classes elitizadas” (Semeraro, 2005, p. 31).

Considerações finais

O materialismo histórico reelaborado por Gramsci como filosofia da práxis apresenta-se como uma filosofia integral e original, que marca o início de uma nova fase na história e no desenvolvimento mundial do pensamento, na medida em que supera tanto o idealismo quanto o materialismo fatalista e economicista evocados pela Segunda Internacional. Absorvendo os elementos essenciais da concepção de Marx, mas também de Lênin, Gramsci realiza um salto qualitativo em relação às demais concepções filosóficas e, justamente por superá-las, apresenta-se como uma nova maneira de pensar e transformar a realidade.

Demonstrando uma profunda radicalidade dialética entre objetividade e subjetividade, a filosofia da práxis põe-se não como método determinista a ser seguido, mas expressa, sobretudo, “[...] a filosofia da vida, da existência [das classes subalternas], na superação das contradições das classes fundamentais [...]” (De Mari, 2023, p. 55). Sua importância

está em anunciar e alertar para a necessidade de suplantação das contradições sociais, sustentando a perspectiva revolucionária que fundamenta todo o pensamento de Marx e da tradição marxista e, incontestavelmente, o do comunista sardo.

Pode-se concluir, portanto, que o marxismo, tal como definido por Gramsci, compreende o nexo orgânico e indissociável entre economia e política, entre filosofia, política e cultura. A unidade de tais esferas ocorre mediante o desenvolvimento dialético das contradições entre o homem e a matéria, ou seja, entre a natureza e as forças produtivas, entre “vontade humana (superestrutura) e estrutura econômica”, assim como na política ocorrem as relações entre “o Estado e a sociedade civil” (Gramsci, 2024f, C 7, § 18, p. 24).

Esta síntese dialética entre o mundo objetivo e a atividade subjetiva, entre as condições materiais e a intervenção humana dos homens organizados livremente, traduz a criativa e original concepção de marxismo como “filosofia da práxis”, alicerçada, na perspectiva de Gramsci, nos princípios da totalidade e da historicidade, pois expressa a conexão orgânica entre cultura e política, teoria e prática, objetividade e subjetividade, pensamento e ação, na qual se fundamenta o pensamento de Marx. Para o Serviço Social brasileiro, o pensamento gramsciano fornece um amplo arco categorial que permite desvendar, com as “armas da crítica”, as relações de exploração e dominação que se ampliam nesta quadra da história — não apenas no campo econômico, mas também nos padrões culturais e nas formas de pensar. Nessa direção, o projeto ético-político profissional de natureza crítica, ao assumir como um de seus princípios fundamentais a liberdade, entendida historicamente como valor ético central, bem como o compromisso com a autonomia e com a emancipação plena dos indivíduos sociais, remete à vinculação da profissão a um determinado projeto societário, ou seja: aquele voltado à construção de uma nova ordem social, sem distinção e/ou exploração de classe, etnia e gênero.

Nessa perspectiva, Marx e Lukács, mas também Gramsci, podem contribuir e fornecer os fundamentos teórico-metodológicos para esclarecer tal projeto e elucidá-lo, mas, especialmente, para fazê-lo avançar, endossando uma cultura profissional crítica que permaneça a forjar resistências diante da sociedade erigida sob os ditames perversos do capital e fazer frente às intensas desigualdades sociais e às novas e velhas expressões da questão social que se põe na realidade contemporânea.

Afinal, as instigantes indicações contidas no “laboratório” de Gramsci, principalmente no plano do método e de seu rico instrumental de análise, oferecem possibilidades inovadoras para o conhecimento da realidade, para a identificação das contradições materiais da vida prática das classes subalternas, suas condições objetivas e subjetivas, suas necessidades históricas, seu modo de pensar e as formas de resistência forjadas em seu cotidiano no enfrentamento à hegemonia capitalista contemporânea. E isto só poderá ocorrer através da filosofia da práxis, ou seja, do marxismo (Adriano *et al.*, 2024), que muito tem a oferecer à luta dos subalternos, mas também ao Serviço Social brasileiro.

Referências

ADRIANO, Ana Livia *et al.*. Serviço social e filosofia da práxis: reflexões sobre os fundamentos e a importância de Antonio Gramsci na formação acadêmico profissional. **Revista de Políticas Públicas**, v. 28, n. esp.: Cem anos de História e consciência de classe de Lukács, p. 764–784, 2024. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/24528/13088>. Acesso em: 22. jan. 2026.

DAIANOTTO, Roberto. Renascimento. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (org.). **Dicionário gramsciano**. Tradução de Ana Maria Chiarini, Diego Silveira Coelho Ferreira, Leandro de Oliveira Galastri e Silvia de Bernardinis. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 689–692.

DE MARI, Cezar L. **10 lições sobre Gramsci**. Petrópolis: Vozes, 2023.

D'ORSI, Angelo. **Gramsci: uma nova biografia**. Tradução de Cristina Bezerra. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

FROSINI, Fábio. **La religione del uomo moderno**. Roma: Carocci editore, 2010.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere: caderno 1 (XVI): 1929–1930: primeiro caderno**. Tradução: Rocco Lacorte, Alex Calheiros, Lucas Moura Vieira. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024c. e-Book. Disponível em: <https://storage.googleapis.com/production-hostgator-brasil-v1-0-9/739/971739/23GwhSwA/e290b8734980428cb07b71bbacbedcbe?fileName=Caderno%201.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2026.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere: caderno 4 (XIII): 1930–1932: notas sobre filosofia: miscelânea: o canto décimo do inferno**. Tradução de Rita Coitinho e Marcos Aurélio da Silva. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024b. e-Book. Disponível em: <https://storage.googleapis.com/production-hostgator-brasil-v1-0-9/739/971739/23GwhSwA/d60042db5bb64534a81998ee65108337?fileName=Caderno%204.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2026.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere: caderno 5 (IX): 1930–1932: miscelânea**. Tradução de Ana Maria Said, Giovanni Semeraro e Marcos Aurélio da Silva. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024a. e-Book. Disponível em: <https://storage.googleapis.com/production-hostgator-brasil-v1-0-9/739/971739/23GwhSwA/7368a650e49a4bf9b4ada4154b397e38?fileName=Caderno%205.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2026.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere: caderno 7 (VII): 1930–1932: notas sobre filosofia II e miscelânea**. Tradução de Ana Maria Said e Marcos Aurélio da Silva. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024f. e-Book. Disponível em: <https://storage.googleapis.com/production-hostgator-brasil-v1-0-9/739/971739/23GwhSwA/7368a650e49a4bf9b4ada4154b397e38?fileName=Caderno%207.pdf>.

9/739/971739/23GwhSwA/ob8ed8e3a0a04ff8a484922e758b18bb?fileName=Caderno%207.pdf. Acesso em: 22. jan. 2026.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: caderno 10 (XXXIII): 1932–1935: a filosofia de Benedetto Croce. Tradução de Ana Maria Said e Gianni Fresu. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024d. e-Book. Disponível em: [https://storage.googleapis.com/production-hostgator-brasil-v1-o-](https://storage.googleapis.com/production-hostgator-brasil-v1-o-9/739/971739/23GwhSwA/53a16517242a41e8ba6397ea26efb12e?fileName=Caderno%2010.pdf)

9/739/971739/23GwhSwA/53a16517242a41e8ba6397ea26efb12e?fileName=Caderno%2010.pdf. Acesso em: 22 jan. 2026.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: caderno 11 (XVIII): 1932–1933: introdução ao estudo da filosofia. Tradução: Giovanni Semeraro, Rodrigo Lima. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024e. E-book. Disponível em: [https://storage.googleapis.com/production-hostgator-brasil-v1-o-](https://storage.googleapis.com/production-hostgator-brasil-v1-o-9/739/971739/23GwhSwA/3bce07627d8a472490d81c788c1f6b4a?fileName=Caderno%2011.pdf)

9/739/971739/23GwhSwA/3bce07627d8a472490d81c788c1f6b4a?fileName=Caderno%2011.pdf. Acesso em: 22. jan. 2026.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã (Feuerbach)**. São Paulo: Hucitec, 1986.

SEMERARO, Giovanni. Filosofia da práxis e (neo)pragmatismo. **Revista Brasileira de Educação**, n. 29, p. 28–39, 2005. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782005000200003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Cjxrnd9QzJRJdLjrwfMyThk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 22. jan. 2026.

SIMIONATTO, Ivete. Marxismo gramsciano e serviço social: interlocuções mais que necessárias. **Em Pauta**, v. 9, n. 27, p. 17–34, 2011. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/2496/1929>. Acesso em: 22 jan. 2026.

SIQUEIRA, Mirele H. **Classes e grupos subalternos em Antonio Gramsci**. Rio de Janeiro: Mórula, 2024.

Submetido em: 21/10/2025


Aceito em: 18/12/2025



Trabalho, ontologia e método: fundamentos do projeto ético-político do Serviço Social

Work, ontology, and method: foundations of the ethical-political project of Social Work

Tainá Rocha dos Santos*

 <https://orcid.org/0000-0002-7522-8224>

RESUMO

Este estudo examina a importância do método materialista histórico-dialético e do trabalho na formação do ser social, fundamentando-se nas contribuições de Karl Marx e György Lukács. Enfatiza a relevância desse método para entender as mudanças históricas e para o projeto ético-político do Serviço Social no Brasil. O objetivo é mostrar que a ontologia do ser social, baseada na categoria trabalho, oferece a base teórica e metodológica que apoia o trabalho profissional crítico e emancipador. A pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa, de natureza teórica e bibliográfica, organizada em três eixos centrais: a ontologia do ser social segundo Lukács, a definição do trabalho como pôr teleológico e o método materialista histórico-dialético como base do Serviço Social. Os resultados sugerem que o método, ao considerar a totalidade e a contradição como fundamentos da realidade, permite entender as manifestações da questão social em sua complexidade e direcionar a intervenção profissional para a emancipação humana.

PALAVRAS-CHAVE

Método materialista histórico-dialético; Ontologia do ser social; Serviço Social; Trabalho.

ABSTRACT

This study examines the importance of the historical-dialectical materialist method and of labor in the formation of the social being, based on the contributions of Karl Marx and György Lukács. It emphasizes the relevance of this method for understanding historical changes and for the ethical-political project of Social Work in Brazil. The objective is to demonstrate that the ontology of the social being, grounded in the category of labor, provides the theoretical and methodological foundation that supports a critical and emancipatory professional practice. The research adopts a qualitative approach of a theoretical and bibliographical nature, organized around three central axes: the ontology of the social being according to Lukács, the definition of labor as teleological positing, and the historical-dialectical materialist method as the foundation of Social Work. The results suggest that the method, by considering totality and contradiction as the foundations of reality, enables the understanding of the manifestations of the social question in their complexity and guides professional practice toward human emancipation.

*Assistente Social. Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe (UFS, Sergipe, Brasil). Assistente Social na Secretaria Municipal de Saúde de São Cristóvão/SE (SMS, São Cristóvão, Brasil) e Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, Maceió, Brasil). E-mail: taina.rds@hotmail.com

DOI 10.22422/temporalis.2026v26n51p36-51



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2026 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

KEYWORDS

Historical-dialectical materialist method; Ontology of social being; Social Work; Labor.

Introdução

Sob a perspectiva ontológica, a compreensão da natureza humana fundamenta-se em uma visão de mundo que estabelece uma conexão direta entre o mundo social e o biológico. Como ressalta Lukács (2020) em *A Destruição da Razão*, o capitalismo deve ser entendido como uma construção social, ainda que muitas vezes seus problemas sejam erroneamente atribuídos a uma suposta natureza inerente aos indivíduos. Nesse sentido, abordagens que ignoram as discontinuidades no desenvolvimento do ser social tendem a enxergar a sociedade como uma espécie de “segunda natureza”, desconsiderando a atuação ativa dos seres humanos na construção de sua própria história. A ontologia do ser social, desenvolvida por Lukács com base em Marx, fornece um fundamento teórico para entender a realidade como uma totalidade concreta e historicamente definida. Neste sentido, o ser humano é visto como agente responsável por criar sua própria existência por meio do trabalho, elemento essencial para a sociabilidade e a consciência.

Assim sendo, o objetivo deste artigo é utilizar a obra ontológica de Lukács (2018) como base para refletir sobre uma consequência da conhecida afirmação de Karl Marx, que expressa a orientação materialista de seu pensamento: “Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (Marx, 2008, p. 47). Sendo o ser social o fator determinante da consciência, torna-se evidente que qualquer debate sobre método e conhecimento (epistemologia) deve estar ancorado e criticamente revisado a partir de uma concepção abrangente da existência (ontologia). Na obra ontológica de Lukács (2018), buscamos fundamentos que demonstrem a viabilidade e a necessidade de sustentar a epistemologia e, em especial, o método, dentro de uma explícita “ontologia do ser social”.

Desse modo, o presente estudo tem o propósito de analisar a centralidade do trabalho e do método materialista histórico-dialético na ontologia do ser social, destacando sua importância para o projeto ético-político do Serviço Social no Brasil. O objetivo é mostrar que o método, ao integrar teoria, ontologia e práxis, serve como base não só para entender a totalidade social, mas também para o trabalho profissional que visa à emancipação humana. Ao considerar o trabalho como uma categoria ontológica e o método dialético como uma mediação fundamental entre ser e consciência, reforça-se a conexão entre conhecimento, ética e mudança social.

Para tanto, a metodologia adotada é de natureza teórico-bibliográfica, baseada em autores clássicos do marxismo, como Marx, Engels e Lukács, bem como em referências do Serviço Social crítico, como Yamamoto (2007), Netto (2011), Behring e Boschetti (2006) e Guerra (2000).

O texto está dividido em quatro seções: a primeira explora a origem do ser social com base na categoria trabalho; a segunda analisa o trabalho como pôr teleológico; a terceira discute o método de Marx conforme Lukács; e a quarta examina a importância do método materialista histórico-dialético no projeto ético-político do Serviço Social brasileiro. Por

último, procurou-se sintetizar a conexão entre ontologia, método e práxis, enfatizando a dimensão ético-política do trabalho humano como base para a emancipação social.

A correlação entre trabalho e gênese do ser social

Lukács (2018), ao abordar a ontologia do ser social com base no pensamento de Karl Marx, concebe o trabalho como a categoria fundamental desse ser. Nesse sentido, a perspectiva lukacsiana indica que a gênese da categoria do trabalho está intrinsecamente associada ao advento de uma nova esfera do ser, cuja substancialidade difere radicalmente daquela encontrada no âmbito puramente natural. Ademais, o trabalho assume a função de protoforma, configurando-se como o modelo originário que estrutura a práxis humana e social.

Na busca pela sobrevivência, os seres humanos precisam, ao menos, alimentar-se, abrigar-se e vestir-se. Para tanto, é necessário agir sobre a natureza, e essa ação resulta na transformação dos recursos naturais em matéria-prima para a produção dos meios de subsistência e de produção essenciais à reprodução de suas vidas.

Essa relação de transformação da natureza por meio da ação humana foi denominada por Marx (2013) como *trabalho*: um processo que ocorre entre o homem e a natureza, no qual o ser humano, por meio de sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com o ambiente natural. Nesse processo, ele se depara com a matéria natural como uma potência natural. Para se apropriar da matéria de maneira útil à sua sobrevivência, o homem mobiliza as forças naturais de seu corpo: seus braços, pernas, cabeça e mãos.

Andrade (2016) destaca o argumento de Lukács sobre o trabalho ao atender às necessidades biológicas fundamentais do ser humano, como alimentação, hidratação e reprodução. No entanto, seu papel não se limita a essas funções. Ao criar objetos, meios e conhecimentos que garantem a reprodução biológica da vida humana, o trabalho também gera, de forma indireta, processos, relações e estruturas sociais que ultrapassam a simples satisfação dessas necessidades básicas. Dessa forma, manifesta-se novamente a função essencial do trabalho na gênese e no desenvolvimento do ser humano, pois, por meio de sua ação, ele se constitui enquanto ser social.

Lukács (2018) enfatiza que Aristóteles, em seus estudos sobre a Metafísica, diferencia dois aspectos do trabalho: o pensar e o produzir. O primeiro envolve a definição de um objetivo e a investigação dos meios para alcançá-lo, enquanto o segundo corresponde à concretização desse objetivo. Nessa perspectiva, Lukács também faz referência ao filósofo Nicolai Hartmann, que subdivide o componente “pensar” em dois momentos: a definição da finalidade e a busca pelos meios para atingi-la. A definição da finalidade, por sua vez, configura uma atividade direcionada a um propósito, conhecida como “posição teleológica”. Esta representa o momento ideal do processo de trabalho, no qual o ser humano, de maneira abstrata, articula passado, presente e futuro, concebendo mentalmente a transformação que será realizada na natureza.

É verdade que o “desejo” de satisfazer uma necessidade é algo comum tanto à vida animal quanto à humana. No entanto, quando o trabalho se coloca entre a necessidade e sua

satisfação, a posição teleológica que o orienta leva à “[...] vitória do comportamento consciente sobre a mera espontaneidade instintiva”, resultando no surgimento de um “efeito ativo” sobre o mundo (Lukács, 2018, p. 41). Por isso, Marx (2013) destaca que o trabalho não se resume às primeiras formas animais e instintivas de responder às necessidades, mas constitui uma forma de resposta exclusiva ao ser social.

Lukács (2018) enfatiza a necessidade de um reflexo o mais preciso possível da realidade. Para que o processo de trabalho seja bem-sucedido, é fundamental que o trabalhador seja capaz de refletir, em sua consciência, a realidade ao seu redor. Apenas ao produzir um conhecimento correto sobre os objetos, forças e relações naturais a serem transformadas é que o indivíduo pode identificar os meios adequados para alcançar sua finalidade na matéria objetiva. Assim, o reflexo nos conduz à categoria da “alternativa”, à qual respondemos por meio da criação de valores (avaliando se algo é útil, bom, ruim etc.). Ao escolhermos os instrumentos para realizar o processo de trabalho, com um mínimo de conhecimento sobre suas características — como dureza, liquidez, volatilidade, entre outras —, estamos diante de uma consciência que reconhece as propriedades da matéria e as utiliza para atingir a finalidade desejada, substituindo a resposta instintiva ao meio por uma escolha fundamentada.

A necessidade de um reflexo da realidade para a realização do trabalho leva à separação entre sujeito e objeto, uma divisão que não existe na natureza. Embora a posição teleológica exija certa distância entre a consciência e a realidade, isso resulta em uma separação entre o ser humano, enquanto portador dessa consciência, e a realidade em si. Para os animais, incapazes de realizar uma representação destacada da realidade que se coagula em uma “realidade” própria na consciência, resta-lhes apenas a capacidade de reconhecer certos sinais e reagir a eles de maneira determinada. Ou seja, sem a habilidade de fazer distinções conceituais e de conhecer a realidade em sua totalidade, os animais apenas respondem ao meio por intermédio de seus instintos. Para Lukács (2018), essa dualidade que emerge na esfera social constitui “um estado de coisa fundamental do ser social”, e é com ela que “o ser humano abandona o reino animal”.

Essa relação entre sujeito e objeto leva-nos a uma nova distinção que emerge dentro da esfera social: a “[...] inseparável combinabilidade de categorias aparentemente opostas e, sob uma análise abstrata, mutuamente excludentes: causalidade e teleologia” (Lukács, 2018, p. 19). A teleologia é uma categoria imposta, o que implica que, enquanto uma “consciência que estabelece fins”, ela precisa de um portador, de um “artífice consciente” que a carregue e a concretize, iniciando assim um processo real. Além disso, por essa razão, a teleologia só pode existir dentro do trabalho e da práxis humana que dela decorre. Em sua contraposição, encontramos a causalidade, definida como “[...] um princípio de automovimento autoimposto, que preserva essa característica mesmo quando uma cadeia causal tem seu ponto de partida em um ato de consciência” (Lukács, 2018, p. 13). Dessa forma, a causalidade pode existir independentemente desse sujeito, mas também pode ser transformada por ele.

Assim, Lukács (2018) afirma que a tarefa de pesquisar os meios para alcançar uma finalidade exige a obtenção de um conhecimento objetivo das causalidades das objetividades e dos processos que se pretende transformar. Somente por meio de uma

pesquisa adequada dos meios e de uma correta definição de finalidade, a realidade natural — que nada mais é do que um complexo cujas leis são indiferentes aos esforços e pensamentos humanos e que, por si só, não é capaz de gerar o novo como consequência de uma práxis social própria — pode ser organizada e combinada de acordo com suas características intrínsecas, com o objetivo de produzir algo até então inexistente.

A pesquisa dos meios tem uma dupla função: por um lado, ela revela o que rege os objetos de forma independente da consciência; por outro, por meio desse conhecimento, o ser humano torna-se capaz de realizar novas combinações, atribuindo novas “possibilidades de função” aos elementos presentes na natureza, que seriam inexistentes caso não fosse pela ação da finalidade estabelecida pelo ser humano que trabalha. No entanto, se esse reflexo da realidade falhar, se a consciência que organiza a matéria natural de forma social cometer um erro na pesquisa dos meios, o resultado será uma falha na objetivação da posição teleológica. Isso, por sua vez, leva à retomada das leis naturais da matéria, que voltam a prevalecer.

A consequência desse processo é que a posição teleológica utiliza a atividade própria da natureza, ao mesmo tempo em que a transforma de maneira oposta a si mesma. Em outras palavras, a atividade da posição teleológica na natureza transforma sua *causalidade dada* — embora isso ocorra dentro da insuperabilidade ontológica de suas leis, ou seja, sem que elas sejam submetidas a uma transformação interna — em uma *causalidade posta*.

No contexto do processo de trabalho, a realização da posição teleológica — isto é, a materialização de uma finalidade no mundo objetivo — ocorre por meio de um mecanismo que Lukács (2018) denomina objetivação, caracterizado pela produção contínua do novo. Em consonância com as análises de Marx (2013), esse processo envolve a ação humana que, mediante o uso de meios de trabalho, transforma o objeto de trabalho de acordo com um propósito previamente concebido. Esse processo extingue-se no produto, que é um valor de uso, um material natural adaptado às necessidades humanas por meio da modificação de sua forma. O trabalho incorpora-se ao objeto; ele está objetivado, e o objeto está trabalhado. O que, no trabalhador, manifestava-se sob a forma de movimento, agora aparece, no produto, como uma qualidade fixa, na forma do ser. O trabalhador fez, e o produto é o feito.

Em resumo, o trabalho distingue o ser social do mundo animal por constituir uma resposta ao meio que vai além do simples instinto. Ele transforma a relação entre necessidade e satisfação em uma relação entre pergunta e resposta, algo que nenhum animal conseguiu realizar até então. Assim, por meio da combinação de um momento ideal, a posição teleológica, com um momento real, sua objetivação, o ser humano remodela, combina e sintetiza os elementos presentes na natureza de acordo com uma finalidade. Sem a presença dessa posição de finalidade humana, os elementos naturais poderiam apenas gerar o novo dentro dos limites estabelecidos pela natureza (Lukács, 2018).

Na ontologia marxiana-lukacsiana, a continuidade da existência humana depende da capacidade de os homens realizarem transformações práticas e concretas sobre o ambiente em que vivem. Ao modificar a natureza ao seu redor, o ser humano também se redefine enquanto sujeito. É importante, no entanto, destacar uma observação feita por

Lukács (2018): a essência do processo de transição do ser inorgânico para o ser orgânico e, posteriormente, do ser biológico para o ser social não pode ser completamente compreendida, apesar de existirem elementos causais que a ciência já conseguiu, em grande parte, identificar e quantificar. Contudo, o salto qualitativo de um estágio para o outro continua a ser um salto ontologicamente e qualitativamente necessário de um nível de ser a outro.

No capítulo dedicado ao trabalho, Lukács (2018) destaca a contribuição de Friedrich Engels por ter centralizado o trabalho como a categoria fundamental no processo de humanização do homem. Foi através da atividade laboral que Engels, filósofo e colaborador de Marx, formulou a ideia do desenvolvimento humano, desde um estágio pré-hominídeo até a constituição da humanidade. Segundo Engels (1979, p. 215), o trabalho “[...] é a condição fundamental de toda a vida humana; e o é num grau tão elevado que, num certo sentido, pode-se dizer: o trabalho, por si mesmo, criou o homem”.

Nesse sentido, Lukács (2018) afirma que foi Engels quem, de forma decisiva, forneceu os princípios que estruturam os principais elementos da ruptura no processo de reprodução entre o homem e a natureza. A transição do estado mais primitivo para a condição de humanidade não se dá por meio de um processo linear e sem contratempos. A elevação para um estágio superior da evolução, conforme a concepção de Engels, ocorre permeada por descontinuidades: há uma ruptura difícil de ser claramente detectada entre o processo reprodutivo dos animais e o dos seres humanos. Essa *teoria da descontinuidade* está intimamente relacionada à ideia de salto ontológico de Lukács, mencionada anteriormente.

Na concepção de Marx (2006), o conceito de trabalho só pode ser aplicado, de fato, ao trabalho humano. Embora à primeira vista essa afirmação possa parecer equivocada — pois é possível argumentar que alguns animais também realizam atividades produtivas —, a distinção fundamental reside no caráter consciente e livre do trabalho humano. Embora certos animais possam realizar produções, esse ato não se qualifica como trabalho no sentido estrito. O trabalho animal é orientado pelos instintos naturais, sem a deliberação consciente do ser. Em contraste, o ser humano empreende suas ações de maneira deliberada e consciente, direcionando sua atividade para fins específicos de forma planejada.

A capacidade de construir idealmente o produto "na mente" antes de iniciar as etapas que levarão à sua realização concreta é uma característica exclusivamente humana. Ao ultrapassar os limites impostos pelas leis naturais, que restringem os seres vivos à competição biológica e à sobrevivência, o trabalho humano configura-se como essencialmente distinto do trabalho animal. Enquanto os animais atuam principalmente em resposta a impulsos instintivos e necessidades imediatas, o ser humano é capaz de planejar, antecipar e deliberar sobre suas ações, direcionando-as para um fim previamente concebido.

A característica consciente da atividade produtiva humana manifesta-se na habilidade de antecipar mentalmente o resultado da ação que se pretende executar. Graças à relação essencial entre inteligibilidade, consciência e operatividade, a qual é exclusiva do ser

humano, ele é o único ser na natureza capaz de agir de forma teleológica. Foi por meio dessa ação deliberada e planejada que o homem se estabeleceu como sujeito no mundo, deixando na natureza marcas profundas de seu poder transformador.

Seguindo a linha de pensamento de Marx, Lukács (2018) define o homem como um ser essencialmente social e atribui à categoria do trabalho a fundação do ser social. No contexto da ontologia lukacsiana, essa afirmação leva a duas observações importantes. Em primeiro lugar, a gênese da categoria do trabalho está ligada à gênese de uma nova esfera de ser, que representa uma elevação a uma substancialidade completamente distinta do ser meramente natural. Em segundo lugar, o trabalho fornece a protoforma da sociabilidade humana, ou seja, ele oferece um modelo genérico da práxis humano-social.

O trabalho possui a particularidade de ser a categoria central quando se busca compreender as especificidades do ser social do ponto de vista ontológico. Nesse sentido, é fundamental lembrar que, em sua forma originária, o trabalho deve ser considerado como a chave para entender o intercâmbio entre o homem e a natureza.

No entanto, é importante destacar que todo ato de trabalho concreto não ocorre sem uma prévia concepção das etapas, dos materiais e das ferramentas necessárias para sua execução eficiente. Isso implica que, antes de iniciar qualquer etapa do trabalho, o homem projeta em seu pensamento o que deseja produzir, define a melhor forma de execução do objeto desejado e escolhe os materiais mais adequados para atingir esse objetivo. Essas fases formam o momento de ideação que antecede a ação real e concreta da atividade laborativa, uma vez que nenhum processo produtivo pode prescindir do conhecimento objetivo do sistema causal dos objetos (Lukács, 2018).

Ao estabelecer idealmente um fim objetivo que deseja alcançar com seu trabalho, o homem insere na realidade material algo completamente novo, que não existia anteriormente. Ao fazer isso, ele rompe com o processo de causalidade da natureza e implanta nela um novo fim teleológico, antes inexistente. Nesse sentido, por meio do trabalho, o homem é o único ser natural capaz de, através de sua ação, criar algo qualitativamente novo, ao combinar o ato de pôr teleológico com a causalidade.

O trabalho e sua conceituação enquanto *Pôr Teleológico*

Ao longo da história, o trabalho tem sido interpretado sob uma perspectiva teleológica, em sua manifestação na vida cotidiana dos indivíduos e no âmbito das teorias científicas e filosóficas, bem como nas narrativas míticas e religiosas. No entanto, observa-se uma inclinação recorrente em expandir essa perspectiva teleológica para além do domínio do trabalho humano, abrangendo outras esferas, como evidenciado até mesmo nas reflexões de renomados filósofos.

Aristóteles ampliou a teleologia ao concebê-la como uma categoria cósmica, enquanto Hegel a posicionou como o princípio motor da história. Kant, por sua vez, buscou romper com essa visão profundamente enraizada, rejeitando a ideia de um propósito teleológico intrínseco à natureza e à vida. Ele definiu a vida como uma “finalidade sem objetivo”. No

entanto, o filósofo não desenvolveu essa reflexão de forma mais detalhada, possivelmente devido à sua preferência por questões de ordem epistemológica (Santos, 2009).

Em oposição aos filósofos anteriormente mencionados, Lukács (2018), seguindo de perto as ideias de Marx, sustenta que a atividade humana é a única, dentro da esfera natural, caracterizada como uma *atividade posta*. Isso implica que o trabalho humano possui a especificidade de ser a concretização objetiva de um propósito previamente idealizado. Esse conceito é o que Lukács (2018) denomina *pôr teleológico*. Dessa forma, o trabalho é compreendido na ontologia lukacsiana como a unidade entre a concretização efetiva de uma determinada objetividade e a atividade ideal, previamente definida e mediada por uma finalidade específica.

Além disso, considerando que a ação humana é capaz de iniciar algo antes inexistente, Lukács (2018) descreve o resultado do trabalho como uma *causalidade posta*. Em termos gerais, isso significa uma causalidade deliberadamente colocada em movimento, guiada e mediada por um objetivo idealizado e formulado pelo ser humano.

Na atividade laborativa, teleologia e causalidade, apesar de sua natureza antagônica e heterogênea, integram-se em uma unidade no contexto do trabalho. Essa integração ocorre sob a forma de uma determinação reflexiva, onde a causalidade posta e o pôr teleológico constituem o fundamento ontológico que evidencia o caráter dinâmico dos complexos próprios do ser humano. Como apenas o trabalho humano consciente é capaz de inaugurar novos começos e estabelecer novos processos de relações causais, conclui-se que a teleologia é uma categoria exclusiva do ser social e humano, não encontrando existência fora desse âmbito.

O trabalho transcende qualquer denominação que o circunscreva a uma forma laborativa específica em um contexto histórico-espacial particular, ou seja, a uma sociedade delimitada em um ambiente particular. Deve-se afirmar, de forma categórica, que, quando o trabalho é analisado em sua especificidade como produto da consciência — e, portanto, como uma criação social previamente idealizada —, ele também deve ser reconhecido como um elemento fundamental para a constituição da sociabilidade humana. No contexto teleológico, o trabalho manifesta a essência integral da humanidade, abrangendo suas dimensões espiritual, consciente, corpórea e objetiva. O ato laborativo, em sua essência, só pode ser impulsionado por posturas direcionadas a finalidades específicas.

Dessa forma, Lukács (2018) argumenta que todo trabalho está fundamentado em uma posição teleológica, a qual, continuamente, inaugura uma nova cadeia de relações causais, uma vez que diferentemente da causalidade, que se configura como a lei espontânea pela qual os movimentos de todas as formas de ser encontram sua expressão geral, a teleologia caracteriza-se por um processo instaurado por uma consciência. Esse processo, ainda que direcione os eventos em um sentido específico, é capaz de mobilizar apenas séries de conexões causais.

É fundamental compreender a existência de uma dualidade nesse contexto: em uma sociedade verdadeiramente social, grande parte das atividades responsáveis por colocar a totalidade em movimento tem origem teleológica. Contudo, a existência real dessas

atividades — seja como fenômenos isolados ou integrados a um contexto mais amplo — está ancorada em relações causais que, em nenhuma circunstância, podem assumir um caráter teleológico.

Para diferenciar o trabalho de outras práticas sociais que não envolvem a transformação material da natureza, Lukács (2018) definiu o primeiro como *posição teleológica primária* e as demais como *posições teleológicas secundárias*. Na esfera das posições teleológicas primárias, as finalidades almejadas apresentam condições mais propícias para uma apreensão universal das possíveis consequências, o que resulta em uma redução das alternativas genéricas disponíveis para escolha. Isso ocorre porque essa esfera representa o intercâmbio direto entre o ser humano e a natureza, configurando-se como um complexo ainda rudimentar e limitado ao espaço mais restrito de tomada de decisão. No entanto, é importante destacar que, mesmo nesse contexto, o sujeito que realiza o ato laborativo não tem plena clareza sobre o conjunto de circunstâncias que originam a situação a ser resolvida.

Nas práticas superiores, predominam posições teleológicas essencialmente distintas. Nesse caso, essas posições não se concentram mais na atividade voltada à transformação da natureza como objeto, mas, agora, seu foco e finalidade primária estão em levar outros indivíduos a desempenharem funções específicas. A principal diferença entre as duas posições teleológicas está no objeto sobre o qual suas ações são exercidas.

As posições teleológicas relacionadas à atividade laborativa atuam de forma imediata sobre um objeto ou elemento natural, enquanto as posições teleológicas secundárias têm como objetivo a consciência de outros seres humanos, ou seja, buscam conduzir outros a adotar determinadas posições teleológicas concretas. Uma característica das posições teleológicas secundárias é sua tendência a serem mais “desmaterializadas”, uma vez que se afastam de qualquer relação direta com a materialidade da prática social (Lukács, 2018).

No entanto, ao examinar a questão de maneira mais detalhada, não podemos afirmar que as posições teleológicas secundárias representem um fenômeno completamente novo, surgindo exclusivamente com os processos superiores da prática social. Na verdade, o próprio desenvolvimento e a complexificação da atividade laborativa acabam gerando o aparecimento dessas posições teleológicas, devido à dinâmica interna dos próprios procedimentos exigidos para a execução do trabalho.

Assim sendo, como demonstra Andrade (2016), em linhas gerais, o trabalho é a base do ser social, estando intrinsecamente ligado tanto ao desenvolvimento do indivíduo (como uma singularidade que se torna plenamente humana) quanto à evolução das sociedades em direção a formas cada vez mais socialmente estruturadas.

Contudo, segundo Lukács (2018), o ser social é caracterizado por um processo dinâmico de transformação, no qual o trabalho se configura como a protoforma da ação humana. Esse processo permite o desenvolvimento de valores ético-morais à medida que a humanidade supera progressivamente as barreiras naturais, algo viabilizado pelo avanço da própria práxis. Nesse sentido, o método materialista dialético seria a base para a apreensão dessa determinação ontológica, evidenciando um sistema de valores éticos que possuem uma

base concreta na estrutura social e são fundamentados no trabalho. Sobre tal temática, abordá-la-emos (ainda que brevemente) a seguir.

O método de Marx a partir da análise lukacsiana

Ao explicar tanto a tese quanto sua defesa na *Ontologia do Ser Social*, Lukács (2018) não trata o método de forma absolutizada, mas o entende como a manifestação do ser na consciência. Isso significa que o método não pode ser visto como uma estrutura fixa e independente, mas sim como algo derivado da própria realidade social e histórica.

Para Medeiros e Bonente (2020), um exemplo dessa concepção pode ser encontrado na crítica de Lukács às distorções na caracterização e aplicação do método dialético. Ele aponta que muitas abordagens falham ao não colocar no centro de suas reflexões a relação dialética entre sujeito e objeto no processo histórico. Dessa forma, a dialética só pode cumprir seu papel transformador se for compreendida em sua relação com o ser social, evitando reduções formalistas que esvaziem seu caráter revolucionário.

Segundo os autores supracitados, uma das formas mais sólidas de demonstrar a primazia do ser sobre o método é destacada por Lukács em *História e Consciência de Classe*, ao salientar a centralidade atribuída à categoria da totalidade, em que representa a essência do método herdado de Hegel e transformado por Marx em um fundamento para uma ciência inteiramente nova.

Como a concepção do ser enquanto totalidade é, por si só, uma tese ontológica, fica evidente que Lukács não concebe a ortodoxia marxista com base em um método rigidamente autonomizado, mas sim em um método cujo princípio fundamental é a vinculação entre o pensamento e o ser. Essa perspectiva reflete-se em sua crítica ao positivismo, que fragmenta a ciência em especializações isoladas, unificadas apenas de maneira artificial. Em contraposição, Lukács defende uma abordagem orientada para a totalidade concreta e material da realidade, aquilo que pode e deve ser conhecido. Para ele, essa orientação ao ser — entendido como totalidade — constitui o fundamento para a reconstrução da ciência por meio de um método filosófico essencialmente unificador.

Ao recorrer à filosofia lukacsiana para compreender o método que estruturou e deu unidade à extensa obra de Marx, é fundamental considerar dois aspectos principais. Primeiro, a primazia da ontologia em relação à epistemologia e ao método; segundo, o fato de que a ontologia da sociedade elaborada por Lukács só se apresenta de maneira explícita e devidamente desenvolvida em sua obra de maturidade (*Ontologia do Ser Social*). Assim sendo, o esforço de Lukács (2018) volta-se para a explicitação da epistemologia — ou, mais precisamente, da gnosiologia — presente na obra de Marx, que se justifica pelo fato de Marx ter deixado poucos textos dedicados especificamente à epistemologia ou ao método.

Embora a famosa *Introdução [de 1857]*¹ contenha esclarecimentos relevantes, ela é insuficiente e apresenta certas limitações. Além disso, a obra marxiana é repleta de

¹ Manuscrito de Karl Marx, finalizado em 1858, mas com primeira publicação apenas em 1939 (Marx, 2011).

anotações pontuais valiosas em suas cartas e textos, bem como na própria forma dinâmica com que constrói teoria e crítica. A falta de uma sistematização explícita torna necessária uma elaboração mais detalhada, como a realizada por Lukács em diversos trechos da *Ontologia do Ser Social* e dos *Prolegômenos*. No entanto, a ampla disponibilidade de fontes possibilita que esse percurso possa se orientar diretamente pelos escritos de Marx, com destaque para *O Capital*, que representa um exemplo magistral de análise metodológica e contém importantes reflexões sobre epistemologia e método.

Para reconstruir os fundamentos da ontologia da sociedade presentes na obra de Karl Marx, Lukács (2018) defende que é essencial reconhecer a teleologia como a determinação distintiva da existência social. Isso porque a especificidade da reprodução material da humanidade reside justamente na teleologia, ou seja, na capacidade consciente de estabelecer e perseguir fins. Essa perspectiva coloca a economia — esfera em que os seres humanos produzem e reproduzem suas condições de existência — e o trabalho — atividade central dessa esfera — no cerne da ontologia do ser social. Dessa forma, a teleologia diferencia a existência social da natural e fundamenta a compreensão marxista da realidade, evidenciando o papel ativo dos indivíduos na construção da história.

Entre as diversas implicações ontológicas decorrentes da centralidade do trabalho, uma das mais relevantes para nossa análise é a divisão da existência social em dois domínios distintos: de um lado, o domínio teleológico das práticas humanas; de outro, o domínio não teleológico das estruturas e processos que condicionam essas práticas. Para fundamentar tal argumento, Medeiros e Bonente (2020) ressaltam que é fundamental destacar que a teleologia — enquanto princípio constitutivo do ser social — se restringe ao agir humano individual. Qualquer tentativa de extrapolá-la diretamente para o âmbito social como um todo seria indevida, pois as estruturas sociais, ainda que resultantes da ação humana, não operam sob os mesmos princípios da ação consciente e intencional dos indivíduos.

Além disso, é essencial destacar que as estruturas sociais não são diretamente criadas pelos indivíduos, embora sejam constantemente influenciadas — seja por meio de sua reprodução ou de sua transformação — pela articulação espontânea e não intencional de múltiplos atos teleológicos. Desse modo, as estruturas sociais constituem um pressuposto do agir individual, ao mesmo tempo possibilitando e limitando os horizontes de ação. No entanto, uma vez que as ações individuais se articulam espontaneamente, elas se tornam um fator dinâmico que impacta essas estruturas, podendo reforçá-las ou transformá-las — em alguns casos, promovendo mudanças profundas e radicais na organização social.

Sob essa perspectiva, a sociedade pode ser entendida como um sistema articulado de relações sociais entre indivíduos singulares, bem como de interações entre essas próprias relações. Essa concepção alinha-se, em termos gerais, ao que Roy Bhaskar (1979 *apud* Medeiros; Bonente, 2020) denominou de *concepção relacional da sociedade*, segundo a qual a sociedade se constitui a partir da interação dialética entre dois domínios fundamentais: o agir individual e as estruturas sociais. Essa visão ressalta que a sociedade não pode ser reduzida a um simples agregado de indivíduos nem ser concebida como uma entidade autônoma e independente das ações humanas. Em vez disso, ela emerge da relação dinâmica entre a agência individual e os condicionantes estruturais, sendo simultaneamente resultado e condição do agir humano.

Medeiros e Bonente (2020) destacam que a consequência mais imediata e impactante de conceber a sociedade em termos de relações sociais é a rejeição categórica do individualismo metodológico. Esse posicionamento justifica-se pelo fato de que qualquer variante do individualismo metodológico parte de uma concepção ontológica atomista da sociedade, isto é, da ideia de que a totalidade social pode ser reduzida à soma de seus indivíduos, de modo que a recomposição da sociedade seria possível a partir da análise isolada de suas partes.

No entanto, se o objetivo é estudar a sociedade, o ponto de partida não pode ser o indivíduo (ou mesmo grupos), sua racionalidade ou suas ações, ainda que esses indivíduos sejam definidos por meio de propriedades emergentes comuns. Em vez disso, é preciso considerar as relações sociais como estruturas fundamentais, reconhecendo que os sujeitos se constituem dentro dessas relações e que a sociedade não pode ser reduzida à mera soma das ações individuais.

Em síntese, Medeiros e Bonente (2020) ressaltam que a chave metodológica para a reconstrução teórica das relações sociais que estruturam a ação humana intencional está no reconhecimento das posições sociais relevantes dentro de uma determinada configuração histórica. Esse processo tem início na experiência social imediata e nas interpretações existentes (sejam elas ainda vigentes ou já superadas), avançando em direção a uma abstração generalizante para, posteriormente, retornar ao real, oferecendo uma nova interpretação fundamentada. Assim sendo, o método dialético de Marx fortalece a concepção ontológica da categoria trabalho em Lukács, ao considerá-la o nexo fundante da realidade social mediado pela noção de tempo e pelas relações de sociabilidade, revelando um sistema de valores éticos socialmente concretos, cuja base está fundamentada no trabalho.

O método em Marx como diretriz do projeto ético-político profissional do Serviço Social

O método materialista histórico-dialético é o núcleo central da análise crítica da realidade social e, como resultado, a fundamentação teórico-metodológica do projeto ético-político do Serviço Social no Brasil. Esse método, assim como em Marx e Lukács, baseia-se na ontologia do ser social e na centralidade do trabalho como categoria fundamental para a existência humana, levando em consideração a historicidade e a totalidade das relações sociais que geram e sustentam a vida em sociedade.

Segundo Iamamoto (2007), entender o método de Marx requer a compreensão de que ele não é apenas um procedimento técnico de investigação, mas uma maneira de entender a realidade que parte do concreto para o abstrato e retorna ao concreto, com o objetivo de captar o movimento contraditório da totalidade social. Essa abordagem direciona o Serviço Social a ir além das interpretações fragmentadas da realidade, características do positivismo e do funcionalismo, e a entender as manifestações da questão social como resultantes das relações de produção capitalistas.

Corroborando a premissa anterior, Netto (2011) destaca que a incorporação do materialismo histórico-dialético na profissão constitui uma quebra de paradigma em relação às visões idealistas e moralizantes do trabalho social. Na sua dimensão ontológica,

o método possibilita a compreensão do ser social como sujeito histórico, inserido em um processo contraditório de mudança da realidade. Nesse sentido, o projeto ético-político do Serviço Social adota uma perspectiva emancipatória ao se conectar com o contexto histórico da classe trabalhadora e à defesa dos direitos humanos e sociais.

Behring e Boschetti (2006) destacam que o método materialista histórico-dialético, ao considerar a totalidade e a contradição como princípios fundamentais, permite entender a Política Social, por exemplo, como um conjunto de ações específicas do Estado e como um componente essencial das estratégias de reprodução do capital e das lutas de resistência dos trabalhadores. Essa compreensão crítica direciona o trabalho profissional para além das demandas institucionais imediatas, possibilitando que o/a Assistente Social atue de maneira mediada e propositiva na defesa dos interesses coletivos da classe trabalhadora.

Assim, a centralidade do trabalho, categoria ontológica que em Lukács constitui a protoforma do ser social, adquire também relevância no Serviço Social, pois é a partir dela que se compreende o lugar do/a Assistente Social como trabalhador/a assalariado/a inserido/a na divisão social e técnica do trabalho. Conforme argumenta Guerra (2000), a apreensão do trabalho profissional como mediação social histórica permite compreender que o exercício da profissão está condicionado pelas contradições estruturais do capitalismo, mas também é espaço de possibilidades para a práxis transformadora.

Dessa forma, o método materialista histórico-dialético não é apenas uma ferramenta de análise, mas também reflete uma postura ético-política. Ele instrui o profissional a analisar e atuar na realidade social de maneira crítica, conectando a prática profissional à luta pela emancipação humana. Ao adotar esse referencial, o Serviço Social brasileiro confirma sua presença no âmbito das práticas sociais dedicadas à criação de uma sociabilidade baseada na liberdade, na justiça social e na eliminação das formas de exploração do trabalho humano.

Destarte, a importância do método materialista histórico-dialético no projeto ético-político do Serviço Social brasileiro demonstra a consistência entre teoria, método e prática. Ele oferece o suporte ontológico e epistemológico necessário para que a profissão permaneça fiel aos valores da emancipação humana, entendendo o trabalho profissional como a implementação de políticas, e como uma intervenção consciente na realidade social — visando, assim, a crítica da realidade pautada em uma sociedade que tem por base as relações de dominação do capital sobre o trabalho.

Considerações finais

As reflexões sobre o caráter ontológico do ser humano revelam o amadurecimento das teorias de György Lukács, ao destacar o trabalho como uma categoria fundamental para a constituição do ser social. Contudo, ao modificar a natureza através do trabalho — o que o define como um ser que não se reduz a ela —, o ser humano também gera novas necessidades que antes não existiam. Assim, é possível afirmar que um dos fatores que distingue o ser humano das demais espécies é a inexistência de um sistema fixo de necessidades.

As reflexões desenvolvidas ao longo deste trabalho evidenciaram que a ontologia do ser social, tal como formulada por Marx e sistematizada por György Lukács, oferece fundamentos decisivos para a compreensão da centralidade do trabalho na constituição da sociabilidade humana. O trabalho, enquanto categoria ontológica fundante, distingue o ser social das demais formas de ser e estrutura a relação entre consciência, práxis e transformação da realidade. Ao estabelecer o método materialista histórico-dialético como base da ontologia do ser social, torna-se possível entender também sua importância para o projeto ético-político do Serviço Social no Brasil. Ao se alinhar à tradição marxista, a profissão vê nesse método não só um meio de compreensão da realidade, mas uma orientação ético-política voltada para a emancipação humana.

Nesse sentido, o método materialista histórico-dialético não se apresenta como um procedimento técnico neutro, mas como uma mediação ontológica indispensável para apreender o movimento contraditório da totalidade social. Ao articular trabalho, teleologia e causalidade, esse método possibilita compreender a realidade social como historicamente determinada e passível de transformação, o que assume particular relevância para o Serviço Social enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho.

Sendo assim, o Serviço Social compromete-se a analisar e intervir nas manifestações da questão social considerando a totalidade das relações de produção, indo além de interpretações moralistas ou pragmáticas da prática profissional. Iamamoto (2007) e Netto (2011) afirmam que o método está intrinsecamente ligado a uma escolha política voltada para a proteção dos direitos humanos, da liberdade e da justiça social. A práxis, tal como em Lukács, ganha relevância tanto como categoria ontológica quanto como horizonte ético, uma vez que é por meio dela que o ser social modifica a realidade e a si mesmo.

No âmbito do Serviço Social brasileiro, tais fundamentos ontológicos e metodológicos sustentam o Projeto Ético-Político Profissional, construído historicamente em meados da década de 1980 como uma ruptura com o conservadorismo e como afirmação de uma direção social crítica da profissão. Esse projeto orienta-se pela defesa intransigente dos direitos humanos, pelo compromisso com a classe trabalhadora, pela ampliação da democracia e pela luta por uma sociabilidade emancipada, fundada na superação das relações de exploração e dominação próprias do capitalismo (Netto, 2009).

As Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) constituem uma expressão concreta desse projeto, ao afirmarem uma formação profissional crítica, ancorada na tradição marxista e na centralidade do método materialista histórico-dialético. Ao enfatizarem a indissociabilidade entre teoria, método e ética, as Diretrizes reafirmam a ontologia do ser social como base para a formação e para o exercício profissional, reconhecendo o trabalho como categoria estruturante tanto da vida social quanto do trabalho profissional do/a Assistente Social (ABEPSS, 1996).

Dessa forma, a centralidade do trabalho e do método materialista histórico-dialético ultrapassa o campo da análise teórica, constituindo-se como fundamento da práxis profissional crítica e do próprio projeto ético-político do Serviço Social. Ao compreender o exercício profissional como um ato teleológico consciente, inserido nas contradições da

sociedade capitalista, o Serviço Social afirma seu compromisso com a emancipação humana e com a construção de alternativas históricas orientadas pela justiça social, pela liberdade e pela dignidade humana.

Assim, a apropriação crítica do método marxiano-lukacsiano pelo Serviço Social enfatiza que todo trabalho profissional está historicamente contextualizado e impregnado de intencionalidade. Entender essa dimensão implica ver o exercício profissional como um ato teleológico — consciente e direcionado a objetivos — que, ao se inserir nas contradições da sociedade capitalista, pode auxiliar em processos de resistência e emancipação.

É importante destacar que a preocupação de György Lukács com a prática laborativa humana e a ontologia do ser social revela, em última instância, a relevância de discutir os problemas éticos e sua conexão com os alicerces da vida humana. Não se pode perder de vista que sua ontologia fazia parte de um projeto de fundamentação ontológica para uma ética do ponto de vista marxista. A partir dessa ontologia, o estudioso acreditava que seria possível compreender, em sua totalidade, o papel essencial que o trabalho desempenha nas questões éticas. Por essa razão, a reflexão ontológica adequada pode apreender o processo evolutivo do ser social, direcionando às ações necessárias e às respostas que promovam a emancipação do ser humano.

Assim, a articulação entre ontologia do ser social, método dialético e projeto ético-político reafirma a consistência teórica da profissão e fortalece sua direção ético-política, contribuindo para uma intervenção crítica, histórica e socialmente comprometida.

Referências

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acesso em: 08 fev. 2025.

ANDRADE, Mariana. **Ontologia, dever e valor em Lukács**. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

BEHRING, Elaine R.; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

ENGELS, Friedrich. **A Dialética da Natureza**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

LUKÁCS, György. **A Destruição da Razão**. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social**. Maceió: Coletivo Veredas, 2018.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da Economia Política**. Livro 1. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MEDEIROS, João L.; BONENTE, Bianca I. Considerações sobre o método de Marx a partir da Ontologia de Lukács. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 55, p. 12–48, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/540/280>. Acesso em: 08 fev. 2025.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

NETTO, José Paulo. **Transformações societárias e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Rone. E. dos. Notas sobre a importância do trabalho na ontologia de Georg Lukács. **Revista Estudos Filosóficos**, n. 2, p. 86–100, 2009. Disponível em: <https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistaestudosfilosoficos/art6-rev2.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2025.

Submetido em: 14/10/2026

Revisto em: 7/1/2026


Aceito em: 10/1/2026



A problemática dos marxismos e sua incorporação pelo Serviço Social brasileiro

The Problematic of Marxisms and Their Incorporation into Brazilian Social Work

Silmai Lazaro Neves Dutra*

 <https://orcid.org/0000-0003-1703-9596>

RESUMO

O artigo tem por objetivo analisar a problemática dos marxismos, suas distorções e incorporações na América Latina, especialmente no Brasil e no Serviço Social. A metodologia adotada baseia-se em revisão bibliográfica sobre o tema. O estudo argumenta que a versão oficial do marxismo, difundida como ideologia de Estado sob a liderança de Stalin, influenciou negativamente sua recepção na América Latina. Conclui-se que, no Serviço Social brasileiro, em meio ao contexto autocrático-burguês, essa incorporação ocorreu de forma problemática, sobretudo nas fases iniciais de aproximação à tradição marxista. Contudo, com a inserção do Serviço Social na universidade e com o paulatino processo de redemocratização do país, consolidaram-se tanto um diálogo mais qualificado com distintas vertentes da tradição marxista quanto um amadurecimento teórico-político profissional.

PALAVRAS-CHAVE

Marxismos; Serviço Social; Regime autocrático burguês.

ABSTRACT

The article aims to analyze the issue of the “Marxisms,” their distortions and appropriations in Latin America, especially in Brazil and in Social Work. The adopted methodology consists of a bibliographic review on the subject. The study argues that the official version of Marxism, disseminated as a state ideology under Stalin’s leadership, negatively influenced its reception in Latin America. It concludes that, in Brazilian Social Work, within the autocratic-bourgeois context, this incorporation occurred in a problematic manner, particularly during the initial stages of engagement with the Marxist tradition. However, with the inclusion of Social Work in the university and the gradual process of the country’s redemocratization, both a more qualified dialogue with different strands of the Marxist tradition and a theoretical-political professional maturation were consolidated.

KEYWORDS

Marxisms; Social Work; Bourgeois autocratic regime.

*Assistente Social. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF, Juiz de Fora, Brasil). Assistente Social e Doutorando em Serviço Social na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF, Juiz de Fora, Brasil). E-mail: silmai.dutra@ufjf.br

DOI 10.22422/temporalis.2026v26n51p52-68



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2026 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

Introdução

O presente estudo integra parte dos achados da pesquisa *Tradição marxista e os problemas da dialética no Serviço Social brasileiro (1960–1982)*, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGSS/UFJF)¹. Tais reflexões orientaram-se pelo esforço de compreender o movimento de aproximação e interlocução entre o Serviço Social brasileiro e a tradição marxista. Nesse sentido, o presente trabalho organiza-se em três partes, além desta breve introdução.

Em um primeiro momento, realiza-se um resgate histórico da trajetória dos marxismos no seio da II e da III Internacionais, com ênfase em suas contradições. Tal abordagem revela-se relevante, na medida em que as influências dos marxismos oriundos dessas Internacionais incidiram sobre determinados grupos de militância político-partidária no Brasil. Desse modo, objetiva-se analisar a problemática dos marxismos, inicialmente em âmbito mundial, para, em seguida, situá-la na realidade brasileira, sobretudo no campo do Serviço Social. Assim, em um segundo momento, discorre-se sobre a inserção da tradição marxista no Brasil no contexto da autocracia burguesa. Por fim, no terceiro item, abordam-se os marxismos filtrados por esses grupos, demonstrando-se como incidiram, ora por meio de distorções e simplificações, ora mediante incorporações bem-sucedidas, sobre parcelas da categoria profissional dos assistentes sociais. Tal movimento revela que a interlocução entre o Serviço Social e a tradição marxista avançou ao longo do tempo, efetivando saltos qualitativos.

A metodologia adotada constitui-se em pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico e documental. Nessa construção analítica, as obras consultadas são majoritariamente de pensadores/as marxistas e de autores/as vinculados/as ao Serviço Social brasileiro, com destaque para José Paulo Netto. Observa-se que, embora a análise da relação entre os marxismos e o Serviço Social não tenha constituído objetivo central da pesquisa de Netto (2011a), os estudos por ele desenvolvidos em *Ditadura e Serviço Social* figuram entre os mais avançados nesse campo (Dutra, 2018, p. 183). O referido autor também se notabilizou como importante marxista, autor de diversas obras e divulgador do pensamento de Marx. Por essa razão, optou-se por fundamentar este trabalho, principalmente, em suas análises (Netto, 1981, 1989, 1997, 2006, 2011a, 2011b, 2014, 2017).

A trajetória histórica dos marxismos: I, II e a III Internacionais

A I Internacional — Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) — emergiu em 1864. Sua fundação contou com a participação ativa de Karl Marx e Friedrich Engels, tratando-se de uma organização política gestada com o objetivo de reunir partidos e associações

¹O objetivo geral da pesquisa foi analisar o movimento de interlocução entre o Serviço Social e a tradição marxista no Brasil, no período de 1960 a 1982, bem como examinar a qualidade da apreensão da dialética por intelectuais da profissão. Em razão da escassez de bibliografia referente à interlocução nos anos 1960, a análise concentrou-se nos dois momentos indicados por Netto (2011a): o Método Belo Horizonte (Método BH) e a dissertação de mestrado de Yamamoto (de 1982). Registra-se, por fim, que a obra original de Faleiros — *Trabajo Social: ideología y método* de 1972 — não foi localizada e que sua edição brasileira de 1997 sofreu alterações substanciais, o que inviabilizou sua análise.

socialistas da época. Marcada por intensas divergências internas entre seus membros — anarquistas, marxistas, socialistas, entre outros — e impactada, entre outros fatores, pela derrota da Comuna de Paris (1871), a AIT caminhou para sua extinção em 1876 (Montaño; Duriguetto, 2010, p. 231).

De acordo com Netto (1981), em 1882, o termo *marxismo* começou a circular, sendo divulgado especialmente por Karl Kautsky. Assim, embora o chamado marxismo da II Internacional não tenha se constituído como um bloco homogêneo — observe-se o caso de Bernstein, por exemplo, cujo reformismo fora impugnado por Karl Kautsky e Georgi Plekhanov, e, mais incisivamente, por Rosa Luxemburgo e Lênin (Netto, 2006, p. 42–43) —, a emergência de um pensamento marxista realmente só pôde ser demarcada a partir da transição para o século XX, quando o movimento socialista foi hegemônico pela III Internacional.

A II Internacional corresponde ao período de 1889 a 1914 (Montaño; Duriguetto, 2010, p. 232). Foi fundada durante o Congresso Internacional de Trabalhadores, realizado em Paris, no mês de julho de 1889, por iniciativa de alguns dos primeiros marxistas, especialmente Engels. A organização reuniu partidos e sindicatos atuantes em diversos países da Europa, com o objetivo comum de construir o socialismo (Quiroga, 1991, p. 13). Netto (2006, p. 36–37) demonstra a importância da II Internacional na divulgação do legado marxiano, especialmente no tratamento de problemáticas desconhecidas ou não resolvidas pelo autor d’*O Capital*. Até a eclosão da Primeira Guerra mundial, a II Internacional

Funcionou como organismo que deu o tom do movimento operário revolucionário. No plano ideológico, a entidade desempenhou um papel que está longe de se exagerar: através de uma poderosa imprensa e um exército de publicistas, promoveu a divulgação massiva de ideias contidas na obra de Marx, colocou-as ao alcance de milhões de trabalhadores – em suma, conectou diretamente sugestões de Marx à prática política de massas operárias (Netto, 2006, p. 36).

Entretanto, o referido autor também nos mostra que, além dos problemas e equívocos relacionados à própria concepção teórica de diversos intelectuais vinculados à II Internacional, outros fatores igualmente lhes foram desfavoráveis, como, por exemplo: as dificuldades impostas pelas exigências imediatas da luta de classes, que muitas vezes exigiam certa simplificação do conhecimento teórico com o intuito de mobilizar a classe operária; a complexidade da obra marxiana — que à época ainda sofria com o ineditismo de determinados textos —; a necessidade de simplificação das obras de Karl Marx para fins de posterior vulgarização ou divulgação; bem como o predomínio de “um generalizado espírito positivista”, intensificado pela pressão da “cultura manipuladora da burguesia” consolidada e pelo grande prestígio das “ciências da natureza” naquele contexto histórico. (Netto, 2006, p. 36–37).

Assim, foi a partir deste contexto socio-histórico que se impôs uma determinada concepção da obra marxiana: aquela mais adequada às práticas políticas do Partido Social Democrata Alemão (*Sozialdemokratische Partei Deutschlands – SPD*). Por estas vias, a referida concepção também passou a permear o campo da pesquisa teórica, de tal modo que lhe forneceu perfil e estrutura. No entanto, tal concepção entendia “a obra de Marx como uma sociologia científica que desvende o mecanismo da evolução social a partir da

análise da situação econômica” (Netto, 1981, p. 19). Nessa perspectiva, torna-se crucial destacar as ingerências *positivistas*; as considerações mecanicistas que afirmavam uma *inevitável transição socialista* como corolário evolucionista, além do *economicismo fatorialista* — e aqui Netto (1997) nos recorda das *monocausalidades* redutoras criticadas com razão por Weber, com a importante ressalva de que o autor de Erfurt “transfere uma leitura precisa para o conjunto da obra” (Netto, 1997, p. 82).

Já no período que se abre em 1919/1920, critica-se o marxismo da II Internacional, então denominado de “marxismo vulgar”. Nesse momento, “O marxismo da Segunda Internacional [...] é objeto de uma crítica teórica que [é] arranca[da] diretamente da situação política [;] e a ruptura com ele, a curto prazo, é mais uma ruptura política que uma ultrapassagem do seu referencial teórico” (Netto, 1981, p. 22).

Com grande prestígio, em 1919, constitui-se a III Internacional (ativa até 1943). Nesse contexto, conforme observa Netto (1981), realiza-se uma crítica à II Internacionalem um patamar qualitativamente superior. Contudo, a perspectiva responsável pela crítica não consegue se desenvolver, e a partir de 1925, por motivos de natureza política, sua expansão é estreitada. Ocorre que os promotores dessa vertente crítica passam a ser considerados “desviacionistas”, em virtude de suas inclinações políticas, pela direção da própria III Internacional (Netto, 1981, p. 24).

Assim, com o peso adquirido pelo partido russo no interior da III Internacional, a partir do final da década de 1920, o partido gradativamente a transforma em um instrumento por meio do qual passa a enquadrar a atividade dos comunistas a ela vinculados. E “[...] esta transformação acompanha simetricamente a instauração, na URSS [União das Repúblicas Socialistas Soviéticas] da autocracia *stalinista* [...]”; (Netto, 1981, p. 25). Desse modo, “a evicção ou a neutralização dos críticos da concepção teórica da *II Internacional* é paralela à imposição, por via administrativa, de outra concepção do marxismo, que atende às necessidades político-ideológicas da autocracia *stalinista*” (Netto, 1981, p. 25).

Com o chamado *stalinismo*, o marxismo dado à luz pela Segunda Internacional se converte numa ideologia de Estado – um discurso adequado para legitimar aparatos de poder. [...] Já nos anos [19]30, o marxismo está *institucionalizado*: investido como *ideologia oficial do Estado stalinista*, ele se torna uma linguagem e uma estratégia de poder (Netto, 2006, p. 50–51, grifo nosso).

Portanto, o partido russo “passa a impor ao movimento socialista revolucionário a sua própria concepção do marxismo” (Netto, 1981, p. 25) e, na década de 1930, essa concepção é institucionalizada no interior do pensamento socialista revolucionário. Assim, emerge o denominado “marxismo-leninismo”, que se distingue da concepção da II Internacional por se fundamentar essencialmente nas obras de Lênin. No entanto, segundo Netto (1981, p. 26), “[...] a ruptura que afasta Lênin da *II Internacional* é uma ruptura política – e o que se coloca como determinante, aqui, ultrapassa de longe a questão política”:

[...] antes, é uma questão concernente à teoria como um todo. E o contributo lenineano, no que é pertinente a este todo, é limitado: componentes muito significativos da obra de Lênin são estritos exemplos do molde de pensamento da II Internacional (que se pense, à guisa de ilustração, em *Materialismo e Empiriocriticismo*). Dadas as suas próprias condições de trabalho e de estudo, apenas nos inícios da Primeira Guerra Mundial é que Lênin pôde esboçar uma

reação teórica contra o marxismo da II Internacional (documentada nas suas anotações acerca da Ciência da Lógica, de Hegel); ele careceu, porém, de tempo e de circunstâncias favoráveis para aprofundar esta crítica. *Pois é exatamente a partir do Lênin que se mostra congruente com as concepções da II Internacional, herdeiro dos seus pressupostos teóricos, que se vai articular o marxismo-leninismo: um sistema global científico-filosófico que integra o movimento e a legalidade da natureza e da história na convergência de duas disciplinas, o materialismo dialético e o materialismo histórico. Todo o lastro positivista do passado recupera, com vigor, através de um didatismo que se efetiva segundo os padrões impostos pela vulgarização manualesca, a sua carta de cidadania: um epistemologismo sistêmico enlaça um conjunto categorial pobre e o mecanicismo e o evolucionismo são repostos pela ação de um reducionismo teórico modelar* (Netto, 1981, p. 26, grifo nosso).

Equívocos e até mesmo adulterações referentes às particularidades da obra marxiana foram sustentados tanto por detratores quanto por seguidores de Karl Marx (Netto, 2011b). Inseridas no âmbito da tradição marxista, determinadas deformações foram levadas a cabo sob a influência do positivismo no interior da II Internacional. Tais ingerências, cumpre dizer, não foram posteriormente superadas; ao contrário, incidências de cunho neopositivista também se manifestaram na III Internacional. É nesse contexto que se consolida a *ideologia stalinista*, a qual impulsiona uma vulgarização simplista da obra de Marx. Nas palavras de Netto (2011b), disso resultou

Uma espécie de saber total, articulado sobre uma teoria geral do ser (o materialismo dialético) e sua especificação em face da sociedade (materialismo histórico). Sobre esta base surgiu farta literatura manualesca, apresentando o método de Marx como resumível nos “princípios fundamentais” do materialismo dialético e do materialismo histórico, *sendo a lógica dialética “aplicável” indiferentemente à natureza e à sociedade, bastando o conhecimento das suas leis (as célebres “leis da dialética”) para assegurar o bom andamento das pesquisas. Assim, o conhecimento da realidade não demandaria os sempre árduos esforços investigativos, substituídos pela simples “aplicação” do método de Marx, que haveria de “solucionar” todos os problemas: uma análise “econômica” da sociedade forneceria a “explicação” do sistema político, das formas culturais etc.* (Netto, 2011b, p. 12–13, grifo nosso).

Para o autor acima citado, a diferença mais evidente entre a concepção da III Internacional e a da II Internacional reside no fato de que a primeira se operacionaliza em conformidade com os interesses do poder autocrático stalinista, de tal modo que o “[...] esforço teórico se degrada no exercício apologético e a investigação passa a servir às injunções manipuladas e manipuladoras que as necessidades políticas do dia-a-dia condicionam” (Netto, 1981, p. 26). Tal leitura da obra marxiana, construída pelas “estruturas de poder estatais e partidárias”, considerava-se a única interpretação correta de Marx, e esse fenômeno extrapolou, inclusive, a vigência da III Internacional. “Não é preciso dizer que, a partir do enquadramento realizado pelo marxismo oficial, tudo aquilo que a ele escapa [...] é rubricado como ‘desvio’, ‘falsidade’, etc. Instaura-se um marxismo ‘justo’, ‘verdadeiro’, que deve competir com o ‘não-marxismo’” (Netto, 2006, p. 52).

Esta concepção russa (mais corretamente: a concepção instrumentalizada pelo partido russo sob Stálin), contudo, é, no essencial, um mero desdobramento daquela que a II Internacional instituiu. A diferença notável que existe entre ambas é menos uma diversidade de conteúdo do que uma alteração na forma da sua institucionalidade, generalização e divulgação: agora, já não é mais uma

concepção a servir a um partido e a um movimento de massas que formalmente apostam na revolução socialista, mas uma concepção que legitima um poder de Estado muito particular e já constituído em nome dessa revolução (Netto, 1981, p. 25).

Portanto, aquele marxismo que emergiu com a II Internacional acabou se convertendo, através do stalinismo, numa ideologia de Estado que servia para legitimação dos aparatos de poder. Desse modo, tal marxismo institucionalizou-se como ideologia oficial do Estado. Contudo, o chamado marxismo oficial iniciou seu efetivo ocaso a partir de 1955 — e cumpre observar que a III Internacional havia sido extinta em 1943 (Netto, 2006, p. 51–60).

Com a “crise política” desencadeada no processo de sucessão de Stálin, o “marxismo-leninismo” entra em colapso. Nesse contexto, demarca-se um momento de inflexão: o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), em 1956, e as denúncias de Nikita Khrushchov (Simionatto, 1999, p. 98). Este detonador, que contou, em cada país, com determinações endógenas essenciais, causou a implosão do marxismo-leninismo na América Latina. No Brasil, esse processo resultou na saída de milhares de militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) (Netto, 2017, p. 265–266).

Entretanto, Netto (1981, p. 28) assevera que o colapso do marxismo-leninismo foi “[...] tão-somente o colapso de um aglomerado de dogmas articulador de uma apologética tributária de uma modalidade determinada de organização política”. Isto é, “Não tem nada a ver com uma pretensa crise do legado teórico de Marx; registra-se a crise de uma leitura, uma versão deste legado” (Netto, 1981, p. 28, grifo nosso).

A despeito da permanência de algumas das concepções do chamado *marxismo oficial*, a partir desse novo momento emergem ou “ressurgem tendências alternativas de pensamento e reflexão que encontram ressonância tanto entre os comunistas e seus partidos como em outros meios intelectuais” (Netto, 2006, p. 62). Trata-se, portanto, de um redimensionamento da tradição inspirada em Marx. Além das críticas dirigidas ao stalinismo, suscitou-se uma série de discussões sobre as mais distintas temáticas, sob a perspectiva de diversos autores — inclusive com significativas discordâncias entre eles. As distintas concepções acerca do legado marxiano perpassam, por exemplo, autores como György Lukács, para quem as proposições marxianas constituem “uma teoria da produção e reprodução do ser social”, e Louis Althusser, que concebe aquele legado como “um discurso epistemológico de novo tipo” (Netto, 2006, p. 70), entre outros.

No entanto, nesse novo cenário, o referido autor observa um fenômeno digno de nota: o surgimento de novas cisões no movimento revolucionário, que, por sua vez, cristalizam uma nova divisão “entre as correntes renovadoras da tradição marxista e aquelas apegadas a um novo dogmatismo (a versão inicial do maoísmo, as caricaturas albanesas e, no plano teórico mais sofisticado, o marxismo impregnado de neopositivismo como o de Althusser)” (Netto, 2006, p. 67).

Entretanto, o que importa demarcar com maior rigor é a diversidade que emerge, não sem controvérsias, a partir dos anos 1960, não em termos de marxismo, mas de *vertentes marxistas*, pois:

[...] “o marxismo” é uma ficção. Não há nada que, consensualmente, se possa reconhecer como tal. [...] o leitor pode concluir, legitimamente, que “o marxismo” é uma série de interpretações e acréscimos variados da obra de Marx, condicionados, cada um deles, por injunções históricas, culturais, políticas etc. [...]. Se se rotula esta tradição de “marxismo”, corre-se o risco de perder de vista sua enorme heterogeneidade – porque, se existem fios condutores que a identificam enquanto uma tradição, existem igualmente, e com a mesma relevância, componentes que peculiarizam numerosas propostas que a compõem (Netto, 2006, p. 75–77).

Portanto, o autor demonstra, a partir da análise histórica, que a tradição marxista se revela profundamente heterogênea, composta por múltiplas vertentes que, em diferentes momentos, entraram em conflito no cenário internacional. Se a matriz marxiana corresponde a um conjunto de ideias originais elaboradas por Karl Marx, a tradição marxista que dela deriva constitui, por sua vez, um conjunto heterogêneo de intérpretes e de interpretações que, após a morte de Marx, dedicaram-se à análise e à atualização de sua obra. Nesse sentido, questiona-se como essas correntes foram gestadas, recebidas e assimiladas intelectualmente, de maneira singular, nos diferentes e particulares contextos nacionais. No caso brasileiro, José Paulo Netto analisa essa assimilação nos marcos do que denominou de regime autocrático burguês (Netto, 2011a) — um regime que, amparado pela tutela militar, foi, segundo o autor, o “regime político que melhor atendia aos interesses do grande capital” (Netto, 2014, p. 67) —, bem como no campo de estudos do Serviço Social.

Tradição marxista no Brasil no quadro da autocracia burguesa: uma incorporação problemática

As ideias de Marx e Engels chegaram à América Latina no final do século XIX, mais precisamente a partir da década de 1880. A partir de 1920, com os movimentos de organização autônoma do operariado, fundam-se os partidos comunistas e registra-se uma maior difusão das ideias marxianas e engelsianas, que se expandem de forma ainda mais significativa na segunda metade daquela década. Assim, “os anos 1920 constituirão a década fundacional do marxismo na América Latina” (Netto, 2017, p. 257).

Nos anos subsequentes — entre 1930 e meados da década de 1950 —, o “marxismo” consolida-se como uma importante referência na cultura latino-americana. Não obstante, parte significativa da produção intelectual dos marxistas do subcontinente, nesse período, encontrava-se “domesticada e amesquinhada” pelos cânones do chamado “marxismo-leninismo”, uma vez que a consolidação do “marxismo” na região ocorre em paralelo ao processo de stalinização que triunfa na URSS (Netto, 2017, p. 259–260).

Assim como em outros países do subcontinente, no Brasil, até 1950, o ainda incipiente acúmulo do pensamento marxista esteve diretamente vinculado aos intelectuais do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Segundo Netto (2011a), com raríssimas exceções, é o “PCB que inaugura no Brasil a vertente do socialismo revolucionário que se reclama apoiado em Marx” (Netto, 2011a, p. 106). As elaborações dos marxistas brasileiros foram marcadas por diversas influências de caráter “negativo”, como a ausência de uma herança socialista, as frágeis tradições de reflexão filosófica, a carência de universidades e de

pesquisas, bem como a repressão contínua aos intelectuais do PCB, especialmente a partir de 1930. Todavia, a partir de 1955, começa a emergir uma tradição marxista que extrapola os limites do PCB, fenômeno que também se vincula ao XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), realizado em 1956, e às cisões dele decorrentes no interior do próprio PCB. Nesse contexto, o autor citado destaca duas questões centrais: a primeira diz respeito à “*quebra do monopólio*” exercido pelo PCB; a segunda, já na transição para a década de 1960, refere-se à incorporação da tradição marxista por intelectuais desvinculados de organizações partidárias (Netto, 2011a, p. 107–108).²

No primeiro caso, o autor identifica vetores renovadores no PCB “que se expressam num giro político de profundas consequências táticas e estratégicas (concretizadas na Declaração de Março [do Partido em 1958]) e numa inflexão correlata ao nível de preocupação e da elaboração teórica [...]” (Netto, 2011a, p. 108). Porém, ambos (giro e inflexão) são abortados pelo *golpe de abril*. No segundo caso, na transição de 1950 para 1960, como já afirmado acima, a inspiração marxista efetivamente passa a rebater em investigadores sem vínculos partidários (como, por exemplo, Álvaro Vieira Pinto e Florestan Fernandes).

Entretanto, o processo de amadurecimento de uma tradição marxista no país — vinculado ao contexto de efervescência sociopolítica que se seguiu ao Golpe de 1964 — foi abruptamente interrompido pelo regime autocrático burguês e por sua correspondente política cultural; assim, o ambiente sociopolítico é tornado hostil ao desenvolvimento da referida tradição. Todavia, apesar de sua força, a ditadura não conseguiu extinguir o rebatimento das matrizes do socialismo revolucionário na cultura brasileira, mas, “ao interromper aquela dialética que vinha se operando entre interlocutores diferenciados”, a autocracia burguesa logrou um êxito dos mais importantes: “não só travou por ponderável lapso temporal esta constituição como, ainda, introduziu no seu andamento complicadores cuja solução demandará esforços de largo fôlego e a conjunção de inúmeras circunstâncias favoráveis [...]” (Netto, 2011a, p. 109).

Assim, o autor citado evidencia duas consequências imediatas da intervenção ditatorial: “A primeira [como já sinalizado acima] foi a ultrapassagem de qualquer monopólio político-partidário da inspiração socialista revolucionária [...], mas em condições extremamente desfavoráveis para a esquerda” (Netto, 2011a, p. 110, grifo nosso). Nesta ambiência, gestam-se grupos políticos que, se reclamando revolucionários, quase nada agregam ao acúmulo marxista no país. Tais grupos, em larga escala, recorriam a versões simplificadas da tradição marxista com o intuito de legitimar suas práticas políticas. Cabe lembrar que o Serviço Social estava inserido nessa mesma realidade e se confrontava com esses “marxismos”.

A proliferação de agrupamentos políticos reclamando-se revolucionários –

² Embora se enfatize a argumentação do autor citado, não se pretende desconsiderar a importância de outros sujeitos e espaços coletivos, como a Juventude Universitária Católica (JUC), a Ação Popular (AP) e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), na divulgação, reformulação e pluralização dos marxismos na realidade brasileira. Tais movimentos criaram espaços coletivos de formação política, promoveram debates e difundiram categorias marxistas e marxianas, favorecendo, de modo efetivo, a circulação de ideias e a reflexão sobre a realidade brasileira. Ademais, ainda que tais contribuições nem sempre se tenham mantido fiéis à teoria social de Marx, elas abriram caminho para apropriações mais rigorosas de Marx e de Marxistas.

dissidentes ou não do PCB – na segunda metade da década de sessenta, organizações de vida geralmente efêmera, é o símbolo incontestado daquela ultrapassagem. Dadas as circunstâncias em que surgiram esses agrupamentos (gerais: o clima repressivo; específicas: a sua intencionalidade política), compreende-se por que em quase nada contribuíram para acrescentar o acervo que vinha se gestando no pré-64. A frequente utilização de versões políticas particulares da tradição marxista (v.g., o maoísmo) para legitimar uma prática determinada (nomeadamente o confronto armado com a autocracia) fez do referencial teórico derivado de Marx um repositório de citações e fórmulas rituais. Se é verdade que protagonistas dessa quadra dramática da vida brasileira, sobrevivendo à guerra de extermínio que lhes moveu a ditadura, posteriormente puderam realizar aportes teóricos e críticos de valia, é igualmente verdadeiro que nestes segmentos da esquerda, generalizou-se uma cultura marxista de pacotilha, no seio da qual a petição voluntarista e praticista gestou um simplismo intelectual que se mostra inteiramente vulnerável a qualquer antagonista medianamente informado. As recidivas infantilizadas que parte das esquerdas experimentam com a crise da ditadura puseram em destaque, novamente, essa “cultura” marxista – com os resultados previsíveis e compatíveis com a sua indigência (Netto, 2011a, p. 110).

A segunda consequência do regime autocrático burguês — também relacionada, em certa medida, aos pensadores anteriormente mencionados sem filiação partidária — foi a criação de uma ambiência “favorável” à emergência do chamado marxismo acadêmico. A despeito de possíveis elementos positivos por parte deste marxismo, segundo Netto (2011a, p. 111), ele “recolocou e colocou componentes nefastos na cultura da esquerda”:

De uma parte, reforçou um velho traço nesta cultura: a substituição do exame das matrizes originais da teoria social revolucionária pela exegese de seus comentaristas e/ou vulgarizadores. De outra, introduziu tanto o oportunismo teórico quanto entronizou a crítica abstrata: as “fontes” ou “inspirações” não variam segundo exigências imanentes da reflexão, mas ao sabor de conjunturas e a avaliação do passado é posta sem a menor consideração concreta dos efetivos condicionalismos histórico-sociais e políticos que sobre ele incidiram, operando juízos de valor francamente moralistas (quando não filisteus) (Netto, 2011a, p. 111).

Portanto, a ditadura golpeou aquela *cultura de esquerda* que vinha se adensando em meados de 1960 (juntamente com a tradição marxista) e obstou mesmo a sua recuperação naqueles moldes anteriores ao *regime de abril* (Netto, 2011a, p. 111).

A política cultural da ditadura constituiu outro fator relevante a ser considerado na análise de como o regime autocrático tensionou e comprometeu a emergência de uma tradição marxista qualitativamente superior no país. Para isso, determinadas “políticas” adotadas pelo regime acabaram por criar um cenário propício ao florescimento de vertentes de cunho irracionalista.

Ao analisar a política cultural, Netto (2011a) constata algumas das ingerências do *Regime de abril* sobre o seu redimensionamento. O que importa destacar é a observação do autor de que, nos primeiros anos da ditadura, uma hegemonia cultural de corte progressista e democrática se aprofundava naqueles segmentos que se opunham ao regime autocrático. No entanto, nos anos subsequentes, o *golpe* impôs “um curso político ao ‘mundo da cultura’: as conexões deste com o movimento político social das classes subalternas foram interrompidas” (Netto, 2011a, p. 79). Assim, aquela hegemonia cultural progressista e

democrática sofreu uma inflexão para baixo. Para o referido autor, neste momento, política e cultura passaram a embaralhar-se, pois “a impossibilidade de fazer política, posta a ditadura, não engendrou somente a politização da cultura – a cultura converteu-se em sucedâneo e substitutivo da política” e o “ato de cultura passou a ser, imediatamente, o ato contra o regime político” (Netto, 2011a, p. 80). Por estas trilhas, o cerco ao mundo da cultura, segundo Netto (2011a), provocou a emergência de uma “matriz irracionalista no mundo da cultura”:

Quase imperceptivelmente, a princípio, depois de modo evidente (e tanto mais vigoroso quanto mais fica explícito o projeto “modernizador” do regime), começa a instalar-se no circuito cultural uma matriz irracionalista: a impermeabilidade da realidade sociopolítica aos influxos das demandas expressas pela manifestação cultural começa a dar lugar a um sentimento de impotência nos protagonistas culturais; se à razão da cultura não equivale a razão da sociedade – como parece mostrar a marcha da ditadura – é porque ambas as razões são ineptas. A pouco e pouco, como a cultura se revela incapaz de incidir sobre a sociedade tal como projetavam seus autores, a falência (aparente) da razão política antiditatorial é convertida em falência (efetiva) da razão e da cultura. A falta de perspectivas políticas em face da ditadura transfere-se, dado que a atividade cultural fora posta como sucedâneo da ação política, para o domínio da cultura (Netto, 2011a, p. 80, grifo nosso).

No entanto, esse *veio irracionalista* na cultura brasileiromente se apresenta em seus traços mais característicos entre 1968 e 1969. É, pois, com o AI-5 que o “regime reacionário” transita para o regime “militar-fascista” que, por sua vez, instaura “um terrorismo cultural sistemático” (Netto, 2011a, p. 80–82). Desse modo, tal regime reforça mecanismos repressivos sobre a sociedade e, principalmente, passa a *combater* determinados grupos que haviam transitado para a *oposição armada*.

Mas além do combate a tais segmentos armados, outro importante objetivo do regime foi combater o *bloco cultural que havia inspirado* tais segmentos. Neste sentido, a contenção do “mundo da cultura” — anteriormente expressa — (entre 1964 e 1968) foi substituída por seu desmantelamento, de tal modo que de 1968/69 até 1974/75, instaurou-se o que Netto (2011a, p. 82–83) chamou de “*vazio cultural*”, salvo poucas resistências. Nesse bojo, as *correntes irracionalistas* na cultura adquiriram ponderação de monta (especificamente de 1968/69 até 1972).

No entanto, uma política cultural de corte “positivo” (o “promocionalismo”) passa a ser impulsionada na abertura dos anos setenta, ainda no seio daquele *vazio* (Netto, 2011a, p. 84). Por um lado, havia a intenção de suprimir os contributos da hegemonia cultural progressista e democrática vigente até o primeiro lustro da década de 1960; por outro, e de forma concomitante, promoviam-se ativamente tendências alternativas a essa hegemonia. Por estas trilhas, efetiva-se uma revisão do passado com o intento de desqualificá-lo “em proveito de um radicalismo abstrato ou de vertentes estético-culturais que eludiam a questão central do realismo artístico” (Netto, 2011a, p. 85). É nesse espaço configurado pelo *vazio cultural* que o referido autor afirma haver uma *ampliação do pensamento heideggeriano na universidade*. Tratava-se de um existencialismo não de combate, “mas de uma perspectiva que, no limite, conjuga-se com o desesperado capitulacionismo que, em nível chão, a contracultura expressa” (Netto, 2011a, p. 85).

Todavia, apesar da presença de influências de perspectivas irracionaisistas, Netto (2011a) sinaliza que, nos anos do referido *vazio*, igualmente se adensa e avança *uma nova corrente racionalista* — mas que contribui “à cruzada desideologizante’ que marca o período e que é tolerada pelo regime autocrático burguês” (Netto, 2011a, p. 86). De acordo com o referido autor, essa corrente não pode ser identificada com o racionalismo tradicional do positivismo, mas se trata de uma corrente inédita no país, e que permeia principalmente a universidade — com fortes ingerências europeias, essencialmente francesas. Em termos claros, *trata-se do pensamento estruturalista*.

*A avalanche estruturalista sobre a cultura brasileira posterior a 1964, mas adensada nos imediatos desdobramentos do AI-5, praticamente não se defrontou com resistências ponderáveis – e não por razões intelectuais, mas sobretudo porque se operou em condições nas quais o debate franco e aberto estava efetivamente interdito. Sem entrar na discussão interna do pensamento estruturalista – esta típica manifestação do neopositivismo –, cabe assinalar que ele constituiu o eixo do que mais atuante subsistiu no âmbito acadêmico, dos anos do *vazio cultural* à emergência clara da crise da autocracia burguesa. E sua voga comportou elementos indispensavelmente positivos – entre os quais, ressalte-se, uma valorização do rigor analítico em detrimento dos impressionismos e um renovado interesse por áreas do saber até então pouco contempladas pela atenção intelectual (por exemplo, os estudos linguísticos). Seu papel ideal mais saliente, entretanto, foi a função “desideologizante” que desempenhou: dadas as suas características neopositivistas (o anti-historicismo, o formalismo, o epistemologismo) e dadas as condições socio-históricas em que hegemonizou os segmentos intelectuais progressistas, basicamente no interior da universidade, o estruturalismo contribuiu eficazmente no Brasil para neutralizar os vetores críticos (e crítico-dialéticos) do mundo da cultura. Especialmente na escala em que nutriu amplamente o “marxismo acadêmico” (e, aqui, a influência da obra de Althusser ainda requer uma análise cuidadosa), ele respondeu por uma cultura de esquerda inteiramente asséptica – descontada, naturalmente, uma “leitura científica” de Marx que o tornava palatável a uma infinita gama de gostos. Justamente esta funcionalidade do pensamento estruturalista (que, ademais, enquanto racionalismo limitado, abre flanco a uma “complementação” irracionaisista) esclarece a tolerância e, em muitos casos, o estímulo de que ele desfrutou nos piores anos da ditadura (Netto, 2011a, p. 88, grifo nosso).*

Contudo, além de configurar um ambiente mais propício tanto a correntes de cunho irracionaisista, à la Heidegger, quanto à vertente “racionalista”, à la Althusser, é necessário destacar que o chamado período do *vazio* também continha o embrião de outro polo da política cultural da ditadura — a saber, sua face “positiva”. Neste sentido, o *Regime de abril* avança no *promocionalismo*: “[...] não só se punha na ordem do dia essa implementação como, também, já se articulava a sua *formulação sistemática e oficial*” (Netto, 2011a, p. 90). Pela primeira vez, o regime autocrático formulou, de fato, uma programática cultural que se sobrepôs às dimensões mais repressivas — as quais marcaram o período de 1964 a 1968 e, principalmente, de 1969 a 1973. Contudo, nesse momento, a própria ditadura já começava a experimentar seu fim gradativo (Netto, 2011a, p. 93).

Cabe ainda ressaltar que, no contexto da ascensão do estruturalismo na universidade brasileira, o marxismo althusseriano consolidou-se como uma vertente no interior da tradição marxista, exercendo influência em diversos cursos universitários — inclusive, ainda que de forma menos direta, no próprio Serviço Social. Nesse contexto, a aproximação de alguns estudiosos do Serviço Social à vertente estruturalista ocorreu, em

grande medida, pela busca de subsídios teóricos em determinados pensadores e divulgadores — entendidos como “referências teóricas” —, especialmente vinculados às chamadas Ciências Sociais, notadamente nos cursos de pós-graduação, ao longo da década de 1970, dentro e/ou fora do Brasil. Exemplo notável é o caso de Ana Maria Quiroga e Leila Lima Santos que, na condição de lideranças da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (UCMG) — atualmente Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) —, estavam fortemente influenciadas pelos escritos althusserianos, sobretudo *Pour Marx* (Silva, 1991).

Leila Lima Santos teve parte de sua formação intelectual marcada pela influência do contexto francês dos anos 1960, uma vez que esteve inserida no programa de pós-graduação em Sociologia, na Sorbonne, especificamente no Instituto de Ciências Sociais do Trabalho da Universidade de Paris, entre 1966 e 1969. Não por acaso, entre os caminhos que levaram à influência althusseriana nas formulações do Método BH, destaca-se a experiência de Leila Lima durante seus estudos na França. Em entrevista concedida à Silva (1991), além de reconhecer as influências de Marta Harnecker, Leila Lima afirma:

[...] nós líamos mesmo; nós líamos... A Ana [Maria Quiroga] e eu, então, nós estudamos bastante Althusser e tudo... [...] a gente estava lendo e estava influenciada – e era um pouco isso que a gente estava falando, os modismos teóricos do momento, a conjuntura de moda também teórica, que sempre tem; [...] “Quem não lia Althusser na época da Escola de Serviço Social estava... por fora! Então quer dizer, é também uma expressão da conjuntura (Silva, 1991, p. 296).

Também, em entrevista concedida a Silva (1991, p. 298), Ana Maria Quiroga afirma que, no Método BH, “[...] o grande autor é Althusser [...]”; porém, atesta também as influências do marxismo da União Soviética, de Mao-Tse-Tung, dentre outros.

Serviço Social e Marxismos: interlocuções entre assistentes sociais e a obra seminal de Karl Marx

Com base na trajetória do marxismo na realidade brasileira, é possível delinear uma breve compreensão acerca de como o Serviço Social entrou em contato — e, por vezes, em confronto — com distintas vertentes da tradição marxista, sempre condicionado pelas possibilidades concretas impostas pelas determinações socio-históricas do país. Diversos autores, aos quais os assistentes sociais (professores e estudiosos da área) recorreram como referências teóricas, provinham, por exemplo, do campo do marxismo vinculado à II e III Internacionais, do althusserianismo ou mesmo do maoísmo — influenciados, nesse processo, pelos pesos e filtros dos movimentos sociais político-partidários e/ou das modas acadêmicas.

A aproximação do Serviço Social, nas décadas de 1960 e 1970, a distintas vertentes da tradição marxista efetivou-se, portanto, de maneira problemática, na medida em que a categoria profissional passou a se apropriar de correntes que, em si mesmas, já apresentavam significativas distorções ou contrafações teóricas (Dutra, 2018). Além disso, existiam diversos elementos objetivos — de ordem histórica e social — que impediam ou dificultavam que a categoria profissional identificasse os problemas presentes em tais “marxismos”, inviabilizando, assim, a possibilidade de questioná-los de maneira crítica.

Tem-se, nesse contexto, a ausência de tradições intelectuais consolidadas na profissão; os constrangimentos impostos pela autocracia burguesa à circulação de determinadas ideias e obras marxianas e marxistas; a hegemonia conservadora de amplos setores do Serviço Social; a histórica perseguição aos comunistas no Brasil desde o início do século XX; além da escassez de traduções — em língua portuguesa e com qualidade adequada — de textos marxistas e marxianos, entre outros.

Por estas vias, o movimento de reconceitualização — processo de questionamentos e crítica do Serviço Social tradicional em diversos países da América Latina (1965-1975) (Netto, 2011a) — aproximou-se de diversos marxismos, contudo, “sem Marx”, o que resultou em um forte ecletismo que também abriu caminhos para ingerências (neo)positivistas no próprio discurso marxista do Serviço Social (Quiroga, 1991). Traços ecléticos que se potencializaram na medida em que o Serviço Social, historicamente, mostrava-se carregado de elementos com raízes conservadoras e positivistas (Iamamoto, 2008, p. 211–212). Essa aproximação se engendra

[...] predominantemente por manuais de divulgação do “marxismo oficial”. Aliou-se a isso a contribuição de autores “descobertos” pela militância política, como Lênin, Trotsky, Mao, Guevara – cujas produções foram seletivamente apropriadas, numa óptica utilitária, em função de exigências prático-imediatas, prescindindo-se de qualquer avaliação crítica. [Posteriormente] A esse universo teórico eclético, soma-se, ainda, pela via predominantemente acadêmica, rudimentos do estruturalismo marxista de Althusser, em especial suas análises dos “aparelhos ideológicos do Estado” e seu debate sobre a “prática teórica” (Iamamoto, 2008, p. 211).

Portanto, no *plano da ação*, o Serviço Social e o marxismo se relacionaram por meio do “[...] *militantismo político-partidário* e no *campo da teoria pela vulgarização marxista e de rudimentos do estruturalismo marxista althusseriano*, numa relação utilitária e pragmática com o conhecimento, tendo em vista a ação profissional imediata” (Iamamoto, 2008, p. 223–224, grifo nosso). Nessa conjuntura, os encontros do Serviço Social com a tradição marxista ocorreram por caminhos teóricos diversos — e, frequentemente, carentes de fundamentos rigorosos.

Como expusemos em outro estudo (Dutra, 2018), o Serviço Social brasileiro, inicialmente, aproximou-se de vertentes da tradição marxista a partir das décadas de 1960 e 1970. Essa aproximação concretizou-se por meio da atuação de estudantes, profissionais e docentes que, de alguma forma, estiveram vinculados à militância político-partidária, sobretudo de orientação católica — como a Juventude Universitária Católica (JUC), a Juventude Operária Católica (JOC), o Movimento de Educação de Base (MEB) e a Ação Popular (AP) —, e posteriormente, ainda que em menor escala, ao Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Contudo, conforme as análises de Netto (2011a), nas primeiras aproximações observa-se a ausência de uma sistematização consistente, sobretudo até o limite cronológico de sua pesquisa. Desse modo, o autor afirma: “À falta de um levantamento mínimo das várias iniciativas na linha de ruptura, estamos nos atendo somente àquela explicitação que foi efetivamente representativa e decisiva” (Netto, 2011a, p. 263). Logo, o próprio autor reconheceu a baixa densidade investigativa sobre o tema. Isso, entretanto, não descredibiliza a importância da referida aproximação, ainda que tal movimento demande

maior aprofundamento investigativo. Já no segundo momento, correspondente ao denominado Método BH, evidencia-se de forma mais consistente uma elaboração teórica que expressa “[...] um conjunto de críticas centrais ao tradicionalismo profissional” (Iamamoto, 2015, p. 237–238), embora também se mostre marcada por contradições e impasses de fundo no que concerne à apropriação de insumos marxistas.

Após a experiência belo-horizontina, Netto (2011a) evidencia outro momento — marcado pela “consolidação acadêmica” da perspectiva de *intenção de ruptura* — em que passa a predominar o chamado *marxismo acadêmico*. E este, no marco da transição “democrática”, consegue subsidiar suas análises através de elaborações teóricas originais, inclusive, com a retomada de autores “clássicos” (Netto, 2011a). Entretanto, Netto (2011a) subdivide esse novo movimento de aproximação em dois patamares distintos: o primeiro ocorre no período pós “Método BH” — situado entre o final da década de 1970 e o início da década de 1980 —, também caracterizado por fortes traços de “redução epistemologista”; o segundo consolida-se com a produção de Iamamoto (1982), parcialmente publicada em Iamamoto e Carvalho (2010), a qual representa a primeira *incorporação bem-sucedida*, no debate brasileiro, da fonte “clássica” da tradição marxista voltada à compreensão crítica do Serviço Social (Netto, 2011a, p. 269–276).

Desse modo, as primeiras aproximações do Serviço Social à tradição marxista foram atravessadas por equívocos tanto de ordem teórica quanto prática. No entanto, foi justamente a partir dessas experiências que se gestaram os fundamentos da ruptura política (mas não só) com o conservadorismo profissional (Quiroga, 1991, p. 88).

Nesse processo, o Serviço Social foi, gradativamente, gestando uma massa crítica que o conduziu a um amadurecimento intelectual ao final do regime ditatorial. Para isso, contou com determinados elementos “proporcionados” de forma compulsória pelo próprio Estado autoritário, como a Reforma Universitária — impulsionada sob o discurso oficial de uma *modernização* (conservadora) voltada ao desenvolvimento. Assim, para produzir profissionais “modernos”, a política educacional da ditadura adquiriu protagonismo. Ainda que por caminhos autoritários, ela modificou os mecanismos da formação profissional de assistentes sociais realizando uma expansão e refuncionalização/laicização das agências de formação. Nesse processo, no contexto da autocracia burguesa, “[...] o ensino de Serviço Social” [foi] inserido ‘no âmbito universitário’” (Netto, 2011a, p. 124–125) e, em pouco tempo, a formação profissional precisou adequar-se tanto a exigências formais próprias da academia quanto às imposições estabelecidas pela própria autocracia burguesa à universidade.

A parca aproximação com as ciências sociais na década de 1950 — aproximação, no mínimo, problemática, pois o próprio marxismo foi incorporado como disciplina isolada pelas ciências sociais (Netto, 1989, p. 95–96) — só foi efetivamente concretizada no contexto da autocracia burguesa. Nesse momento, o Serviço Social recebeu influências da psicologia, da sociologia e da antropologia. Por estas trilhas, gradativamente, desconstrói-se a histórica ausência de tradições intelectuais e investigativas. No entanto, essa mesma formação também foi permeada, principalmente, por aquelas *disciplinas sociais* permitidas e/ou impulsionadas pelo quadro imposto pelo regime autocrático burguês e por seu viés tecnocrático (Netto, 2011a, p. 126). Contudo, contraditoriamente — e é de suma

importância salientar —, a própria autocracia burguesa, ao gestar algumas das condições para a renovação do Serviço Social brasileiro (1960-1980), como, por exemplo, sua inserção na universidade e a laicização, criou, concomitantemente, um espaço favorável ao surgimento de práticas e/ou concepções contrapostas aos seus interesses e/ou às suas demandas.

Assim, se por um lado, em meados da década de 1970, constituiu-se um acervo significativo de elaborações teóricas sobre a profissão, impulsionado pela inserção do Serviço Social na universidade pública, por outro, essa mesma inserção nos quadros universitários proporcionou condições favoráveis ao desenvolvimento de debates “teórico-metodológicos e crítico-analíticos” que passaram a questionar as bases da própria autocracia burguesa. Ou seja, a autocracia “proporcionou” um espaço de aproximação do Serviço Social com debates teórico-metodológicos, sem os quais, para Netto (2011a), a profissão não poderia nem gestar uma massa crítica, nem atender às requisições modernizadoras da ditadura civil-militar (Netto, 2011a, p. 129–130).

Considerações finais

Como pudemos observar, a chegada das ideias socialistas à América Latina ocorreu de forma tardia e, sobretudo, em uma conjuntura marcada pela influência de concepções soviéticas do marxismo, particularmente do chamado marxismo-leninismo. Desse modo, as influências de marxistas da II e da III Internacionais incidiram sobre determinados segmentos latino-americanos e, no contexto brasileiro, sobre grupos vinculados à militância político-partidária, sobretudo a partir do regime autocrático burguês.

Os “marxismos” filtrados por esses grupos, por conseguinte, repercutiram, em um primeiro momento, sobre parcelas da categoria profissional dos assistentes sociais. No entanto, com a consolidação do regime autocrático burguês, estabeleceu-se um ambiente favorável ao desenvolvimento do chamado *marxismo acadêmico*, o qual, também contaminado pelo (neo)positivismo, influenciou determinados segmentos do Serviço Social. Por fim, a partir da década de 1980, inaugurou-se, no interior da categoria profissional, um debate qualitativamente mais elaborado com a teoria marxiana e marxista.

Importa observar que, ao vincular-se à universidade e atravessar um processo de laicização, o Serviço Social foi compelido a incorporar as dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão, o que resultou em avanços qualitativos na produção científica, especialmente com a criação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* — sabe-se que, embora com problemas de fundo, no período autocrático houve uma expansão sem precedentes do ensino pós-graduado no país. Além desse avanço, o Serviço Social passou, paulatinamente, a dialogar com outras áreas do saber, ampliando seu quadro docente e conquistando reconhecimento por parte de entidades de fomento à pesquisa. Desse modo, com o avançar do processo de redemocratização do país, consolidaram-se as condições socio-históricas necessárias ao amadurecimento acadêmico-profissional da categoria.

Referências

DUTRA, Silmai L. N. Revisitando a aproximação do Serviço Social brasileiro à tradição marxista (1960-1982). **Em Pauta**, v. 16, n. 41, p. 171-187, 2018. DOI: <https://doi.org/10.12957/rep.2018.36694>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/36694/26323>. Acesso em: 1 ago. 2025.

IAMAMOTO, Marilda Villela.; CARVALHO, Raúl de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez; Peru: Celats, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela. In: CARDOSO, I. C. C; MÔNICA. M. J. Revisitando um clássico da interlocução do Serviço Social com a tradição marxista. **Revista Em Pauta**, n.35, v.13, p. 225-247. Rio de Janeiro, UERJ. 2015.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Legitimidade e crise do Serviço Social**: um ensaio de interpretação sociológica da profissão. 1982. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) – Universidade de São Paulo, Piracicaba, 1982. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11145/tde-20220208-015830/en.php>. Acesso em: 1 mai. 2025.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria L. **Estado, Classe e Movimento Social**. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo e reificação**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2011a.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011b.

NETTO, José Paulo. **Nota sobre o marxismo na América Latina**. In: BRAZ, Marcelo (org.). José Paulo Netto: ensaios de um marxista sem repouso. São Paulo: Cortez, 2017, p. 254-277.

NETTO, José Paulo. **O que é marxismo**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

NETTO, José Paulo. O Serviço Social e a tradição marxista. **Serviço Social e Sociedade**, n. 30, 1989. Disponível em: https://www.unirio.br/cchs/ess/Members/vanessa.bezerra/2022-1/disciplinas/servico-social-2/texto-2/o%20servico%20social%20e%20a%20tradicao%20marxista.pdf/at_download/file. Acesso em: 15 ago. 2015.

NETTO, José P. Relendo a teoria marxista da História. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”, 4., 1997, Campinas. **Anais** [...]. Campinas: Unicamp; HISTEDBR, 1997. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2015/10/Teoria-social-JP-Netto.pdf>. Acesso em: 30 out. 2016.

NETTO, José Paulo. **Uma pequena história da ditadura**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.

QUIROGA, Consuelo. **Invasão Positivista no Marxismo**: manifestações no ensino no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1991.

SILVA, Lídia M. M. R. da. **Aproximação do Serviço Social à tradição marxista**: caminhos e descaminhos. 1991. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1991.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci**: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. 2.ed. Florianópolis: Ed. da UFSC; São Paulo: Cortez, 1999.

Submetido em: 20/10/2025

Revisto em: 5/1/2026

Aceito em: 7/1/2026



Serviço Social, pluralismo e o método do materialismo histórico-dialético: um diálogo possível?

Social Work, Pluralism, and the Historical-Dialectical Materialist Method: A Possible Dialogue?


Ana Carolina Silva de Azevedo*

 <https://orcid.org/0000-0001-6472-8285>

Davi Cartaxo Rodrigues**

 <https://orcid.org/0000-0002-5867-2227>

Mariane Raquel Oliveira da Fonseca***

 <https://orcid.org/0000-0001-6739-9624>

RESUMO

O método do materialismo histórico-dialético, adotado pelo Serviço Social brasileiro no seu período de renovação profissional, tem sido acusado de enclausuramento epistemológico. Neste artigo, procuramos resgatar o entendimento de que esse método oferece fundamentos sólidos para uma postura democrática e plural. Revisá-lo sob esse prisma apresenta-se como uma necessidade no atual cenário histórico, marcado por polarizações políticas e pelo desafio de se conseguir estabelecer diálogos verdadeiramente profícuos entre perspectivas distintas sem abrir mão dos pressupostos basilares de cada uma. A perspectiva teórico-metodológica aqui adotada parte do próprio materialismo histórico-dialético, recorrendo a uma revisão bibliográfica e análise teórica de obras de autores clássicos e contemporâneos do pensamento marxiano e da tradição marxista. O texto organiza-se em três seções principais: na primeira, discutimos os fundamentos do método e sua apropriação pelo Serviço Social brasileiro. Em seguida, exploramos a dialética como lógica da diversidade, problematizando leituras reducionistas. E, por fim, refletimos sobre a relação entre Serviço Social, pluralismo e método. Com isso, esperamos contribuir tanto para o fortalecimento desse método, ao

*Assistente Social. Mestra em Gestão Pública e Cooperação Internacional pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, João Pessoa, Brasil). Integrante no Grupo de Estudos e Pesquisa em Trabalho, Ética e Direitos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - (UFRN, Natal, Brasil). E-mail: carolazevedo.ac@gmail.com

**Assistente Social. Especialização em Instrumentalidade, instrumentos, técnicas e ferramentas do assistente social pela Faculdade do Maciço de Baturité (FMB, Baturité, Brasil). Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará (UECE, Fortaleza, Brasil). E-mail: davi.cartaxo@aluno.uece.br

***Assistente Social. Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN, Natal, Brasil). Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB, Paraíba, Brasil). E-mail: marianeraquel@hotmail.com

DOI 10.22422/temporalis.2026v26n51p69-85



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2026 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

afirmar a sua importância na atualidade, como para o avanço do pluralismo profissional, ao demonstrar que essa perspectiva analítica não se opõe ao debate democrático, mas o exige.

PALAVRAS-CHAVE

Método; Materialismo histórico-dialético; Pluralismo; Serviço Social.

ABSTRACT

The method of historical-dialectical materialism, adopted by Brazilian Social Work during its period of professional renewal, has often been accused of epistemological enclosure. In this article, we seek to reclaim the understanding that this method offers solid foundations for a democratic and plural stance. Revisiting it from this perspective emerges as a necessity in the current historical context, marked by political polarization and by the challenge of fostering genuinely fruitful dialogues among distinct perspectives without abandoning the fundamental assumptions of each. The theoretical-methodological approach adopted here is grounded in historical-dialectical materialism itself, drawing on a bibliographic review and theoretical analysis of works by both classical and contemporary authors from the Marxian and Marxist traditions. The text is organized into three main sections: first, we discuss the foundations of the method and its appropriation by Brazilian Social Work. Next, we explore dialectics as the logic of diversity, problematizing reductionist interpretations. Finally, we reflect on the relationship between Social Work, pluralism, and method. Through this, we aim to contribute both to the strengthening of this method—by affirming its relevance today—and to the advancement of professional pluralism, by demonstrating that this analytical perspective does not oppose democratic debate, but rather demands it.

KEYWORDS

Method; Historical-Dialectical Materialism; Pluralism; Social Work.

Introdução

Nas salas de aula de Serviço Social ao redor do Brasil, professores e alunos se encontram dia após dia com o objetivo de que sejam formados novos assistentes sociais críticos da realidade social e capacitados teórica e operativamente. Existem, porém, duas situações desafiadoras e interligadas que têm sido por vezes tacitamente reconhecidas, assim como teoricamente problematizadas (em maior ou menor nível), no âmbito da produção de conhecimento da área.

A primeira relaciona-se ao debate acerca da existência de uma formação deficitária ou reducionista de assistentes sociais no que tange à apropriação do marxismo (teoria social que baliza há mais de 40 anos a profissão no Brasil). Essa apropriação formalista, se de fato existente, pode estar contribuindo para aprofundar a presença histórica do conservadorismo na profissão e promover uma postura progressista pouco ancorada na complexidade da realidade social.

Para alguns, essa talvez seja uma informação no mínimo confusa. O Serviço Social brasileiro não busca ser ampla e profundamente sintonizado com os pressupostos e a teleologia da teoria social crítica? Sim, de fato. Porém, diversas pesquisas já têm apontado para as dificuldades que têm perpassado essa conexão.

Netto (2005, p. 18), por exemplo, compreende que “seria um equívoco imaginar que este ‘Serviço Social crítico’ é a expressão de todo o Serviço Social no Brasil. O panorama profissional brasileiro é muito diversificado [...]”. Por seu turno, Tavares (2013, p. 9) distingue a ideia de “indignação hegemônica na profissão” da ideia referente à existência de uma hegemonia marxista. E Zacarias (2020, p. 212) defende que “[...] os desafios para

consolidar um projeto profissional com essa fundamentação ainda são muitos, e os riscos para a manutenção dessa conquista têm se tornado ainda mais complexos [...]”.

Nesse contexto, independentemente da posição tomada no debate, há um relativo consenso acerca da necessidade perene de situar a atualidade de Marx para os desafios vivenciados no século XXI (levando-se também em consideração os ataques ideológicos que essa visão de mundo sofre) e de entender como o próprio marxismo tem avançado enquanto tradição intelectual no campo mais amplo das ciências humanas e sociais.

A segunda questão que tem sido por vezes tacitamente reconhecida e teoricamente problematizada consiste na polêmica existente em torno do trato dado, no âmbito do Serviço Social brasileiro, a outras correntes filosóficas, seguindo-se (ou não) o que é prescrito pelas Diretrizes Curriculares (conforme concebidas em 1996), que preconizam o “exercício do pluralismo como elemento próprio da natureza da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate¹ sobre as várias tendências teóricas, em luta pela direção social da formação profissional, que compõem a produção das ciências humanas e sociais” (ABEPSS, 1996, p. 7).

Essa questão se coloca fortemente em debates acerca da existência de liberdade acadêmica no Serviço Social brasileiro, e se apresenta como uma tensão em questões atuais como a internacionalização da profissão. É importante também situar que tudo isso se desenvolve em um contexto marcado de maneira fulcral pelo avanço do capital financeiro, pela contrarreforma da Educação Superior, pelo alastramento da intolerância e da polarização política, e pelo aprofundamento do conservadorismo e do pós-modernismo na sociedade.

Nesse cenário, o método de Marx, adotado pela profissão no seu período de renovação, e utilizado no processo de pesquisa social para o conhecimento da realidade, tem enfrentado um duplo tensionamento: por um lado, setores hegemônicos da profissão defendem que ele se encontra ameaçado; por outro, setores contra-hegemônicos defendem que é fechado e contribui para um enclausuramento epistemológico, fomentando dogmatismo e ausência de pluralismo na profissão.

Neste artigo, procuramos resgatar o entendimento de que, a despeito das práticas que estão sendo ou não adotadas², e contrariando a ideia fechada que setores da profissão podem possuir, o método do materialismo histórico-dialético — se adequadamente compreendido — oferece fundamentos sólidos para uma postura democrática e plural no contexto do Serviço Social brasileiro.

¹ Os termos desse “necessário debate”, por sua vez, são explicitados no próprio documento, que esclarece que “o tratamento das diferentes filosofias e teorias tem como perspectiva estabelecer uma compreensão de seus fundamentos e da articulação de suas categorias, o que supõe eliminar a crítica *a priori* ou a negação ideológica das teorias e filosofias, sem o necessário conhecimento de seus fundamentos” (ABEPSS, 1996, p. 10).

² E aqui não desconsideramos a importância de confrontar a concepção formal do método com a sua apropriação no cotidiano da produção de conhecimento em Serviço Social. Enfatizamos apenas que é importante entender que, em sua concepção, o método é profundamente ligado à ideia de abertura ao diferente, ainda que em possível oposição a ele.

Revisitar esse método sob o prisma do pluralismo no atual cenário histórico não apenas se justifica, mas apresenta-se como uma necessidade. O que propomos não é um esvaziamento do conteúdo crítico do método, mas um resgate da sua lógica dialética enquanto lógica da diversidade e não da uniformidade. Ao fazermos isso, esperamos contribuir para o fortalecimento tanto da adequada apropriação do método como da concretização do pluralismo no bojo profissional. Essa questão ganha relevância no contexto atual das universidades e dos espaços socio-ocupacionais, os quais encontram-se perpassados por disputas ideológicas e pelo desafio de se conseguir estabelecer diálogos verdadeiramente profícuos entre perspectivas distintas sem abrir mão dos pressupostos basilares de cada uma.

A perspectiva teórico-metodológica aqui adotada parte do próprio materialismo histórico-dialético. Para o estabelecimento dessa reflexão, recorreremos a uma revisão bibliográfica e análise teórica de obras de autores clássicos e contemporâneos do pensamento marxiano e da tradição marxista, dentro e fora do Serviço Social.

O texto organiza-se em três seções principais: na primeira, discutimos os fundamentos do método do materialismo histórico-dialético e sua apropriação pelo Serviço Social brasileiro. Em seguida, exploramos a dialética como lógica da diversidade, problematizando leituras reducionistas do método. Por fim, a terceira seção reflete sobre a relação entre Serviço Social, pluralismo e método.

Uma breve incursão no método em Marx e sua recepção no Serviço Social brasileiro

Falar em Serviço Social crítico brasileiro na contemporaneidade implica compreendê-lo como uma profissão construída coletivamente e orientada por um projeto profissional específico, cujo eixo central é o Projeto Ético-Político. Esse Projeto fundamenta-se em três componentes essenciais: o Código de Ética Profissional, a Lei de Regulamentação da Profissão — Lei n. 8.662/1993 (Brasil, [2012]) e as Diretrizes Curriculares de 1996 (ABEPSS, 1996).

Assumir um projeto de profissão significa, também, adotar uma concepção que oriente a apreensão da realidade social e seus desdobramentos. Nesse sentido, o Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro tem como uma de suas bases o materialismo histórico-dialético, conforme formulado por Karl Marx (1818–1883). Como destacam Montañó e Guerra (2024, p. 243, grifo do autor), essa concepção “[...] toma **a crítica como ferramenta de análise e de horizonte de ação dos profissionais, e a crítica como arma quando apropriada pelas massas**”.

A crítica em Marx assume uma conotação específica, em que o que se empreende, em relação ao conhecimento acumulado, é um “[...] exame racional, tornando-os conscientes, os seus *fundamentos*, os seus *condicionamentos* e os limites — ao mesmo tempo em que se faz a verificação dos conteúdos desse conhecimento a partir dos processos históricos reais” (Netto, 2011a, p. 18).

Ou seja, ao se adotar um método a partir de Marx, busca-se compreender a realidade em seu próprio movimento, apreendendo as determinações que a envolvem e a dialeticidade

dessa mesma realidade. Por isso, a perspectiva que emerge de Marx não se funda em uma lógica formal — cuja principal expressão é o positivismo —, mas é norteadada pela lógica dialética, tendo por objetivo “[...] determinar as categorias racionais válidas para a apreensão da realidade, concebida como uma totalidade em permanente transformação” (Baptista, 2014, p. 44).

Portanto, podemos afirmar que a concepção que emerge de Marx tem na ontologia sua fundamentação, ou seja, tem como objetivo compreender as determinações essenciais do ser, em que sujeito e objeto estão intimamente relacionados.

Isso justifica o porquê de Marx não ter preconizado um método formal, entendido como um conjunto de regras a serem seguidas para a apreensão dos fenômenos reais, antes, ateu-se a compreender a dinâmica do capitalismo e como as relações sociais se constituíam, compreendendo as determinações do modo de produção vigente.

Marx buscava ir além da aparência, isto é, do campo da fenomenalidade, onde a realidade se mostra de forma imediata. Seu objetivo era “cavar mais fundo”, até que a essência da coisa em si se revelasse. Isso não significa que aparência e essência estejam dissociadas; pelo contrário, “o fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde” (Kosik, 1976, p. 15). Assim, cabia a Marx superar a aparência para apreender a essência, compreendendo a realidade em sua totalidade concreta.

Isso também o levou a buscar compreender o solo histórico no qual o homem se constitui e como ele se constrói em determinada época, trazendo à compreensão as determinações existenciais desse ser — isto é, como o humano se produz e se reproduz em um dado tempo histórico. É importante ressaltar que não se trata de historicismo, uma espécie de relatos cronológicos dos fatos, mas o que se busca é “[...] a historicidade no interior mesmo do objeto pesquisado, tomando-o como componente do processo histórico, e não apenas como resultado” (Pontes, 2017, p. 77).

Nesse contexto, evidencia-se um processo definidor, presente e necessário ao existir humano independentemente do momento em que vive: o *trabalho* como fundamento ontológico da formação do ser social (Lukács, 1979). Isso é levar em conta o ser humano como um sujeito histórico que se constitui e se transforma através do trabalho.

É na relação do homem com a natureza que aquele transforma esta, e o inverso também se faz verdadeiro. Movido por suas necessidades de (sub)existência, o ser humano transforma a natureza ao seu redor para atender aos seus anseios e vontades, mas, ao mesmo tempo, modifica a si mesmo, tornando-se um ser mais complexo e enriquecendo-se em determinações.

Antes de tudo o trabalho é um processo de que participa o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio com a natureza. Defronta-se como uma de suas forças [...] atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza (Marx, 1988, p. 202).

É esse processo que o mobiliza na construção material e simbólica da realidade, a partir de sua capacidade teleológica, ou seja, de uma prévia ideação daquilo que almeja produzir, imprimindo “[...] ao material o projeto que tinha consciente em mira” (Marx, 1988, p. 202).

Toda essa trama pode levar a uma complexificação das relações, sejam elas entre o homem e a natureza ou entre os próprios seres humanos, evidenciando, muitas vezes, o caráter dialético inerente ao mundo dos homens. Ou seja, “não existem ideias, princípios, categorias, entidades absolutas, estabelecidas de uma vez por todas. Tudo que existe na vida humana e social está em perpétua transformação [...]” (Löwy, 1985, p. 14). O que caracteriza a realidade como ela é, portanto, é seu constante movimento de devir, suas transformações contínuas e a coexistência dos contraditórios.

É a negatividade que no interior dos complexos totais, representa a estrutura responsável pela permanente tensão, movida pela ação dos vetores positivos (que trabalham no sentido da reprodução dos complexos) e de vetores negativos (que apontam na direção da desestruturação dos processos, de sua negação) (Pontes, 2017, p. 85).

Todo o caminho percorrido até aqui leva a um objetivo crucial no pensamento de Marx: a busca pela compreensão da totalidade da realidade social. O método fundamentado nas formulações de Marx parte da premissa de que “o concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso” (Marx, 1982, p. 14). A realidade é dotada de múltiplas determinações, mas não se trata de uma simples junção de peças, como em um quebra-cabeça; vai além disso: a totalidade constitui-se como uma relação dialética entre o particular e o geral, ambos intimamente interligados, e essa dinâmica conduz a um conhecimento totalizante.

É importante enfatizar que, para Marx, o objetivo do conhecimento obtido pelo método não é apenas o conhecimento da realidade, mas a sua transformação. Na obra *Teses sobre Feuerbach*, por ele escrita em 1845, a XI Tese expressa que “os filósofos têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é transformá-lo” (Marx, 1845).

No Serviço Social as incidências dessa perspectiva ontológica passaram a se consolidar na profissão a partir da década de 1990. No entanto, a aproximação ao universo marxista ocorreu bem antes, embora muitas vezes tenha se dado por meio de apropriações equivocadas e marcadas por percalços temporais.

Por influência do Movimento de Reconceituação, iniciado na década de 1960 — um momento de questionamento da profissão em suas dimensões teóricas, práticas, ideopolíticas e éticas, que, no Brasil, teve como plano de fundo a autocracia burguesa —, emergiu uma vertente no Serviço Social brasileiro denominada *intenção de ruptura* (Netto, 2011b).

Essa vertente, na década de 1970, foi a primeira a contestar o Serviço Social Tradicional, guiado por uma perspectiva conservadora, e a buscar realizar formulações profissionais a partir da concepção marxista, embora sem necessariamente recorrer às fontes originais de

Marx. Como declara Iamamoto (2020, p. 230), “[...] foi uma aproximação a um marxismo sem Marx”.

O resultado foi um universo teórico presidido por fortes traços ecléticos, dando lugar a uma invasão, às ocultas, do positivismo no discurso do Marxismo do Serviço Social. Traço eclético potenciado por uma herança intelectual e política de salientes raízes conservadoras e positivistas, da qual o Serviço Social é caudatário [...] (Iamamoto, 2020, p. 230).

Essas formulações teóricas e práticas, empreendidas pela escola de Serviço Social de Minas Gerais, ficaram conhecidas como “Método BH”. Batistoni (2021) sintetiza as principais influências que nortearam as formulações desse movimento: a proposta de metodologia única do “método chileno”, a pedagogia de Paulo Freire, o pensamento da esquerda católica por Henrique C. de Lima Vaz, o marxismo de Althusser e a concepção maoísta.

Um segundo momento de incorporação do pensamento marxista ocorreu em meados da década de 1980, que Santos (2007) denomina como uma “apropriação epistemológica”. A autora adverte que, apesar da já existente influência das obras clássicas de Marx, a partir do trabalho de Iamamoto e Carvalho (2005), e de obras da tradição marxista, como as de Gramsci, ainda ocorreram leituras eminentemente epistemologistas. Segundo Santos (2007, p. 76), “esta concepção de Serviço Social está determinada pelo entendimento do marxismo como um ‘modelo’, derivado em polêmicas diversas que pareciam ‘fechar’ o Serviço Social nele mesmo”.

Finalmente, na década de 1990, ocorreu uma apropriação que teve como base o pensamento de Marx sob o prisma ontológico (Santos, 2007). Como aponta Simionatto (2018, p. 93–94),

o debate marxista se enriquece e se amplia com a introdução do pensamento dos filósofos húngaros Georgy Lukács e Agnes Heller, suas problematizações sobre o cotidiano, os valores e a ética, as chaves analíticas da experiência humana e da cultura desenvolvidas por E.P. Thompson, as contribuições de Hobsbawm na interpretação marxista da história, o estruturalismo genérico de Lucien Goldmann, a dialética do concreto de Karel Kosik, as obras de Florestan Fernandes, Caio Prado Junior e Octavio Ianni no estudo da sociedade brasileira [...]. Amplia-se o aprofundamento do pensamento gramsciano especialmente a partir do ingresso de Carlos Nelson Coutinho no Escola de Serviço Social da UFRJ, do pensamento de Lukács e de Marx com as publicações de José Paulo Netto, Marilda Iamamoto e de um vasto elenco de professores nas diversas instituições de ensino superior [...].

Foi nesse universo em que ocorreram apropriações mais sistemáticas e rigorosas do pensamento do próprio Marx e da tradição marxista dentro de uma perspectiva analítica ontológica, que buscou romper com toda formulação pragmática e instrumental, se apoderando agora de uma concepção que busca compreender o Serviço Social dentro de um contexto socio-histórico específico, dotado de múltiplas determinações, colocando à baila as expressões da questão social como o objeto do Serviço Social e uma ética que se funda no trabalho como determinante ontológico do ser social. Assim, “o que muda substantivamente nos anos 1990 é o tratamento conferido a estes e outros debates e, voltamos a enfatizar, a centralidade que possui a partir de uma apropriação ontológica da teoria social de Marx” (Santos, 2007, p. 79).

Em suma, a apropriação do método do materialismo histórico-dialético não apenas redefiniu os fundamentos do Serviço Social contemporâneo, como também abriu espaço para reflexões críticas, ampliou as possibilidades de atuação da profissão e proporcionou ao assistente social uma base analítica robusta para interpretar a realidade em sua totalidade.

Fundamentos teóricos do método marxiano e suas implicações na produção do conhecimento crítico: um debate democrático que atravessa o Serviço Social

Neste momento, entenderemos de forma mais profunda como a dialética se apresenta como uma lógica que abarca a diversidade, a contradição e a síntese. Para Kosik (1976, p. 20), a dialética é “o pensamento crítico que se propõe a compreender a coisa em si e sistematicamente se pergunta como é possível chegar à compreensão da realidade”. O método dialético, portanto, conforme nos indica o autor, afirma-se como um esforço analítico de releitura do concreto indo além do que se define como “pseudoimediatez”.

A dialética não considera os produtos fixados, as configurações, e os objetos, todo o conjunto do mundo material reificado, como algo originário e independente. Do mesmo modo como assim não considera o mundo das representações e do pensamento comum, não os aceita o seu aspecto imediato, mas submete a um exame em que as formas reificadas do mundo objetivo e ideal se diluem, perdem a sua fixidez, naturalidade e pretensa originalidade, para se mostrarem como fenômenos derivados e mediatos, como sedimentos e produtos da práxis social da humanidade (Kosik, 1976, p. 22).

Há, aqui, uma evidente contribuição teórico-prática do pensamento crítico, que se consubstancia no método crítico-dialético: uma interpretação do real em sua totalidade que sai da esfera imediata dos fenômenos. Para Tonet (2013), é com o referido método que ocorre a superação dicotômica entre subjetividade e objetividade, a partir da evidente relação de síntese entre a consciência humana e a realidade objetiva (movimento realizado pela prática social).

Para além disso, na visão marxiana, diferentemente da concepção kantiana, por exemplo, que afirmava não ser possível aos sujeitos conhecerem a realidade em sua totalidade, há uma defesa epistemológica de que, sob fundamentos sólidos, os seres sociais, a partir de sucessivas aproximações, e amparados na práxis histórica, podem conhecer a verdade objetiva. O pressuposto de toda essa análise é o que a visão marxiana defende sobre o “homem” não ser apenas um ser natural, mas natural humano por si mesmo, um “ente-especie”.

Consequentemente, os objetos humanos não são objetos naturais como se apresentam diretamente, nem é o sentido humano, como é dado imediata e objetivamente, sensibilidade e objetividade humanas [...] E como tudo o que é natural tem de ter uma origem, o homem tem então seu processo de gênese, a História, que é para ele, entretanto, um processo consciente e, portanto, conscientemente autotranscendente (Marx, 1844).

Sob esse limiar, entende-se que no processo de conhecimento há uma prioridade do objeto sobre o sujeito que, conforme analisa Tonet (2013), faz com que o conhecimento científico

se estabeleça como tradução teórica do objeto, subordinando a subjetividade à objetividade, ou seja, é o objeto que tem uma natureza própria, que organiza o sujeito, e não o contrário. “E, na medida em que essa natureza e essa lógica são resultado de um processo histórico-social, é imperativo que o sujeito deva reconstruir teoricamente esse processo se pretende conhecer o objeto” (Tonet, 2013, p. 106).

O convite à reconstituição do processo dialético que prioriza o objeto e, portanto, relega a subjetividade a um patamar de subordinação a este, oferece ricas e amplas possibilidades ao campo científico. Nesse contexto, Coutinho (2011, p. 11, tradução nossa) explicita a natureza plural do método, aberta ao conhecimento externo — passível, inclusive, de novas interpretações e análises futuras:

[...] o pesquisador marxista esteja sempre atento não apenas às novas determinações geradas nos objetos de investigação, ainda que não tenham sido registradas por Marx e pelos marxistas, ou mesmo quando contradizem afirmações literais destes, mas também aos resultados teóricos de outras correntes de pensamento. Como toda manifestação da criatividade humana, o marxismo também é uma obra aberta, algo em permanente construção (Coutinho, 2011, p. 11, tradução nossa).

Denota-se aqui o caráter democrático do método, que abre possibilidades na continuidade de estudos e novas significações para diversas áreas que integram o universo científico. Dentre elas, destaca-se o Serviço Social, definido como um produto histórico e que, como nos indica Iamamoto (2020, p. 221),

Afirma-se como uma especialização do trabalho coletivo, inscrito na divisão sociotécnica de trabalho, ao se constituir em expressão de necessidades históricas, derivadas da prática das classes sociais no ato de produzir seus meios de vida e de trabalho de forma socialmente determinada. Assim seu significado social depende da dinâmica das relações entre as classes e dessas com o Estado nas sociedades nacionais em quadros conjunturais específicos, no enfrentamento da “questão social”.

Esse é um campo que possui estatuto de área do conhecimento científico, e que incorpora “novas e ricas mediações no trato dos objetos de intervenção passando a lhes imprimir, também, o estatuto de objetos de conhecimento, o que contribuiu para sua inserção no circuito das ciências humanas e sociais, para além das ciências sociais aplicadas” (Mota, 2013, p. 22). Esse amadurecimento crítico e, sobretudo, o diálogo com o pensamento marxiano e a tradição marxista, possibilitaram robustas análises na área do Serviço Social, contribuindo na ampliação de estudos sobre objetos complexos.

Além disso, é notório que as contribuições que partem do materialismo histórico-dialético possuem repercussões na produção de conhecimento e na prática profissional do assistente social. Esse processo também possui incidências na formação profissional, uma vez que o método em questão se propõe a fortalecer um percurso formativo crítico, comprometido e que afirma valores éticos não neutros, mas com uma direcionada opção política de recusa ao *status quo*. As críticas às práticas ditatoriais e ao conservadorismo na profissão, iniciadas na década de 1970, possuem uma influência direta do método em análise, e materializaram-se, posteriormente, no atual projeto ético-político do Serviço

Social. Desenvolveu-se a partir de então um processo de redefinição dos fundamentos teórico-filosóficos que forjam o Serviço Social brasileiro.

Importa refletir que o impulso de redirecionamento feito à profissão deu-se, em certa medida, com uma opção metodológica que possui viés democrático — havendo, portanto, uma complexa vinculação entre o método proposto por Karl Marx e a democracia. Conforme argumenta Tonet (2009, p. 21–22, grifo nosso),

[...] o que nos parece mais importante recuperar nessa discussão acerca da posição de Marx em relação à democracia, é a sua perspectiva metodológica. Esta se caracteriza por ter como ponto de partida a afirmação do trabalho com o fundamento ontológico do ser social. E, em decorrência disso, também a afirmação de que toda forma de sociabilidade terá, sempre, como fundamento, uma determinada forma de trabalho. E, mais ainda, que a forma mais livre possível da sociabilidade humana, o comunismo, deverá ter, necessariamente, como fundamento, a forma mais livre possível do trabalho, que é o trabalho associado. **Este fio condutor metodológico, mas frise-se onto-metodológico e não apenas metodológico, é que permite uma imposição adequada de toda a problemática, impedindo os descaminhos politicistas ou reducionistas.** Ele permite assegurar que a questão fundamental é a autoconstrução humana e que todas as categorias da sociabilidade — aí incluída a democracia — devem ser compreendidas e avaliadas em função das posições que ocupam nesse processo. Podemos, pois, concluir, dizendo que Marx não é contra a democracia. Ele, apenas, é a favor da emancipação humana, da plena liberdade dos homens, coisa que a democracia não pode proporcionar.

Vê-se, então, que não há uma oposição entre o referido método e a democracia. Pelo contrário: há uma defesa radical da emancipação humana. Entretanto, ressalta-se a importância de uma apropriação metodológica que não se limite a reduções ou inconsistências analíticas, capazes de reproduzir equívocos sobre a natureza do materialismo histórico-dialético. Como repercussão também de um quadro maior, equívocos metodológicos podem gerar diversas armadilhas palpáveis no Serviço Social (enquanto área de conhecimento e profissão), como o teorismo, o politicismo e o praticismo. Nesse sentido, considera-se, a partir de Iamamoto (2020), o rigoroso cuidado que deve existir na adoção metodológica aqui analisada, a fim de não incorrer em visões unilaterais e fragmentadas.

Conforme indicado pela autora, há riscos iminentes que atravessam a profissão na sua esfera política, teórica e prática. Diante disso, é essencial um cuidadoso manuseio teórico-metodológico envolvendo o método adotado, com o intuito de fortalecer a releitura dos fundamentos da profissão, seus valores ético-políticos e sua prática interventiva de modo crítico e embasado, indo além da mera aparência e de uma prática isolada da realidade crítico-social, em sintonia com os valores democráticos.

Apesar dos riscos, é explícita a contribuição do método em pauta para subsidiar pesquisas que denunciem e desvelem as contraditórias relações históricas, ultrapassando a área do Serviço Social e firmando a defesa da autonomia e do pluralismo, conferindo legitimidade para as ciências humanas e sociais. Além disso, o assertivo domínio teórico-metodológico, alinhado com as dimensões ideopolíticas e técnico-operativas de forma bem-posicionada, contribuem para uma aproximação com a realidade, imprimindo caminhos mais amplos e

ações interventivas que fortalecem o projeto ético-político da profissão, alicerçando princípios e valores democráticos, na recusa ao autoritarismo e na defesa intransigente dos direitos humanos.

Serviço Social, pluralismo e o método em Marx

Na trajetória histórica do Serviço Social brasileiro, quando ocorreu sua vinculação ao materialismo histórico-dialético, uma nova concepção de pluralismo emergiu na profissão. Se no Serviço Social Tradicional tivemos uma *hegemonia sem pluralismo*, e no período de renovação profissional imperou um *pluralismo sem hegemonia*, nesse momento foi inaugurada uma *hegemonia com pluralismo* (Fonseca, 2021).

Agora, o pluralismo passava a ser garantido na dimensão jurídico-política da profissão, aparecendo enquanto princípio ético no Código de Ética Profissional de 1993 (Brasil, [2012]) e nas Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 1996).

A noção de *hegemonia com pluralismo*, quando dada no âmbito da produção de conhecimento, foi apoiada na interpretação de Coutinho (1991) do método do materialismo histórico-dialético. Como aponta Cazela (2017, p. 237), Carlos Nelson Coutinho contribuiu na “construção do debate em torno do pluralismo no interior da UFRJ, mas que se disseminou no Serviço Social brasileiro como um todo”.

Essa interpretação tinha pertinência uma vez que esse método, ao preconizar a realidade como síntese de múltiplas determinações, acaba por “captar a diversidade como categoria constitutiva do real, em detrimento da tentativa de homogeneizações e/ou hierarquizações ilógicas” (Forti, 2017, p. 380). Opor-se à diversidade contrariaria os próprios fundamentos do método, que é flexível, posto que “[...] está aberto para o novo, não é ossificado, não se cristaliza como dogma” (Paula, 1991, p. 74). Assim, esse entendimento da diversidade não como obstáculo, mas como expressão da vida social, agora passava a exercer influência na profissão (Forti, 2017).

Na lógica que baliza o materialismo histórico-dialético, o pluralismo é, portanto, algo requerido. Como nos lembra Tonet (1995, p. 15, grifo nosso), ele é “*conditio sine qua non* para o progresso científico”. No âmbito das universidades, “diferentes projetos de sociedade, diferentes concepções de ciência, diferentes propostas de valores convivem e debatem entre si. E é assim que deve ser” (Coutinho, 1991, p. 17). Esse pluralismo, entretanto, precisa ser qualificado, uma vez que comporta distintas — e até mesmo antagônicas — concepções teóricas.

Goethe dizia o seguinte: as ideias não podem ser liberais, o que pode e deve ser liberal é o modo de as idéias conviverem entre si. Com isso, Goethe formula um princípio que me parece ser a base de toda ciência. Esse princípio soa assim: para cada questão, a ciência tem apenas uma resposta verdadeira (Coutinho, 1991, p. 17).

A ideia defendida por Coutinho (1991) apareceu pela primeira vez no artigo *Pluralismo: dimensões teóricas e políticas*, publicado na edição número 04 dos Cadernos ABESS, *Ensino*

em *Serviço Social: pluralismo e formação profissional*, apresentando grandes contribuições ao debate acerca do pluralismo profissional que estava sendo travado na década de 1990.

O autor, ao analisar o pluralismo na sociedade — emergido no bojo da modernidade —, situa que o problema que se interpôs foi sobre como poderia haver uma síntese entre o predomínio da vontade geral e a conservação da multiplicidade dos sujeitos. Como resposta, Coutinho (1991) recusa tanto o despotismo quanto o pluralismo liberal, defendendo, a partir do neogramsciano Pietro Ingrao (1915–2015) e de um viés socialista democrático, a ideia de um pluralismo que se articule com a hegemonia. Como elucida Fonseca (2021, p. 127), “gestado em escopos *democráticos socialistas* (Abramides, 2019), o pluralismo entendido enquanto *hegemonia com pluralismo* prescreve a construção do debate dentro de um universo heterogêneo em que é garantida a hegemonia de uma determinada perspectiva sem a destruição das demais (Cazela, 2017)”.

Essa perspectiva se propõe a evitar dois engodos. O primeiro deles é o engodo do relativismo, que entende o diálogo não como confronto de ideias, mas como fusão de perspectivas opostas (Silva, 2008). Essa é a perspectiva liberal de pluralismo, que entende que as relações entre essas perspectivas são travadas em um terreno neutro. O segundo engodo, por sua vez, refere-se ao dogmatismo. Como elucida Silva (2008, p. 146),

ao perseguir a tendência hegemônica, pode-se correr o risco de cair num antipluralismo, apesar da opção pelo Pluralismo. Isso leva a um fechamento — até mesmo inconsciente — teórico, capaz de empobrecer o exercício da democracia, da cidadania, da liberdade, da maturidade em escolher e opinar criticamente.

Tecendo uma crítica acerca de uma perspectiva eclética do pluralismo metodológico, Tonet (1995) defende que o método marxiano é aquele que melhor atende aos critérios de antirrelativismo e antidogmatismo:

Creio também, e sobretudo, ter deixado claro que o combate ao pluralismo epistemológico pode e deve ser feito sem incorrer no dogmatismo, na recusa ao confronto de ideias, bastando resgatar o genuíno método marxiano. **Este sim é a resposta à pergunta: como não ser dogmático, nem eclético ou relativista.** Este método, de caráter ontológico, é, por sua natureza, radicalmente crítico e antidogmático, o que significa que, com ele, o cientista se torna mais e não menos livre, pois sua liberdade não está fundada no terreno movediço da subjetividade — incapaz de superar o relativismo — mas numa angulação produzida pela objetividade, o que lhe permite melhores condições de visibilidade (Tonet, 1995, p. 14, grifo nosso).

Assim, essa concepção de pluralismo entende que é possível ter, ao mesmo tempo, hegemonia e diversidade. Como aponta Netto (2006), o pluralismo, em vez de significar concordância, apresenta-se como o terreno adequado para o desenvolvimento de tensões e lutas. O respeito aqui é entendido, ao mesmo tempo, como abertura e combate ao diferente (Fonseca, 2021), o que lamamoto (2012, p. 42, grifo nosso) chamou de “embate respeitoso”:

[...] É nos limites desses princípios que se move o pluralismo, que **supõe o reconhecimento na luta acadêmica e técnico-política**, de orientações distintas presentes na arena profissional, assim como o **embate respeitoso com as**

tendências regressivas do Serviço Social, cujos fundamentos liberais e conservadores legitimam a ordem vigente. Essas tendências regressivas apontaram para um retorno ao passado profissional, já submetido ao crivo da crítica teórica, metodológica, ética e política nas últimas décadas.

Em resumo,

O pluralismo de ideias, que seria o solo dessa liberdade, **não seria tomado como um campo neutro**. Ao contrário. Seria um campo em que teriam lugar diferentes ideias, **onde se teria uma direção que seria hegemônica**. Portanto, tratar-se-ia de um campo de **diálogo**, mas também de **embate de ideias**, e **não um campo de consenso**, **onde se tentaria homogeneizar diferenças incompatíveis entre si** (Vinagre, 2012, p. 169, grifo nosso).

Nesse contexto, Coutinho (1991, p. 16) problematiza que “tudo aquilo [...] que vai contra a universalidade, que discrimina *a priori* uma parte do gênero humano, é intolerável para uma consciência democrática socialista. Não podemos tolerar, por exemplo, o racismo; não podemos tolerar, por exemplo, o machismo”. Assim, os contornos da relação entre pluralismo e método no contexto do Serviço Social brasileiro requerem o estabelecimento de balizas democráticas, sendo a democracia um valor fundamental do projeto ético-político profissional. Nessa direção, como analisa Barroco (2014, p. 480),

de forma explícita, o Código indica uma concepção de pluralismo que limita a tolerância ao campo democrático, negando as práticas, ideias e manifestações que produzem o racismo, a xenofobia, o nacionalismo agressivo, o fascismo, o preconceito, a discriminação por motivos diversos, enfim que negam os valores que dão suporte à ética profissional.

Nesta seção, discutimos sobre a relação entre Serviço Social, pluralismo e método, partindo do acúmulo das seções anteriores, que exploraram os fundamentos do método do materialismo histórico-dialético e sua apropriação pelo Serviço Social brasileiro, bem como situaram a dialética como uma lógica que valoriza a diversidade e a abertura ao diferente. Nesta última parte, pudemos apreender que esse método fundamenta atualmente a produção de conhecimento na área e detém em si traços tanto antiecléticos como antidogmáticos.

Considerações finais

Como síntese das questões aqui tratadas, é fundamental ressaltar a importância e a fecundidade do método do materialismo histórico-dialético, entendido como chave analítica indispensável para desvelar a realidade em suas múltiplas determinações. Torna-se imprescindível ao Serviço Social brasileiro, portanto, afirmar o método em Marx como componente insuprimível da profissão, reafirmando o legado teórico e prático acumulado ao longo das décadas e assumindo-o como estratégia de superação das formulações teóricas e práticas de caráter pragmático e conservador.

O horizonte a ser alcançado a partir desse método é compreendê-lo para além de um instrumento de crítica, reconhecendo-o como um caminho indispensável à emancipação humana e à construção de um diálogo franco e aberto. Por seu caráter dialético — compreendido como movimento contraditório —, o método é capaz de oferecer

alternativas fundamentadas em práticas democráticas, na aceitação do diferente e na busca de sínteses possíveis em tempos de intensa polarização.

Aqui apresentamos, então, um convite ao Serviço Social para reafirmar sua vocação crítica e sua recusa às perspectivas conservadoras que historicamente rondaram a profissão sem, contudo, perder de vista sua capacidade de diálogo, de escuta ao diverso e de autocrítica, evitando posturas dogmáticas e sectárias, e reinventando sua atuação em um mundo plural e em constante mudança. Mais do que defender o método do materialismo histórico-dialético, buscou-se aqui evidenciar que a fidelidade a essa perspectiva analítica não se opõe ao debate democrático, mas o exige. Afinal, somente uma razão que acolhe o movimento, a diferença e o diálogo são capazes de sustentar uma prática profissional verdadeiramente emancipadora.

Por isso, torna-se necessário um criterioso trato metodológico para não se incorrer em reducionismos. Nesse contexto, é premente a tarefa de promover aprofundamentos investigativos sobre a relação entre método e pluralismo, considerando, como evidenciada neste artigo, a fecundidade dessa relação e a sua relevância para o Serviço Social hoje.

Referências

ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de serviço social**. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

Disponível em:

https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf.

Acesso em: 31 jan. 2026.

BAPTISTA, Myrian Veras. A relação teoria/método: base do diálogo profissional com a realidade. In: BAPTISTA, Myrian V.; BATTINI, Odária (org.). **A prática profissional do assistente social: teoria, ação, construção do conhecimento**. Volume I. São Paulo: Veras Editora, 2014. p. 29–52.

BATISTONI, Maria R. Horizonte: problematizações necessárias. In: IAMAMOTO, Marilda V.; SANTOS, Cláudia M. dos (org.). **A história pelo avesso: a reconceitualização do serviço social na América Latina e interlocuções internacionais**. São Paulo: Cortez, 2021. *E-book*. p. 73–98.

BARROCO, Maria L. S. Reflexões sobre liberdade e (in)tolerância. **Serviço Social & Sociedade**, n. 119, p. 468–481, jul./set. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282014000300004>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/mnBp9jFdJbjR3xRFXM3shcM/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 31 jan. 2026.

BRASIL. **Código de Ética do/a Assistente Social: Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. Brasília: CFESS, [2012]. Disponível em:

https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 31 jan. 2026.

CAZELA, Mabile C. Notas sobre a influência de Carlos Nelson Coutinho ao Serviço Social brasileiro. **Revista Katálisis**, v. 20, n. 2, p. 234–244, maio/ago. 2017. DOI:

<https://doi.org/10.1590/1982-02592017v20n2p234>. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rk/a/tFZ7v9PJLNgcQYHGYgyDvQy/?lang=pt>. Acesso em: 31 jan. 2026.

COUTINHO, Carlos Nelson. Pluralismo: dimensões teóricas e políticas. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 4, p. 517, 1991. Disponível em:
<https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/pluralismo-dimensoes-teoricas-e-politicas-carlos-nelson-coutinho-201609020227248416940.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2026.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo y política**: La dualidad de poderes y otros ensayos. Santiago: LOM Ediciones, 2011.

FONSECA, Mariane R. O. da. **A concepção de pluralismo no Serviço Social brasileiro**: um estudo a partir do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). 2021. 203f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021. Disponível em:
<https://repositorio.ufrn.br/items/2cad82f4-d660-4725-8a25-98b236cd08a2>. Acesso em: 5 jan. 2026.

FORTI, Valéria L. Pluralismo, Serviço Social e projeto ético-político: um tema, muitos desafios. **Revista Katálysis**, v. 20, n. 3, p. 373–381, set./dez. 2017. DOI:
<http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592017v20n3p373>. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rk/a/T4jfvWszV88RqxRsjg3RLkw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 jan. 2026.

IAMAMOTO, Marilda Villela.; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Atribuições privativas do/a assistente social**: em questão. p. 33–74. Brasília, 2012. Disponível em:
<https://www.cfess.org.br/arquivos/atribuicoes2012-completo.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2026.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 27. ed. São Paulo: Cortez, 2020.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciências sociais**: elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 1985.

LUKÁCS, György. **Ontologia do ser social**: os princípios ontológicos de Marx. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política e outros escritos**. São Paulo: Abril, 1982.

MARX, Karl. **O Capital**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos de 1844**. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1844/manuscritos/>. Acesso em: 19 out. 2025.

MARX, Karl. **Teses sobre Feuerbach**. Editorial Avante!, 1845. Lisboa, Moscovo: Edições Progresso, 1982. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.htm>. Acesso em: 20 out. 2025.

MONTAÑO, Carlos; GUERRA, Yolanda. **Serviço Social crítico: teoria e prática: uma análise dos fundamentos do serviço social para a construção/consolidação de uma perspectiva crítica na profissão**. Campinas: Papel Social, 2024.

MOTA, Ana E. **Serviço Social e teoria social: uma introdução ao debate**. São Paulo: Cortez, 2013.

NETTO, José Paulo. O movimento de reconceituação: 40 anos depois. **Serviço Social & Sociedade**, ano 26, n. 84, nov. 2005. Disponível em: https://www.unirio.br/cchs/ess/Members/rafaela.ribeiro/servico-social-i-2018.2/o-movimento-de-reconceituacao-40-anos-depois-j-p-netto/at_download/file. Acesso em: 5 jan. 2026.

NETTO, José Paulo. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, Ana E. et al. **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2006. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/a-construcao-do-projeto-eticopolitico-do-servico-social-201608060411147630190.pdf>. Acesso em: 20 out. 2025.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011a.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011b.

PAULA, João A. de. A atualidade do marxismo. In: ABESS. **Ensino em Serviço Social: pluralismo e formação profissional**. Cadernos ABESS, n. 4. Cortez: São Paulo, 1991. p. 64–75.

PONTES, Reinaldo N. **Mediação e serviço social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SANTOS, Joseane S. **Neoconservadorismo pós-moderno e serviço social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2007. (Questões da Nossa Época, v. 132)

SIMIONATTO, Ivete. As abordagens marxistas no estudo dos fundamentos no Serviço Social. In: GUERRA, Yolanda et al. (org.). **Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica**. Campinas: Papel Social, 2018. p. 85–113.

SILVA, Maria das G. M. F. da. Marxismo, pluralismo e formação profissional do assistente social. **Teoria Política e Social**, v. 1, n. 1, p. 145–150, dez. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/tps/article/download/2960/2521/4600>. Acesso em: 5 jan. 2026.

TAVARES, Maria A. Marx, marxismos e Serviço Social. **Revista Katálysis**, v. 16, n. 1, p. 09–11, jan./jun. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802013000100002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/86y65drPWpDSxHJxVJsgSMK/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 5 jan. 2026.

TONET, Ivo. Pluralismo metodológico: falso caminho. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 48, 1995. Disponível em: https://ivotonet.xp3.biz/arquivos/pluralismo_metodologico.pdf. Acesso em: 5 jan. 2026.

TONET, Ivo. Marxismo e democracia. In: BORGES, Liliam F. P.; MAZZUCO, Neiva G. (org.). **Democracia e políticas sociais na América Latina**. São Paulo: Xamã, 2009. p. 09–21. Disponível em: <https://gepeto.paginas.ufsc.br/files/2015/03/capitulo-suze-2.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2026.

TONET, Ivo. **Método científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013. Disponível em: <https://beneweb.com.br/resources/METODO%20CIENTIFICO%20Uma%20abordagem%20ontol%C3%B3gica.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2026.

VINAGRE, Marlise. Ética profissional: por uma ampliação conceitual e política. In: BONETTI, Dilsea A. *et al.* (org.). **Serviço social e ética**: convite a uma nova práxis. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 167–176.

ZACARIAS, Inez R. **O lugar do marxismo na formação profissional em serviço social**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2020. *E-book*.

Submetido em: 21/10/2025

Revisto em: 5/1/2026

Aceito em: 7/1/2026



Os fundamentos teórico-metodológicos marxianos e a crítica ao pensamento pós-moderno

Marxist theoretical-methodological foundations and criticism of postmodern thought

Lorena Ferreira Portes*

 <https://orcid.org/0000-0003-1610-9388>

RESUMO

Este artigo aborda, através de revisão bibliográfica, as críticas aos pressupostos defendidos pelo pensamento pós-moderno à luz do referencial teórico-metodológico marxiano. Apresenta problematizações sobre a interlocução da profissão com os insumos teóricos e políticos do pensamento pós-moderno, apontando as críticas e os enfrentamentos necessários, na perspectiva de reafirmar a teoria social crítica de Marx e o seu legado para os debates da profissão no Brasil. As análises concentram-se em explicitar a negação da totalidade social, da universalidade e da possibilidade revolucionária de superação da sociabilidade do capital pela tendência teórico-política pós-moderna, argumentando em favor de uma análise da realidade e da profissão pela perspectiva da totalidade social, considerando as mediações teórico-práticas a serem evidenciadas, enfrentando os traços anti-intelectuais e praticistas que teimam presença na profissão.

PALAVRAS-CHAVE

Pós-moderno; Marxismo; Serviço Social.

ABSTRACT

This article, through a literature review, examines criticisms of the assumptions defended by postmodern thought in light of Marx's theoretical and methodological framework. It presents the problematizations interaction with the theoretical and political inputs of postmodern thought, highlighting the necessary critiques and confrontations, with a view to reaffirming Marx's critical social theory and its legacy for debates within the profession in Brazil. The analyses focus on clarifying the postmodern theoretical-political tendency's denial of social totality, universality, and the revolutionary possibility of overcoming the sociability of capital. It argues for an analysis of reality and the profession from the perspective of social totality, considering the theoretical and practical mediations to be highlighted, and confronting the anti-intellectual and pragmatic traits that stubbornly persist in the profession.

KEYWORDS

Postmodern; Marxism; Social Work.

*Assistente Social. Doutora em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina (UEL, Londrina, Brasil). Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL, Londrina, Brasil). E-mail: lorenafportes@gmail.com

DOI 10.22422/temporalis.2026v26n51p86-101



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2026 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

Introdução

O presente artigo é resultado dos estudos e pesquisas realizados por um profissional de Serviço Social que tem a docência no ensino superior como seu lócus de trabalho e tem, no movimento sindical docente, seu campo de militância.

As problematizações apresentadas no artigo expressam as preocupações com as influências pós-modernas no debate da profissão de Serviço Social no Brasil, particularmente, no âmbito da produção do conhecimento e nas discussões produzidas na academia. Partindo de resultados ainda aproximativos de uma pesquisa, apresentamos considerações sobre premissas pós-modernas que refutam a teoria social crítica de Marx e que se colocam na defesa de uma análise idealista da realidade marcada pela fragmentação, pelo subjetivismo, pela negação da totalidade social e do universalismo, pelo rechaço à classe e às lutas de classe, desembocando em um forte ecletismo teórico.

Estamos em 2025, século XXI, em uma sociedade mundialmente ancorada pela sociabilidade do capital, que se consolida pela acumulação e reprodução ampliada do capital, pela intensificação da exploração do trabalho, pelo aviltamento da precarização do trabalho e da vida social, por opressões étnico-raciais, de gênero, de sexualidade, dentre outras, e pela fabricação exponencial da miséria e da desigualdade social diante de uma produção intensificada da riqueza social.

Para explicar os fundamentos do modo de produção capitalista e lançar as possibilidades para sua superação, a teoria social crítica de Marx - bem como a produção da tradição marxista de uma forma mais ampla - continua a ser viva, orgânica e atual. Nesse sentido, a recuperação dos fundamentos marxianos no tempo presente é uma necessidade histórica e política, diante das falácias produzidas pelas críticas de pensadores e ideólogos burgueses, conservadores e, especialmente, mas não exclusivamente, dos pós-modernos.

O pensamento pós-moderno, apesar de sua heterogeneidade, tem reunido um conjunto de pressupostos antitotalidade, antiuniversalismo e anti-história, que se espraiam na academia, nos movimentos e lutas sociais. Em nome do pluralismo, da recuperação de novos sujeitos sociais, na centralidade das identidades e da subjetividade, o pensamento pós-moderno tem moldado uma forma de pensar a realidade apartada da crítica da economia política. Sendo assim, torna-se ausente a crítica à teoria valor-trabalho e a perspectiva da revolução. Aliás, setores da esquerda têm se alinhado e simpatizado com certas críticas ao marxismo, extirpando da teoria marxiana o seu cariz radical e transformador, ou seja, a possibilidade histórica de construção de uma sociedade comunista pela revolução.

O Serviço Social brasileiro não está imune a tais influências, pois, ao buscar nas ciências sociais e humanas os insumos teórico-analíticos para compreender a realidade e a profissão, está refém das interferências deste campo ideológico conservador que é a pós-modernidade. Autores como Netto, Santos, Silva e Cantalice têm mostrado preocupação com a incidência do pensamento pós-moderno no Serviço Social, apresentando uma série de problematizações, tendo o marxismo como o referencial teórico-metodológico sustentador de suas críticas.

Diante do exposto, o artigo apresentado tem por finalidade expor, mesmo que brevemente, pressupostos defendidos pelo pensamento pós-moderno que vão de encontro ao referencial teórico-metodológico marxiano. Também objetiva apresentar certos elementos de crítica construídos por autores e autores da área do Serviço Social sobre as implicações teóricas e políticas da interlocução entre pensamento pós-moderno e Serviço Social. Na direção de reafirmar e retomar as contribuições e o legado do marxismo para a profissão, apresentamos apontamentos que julgamos fundamentais para adensar a compreensão e a crítica da tendência teórico-política pós-moderna.

Como procedimentos metodológicos, o artigo produzido é de natureza qualitativa, utilizando-se de uma revisão bibliográfica. Os/as autores/as foram escolhidos considerando sua inegável importância na produção do conhecimento da área sobre o temário em questão. O texto está organizado em dois momentos: a) apresentação de pressupostos pós-modernos na contramão do marxismo; b) problematizações sobre as implicações do pensamento pós-moderno para o debate do Serviço Social.

A teoria social crítica de Marx ainda tem o que nos dizer? A urgente e necessária recuperação dos fundamentos marxianos na crítica do pensamento pós-moderno

Não é novidade que inúmeros velórios dos fundamentos construídos por Marx e pelo Marxismo, de forma mais ampla, foram e continuam sendo realizados. Com distintos e até complementares argumentos, a teoria social crítica de Marx continua sendo alvo de pensadores conservadores — das mais variadas roupagens —, de defensores e ideólogos burgueses e até, de setores da esquerda que, desmedidamente, buscam modernizar ou atualizar o marxismo. Esse movimento não é recente, pois remonta ainda ao final do século XIX, com os desvios revisionistas do marxismo, inaugurados por Eduard Bernstein, membro do partido social-democrata alemão. Sob o discurso de “crise do marxismo” que se potencializou a partir da desagregação da antiga União Soviética e o Leste Europeu e ganhou expressividade com a queda do Muro de Berlim, em 1989, muitos intelectuais e militantes burgueses retomaram o argumento ideológico da “morte do marxismo e do socialismo”.

O marxismo, condenado tanto pelo campo da direita, como também criticado por intelectuais de esquerda, recebe denúncias respaldando-se nas afirmações de que “Marx está ultrapassado, Marx foi superado, Marx é anacrônico, Marx não deu conta disto ou daquilo, Marx não responde mais” (Siqueira; Pereira, 2013, p. 37), inclusive acusando Marx e Engels de não tratarem “questões específicas ou problemas e acontecimentos que se processaram após a morte dos dois revolucionários, como se isto fosse possível” (Siqueira; Pereira, 2013, p. 37). Trataram o construto teórico-metodológico de Marx e Engels, anacronicamente, culpando-os de não responderem às questões atuais, desconsiderando as contribuições de tantos marxistas que, buscando os fundamentos para explicar e interpretar o modo de produção capitalista, responderam às indagações e problematizações da cena contemporânea.

Em contexto diferente e particular, as críticas ao marxismo continuam se revigorando e espraiando-se em diferentes dimensões da vida social, com especial atenção nos movimentos das lutas sociais e na academia. Um denominador comum pode ser

encontrado no conjunto destas críticas: a crítica estaria na metanarrativa marxista, na crise do marxismo e não nos desdobramentos econômicos e políticos das crises do capitalismo. Destacamos na atualidade o espraiamento das críticas pós-modernas que insistentemente direcionam-se em rechaçar os fundamentos marxianos por considerá-los totalitários — esmagando a subjetividade e o papel protagonista de novos sujeitos sociais —; deslocados historicamente por não responderem às exigências e condições econômicas, sociais e políticas do tempo presente que é marcado pela sociedade pós-industrial, pela sociedade do conhecimento e da informação, pela fragmentação, por jogos de linguagem e narrativas, pela centralidade das identidades, pela disputa nos microespaços e negação do universalismo.

O fato é que o pensamento pós-moderno, nas mais diversificadas manifestações, não se configura como um mero modismo que está prestes a desaparecer a qualquer momento. Ao contrário, vem ganhando espaço e seduzindo diferentes ramos da ciência, das áreas do conhecimento, espraiando-se na academia, imprimindo-se nos movimentos sociais e afetando, significativamente, os rumos da luta política e da construção de um projeto de sociedade de cariz emancipador. Ignorar ou desprezar as críticas construídas pelo pensamento pós-moderno é uma atitude anticientífica, no sentido de não enfrentar os nós-críticos que se colocam na atualidade em que a acumulação do capital segue sua rota expansionista, o construto ideológico e político para a sua sustentação vai de “vento em popa”, negando qualquer possibilidade de superação do modo de produção capitalista e, desta forma, colocando a impossibilidade de reivindicar e lutar por uma nova ordem societária- o comunismo -, por meio de uma revolução social protagonizada pela classe que é explorada de forma aviltante.

A própria esquerda vem sendo arrebatada por esse discurso atrofiante e derrotista. Eagleton (1998) chama atenção para essa situação, pois “nos vemos confrontados com a situação de certa forma absurda de uma esquerda cultural que mantém um silêncio indiferente ou embaraçado diante daquele poder que é a cor invisível da vida cotidiana em si, que terminada a nossa existência — às vezes literalmente — em quase todos os cantos da terra, que decide em grande parte o destino das nações e os conflitos cruentos entre elas” (Eagleton, 1998, p. 21). Reforça Eagleton ao criticar a esquerda cultural que “é como se pudéssemos questionar quase todas as outras formas de sistema opressor — estado, mídia, patriarcado, racismo, neocolonialismo -, menos a que com tanta frequência define a agenda a longo prazo para todas essas questões ou, no mínimo, está envolvida com elas até a alma” (Eagleton, 1998, p. 22). Qual seria essa forma? O poder do capital. Assim, “o poder do capital mostra-se agora de uma familiaridade tão desencorajante, de uma onipotência e onipresença tão elevadas, que mesmo grandes setores da esquerda lograram naturalizá-lo, aceitando-o como uma estrutura de tal modo inexorável, que é como eles mal tivessem peito para tocar no assunto” (Eagleton, 1998, p. 22).

Se não é possível suplantar o poder do capital, o caminho a ser percorrido é o de buscar amenizar seus efeitos negativos e humanizá-lo, de construir respostas localistas, fragmentadas e potencializadoras de mudanças possíveis lideradas pelas coletividades, de disputar o Estado neoliberal e penal, mas subsumindo sua natureza classista. As contribuições de Jameson reforçam o rechaço às falácias produzidas pelo pensamento pós-moderno. No seu texto “A lógica cultural do capitalismo tardio” (1991), traz

considerações pertinentes sobre o que ele denomina de “teorias pós-modernas”. Sob o manto de descaracterizar a sociedade capitalista anunciam a chegada e inauguração de um tipo de sociedade totalmente novo, cujo nome mais famoso é “sociedade pós-industrial” que teve como expoentes Daniel Bell (1974), Alain Torraine (1969) e Lyotard (1979), com ênfases particulares. Essa “nova sociedade” é conhecida também como sociedade do consumo, sociedade das mídias, sociedade da informação, sociedade eletrônica ou *high-tech* e similares. Enfatiza Jameson que as “teorias pós-modernas” têm “a óbvia missão ideológica de demonstrar, para seu próprio alívio, que a nova formação social em questão não mais obedece às leis do capitalismo clássico, a saber, o primado da produção industrial e onipresença da luta de classes” (Jameson, 1991, p. 29).

Diante dos equívocos analíticos produzidos pelo pensamento pós-moderno que tem, em última instância, a finalidade de escamotear as contradições sociais produzidas pelo modo de produção capitalista, servindo aos interesses do grande capital e inibindo a construção de possibilidades revolucionárias para a construção de uma nova ordem social (comunismo), é que reforçamos a importância e urgência de nos debruçarmos a conhecer, analisar e refutar as premissas pós-modernas sob os fundamentos da teoria social crítica de Marx. O antiuniversalismo pós-moderno calca-se na apreensão de que a sociedade é fragmentada e instável e que não há mais a ideia de sujeito. Rejeita-se a pretensão à unidade e à universalidade e, por isso, não é possível nenhuma representação unificada do mundo. Não há mais sujeito universal, mas grupos particulares. O sujeito está descentrado. Jameson (1985), ao explicar esse descentramento do sujeito, coloca que a pós-modernidade, ocupando o lugar da modernidade clássica, traz um componente novo que se costuma chamar da “morte do sujeito” ou o “fim do individualismo como tal”.

Na rejeição do sujeito e do universalismo, não há lugar para a totalidade. O interesse volta-se à micropolítica e ao localismo. Não interessa o apelo a alguma teoria geral abrangente (metanarrativa) e à presunção universalizante, pois seria ilusão fincar-se em sistemas fixos de representação. Se as totalidades precisam existir para alguém e não havendo pessoa alguma para quem a totalidade represente totalidade, não há mais sua serventia, explicita Eagleton (1999). Para o autor, “o descrédito teórico da ideia de totalidade não surpreende numa época de derrota política para a esquerda” (Eagleton, 1999, p. 12). Se nossas ações políticas não conseguem combater um sistema total, “o melhor conselho seria então que dançássemos conforme a música e partíssemos para projetos mais modestos, porém mais viáveis”. Nessa perspectiva, “não buscar a totalidade representa apenas um código para não se considerar o capitalismo”. Continua Eagleton expondo que “não importa se não há um agente político à mão para transformar o todo, porque na verdade não há um todo a ser transformado. É como se, tendo perdido a faca, declarássemos que o pão já foi cortado” (Eagleton, 1999, p. 25).

Podemos reforçar, diante das exposições, que o universalismo é considerado para os pós-modernos como opressor, pois anularia as subjetividades e as diferenças, e como essencialista e homogeneizador, uma vez que desconsidera o pluralismo. Não é possível definir o humano por uma via universalista. O pluralismo pós-moderno concentra-se na “ideia de que todos os grupos têm o direito de falar por si mesmos, com sua própria voz, e de ter aceita essa voz como autêntica e legítima” (Harvey, 1992, p. 52). É urgente criticar o falseamento da realidade promovido pelo pensamento pós-moderno na sua refutação da

totalidade social e da universalidade. Abandonando a categoria teórica da totalidade, o pensamento pós-moderno toma por centralidade no processo do conhecimento do real, o imediato, o efêmero, o fragmento, as representações. Nesse sentido, dissolve-se a ideia de verdade pelo pensamento pós-moderno e essa dissolução “nada mais é que o resultado da “constatação” de que a “realidade”, que para os modernos ainda poderia adquirir uma certa unidade, já é, atualmente, uma infinidade de fragmentos aleatórios, que jamais poderão ser unificados” (Tonet, 2025, p. 09).

Se não é possível o conhecimento pela via do universal, então há o deslocamento para a via do singular e da subjetividade. Se não é possível a verdade (universal), a apropriação da realidade encerra-se nas representações ideais que o sujeito faz sobre o real, portanto, um processo permeado pela subjetividade, pelos valores, pelos interesses e pelas perspectivas do indivíduo que se põe a conhecer. No abandono da totalidade, as análises são construídas por “partes isoladas”, consideradas autônomas em relação aos elementos macroestruturais, independentes das determinações, sobretudo, econômicas, que incidem na realidade. Se, negando a verdade, considera-se que é desnecessário e impossível um conhecimento engajado na reprodução o mais fielmente possível da realidade, o foco está em enaltecer os discursos e as narrativas a respeito da realidade, nas representações que são tecidas sobre o real e não, efetivamente, na captação da verdade (por sucessivas aproximações) que está na própria realidade.

O teor antitotalidade e antiuniversalismo aparece nas teses pós-modernas como louvação às incertezas, numa postura subjetivista, “isolando o sujeito e colocando-o no papel de um “leitor” cuidadoso do mundo, criando seu próprio “jogo linguístico”, sem o recurso às categorias e à busca de correspondência entre esse jogo e a realidade” (Freitas, 2005, p. 62). Nessa direção, o autor enfatiza que o pós-moderno não apresenta uma suposta certeza ou verdade, mas valoriza as multiplicidades de leitura do mundo.

O relativismo é gritante, pois a verdade é considerada como aquilo que se ajusta a um dado sistema de crença em vez daquilo que descreve objetivamente um mundo existente independente do sujeito ou da representação por ele construída. A obra de Lyotard, publicada em 1979, foi referência em negar o estabelecimento da verdade e em direcionar críticas à ciência moderna, preconizando que o saber científico não é todo o saber, mas apenas uma narrativa, diante de outras. Diz Lyotard que o saber não é ciência ou que o saber em geral não se reduz à ciência. Assim, há uma pluralidade de jogos de linguagens. Marx sustentava que o conhecimento é socialmente mediado e que a ciência constitui uma atividade social; o conhecimento científico implica a objetividade do mundo material, na realidade, independente das formas sociais e do trabalho cognitivo do sujeito. As críticas pós-modernas endereçadas à ciência sustentam-se no repúdio a reivindicação do conhecimento científico buscar a objetividade do mundo real pois estaria contaminado pelas ideologias e relações de poder dominantes da cultura que o produz.

A ênfase na “efemeridade, mascaramento e na simulação, como explica Harvey (1992), no “simulacro e falta de profundidade” como caracteriza Jameson (1991), leva a uma perigosa retórica, “já que evita o enfrentamento das realidades da economia política e das circunstâncias do poder global” (Harvey, 1992, p. 112). Para Harvey (1992) ao rejeitar a metanarrativa (marxista) capaz de apreender os processos político-econômicos que estão

se tornando cada vez mais universalizantes em sua profundidade, intensidade, alcance e poder sobre a vida cotidiana e obcecados pela desconstrução e deslegitimação de toda espécie de argumento que encontra, os pós-modernistas acabam por condenar suas próprias reivindicações de validade, chegando ao ponto de não restar nada semelhante a uma base para a ação racional.

A perspectiva idealista — que mascara as determinações econômicas, sociais e políticas da realidade e as contradições sociais inerentes ao modo de produção capitalista — foca na subjetividade do sujeito e nas suas representações como as legítimas possibilidades de apreender a realidade e atuar nela. Ao despir-se de uma análise crítica da economia política e prender-se a análises culturalistas, identitárias, fragmentadas, microssituadas e reféns da subjetividade que desconsidera a objetividade do real, o pensamento pós-moderno, com forte influência conservadora, nega a história. Ao negar a história e prender-se a um presentismo ou presentificação (Zanolla, 2003), nega o complexo de forças históricas que determinam o desenvolvimento social, omitindo o processo de lutas sociais, melhor dizendo, das lutas de classes que moveram e condicionaram a história.

A postura anti-histórica pós-moderna está alinhada e submetida a uma direção contrarrevolucionária, pois não haveria mais lugar para as metanarrativas, para as transformações societárias e, dessa forma, para qualquer projeto verdadeiramente emancipador. Como lembra Wood (1999, p. 14–15), ao negar a existência de estruturas e conexões estruturais, bem como a própria possibilidade de “análise causal” e, defendendo a substituição de estruturas e causas por fragmentos e contingências, para os pós-modernos, não há um sistema social, com unidade sistêmica e “leis dinâmicas” próprias; há apenas muitos e diferentes tipos de poder, opressão, identidade e “discurso”. Nessa seara de compreensão, ao mesmo tempo que temos que rejeitar as antigas “histórias grandiosas”, como os conceitos de progresso do Iluminismo e a noção de processo histórico e causalidade inteligíveis, não seria possível a ideia de “escrever a história”. Pontua a autora que agregada à negação da história situa-se uma espécie de pessimismo político.

Para alimentar a explicação sobre o traço anti-histórico e conservador do pensamento pós-moderno, destacamos as contribuições de Foster (1999, p. 195) que expõe a reificação do presente como elemento defendido pelos pós-modernistas que advogam pelo fim da história, fim da luta de classes e o fim da ideologia. Esses “fins” partem da ideia de que “vivemos em um mundo que é, em certo sentido, pós-histórico, um eterno depois”.

Assim, devemos nos livrar de todas as grandes narrativas, incluindo as de progresso e emancipação. Este livrar-se faz parte de um “ceticismo epistemológico” (Foster, 1999) mais profundo, que satura essa forma de pensamento. Segundo o autor “o pós-modernismo oferece apenas ceticismo quanto à possibilidade de um destino coletivo para humanidade” em que “descrições de qualquer futuro além do presente eterno são consideradas ilusórias e até mesmo perigosas” (Foster, 1999, p. 198). O desprezo pela dimensão ontológica do real faz com que o pensamento pós-moderno (não exclusivamente) não consiga ultrapassar a superfície aparente dos fenômenos societários, esvaindo-se qualquer possibilidade contrarrevolucionária da ordem do capital. É gritante a

funcionalidade ideológica do pensamento pós-moderno, pois incide no comportamento e na vida práticos daqueles que o internalizam.

As críticas marxistas às críticas pós-modernas: apreensão a partir do debate do Serviço Social brasileiro

Considerando a explanação apresentada no tópico anterior, daremos sequência à explicitação das críticas ao pensamento pós-moderno, apontando desdobramentos deste pensamento no debate do Serviço Social brasileiro. As ênfases das críticas estão situadas no plano teórico e político, sustentando-se na defesa do marxismo como vertente teórico-metodológica que contribui para elucidar os tempos atuais alicerçados pelo modo de produção capitalista e fincar uma direção social que sirva de baliza para orientar a formação e o trabalho profissional.

Netto (1996) inicia essa discussão trazendo o alvo da crítica dos pós-modernos: o marxismo. Para o autor, a década de oitenta do século passado assinalou a maioria do Serviço Social brasileiro no domínio da elaboração teórica. A produção teórica influenciada pela tradição marxista foi intensa, caracterizando “a dominância das correntes profissionais inspiradas na tradição marxista” que “ganhou credibilidade tão forte que seus oponentes foram compelidos a uma extrema cautela defensiva” (Netto, 1996, p. 113).

Nessa perspectiva, “a resistência à tradição marxista não encontrava condições para manifestar-se franca e abertamente” e para isso “colaboravam, e com vigor, os vetores ideopolíticos que, na categoria, jogavam contra o conservadorismo, construindo uma cultura profissional politizada à esquerda”, pontua Netto. No entanto, na virada da década, “as bases dessa dominância teórico-cultural começam a ser deslocadas”. Apontando um conjunto de fatores que incidiram sobre esse deslocamento, Netto evidencia a maré-montante da pós-modernidade no espaço universitário. No campo do Serviço Social, o autor explica que a crítica formal às correntes marxistas não se apresenta como antimarxista, mas sob duas formas principais: *uma crítica à ortodoxia e uma crítica às lacunas*.

Santos (2007) ao identificar, na produção do conhecimento, as críticas pós-modernas ao marxismo por pesquisadores/autores da área do Serviço Social, as reuniu em dois grupos. No primeiro grupo encontram-se as críticas de origem conservadora que rejeitam o marxismo e atualizam-se absorvendo, numa moldura sincrética, as proposições pós-modernas. No segundo, existem aquelas críticas que, ainda reivindicando o marxismo em alguns de seus aspectos, recomendam a superação das “lacunas” e o aumento de sua potencialidade explicativa com os “paradigmas pós-modernos”. A autora enfatiza o epistemologismo presente na crítica ao marxismo. Santos argumenta que as teorias pós-modernas são ecléticas.

Cantalice (2013), ao analisar as inflexões pós-modernas na produção do conhecimento da área, identifica que apesar de alguns trabalhos buscarem se pautar no materialismo histórico-dialético enquanto seu método de orientação e análise, o que observou foi a incorporação de diferentes perspectivas teórico-metodológicas, tendo em vista que indistintamente dialogam com referenciais e elaborações diversas em torno das temáticas,

sem se preocupar com as diferenciações entre elas. Incorreram ao que chamou de “entronização do ecletismo”.

Silva (2022) também chama a atenção para o ecletismo teórico como um dos traços dos discursos pós-modernos. Para o autor, a “opção teórico-eclética pretende manejar “livremente” tradições ou fragmentos considerados úteis para lidar e responder a demandas objetivamente postas ao Serviço Social” (Silva, 2022, p. 78).

Netto, em textos mais recentes, tem mostrado como as diversas formulações do pensamento pós-moderno assentam-se na entronização do ecletismo como cânon metodológico (2010) e no relativismo como postura científica básica (2016). O ecletismo vem disfarçado de pluralismo metodológico pelo pensamento pós-moderno. Seja ancorado em Lyotard para o qual a ciência é um jogo de linguagem ou em Boaventura de Souza Santos que propõe uma transgressão metodológica, a verdade não passa de retórica e a ciência é meramente um dos discursos sobre a realidade. Retomar o debate sobre ecletismo e pluralismo é mais do que necessário em tempos de semiologização da vida social e de relativismo do conhecimento.

Um dos pontos de crítica de vertentes mais progressistas do pensamento pós-moderno (inclusive de segmentos da esquerda) ao marxismo é que esse precisa ser renovado, modernizado ou ainda complementado. Considerando as ditas “lacunas” deixadas por Marx no que diz respeito à gênero, sexualidade e etnia, proclamam os pós-modernos que é preciso retirar o marxismo dos seus muros dogmáticos e do totalitarismo. Assim, o pluralismo metodológico coloca-se como a saída renovadora e de abertura do marxismo. Diriam seus defensores: a realidade é complexa demais para ser “encaixada” em uma única perspectiva teórico-metodológica; em tempos de crescentes crises, instabilidade e desconfiança, não é possível confiar em sistemas que se mostraram fracassados (só o sistema capitalista que permanece pujante e a pleno vapor); se a realidade é fluída, fragmentada, diversa e instável, não há como explicá-la por meio de uma via metodológica universal.

O ecletismo conduz a uma posição ingênua ou menos crítica, até conservadora, pois desconsiderando as diferenças e fundamentos de determinadas posições teórico-metodológicas, em nome de um falso pluralismo, busca-se coadunar análises antagônicas ou com proposições muito distintas. Buscando reconstituir o todo mediante seleção e composição (colcha de retalhos), reconhecendo apenas o que se considera conveniente ou o que melhor “se encaixa”, promove um rebaixamento do rigor teórico e científico, podendo dar brecha para posturas empiristas. Netto (1996), Santos (2007) e Silva (2022) expressam o quanto as marcas do sincretismo e de sua expressão teórica — o ecletismo —, estiveram presentes na gênese da profissão, impactando no seu desenvolvimento e consolidação. Eis mais uma tarefa a ser colocada na agenda de lutas e de enfrentamentos pela categoria profissional: a recusa de posturas ecléticas que ao final acabam por contribuir com a afirmação e defesa de análises superficiais, localistas, imediatistas, idealistas e contrarrevolucionárias.

A sedução produzida pelos pós-modernos sobre a necessidade de incorporar ao marxismo a discussão de temáticas que não foram alvo prioritário ou de atenção tão cuidadosa de

Marx e Engels — o que é, de fato, uma motivação importante —, não pode nos levar à falácia de interpretar o marxismo como uma teoria insuficiente, frágil e impotente para responder às questões do tempo contemporâneo, como se estivesse ultrapassada e não atendesse às mudanças da sociedade em seus mais variados aspectos. O que buscamos explorar é exatamente o contrário: o marxismo nos fornece os fundamentos para evidenciar as raízes, os nexos e complexos dos complexos que edificam e estruturam o real, evidenciando as suas contradições, seus momentos predominantes e suas articulações teórico-práticas.

Esses fundamentos que explicitam a lógica do capital, bem como as categorias inerentes à realidade que só podem ser apreendidas — por um amplo processo de mediações e aproximações — no e pelo pensamento através de uma elaboração teórico-analítica, servem para elucidar os determinantes econômicos, políticos, sociais, culturais e ideológicos que cravam o modo de produção capitalista, desdobrando-se no conjunto de suas contradições sociais; por outro lado, alimentam as investidas contrarrevolucionárias a serem potencializadas contra essa formação econômica e social que produz miséria, injustiças, desigualdades, barbárie e toda forma de opressão.

É no repúdio às investidas ecléticas que precisamos dar robustez às pesquisas da área do Serviço Social à luz do pensamento crítico marxiano. O combate teórico e político precisa ser recolocado novamente na mesa, como bem fazíamos nas décadas de 1980 e 1990. Defender o pluralismo verdadeiro não extirpa a urgência de dar os devidos nomes aos campos teóricos que se apresentam no circuito universitário e no debate da área. Sim, os pós-modernos existem e não são poucos. Ainda mais preocupante: em nome, seja do projeto ético-político, seja de uma direção “crítica” e “progressista”, colocam-se num mesmo patamar elaborações teóricas que são conflitantes e inconciliáveis. Porém, o pretensão progressismo esconde as diferenças e antagonismos fulcrais entre as teses pós-modernas e as teses marxianas: o cariz revolucionário do marxismo e o cariz transgressor e de resignação da vertente pós-moderna de feição progressista.

O referencial teórico-metodológico marxiano contrapõe-se ao relativismo teórico presente nas postulações pós-modernas, mas não somente presente nelas — ao advogar a busca pela verdade do real. Sim, “há somente uma verdade a respeito de cada objeto” (Tonet, 2021) e essa verdade teórica de um objeto “é a sua reprodução integral, ou seja, que o sujeito deve capturar a lógica própria do objeto, não lhe imputar uma lógica qualquer” (Tonet, 2021, p. 16). A interpretação da realidade na perspectiva da totalidade social é um desafio premente que também está presente no Serviço Social. É preciso considerar um aspecto ainda persistente na área do Serviço Social: *desprezo por uma teoria crítica e tendência anti-intelectual*.

Considerando que o trabalho de assistentes sociais tende a focar no microsocial, na demanda “recortada” que aparece para ser atendida pelos/as profissionais, gerando uma falsa ideia de que não possui vinculações com as contradições sociais do modo de produção capitalista e que, portanto, não expressam as manifestações das lutas de classes, mas como demandas pontuais, individuais e fragmentadas, o teor praticista/pragmatista influencia à medida que desvaloriza a necessidade da articulação teórico-prática.

Como pontuou Guerra (2013, p. 41), “a supressão das mediações teóricas e ideopolíticas, próprias da apreensão da realidade na imediaticidade do cotidiano, leva a uma apropriação da realidade como carente de mediações”. Desta forma, “a abstração das mediações como resultado de uma apreensão da realidade na sua imediaticidade é o procedimento da consciência comum, própria do cotidiano, que não questiona a gênese e não alcança a apreensão dos fundamentos” (Guerra, 2013, p. 41). Descarta-se, por consequência, a teoria como elemento capaz de fomentar uma compreensão mais rica de determinações, da totalidade do real, da superação da fragmentação e superficialidade do terreno cotidiano. Põe-se a desqualificação da teoria como ferramenta analítica fundamental para pautar o trabalho profissional, uma vez que seríamos “os profissionais da prática” a dar respostas pontuais no cotidiano, por meio de ações técnicas que não exigem uma ação reflexiva de natureza teórico-metodológica.

Aqui se faz presente uma equivocada apreensão de que só interessa mobilizar conhecimentos diretamente ligados à intervenção, reduzindo-os para o campo das legislações sociais, dos conhecimentos instrumentais e das orientações para execução das políticas sociais. O que extrapola esse universo é considerado “não funcional” ao atendimento das demandas profissionais, dada a natureza prático-interventiva da profissão. Pode aparecer, nesta situação, ou desprezo total pela teoria ou, quando mobilizada, reivindicar-se que ela seja “aplicável” ao que se coloca no imediato. Uma teoria eficiente deve responder eficientemente a prática, caso contrário, não teria validade.

A rejeição ao marxismo comparece na profissão, por vezes, por essa ótica que o considera um referencial teórico que não responde às questões da prática e do fazer profissional. Espera-se da teoria um guia para ação, reforçando uma concepção pragmática da teoria como apontam Guerra e Montaño (2024). A renúncia de teoria (na versão irracionalista) ou renúncia de uma teoria crítica emancipatória — que não se reduz à emancipação política, mas tem como horizonte a emancipação humana —, aparece como um dos aspectos que fundamenta o conservadorismo pós-moderno.

Esse quadro indica outro elemento historicamente presente na profissão: o anti-intelectualismo. Considerado como profissional da prática, numa concepção esvaziada, despolitizada e meramente instrumental, os/as assistentes sociais são postos como técnicos e não como intelectuais. Cria-se até uma falsa dicotomia: ou ele é um técnico bem adestrado ou é um profissional intelectual que pensa criticamente sobre seu trabalho e a realidade social em que está inserido. Discordamos de tal apreensão, pois considerados que o/a assistente social não se enquadra como meramente um técnico, embora seja um profissional que mobiliza conhecimentos técnicos que o habilitam a desempenhar um determinado ofício, ocupando um determinado lugar na divisão social e técnica do trabalho. Se assim não fosse, não haveria justificativa para a existência da profissão. Mas, sua formação específica, dotada de conhecimentos técnicos especializados, operacionais e instrumentais que o habilitam a atuar como assistente social não se resume a um caráter tecnicista, desprovido de conhecimentos teórico-analíticos e de um posicionamento ético-político.

Desta forma, na recusa do intelectualismo, é preciso alargar a análise sobre o trabalho profissional e sobre o perfil de um profissional crítico e atento às questões do seu tempo,

que não se coloca como uma profissional que unilateralmente “responde e reage” reproduzindo traços subalternos do exercício profissional (Netto, 2009), mas que constrói respostas pensadas, planejadas para longo alcance, com direcionamento político e análise teórica. Por certo que o campo teórico-analítico pode contribuir para o campo da intervenção no sentido de calcar as respostas profissionais.

No entanto, não é determinante ou não se coloca como momento predominante, mas pode mobilizar os/as profissionais a problematizarem a realidade social, institucional e profissional que os cercam. É num processo de intensas e contínuas mediações e contradições que o trabalho de assistentes sociais (como qualquer outro ofício profissional na ordem do capital) se debruça e se desenvolve. Colocado no patamar de ampliação e reafirmação de direitos sociais e humanos, de alargamento da participação dos/as usuários/as nas diferentes instâncias da organização política; da desburocratização do acesso aos serviços, benefícios, projetos e demais ações que se colocam no campo dos direitos (mesmo reconhecendo seus limites burgueses); de enfrentamento de posturas autoritárias, policiaesca e discriminatórias; de problematização do papel do Estado e de seu atrelamento aos interesses do capital; de reivindicação de melhores condições de trabalho e ampliação de políticas sociais (mesmo que saibamos que, em última instância, são funcionais ao capital para reprodução da força de trabalho), o trabalho precisa ser pensado teórica e politicamente.

Netto (2017) alerta sobre a hipertrofia que tende a insistir na área do Serviço Social: reduzir a intervenção profissional ao exercício técnico elementar de uma assistência refilantropizada e, de outro, reconduzir o discurso teórico-profissional a âmbitos sociais microscópicos. Aponta o risco que a profissão enfrenta, de um lado, perdendo o estatuto acadêmico a que se alçou com a sua consolidação, convertendo-se em profissão mera e elementarmente técnica e de segunda linha; de outro, os intentos de renovação crítico-teórica tendem a recolocar, mais sofisticadamente, os impasses e limites de uma profissão de corte “psico-social” como é verificável em significativos e recentes esforços de teorização profissional. Não é um detalhe a ser menosprezado, pontua Netto, que, nesses esforços, intencionalmente críticos, a categoria teórica da *exploração* não compareça inclusive em boa parte daquelas elaborações que procuram pensar numa perspectiva “anti-opressiva”.

A partir das considerações expostas, reforçamos a importância de reafirmar a teoria social crítica de Marx como referencial teórico-metodológico capaz de analisar e responder às problemáticas do tempo presente, evidenciando as raízes das contradições sociais que marcam a sociabilidade burguesa, nas múltiplas manifestações da desigualdade social e das opressões sociais, bem como elucidar as possibilidades revolucionárias para a superação do modo de produção capitalista. Assim, desnudar e refutar os pressupostos pós-modernos é imprescindível para os/as assistentes sociais que lidam cotidianamente com as implicações sociais de uma formação econômica, social, política e cultural marcada pela exploração entre as classes sociais do sistema capitalista, para não recair em uma análise fragmentada e idealista da realidade social. Vimos defendendo ao longo do texto, que precisamos nos articular às lutas classistas. Isso não implica afirmar que a profissão de Serviço Social tem caráter revolucionário e transformador.

Não é possível adjetivar uma profissão de um referencial teórico-metodológico. Não há Serviço Social marxista. Dada a natureza profissional, a articulação com a luta geral dos/as trabalhadores/as e não se encontra efetivamente nos quadros institucionais e das políticas sociais. Porém, a luta anticapitalista (verdadeiramente revolucionária) precisa estar nos debates da categoria profissional, não como sua “tarefa profissional”, mas como horizonte das lutas classistas. É fundamental retomar e reforçar a direção social crítica que foi e continua sendo construída pelo Serviço Social.

Diante desses apontamentos, é mister colocar sob reflexão o que estamos situando e compreendendo por uma direção social crítica. Se se pretende colocar na crítica da sociedade de classes — direção anticapitalista e revolucionária —, é preciso retomar os fundamentos que lhe servem de insumo para análise da realidade e da própria profissão. O risco de deslizar para o ecletismo é imenso, pois em nome de uma direção social crítica cometem-se “crimes teóricos e políticos”. É preciso um acerto de contas sobre qual a direção social e política que servirá como âncora para o debate da profissão? Quais os seus fundamentos teórico-metodológicos? Qual será seu horizonte de lutas? O que está sendo compreendido por direção crítica? Se a crítica se coloca como crítica radical, ou seja, como a explicitação da raiz das contradições sociais oriundas do capitalismo visando sua superação no caminho da emancipação humana, não é qualquer crítica travestida de transgressão que responderá a um posicionamento radicalmente crítico. Para enfrentarmos “os pós-modernos cantos das sereias” é preciso muito mais que resignação e denúncia. É preciso retomar e reforçar o debate sobre os fundamentos implacáveis da teoria social crítica de Marx para não só interpretar o tempo presente, mas lançar as possibilidades e estratégias para o enfrentamento e superação de suas barbáries e opressões.

Considerações finais

Os apontamentos apresentados no artigo direcionam-se em afirmar a atualidade e vitalidade do referencial teórico-metodológico marxiano para a interpretação do tempo presente, diante de intensas transformações sociais de toda ordem que impactam, severamente, nas relações de produção e nas relações sociais que permeiam a vida social. A partir de problematizações sobre a incidência do pensamento pós-moderno e da sua crítica ao marxismo, portanto, da análise da realidade sob o prisma da totalidade social, equívocos pós-modernos têm se apresentado — seja no campo da academia, na produção do conhecimento e no direcionamento das lutas sociais —, acusando a teoria social crítica de Marx de totalitária, de desqualificação do sujeito e das subjetividades, de estar ultrapassada uma vez que nos encontramos em uma sociedade pós-industrial e, por isso, desatualizada. Reivindicam-se, por um lado, a sua modernização, diante da indicação de lacunas.

Os pressupostos defendidos pelo pensamento pós-moderno constituem uma forma de analisar a realidade de forma fragmentada, micro localizada, idealista, despida da crítica da economia política, presa em abordagens ecléticas que, ao cabo, reforçam e reproduzem um traço conservador, contrarrevolucionário e derrotista no plano teórico e político. Inclusive, intelectuais, pesquisadores e militantes da esquerda estão cada vez envolvidos com as ilusões pós-modernas de que, uma vez que não é possível suplantar o capitalismo,

resta-nos enfrentar, na medida do possível, os efeitos mais deletérios da sociabilidade burguesa. Aqui, as premissas identitárias roubam a cena, desprovidas de vinculação com a perspectiva da totalidade social, desconsiderando a classe social como elemento primordial nas análises e lutas sociais.

O Serviço Social, como profissão e área de conhecimento, não está imune às inflexões do pensamento pós-moderno. Dessa forma, colocar em evidência os pressupostos teórico-políticos da pós-modernidade é uma exigência histórica e política, uma vez que o Serviço Social brasileiro, no processo ainda vivo de sua renovação crítica, buscou no marxismo os fundamentos teórico-metodológicos para construir uma crítica radical do modo de produção capitalista, ressaltando os desdobramentos das contradições sociais, que reverberam na realidade social e que explicitam, as desigualdades sociais inerentes a esse modo de produção.

À luz do marxismo, o debate profissional alavancou a construção de uma direção social estratégica que, como horizonte, coloca-se na defesa e na luta por uma nova ordem societária, sem exploração entre as classes e sem opressões. Demarcando as limitações de um campo profissional e das políticas sociais onde se desenvolve o trabalho de assistentes sociais, tem-se um posicionamento crítico movido pela possibilidade histórica de um processo revolucionário que suplante a sociedade capitalista.

Nesse sentido, é preciso conhecer e enfrentar as investidas pós-modernas que encontram espaço na profissão, por vezes disfarçada, camuflada e maquiada de progressista. Consideramos que o referencial teórico-metodológico marxiano possibilita aos assistentes sociais, uma análise da realidade social na perspectiva da totalidade, contrapondo-se a elaborações superficiais, subjetivistas, idealistas e conservadoras. Por óbvio que não é suficiente, mas é fundamental e urgente. O construto teórico-analítico pode favorecer posicionamentos políticos que se coloquem no campo dos enfrentamentos das desigualdades e injustiças sociais, de toda forma de violência e opressões e de barbárie social endereçadas à classe trabalhadora.

Referências

CANTALICE, Luciana Batista de Oliveira. **As inflexões do pós-moderno na produção do conhecimento em Serviço Social**. 2013. 251 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

EAGLETON, Terry. **As ilusões do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

EAGLETON, Terry. De onde vêm os pós-modernistas. In: WOOD, Ellen; FOSTER, John Bellamy (org.). **Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo**. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

FOSTER, John B. Posfácio: Em defesa da história. In: WOOD, Ellen; FOSTER, John B. **Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo** (org.). Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

FREITAS, Luiz C. de. **Uma pós-modernidade de libertação**: reconstruindo as esperanças. Polêmicas do nosso tempo. Campinas: Autores Associados, 2005.

GUERRA, Yolanda. Expressões do pragmatismo no Serviço Social: reflexões preliminares. **Revista Katálysis**, v. 16, n esp., p. 39–49, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802013000300004>

GUERRA, Yolanda; MONTAÑO, Carlos. **Serviço Social crítico**: teoria e prática: uma análise dos fundamentos do Serviço Social para a construção/consolidação de uma perspectiva crítica na profissão. Campinas: Papel Social, 2024.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1991.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernidade e sociedade de consumo**. Tradução de Vinicius Dantas. Revista Novos Estudos CEPRAP, n. 12, 1985.

LYOTARD, J. C. **A condição pós-moderna**. Tradução de Ricardo Corrêa Barbosa. 12. ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2009.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Revista Serviço Social & Sociedade**, Ano XVII, n. 50, abr. 1996. Disponível em: <https://www.unirio.br/cchs/ess/Members/vanessa.bezerra/2022-1/disciplinas/servico-social-2/unidade-2-texto-5/transformacoes%20societarias%20Netto%20-1.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2026.

NETTO, José Paulo. Posfácio de O estruturalismo e a miséria da razão. In: COUTINHO, Carlos Nelson. **O Estruturalismo e a Miséria da Razão**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

NETTO, José Paulo. Assistencialismo e regressividade profissional no Serviço Social. In: BRAZ, Marcelo (org.). **José Paulo Netto**: ensaios de um marxista sem repouso. São Paulo: Cortez, 2017.

NETTO, José Paulo. Para uma história nova do Serviço Social no Brasil. In: OLIVEIRA e SILVA, Maria L. (org.). **Serviço Social no Brasil**: história de resistência e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.

SANTOS, Josiane S. **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, José F. S. da. Serviço Social e tendências teóricas: o sentido da crítica. In: SILVA, José F. S. da (org.). **Serviço Social, fundamentos e tendências teóricas**: contribuições ao debate latino-americano. São Paulo: Cortez, 2022.

SIQUEIRA, Sandra M. M; PEREIRA, Francisco. **A vigência do marxismo e os desafios da lua socialista**. Salvador: Arcádia, 2013.

TONET, Ivo. **Modernidade, pós-modernidade e a razão**. Disponível em: https://ivotonet.xp3.biz/arquivos/MODERNIDADE_POS-MODERNIDADE_E_RAZAO.pdf. Acesso em: 16 nov. 2025.

TONET, Ivo. Pluralismo metodológico: falso caminho. **Revista GESTO-DEBATE**, Campo Grande, MS, v. 21, n. 1, p. 1-22, jan./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/gestodebate/article/view/17140>. Acesso em: 27 mar. 2026.

WOOD, Ellen M. A agenda pós-moderna. In: WOOD, Ellen M.; FOSTER, Jhon B. **Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo**. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

ZANOLLA, Sílvia R. S. O pensamento pós-moderno sobre a cultura do espírito tolerante: o solapar do irracionalismo na modernidade pela perspectiva anti-histórica. **Inter-Ação: Revista da Faculdade de Educação, UFG**, v. 28, n. 1, p. 67–82, jan./jun. 2003. DOI: <https://doi.org/10.5216/ia.v28i1.1441>

*Submetido em: 19/10/2025
Revisto em: 12/12/2025
Aceito em: 22/12/2025*



Método dialético e sistematização: mediações na formação e no trabalho profissional

Dialectical method and systematization: mediations in training and professional work

Kelen Aparecida da Silva Bernardo*

 <https://orcid.org/0000-0003-1246-0760>

Luciane Francielli Zorzetti Maroneze**

 <https://orcid.org/0009-0005-2495-5826>

RESUMO

O artigo tem como objetivo refletir sobre sistematização do trabalho profissional do/a assistente social a partir do método dialético, compreendendo-a como dimensão constitutiva do trabalho e da formação crítica. De caráter qualitativo exploratório, com pesquisa bibliográfica e documental, análise de planos e produtos de sistematizações resultantes de uma experiência didático-pedagógica, buscou-se evidenciar a articulação entre teoria e prática. A partir da análise dos fundamentos ontológicos e epistemológicos do método em Marx, evidencia-se que a sistematização, enquanto movimento de apreensão, interpretação da realidade social, tem o potencial de qualificar a intervenção e dar visibilidade ao trabalho profissional. Não se negligência o atual cenário de intensificação do trabalho na fase contemporânea do capitalismo, marcada pela financeirização e plataformização, bem como as implicações desse contexto para o/a assistente social enquanto trabalhador/a e para o exercício da sistematização. Com base nas análises e reflexões, conclui-se que o método dialético como fundamento da sistematização potencializa a análise crítica da realidade e fortalece o projeto ético-político na formação e no trabalho profissional.

PALAVRA-CHAVE

Método Dialético; Sistematização do Trabalho; Formação; Trabalho Profissional.

ABSTRACT

The article aims to reflect on the systematization of social workers' professional work based on the dialectical method, understanding it as a constitutive dimension of both work and critical education. This qualitative and exploratory study employs bibliographic and documentary research, as well as the analysis of plans and products derived from systematizations developed within a didactic-pedagogical experience, seeking to

*Assistente Social. Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR, Curitiba, Brasil). Docente na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR, Apucarana, Brasil). E-mail: kelen.bernardo@unespar.edu.br

**Assistente Social. Doutora em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina (UEL, Londrina, Brasil). Docente na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR, Apucarana, Brasil). E-mail: luciane.maroneze@unespar.edu.br

DOI 10.22422/temporalis.2026v26n51p102-117



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2026 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

highlight the articulation between theory and practice. Based on an examination of the ontological and epistemological foundations of Marx's method, the study demonstrates that systematization — as a process of apprehending and interpreting social reality — has the potential to enhance professional intervention and give greater visibility to professional work. The discussion also considers the current scenario of work intensification in the contemporary phase of capitalism, marked by financialization and platformization, as well as the implications of this context for social workers and for the exercise of systematization. The findings suggest that the dialectical method, as the foundation of systematization, strengthens the critical analysis of reality and reinforces the ethical-political project in both professional training and professional work.

KEYWORDS

Dialectical Method; Systematization of Practice; Professional Training; Professional Work.

Introdução

Este artigo objetiva tecer reflexões sobre sistematização do trabalho profissional do/a assistente social a partir do método dialético, compreendendo-a como dimensão constitutiva do trabalho e da formação crítica. As reflexões têm como base, além do aporte teórico, uma experiência didático-pedagógica sobre a sistematização do trabalho do/a assistente social, proposta em um dos componentes curriculares da formação acadêmico-profissional ao nível de graduação. A motivação em compartilhar tal experiência advém das inquietações das autoras como assistentes sociais e docentes de um curso de graduação em Serviço Social em uma universidade pública no estado do Paraná.

Os questionamentos decorrentes das supervisões de estágio, as problematizações levantadas nas reuniões do Fórum de Supervisão de Estágio, bem como as visitas aos campos de estágio, suscitaram uma série de provocações no sentido de entender: como a sistematização tem sido trabalhada na formação profissional? Qual a concepção de sistematização que tem sido expressa a partir da formulação do novo projeto de profissão? Quais os conteúdos de referência e as estratégias para se trabalhar a sistematização?

Trata-se, assim, de compartilhar algumas reflexões e inquietações a respeito de um conteúdo importante da formação e do trabalho profissional, o qual, muitas vezes, acaba tendo uma expressão quase que invisível na formação, como parte das atividades programáticas de alguns componentes curriculares, especialmente aqueles voltados aos conteúdos do estágio supervisionado.

A partir da experiência construída na proposta de sistematização do trabalho profissional vinculado aos campos de estágio da graduação, o intuito aqui é refletir sobre a importância da sistematização no processo formativo, bem como no trabalho profissional. Evidenciam-se, também, as possibilidades didático-pedagógicas na formação, reafirmando a importância do referencial teórico-metodológico no trato da sistematização, o reconhecimento, nos campos de estágio, das demandas sociais e requisições institucionais. Estas, ao serem sistematizadas, têm o potencial de fornecer subsídios para a intervenção profissional, possibilitando a identificação de respostas e estratégias mais qualificadas, conferindo densidade e legitimidade à atuação profissional.

A proposta não é, em hipótese alguma, referir-se a possíveis “modelos”, mas coletivizar reflexões decorrentes de uma ação didático-pedagógica que destaca a importância de uma

atenção particularizada ao exercício da sistematização, visto que na lógica curricular, ancorada nos fundamentos do Serviço Social, a sistematização, presente na formação e no trabalho profissional, integra a dimensão investigativa, a natureza profissional, bem como os compromissos ético-políticos assumidos na defesa dos direitos sociais da população usuária.

Do ponto de vista metodológico, trata-se de pesquisa qualitativa, de cunho exploratório, com pesquisa bibliográfica e documental, como esclarece Gil (2010). Recorreu-se também aos planos e aos produtos das sistematizações realizadas na proposta didático-pedagógica no ano de 2024. Para analisar tais matérias, fez-se uso da técnica da análise de conteúdo pautada nas três etapas estabelecidas por Bardin (2016). O texto está organizado em dois momentos, além da introdução e das considerações finais. No primeiro aborda a apreensão do método na teoria social marxista no exercício metodológico da sistematização da atuação profissional. Destaca-se que a sistematização constitui um dos níveis de apreensão da realidade e que seu potencial, no sentido de perquirir e problematizar o objeto de intervenção, depende da necessária recorrência ao método dialético. No segundo momento, são tecidas reflexões sobre as correlações de forças engendradas pelas contradições inerentes ao capitalismo e sobre a condição de trabalhador/a especializado/a que o/a assistente social ocupa na divisão social e técnica do trabalho. Articulam-se a esse debate as análises sobre a experiência didático-pedagógica, engendrando as potencialidades e as dificuldades em se realizar a sistematização das experiências profissionais.

O método no processo de sistematização no Serviço Social

Para essa discussão, partimos do entendimento de que a concepção que se tem a respeito da sistematização no Serviço Social relaciona-se ao modo de apreensão da interação entre teoria e realidade, entre conhecimento e ação, bem como está relacionada à compreensão que se tem do significado social da profissão. Esse nível de apreensão, ancorado na razão dialética (Montaño; Guerra, 2024), se faz necessário para que a sistematização avance para além de interpretações que a consideram como um procedimento de caráter pontual, relacionado ao levantamento e interpretação de dados que o profissional utiliza em determinados momentos do seu trabalho, sobretudo para cumprimento de procedimentos burocráticos. Segundo os autores, “A razão dialética incorpora a contradição, o movimento, a negatividade, a totalidade, as mediações, buscando a lógica de constituição dos fenômenos, sua essência ou substância” (Montaño; Guerra, 2024, p. 186). Certamente que a sistematização envolve, sim, o registro e levantamento de dados, entretanto, é preciso avançar para além desse entendimento, considerando que no processo de apreensão da realidade a sistematização constitui um dos níveis de apreensão do real (Chaves, 2013).

Como demarcação teórica, é válido frisar que, para o presente trabalho, seguimos a definição de sistematização da experiência profissional elaborada por Almeida (2006, p. 401), a qual se refere a um amplo processo que envolve “delimitação dos referenciais que orientarão a eleição dos aportes teóricos, da condução metodológica, da definição das estratégias de ação, do reconhecimento do objeto da intervenção profissional, assim como de seus objetivos e da avaliação dos resultados alcançados”. Portanto, a sistematização

extrapola a elaboração de documentos no âmbito do trabalho profissional, em que documentações e dados primários, sem processo de organização e reflexão teórico-crítica, resultam em fomento para a burocracia institucional. Despidos do potencial reflexivo do cotidiano profissional, esses registros são “engavetados”, invisibilizando as expressões cotidianas da realidade social, bem como o trabalho desenvolvido.

Assim, entende-se que a cultura profissional, quanto à ausência da sistematização da experiência profissional, é atravessada pelas condições objetivas e subjetivas de trabalho, impactando em invisibilidades das práxis desenvolvidas ao longo das décadas. Almeida (2006, p. 2) analisa que o Serviço Social brasileiro, ao longo de sua trajetória histórica, cimentou uma série de processos de registro referentes à atuação profissional, criando “rotinas e procedimentos de registro de suas atividades prático-interventivas”. Entretanto, mesmo diante de algumas tentativas de sistematização ao longo da história, ainda persistem lacunas em relação ao desenvolvimento de uma cultura profissional voltada para a investigação e sistematização do trabalho (Almeida, 2006, p. 400).

Nesse sentido, é fundamental a compreensão que se tem a respeito da teoria, sobre qual a razão que a orienta no processo de apreensão da realidade, pois disso depende o modo de se conduzir a sistematização. José Paulo Netto (1989), em um artigo clássico publicado no Cadernos Abess n. 3, intitulado “Notas para a discussão da sistematização da prática e teoria em Serviço Social”, com destacada expressão nos embates da categoria profissional para superar os equívocos do metodologismo no Serviço Social, já apontava que a sistematização de dados constitui um procedimento preliminar e necessário à reflexão teórica sem, no entanto, se confundir com a mesma. Tal afirmativa, com expressiva relevância à época, não deixa de trazer elementos importantes para as reflexões atuais, visto que coloca em evidência a importância do conhecimento teórico no processo de sistematização.

Almeida (2006) destaca que a sistematização no trabalho do/a assistente social é uma estratégia realimentadora da própria condução do trabalho que recobra a dimensão intelectual, visto que põe em movimento a dimensão analítica e a importância de atualizar o estatuto teórico, reforçando a dimensão formativa do exercício profissional. Como profissão que possui uma “natureza analítica e interventiva [...] o Serviço Social toma as contradições da realidade social como constitutivas de suas ações” (Torres; Couto, 2018, p. 48).

Partindo dessa premissa, a relação que se estabelece com a realidade, entendida como complexos de complexos, impõe necessariamente um conjunto de conhecimentos para desvelá-la. Entretanto, não se trata de qualquer conhecimento. Desde a construção do novo projeto profissional, alicerçado a partir das construções teóricas e ideopolíticas do projeto de ruptura, o Serviço Social tem reafirmado que, dentre os princípios que fundamentam a formação e o trabalho profissional, está a “adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade” (ABESS/CEDEPSS, 1997, p. 61).

Trata-se aqui de considerar determinada perspectiva teórico-metodológica para compreensão e análise da realidade e, nesse sentido, entende-se como fundamental a

teoria social de Marx, que, segundo Netto (2011), tem uma especificidade, pois é o conhecimento do objeto real, de como ele se apresenta no plano do pensamento, em sua estrutura e dinâmica, independente dos desejos e representações do pesquisador.

Ao desvelar a dinâmica de funcionamento da sociedade burguesa, Marx alcançou um conjunto de categorias ontológicas, e ao longo dessa trajetória intelectual de construção de uma teoria da história — a qual, segundo Netto (1998), se configurou como uma teoria da ordem burguesa — elaborou o seu método de análise. Assim, “[...] a questão da teoria, ou mais exatamente, da reprodução ideal do movimento real, remete diretamente à questão do método” (Netto, 1998, p. 56).

Para Marx, o método não diz respeito a um conjunto de procedimentos formais ou categoriais aplicados à realidade, mas trata-se de uma relação reflexiva que permite ao sujeito se aproximar do modo mais fiel possível do objeto, apreendendo-o a partir de suas particularidades, ou seja, aquilo que ele é de fato. Aqui se destaca a direção ontológica da sua reflexão:

[...] toda verificação de um fato, toda apreensão de um nexos, não são simplesmente fruto de uma elaboração crítica na perspectiva de uma correção factual imediata; ao contrário, partem daqui para ir além, para investigar ininterruptamente todo o âmbito factual na perspectiva do seu autêntico conteúdo de ser, de sua constituição ontológica (Lukács, 1972, p. 24).

Desta forma, são as exigências ontológicas do objeto e não a lógica expressa a partir da capacidade cognitiva do pesquisador que determinam as categorias e os fundamentos que explicam teoricamente o objeto. Se partimos do pressuposto de que a realidade é essência e aparência, o caminho investigativo se faz através de um processo de abstração do concreto.

A realidade possui regularidades, leis imanentes, formas e aspectos isolados que permitem ser compreendidos, mas que não se revelam de modo imediato. Captar esses dados aparentes no plano do intelecto e organizá-los, ainda que em bases empíricas, no pensamento, representa um modo inicial de se aproximar do objeto que não pode ser desconsiderado no processo de conhecimento (Maroneze; Fortuna, 2024). Sobre isso, Guerra (2009) explica que esse processo já se inicia pelos órgãos dos sentidos, pela intuição, formas de representação, e vai se adensando à medida que passa por outros condutos da razão até chegar ao nível mais alto da razão crítico-dialética. A autora observa que o conhecimento que se atém ao nível da intuição, que não submete os dados a uma crítica, conduz sempre a uma realidade que aparece de forma mistificada.

Para elevar esse nível de compreensão no sentido de desobscurecer o caráter imediato que marca os processos sociais da sociedade burguesa, é necessário percorrer um caminho no qual seja possível interrogar como a coisa se constitui, como ela é, considerando o seu próprio movimento. Esse é o caminho ontológico que se realiza na própria realidade, “[...] a investigação tem de se apropriar da matéria [Stoff] em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexos interno” (Marx, 2013, p. 90).

Isso requisita do pesquisador um exaustivo estudo que se abre para as possibilidades de captar pela mediação o maior número de determinações possíveis do objeto e compará-las com os elementos já conhecidos. Aqui o pesquisador questiona, refuta e reconstrói suas hipóteses de modo a alcançar, “no caminho de volta”, um concreto pensado que se apresenta enriquecido por múltiplas mediações.

Isso significa dizer que a investigação que pretende percorrer o caminho da razão dialética apreende o objeto como resultado de um determinado processo social. Portanto, o conhecimento não supõe apenas relacionar os dados, é necessário desenvolvê-los de um modo crítico. Para tanto, é necessária a articulação com outros complexos da realidade, de modo que seja possível refutar os dados, superando sua aparência imediata (Maroneze; Fortuna, 2024).

Como parte do processo investigativo, a sistematização requisita um esforço e uma orientação teórico-metodológica necessária para captar a contradição como movimento constitutivo da própria realidade. Assim, não basta coletar os dados e proceder a uma análise descritiva, a exigência que se coloca é ir além disso, como esclarece Almeida (2006, p. 403):

Trata-se, na verdade, de um esforço crítico, de natureza teórica, sobre a condução da atividade profissional, constituindo-se como um esforço problematizador sobre suas diferentes dimensões em relação às expressões cotidianas da realidade social, mediatizadas pelas políticas sociais, pelos movimentos sociais, pela forma de organização do trabalho coletivo nas instituições e, sobretudo, pelas disputas societárias.

Nesse sentido, reafirma-se a importância do conhecimento alicerçado na teoria social de Marx, a apreensão do método dialético que possibilita a reflexão teórica, uma vez que elucidada o entendimento da realidade social a partir de suas categorias constitutivas. Assim, no exercício da sistematização há que se ter o entendimento de classes sociais, Estado, trabalho, família, política social, entre outras categorias que são fundamentais para compreender o que os registros e os dados revelam e qual a direção analítica na construção das sínteses e de novas propostas de ação.

Azevedo (2014, p. 173) destaca que “quem passa por um processo de sistematização não permanece o mesmo”, pois as práticas, os valores, os novos subsídios para análise e intervenção, possibilitam avançar na elaboração de novas proposições e no desencadeamento de mudanças, que podem reforçar determinado projeto de manutenção e/ou transformação das relações entre assistente social e usuário da política social e da instituição, entre esses e a sociedade e o Estado. Isso quer dizer que a adoção do método na sistematização implica também em considerar determinada postura ética, posto que está entrelaçada ao conjunto de conhecimentos aportados em uma fundamentação filosófica, fundamental para a apreensão crítico-dialética da realidade, com claro posicionamento de classe. Se as reflexões desenvolvidas até aqui possibilitam evidenciar o potencial da apreensão teórica no processo de sistematização, há que se pensar em como isso tem sido trabalhado na formação profissional.

A sistematização do trabalho profissional como mediação no processo formativo

O reconhecimento acerca da necessidade de sistematização da experiência emerge com o Movimento de Reconceituação do Serviço Social e sua tentativa de ruptura com o conservadorismo, por meio da interlocução da profissão com a tradição marxista (A sistematização da prática, 2016). Tal Movimento, em seu projeto de ruptura, trouxe avanços no sentido de pensar a relação entre a profissão e a realidade, destacando a importância da pesquisa e da produção de conhecimento pela profissão.

Consubstanciados no projeto de formação profissional expresso pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, esses avanços vêm com uma exigência de compreender a dinâmica societária, apontando a questão social como base de fundamentação da profissão e estabelecendo, na proposta dos fundamentos¹, uma nova organização dos conteúdos, constituídos a partir dos núcleos de fundamentação: Núcleos de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; Núcleo de fundamentos da formação socio-histórica da sociedade brasileira; e Núcleos de fundamentos do trabalho profissional. Tal organização, assentada na lógica dialética, revela um modo particular de apreender a realidade e a profissão, informada por uma perspectiva de totalidade histórica (Santos, 2019).

Nesse sentido, a proposta formativa afirma a necessária relação entre o conhecimento e a pesquisa, entre profissão e realidade, destacando que no processo formativo as propostas indicadas no currículo devem se aproximar do cotidiano do trabalho do Serviço Social. São esses espaços de interlocuções com a realidade que dinamizam os conteúdos, potencializam a sistematização como parte da dimensão investigativa e dão base para retroalimentar a formação numa perspectiva teórico-prática. Os conteúdos da formação devem possibilitar aos estudantes identificar as possibilidades existentes na realidade, entender o trabalho profissional e as expressões da questão social se apropriando de suas determinações e particularidades, e isso confere especial importância ao exercício da sistematização.

Partindo da lógica curricular, não se trata de entender a sistematização como parte de um conteúdo específico a ser ensinado na disciplina de pesquisa, na elaboração do trabalho de conclusão de curso e/ou na supervisão de estágio. Não há um componente específico para se trabalhar o conteúdo da sistematização, ela faz parte da dimensão investigativa e ocupa um lugar transversal no currículo. Entretanto, há componentes que por estarem mais vinculados ao trabalho profissional podem favorecer a elaboração de propostas de sistematização.

¹ Os estudos de Teixeira (2019) trazem uma importante contribuição para o entendimento desta lógica. Segundo o autor, considerar a unidade articulada dos Núcleos de Fundamentação é iniciar a análise pelo real concreto, reconhecendo que a análise do projeto de formação deve estar implicada na dinâmica da sociedade capitalista. Nessa direção, o autor esclarece: “Cada núcleo expressa múltiplas determinações da totalidade social. Os núcleos quando articulados expressam um todo complexo que permite ler a realidade social e a profissão e, a partir dessa leitura, apreender as mediações que permitem a construção de respostas concretas nessa realidade social” (Teixeira, 2019, p. 84).

Pode-se pensar, também, nas articulações curriculares. A supervisão de estágio pode articular com outros conteúdos da formação para pensar a sistematização a partir, por exemplo, do projeto de intervenção, do estudo institucional e da formulação do plano de trabalho profissional. Trata-se de conteúdos importantes que podem favorecer a sistematização. Do mesmo modo, é importante refletir o planejamento, a relevância do registro, da coleta de dados e como atribuir uma organicidade a isso. Esse conteúdo da formação deve partir das relações concretas, incluindo os desafios encontrados no trabalho profissional, os quais, marcados muitas vezes por condições precárias, acabam atravancando as iniciativas de sistematização. Entretanto, tais desafios, quando sistematizados, também podem resultar em estratégias de melhoria das próprias condições de trabalho.

Assim, a sistematização é um conteúdo que precisa ser ensinado a partir de um exercício que não abre mão do rigor teórico-metodológico, e aqui não basta apenas refletir com base em suposições, a partir de dados hipotéticos apresentados em sala de aula. A formação acadêmico-profissional, na perspectiva dos núcleos de fundamentação, requisita a interlocução com a realidade, e é na articulação dos núcleos que os estudantes têm a possibilidade de apreender o método e entender a sistematização como parte da natureza da profissão, da dimensão investigativa na relação dialética com a intervenção.

Iamamoto (2017, p. 21) afirma que “sendo um produto socio-histórico, a profissão adquire sentido e inteligibilidade na dinâmica societária da qual é parte e expressão”, ou seja, a profissão é impactada endógena e exogenamente pelas alterações no mundo do trabalho. Exogenamente porque possui uma clara opção pela defesa da classe trabalhadora, a qual constituem os principais sujeitos da intervenção profissional. Endogenamente porque também vende a sua força de trabalho, ou seja, pertence à classe trabalhadora, ao passo que trabalha para e com ela.

Tal dinamicidade revela-se especialmente importante no atual contexto do capitalismo concorrencial, de financeirização e de plataformação em que a nova racionalidade neoliberal (Dardot; Laval, 2016) se espraia para todos os âmbitos da vida. Engendram-se novas morfologias do trabalho (Raichelis, 2018) fomentadas pelo incremento tecnológico no processo produtivo, desemprego estrutural, ampliação de trabalhadores assalariados vinculados ao setor de serviços, surgimento de novas modalidades de trabalhadores como o fenômeno da pejetização e, mais recentemente, dos trabalhadores de plataformas digitais (Antunes, 2006; Manzano; Krein, 2022).

Refletir sobre a atuação do serviço social nesse contexto, com foco especial para o processo de sistematização, demanda conexões e interrelações que são estruturais e estruturantes dos diferentes processos de trabalho em que assistentes sociais são inseridos na dinamicidade da produção e reprodução social capitalista. A sistematização demanda um processo de organização e reflexão teórico-crítica, tendo o potencial mediador de repensar o cotidiano profissional, com possibilidade de conferir visibilidade às expressões cotidianas da realidade social e do trabalho profissional desenvolvido. Para tanto, a sistematização demanda um processo de organização e análise dos documentos produzidos a partir da adoção de uma postura crítico-investigativa (Almeida, 2006),

pautada em aportes teórico-metodológicos que possibilitem a mediação do processo do concreto pensado (Kosik, 1986).

Montaño e Guerra (2024, p. 245) esclarecem que para falarmos de uma prática crítica no Serviço Social precisamos “intercalar momentos de suspensão ou ‘superação’ temporal da cotidianidade, ora para produzir ou se apropriar de um conhecimento dos fundamentos e múltiplas determinações da realidade”. A partir das discussões desenvolvidas até aqui, entende-se que a sistematização acerca dos fenômenos com os quais se deparam os/as assistentes sociais precisa estar no conteúdo da formação, não como uma sucessão de etapas a serem seguidas, mas como propostas construídas nos componentes curriculares, na dinâmica dos projetos de pesquisa e extensão, na organização de seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares, entre outras possibilidades que favoreçam ao estudante, no seu processo formativo e no compromisso com a formação, reconhecer e assumir a sistematização como parte da natureza e do exercício ético-político da profissão.

A sistematização na formação: relato de experiência didático-pedagógica com estudantes de Serviço Social

Buscando experienciar a prática da sistematização e evidenciar a sua importância na formação, como também no processo de trabalho no qual assistentes sociais são inseridos, foi proposta uma atividade didática formativa, por meio da disciplina “Trabalho Profissional II” ministrada no quarto ano do curso de Serviço Social de uma universidade pública. A atividade ocorreu no segundo semestre do ano letivo de 2024 e teve como objetivo proporcionar a mediação entre os conhecimentos teóricos e a prática da sistematização a partir da experiência vivenciada na disciplina de Estágio Supervisionado II. Participaram da atividade 13 discentes com vínculo de estágio nas seguintes políticas sociais:

Quadro 1: Síntese das principais políticas sociais vinculadas às experiências de sistematização

Políticas sociais	Número de experiências
Política de Assistência Social – proteção social básica e especial	7
Política de Saúde – atenção especial	4
Política de Educação – fundamental e médio	1
Política para as Mulheres	1

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos relatórios de sistematização.

No contexto em questão, visualiza-se que a política de assistência social foi a que mais proporcionou vagas de estágios para os/as discentes, seguida pela política de saúde. Tais vagas estão localizadas não só no município no qual a universidade está localizada, mas também contemplam municípios de regiões geográficas próximas.

Como primeira etapa da atividade, cada discente elaborou um plano de sistematização o qual abordou aspectos como: introdução e justificativa, visando contextualizar o campo de estágio e refletir sobre a relevância da sistematização para o trabalho desenvolvido no lócus do estágio, bem como para a formação profissional; objetivo geral e específico; a

metodologia a ser utilizada para realizar a sistematização, incluindo as técnicas de coleta e análise das informações selecionadas e o cronograma; fundamentação teórica, articulando as categorias que subsidiam a atuação profissional do Serviço Social no espaço socio-ocupacional; contextualização do processo de trabalho em que o Serviço Social está inserido, suas demandas, bem como sua correlação com as atividades de estágio.

Após a elaboração do plano, foram realizadas as sistematizações, as quais deveriam atender as seguintes orientações: organização e categorização do material empírico; análise do material empírico; reflexão final. Todo o processo de elaboração e sistematização ocorreu em diálogo profícuo entre discentes, supervisores/as de campo e docente responsável pela disciplina.

Quadro 2: Síntese dos planos de sistematização elaborados.

Objetivo geral	Fontes selecionadas	Instrumentos metodológicos
Identificar o número de famílias em descumprimento do Programa Bolsa Família no território do CRAS	Sistema informacional da gestão local; SIGPF (Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família); relatórios de atendimentos	Pesquisa documental; pesquisa bibliográfica; tabulação em planilhas; análise de conteúdo
identificar as principais demandas da população atendida na instituição	Fichas cadastrais dos usuários do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	Pesquisa documental; pesquisa bibliográfica; tabulação em planilhas; análise de conteúdo
Conhecer quais tipos de violência são mais incidentes na realidade das mulheres usuárias do serviço	Planilhas institucionais de acompanhamento das vítimas de violência	Pesquisa documental; pesquisa bibliográfica; tabulação dos dados; análise de conteúdo
Compreender o território referenciado na instituição	Relatórios de atendimento da instituição	Pesquisa documental; pesquisa bibliográfica; software para georreferenciamento; análise de conteúdo
Identificar as demandas reprimidas apresentadas pelas famílias	Formulário de avaliação socioeconômica	Pesquisa documental; pesquisa bibliográfica; tabulação dos dados; análise de conteúdo
Conhecer o perfil socioeconômico dos usuários atendidos pela Secretaria de Assistência Social	Sistema informacional da gestão local de cadastros dos usuários	Pesquisa documental; pesquisa bibliográfica; software de extração de dados; análise de conteúdo
Mapear as instituições/organizações que atuam na proteção integral das crianças e adolescentes a partir das demandas dos usuários atendidos pela instituição	Fichas de cadastros socioeconômicos; fichas de atendimento e informações sobre encaminhamentos	Pesquisa documental; pesquisa bibliográfica; software para georreferenciamento; análise de conteúdo
Sistematizar as principais demandas apresentadas por estrangeiros no CRAS	Relatórios de atendimentos dos imigrantes; Cadastros Únicos;	Pesquisa documental; pesquisa bibliográfica; análise de conteúdo
Compreender os processos que implicaram na institucionalização das pessoas idosas atendidas	Fichas dos Idosos	Pesquisa documental; pesquisa bibliográfica; análise de conteúdo
Identificar quais municípios abrangidos pela 16ª Regional de Saúde apresentam maior incidência de solicitação de coleta para 2ª amostra	Relatórios mensais dos doadores convocados para a coleta da segunda amostra de sangue; relatórios mensais de atendimento	Pesquisa documental; pesquisa bibliográfica; análise de conteúdo

Traçar o perfil socioeconômico dos pacientes ostomizados atendidos pela instituição	Pareceres sociais dos pacientes ostomizados	Pesquisa documental; pesquisa bibliográfica; análise de conteúdo
-------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------	------------------------------------------------------------------

Fonte: Elaborada pelas autoras a partir dos relatórios de sistematização.

Ao analisar os objetivos gerais dos planos, pode-se visualizar que estes dialogam diretamente com problemáticas atinentes à atuação profissional no enfrentamento das expressões da questão social, como monitoramento do Programa Bolsa Família, demandas da população usuária, violência contra mulheres, territorialização, perfil socioeconômico dos usuários, demandas de famílias e idosos, além do mapeamento institucional. As fontes primárias, selecionadas para coleta de dados, como sistemas informacionais, relatórios institucionais, fichas cadastrais, formulários socioeconômicos, pareceres sociais e cadastros de usuários, permeiam o cotidiano da intervenção profissional e, portanto, são familiares na dinâmica de estágio, o que converge com as reflexões de Azevedo (2014) de que a sistematização deve ser realizada por sujeitos que participaram do processo a ser sistematizado. Com os planos elaborados, iniciou-se o processo de sistematização. Para esse momento, os/as discentes focaram na coleta, organização, classificação e análise dos materiais selecionados para a sistematização. Todo processo de sistematização resulta em um produto, e na experiência aqui analisada o principal produto foi o relatório, acrescido de mapas referentes à territorialização tanto dos serviços socioassistenciais quanto da população atendida.

As análises e categorizações dos materiais empíricos, a partir da sistematização das aproximações aos espaços socio-ocupacionais, revelam a processualidade dos fenômenos sociais presentes na dinamicidade da empiria em que o trabalho profissional é realizado. Portanto, a sistematização pautada em análises teóricas tem o potencial de retroalimentar o exercício profissional, bem como de fomentar as reconstruções do concreto pensado, pois as “as respostas estão na realidade, mas não se revelam por si mesmas, nem a partir do que está aparente no fazer profissional. Sistematização e análise substantivas são necessárias e essenciais no processo” (Vasconcelos, 2015, p. 458). Por essa perspectiva, as principais categorias empíricas que emergiram das experiências aqui relatadas e objetos de reflexão foram: feminização da pobreza; trabalho infantil; pobreza intergeracional; interseccionalidade; trabalho precário; proteção social residual; exclusão social; desigualdade social; violência de gênero; violência psicológica; violência infamiliar; vulnerabilidade socioeconômica da pessoa idosa; educação como direito; invisibilidade das demandas femininas; famílias chefiadas por mulheres; documentação em serviço social; apagamento das demandas por ausência de registros; extrema pobreza; criminalidade; evasão escolar; trabalho em rede; xenofobia; e envelhecimento.

Ao refletir sobre essas categorias, constata-se que a sistematização não apenas organiza as experiências práticas, mas também possibilita a interpretação e reinterpretação da realidade social a partir de categorias que emergem das vivências cotidianas, as quais refletem problemáticas centrais no âmbito da formação e da atuação do Serviço Social, como a feminização da pobreza, trabalho infantil, pobreza intergeracional e interseccionalidade, entre outras questões de desigualdade e vulnerabilidade social. Como bem pontua Vasconcelos (2015, p. 461), faz-se necessário “enfrentar a difícil tarefa de análise concreta de situações concretas na busca da apreensão teórico-crítica do movimento e da lógica do exercício profissional”, e para tanto, o planejamento, a

sistematização e a avaliação permitem validar as práticas mediadas pelo projeto profissional e rever rotas.

Do ponto de vista da construção do conhecimento, tais reflexões contribuem para o avanço do saber crítico, evidenciando que a compreensão dos fenômenos sociais deve correlacionar as múltiplas dimensões e intersecções, como gênero, classe, questões etnorraciais, envelhecimento e condições socioculturais. Destaca-se, ainda, a relevância de categorias como violência de gênero e invisibilidade das demandas femininas, que indicam a necessidade de formação e trabalho profissional qualificados e sensíveis às especificidades sociais dos tempos atuais. A intervenção profissional ocorre em contextos multifacetados, onde a criminalidade, evasão escolar e a xenofobia também são fenômenos que impactam as populações atendidas, demandando respostas institucionais e profissionais. Ao emergirem questões como “proteção social residual”, “exclusão social” e “trabalho em rede”, evidencia-se a importância e, ao mesmo tempo, o desafio do trabalho intersetorial para o enfrentamento das expressões da questão social e a efetivação de direitos.

A sistematização da atuação profissional, como esclarece Almeida (2006, p. 2), contribui para “construir espaços de reflexão e troca sobre experiências no campo das políticas sociais que fortaleçam o exercício profissional e as lutas sociais”. Ao possibilitarem a reflexão crítica sobre o trabalho profissional, sob o direcionamento do método histórico-dialético, a sistematização e seus resultados carregam o potencial para o reordenamento da intervenção profissional, oportunizando a identificação de limites, avanços e contribuições no enfrentamento das expressões da questão social. Nesse sentido, quanto aos resultados das sistematizações das experiências de estágio, escopo do presente trabalho, é possível identificar contribuições tanto para os campos de estágio quanto para o processo formativo dos/as discentes.

No que tange aos espaços de estágio, a partir das análises dos materiais empíricos coletados e das reflexões finais presentes nos relatórios, foi possível identificar que o processo de sistematização fomentou a busca pela superação do imediatismo nas respostas profissionais, direcionando também para análises críticas das demandas cotidianas e intervenções mais articuladas com a totalidade das determinações sociais. Também possibilitou avanços na compreensão do território, das especificidades locais, da intersetorialidade como elemento necessário para mediar o acesso aos direitos sociais, bem como para pensar estratégias futuras para o enfrentamento à evasão escolar, à violência doméstica e à desigualdade de gênero. No contexto de algumas instituições, a sistematização contribuiu para o aperfeiçoamento dos processos burocráticos, especialmente no que diz respeito à gestão de benefícios sociais. Outro resultado foi a identificação de demandas ocultas ou reprimidas, como problemas de saúde mental e barreiras de acesso aos serviços da rede de proteção social. Ademais, o processo de sistematização também implicou em maior visibilidade para o trabalho desenvolvido pelos/as assistentes sociais, como apontam alguns relatórios.

No que concerne à formação das/os discentes, a experiência da sistematização, segundo apontamentos presentes no item “Reflexões finais”, possibilitou a articulação entre teoria e prática na processualidade, conforme elucidado por Guerra (2005, p. 7), em que a teoria

dissolve a aparência dos fenômenos, “busca suas relações, sua lógica constitutiva, suas mediações (particularidade histórica) e a partir desse processo subsidia as soluções prático-sociais”.

A experiência de sistematização propiciou também a visualização de algumas contradições institucionais enfrentadas pela profissão, particularmente no interior de organizações do terceiro setor e instituições privadas, onde a atuação profissional é frequentemente tensionada entre as exigências burocráticas e os princípios do Projeto Ético-Político do Serviço Social. Interessante demarcar que mesmo em contextos limitados, a partir das reflexões finais presentes nos relatórios, foi possível visualizar a compreensão dos/as discentes de que a intervenção profissional demanda práticas propositivas, direcionadas ao fortalecimento da mediação entre os sujeitos e seus direitos.

Outra contribuição presente é a construção da experiência vivida no processo de sistematização, que envolveu os três sujeitos presentes na triangulação do processo formativo dos/as discentes quando falamos de estágio, possibilitando apreender o processo da sistematização, em suas potencialidades e desafios. Essa experiência qualifica tais sujeitos para futuras sistematizações, podendo, em alguma medida, fomentar a construção, mesmo que em pequena escala, de uma nova cultura profissional na qual a sistematização seja inerente ao processo de trabalho.

Considerações finais

As reflexões apresentadas ao longo do texto evidenciaram que a sistematização do trabalho profissional do/a assistente social, quando pautada no método dialético, tem o potencial de reafirmar a mediação entre teoria e prática tanto no processo formativo quando no exercício profissional, transcendendo a mera burocracia institucional e reafirmando a dimensão intelectual da profissão. O percurso analítico compreendeu a discussão dos fundamentos do método, articulando a sistematização com a experiência didático-pedagógica, de modo a integrar a sistematização no processo formativo.

Com base nas análises e reflexões elaboradas ao longo do presente trabalho, constatou-se que, a partir da experiência relatada, o processo de sistematização demonstrou seu papel estratégico tanto na formação acadêmica quanto na atuação profissional, uma vez que proporcionou subsídios concretos para a análise crítica da realidade, possibilidades para a construção de respostas mais qualificadas, bem como articulação entre teoria e prática.

A partir de um recorte identificado no campo de estágio, os estudantes foram instigados a identificar as demandas, formular perguntas pertinentes aos desafios encontrados no cotidiano profissional, consultar e sistematizar os registros, identificar categorias e refletir sobre elas, considerando a produção de conhecimento existente, as normativas da profissão, os princípios e objetivos da política social vinculada ao espaço ocupacional, as condições objetivas de trabalho, as relações de poder e hierarquia, entre outros conhecimentos. Ao estabelecer conexões e identificar possíveis contradições existentes na relação que o objeto estabelece com outros complexos da realidade, tal movimento parte inicialmente de uma aproximação sucessiva da realidade e é fruto de um exercício

intelectual de reflexão, possibilitando que os estudantes avancem para além do movimento de descrição e comparação.

Faz-se necessário demarcar a necessidade de ampliar o debate sobre a sistematização como processo formativo e investigativo, estimulando sua presença efetiva nos projetos pedagógicos de forma transversal e nas práticas de estágio. Compreender e experienciar a sistematização, pautada no método dialético, é reafirmar o caráter investigativo, crítico e emancipatório do Serviço Social, reconhecendo a potencialidade do trabalho profissional e a importância da produção de conhecimento que qualifica esse trabalho, ainda que tensionado pelas contradições que o capitalismo assume no atual contexto.

Referências

ABESS/CEDEPSS. Diretrizes gerais para o curso de serviço social (com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996).

Cadernos ABESS, n. 7, p. 58–76, 1997. Disponível em:

[https://media.webfans.com.br/abepss/arquivos/anexos/04-a-caderno-abess-n7-diretrizes-gerais-para-o-curso-de-servico-social-\(com-base-no-curriculo-minimo-aprovado-em-assembleia-geral-extraordinaria-de-8nov-201702011415372855610.pdf](https://media.webfans.com.br/abepss/arquivos/anexos/04-a-caderno-abess-n7-diretrizes-gerais-para-o-curso-de-servico-social-(com-base-no-curriculo-minimo-aprovado-em-assembleia-geral-extraordinaria-de-8nov-201702011415372855610.pdf). Acesso em: 10 out. 2025.

A sistematização da prática. **Práxis**, n. 87, p. 12–13, jan./fev. 2016. Disponível em:

<https://www.cressrj.org.br/wp-content/uploads/2020/05/praxis-087.pdf>. Acesso em: 10 out. 2025.

ALMEIDA, Ney L. T. de. Retomando a temática da “sistematização da prática” em Serviço Social. In: MOTA, Ana E. et al. (org.). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 399–408.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2006.

AZEVEDO, Isabela S. de. A dimensão ética da sistematização do exercício profissional.

Serviço Social em Revista, v. 16, n. 2, p. 166–185, jan./jun. 2014. DOI:

<https://doi.org/10.5433/1679-4842.2014v16n2p166>. Disponível em:

<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/17956/15191>. Acesso em: 10 out. 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

CHAVES, Camila N. As dimensões da pesquisa em Serviço Social: contribuições para compreender a dimensão investigativa no interior do Projeto de Formação Profissional.

In: GUERRA, Yolanda; LEITE, Janete L.; ORTIZ, Fatima G. (org.). **Temas contemporâneos: o serviço social em foco**. São Paulo: Outras Expressões, 2013. p. 57-78.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: CFESS/ABEPSS (org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 701–717.

GUERRA, Yolanda. No que se sustenta a falácia de que “na prática a teoria é outra?”. In: SEMINÁRIO NACIONAL ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS, 2., 2005, Cascavel. **Anais [...]**. Cascavel: UNIOESTE, 2005. Disponível em: <https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/5psf5T389obx1M5sq112.pdf>. Acesso em: 10 out. 2025.

IAMAMOTO, Marilda Villela. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. **Serviço Social e Sociedade**, n. 128, p. 13–38, jan./abr. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.091>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/qJzFVXRhjd6LzNSSXWzCvdR/?lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2025.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

LUKÁCS, György. **Os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Ciências Humanas, 1972.

MANZANO, Marcelo; KREIN, André. Dimensões do trabalho por plataformas digitais no Brasil. In: MACHADO, Sidnei; ZANONI, Alexandre P. (org.). **O trabalho controlado por plataformas digitais: dimensões, perfis e direitos**. Curitiba: Ed. UFPR; Clínica Direito do Trabalho, 2022. p. 31–126. Disponível em: https://cdufpr.com.br/wp-content/uploads/2022/04/Livro_O-trabalho-controlado-por-plataformas-digitais_eBook.pdf. Acesso em: 10 out. 2025.

MARONEZE, Luciane F. Z.; FORTUNA, Sandra L. de A. **Serviço Social e a dimensão investigativa na formação profissional**. Londrina: Eduel, 2024.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital**. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MONTAÑO, Carlos; GUERRA, Yolanda. **Serviço Social crítico: teoria e prática: uma análise dos fundamentos do Serviço Social para a construção/consolidação de uma perspectiva crítica na profissão**. Campinas: Papel Social, 2024.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao Método de Marx**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo. Notas para a discussão da sistematização da prática e teoria em Serviço Social. **Cadernos ABESS**, n. 3, p. 141–153, 1989. Disponível em: <https://media.webfans.com.br/abepss/arquivos/anexos/03-caderno-abess-n3-parte>

segunda-metodologia-uma-questao-em-questao-201702011204598599010.pdf. Acesso em: 10 out. 2025.

NETTO, José Paulo. Relendo a teoria marxista da história. In: SAVIANI, D.; LOMBARDI, J. C.; SANFELICE, J. L. **História e história da educação**. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, 1998. p. 50–65.

NETTO, José Paulo. Relendo a teoria marxista da História. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”, 4., 1997, Campinas. **Anais** [...]. Campinas: Unicamp; HISTEDBR, 1997. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2015/10/Teoria-social-JP-Netto.pdf>.

RAICHELIS, Raquel. Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. In: RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria (org.). **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018. p. 25–65.

SANTOS, Claudia M. dos. Prefácio. In: GUERRA, Yolanda *et al.* **Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica**. Campinas: Papel Social; CNPq; CAPES, 2019. p. 11–17.

TEIXEIRA, Rodrigo J. **Fundamentos do Serviço Social: uma análise a partir da unidade dos Núcleos de Fundamentação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS**. 2019. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

TORRES, Mabel M.; COUTO, Eduardo L. O exercício profissional e a reflexão teórica e metodológica sobre o Serviço Social na atualidade: um debate necessário. In: AMARO, Sarita; CRAVEIRO, Adriéli V. **Vade Mécum: trabalho e instrumentalidade do Serviço Social**. Curitiba: Nova Práxis, 2018. p. 47–61.

VASCONCELOS, Ana M. de. **A/O assistente social na luta de classes: projeto profissional e mediações teórico-práticas**. São Paulo: Cortez, 2015.

Submetido em: 20/10/2025

Aceito em: 18/12/2025



A formação pós-graduada em Serviço Social e o método em Marx: análise das tendências temáticas de disciplinas

Postgraduate Education in Social Work and the Method in Marx: Analysis of the Thematic Trends of Courses

Leonardo Costa Miranda*

 <https://orcid.org/0009-0001-5539-5463>

Dafne Dias Lages Monteiro**

 <https://orcid.org/0009-0001-5539-5463>

RESUMO

O artigo analisa as tendências temáticas das disciplinas nos Programas de Pós-Graduação (PPGs) em Serviço Social no Brasil, buscando identificar a presença do método em Marx. Considera-se que a formação pós-graduada constitui um espaço de resistência teórico-política contra tendências conservadoras e perspectivas pós-modernas, reafirmando o Projeto Ético-Político Profissional ancorado na tradição marxista. Metodologicamente, foram identificados na Plataforma Sucupira da CAPES os PPGs da área de Serviço Social e, em seguida, acessaram-se os sites de cada PPG para identificar as disciplinas (obrigatórias e optativas) para, então, destacá-las e analisar os temas. Ao total, analisaram-se 626 disciplinas dos PPGs. A análise revelou, em nível nacional, a centralidade dos temas Serviço Social, Política Social e Trabalho. Além disso, Pesquisa Social, Questão Social e Estado também se destacam, indicando a articulação do estudo teórico com a pesquisa e a apreensão da realidade em sua totalidade. Os dados evidenciam que a pós-graduação em Serviço Social no Brasil mantém uma formação crítica e dialética, articulada às Diretrizes Curriculares da ABEPSS, reafirmando seu compromisso com a análise das contradições sociais e o projeto de emancipação humana, apesar dos desafios impostos pelo capital e pelo neoconservadorismo.


PALAVRAS-CHAVE

Pós-graduação em Serviço Social; Formação pós-graduada; Método em Marx.

*Assistente Social. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA, Belém, Brasil). Doutorando em Serviço Social na Universidade Federal do Pará (UFPA, Belém, Brasil). E-mail: leonardocostamiranda1@gmail.com

**Assistente Social. Mestra em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí (UFPI, Teresina, Brasil). Doutoranda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí (UFPI, Teresina, Brasil). E-mail: dafne@ufpi.edu.br

DOI 10.22422/temporalis.2026v26n51p118-137

 © A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2026 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

ABSTRACT

The article analyzes the thematic trends of disciplines in Brazilian postgraduate programs (PPGs) in Social Work, seeking to identify the presence of the method in Marx. Postgraduate education is considered a space for theoretical-political resistance against conservative tendencies and postmodern perspectives, reaffirming the Professional Ethical-Political Project anchored in the Marxist tradition. Methodologically, the PPGs in the Social Work area were identified on the CAPES Sucupira Platform, and subsequently, the websites of each PPG were accessed to identify the disciplines (mandatory and elective) in order to select and analyze their themes. A total of 626 disciplines from the PPGs were analyzed. The analysis revealed, at the national level, the centrality of the themes Social Work, Social Policy, and Labor/Work. Furthermore, Social Research, Social Question/Issue, and State also stand out, indicating the articulation of theoretical study with research and the apprehension of reality in its totality. The data confirms that postgraduate education in Social Work in Brazil maintains a critical and dialectical training, articulated with the ABEPSS Curricular Guidelines, reaffirming its commitment to the analysis of social contradictions and the project of human emancipation, despite the challenges imposed by capital and neoconservatism.

KEYWORDS

Postgraduate Studies in Social Work; Postgraduate Training/Education; Method in Marx.

Introdução

A formação pós-graduada em Serviço Social, ao longo de sua consolidação no Brasil, vem se constituindo como um espaço privilegiado de produção de conhecimento e de resistência teórico-política frente às tendências conservadoras que atravessam a educação e as ciências sociais. Em um contexto marcado por ofensivas neoliberais, neoconservadoras e pela expansão de perspectivas fragmentadas e pós-modernas, torna-se necessário retomar o debate sobre as Diretrizes Curriculares que orientam a formação e a pesquisa na área, especialmente no que se refere à presença e à atualidade do método em Marx como instrumento teórico-crítico para apreender a realidade.

A tradição marxista, historicamente incorporada pelo Serviço Social brasileiro a partir do Movimento de Renovação, consolidou-se como base fundamental para a direção ético-política da profissão e para a compreensão crítica da “questão social”. No entanto, observa-se que, mesmo diante da sua centralidade nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS e na formulação do Projeto Ético-Político Profissional, o modo como o método em Marx se expressa na formação, particularmente no nível da pós-graduação *stricto sensu*, ainda carece de investigação sistemática. A pós-graduação *stricto sensu*, por sua natureza reflexiva e investigativa, desempenha papel essencial na consolidação e atualização das matrizes teóricas que sustentam a profissão, sendo também um campo de disputas em torno dos referenciais que orientam a produção de conhecimento.

Diante disso, o presente artigo tem como objetivo analisar as tendências temáticas das disciplinas ofertadas pelos programas de pós-graduação *stricto sensu* da área de Serviço Social no Brasil, buscando identificar como o método em Marx se apresenta, de forma explícita ou implícita, na estrutura curricular desses programas. Parte-se do pressuposto de que a presença (ou ausência) dessa perspectiva revela não apenas escolhas pedagógicas, mas também posicionamentos teóricos, éticos e políticos frente às disputas que atravessam o campo da formação e da produção do conhecimento na área.

A pesquisa, de caráter documental e exploratório, baseia-se no levantamento e na análise de disciplinas dos programas de pós-graduação *stricto sensu* disponibilizadas nos sites e plataformas institucionais dos programas de pós-graduação da área de Serviço Social, conforme registros da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A partir desse mapeamento, busca-se identificar os temas recorrentes, as abordagens teóricas predominantes e as expressões do método em Marx na organização dos conteúdos curriculares, relacionando tais elementos ao projeto formativo e político do Serviço Social brasileiro. Ao problematizar essas tendências, pretende-se contribuir para o debate acerca do papel da pós-graduação como espaço de resistência e reafirmação do pensamento crítico e dialético na formação profissional e na produção científica da área.

As Diretrizes Curriculares da ABEPSS e o método em Marx

A formação profissional em Serviço Social na América Latina passou, a partir da década de 1960, por um intenso processo de revisão crítica que teve como marco o Movimento de Reconceituação. Conforme destaca Aguiar (2018), esse movimento expressava o desejo de superar o Serviço Social tradicional, fortemente influenciado por modelos europeus e norte-americanos, e de ajustá-lo à realidade latino-americana, caracterizada pela dependência e pelo subdesenvolvimento. Em um primeiro momento, contudo, essa busca ainda não implicava um questionamento estrutural da sociedade, mantendo-se vinculada ao referencial funcionalista. No Brasil, tal processo assumiu contornos próprios e foi denominado Renovação do Serviço Social, manifestando-se em três vertentes: a modernizadora, vinculada ao funcionalismo; a reatualização do conservadorismo, inspirada em bases fenomenológicas; e a intenção de ruptura, que, ao aproximar-se do marxismo, marcou a consolidação de uma perspectiva crítica na profissão (Netto, 2017).

Nesse percurso, a década de 1970 representou um momento de consolidação da vertente modernizadora no interior do processo de renovação da profissão, expressa no Currículo Mínimo de 1970, aprovado pelo Parecer n.º 242/1970 e pela Resolução s/n do Conselho Federal de Educação. Nessa proposta, a prática era concebida como aplicação da teoria, em consonância com a busca de cientificidade via positivismo e com a formação pragmática e tecnicista, centrada no domínio de técnicas e instrumentos (entrevista, observação, questionário) (Cardoso, 2016).

No entanto, a ampliação dos cursos de Serviço Social nas universidades e a inserção da categoria nos debates das ciências sociais e nos movimentos estudantis impulsionaram uma inflexão crítica no final dos anos 1970, especialmente a partir da vertente de intenção de ruptura, que se apoiava na tradição marxista. Como resultado desse processo, nasceu o Currículo de 1982, considerado um avanço na direção de uma formação crítica e voltado ao fortalecimento de iniciativas que se colocassem na contramão da lógica capitalista. Posteriormente, conforme observa Cardoso (2007), a revisão de 1996, que deu origem às atuais diretrizes curriculares, desenvolveu-se em um contexto de profundas transformações sociais sob a orientação do neoliberalismo, configurando uma guinada conservadora em relação às conquistas das classes trabalhadoras das décadas anteriores, marcada também pela influência do pensamento pós-moderno no meio acadêmico.

No contexto atual, refletir sobre o Serviço Social enquanto profissão e área de conhecimento (Mota, 2013) implica reconhecer os desafios impostos pela ofensiva conservadora que incide sobre o projeto profissional crítico. Parte-se da compreensão de que o projeto ético-político profissional — consolidado nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), no Código de Ética do/a Assistente Social (1993), na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei n.º 8.662/1993) e nas resoluções do Conjunto CFESS-CRESS — se ancora em uma concepção crítica de sociedade e de formação profissional, cuja base teórico-metodológica encontra respaldo na tradição marxista e no método em Marx. Tal perspectiva busca apreender a realidade em sua totalidade concreta, articulando as dimensões histórico-ontológicas, teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas que conformam a direção social do Serviço Social brasileiro (Yazbek, 2020).

O processo de implementação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS configurou-se como um movimento coletivo de resistência, marcado pela disputa em torno da consolidação de uma formação ético-política orientada pela teoria social de Marx e pela tradição marxista comprometida com as lutas emancipatórias. Esse processo representou não apenas uma atualização pedagógica, mas também um posicionamento político diante das investidas conservadoras e da hegemonia neoliberal que atravessavam o campo educacional e profissional. É fundamental destacar que a formação profissional, conforme definida pelas Diretrizes da ABEPSS, posiciona-se em oposição ao projeto do capital. As condições estruturais têm um impacto significativo na maneira como essa formação é realizada nas universidades e a configuração do perfil dos estudantes, que apresentam novas demandas e requisitos para a formação profissional, aos quais devemos estar atentos.

Nesse sentido, as Diretrizes Curriculares norteiam a formação profissional do Serviço Social no país, construindo um perfil profissional renovado a partir de três núcleos de fundamentação da formação: teóricos-metodológicos da vida social, da particularidade da formação histórica brasileira e do trabalho profissional (ABESS/CEDEPSS, 1997). Essas diretrizes buscam desenvolver uma formação que seja mais ampla, crítica e emancipatória, que considere as demandas sociais e promova a transformação da realidade. Por isso, os Núcleos de Fundamentos presentes nas Diretrizes Curriculares representam os eixos temáticos que compõem o currículo da formação profissional, abrangendo diferentes áreas de conhecimento e competências necessárias para a atuação do assistente social.

Esses núcleos são interligados e integram o currículo do curso de Serviço Social, proporcionando uma formação integral e articulada, que contempla tanto os aspectos teóricos quanto práticos da profissão. O Núcleo de Fundamentos Teóricos-Metodológicos da vida social trata da configuração da vida burguesa a partir do estudo do ser social e busca capacitar o profissional para compreender e explicar a realidade em suas múltiplas dimensões. O Núcleo de Fundamentos da Formação Socio-histórica da Sociedade Brasileira refere-se ao conhecimento sobre economia, sociedade, política e a cultura do Brasil, investigando como determinados padrões se consolidaram na realidade brasileira.

Por fim, o Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional, nas Diretrizes Curriculares de 1996, evidencia que o objeto de trabalho do Serviço Social está na “questão social”, considerando a profissão como uma especialização do trabalho, compreendendo sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica. A formação orienta-se pela reflexão

sobre quatro questões fundamentais: o que fazer, por que fazer, como fazer e para que fazer (ABESS/CEDEPSS, 1997), assegurando que a prática profissional esteja sempre vinculada à análise crítica da realidade social. Dessa forma, as diretrizes reforçam a centralidade da “questão social” e do trabalho profissional na organização curricular.

A vinculação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS ao método em Marx evidencia a escolha da formação profissional por um referencial teórico capaz de apreender a realidade em sua totalidade concreta. Essa perspectiva rompe com concepções positivistas e funcionalistas, as quais reduzem o conhecimento a descrições fragmentadas, reafirmando a compreensão do Serviço Social como prática social historicamente determinada, inserida nas contradições do modo de produção capitalista. Segundo Netto (2011), a teoria social de Marx está vinculada a um projeto revolucionário, razão pela qual sua concepção metodológica foi historicamente alvo de disputas ideológicas. Diferentemente de abordagens que tratam o método como um conjunto de regras aplicáveis a qualquer objeto, Marx o concebe como um processo de investigação que parte da realidade concreta e busca reproduzir, no pensamento, o movimento real do objeto (Netto, 2011).

Essa perspectiva é central para a formação profissional em Serviço Social, pois as Diretrizes de 1996 reafirmam a necessidade de apreender a totalidade social e as determinações históricas da “questão social”, fundamento do trabalho profissional. Assim, as Diretrizes orientam a formação para superar o imediatismo, o tecnicismo e o pragmatismo historicamente presentes na profissão, reafirmando a necessidade de leitura crítica da realidade social. Ao apropriar-se do método marxiano, o Serviço Social compreende que a pesquisa e a intervenção profissional devem visar à análise das contradições sociais e à emancipação humana, assumindo um compromisso ético e político com a classe trabalhadora.

Nessa perspectiva, teoria e prática se articulam: a teoria reproduz, no plano do pensamento, o movimento real da realidade, abrindo caminho para sua transformação. A formação, portanto, busca capacitar profissionais no sentido de compreenderem e intervirem criticamente nas determinações sociais, econômicas e políticas que produzem e reproduzem as expressões da “questão social”. Desse modo, a formação proposta pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS pressupõe a apropriação crítica do acúmulo teórico da profissão e das ciências sociais, analisando outras tradições teóricas a partir de seus limites históricos e explicativos e situando-as em relação ao Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro. Como será visualizado a seguir, os Programas de Pós-Graduação da área de Serviço Social expressam a luta histórica da profissão ao se posicionarem nas trincheiras de luta pela mediação da produção de conhecimento politicamente engajada e articulada às lutas mais gerais da sociedade contra a ordem do capital.

A Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil como espaço de resistências

Discutir a pós-graduação em Serviço Social exige uma perspectiva que considere as mediações necessárias para apreender sua particularidade na totalidade dos programas de pós-graduação existentes no Brasil. Uma mediação fundamental está na compreensão de sua relação com as movimentações teóricas, históricas, políticas, econômicas e culturais que permearam o Serviço Social brasileiro, especialmente no que se refere às profundas

transformações pelas quais passou a formação em Serviço Social no século XX, conforme discutido na seção anterior. Em outras palavras, abordar essa pós-graduação significa situá-la no movimento contraditório das relações sociais e analisar seu papel na produção de conhecimento na área.

A institucionalização da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, ocorrida durante a ditadura empresarial-militar (1964-1985) sob a aprovação do Parecer Sucupira (1965), atendeu primariamente aos interesses da classe burguesa e do regime. Conforme Guerra (2011), esse processo visava estabelecer na universidade um perfil de neutralidade, tecnocratismo e racionalidade formal-burocrática, produzindo pesquisas e conhecimento científico-tecnológico que apoiassem o projeto de sociedade da época, especialmente de conservação da ordem. Esse projeto caracterizava-se por uma aceleração econômica dependente do capital externo e por uma dinâmica excludente que restringia o acesso a bens e serviços à burguesia, aprofundando as desigualdades sociais históricas (Santana; Stampa; Ferreira, 2021).

Neste rumo, ocorreu, na década de 1970, a expansão deste modelo de pós-graduação no Brasil, o que impulsionou o surgimento de cursos de pós-graduação em Serviço Social. Os primeiros cursos de mestrado foram criados em 1972 na PUC-SP e na PUC-Rio. A seguir, vieram os mestrados da UFRJ (1976), PUC-RS (1977), UFPB (1978) e UFPE (1979) (Santana; Stampa; Ferreira, 2021). Por sua vez, na década de 1980, apresentam-se para o Serviço Social novas exigências teórico-práticas, “requisitando-lhe análises e posturas cada vez mais críticas e radicais” (Guerra, 2011, p. 132)¹. Daí que

Ressalta-se que na década de 80 processa-se na profissão uma importante revisão da formação profissional, com a adoção de novo currículo que opera uma inflexão no perfil de profissional tecnocrata, cuja intervenção se fazia através de métodos de caso individual, grupos e comunidade, com o que se desencadeia um processo de construção de uma cultura crítica, tendo na pesquisa, o seu fundamento, e na produção do conhecimento inovador e contribuição com outras áreas do conhecimento, a sua expressão (Guerra, 2011, p. 133).

Este avanço conferiu ao Serviço Social o status de maturidade acadêmica e o reconhecimento como área de conhecimento. Um fator crucial para esse reconhecimento foi a rica e sólida produção bibliográfica de seus pesquisadores/as, que refletia o posicionamento crítico da categoria (ABEPSS, 2015), relacionado notadamente com o

¹ Cabe registrar a importância da articulação entre as entidades do Serviço Social no processo de surgimento e expansão da Pós-Graduação em Serviço Social, haja vista que “[...] é nos anos de 1980, momento de expansão da pesquisa no Serviço Social, que entidades como a então Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social/ABESS e, principalmente, o Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social/CEDEPSS realizaram encontros de pesquisas e de pesquisadores, apoiando as iniciativas das universidades em criar os programas de pós-graduação, com cursos *stricto sensu* e *lato sensu*, em Serviço Social no Brasil. Intentaram superar uma marca histórica – tecnicista/pragmática/instrumental – que dificultava o aprofundamento teórico da relação entre práticas profissionais e realidade social. Avança-se em termos da laicização profissional e consolida-se a carreira docente na pós-graduação” (ABEPSS, 2015, p. 3).

Movimento de Reconceituação² na América Latina e, no Brasil, com o processo de renovação do Serviço Social.

A apresentação detalhada da trajetória da área de Serviço Social na pós-graduação brasileira foge ao escopo do artigo, mas é importante afirmar que nas décadas seguintes o Serviço Social, incluindo a graduação e a pós-graduação, passou a ocupar um lugar de resistência entre as áreas de conhecimento, o que está diretamente ligado ao Projeto Ético-Político profissional, vinculado a um projeto de sociedade cujo horizonte é a emancipação humana, na sua concepção marxiana³. Por outro lado, registra-se que são enormes os desafios e não são poucas as investidas da lógica capitalista contra qualquer tipo de perspectiva crítica à ordem, especialmente aquelas que tecem críticas radicais ao capital, como a produção de conhecimento, em geral, produzida no interior dos PPGs da área de Serviço Social.

A área de Serviço Social compõe uma das 50 áreas de avaliação da CAPES, representada como “área 32”⁴. Atualmente, a área de Serviço Social conta, com base na Plataforma Sucupira, trinta e oito (38) programas de pós-graduação⁵. Na área, todos os programas são ofertados na modalidade acadêmica, o que configura uma exceção no Sistema Nacional de Pós-Graduação (Santana; Miranda, 2022). E os programas estão distribuídos por todas as regiões do país; porém, essa distribuição apresenta assimetrias, posto que enquanto o maior número de programas está na região Sudeste, as regiões Norte e Centro-Oeste concentram menos programas, seguindo a tendência geral das áreas. Regionalmente, assim estão distribuídos os Programas de Pós-graduação da Área de Serviço Social: 3 PPGs na região Norte (7,89%); 12 PPGs na região Nordeste (31,58%); 3 PPGs na região Centro-Oeste (7,89%); 13 PPGs na região Sudeste (34,21%) e 7 PPGs na região Sul (18,42%)⁶. Em termos de conceitos dos programas, com base no último quadriênio, que corresponde ao período de 2017 a 2020, observa-se que a maior parte dos programas foi avaliada com notas 4 e 5:

² Posto que “este inaugurou, com suas referências críticas, o debate teórico e o incentivo à qualificação acadêmica e à pesquisa, expressando a primeira articulação em torno de um projeto de formação profissional crítico” (ABEPSS, 2015, p. 2).

³ Essa indicação não exclui a compreensão de que “[...] a pós-graduação *stricto sensu* em Serviço Social, no Brasil, faz parte de um processo histórico de expansão da pós-graduação brasileira” (Stampa, 2025, p. 9). Apesar das contradições que marcam esse processo, a pós-graduação em Serviço Social tem se afirmado historicamente como um espaço de resistência e de compromisso com uma formação crítica e dialética.

⁴ As áreas de avaliação da CAPES estão distribuídas em 3 Colégios e 9 Grandes Áreas. O Serviço Social constitui, juntamente com Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo, Arquitetura, Urbanismo e Design, Comunicação, Informação e Museologia, Direito, Economia e Planejamento Urbano e Regional/Demografia, a Grande Área das Ciências Sociais Aplicadas, que, por sua vez, integra o Colégio de Humanidades — fazem parte deste colégio, além das “Ciências Sociais Aplicadas”, as Grandes Áreas de “Ciências Humanas” e “Linguística, Letras e Artes”.

⁵ É importante registrar que não aparece, na Plataforma Sucupira, o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), em processo de fechamento, ainda que tenha sido avaliado com nota 7 no quadriênio de avaliação da CAPES (2017–2020).

⁶ Para estes percentuais, o PPG da PUC-RS não foi considerado.

Quadro 1: Programas de Pós-Graduação da área de Serviço Social por conceitos da CAPES no quadriênio 2017–2020*

Nota	Instituições dos PPGs
7	PUC-SP (M/D); PUC-RS (M/D)
6	UFMA (M/D), UFPE (M/D), UERJ (M/D), PUC-Rio (M/D), UnB (M/D) e UFES (M/D)
5	UFJF (M/D); UFAL (M/D); UNESP-Franca (M/D); UFF/PS (M/D); UCPEL (M/D); UFPA (M/D); UFRJ (M/D); UFPI (M/D); UFV (M/D); UFSC (M/D)
4	UEL (M/D); UFF/SSDR (M); UFS (M); UFPB-João Pessoa (M/D); UFRN (M/D); UECE (M); UFRGS (M); UFAM (M/D); UFMT (M/D).
3	UNIOESTE (M); UEPB (M); EMESCAM (M); UERN (M); PUC-Goiás (M); UFRB (M); UFBA (M); UFT (M); UNIFESP (M).
PPGs sem nota (em início de funcionamento)	UFVJM (M); UFSM (M); UNIPAMPA (M).

* As letras M e D indicam se o PPG oferta Mestrado ou Doutorado.

Fonte: Dados elaborados pelos autores a partir de CAPES (2025).

Com base na distribuição dos PPGs da área de Serviço Social, observa-se a presença de assimetrias regionais. Note que, dentre aqueles avaliados com nota 5, 6 e 7, apenas 2 (de 18) programas estão localizados nas regiões com menor percentual de programas (Norte e Centro-Oeste). Desse modo, o dado revela um panorama complexo, que carece de enfrentamento para superar as desigualdades regionais na pós-graduação em Serviço Social.

Não obstante, a área de Serviço Social, em geral, representa um espaço de resistências na produção de conhecimento, o que se justifica pelo papel que a pós-graduação cumpriu e cumpre na defesa do pensamento crítico. De acordo com Guerra (2011, p. 126), “a pós-graduação cumpriu um papel de monta na constituição da vertente crítica do Serviço Social brasileiro, que hoje detém hegemonia na produção do conhecimento e da pesquisa” e, por isso, é “responsável pela renovação da imagem profissional e por tornar o Serviço Social contemporâneo de seu tempo, colocando-o como interlocutor reconhecido no campo das ciências sociais”. Por isso, podemos afirmar que o modo de ser da Pós-Graduação da área de Serviço Social está em sintonia com a realidade em que está inserida, buscando (constantemente) persegui-la, no sentido de apreender as suas múltiplas determinações. De acordo com Pinheiro, Senna e Lara (2024, p. 29):

Enquanto área de conhecimento, o Serviço Social tem contribuído para a sociedade brasileira no que tange à defesa de uma formação pública de qualidade, exclusivamente acadêmica, com ênfase nas análises sobre a realidade social e suas múltiplas determinações, bem como sobre os processos de formulação, gestão, implementação e avaliação de políticas sociais. Nesse sentido, os cursos de mestrado e doutorado em Serviço Social assumem lugar de destaque na produção de conhecimentos, dada a centralidade da pesquisa científica em seu interior, priorizando temáticas diversas relacionadas às múltiplas expressões da

questão social, às políticas sociais na contemporaneidade e ao avanço teórico-metodológico do Serviço Social.

Como bem enfatizam Santana e Miranda (2022), a indicação de que a área de Serviço Social representa um espaço de resistência na produção do conhecimento não elimina os enormes desafios para a manutenção da hegemonia de uma racionalidade que se posiciona de forma absolutamente oposta à decadência da razão, nos termos de Lukács. Nesse contexto, multiplicam-se as investidas dos tentáculos do capital sobre a educação superior, onde se inserem os programas de pós-graduação em Serviço Social. E ao mesmo tempo, tem avançado (não sem enfrentamentos) o neoconservadorismo no Serviço Social, assim como se ampliam perspectivas teóricas que não alcançam a raiz dos problemas, a exemplo do pensamento pós-moderno. Soma-se a isso outro desafio importante: o avanço do ensino a distância, frente ao qual o Serviço Social tem se posicionado reiteradamente de forma contrária, ao compreender que esse tipo de formação não assegura condições mínimas para um ensino de qualidade aos estudantes e contribui para a precarização do trabalho docente, entre outros aspectos. Pontes (2023, p. 98) aponta outros desafios:

É assim que, em meio a grandes conquistas, seja na produção acadêmica, seja na pós-graduação, seguimos submersos nas contradições que envolvem todas as áreas científicas, num franco convite cada vez mais competitivo e desigual, com embates na desmistificação do produtivismo, do positivismo, da meritocracia acadêmica, da separação entre graduação e pós (de forma inclusive elitista em alguns casos), do afastamento do chamado “mundo da prática” da academia, produzindo um fosso em que ganham os que apostam nos retrocessos profissionais e no abandono do PEP.

Na próxima seção, buscar-se-á apresentar e discutir, a partir das tendências nas disciplinas ofertadas, como diferentes temas aparecem na formação pós-graduada e em que medida expressam a presença do método em Marx.

Tendências temáticas das disciplinas ofertadas por Programas de Pós-Graduação da área de Serviço Social

A partir do levantamento realizado nos Programas de Pós-Graduação da área de Serviço Social, foi possível identificar diferentes tendências temáticas que expressam as ênfases formativas e teóricas assumidas pelos cursos nas regionais da ABEPSS. A análise desses dados permite compreender como determinados eixos conceituais e categorias analíticas vêm sendo priorizados na formação pós-graduada e, conseqüentemente, em que medida o método em Marx permanece como referência estruturante.

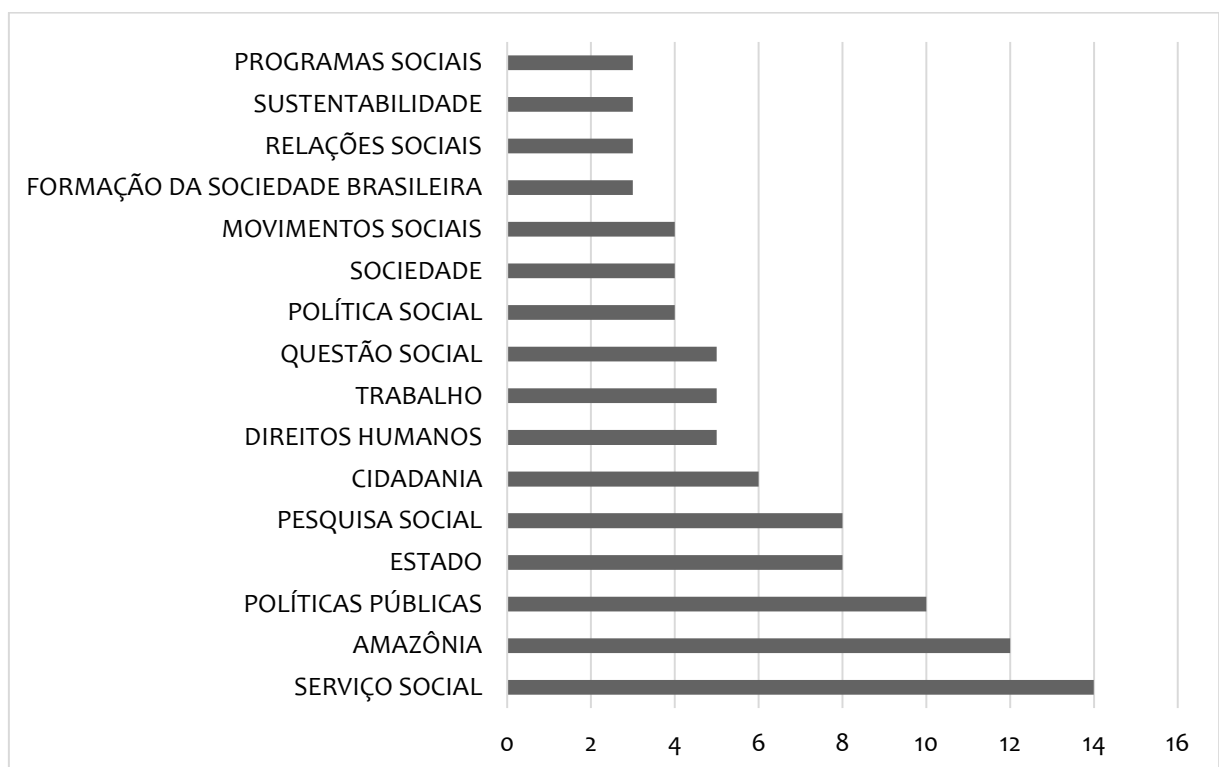
Importa assinalar, desde logo, que o método em Marx não se manifesta na nomenclatura das disciplinas, mas se expressa sobretudo na organização dos eixos formativos e nas categorias analíticas que estruturam os currículos analisados. Sua recorrência foi inferida a partir da concentração temática em determinados eixos historicamente vinculados à tradição crítica do Serviço Social brasileiro, tais como Fundamentos do Serviço Social, Trabalho, Questão Social, Política Social e Pesquisa Social. Em especial, as disciplinas voltadas à Pesquisa Social, amplamente presentes nos currículos analisados, constituem um indicativo relevante, uma vez que, conforme orientam as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, a formação metodológica da área se ancora na perspectiva do materialismo histórico-dialético.

Metodologicamente, o caminho percorrido foi o seguinte: inicialmente, foram buscados na Plataforma Sucupira os Programas de Pós-Graduação da área de Serviço Social. A partir da identificação desses programas, os dados de interesse para a pesquisa foram destacados para planilha *Excel*, tais como nome do programa, área de concentração, se oferta apenas mestrado ou mestrado e doutorado. Em seguida, foram consultadas no site de cada programa as disciplinas (obrigatórias e optativas) ofertadas por cada PPG. As disciplinas foram organizadas por regionais da ABEPSS e em seguida os temas presentes em seus títulos foram tabulados. Ao total, foram tabuladas 626 disciplinas⁷.

Na etapa seguinte, os títulos das disciplinas foram analisados a partir de seus temas centrais, os quais foram agrupados em categorias analíticas, permitindo identificar padrões de recorrência e concentração temática em cada regional.

Com base nisso, os gráficos a seguir apresentam a distribuição dos temas mais recorrentes nas disciplinas de cada regional, permitindo observar as tendências regionais que atravessam a organização curricular dos programas. A seguir, apresenta-se o Gráfico 1, que mostra a ocorrência dos principais temas identificados na Regional Norte:

Gráfico 1: Temas recorrentes nas disciplinas dos PPGs da área de Serviço Social da Regional Norte da ABEPSS



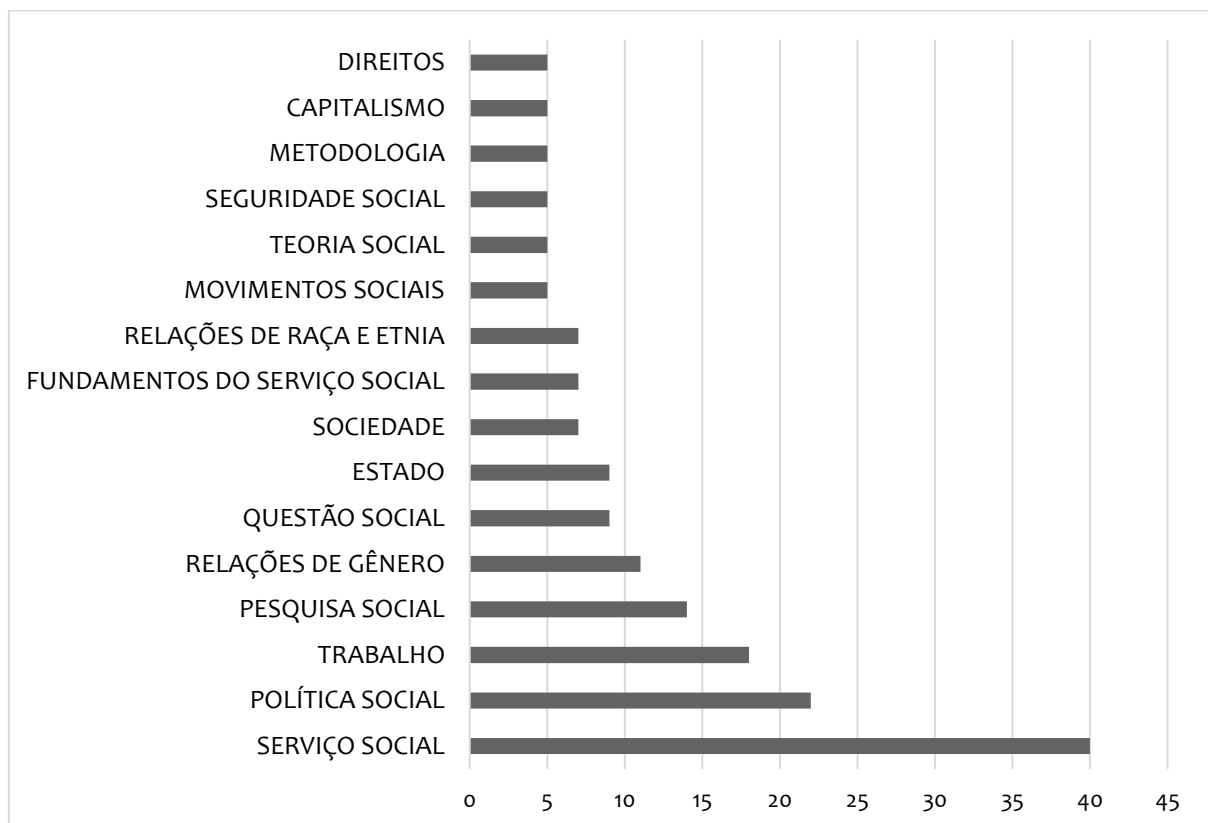
Fonte: Dados elaborados pelos autores a partir da Plataforma Sucupira (2025).

⁷ Importa desde já registrar que, por uma opção de recorte da pesquisa e de limites de páginas deste artigo, optamos por não apresentar a análise das ementas das disciplinas obrigatórias e optativas.

O Gráfico 1, referente à Regional Norte, revela a centralidade dos temas Serviço Social, Amazônia e Políticas Públicas, que se destacam por sua maior incidência nas disciplinas mapeadas. Essa tendência indica uma preocupação dos programas em articular o debate profissional às particularidades regionais e às políticas que incidem sobre o território amazônico. Além disso, a presença significativa de temas como Questão Social, Política Social e Direitos Humanos evidencia a centralidade das mediações entre o Estado e a reprodução das desigualdades sociais, o que revela o alinhamento à perspectiva marxista, sobretudo na abordagem das expressões da “questão social” e das relações entre Estado e sociedade. De modo geral, observa-se que os programas da Regional Norte demonstram um compromisso com as particularidades do enfrentamento das expressões regionais da “questão social”, com uma articulação crítica alinhada aos princípios ético-políticos da profissão. Importante registrar que esta é a única regional em que o tema Sustentabilidade figura entre os mais citados.

O Gráfico 2 apresenta os temas mais recorrentes nas disciplinas dos PPGs da área de Serviço Social da Regional Nordeste:

Gráfico 2: Temas recorrentes nas disciplinas dos PPGs da área de Serviço Social da Regional Nordeste da ABEPSS



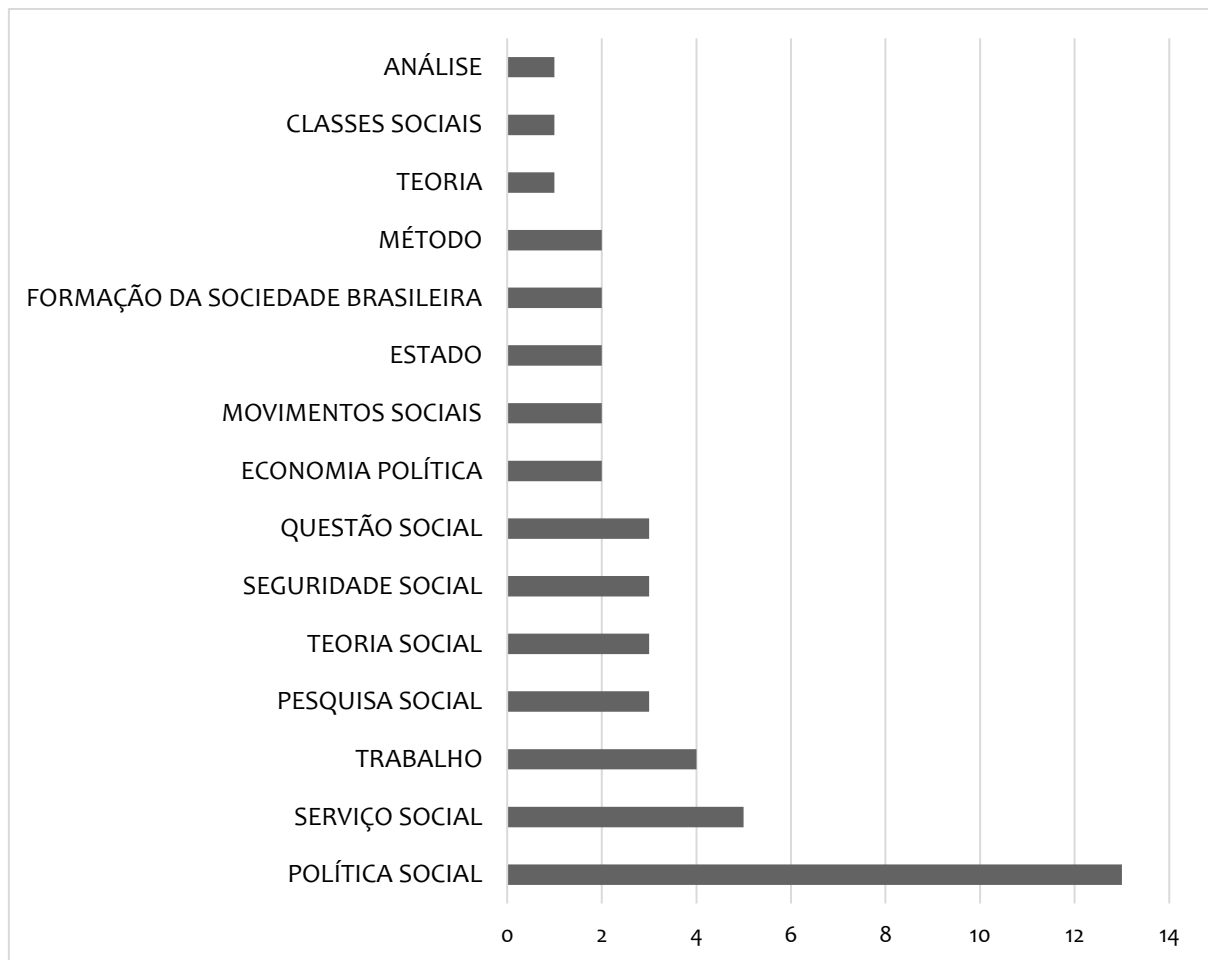
Fonte: Dados elaborados pelos autores a partir da Plataforma Sucupira (2025).

No caso particular do Nordeste, destaca-se a forte incidência das disciplinas voltadas aos temas: Serviço Social, Política Social, Trabalho e Pesquisa Social. O dado evidencia a centralidade dos debates sobre a relação entre Estado, Trabalho e Política Pública na formação pós-graduada em Serviço Social. Temas como Questão Social, Relações de Gênero e Relações de Raça e Etnia revelam, ainda, a preocupação dos programas em

abordar o imbricamento entre as dimensões de classe, raça e etnia, articulando a leitura crítica da realidade com os desafios históricos da região. Além disso, a presença de temas como Capitalismo e Teoria Social reforça o vínculo com a tradição marxista, indicando que a análise crítica das estruturas sociais e econômicas é fundamental para a compreensão da realidade. Neste sentido, observa-se que o conteúdo curricular mantém aproximação com essa tradição por meio da análise das relações sociais, do trabalho e das políticas públicas, com um esforço de apreender a realidade em sua totalidade.

A seguir, o Gráfico 3 apresenta os temas mais recorrentes das disciplinas dos Programas de Pós-Graduação da área de Serviço Social da Regional Centro-Oeste:

Gráfico 3: Temas recorrentes nas disciplinas dos PPGs da área de Serviço Social da Regional Centro-Oeste da ABEPSS



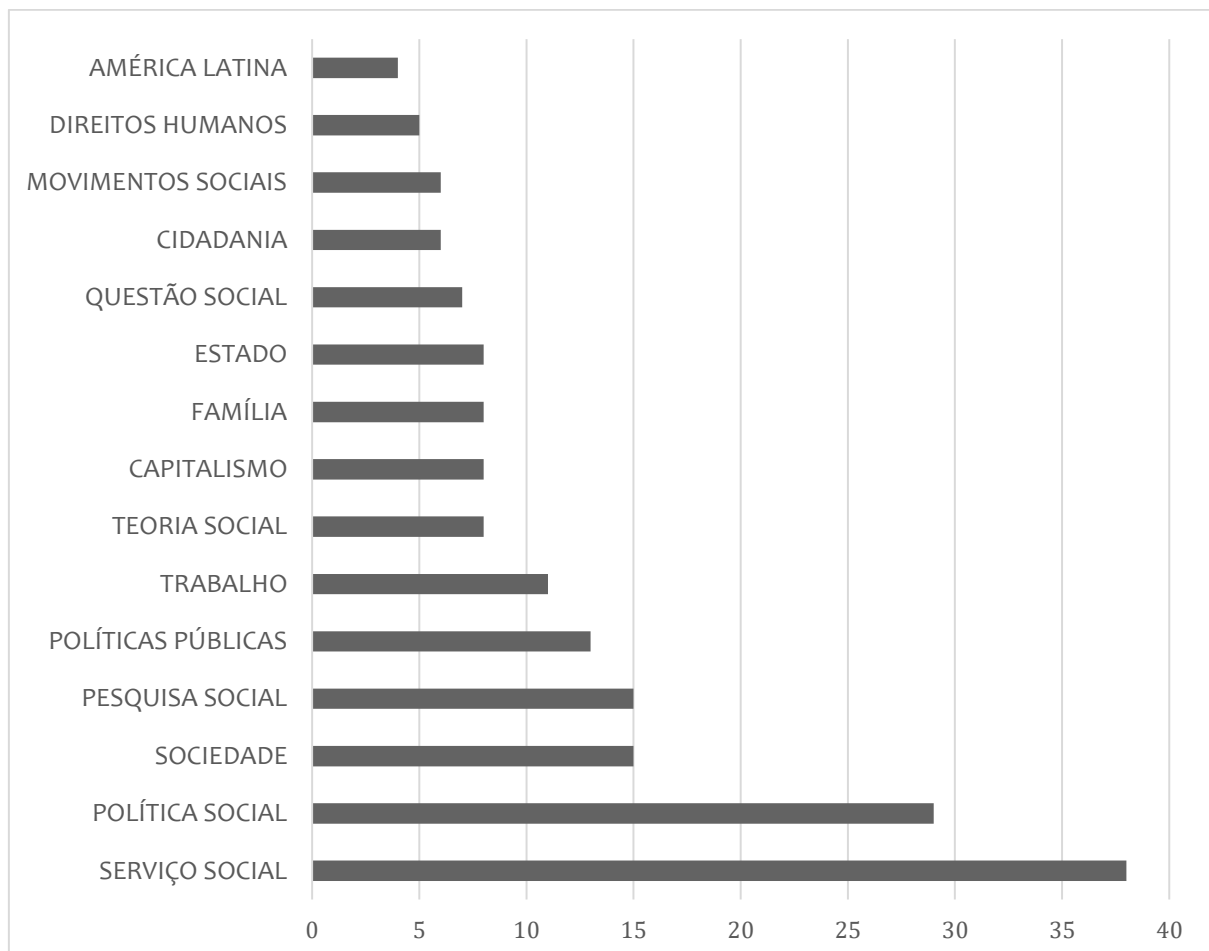
Fonte: Dados elaborados pelos autores a partir da Plataforma Sucupira (2025).

No caso da Regional Centro-Oeste da ABEPSS, observa-se que Política Social, Serviço Social e Trabalho concentram maior frequência entre as disciplinas. Questão Social, Pesquisa e Teoria Social também aparecem com relevância, mostrando o esforço para manter a vinculação com a tradição crítica da profissão. Além disso, a presença de temas como Economia Política, Estado e Formação da Sociedade Brasileira sugere que os programas da região buscam articular a análise das estruturas sociais com as mediações histórico-políticas, em consonância com os princípios do método em Marx. Além disso, observa-se

que a ênfase recai sobre a compreensão crítica da realidade social, das políticas públicas e do trabalho, reforçando o compromisso da pós-graduação em Serviço Social com a formação de profissionais capacitados para intervirem orientados por uma perspectiva crítica e dialética.

Seguindo a tendência anteriormente referida, a seguir são apresentados os temas mais recorrentes nas disciplinas ofertadas pelos PPGs da área de Serviço Social da Regional Leste da ABEPSS.

Gráfico 4: Temas recorrentes nas disciplinas dos PPGs da área de Serviço Social da Regional Leste da ABEPSS



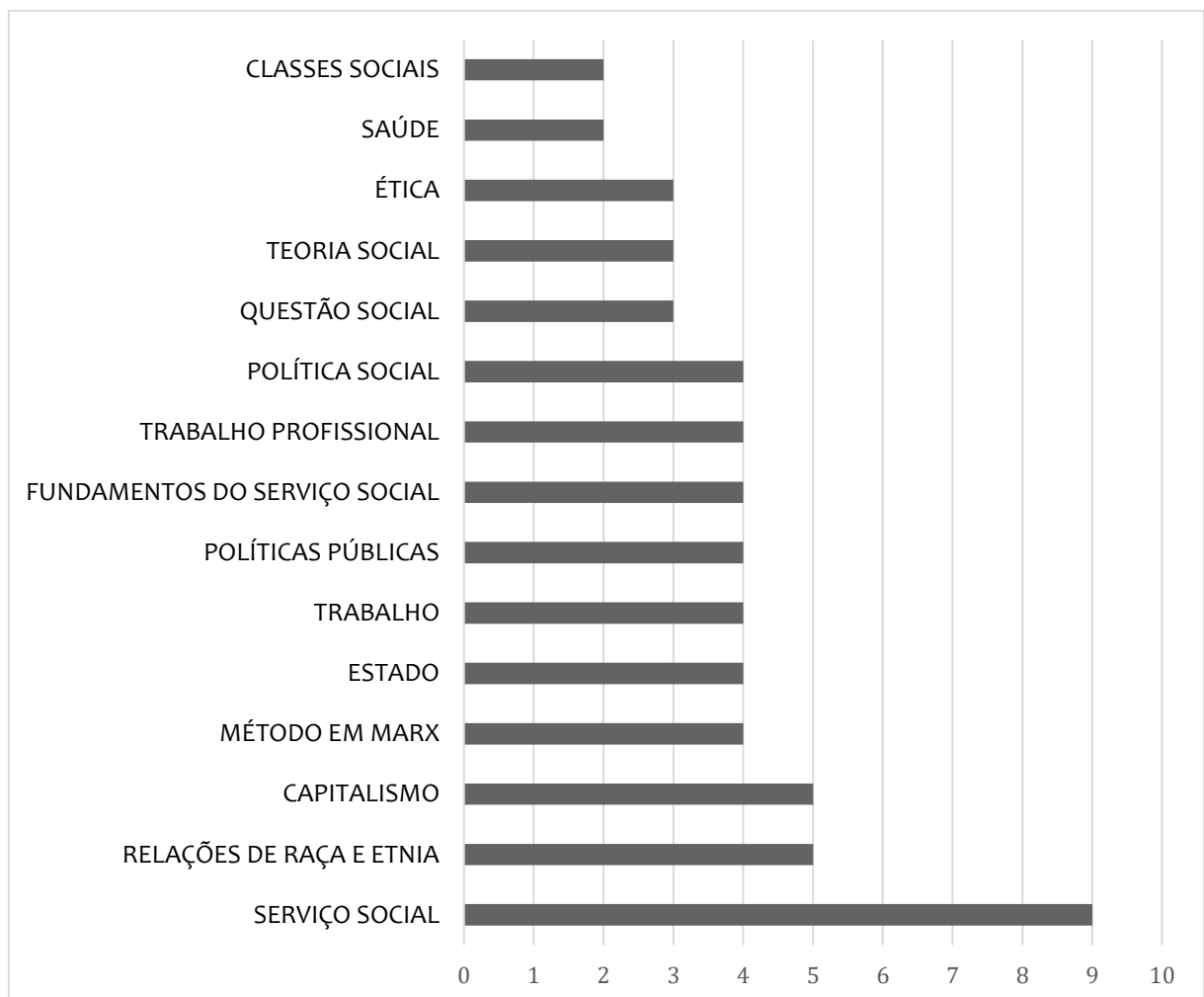
Fonte: Dados elaborados pelos autores a partir da Plataforma Sucupira (2025).

Com base no Gráfico 4, é possível inferir que, nesta regional, seguindo as tendências das outras regionais, há uma centralidade do Serviço Social e da Política Social, que juntos somam a maior parte das ocorrências, refletindo o lugar de destaque que ocupam na formação pós-graduada. Em seguida, outros temas aparecem com menor frequência, mas com números consideráveis de ocorrência: Pesquisa Social, Sociedade e Políticas Públicas. Esses temas indicam o esforço em manter a vinculação com a tradição de análise e intervenção sobre a realidade social. Além disso, a presença significativa de temas estruturais como Trabalho, Capitalismo, Teoria Social, Estado e Questão Social indica que os programas buscam articular a análise das estruturas sociais e econômicas com

mediações importantes para apreender a realidade, em consonância com a perspectiva crítica da profissão. Em menor grau, mas ainda presentes, temas como Direitos Humanos, Movimentos Sociais e América Latina figuram entre os 15 temas mais recorrentes.

Nos dados relativos à Regional Sul II, chama atenção a recorrência do tema Relações de Raça e Etnia, que ocupa lugar de destaque na segunda posição, conforme apresenta o Gráfico 5.

Gráfico 5: Temas recorrentes nas disciplinas dos PPGs da área de Serviço Social da Regional Sul II da ABEPSS



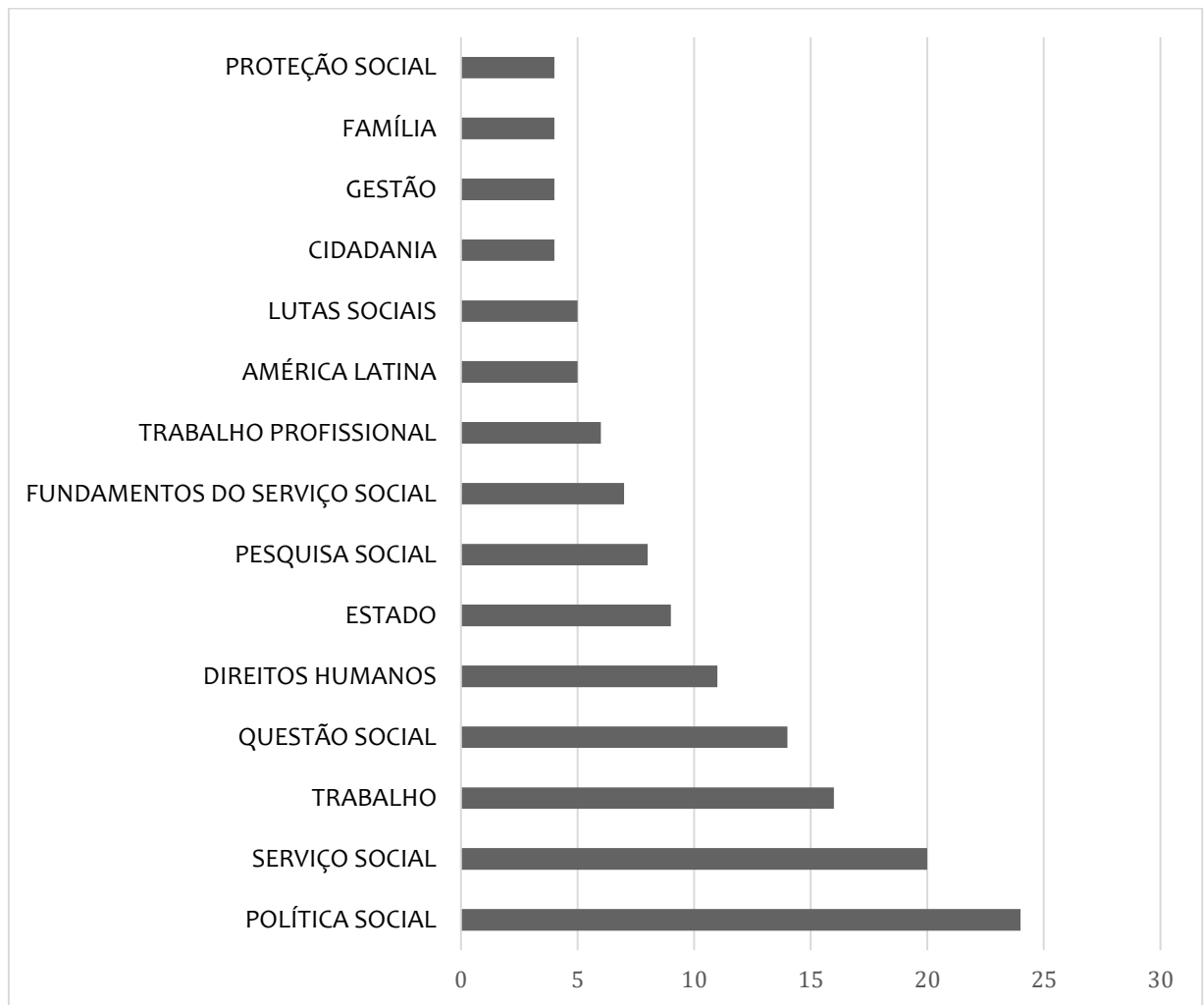
Fonte: Dados elaborados pelos autores a partir da Plataforma Sucupira (2025).

O Gráfico 5 apresenta a frequência de temas destacados a partir dos PPGs da Regional Sul II. O dado revela um destaque para o tema Serviço Social. Na sequência, destacam-se os temas Relações de Raça e Etnia e Capitalismo, indicando que as disciplinas desta regional buscam apreender as relações de raça e etnia como estruturantes da formação socio-histórica do Brasil e, portanto, da “questão social” na particularidade brasileira. Vale a pena mencionar que nesta regional aparece explicitamente o Método em Marx nos títulos de disciplinas, indicando a forte presença do método do materialismo histórico e dialético na formação pós-graduada nos PPGs que a compõem. Em seguida, estão os temas Estado,

Trabalho, Políticas Públicas, Fundamentos do Serviço Social, Trabalho Profissional e Política Social.

Os dados destacados a partir da Regional Sul I são apresentados no Gráfico 6.

Gráfico 6: Temas recorrentes nas disciplinas dos PPGs da área de Serviço Social da Regional Sul I da ABEPSS

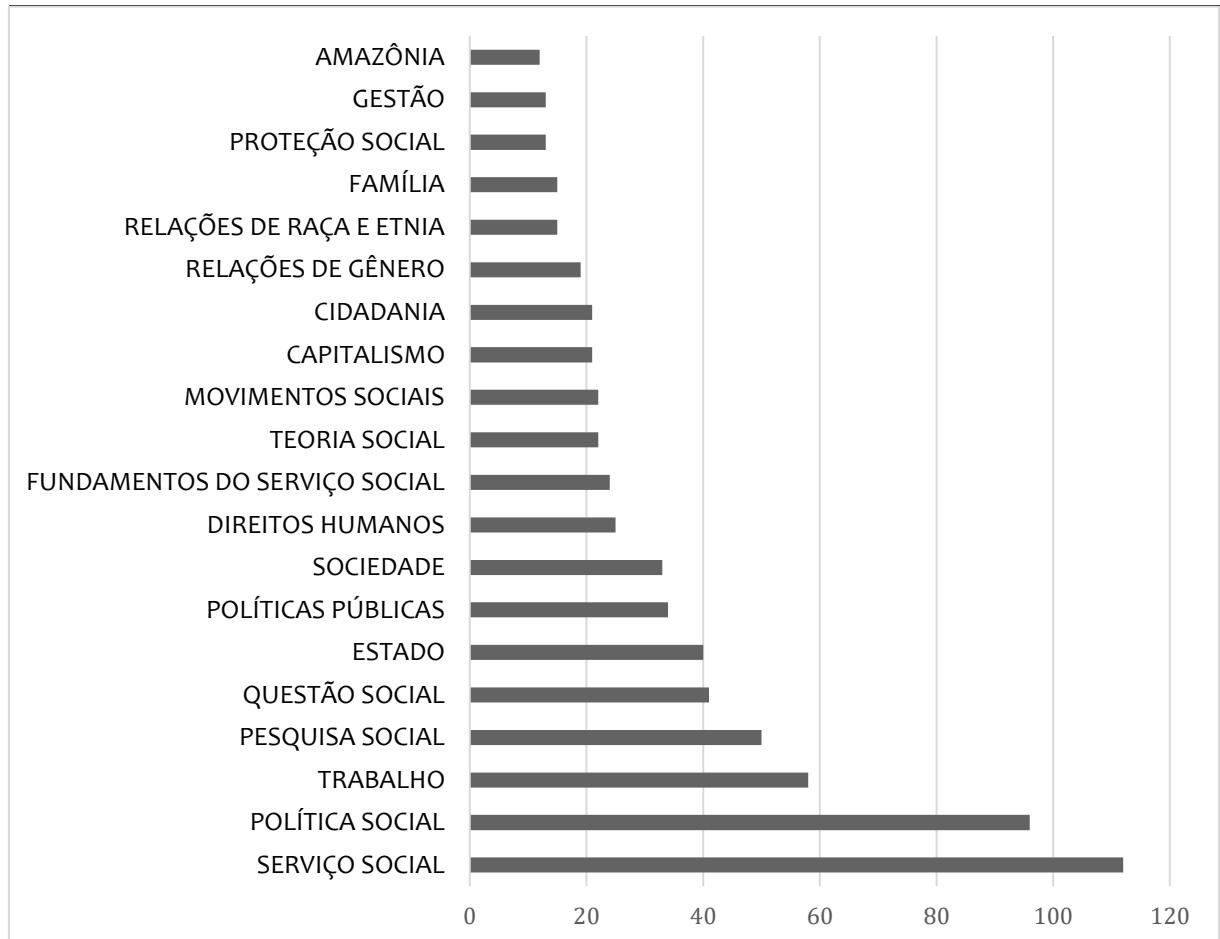


Fonte: Dados elaborados pelos autores a partir da Plataforma Sucupira (2025).

Com base na análise do gráfico acima, verifica-se que o tema de maior recorrência é Política Social, assim como na regional Centro-Oeste. Dessa forma, as duas regionais — Sul I e Centro-Oeste — são as únicas em que o tema Serviço Social não aparece na primeira posição, o que revela uma presença marcante de discussões sobre análise, avaliação e fundamentos da política social na formação oferecida pelos PPGs da regional Sul I. Em seguida, observa-se o tema Serviço Social, com aproximadamente 20 ocorrências. O dado indica a centralidade do estudo das políticas públicas e dos fundamentos da profissão para os programas de pós-graduação da regional em questão. Na sequência, um grupo de temas cruciais para a formação profissional e o trabalho profissional: Trabalho, Questão Social e Direitos Humanos.

Por fim, o Gráfico 7 destaca os temas mais recorrentes entre as disciplinas (obrigatórias e optativas) ofertadas por todos os PPGs analisados.

Gráfico 7: Temas recorrentes nas disciplinas dos PPGs da área de Serviço Social/Brasil



Fonte: Dados elaborados pelos autores a partir da Plataforma Sucupira (2025).

Observa-se que, em nível nacional, Serviço Social, Política Social e Trabalho apresentam maior frequência entre as disciplinas, reafirmando a centralidade da análise das políticas públicas e do trabalho profissional. O destaque conferido a esses temas pode indicar que a área de Serviço Social tem buscado assegurar a centralidade dessas discussões na formação pós-graduada.

Com relação ao Gráfico 7, destacam-se ainda Pesquisa Social, Questão Social e Estado, indicando que os programas buscam articular o estudo teórico com a pesquisa e promover a apreensão da realidade em sua totalidade. Como visto, a presença de temas como Sociedade, Direitos Humanos, Teoria Social e Movimentos Sociais indica que os programas incorporam a compreensão das contradições sociais às mediações histórico-políticas e ético-políticas, aproximando-se das categorias metodológicas do método em Marx, embora muitas dessas categorias não estejam explicitamente nomeadas nas disciplinas.

De maneira geral, o panorama nacional evidencia que a pós-graduação em Serviço Social mantém uma formação crítica e dialética, articulando teoria, pesquisa e trabalho

profissional, em consonância com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS e resistindo às tendências conservadoras que atravessam a educação superior. Essa configuração reafirma o compromisso de analisar as múltiplas determinações da realidade, com o Projeto Ético-Político historicamente construído pela profissão e com a apropriação crítica do método em Marx.

Considerações finais

A trajetória histórica da pós-graduação em Serviço Social no Brasil, iniciada na década de 1970 e consolidada em meados dos anos 1980, firmou-se como um espaço estratégico de produção de conhecimento e de resistência teórico-política frente às ofensivas conservadoras e neoliberais que atravessam a educação superior. O modo de ser da pós-graduação em Serviço Social está intrinsecamente ligado à defesa de uma formação que busca apreender a realidade em sua totalidade e que se posiciona, sem concessões, a uma luta anticapitalista, antirracista, anticapacitista, antiLGBTQI+fóbica e contra todas as formas de exploração e opressões. Ao priorizar temáticas relacionadas às múltiplas expressões da “questão social”, às políticas sociais e aos Fundamentos do Serviço Social, a área assume um compromisso ético e político com a classe trabalhadora.

A importância dessa produção de conhecimento reside, sobretudo, na sua capacidade de fazer resistência às investidas conservadoras. Ao se apropriar do método marxiano, o Serviço Social rejeita as concepções positivistas, funcionalistas e as perspectivas fragmentadas e tecnicistas. O referencial crítico adotado permite que a pesquisa e o trabalho profissional visem à análise das contradições sociais, sendo o Método em Marx a base da orientação teórica e crítica da formação. Essa perspectiva é fundamental para o fortalecimento da democracia e a defesa dos direitos humanos, categorias que, inclusive, compõem com frequência considerável nos dados analisados.

Os dados analisados neste artigo, referentes às seis regionais da ABEPSS e ao panorama nacional, permitem afirmar a centralidade dessa orientação crítica não a partir de elementos isolados, mas da configuração curricular identificada nos programas. Essa configuração expressa-se, sobretudo, na predominância de disciplinas voltadas aos Fundamentos do Serviço Social, à Política Social, ao Trabalho e à Questão Social, articuladas à presença significativa de componentes de Pesquisa Social.

Cumprido destacar que a identificação de determinados temas, sejam eles nacionais ou regionais, não é suficiente, por si só, para afirmar uma orientação teórica específica, uma vez que tais temas podem ser abordados por distintas correntes de pensamento. No entanto, a análise empreendida não se baseia apenas na enumeração temática, mas na articulação sistemática entre os eixos formativos predominantes, na sua recorrência entre as regionais e na vinculação histórica da área do Serviço Social brasileiro a uma perspectiva crítica que se afirma, hegemonicamente, a partir do materialismo histórico-dialético. É essa articulação que sustenta, do ponto de vista analítico-metodológico, a inferência acerca da orientação teórica dominante.

As particularidades regionais identificadas, como a ênfase na Amazônia, na Regional Norte; nas Relações de Gênero e Raça/Etnia, na Regional Nordeste; e nas categorias Capitalismo

e Relações Raciais, na Regional Sul II, não contradizem essa orientação, mas indicam sua mediação com as expressões concretas da realidade social brasileira. Ainda assim, merece problematização o fato de que, em algumas regionais, como Leste e Sul II, a referência explícita ao marxismo não aparece de forma direta, diferentemente do observado em outras regiões. Essa diferença pode expressar tanto variações nas orientações teóricas dos programas quanto diferentes formas de institucionalização dessas perspectivas, questão que extrapola os limites deste artigo e aponta para a necessidade de investigações futuras mais aprofundadas, inclusive com análise de ementas, bibliografias e projetos pedagógicos.

Portanto, a despeito dos enormes desafios impostos pelas investidas do capital, pela expansão do ensino a distância e pelo avanço do neoconservadorismo, a pós-graduação em Serviço Social no Brasil reitera seu papel como um lugar de resistência, cumprindo sua função de produzir conhecimento engajado e de formar profissionais capacitados para intervir em defesa da transformação do mundo e do projeto de emancipação humana. Pelo exposto, cabe recorrer a Marx e Engels (2007) para registrar que ao Serviço Social brasileiro não interessa qualquer tipo de interpretação, interessa determinado tipo de interpretação que tenha como horizonte transformar o mundo.

Referências

- ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Contribuição da ABEPSS para o Fortalecimento dos Programas de Pós-graduação em Serviço Social no Brasil**. Brasília: ABEPSS, nov. 2015. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/contribuicao-da-abepss-para-o-fortalecimento-dos-programas--de-pos-revisto-201703241351072223440.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2025.
- ABESS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL; CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL. Diretrizes gerais para o curso de serviço social: (com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). **Cadernos ABESS**, n. 7, p. 58–76, 1997. Disponível em: [https://media.webfans.com.br/abepss/arquivos/anexos/04-a-caderno-abess-n7-diretrizes-gerais-para-o-curso-de-servico-social-\(com-base-no-curriculo-minimo-aprovado-em-assembleia-geral-extraordinaria-de-8nov-201702011415372855610.pdf](https://media.webfans.com.br/abepss/arquivos/anexos/04-a-caderno-abess-n7-diretrizes-gerais-para-o-curso-de-servico-social-(com-base-no-curriculo-minimo-aprovado-em-assembleia-geral-extraordinaria-de-8nov-201702011415372855610.pdf). Acesso em: 10 out. 2025.
- AGUIAR, Antônio G. de. **Serviço Social e Filosofia: das origens a Araxá**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2018.
- BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Plataforma Sucupira**. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/>. Acesso em: 29 dez. 2025.
- CARDOSO, Franci G. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social: tendências quanto à concepção e organização de conteúdos na implementação das diretrizes curriculares. **Temporalis**, n. 14, p. 31–53, jul./dez. 2007. Disponível em:

<https://media.webfans.com.br/abepss/uploads/2022/04/TEMPORALIS-14.pdf>. Acesso em: 10 out. 2025.

CARDOSO, Priscila F. G. 80 anos de formação em Serviço Social: uma trajetória de ruptura com o conservadorismo. **Serviço Social & Sociedade**, n. 127, p. 430–455, set./dez. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.079>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/j87K7xkFQgWzfNDGpqr8hnd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 out. 2025.

GUERRA, Yolanda D. A Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil: um patrimônio a ser preservado. **Temporalis**, n. 22, p. 125–158, jul./dez. 2011. DOI: <https://doi.org/10.22422/2238-1856.2011v11n22p125-158>. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/2141/1607>. Acesso em: 18 out. 2025.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MOTA, Ana E. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. **Katálysis**, v. 16, n. esp. bilíngue, comemorativo aos 15 anos da Revista Katálysis, p. 17-27, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802013000300003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/gkN3x6tySLZWBNGKsHk4rbS/?lang=pt>. Acesso em: 18 out. 2025.

NETTO, José P. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2017.

NETTO, José P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PINHEIRO, Hamida A.; SENNA, Mônica de C. M.; LARA, Ricardo. A pós-graduação stricto sensu brasileira na área de Serviço Social: avanços e desafios em uma era de austeridade. **Em Pauta**, v. 22, n. 57, 2024. DOI: <https://doi.org/10.12957/rep.2024.88445>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/88445/52628>. Acesso em: 20 out. 2025.

PONTES, Reinaldo N. Da incidência marxista na formação profissional e produção acadêmica em Serviço Social: notas introdutórias. **Em Pauta**, v. 21, n. 52, 2023. DOI: <https://doi.org/10.12957/rep.2023.75917>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/75917/46365>. Acesso em: 20 out. 2025.

SANTANA, Joana V.; MIRANDA, Leonardo C. Produção de conhecimento no Serviço Social brasileiro: resistências do pensamento crítico e dialético. **Temporalis**, v. 22, n. 44, p. 169–188, 2022. DOI: <https://doi.org/10.22422/temporalis.2022v22n44p169-188>. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/38856/26193>. Acesso em: 20 out. 2025.

SANTANA, Joana V; STAMPA, Inez; FERREIRA, Benedito de J. P. Pós-graduação no Brasil e temas de pesquisa na Área de Serviço Social: resistências em tempos de crise social e política. In: LEWGOY, Alzira M. B.; MACIEL, Ana L. S. (org.). **Pós-graduação e produção de**

conhecimento em Serviço Social: conjuntura, tendências e desafios. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021. p. 41-63.

STAMPA, Inez. Contexto e desafios da pós-graduação e da pesquisa em Serviço Social no Brasil recente. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 24, n. 1, e47377, 2025. DOI: <https://doi.org/10.15448/1677-9509.2025.1.47377>. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/view/47377/29302>. Acesso em: 2 jan. 2026.

YAZBEK, Maria C. Os fundamentos do Serviço Social e o enfrentamento ao conservadorismo. **Libertas**, v. 20, n. 2, p. 293-306, jul./dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.34019/1980-8518.2020.v20.32934>. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/32934/21667>. Acesso em: 18 out. 2025.

Submetido em: 21/10/2025

Revisto em: 29/12/2025

Aceito em: 5/1/2026




Formação profissional e método crítico: a experiência da UFPA-Breves no Marajó

Professional training and critical method: the experience of UFPA-Breves in Marajó

Francielma Lopes Nogueira*

 <https://orcid.org/0009-0000-8869-0349>

Christiane Pimentel e Silva**

 <https://orcid.org/0000-0002-7067-4495>

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a articulação entre o método crítico-dialético e a formação profissional no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pará em Breves (FACSS-Breves), com base no Projeto Ético-Político Profissional (PEPSS). A pesquisa, de natureza qualitativa e quantitativa, fundamentou-se no materialismo histórico-dialético e combinou análise documental do Projeto Pedagógico do Curso com as entrevistas semiestruturadas realizadas em 2024 com oito egressos. Os resultados demonstram que essa articulação se efetiva por meio de um currículo intencional, que inclui disciplinas de contextualização regional, uma sequência de fundamentos históricos e teóricos da profissão e estágios supervisionados. A percepção dos egressos evidencia que a formação recebida os qualificou para realizar leituras críticas da realidade, tensionar limites institucionais e atuar com compromisso ético-político junto à classe trabalhadora no Arquipélago do Marajó. Conclui-se que o currículo da FACSS-Breves é determinante para a consolidação de um Serviço Social crítico na Amazônia, ainda que persistam desafios de ordem estrutural.

PALAVRAS-CHAVE

Formação profissional; Projeto ético-político; Materialismo histórico-dialético; Serviço social; Marajó.

ABSTRACT

This article aims to analyze the connection between the critical-dialectical method and professional training in the Social Work course at the Federal University of Pará in Breves (FACSS-Breves), based on the Professional Ethical-Political Project (PEPSS). The research, of a qualitative and quantitative nature, was grounded in historical-dialectical materialism and combined documentary analysis of the Course Pedagogical

*Assistente Social. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA, Breves, Brasil). E-mail: franciemailopes72@gmail.com

**Professora. Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará, (UFPA, Breves, Brasil). Docente de Serviço Social na Universidade Federal do Pará (UFPA, Breves, Brasil). E-mail: lilachris@gmail.com

DOI 10.22422/temporalis.2026v26n51p138-151



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2026 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

Project with semi-structured interviews conducted in 2024 with eight graduates. The results demonstrate that this connection is realized through an intentional curriculum, which includes courses on regional contextualization, a sequence on the historical and theoretical foundations of the profession, and supervised internships. The graduates' perceptions show that the training they received qualified them to perform critical readings of reality, challenge institutional limits, and work with an ethical-political commitment to the working class in the Marajó Archipelago. It is concluded that the FACSS-Breves curriculum is crucial for the consolidation of a critical Social Work practice in the Amazon, even though structural challenges persist.

KEYWORDS

Professional training; Ethical-political project; Dialectical historical materialism; Social work; Marajó.

Introdução

A formação profissional em Serviço Social constitui-se como locus privilegiado de disputa de distintos projetos societários, na medida em que pode estar vinculada ao fortalecimento do capital ou aos interesses da classe trabalhadora, que sobrevive da venda de sua força de trabalho em um sistema capitalista que expropria sua dignidade humana (Fonseca, 2016). Nesse cenário, o Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social (PEPSS) emerge orientado pela defesa intransigente dos direitos da classe trabalhadora e por um projeto societário antagônico à ordem do capital.

O PEPSS tem sua centralidade fundamentada no método do materialismo histórico-dialético, fornecendo o substrato teórico-metodológico para a compreensão crítica da totalidade social e de suas múltiplas determinações, habilitando o profissional para intervir na realidade concreta para além de sua aparência imediata (Netto, 2015).

A materialização do PEPSS no processo formativo, contudo, não é abstrata; ela se dá em contextos regionais específicos, com particularidades e desafios concretos. A Faculdade de Serviço Social de Breves da Universidade Federal do Pará (FACSS-Breves/UFGPA)¹, única unidade pública de formação na região do Arquipélago do Marajó, no Pará, enfrenta o desafio de formar profissionais críticos em um território marcado por acentuadas desigualdades sociais, expressas na precariedade de políticas públicas e em uma formação socioeconômica peculiar².

Diante desse contexto, este artigo objetiva analisar como a formação em Serviço Social da FACSS-Breves, orientada pelo PEPSS, qualifica a prática profissional de seus egressos no Arquipélago do Marajó. Para tanto, busca apreender a percepção dos egressos sobre: a) como a assimilação do PEPSS e do método crítico em sua formação influencia sua capacidade de realizar uma leitura crítica da realidade e intervir nas expressões da questão social; e b) de que modo essa base teórico-metodológica os/as habilita para tensionarem os limites institucionais e afirmarem um fazer profissional alinhado às atribuições privativas previstas na Lei n. 8.622/1993 (Brasil, 1993).

¹ A Faculdade de Serviço Social do Campus Universitário do Marajó-Breves da Universidade Federal do Pará (FACSS-Breves/UFGPA) foi criada em 2009, no contexto da implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).

² A própria instituição vive contradições internas, com a reduzida quantidade de docentes e a sobrecarga de trabalho, que tensionam a efetivação de uma formação plenamente alinhada ao projeto profissional crítico.

A discussão aqui apresentada origina-se de duas pesquisas vinculadas: o projeto institucional “Fundamentos do Serviço Social: memórias, contextos e tendências da profissão no Marajó (MEFSS-Marajó)” e o TCC (subprojeto) “Perfil profissional e formação crítica de assistentes sociais: contribuição da FACSS-Breves no Marajó”. Em função dos limites de extensão, o texto priorizará a análise das atribuições privativas, não esgotando outras dimensões investigadas, como as competências profissionais. Cumprindo a Resolução CNS n.º 510/2016, o projeto principal foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) via Plataforma Brasil (CAAE: 80410224.9.0000.0018; Parecer n.º 6.920.380 de 30/06/2024).

O percurso metodológico caracteriza-se como qualitativo e quantitativo, ancorado no materialismo histórico-dialético como ferramenta de análise da realidade. A pesquisa foi desenvolvida em duas etapas principais: a) revisão bibliográfica sobre o PEPSS, as Diretrizes Curriculares e o Projeto Pedagógico da FACSS-Breves; e b) pesquisa de campo com a aplicação de entrevista semiestruturada a oito egressos/as das primeiras (ingressantes em 2009 e 2010) e últimas turmas (ingressantes em 2016 e 2017) do curso, com experiência profissional, selecionados por amostragem sistemática e aleatória simples.

Para garantir o anonimato dos sujeitos da pesquisa, foram adotados pseudônimos que correspondem a nomes de municípios do Arquipélago Marajoara, a saber: Afuá, Anajás, Bagre, Gurupá, Melgaço, Muaná, Portel e Soure. As entrevistas, realizadas entre julho e setembro de 2024, visaram captar a percepção dos/as profissionais sobre a formação recebida e sua articulação com o exercício profissional.

Um dos instrumentos de coleta consistiu na apresentação aos egressos do artigo 5º (atribuições privativas) da Lei n.º 8.662/1993 (Brasil, 1993), solicitando-lhes que identificassem quais incisos desenvolviam em sua prática cotidiana e descrevessem como essa execução se concretizava. Essa estratégia permitiu mapear objetivamente a materialização do núcleo de atribuições privativas profissionais e, ao mesmo tempo, captar a percepção subjetiva e qualificada sobre o fazer profissional.

O artigo estrutura-se, para além desta introdução, em três seções principais. Na primeira, discorre-se sobre os fundamentos do PEPSS e a influência do método materialista histórico-dialético na formação profissional. A segunda seção apresenta a análise dos dados empíricos, articulando a formação recebida na FACSS-Breves com a prática profissional dos egressos no Marajó. Por último, as considerações finais sintetizam os principais resultados e reflexões decorrentes do estudo.

O materialismo histórico-dialético como fundamento do PEPSS

A gênese e a consolidação do Projeto Ético-Político Profissional (PEPSS) estão intrinsecamente vinculadas à adoção do método marxiano pelo Serviço Social brasileiro. Este processo, gestado no contexto de redemocratização do país e de lutas da classe trabalhadora, representou uma ruptura com as perspectivas conservadoras e modernizadoras que até então orientavam a profissão. Conforme demonstra Netto (2010),

foi o movimento de intenção de ruptura que, ao promover uma crítica sistemática ao conservadorismo tradicional, pavimentou o caminho para a construção de um novo projeto profissional. Esse projeto, forjado nas décadas de 1970 e 1980 e consolidado nos anos 1990, elegeu a teoria social de Marx como seu substrato nuclear, vinculando à profissão um projeto societário transformador e anticapitalista (Abramides, 2006).

Essa ruptura com o conservadorismo materializou-se em instrumentos normativos que reorientaram a formação e o exercício profissional, explicitando a adoção da teoria social crítica. Durante a década de 1990, emergiram como marcos decisivos: em 1993, a promulgação da Lei de Regulamentação da Profissão (Lei n.º 8.662/1993) e o Código de Ética Profissional (CEP), seguidos pela aprovação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS em 1996. O código de ética, em especial, rompeu com a hegemonia conservadora ao centralizar a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio a todas as formas de preconceito e opressão, refletindo o compromisso com a liberdade e a emancipação humana (Brasil, 2012). Conforme explica Netto (2015, p. 15–16), o PEPSS “vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero”.

A operacionalização desse projeto na prática profissional se dá por meio de uma tríade de competências indissociáveis: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Essa tríade é a expressão concreta do método na ação profissional. A competência teórico-metodológica possibilita a leitura da realidade para além da aparência dos fenômenos, pois as expressões da questão social não são compreendidas isoladamente, mas como um aspecto de uma totalidade social mais ampla; a competência técnico-operativa refere-se ao âmbito da efetividade, da ação, dos meios, e seu resultado é a alteração da realidade; e a competência ético-política condiz com a teleologia emancipatória que direciona o trabalho profissional (Santos, 2005). É a articulação entre essas três dimensões que confere sustentação a um fazer profissional crítico e alinhado ao PEPSS, superando tanto o teorismo estéril quanto o pragmatismo vazio (Iamamoto, 2000).

O método materialista histórico-dialético permite ao assistente social ultrapassar a aparência imediata das demandas que chegam ao seu cotidiano e apreender as múltiplas determinações da questão social. Isso significa que a investigação e a análise crítica precisam apreender as expressões da questão social em sua totalidade, identificando que a demanda explícita trazida pelo sujeito muitas vezes encobre outras necessidades profundas, todas inerentes às contradições do modo de produção capitalista (Guerra, 2009). Essa mesma compreensão foi relatada pelo egresso Melgaço (2024): “chega pra gente uma determinada situação específica, mas aí você não deve se prender só àquilo, você tem que enxergar além daquilo, além do horizonte”.

Essa perspectiva de totalidade é fundamental para que o profissional não se perca na fragmentação imposta pelas rotinas institucionais e pela própria manifestação parcelar da questão social. Iamamoto (2000) adverte que, sem uma competência crítica capaz de decifrar a gênese dos processos sociais, o profissional pode cair na armadilha de um fazer alienado, reforçador da ordem vigente. O método fornece, assim, o instrumental para que o assistente social realize mediações essenciais, articulando a universalidade da sociedade

de classes com as particularidades da formação social brasileira e as singularidades da vida dos usuários.

É essa mesma fundamentação que capacita o profissional a tensionar os limites institucionais. Ao compreender a realidade em sua processualidade e contradições, o assistente social adquire subsídios para propor, negociar e defender, no âmbito de suas instituições, projetos de trabalho que ultrapassem as meras respostas imediatistas. Conforme exemplifica a egressa Anajás (2024), “embora o espaço institucional estabeleça limites, nós temos que ter domínio suficiente dessas dimensões para que a gente possa ultrapassar esses limites”. Dessa forma, o método não é apenas um referencial de análise da realidade, mas um instrumento de luta e de afirmação cotidiana do projeto profissional crítico.

A formação profissional na FACSS-Breves: articulação entre método, diretrizes e realidade regional

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da FACSS-Breves, em sua versão de 2017³, explicita seu alinhamento ao PEPSS ao instituir uma estrutura curricular que articula de forma indissociável a tríade de competências — teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa — com uma leitura crítica da realidade amazônica e marajoara. Esta intencionalidade formativa concretiza-se na adesão aos marcos normativos da categoria, e, sobretudo, na organização do curso em núcleos de fundamentação que priorizam a apreensão da totalidade social, o exame das particularidades do capitalismo na região e a capacitação para uma intervenção profissional qualificada.

O perfil do egresso almejado pelo curso é o de um profissional capaz de formular e implementar propostas de enfrentamento às expressões da questão social, promovendo a plena cidadania a partir de um compromisso com a classe trabalhadora regional (FACSS, 2017). Dessa forma, a formação concebida pelo PPC visa transcender um viés tecnicista, vinculando-se a um projeto societário emancipatório.

Um dos pilares das Diretrizes Curriculares da ABEPSS (2022) incorporado pelo PPC é a flexibilidade na organização dos currículos, o que permitiu à FACSS-Breves particularizar seus componentes curriculares que dialogam com as urgências da realidade amazônica e marajoara. Essa contextualização se materializa por meio de disciplinas obrigatórias específicas, como “Formação Socioeconômica e Política do Marajó”, “Questão Urbana e Rural na Amazônia” e “Movimentos sociais no Brasil e na Amazônia”, além de optativas, a exemplo de “Trabalho e Questão Social na Amazônia” (FACSS, 2017, Anexos I e III).

Conforme atestam os egressos, esses conteúdos foram fundamentais para sua atuação. O egresso Melgaço (2024) salienta que tais disciplinas permitiram compreender que “as políticas públicas [...] são implantadas de forma vertical” e que “uma política pública que funciona no Sul, no Sudeste, dificilmente vai funcionar aqui no Norte [...] porque é outra

³ O atual Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Serviço Social do Campus Universitário do Marajó-Breves foi aprovado pela Resolução CONSEPE UFPA n.º 4.910, de 21 de março de 2017.

realidade”. Essa compreensão da singularidade regional é essencial para uma intervenção profissional não alienada do território, pois habilita o assistente social para realizar uma leitura crítica da realidade local. Dessa forma, o profissional torna-se apto a elaborar e implementar políticas públicas que de fato atendam às reais necessidades da população, considerando os desafios e potencialidades concretas do contexto em que atua.

A materialização do método crítico-dialético no cotidiano acadêmico efetiva-se, sobretudo, pela concretização do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Previsto nas Diretrizes da ABEPSS e no PPC da FACSS, esse princípio promove uma formação crítica e reflexiva ao articular a universidade com a sociedade. Dos oito egressos entrevistados, seis participaram de projetos de pesquisa e extensão durante a graduação, o que lhes proporcionou vivências que integravam teoria e prática ainda na formação acadêmica. Essa tríade opera como eixo formativo que visa superar a mera transmissão de conteúdos, favorecendo a investigação da realidade concreta e a construção de respostas profissionais contextualizadas.

O currículo do curso, em consonância com a ABEPSS, organiza-se em núcleos de fundamentação — o Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional, o Núcleo de Fundamentos da Formação Socio-Histórica da Questão Social e o Núcleo de Fundamentos do Processo de Trabalho —, garantindo uma continuidade pedagógica que visa à compreensão da totalidade e da particularidade, o entendimento do significado social da profissão, bem como a apropriação de instrumentos e técnicas de intervenção. Esse desenho curricular busca assegurar o compromisso ético-político da formação.

A efetividade dessa formação reflete-se na percepção dos egressos, que apontam o desenvolvimento da capacidade de investigação e análise crítica da realidade como um legado central de sua passagem pela FACSS-Breves. Eles relatam utilizar essa capacidade para desvelar as múltiplas determinações das demandas que chegam aos seus espaços socio-ocupacionais. A egressa Muaná (2024) explica que “a questão de investigação e análise crítica ela está dentro do nosso cotidiano”, ao buscar compreender as causas profundas de uma evasão escolar ou de uma violação de direitos. De forma semelhante, o egresso Soure (2024) utiliza instrumentos como o questionário socioeconômico para, a partir das falas dos usuários, assimilar “o que está por trás das coisas que estão acontecendo com ele”, indo além da demanda imediata, decifrando os aspectos não aparentes que estão intrínsecos a uma determinada demanda.

Essa habilidade de leitura da totalidade é constantemente associada pelos egressos ao conceito de “totalidade”, trabalhado de forma recorrente durante a graduação. Demonstram, em seus relatos, que a formação os capacitou para compreender o sujeito para além do fragmento da vida apresentado no atendimento, identificando demandas implícitas e articulando-as com a totalidade das relações sociais. Tal competência revela-se fundamental para que o profissional não se perca na fragmentação das políticas setoriais e possa formular intervenções que considerem efetivamente a complexidade da vida dos usuários.

Os depoimentos revelam que a formação recebida os capacitou tecnicamente e os instigou a um posicionamento político-profissional constante. A egressa Anajás (2024) sintetiza

esse compromisso ao afirmar que, mesmo inserida em uma política gerida por um Estado neoliberal, seu compromisso “com a classe trabalhadora deve permanecer sempre o mesmo”, o que exige domínio das três dimensões da prática profissional para “ultrapassar esses limites institucionais”. Dessa forma, a formação crítica configura-se como um processo contínuo, iniciado na graduação e permanentemente renovado no exercício profissional, que capacita o assistente social a negociar e tensionar os espaços socio-ocupacionais em defesa dos direitos da classe trabalhadora e do projeto ético-político profissional.

A materialização do método na prática profissional: percepções dos egressos

A formação crítica dos egressos da FACSS-Breves materializa-se concretamente no exercício das competências e atribuições privativas previstas na Lei de Regulamentação da Profissão. Para evidenciar esta articulação, a pesquisa investigou, por meio de questionamentos diretos, como os profissionais desenvolvem na prática as atividades previstas no Artigo 5º (atribuições privativas) da Lei n.º 8.662/1993 (Brasil, 1993). Aos egressos foi solicitado identificar quais incisos aplicavam em seu cotidiano laboral, bem como descrever o modo de execução dessas ações, o que permitiu captar a materialização do núcleo profissional em sua prática concreta.

Matos (2015, p. 680) afirma que a concepção de profissão que possui como horizonte o PEPS — a qual “[...] se forja na ruptura com o conservadorismo” — ganha materialidade nas competências profissionais e atribuições privativas de assistentes sociais. Estas, por sua vez, conferem o caráter específico de sua atuação e delineiam o perfil profissional exigido. As atribuições privativas consistem em prerrogativas exclusivas, ou seja, atividades que somente assistentes sociais podem desenvolver. As competências, por outro lado, correspondem às ações passíveis de realização por profissionais de outras áreas, embora algumas delas também integrem o campo de atuação do Serviço Social. Matos (2015), ao citar o parecer de Terra (1998), explica que as repetições de competências listadas entre as atribuições privativas indicam que estas se consolidam como exclusivas do/a assistente social.

Os dados da pesquisa demonstram que os egressos desenvolvem um leque significativo dessas atividades, com destaque para ações de planejamento, organização e administração de programas e projetos (Inciso II, Art. 5º), bem como para a direção de serviços técnicos (Inciso XII, Art. 5º) — esta última citada por seis dos oito entrevistados.

A execução de atribuições complexas, como a de prestar “assessoria e consultoria a órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social” (Inciso III, Art. 5º), foi relatada pelo egresso Bagre (2024), que atua na Assembleia Legislativa, evidenciando a capacidade de fundamentar posicionamentos com base no conhecimento teórico-metodológico específico da profissão:

Eu sou analista da Assembleia Legislativa, [...] na minha área de formação em Serviço Social. Então eu acho que [...] de certo modo em algumas demandas eu acabo prestando uma assessoria e consultoria aos parlamentares. [...] que no caso

seria pra administração pública, [...] em assuntos que são correlatos à minha área de formação. Por exemplo [...] quando parlamentares fazem visitas institucionais [...], sempre acompanho, a gente [...] contribui [...] Esclarecendo alguns pontos que não é de conhecimento deles. Colocamos o ponto de vista da profissão [...] E até da própria política em si pra que eles tenham [...] esclarecimentos, tenham condição de fazer avaliação da política e daquela unidade que os serviços são prestados e a partir daí [...] na condição de parlamentar ter a sua iniciativa, ter a sua atuação parlamentar da melhor forma possível a partir da nossa orientação e da assessoria e da consultoria (Entrevistado BAGRE, 2024).

Diante do exposto, nota-se como o referido egresso efetiva sua atribuição privativa, demonstrando a relevância de sua atuação nesse espaço. Consolida-se como profissional com domínio teórico e prático necessário para prestar serviços de assessoria e consultoria, contribuindo para orientar outros agentes públicos que atuam diretamente na formulação e proposição de políticas públicas em assuntos relacionados ao Serviço Social. Embora a assessoria e consultoria constituam um espaço de intervenção ainda em consolidação para o Serviço Social (Goerck; Viccari, 2004), e pouco explorado pela categoria, representam, segundo o CRESS da 10ª Região (1999, p. 68), um instrumento de trabalho que oportuniza “acompanhar processos de trabalho da organização e/ou de grupos, apontando possibilidades, limites, alternativas no projeto pretendido. Deve contribuir para a leitura da realidade, o que facilita traçar o planejamento”.

Além da assessoria e consultoria, o egresso também desempenha, em seu cotidiano de trabalho, atividades compatíveis com o inciso IV, Art. 5º da Lei 8.662/1993: “realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social” (Brasil, 1993). Atuando no Departamento de Comissões da Assembleia Legislativa — setor responsável pela elaboração de pareceres e análises técnicas que fundamentam os votos dos deputados relatores de projetos de lei —, destacou o papel técnico do assistente social nas comissões de mérito, nas quais realiza a análise e redação de pareceres de opinião técnica especializada para amparar o voto oficial do parlamentar. Nessa atribuição, ressaltou possuir autonomia em sua análise técnica, explicando tratar-se de uma via de mão dupla, uma vez que o deputado também não é obrigado a acatá-la. Nessa dinâmica, decorrem situações em que são solicitados ajustes e quando tais solicitações contrariam os princípios éticos de sua formação e profissão, seu posicionamento torna-se técnico, ético e político, recusando-se a realizar a alteração.

Esse posicionamento profissional revela sua compreensão aprofundada das dimensões de sua atuação e da importância de posicionar-se criticamente para defendê-las e assegurar sua efetividade diante das situações postas no cotidiano profissional. A manifestação de opinião técnica descrita pelo referido egresso — que pode ser expressa verbalmente ou por escrito — evidencia que a elaboração de documentos vinculados às atribuições privativas e competências do assistente social reflete sua área de conhecimento e revela a direção do PEPSS que os orienta (CFESS, 2022), requerendo a materialização indissociável das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Outra entrevistada, Afuá (2024), que atua na política pública de saúde, ao discorrer sobre o inciso XII — “planejar, organizar e administrar programas e projetos em unidade de Serviço Social” —, descreveu que um dos principais desafios enfrentados pelo assistente

social é o reconhecimento de seu trabalho por parte de outros profissionais da saúde. Frequentemente, essa dificuldade decorre de visões equivocadas sobre as atribuições da profissão. Para enfrentar esse obstáculo, destaca a importância de delimitar com clareza o fazer profissional desde o planejamento das ações, mesmo em equipes multiprofissionais. Dessa forma, a egressa exemplifica a aplicação do inciso XII do Art. 5º da Lei 8.662/1993⁴, como revela o fragmento a seguir:

Mesmo na “ponta” a gente planeja [...] o nosso serviço durante o ano. Então a equipe se junta para fazer esse planejamento. Aí planeja todo o nosso serviço e atualiza os nossos protocolos de fluxograma do serviço para não se misturar com as outras categorias. Mesmo a gente trabalhando em equipe multi. Mas precisa deixar [...] bem claro o que é o nosso fazer, porque senão a gente vai fazer tudo (Entrevistada AFUÁ, 2024).

A abordagem da egressa, enfatizando a importância do planejamento na atuação profissional, demonstra que planejar, para além de ser indispensável à execução dos serviços, é essencial para delimitar o fazer do Serviço Social desde a fase inicial de qualquer ação a ser desenvolvida. Assim, demarcando com precisão e propriedade a defesa de seu fazer profissional e distinguindo-o das demais atividades que são de outras áreas de formação, mesmo que seja trabalho desenvolvido em equipe multidisciplinar, este posicionamento é indispensável para a defesa do fazer exclusivo do Serviço Social.

A entrevistada Anajás (2024) também destacou a execução das atribuições privativas de planejamento, organização e direção de programas e projetos no CREAS onde atuava. Explicou que o trabalho precisa ter identidade profissional e, ao mesmo tempo, ser pautado por um planejamento anual — o qual incorpora as campanhas municipais e nacionais —, organizado e sistematizado em conjunto com a equipe de Serviço Social. O planejamento, mencionado tanto por Anajás quanto por Afuá em seus respectivos cotidianos profissionais, adapta-se às particularidades de cada espaço socio-ocupacional. Nesse sentido, Santos (2005) afirma que planejar tem como objetivo “elaborar estratégias, instrumentos, técnicas e conhecimento” com intuito de desvelar a “realidade e intervir nas refrações da questão social” advindas das condições de vida dos usuários.

O entrevistado Soure (2024), que atua em um hospital municipal, expôs uma contradição em sua prática profissional: embora tenha ciência de que sua atribuição privativa é a de “dirigir serviços técnicos de Serviço Social”, vê-se obrigado a desempenhar a regulação de pacientes para outros municípios, função que reconhece como alheia à sua competência. Expõe que as chefias do hospital insistem em direcionar sistematicamente o assistente social para essa tarefa, como se fosse sua atividade principal no espaço socio-ocupacional. O reconhecimento, por parte do egresso, de suas competências e atribuições permite inferir que o profissional possui habilidades e conhecimentos para realizar intervenções mais aprofundadas, de acordo com sua área de formação, abarcando demandas que passam despercebidas por outros profissionais. No entanto, essa potencialidade esbarra nos limites institucionais (Faleiros, 1997).

⁴ (II) –planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social; (XII) – dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas (Brasil, 1993).

Os demais entrevistados — Muaná, Gurupá, Melgaço e Portel — identificaram, entre os incisos do Art. 5^º, pelo menos 1 (um) dos seguintes como base de sua atuação profissional: I, II, VI, X, XI, XII e XIII. A baixa frequência do inciso VI (supervisão de estagiários) entre as atribuições exercidas pelos egressos, citado apenas três vezes, indica um possível desafio institucional. Essa atividade é fundamental na formação, pois constitui o primeiro contato direto do estudante com a realidade profissional, permitindo a articulação entre teoria e prática sob orientação supervisionada.

A análise dos depoimentos permite identificar uma tríade dialética que estrutura a prática profissional dos egressos: a leitura crítica da realidade, a capacidade de tensionamento institucional e a defesa intransigente de direitos. Esta tríade operativa é a expressão concreta do método crítico-dialético no cotidiano de trabalho. Um exemplo elucidativo foi fornecido pela egressa Portel (2024), ao relatar sua atuação no enfrentamento à violência sexual infantojuvenil. Ela descreveu o acompanhamento da família no CREAS, diante da rede de proteção, incluindo sua atuação direcionada junto aos diversos atores (como a escola). Sua fala sintetiza uma leitura crítica da violência enquanto fenômeno multifacetado, o tensionamento institucional ao mobilizar e articular diferentes equipamentos da rede, e a defesa de direitos ao assegurar que a criança ou adolescente tenha seu direito à proteção integral efetivado por meio de um acompanhamento sistemático e não fragmentado.

A partir da apresentação da maneira pela qual as atribuições privativas do Serviço Social se materializam no cotidiano profissional dos/as egressos/as da FACSS-Breves e quais são as mais recorrentes, é possível inferir que possuem capacidade para tensionar as estruturas institucionais. Essa competência, uma das máximas expressões da capacidade crítica do profissional, é frequentemente mediada pela relação dialética entre a teoria apreendida na formação e as demandas da prática. Essa base teórica consolida-se ao longo de cinco disciplinas dedicadas aos Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social (FHTM), as quais se expressam como eixo articulador que perpassa diferentes componentes formativos, integrando os núcleos de fundamentação ao relacionar o trabalho profissional, as relações sociais e as manifestações da questão social. Simultaneamente, a operacionalização desse referencial se efetiva por meio de três disciplinas de “Laboratórios de Instrumentos e Técnicas do Serviço Social” e de três semestres de “Estágio Supervisionado”, que totalizam 480 horas (UFPA, FACSS, 2017).

Os egressos não se furtaram a contestar as lógicas que tentam restringir sua atuação a um caráter meramente técnico e paliativo. Conforme enfatizado pela egressa Anajás (2024), o profissional que domina as três dimensões do trabalho “consegue fazer um trabalho de fato efetivo” e é capaz de “transcender as barreiras postas pela instituição”. Essa competência para negociar e propor alternativas no âmbito organizacional — tal como

⁵ (VI) - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social; (XIII) - ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional.

definida por Iamamoto (2000) — revela que a formação crítica os habilitou para resistir à acomodação e ao pragmatismo.

Em contextos marcados por profundas desigualdades regionais, como o Marajó, tal preparo torna-se um diferencial decisivo. Os egressos demonstraram consciência sobre o caráter frequentemente centralizado das políticas públicas, elaboradas sem a devida consideração pelas especificidades logísticas, culturais e socioeconômicas locais. Melgaço (2024) destacou que, por meio de componentes formativos com enfoque regional, construiu a compreensão de que os recursos públicos destinados se mostram, com frequência, insuficientes frente à realidade de um território onde o transporte é majoritariamente fluvial. Essa compreensão crítica da territorialidade permite aos assistentes sociais atuar para além da mera execução de políticas, problematizando seus formatos e propondo adaptações que as tornem efetivas em contextos singulares.

Além disso, a formação recebida se mostrou fundamental para o exercício de um trabalho em rede e multiprofissional, essencial para enfrentar a complexidade da questão social na região. A egressa Muaná (2024) exemplifica essa articulação ao relatar a importância de chamar parceiros da educação, da saúde ou do acolhimento institucional para intervir conjuntamente em casos de maior complexidade. Ela afirma que “a situação é essa, existe uma questão social e ela vai se espalhar para diversas áreas”, o que exige uma atuação integrada. Essa percepção evidencia que a leitura da totalidade, proporcionada pelo método crítico-dialético, capacitou-os a identificar a necessidade de respostas igualmente totais e articuladas.

Os relatos confirmam ainda que a formação baseada no método crítico-dialético os tornou agentes ativos na consolidação do PEPSS no território. Mais do que meros executores de políticas, são profissionais que, a partir de sua *expertise* e posicionamento ético e político, influenciam a qualidade dos serviços prestados e fortalecem a luta por direitos, desafiando as rotinas estabelecidas quando necessário. Sua atuação, desenvolvida majoritariamente nos municípios do arquipélago, representa a materialização viva do projeto profissional crítico na Amazônia, contribuindo para que o Serviço Social cumpra seu papel histórico de defesa intransigente dos interesses da classe trabalhadora, mesmo em contextos estruturalmente adversos.

Considerações finais

A investigação realizada permitiu concluir que a FACSS-Breves/UFGPA tem logrado formar profissionais de Serviço Social com um perfil crítico e alinhado aos princípios do Projeto Ético-Político Profissional. Tanto a análise do Projeto Pedagógico do Curso quanto os depoimentos dos/as egressos/as demonstram que o curso consegue articular, por meio de suas estratégias de ensino, pesquisa e extensão, uma formação que fornece os fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos necessários para uma intervenção qualificada, apesar de um contexto de crescente contradição e precarização estrutural.

A atuação majoritária desses profissionais nos municípios do arquipélago marajoara explicita a relevância da faculdade na consolidação de um Serviço Social crítico na região.

Com formação de profissionais comprometidos com os interesses da classe trabalhadora, com uma intervenção analítica crítica das expressões da questão social do território marajoara, contribui para a formulação, execução e avaliação de políticas públicas sensíveis às particularidades locais.

O êxito relativo dessa formação deve-se, em grande medida, à centralidade do método do materialismo histórico-dialético como eixo estruturador do processo de ensino-aprendizagem, o que se verifica no desenho curricular, com seu núcleo de fundamentação teórico-metodológica, suas disciplinas voltadas à compreensão da realidade regional e a carga horária dedicada ao estágio supervisionado. Foi esse referencial, sistematizado academicamente e vivenciado nas diversas atividades do ensino, pesquisa e extensão, que capacitou os egressos para a leitura da totalidade social, permitindo-lhes compreender as múltiplas determinações da questão social para além de suas expressões imediatas e fragmentadas.

A percepção dos entrevistados sobre a importância de “enxergar além do horizonte” e de articular teoria e prática como unidades indissociáveis expressa concretamente a assimilação desse método, orientando uma atuação profissional que busca ser transformadora, mesmo nos limites da ordem societária vigente, por meio da associação entre o acúmulo teórico adquirido no processo formativo e as intervenções exigidas no cotidiano profissional, criando, desse modo, respostas fundamentadas e contextualizadas diante das demandas postas.

Não se pode, contudo, desconsiderar os limites e desafios inerentes a esse processo formativo. A pesquisa identificou lacunas pontuais, como o desenvolvimento menos frequente de atribuições privativas específicas (como a supervisão de estágio e a produção de pareceres técnicos complexos) e de competências em pesquisa, o que pode indicar fragilidades a serem superadas. A superação dessas lacunas precisa ser posta como prioridade, pois é a partir do estágio supervisionado que é estabelecido oficialmente o primeiro contato do acadêmico de Serviço Social com a realidade concreta de intervenção profissional, e a produção de documentos específicos da área é essencial para demarcar ou materializar o domínio profissional sobre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, ultrapassando o aspecto subjetivo e simplista.

Para além de eventuais deficiências constatadas, a própria FACSS-Breves enfrenta sérios desafios estruturais, como o quadro reduzido de docentes e a sobrecarga de trabalho, fatores que tensionam cotidianamente a qualidade e a consolidação de uma formação plenamente alinhada ao projeto profissional crítico, além de gerarem adoecimento físico e mental desses profissionais, ao vivenciarem jornadas exaustivas de trabalho para conseguirem atender as demandas da faculdade.

Por fim, este artigo reafirma a importância estratégica da formação profissional orientada pelo Projeto Ético-Político do Serviço Social, dada sua fundamentação no materialismo histórico-dialético. A experiência formativa analisada — representada pela atuação da FACSS-Breves como polo formador de assistentes sociais na Amazônia — demonstra, a despeito dos obstáculos, ser possível e necessário construir uma formação que, ancorada no método crítico, capacite profissionais tecnicamente competentes e comprometidos

com a defesa intransigente dos direitos da classe trabalhadora e com a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, defendendo e materializando o PEPSS. O fortalecimento dessa trajetória exige, portanto, um compromisso contínuo com a qualificação do projeto pedagógico e a garantia de condições estruturais adequadas para o trabalho docente e discente.

Referências

ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL.

Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social: Edição comemorativa trilingue: 25 anos das diretrizes curriculares da ABEPSS. Brasília, DF: ABEPSS, 2022. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_202303021650422939500.pdf. Acesso em: 24 fev. 2026.

ABRAMIDES, Maria B. C. **O projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro.** 2006. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/bitstream/handle/17800/1/Maria%20Beatriz%20Costa%20Abramides.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2026.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social:** Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10. ed. rev. e atual. Brasília, DF: CFESS, 2012. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 24 fev. 2026.

BRASIL. **Lei n.º 8.662, de 7 de junho de 1993.** Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm. Acesso em: 24 fev. 2026.

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Atribuições privativas do/a assistente social em questão.** Brasília, DF: CFESS, 2020. v. 2. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS202-AtribuicoesPrivativas-Vol2-Site.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2026.

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Instrumentos e Técnicas: Procedimentos e Opinião Profissional (Oral). In: CFESS. **Produção de Documentos e Emissão de Opinião Técnica Em Serviço Social.** Brasília, DF: CFESS, 2022. p. 102–131. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/EbookCfess-DocOpinioTecnica2022-Final.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2026.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS 10ª Região. **Capacitação profissional em Serviço Social.** Gestão 1996/1999, 117 p. Porto Alegre.

FALEIROS, Vicente de P. **Saber Profissional e Poder Institucional.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

FONSECA, Cleomar C. da. A formação em Serviço Social: conteúdos programáticos e suas tendências teórico-metodológicas. **Temporalis**, v. 16, n. 32, p. 183–203, jul./dez. 2016. DOI:

<https://doi.org/10.22422/2238-1856.2016v16n32p183-203>. Disponível em:
https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/14181/pdf_1. Acesso em: 24 fev. 2026.

GOERCK, Caroline; VICCARI, Eunice M. Assessoria: processo de trabalho do Serviço Social. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 3, n. 1, p. 1-13, 2004. Disponível em:
<https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/view/990/770>. Acesso em: 24 fev. 2026.

GUERRA, Yolanda. A. D. A dimensão investigativa no exercício profissional em Serviço Social. In: CFESS; ABEPSS (org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: CFESS; ABEPSS, 2009. p. 701–718.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3. ed. São Paulo, Cortez, 2000.

MATOS, Maurílio C. de. Considerações sobre atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade. **Serviço Social & Sociedade**, n. 124, p. 678–698, out./dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.046>. Disponível em:
<https://www.scielo.br/jj/ssoc/a/zKqHPXTYyTSPvMBrGZnzgjm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 fev. 2026.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, José Paulo. O projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro. **Intervenção Social**, n. 42–45, p. 229–242, 2015. Disponível em:
<http://repositorio.ulusiada.pt/handle/11067/1734>. Acesso em: 24 fev. 2026.

SANTOS, Cláudia M. dos. Instrumentos e técnicas: intenções e tensões na formação profissional do assistente social. **Libertas**, v. 4–5, n. esp., p. 220-246, jan./dez. 2004, jan./dez. 2005. Disponível em:
<https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18140/9392>. Acesso em: 24 fev. 2026.

TERRA, Sylvia H. **Parecer jurídico n.º 27/98**. Assunto: Análise das competências do assistente social em relação aos parâmetros normativos previstos pelo art. 5º da Lei 8662/93, que estabelece as atribuições privativas do mesmo profissional. São Paulo: CFESS, 13 set. 1998. Disponível em: <http://www.cress-es.org.br/site/images/parecer%20cfess%20-%2027-98.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2026.

UFPA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Faculdade de Serviço Social (FACSS). **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social**. Campus Universitário do Marajó-Breves, Faculdade de Serviço Social. Breves-PA, 2017. Disponível em:
https://www.campusbreves.ufpa.br/images/documentos_institucionais/PPC_Servico_Social_2017.pdf. Acesso em: 25 fev. 2026.

Submetido em: 20/10/2026

Revisto em: 5/1/2026

Aceito em: 9/1/2026



Materialismo histórico-dialético e desfetichização da realidade

Historical-dialectical materialism and the defetishization of reality

Lorraine Marie Farias de Araujo*

 <https://orcid.org/0000-0001-5315-5979>

RESUMO

O objetivo deste artigo é elucidar a relação entre o materialismo histórico-dialético e o processo de desfetichização da realidade. Mediante a contribuição da teoria social marxiana, bem como da Ontologia e Estética de Lukács, realiza-se uma discussão de categorias fundamentais para o desvelamento do objeto de investigação em questão. A metodologia da pesquisa é realizada através da revisão bibliográfica com a análise imanente de obras de Marx e Lukács. A princípio, abordam-se os caracteres próprios do fetichismo da mercadoria e seu “poder inversor” da realidade, apoloético ao capitalismo. Em seguida, realiza-se a incursão categorial sobre trabalho, materialismo histórico-dialético e reflexo científico. Este, por sua vez, através do método marxiano promove a desfetichização da realidade. Importa ao Serviço Social crítico ligado à ética de ruptura inerente ao Projeto Ético-Político profissional, manter e impulsionar o constante aprofundamento nos estudos e pesquisas marxistas, considerando sua influência em todas as instâncias da profissão.

PALAVRAS-CHAVE

Fetichismo da mercadoria; Materialismo histórico-dialético; Método; Ontologia; Estética.

ABSTRACT

The objective of this article is to elucidate the relationship between the historical-dialectical materialism and the process of defetishizing reality. Drawing on the contributions of Marxist social theory and Lukács's Ontology and Aesthetics, this article discusses fundamental categories for unveiling the object of investigation in question. The methodology is carried out through a literature review with an immanent analysis of the works of Marx and Lukács. Initially, the article addresses the specific characteristics of commodity fetishism and its “inverting power” of reality, apologetic for capitalism. Next, it delves into the categories of labor, historical-dialectical materialism, and scientific reflection. This, in turn, promotes the defetishization of reality through the Marxist method. It's important for critical Social Work, linked to the ethics of rupture inherent in the professional Ethical-Political Project, to maintain and promote the constant deepening of Marxist studies and research, considering its influence in all spheres of the profession.

KEYWORDS

Commodity fetishism; Historical-dialectical materialism; Method; Ontology; Aesthetics.

*Assistente Social. Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (UFAL, Maceió, Brasil). Docente no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, Recife, Brasil). E-mail: lorraine.marie@ufpe.br

DOI 10.22422/10.22422/temporalis.2026v26n51p152-167



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2026 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

Introdução

Ao longo das últimas décadas, o Serviço Social incorporou em seu arcabouço uma ética de ruptura ao conservadorismo estritamente vinculada ao marxismo. Tal debate se concretizou teoricamente a partir da década de 1980 com o surgimento do célebre livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil* (Iamamoto; Carvalho, 1982). Importa mencionar também o concomitante avanço da organização da categoria profissional, através do marco histórico do *Congresso da Virada* (1979).

Nos debates ocorridos no VII CBAS em 1992, pela primeira vez a ética foi discutida sob o novo aporte teórico mencionado, “[...] a reflexão sobre a ética, em geral, levou à questão da ética profissional e ao Código, como uma de suas dimensões” (Barroco, 2005, p. 199), opondo-se diretamente ao “[...] liberalismo, [...] ao humanismo cristão tradicional e ao marxismo anti-humanista” (Barroco, 2005, p. 204). Esse processo revela o amadurecimento da aproximação do Serviço Social ao marxismo tanto no nível teórico-metodológico como no ético-político, através da organização da categoria profissional e da mudança no Código de Ética e no Currículo de formação profissional.

A revisão a que se procedeu, compatível com o espírito do texto de 1986, partiu da compreensão de que a *ética deve ter como suporte uma ontologia do ser social*: os valores são determinações da prática social, resultantes da atividade criadora tipificada no processo de trabalho (CFESS, p. 21, grifo nosso).

Aqui está um ponto fulcral para a apreensão da ética no Código de 1993: a necessidade de compreensão da ética sob a ontologia do ser social, bem como a conexão do projeto profissional da/o assistente social com o projeto societário da classe trabalhadora. Ambos possuem especificidades que os diferenciam: o projeto societário constitui-se de maneira ampla, como “projetos *macroscópicos*, como propostas para o conjunto da sociedade” (Netto, [1999], p. 2); já os projetos profissionais estão ligados diretamente aos caracteres de determinada profissão, possuindo menor nível de amplitude social. Infere-se, portanto, que o projeto profissional do Serviço Social passa a se aliar gradualmente ao projeto societário da classe trabalhadora, culminando no atual Projeto Ético-Político do Serviço Social (Netto, [1999]).

Reitera-se a relação dialética entre as distintas dimensões que compõem a profissão, desde o debate teórico-metodológico, os avanços ético-políticos e o exercício profissional crítico. Mesmo com os entraves da sociabilidade burguesa, o Serviço Social segue “na direção de uma ética materialista que priorize o humano genérico e possibilite decisões éticas mediante as alternativas na realidade atual por meio da afirmação de seus valores” (Santos, 2018, p. 158). Por isso, importa ao Serviço Social crítico, ligado à ética de ruptura inerente ao Projeto Ético-Político profissional, manter e impulsionar o constante aprofundamento nos estudos e pesquisas marxistas, considerando sua influência em todas as instâncias da profissão.

O objetivo deste artigo, portanto, é elucidar a relação entre o materialismo histórico-dialético e o processo de desfetichização da realidade. Mediante a contribuição da teoria social marxiana, bem como das obras *Para a ontologia do ser social* (Lukács, 2018a) e *Estética: la peculiaridad de lo estético* (Lukács, 1966), realiza-se uma discussão de categorias fundamentais para o desvelamento do objeto de investigação em questão. A metodologia

da pesquisa é realizada através da revisão bibliográfica com a análise imanente (Tonet, 2013) de obras de Marx e Lukács.

O método materialista histórico-dialético constitui-se como a tradução do real ao ideal, ou seja, visa-se apreender o objeto em seu *ser-precisamente-assim* (Lukács, 2018a). Ademais, utiliza-se a teoria do reflexo em que

[...] ontologicamente o ser social se divide em dois momentos heterogêneos que, do ponto de vista do ser, não apenas estão contrapostos entre si heterogeneamente, como são absolutamente opostos: o ser e seu reflexo na consciência (Lukács, 2018a, p. 30).

No primeiro item abordam-se os caracteres próprios do fetichismo da mercadoria (Marx, 2017) e seu “poder inversor” (Marx, 2010) da realidade, apologético ao capitalismo, promovendo a coisificação e reificação na sociabilidade burguesa, e intensificando os processos alienatórios e desumanizantes na saga capitalista pela acumulação de capital e extração de mais-valor. Em seguida, realiza-se a incursão categorial sobre trabalho, materialismo histórico-dialético e reflexo científico, especialmente através da contribuição lukacsiana. Visa-se contribuir com indicações sobre as categorias mencionadas, especialmente no que concerne à desfetichização realizada pelo método científico materialista histórico-dialético.

Fetichismo da mercadoria e inversão da realidade

Ó tu, doce regicida, amável agente da separação
entre o filho e o pai! Brilhante corruptor
do mais puro leite de Himeneu! Valente Marte!
Galanteador sempre jovem, viçoso, amado e delicado,
cujo esplendor funde a neve sagrada
que descansa sobre o seio de Diana! *Deus visível*,
que soldas as coisas absolutamente *impossíveis*,
obligando-as a se beijarem; tu que sabes falar todas as línguas
para todos os desígnios, ó tu, pedra de toque dos corações,
pensa que o homem, teu escravo, rebela-se, e
pela virtude que em ti reside, faz que nasçam entre eles as
querelas que os destruam, a fim de que os animais
possam conquistar o império!¹

Interessa-nos agora desvendar o segredo capitalista escondido por trás do invólucro místico do fetichismo da mercadoria. Ao longo dos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* de 1844, Marx aponta embrionariamente o “poder inversor” fetichista, ou seja, a capacidade de mistificação da realidade que o fetichismo da mercadoria exerce e que se dissemina numa série de desdobramentos fetichistas, chegando ao corolário do fetichismo do dinheiro.

Enquanto tal poder *inversor*, o dinheiro se apresenta também contra o indivíduo e contra os vínculos sociais etc., que pretendem ser, para si, *essência*. Ele transforma a fidelidade em infidelidade, o amor em ódio, o ódio em amor, a

¹ Excerto da obra *Timão de Atenas* de William Shakespeare, citado por Marx nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, itálicos do autor (2010).

virtude em vício, o vício em virtude, o servo em senhor, o senhor em servo, a estupidez em entendimento, o entendimento em estupidez. [...] Como o dinheiro, enquanto conceito existente e atuante do valor, confunde e troca todas as coisas, ele é então a *confusão* e a *troca* universal de todas as coisas, portanto, o mundo invertido, a confusão e a troca de todas as qualidades naturais e humanas (Marx, 2010, p. 160–161).

Ao tratar especificamente sobre o caráter fetichista da mercadoria e seu segredo, afirma-se que a mercadoria aparenta ser algo trivial, óbvio, mas que esconde algo suprassensível, que não é visto a olho nu, tampouco pode ser sentido com o tato, mas que está presente em cada inocente mercadoria. O seu caráter místico consiste propriamente nessa capacidade de esconder um segredo, de parecer óbvia sendo complexa, de esconder a realidade e possibilitar o erguimento de um mundo invertido, em que as mercadorias parecem se relacionar por si próprias ganhando caráter de humanidade e os produtores dessas mercadorias passam a ser comandados por sua própria criatura.

O caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos de trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas e, por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre os objetos, existente à margem dos produtores (Marx, 2017, p. 147).

Trata-se do poder inversor da realidade que a mercadoria promove na sociabilidade burguesa, pois transfere o caráter de humanidade dos produtores à mercadoria, independentiza-a no processo de troca, afirmando propriedades sociais supostamente inerentes aos produtos de trabalho, como se as mercadorias pudessem ir sozinhas ao mercado e se trocaram entre si.

[...] É apenas uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Desse modo, para encontrarmos uma analogia, temos de nos refugiar na região nebulosa do mundo religioso. Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, como figuras independentes que travam relação umas com as outras e com os homens. Assim se apresentam, no mundo das mercadorias, os produtos da mão humana. A isso eu chamo de fetichismo que se cola aos produtos do trabalho tão logo eles são produzidos como mercadorias e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias (Marx, 2017, p. 147–148).

O fetichismo, portanto, está colado aos produtos de trabalho na forma-mercadoria. Nesse ínterim, a relação social que produz mercadorias em seu cerne, o modo de produção capitalista, é essencialmente fetichista. Além de escamotear as relações sociais burguesas, esconde principalmente as consequências do processo de produção de tal sociabilidade. Consonante a isso, o fetichismo também atinge o Serviço Social.

A racionalidade fetichista influencia largamente o Serviço Social, principalmente na gênese da profissão. Ao remetermos ao processo histórico, a fase de emergência do Serviço Social junto ao capitalismo monopolista (Netto, 2007) também circunscreve um período de organização e controle do trabalho ainda mais audaz. O *fordismo* e o *taylorismo* no início do século XX possibilitaram o controle de cada movimento do operário mediante a previsão, cálculo racional e fragmentação do processo de trabalho.

A utilização de métodos e técnicas de gerência científica, especialmente do *taylorismo*, de influência norte-americana, que desde a década de 1930 integram as formas de lidar com a resistência dos trabalhadores, combina-se com formas que visam garantir a segurança nacional, por meio de medidas assistenciais (Guerra, 2022, p. 177).

O exercício profissional do assistente social surge no contexto de racionalização do processo de trabalho, no sentido de realizar ajustamentos morais aos trabalhadores e coibir sua organização de classe. Tal fato conclama a uma intervenção do assistente social pautada na racionalidade formal-abstrata capitalista. Assim, o Serviço Social é influenciado por uma racionalidade que “[...] expressa uma das perspectivas morais da sociedade burguesa: a moral conservadora em sua articulação com a cristã e a positivista” (Barroco, 2005, p. 99). A capacidade de crítica à racionalidade fetichista da profissão expressa-se mediante o movimento de reconceitualização do Serviço Social, no âmbito da América Latina, bem como por meio da renovação crítica do Serviço Social brasileiro, a partir da década de 1960, o que pavimentou o surgimento posterior de uma ética de ruptura na profissão.

O fetichismo gera a reificação das relações sociais burguesas que deságua na coisificação dos seres humanos explorados pelo capitalismo, visto que “a reificação se constitui numa forma peculiar de alienação própria da sociabilidade capitalista associada ao fetiche da mercadoria” (Alcântara, 2023, p. 8). Ao destrinchar a mercadoria, Marx apreende que esta é característica de uma determinada formação social, esconde um segredo no qual a realidade é fetichisticamente invertida, e possui em seu cerne um duplo caráter do trabalho, bem como um duplo valor, a saber: o trabalho concreto/útil, produtor de valor de uso, e o trabalho humano abstrato, produtor de valor.

O valor de uso da mercadoria é produzido pelo trabalho útil/concreto a ela correspondente. Isso significa que tal forma de trabalho denota a objetivação de um mundo concreto, da riqueza material existente. Já o valor, engendrado pelo trabalho humano abstrato, abordado inicialmente pela letra marxiana mediante sua forma de manifestação pautada no valor de troca², não possui substância química ou física que o identifique na mercadoria. O valor é puramente social.

Exatamente ao contrário da objetividade sensível e crua dos corpos-mercadorias na objetividade de seu valor não está contido um único átomo de matéria natural [*Naturstoff*]. Por isso, pode-se virar e revirar uma mercadoria como se queira, e ela permanece inapreensível como coisa de valor [*Wertding*]. Lembremo-nos, todavia, de que as mercadorias possuem objetividade de valor apenas na medida em que são expressões da mesma unidade social, do trabalho humano, pois sua objetividade de valor é puramente social e, por isso, é evidente que ela só pode se manifestar numa relação social entre mercadorias (Marx, 2017, p. 125).

O segredo da mercadoria está dado, ela esconde um valor, determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário para a produção de uma mercadoria qualquer. Assim, a troca entre mercadorias esconde a duplicidade do valor e do trabalho, que acontece de forma concomitante, ou seja, o trabalhador não produz primeiro o valor de uso, depois o

² “[...] o valor de troca não pode ser mais que o modo de expressão, a ‘forma de manifestação’ [*Ercheinungsform*] de um conteúdo que dele pode ser distinguido” (Marx, 2017, p. 115).

valor, ou vice-versa, os dois são produzidos ao mesmo tempo, no processo de produção capitalista. Ademais, a duplicidade do trabalho consubstancia-se da mesma forma.

A investigação marxiana para “encontrar as medidas sociais para a quantidade de coisas úteis” consiste no ponto de partida para apreender ontologicamente os caracteres que conformam o valor. Para medir socialmente as mercadorias a serem trocadas, há que equipará-las umas às outras. Tal equiparação não acontece aleatoriamente, mas mediante a comparação do “algo em comum” que existe entre essas mercadorias. O que todas possuem de igual, abstraindo suas qualidades úteis, é o fato de serem fruto do trabalho humano.

Consideramos agora o resíduo dos produtos de trabalho. Deles não restou mais que uma mesma objetividade fantasmagórica, uma simples massa amorfa [*Gallerte*] de trabalho humano indiferenciado, *i. e.*, de dispêndio de força de trabalho humana, que não leva em conta a forma desse dispêndio. Essas coisas representam apenas o fato de que em sua produção foi despendida força de trabalho humana, foi acumulado trabalho humano. Como cristais dessa substância social que lhes é comum, elas são valores — valores de mercadorias (Marx, 2017, p. 116).

O invólucro místico da mercadoria começa a ser desvendado. Ele esconde o valor, como dispêndio de trabalho humano, assim como obnubila a sua correspondente forma de trabalho: o trabalho humano abstrato.

“Com o caráter útil dos produtos do trabalho desaparece o caráter útil dos trabalhos nele representados e, portanto, também as diferentes formas concretas desses trabalhos, que não mais se distinguem uns dos outros, sendo todos reduzidos a trabalho humano igual, a trabalho humano abstrato” (Marx, 2017, p. 116).

Aqui é revelada a dimensão dupla do trabalho na produção de mercadorias.

Ao desvendar o valor como cerne do invólucro místico fetichista da mercadoria, na medida em que esta esconde o valor, para esconder o trabalho humano abstrato contido nela, ou simplesmente para escamotear a correspondente duplicidade do valor e do trabalho, Marx (2017) desvela a essência do modo de produção capitalista. Através da mercadoria, a letra marxiana desnuda o caráter explorador da sociabilidade burguesa, demonstrando a necessidade de produção de valor e mais-valor para a acumulação capitalista.

A troca entre mercadorias somente pode se realizar entre objetividades materialmente distintas, mas que possuam algo em comum, o trabalho humano abstrato. “[...] O valor da mercadoria linho é, assim, expresso no corpo da mercadoria casaco, ou seja, o valor de uma mercadoria é expresso no valor de uso de outra” (Marx, 2017, p. 129). Aqui estão dados os caracteres da forma relativa de valor. Nessa forma, o valor de uma mercadoria expressará sua “bela alma” no valor de uso da outra mercadoria, em que esta, a equivalente ao tempo em que difere materialmente da primeira, se iguala em sua grandeza de valor, demonstrando a complexidade do dialeto das mercadorias. “Note-se de passagem que a língua das mercadorias tem, além do hebraico, muitos outros dialetos, mais ou menos corretos” (Marx, 2017, p. 129).

As formas de valor relativa e equivalente desenvolvem-se mutuamente até chegar a uma forma de equivalente universal, que expresse o valor de todas as outras mercadorias. Isso acontece com a maturação das trocas e consolidação do mundo das mercadorias no modo de produção capitalista. Assim, a forma relativa ganha caráter universal, pois todas as mercadorias, exceto a utilizada como equivalente universal, ocuparão esse lugar na equação de troca, enquanto inversamente o equivalente universal está excluído da forma relativa de valor, cristalizando a diferenciação social das duas formas de valor. Da forma de equivalente universal chega-se à forma-dinheiro, na qual se consubstanciou socialmente através do ouro (Marx, 2017).

Partimos do fetichismo da mercadoria para elucidar o seu segredo: o valor. A mercadoria esconde em suas entranhas o valor como resultado do trabalho humano abstrato. Essa constatação tem inúmeras consequências, dela decorrendo a duplicidade da mercadoria, bem como do trabalho expresso nela; também constatamos a oposição interna categorial posta na mercadoria, como também a sua oposição externa mediante o processo de troca, assim como a análise das trocas simples revela a forma-dinheiro com o desenvolvimento da engrenagem de trocas.

A culminância de tal processo consiste na reificação das relações sociais burguesas, em que a mercadoria assume o protagonismo da humanidade, simultaneamente à coisificação dos seres humanos explorados. O fetichismo da mercadoria, revelado por Marx (2017), demonstra a necessidade capitalista de exploração do trabalho, para acumular valor, ou seja, para capturar sempre mais-valor.

Trabalho, materialismo histórico-dialético e reflexo científico

Eu sei de todo caminho que andei
Sou feito de barro batido e berro
Sempre topei com madeira de lei
A ciência já me fez cupim de ferro [...].³

A práxis do trabalho enquanto categoria fundante do ser social permite a mediação entre o sujeito (humano) e objeto (natureza), ou seja, através da capacidade teleológica, o ser humano pode intervir na causalidade, o que possibilita sua constante humanização. Desta categoria brotam todos os demais complexos sociais. “Uma coisa natural não chega a ser objeto senão por converter-se em objeto ou instrumento de trabalho. Somente pelo trabalho surge uma relação sujeito-objeto” (Lukács, 1966, p. 89, tradução nossa).

Com a elucidação do complexo categorial que compõe a categoria trabalho, o materialismo histórico-dialético constata a teleologia como categoria central na diferenciação ontológica do ser social. Marx, ao tratar sobre o trabalho no seu sentido originário, demonstra uma diferenciação fulcral entre seres humanos e os demais animais.

[...] Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que

³ Canção intitulada *Cupim de ferro*, lançada em 2015, no álbum *Carbono* de Lenine. A composição da música foi realizada em parceria com *Nação Zumbi* por Jorge Du Peixe, Lucio Maia, Lenine, Dengue e Pupillo.

desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, ou seja, um resultado que já existia idealmente (Marx, 2017, p. 255-256, grifo nosso).

A citação clássica mencionada demonstra a descoberta nodal que relaciona a teleologia ao processo de trabalho, como posição teleológica primária, bem como também às posições teleológicas secundárias, “[...] as teleologias secundárias induzem subjetivamente a consciência dos homens na realização das posições que devem realizar” (Santos, 2018, p. 69).

A ontologia histórico-social visa apreender o ser-precisamente-assim do objeto, ou seja, há que se ultrapassar a *pseudoconcreticidade* (Kosik, 1976) da gnosiologia, uma vez que esta perspectiva limita a pesquisa ao campo da fenomenalidade e se configura como uma restrição moderna ao conhecimento (Tonet, 2013), superada pelo método marxiano por meio da constatação ontológica da relação dialética e histórica entre aparência e essência. A busca pelo “conteúdo do ser” é o cerne do método em questão, em que se pretende desvelar a relação entre aparência e essência do objeto.

Para o materialismo, a prioridade do ser é sobretudo uma questão de fato: há ser sem consciência, mas não há consciência sem ser. Mas uma subordinação hierárquica da consciência ao ser não decorre disso de modo algum. Ao contrário: essa prioridade e seu reconhecimento concreto, teórico e prático pela consciência criam finalmente a possibilidade de que a consciência realmente domine o ser (Lukács, 1966, p. 19, tradução nossa).

O reflexo científico permite a elucidação do ser, porquanto possui um caráter desantropomórfico e imanente, ou seja, “esse reflexo se esforça por refigurar os objetos e suas relações tal como são em si” (Lukács, 1966, p. 24, tradução nossa). “[...] No caso da ciência, não se pode abrir mão do caráter desantropomórfico de cada problema dado” (Santos, 2018, p. 375). A ciência deve reproduzir o objeto por meio de suas leis imanentes, bem como através de suas interconexões com os demais, considerando a categoria da *totalidade* como momento predominante. Assim, a investigação científica deve revelar os pormenores do objeto, de modo a iluminar sua essência e torná-la evidente, enquanto concreto pensado. Já diria nosso filósofo revolucionário Karl Marx que se aparência e essência coincidissem a ciência seria desnecessária.

Desde sua juventude inscrita na obra fundamental, *Manuscritos econômico-filosóficos* (2010), até sua maturidade nos volumes d’ *O Capital* (2017), Marx transcreve categorias do real às ideias, e novamente à forma escrita. Portanto, supera o problema do conhecimento suscitado filosoficamente, em que o dilema entre sujeito e objeto, respondido dialética e metafisicamente por Hegel⁴, é revertido por Marx através do materialismo histórico-dialético, onde a letra marxiana inverte os polos, constatando o momento predominante do objeto sobre o sujeito, em que há uma relação dialética entre ambos. Assim, Marx

⁴ A mistificação que a dialética sofre nas mãos de Hegel não impede em absoluto que ele tenha sido o primeiro a expor, de modo amplo e consciente, suas formas gerais de movimento. Nele, ela se encontra de cabeça para baixo. É preciso desvirá-la, a fim de descobrir o cerne racional dentro do invólucro místico (Marx, 2017, p. 91).

supera Hegel e inaugura a ciência do proletariado. Esta tem por base as considerações fundamentais da dialética hegeliana, a crítica à economia política e aos socialistas utópicos (Marx; Engels, 2009).

O marxismo corrigiu a rigidez da sistematização hegeliana, devido ao idealismo objetivo. A complicada interação entre materialismo dialético e materialismo histórico é em si um sinal relevante de que o marxismo não pretende deduzir fases históricas de desenvolvimento a partir do desdobramento da ideia, mas, ao contrário, tende a capturar o processo real em suas complicadas determinações histórico-sistemáticas. A unidade das determinações teóricas [...] e históricas realiza-se, em última instância, de forma altamente contraditória e, por conseguinte, não pode ser esclarecida, nem no campo dos princípios nem no dos casos concretos, senão mediante uma colaboração ininterrupta do materialismo dialético com o materialismo histórico (Lukács, 1966, p. 13–14, tradução nossa).

O método marxista situa a sociabilidade burguesa no terreno do movimento histórico, demonstrando suas contradições e construindo uma proposta de sociabilidade que as supere. Isso denota a maior preocupação de Marx: a possibilidade de libertação da classe trabalhadora das correntes que a oprimem, a saber, o trabalho assalariado e seus desdobramentos.

Segue a própria letra marxiana após a publicação de sua obra máxima: “A acolhida que *O capital* rapidamente obteve em amplos círculos da classe trabalhadora alemã é a melhor recompensa de meu trabalho” (Marx, 2017, p. 84). “Aplaudo vossa ideia de publicar a tradução de *O capital* em fascículos. Sob essa forma, o livro será mais acessível à classe trabalhadora e, para mim, essa consideração é mais importante que qualquer outra” (Marx, 2017, p. 93).

Dadas tais considerações sobre o materialismo histórico-dialético, há que se trazer à baila a elucidação categorial sobre o reflexo científico mediante a relação dialética entre as categorias, singularidade, particularidade e universalidade. Lukács realiza o estudo aprofundado sobre tal reflexo na *Introdução a uma estética marxista*. Tal categoria também é acurada na obra *A particularidade na estética de Lukács* (Santos, 2017).

A análise sobre a relação entre universalidade, particularidade e singularidade é perscrutada por Lukács através do debate com filósofos que tentaram elucidar tal problemática. O filósofo húngaro parte da análise sobre a filosofia estética em Kant e Schelling, apresenta a tentativa de solução proposta por Hegel, até chegar na resolução da questão mediante o materialismo histórico-dialético (Lukács, 2018b).

O problema que se coloca é a busca por saber se mediante uma lei universal pode-se elucidar os casos particulares somente através da lógica, ou se tais categorias se relacionam recíproca e dialeticamente, levando em consideração a categoria totalidade. Kant apresenta uma solução unilateral, visto que “[...] Para ele, existe apenas ou uma classificação ou uma especificação, segundo o pensamento se eleve do particular ao universal ou se desenvolva do universal ao particular” (Lukács, 2018b, p. 26). Ademais, a filosofia kantiana considera cada categoria como “[...] operações mentais rigidamente separadas uma da outra” (Lukács, 2018b, p. 26).

Isso significa que enquanto Kant parte do pensamento metafísico, em que as categorias são formas rígidas que não se inter-relacionam, “[...] Hegel se ocupa da relação recíproca de universalidade e particularidade [...]” (Lukács, 2018b, p. 53). Logo, a contribuição decisiva de Hegel à tal problemática consiste no “[...] fato de que conceba as relações de universalidade, particularidade e singularidade de um modo não formalista, como um problema não exclusivamente lógico, mas como uma parte importante da dialética viva da realidade [...]” (Lukács, 2018b, p. 68). Tal avanço teórico é acompanhado também de uma “[...] sofística vazia e reacionária” (Lukács, 2018b, p. 71), visto que concebe apologeticamente a sociabilidade burguesa como a positividade universal.

[...] as grandes e importantes conquistas da dialética hegeliana devem ser utilizadas também neste conjunto de questões que dizem respeito à ciência e à filosofia, é inicialmente necessário limpar radicalmente o terreno daqueles momentos da problemática hegeliana que são falsos do ponto de vista do conteúdo social; tanto no conhecimento da natureza quanto no da sociedade, a justa concepção dialético-materialista dos fatos e das conexões deve substituir sua distorção burguesa-idealista (Lukács, 2018b, p. 78).

O materialismo histórico-dialético realiza, portanto, a “inversão materialista da dialética idealista” (Lukács, 2018b, p. 80). Marx realiza a crítica basal ao idealismo hegeliano mediante a análise sobre o concreto, em que “[...] O concreto é concreto, porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso” (Marx, 2008, p. 258). Assim, o concreto surge no pensamento como uma forma de síntese, como resultado de um processo. Hegel confunde tal movimento ao afirmar o real como fruto da própria ideia.

A crítica de Marx a Hegel tem como base, desta feita, a elucidação concreta do mundo objetivo. “[...] Não se trata apenas de um material mais rico, mas precisamente a essência das categorias aparece aqui, como reflexo da realidade que lhes corresponde, em uma clareza e concreticidade qualitativamente diversas” (Lukács, 2018b, p. 81). Desta maneira, a crítica marxiana a Hegel não é realizada através da negação pura e simples dos postulados idealistas, “[...] mas esta obra de destruição é sempre ligada com a indicação concreta do que é positivo e justo” (Lukács, 2018b, p. 91).

Notam-se as primeiras indicações sobre o papel da universalidade na ciência, apreendidas pelo método marxiano. Ao desnudar a categoria da universalidade, retirando dela o véu idealista e apoloético do capitalismo, consegue demonstrar que a ciência tem a capacidade de refletir adequadamente o movimento do real, em sua complexidade dialética. Ademais, a universalidade está relacionada ao “ser histórico e sistemático”, à concreticidade da realidade. O materialismo histórico-dialético, portanto, além de realizar a crítica ao idealismo, inverter sua lógica e alcançar as determinações do concreto, também elucida categorialmente a ciência.

A ciência autêntica extrai da própria realidade as condições estruturais e as suas transformações históricas, e, se formula leis, estas abraçam a universalidade do processo, mas de um modo tal que deste conjunto de leis pode-se sempre retornar – ainda que frequentemente através de muitas mediações – aos fatos singulares da vida. É precisamente esta a dialética concretamente realizada de universal, particular e singular (Lukács, 2018b, p. 92).

Inicia-se a elucidação sobre a função social do reflexo científico. Este deve extrair da realidade sua legalidade imanente, trazer à tona suas transformações históricas, para assim conseguir formular conceitualmente leis universais. A relação dialética entre singularidade, particularidade e universalidade, tratada inicialmente por Hegel e invertida pelo materialismo histórico-dialético, denota o movimento que tais categorias realizam em determinados reflexos.

Na ciência, nota-se que o movimento categorial, portanto, deve partir do singular para chegar ao universal, ou seja, partir da aparência fenomênica para alçar as leis universais que regem tal singularidade. Da mesma maneira que também é possível retornar ao singular a partir do universal, na forma do concreto pensado. Assim, para o movimento dialético entre tais categorias e a contínua transmutação duma categoria noutra, há que existir um elo, um momento de conexão entre singular e universal. Tal mediação é realizada pela categoria da particularidade. “[...] O movimento dialético da realidade, tal como se reflete no pensamento humano, é assim um incontrolável impulso do singular para o universal e deste, novamente, para aquele” (Lukács, 2018b, p. 110). Lukács, assim, aborda o

[...] caráter posicional da particularidade, isto é, ao fato de que ela, com relação ao singular, representa uma universalidade relativa, e, com relação ao universal, uma singularidade relativa. Como sempre, também aqui esta relatividade posicional não deve ser concebida como algo estático, mas sim como um processo. A própria conversão, por nós assinalada, deste “termo médio” em um dos extremos já implica este caráter processual. [...] Na particularidade, na determinação e na especificação, portanto, está contido um elemento de crítica, de determinação mais próxima e mais concreta de um fenômeno ou de uma lei. É uma concretização crítica, obtida graças à descoberta das reais mediações para cima e para baixo na relação dialética de universal e particular (Lukács, 2018b, p. 116-117).

A posição ocupada pela particularidade na relação dialética com singularidade e universalidade não é de nenhuma maneira estática, mas intensamente dinâmica, visto que apreende caracteres tanto da singularidade como também aspectos da universalidade. Assim, mesmo que a particularidade ocupe o papel de sintetizar caracteres das demais categorias às quais se relaciona, esta síntese é realizada de formas distintas de acordo com as diferentes formas de reflexo da realidade.

Assim, “[...] o reflexo científico da realidade deve dissolver a ligação imediata entre fenômeno e essência a fim de poder expressar teoricamente a essência, bem como as leis que regulam a conexão entre essência e fenômeno” (Lukács, 2018b, p. 202). Constata-se, na ciência, a busca por elucidar as leis universais da realidade. Apesar de essência e fenômeno serem inseparáveis categorias em reciprocidade dialética, a tarefa científica consiste em “[...] extrair conceitualmente a essência desta unidade, tornando-a assim cognoscível [...]” (Lukács, 2018b, p. 204).

A forma científica é tanto mais elevada quanto mais adequado for o reflexo da realidade objetiva que oferecer, quanto mais for universal e compreensiva, quanto mais superar ou deixar para trás a imediata forma fenomênica sensivelmente humana da realidade, tal como esta se apresenta cotidianamente. [...] Isto significa que esta forma universal destrói, ou pelo menos supera, o inteiro conjunto das formas singulares e particulares, nas quais costuma aparecer a lei

que nela se manifesta, a fim de poder expressar com adequação suficiente a própria lei, revelando os momentos essenciais e comuns ocultos na superfície da imediatividade (Lukács, 2018b, p. 170–171).

Ao longo da *Estética*, Lukács realiza a análise da separação do reflexo científico da realidade em relação ao cotidiano para alcançar o objetivo principal de seu estudo: “[...] resolver adequadamente o que é nosso problema próprio: a separação do reflexo estético também a partir daquele solo comum” (Lukács, 1966, p. 210, tradução nossa).

O cotidiano, lugar onde interagem todas as objetivações e exteriorizações dos seres humanos, “[...] é começo e final ao mesmo tempo de todas as atividades humanas” (Lukács, 1966, p. 11, tradução nossa). O filósofo húngaro o exemplifica como um grande rio, de onde se desprendem formas superiores de reprodução da realidade, a exemplo da ciência e da arte, estas se elevam e alcançam suas especificidades e, nesse ínterim, exercem o efeito de desembocadura sobre o cotidiano novamente. Então, ao mesmo tempo em que se diferenciam da práxis do cotidiano, as formas superiores de objetivação elevam-se diante dele e influenciam-no. Isto ocasiona uma dupla interação com o cotidiano: ao tempo em que emergem dele, retornam a ele através dos seus efeitos, o que ocasiona uma ininterrupta relação entre cotidiano, ciência e arte (Lukács, 1966, tradução nossa).

A ciência, assim, advém do desdobramento da categoria trabalho, sob diversas mediações. Neste caso, o trabalho configura-se como “[...] fonte permanente de desenvolvimento da ciência” (Lukács, 1966, p. 43, tradução nossa), pelo fato de que “[...] o trabalho é a parte da realidade cotidiana que está mais próxima da objetivação científica” (Lukács, 1966, p. 44, tradução nossa). Porém, a desembocadura da ciência de volta ao cotidiano choca-se com sua imediatez, os resultados científicos nem sempre são corretamente reproduzidos, até mesmo podem sofrer uma involução. “Essa involução é possível porque as paradoxas relações do mundo cientificamente refletido voltam à palidez até tornar-se imediatez” (Lukács, 1966, p. 141, tradução nossa). Nota-se que, ao mesmo tempo em que do pensamento cotidiano se desprendem categorias como a ciência, tal solo comum também pode obstaculizar a generalização científica.

O reflexo científico, portanto, emerge do solo da cotidianidade, e desenvolve-se de acordo com as diferentes formações histórico-sociais, influencia em maior ou menor medida a vida cotidiana com os efeitos de sua desembocadura. Retomando o debate sobre singularidade, particularidade e universalidade, a ciência inscreve-se como a busca por revelar as leis universais do objeto pesquisado, elucidando sua legalidade imanente. Com isso, a ciência constitui-se como desantropomórfica. “[...] No caso da ciência, não se pode abrir mão do caráter desantropomórfico de cada problema dado” (Santos, 2018, p. 375).

A desantropomorfização realizada pela ciência é um instrumento do domínio do mundo pelo homem: é um passo à consciência, um levantamento ao método, daquele comportamento que, como temos notado, começa com o trabalho, separa o homem do animal e o ajuda a fazer-se homem. O trabalho e a forma consciente mais alta nascida dele, o comportamento científico, não são, pois, apenas um instrumento de domínio do mundo dos objetos, mas também, por serem assim, um rodeio que, pelo descobrimento cada vez mais rico da realidade, enriquece o homem mesmo, o torna mais completo e mais humano do que poderia ser sem ele (Lukács, 1966, p. 167, tradução nossa).

Tal excerto apresenta considerações fulcrais para a elucidação categorial da ciência. Ao tempo em que é desantropomórfica, a ciência se configura como um instrumento de domínio do mundo pelos seres humanos, porquanto é capaz de revelar o seu funcionamento adequado. Ademais, o reflexo científico configura-se como a forma mais alta de consciência provinda do trabalho. Tal consciência permite o descobrimento da realidade com sua aclaração objetiva, bem como retroage sobre a subjetividade humana de forma a enriquecê-la. Logo, a ciência permite uma forma de exteriorização humana que eleva a consciência do ser humano sobre a realidade em que vive.

[...] o reflexo científico transforma em algo para nós, com a máxima aproximação possível, o que é em si na realidade, na sua objetividade, na sua essência, nas suas leis; a sua eficácia sobre a subjetividade humana, portanto, consiste sobretudo na ampliação intensiva e extensiva, no alargamento e no aprofundamento da consciência, do saber consciente sobre a natureza, a sociedade e os homens (Lukács, 2018b, p. 268).

A ciência tem a capacidade de transformar o *em-si* em *para-nós*. Isso significa que a legalidade imanente da realidade existe *em-si*, independente da consciência humana. A novidade da ciência na constituição de um ser *para-nós* consiste em que o ser humano passa a ter consciência da realidade que o cerca, a exemplo da natureza, das relações sociais e até de si mesmo. A constituição da consciência realizada pela ciência permite a elucidação dos objetos investigados como patrimônio do gênero humano.

Porém, nem sempre a desembocadura da ciência de volta à cotidianidade realiza a generalização científica devido às inúmeras contradições postas nesse campo da vida humana. Todavia, tal reflexo demonstra a complexificação do ser social, tanto objetivamente, visto que o reflexo científico se objetiva na ciência, como forma de consciência mais elevada dos seres humanos, bem como subjetivamente, pois retroage na exteriorização dos seres humanos individuais, e na totalidade das exteriorizações humanas, em maior ou menor medida.

A forma de generalização da objetivação científica é realizada mediante a criação de um meio homogêneo, ou seja, uma forma de filtro da realidade que permite ao ser humano se soerguer da vida cotidiana e alcançar os reflexos mais refinados da humanidade. Assim, o pensamento desantropomorfizador científico cria formas de “[...] homogeneizar adequadamente fenômenos de uma determinada qualidade, arrancando-os do complexo imediato e aparentemente desordenado da realidade diretamente dada” (Lukács, 1966, p. 193, tradução nossa).

[...] todas as ciências, inclusive as sociais, criam sempre um meio homogêneo para captar e aclarar melhor as propriedades, as relações e as leis da parte da realidade em-si investigada em função de uma determinada finalidade cognoscitiva. O comum e essencial é que se trata sempre do em-si da realidade, que existe com independência do homem, inclusive quando é este o ente estudado, biológica ou histórico-socialmente, se tratando, em última instância, de leis e processos objetivos (Lukács, 1966, p. 191, tradução nossa).

Tais caracteres demonstram, além do caráter desantropomórfico do reflexo científico, a sua imanência, ou seja, o objetivo da investigação científica é “[...] aclarar suas conexões em-si, que, de outro modo, seriam imperceptíveis, e de poder estudar objetivamente essas

conexões em suas leis imanentes e em sua interação com outros grupos de objetos” (Lukács, 1966, p. 193, tradução nossa). Logo, a ciência é “[...] desantropomórfica e imanente” (Santos, 2018, p. 52). Ao visar a refiguração dos objetos em-si, mediante o reflexo científico através da imanência, tal forma de reflexo possibilita o afastamento de “[...] todas as determinações antropológicas, tanto as derivadas da sensibilidade, como as que procedem da natureza intelectual” (Santos, 2018, p. 47), caracterizando a desantropomorfização. Isso significa que o reflexo científico realiza a aclaração dos “[...] objetos em-si em objetos *para-nós*” (Lukács, 1966, p. 239, grifo nosso), mediante a consciência da realidade objetiva.

Logo, ao revelar a objetividade como ela é, o materialismo histórico-dialético visa promover a desfetichização da realidade.

[...] a desfetichização conseguida pelo método marxista, a investigação e seus resultados, põe sob uma nova luz o presente e o passado, a inteira existência humana que se acreditava conhecida. Assim se fazem compreensíveis todas as anteriores tentativas de captar essa existência em sua verdade, porque conseguem um sentido completamente novo. A perspectiva de futuro, o conhecimento do presente e a compreensão das tendências que o tem produzido, intelectual e praticamente, encontram-se assim em uma indissolúvel interação (Lukács, 1966, p. 17, tradução nossa).

A desfetichização realizada pelo método materialista histórico-dialético atinge o Serviço Social, quando tal profissão passa a se aproximar do marxismo no enfrentamento ao conservadorismo. A intenção de ruptura (Netto, 2005) assinala uma nova possibilidade ética ao Serviço Social, profissão perpassada por componentes éticos tradicionais, mas que consegue se erguer e perdurar em confronto com tentativas de estabelecer o projeto profissional conservador.

Considerações finais

O materialismo histórico-dialético possui a capacidade de superar a racionalidade mística e mistificada ligada ao fetichismo da mercadoria. Vai além da aparência fenomênica e alcança a essência da realidade. No entanto, o método por si só não é capaz de subverter o fetiche da mercadoria, mas somente de revelar o seu funcionamento na sociabilidade burguesa e os desdobramentos à classe trabalhadora. Neste âmbito, a aproximação do Serviço Social à ciência desfetichizadora marxista fortalece a materialização do Projeto Ético-Político.

A análise categorial marxiana demonstra que o fetichismo da mercadoria realiza um “poder inversor” sobre a realidade em que reifica a mercadoria ao status de humanidade em detrimento dos seres humanos da classe trabalhadora, por meio de sua coisificação, transformando-os em mercadoria. Tal descoberta, realizada mediante o materialismo histórico-dialético, revela a essência da exploração capitalista: a produção de valor e mais-valor como cerne da acumulação de capital.

Sob as constatações lukacsianas, o método materialista histórico-dialético, através do reflexo científico, permite o movimento inverso: a desfetichização da realidade e a constatação da historicidade e finitude do modo de produção capitalista. Ao revelar a essência da produção de valor — o trabalho humano abstrato — e a inversão da realidade

causada pelo fetichismo da mercadoria, o edifício categorial inaugurado por Marx possibilita a análise objetiva sobre o presente e as possibilidades de transformação e revolucionamento futuras.

Embora o reflexo científico possa revelar a objetividade da realidade, ou desfetichizá-la, ainda assim é embebido pelas contradições do capital. Lukács (2018b) toca no problema da decadência ideológica como ápice da apologética burguesa. A ciência burguesa decadente promove “uma mistura eclética” de “duas concepções errôneas da universalidade” (Santos, 2017, p. 46), a saber, tanto a “divinização do universal”, como, contrariamente a “degradação da universalidade ao papel de um subsídio simplesmente técnico” (Lukács, 2018b, p. 120). Tal problemática perpassa o formalismo e o irracionalismo que não alcança a dialética das categorias concretas da realidade, então, o “problema da particularidade desaparece do pensamento burguês” (Lukács, 2018b, p. 120).

Assim como as categorias singularidade, particularidade e universalidade são formalmente dicotomizadas e esvaziadas de seu verdadeiro conteúdo categorial na sociabilidade burguesa, a análise científica também é prejudicada pela proeminência do fenômeno em relação à essência, ou mesmo a sua completa elisão do pensamento científico burguês (Lukács, 2018b).

O fetichismo, portanto, atinge o método gnosiológico da ciência burguesa, bem como o Serviço Social. Somente o materialismo histórico-dialético pode combater frontalmente tais formas fetichistas de manifestação científica. O estudo aqui realizado coloca-se como uma contribuição ao debate categorial sobre a desfetichização no âmbito da pesquisa marxista no Serviço Social, em consonância com a ética de ruptura posta no Projeto Ético-Político profissional.

Referências

BARROCO, Maria L. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética Profissional do/a Assistente Social: Lei 8662/93 de Regulamentação da Profissão**. 10. ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, [2012]. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 12 out. 2025.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2022.

HOLANDA, Maria N. A. B. de. Capitalismo e reificação: do que se trata? In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 11., 2023, São Luís. **Anais eletrônicos [...]**. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. Disponível em: <https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2023/index.php>. Acesso em: 12 out. 2025.

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raúl de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez; Lima: Celats, 1982.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LUKÁCS, György. **Estética: la peculiaridad de lo estético: Livro I**. Barcelona: Ediciones Grijalbo, 1966.

LUKÁCS, György. **Introdução a uma estética marxista: sobre a particularidade como categoria da estética**. São Paulo: Instituto Lukács, 2018b.

LUKÁCS, György. **Para a ontologia do ser social**. Maceió: Coletivo Veredas, 2018a.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: Livro I**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

NETTO, José P. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. [1999]. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/a-construcao-do-projeto-etico-politico-do-servico-social-201608060411147630190.pdf>. Acesso em: 12 out. 2025.

NETTO, José P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, José P. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós 64**. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Débora R. **Ética e Serviço Social: um estudo introdutório a partir de György Lukács**. Campinas: Papel Social, 2018.

SANTOS, Derivaldo. **A particularidade na estética de Lukács**. São Paulo: Instituto Lukács, 2017.

SANTOS, Derivaldo. **Estética em Lukács: a criação de um mundo para chamar de seu**. São Paulo: Instituto Lukács, 2018.

TONET, Ivo. **Método científico: uma abordagem ontológica**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

Submetido em: 21/10/2025

Revisto em: 5/1/2026

Aceito em: 7/1/2026



Fio de Ariadne: o método marxiano na construção do Código de Ética

Ariadne's thread: Marxian method in the construction of the Code of Ethics

Douglas Michel Capiotti*

 <https://orcid.org/0000-0002-9289-3795>

Gabriel Martins**

 <https://orcid.org/0000-0003-2505-8201>

RESUMO

O presente artigo propõe-se a resgatar os fundamentos do debate ético do Serviço Social brasileiro, fazendo o caminho inverso, do Projeto Ético-Político (PEP) aos seus fundamentos. O objetivo é explicitar que as tensões políticas e disputas no seio da profissão são expressões das lutas sociais fundamentais. Defende-se que a direção social do PEP, desde a hegemonia da corrente Intenção de Ruptura, tem suas bases mais sólidas e radicais nas conquistas do debate ético desenvolvidas a partir da apropriação e uso do método marxiano. Para demonstrar a tese, o artigo divide-se em duas partes: a primeira é dedicada à síntese do processo de constituição do Código de Ética de 1993 (CE) como resultado do movimento de apropriação do método marxiano na construção desse documento central. A segunda parte realiza a análise dos elementos marxistas que tensionam este projeto à emancipação da sociedade dividida em classes sociais. Os resultados demonstram que a apropriação da teoria marxiana representa um divisor de águas histórico, sendo fundamental para a superação do legado conservador e para a conformação do PEP. O CE de 1993, que permanece vigente, consolida uma concepção ética de base ontológica e introduz a liberdade como valor fundante. Em síntese, a apropriação da teoria marxiana forneceu uma base ontológica para a Ética, permitiu a crítica radical ao moralismo e orientou o projeto profissional para o compromisso de classe e o horizonte da emancipação humana.


PALAVRAS-CHAVE

Código de Ética; Serviço Social; Método marxiano; Projeto Ético-Político.

*Estudante. Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, Florianópolis, Brasil). Doutorando em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, Florianópolis, Brasil). E-mail: douglas.capiotti@yahoo.com.br

**Professor. Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil). Docente de Serviço Social no Instituto Latino-Americano de Economia, Política e Sociedade da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA, Foz do Iguaçu, Brasil). E-mail: gabriel.martins.unila@gmail.com

DOI 10.22422/temporalis.2026v26n51p168-185

 © A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2026 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

ABSTRACT

This article aims to recover the foundations of the ethical debate in Brazilian Social Work by taking the reverse path, from the Professional Ethical-Political Project (PEPP) back to its foundations, with the objective of explicating that the political tensions and disputes within the profession are expressions of fundamental social struggles. It argues that the social direction of the PEP, since the hegemony of the Breakaway Intention current, has its most solid and radical foundations in the achievements of the ethical debate developed from the appropriation and use of the Marxian method. To demonstrate this thesis, the article is divided into two parts: the first is dedicated to synthesizing the process of establishing the 1993 Code of Ethics (CE) as a result of the movement of appropriating the Marxian method in the construction of this central document, while the second part analyzes the Marxist elements that drive this project towards the emancipation of a society divided into social classes. The results demonstrate that the appropriation of Marxian theory represents a historic watershed, being fundamental for overcoming the conservative legacy and for shaping the PEP; the 1993 CE, which remains in force, consolidates an ethically grounded ontological conception and introduces freedom as a foundational value. In summary, the appropriation of Marxian theory provided an ontological foundation for Ethics, enabled a radical critique of moralism, and guided the professional project towards class commitment and the horizon of human emancipation.

KEYWORDS

Code of Ethics; Social Work; Marxian method; Professional Ethical-Political Project.

Introdução

A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro (PEP) é um processo complexo, mas historicamente determinado, que se desenvolveu no processo de superação do legado conservador da profissão e se tornou hegemônico por meio da apropriação de referenciais críticos, com destaque ao papel central desempenhado pela tradição marxista.

O PEP, evidentemente, não surgiu como um conjunto de documentos prontos ou um conjunto de valores abstratos, mas sim como um movimento de intenções e ações que expressa as disputas entre sujeitos reais pela direção social da profissão e como orientação à prática profissional e à pesquisa e produção do conhecimento na área.

No presente texto, nos propomos a resgatar os fundamentos do debate ético, fazendo o caminho inverso, do PEP aos seus fundamentos. O objetivo é explicitar que as tensões políticas e disputas são expressões das lutas sociais fundamentais. Nesse sentido, a direção social do PEP no Serviço Social brasileiro, desde a hegemonia da corrente conhecida como *Intenção de Ruptura* no processo de Reconceituação da profissão nessas terras, tem em suas bases mais sólidas e radicais as conquistas do debate ético desenvolvido a partir do processo de apropriação e uso do método marxiano.

Dessa forma, a construção, hegemonia, defesa e desenvolvimento do PEP do Serviço Social brasileiro apresentam a necessidade permanente de aprofundamento do debate ético no âmbito do marxismo, posto serem essas as raízes mais firmes e radicais que sustentam o horizonte de emancipação de orienta a profissão. Mais que isso, defendemos que além da materialização de valores inequivocamente amparados nas conquistas teórico-políticas do marxismo, o processo de construção permanente do PEP tem no método marxiano o seu fundamento, o que se materializa mais emblematicamente nos processos de desenvolvimento, crítica, consolidação, ruptura e superação sintetizados nos Códigos de Ética da profissão.

Historicamente, o Serviço Social se configurou inicialmente como uma profissão fortemente influenciada pelo conservadorismo moral e político (Iamamoto; Carvalho, 2006). Os dois primeiros Códigos de Ética profissionais no Brasil, datados entre 1947 e 1965, respectivamente, eram pautados em uma perspectiva ética tradicional conservadora e expressavam a hegemonia dessa perspectiva no âmbito profissional (Cardoso, 2017).

A atualização de 1975, por sua vez, representou uma atualização dessa perspectiva, em um processo da modernização conservadora (Netto, 2005). Foi somente em 1986 que a profissão conseguiu iniciar o processo de superação histórica dessa herança, que tem um inequívoco salto de qualidade na promulgação do Código de Ética de 1993, que expressa o princípio da hegemonia crítica no seio da profissão (Paiva *et al.*, 2010). A trajetória do Serviço Social é, portanto, marcada por um processo de renovação profissional que foi gestado no contexto da modernização conservadora implementada pela autocracia burguesa (Barroco, 2023). Esse movimento de renovação implicou a laicização da profissão e a construção de um pluralismo que permitiu o surgimento de uma vertente profissional caracterizada pela *intenção de ruptura* com o conservadorismo tradicional (Barroco, 2023; Netto, 1991).

A ruptura iniciada pelo código de 1986 reflete, portanto, uma luta pela hegemonia entre projetos profissionais e sociais no interior da categoria (Barroco, 2023). Esse primeiro código de matiz crítico é superado pelo Código de 1993, que permanece vigente. O atual Código de Ética da profissão é, desse modo, o resultado de um aprofundamento teórico, notadamente com a reflexão sobre os fundamentos ontológicos e o discernimento teórico-político entre os processos de emancipação política e humana (Wanderley *et al.*, 2023).

Sob esse prisma, este artigo visa ressaltar que as transformações nos Códigos de Ética expressam o resultado de lutas entre projetos societários no interior da profissão. Assim, destacamos que além da influência teórica do marxismo (Sobrinho, 2025), o próprio processo de construção e amadurecimento crítico da categoria foi permeado pelo desenvolvimento paulatino do método marxiano. Nossa compreensão identifica, dessa forma, que os objetivos, direção social e fundamentos ontológicos — todos de matizes marxianas — são expressões da hegemonia do projeto societário de orientação marxiana como incorporado pela profissão.

Apresentando-se enquanto um estudo de sistematização e síntese, nosso texto busca ressaltar o debate sobre projeto societário enquanto fundamento da radicalização dos objetivos, direção social e princípios ontológicos nos Códigos de Ética do Serviço Social brasileiro. Esse debate, por seu turno, indica que tem no desenvolvimento do debate sobre o método marxiano o impulsionador principal desse processo.

Nossas conclusões são fruto de nosso estudo sobre o debate ético no Serviço Social brasileiro, que suscita a compreensão do desenvolvimento paulatino da compreensão do método marxiano enquanto vetor decisivo para o desenvolvimento sobre os princípios ontológicos centrais. Quando mobilizados os textos de referência tanto sobre ética quanto sobre a história do Serviço Social brasileiro, observamos que nossa hipótese inicial sobre o debate sobre o método marxiano ser um dos fundamentos para a radicalização e

centralidade do debate de projetos societários enquanto fundamento dos projetos profissionais parece ser promissora.

Nesse sentido, calcados no método marxiano, lançamos luz à história dos Códigos de Ética do Serviço Social brasileiro, visando ressaltar a centralidade paulatina dos projetos societários enquanto o fio condutor do desenvolvimento desses documentos. Para demonstrarmos nossa tese, o artigo divide-se em duas partes, sendo a primeira dedicada à síntese do processo de constituição do Código de Ética de 1993 como resultado do movimento de apropriação do método na construção do documento central da profissão. Na segunda parte do artigo, realizamos a análise dos elementos marxistas que tensionam este projeto à emancipação da sociedade dividida em classes sociais, considerando sempre os limites de uma pesquisa realizada a partir da síntese de um processo complexo.

Do legado conservador à ruptura como necessidade histórica

Por mais de quatro décadas, o Serviço Social brasileiro operou sob códigos de ética de natureza conservadora, anteriores ao marco de 1986 (Barroco, 2023). Os códigos de 1947, 1965 e 1975 estavam fundados em valores a-históricos e subordinavam a compreensão da questão social à categoria de “questão moral” (Barroco; Terra, 2012). A concepção ética desses documentos estava direcionada à promoção da “ordem” e da “harmonia” social, buscando a “correção” dos “desajustamentos” sociais (Barroco; Terra, 2023). A direção política era de preservação do *status quo*, legitimando a ação disciplinadora do Estado (Barroco, 2023).

O Código de 1975, em particular, reproduzia o conservadorismo tradicional, adaptando-se às demandas da ditadura militar, afirmando explicitamente a subordinação da profissão ao Estado em nome do “bem comum” (Barroco, 2023; CFAS, 1975, p. 7). Nesse período, os usuários eram dissolvidos no conceito abstrato de “pessoa humana” (Barroco, 2023), concebendo-se os valores como universais e situados acima dos interesses de classe (CFAS, 1986, p. 7).

Essa visão impedia o desvelamento da condição de classe dos usuários e mantinha o compromisso velado ou explícito com o poder instituído (Barroco, 2023). À superação dessa perspectiva exigia-se uma nova ética que refletisse uma vontade coletiva e uma nova visão da sociedade brasileira, emergindo da inserção da categoria nas lutas da classe trabalhadora (CFAS, 1986, p. 7).

Essas críticas, por seu turno, expressavam o fundamento das mudanças na profissão no Brasil entre as décadas de 1960 e 1980, período marcado pela confluência de novas requisições sociais, com uma prática profissional conservadoramente modernizada pela hipertrofia do capital industrial e suas requisições particulares e por um processo formativo que demanda por profissionais “modernos”, aptos a lidar com o crescimento exponencial do mercado de trabalho para assistentes sociais diante do “milagre econômico” industrial brasileiro simultâneo ao crescimento do pauperismo relativo e mesmo absoluto no período autocrático (Netto, 2005, p. 116–123).

Segundo Netto:

Com efeito, as referidas condições novas reclamavam um[a] inteira refuncionalização das agências de formação dos assistentes sociais, apta a romper de vez com o confessionalismo, o paroquialismo e o provincianismo que historicamente vincularam o surgimento e o evoluir imediato do ensino do Serviço Social no Brasil – além, naturalmente, da expansão quantitativa das próprias agências (Netto, 2005, p. 124).

Dentre essas novas agências, o período inaugura o ingresso da formação profissional no âmbito universitário. Diferente, porém, de outras profissões de nível superior que foram refuncionalizadas durante o período ditatorial, o Serviço Social ingressa na academia nesse período, e assim o faz eivado de novas requisições e em processo de modernização conservadora que laiciza a formação e complexifica o exercício. Nesse contexto, as fontes que inundaram a formação com as águas do positivismo, sobretudo, norte-americano já a partir da década de 1940, agora convivem com o influxo das disciplinas de Sociologia, Psicologia, Antropologia e áreas a afins, ampliando o debate no processo formativo de profissionais do Serviço Social (Netto, 2005).

Contraditoriamente, as demandas e processos formativos sob a batuta autocrática criam assim condições para uma renovação do Serviço Social: “[...] a autocracia burguesa criou simultaneamente um espaço onde se inscrevia a possibilidade de se gestarem alternativas às práticas e às concepções profissionais que ela demandava” (Netto, 2005, p. 129). Dentre essas possibilidades, gesta-se nesse período a possibilidade de superação da subalternidade tanto da prática profissional quanto da formação. A subalternidade da prática profissional decorreu da restrição da atuação à execução terminal das políticas sociais. Já a subalternidade formativa era resultado da formação profissional de debates de outras disciplinas das Ciências Sociais (Netto, 2005, p. 131).

Assim, o processo de expansão e as novas requisições da ditadura civil-militar brasileira de 1964 a 1985 demandavam desenvolvimento profissional e, por consequência, formação mais especializada. Nesse sentido, foram as demandas de modernização conservadora que criaram condições de contrapeso à subalternidade dos assistentes sociais tanto em âmbito formativo quanto interventivo (Netto, 2005, p. 137).

Essa potencialidade de superação da subalternidade fica, porém, encapsulada por décadas. As contradições entre o conservadorismo e sua reatualização e as perspectivas pela modernização conservadora dominam o debate profissional, enquanto ocorre o espraiamento das críticas promovidas pelo movimento de Reconceituação — na esteira da Revolução Cubana, de 1959 —, que fornece subsídios críticos à profissão, ante o movimento reacionário das ditaduras civis-militares que contaminam e solapam a América Latina.

Nesse contexto de disputas em aberto, no decorrer da década de 1970, a perspectiva modernizadora torna-se hegemônica enquanto a perspectiva crítica — denominada de *intenção de ruptura* — não sai de sua pupa. Em princípio, a perspectiva crítica encontra solo fértil no meio acadêmico que, enquanto é ainda periférica, lhe permite acumular forças e desenvolver o debate teórico-metodológico e de fundamentos que lhe possibilita a futura

virada na profissão (Netto, 2005, p. 253), ocorrida no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (III CBAS), realizado em setembro de 1979, em São Paulo.

Em 1979, em meio aos debates sobre o currículo mínimo para os cursos de graduação em Serviço Social que seriam aprovados pelo Ministério da Educação (MEC) em 1982, e como demandada pela tecnificação da profissão durante o regime ditatorial civil-militar, as conquistas da Reconceituação são incorporadas às discussões e culminam na primeira orientação formativa com elementos teórico-político críticos (Iamamoto, 2014).

Com a direção política paulatinamente hegemônica pela intenção de ruptura, um novo Código de Ética é aprovado em 1986 e radicalizado em nova versão, em 1993. Nesse mesmo ano, é aprovada a Lei que regulamenta a profissão (1993) e materializa a nova direção ético-política em competências e atribuições. Em 1996, a profissão aprofunda sua nova orientação ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica, a partir das novas Diretrizes Curriculares (1996) para a formação dos novos profissionais. Guerra (2013, p. 38) ressalta a concretude desses novos documentos:

Nestes documentos, inscrevem-se tanto os valores que a profissão determina, o conjunto de competências socioprofissionais e políticas quanto a direção político-profissional estratégica. Então, Lei de Regulamentação, Código de Ética e Diretrizes Curriculares da formação profissional não são apenas instrumentos jurídicos, contemplam também orientações técnico-operativa e ideológicas.

E é a partir da articulação dessas entidades, orientadas pela nova perspectiva, que a profissão recebe uma radical reorientação de sua direção social e de sua formação. Nesse contexto, o Código de Ética de 1986 representou a primeira fase, iniciando esse movimento de radical ruptura, encerrando mais de quatro décadas de códigos conservadores (Barroco, 2023).

O Código de 1986 afirmou a dimensão política da profissão, reivindicando um novo *ethos* e um comprometimento com as necessidades e interesses dos trabalhadores (Barroco, 2023). Seu caráter de ruptura se objetivou na sua visão histórica, na negação do trato abstrato dos valores e na recusa da pretensão “imparcialidade” dos códigos anteriores (Barroco, 2023). Ao desvelar a condição de classe dos usuários, recusou o compromisso velado ou explícito com o poder instituído (Barroco, 2023).

Apesar de suas conquistas, o Código de 1986 apresentou fragilidades que geraram demandas para sua reformulação já no final dos anos 1980 (Barroco, 2023). A principal dessas fragilidades era a falta de fundamentação ética, uma vez que aquele documento não apresentou os fundamentos teóricos que sustentavam seu compromisso político. Segundo Barroco (2023) e Wanderley *et al.* (2023), a carência de fundamentação ética do Código de 1986 pode ser, em parte, explicado pela ausência de uma literatura ética profissional robusta na década de 1980.

Consequentemente, o Código de 1986 não conseguiu evidenciar sua operacionalização, falhando em explicitar as mediações entre o compromisso com a classe trabalhadora e a intervenção profissional cotidiana, nem como esse compromisso se traduziria em direitos e deveres (Barroco, 2023; Wanderley *et al.*, 2023). A necessidade de revisão foi agendada

pelo CFESS, culminando em seminários nacionais que envolveram todas as entidades representativas (CFESS, 2011, p. 21).

A aprovação do Código de 1993 se deu em um contexto de desdobramentos do neoliberalismo, precarização do trabalho, avanço das ideologias pós-modernas e da derrocada do “socialismo real” (Netto, 1995; Barroco, 2023). Contudo, o novo código ganhou impulso no interior das lutas por direitos e debates promovidos pelas entidades da categoria, revelando a luta pela hegemonia contra tendências que pretendiam a regressão das conquistas de 1986, como a eliminação da referência ao compromisso com a classe trabalhadora (Barroco, 2023).

O Código de Ética de 1993 mantém a continuidade com o de 1986, mas supera suas fragilidades ao fundamentar sua concepção ética e explicitar as mediações operativas entre valores e exercício profissional (Barroco, 2023). Sua concepção passa a ser de base ontológica, pressupondo que a ética deve ter como suporte uma ontologia do ser social (CFESS, 2011, p. 10; Barroco, 2010).

A crise da ditadura e o processo de redemocratização (anos 80) propiciaram, dessa forma, a reorganização política dos assistentes sociais (Barroco, 2023). O III CBAS (1979) marcou a “virada”: momento em que a categoria se posicionou politicamente em favor dos interesses da classe trabalhadora (Abramides, 2019; Barroco, 2023).

A maturidade teórica na apreensão do marxismo na análise da profissão é reconhecida a partir da obra de Yamamoto e Carvalho (1985), que foi seguida pela Revisão Curricular, adotando uma direção social orientada para o compromisso com a classe trabalhadora (Barroco, 2023). A teoria social de Marx se apresentou, a partir dos anos 1980, como uma possibilidade concreta para repensar o ser social em suas relações, permitindo o afastamento das práticas neotomistas e positivistas/funcionalistas que inibiam a apreensão da totalidade social (Sobrinho, 2025).

A matriz marxiana/marxista é, logo, o fundamento teórico central do projeto de 1993 (Sobrinho, 2025). Está assentada no trabalho como centralidade da (re)produção da vida social, categoria elementar para a explicitação das bases sócio-históricas das ações éticas (Sobrinho, 2025).

O processo de apropriação do marxismo no Serviço Social foi complexo, marcado por conflitos (Sobrinho, 2025). Inicialmente, houve a supervalorização da dimensão política — o chamado politicismo — em detrimento das dimensões teórica e metodológica (Maranhão, 2014; Sobrinho, 2025). A aproximação ao marxismo deu-se muitas vezes pela militância político-partidária, sendo a discussão teórica incorporada mais tardiamente ao debate acadêmico-profissional (Quiroga, 1991, p. 102; Sobrinho, 2025).

Superadas essas questões, a dimensão política foi elucidada como o espaço privilegiado de luta pelo poder, onde a luta contra-hegemônica se articula com os movimentos democráticos da sociedade (Sobrinho, 2025). É nessa perspectiva que se consolida o PEP, que é a expressão da unidade dialética entre ética e política (Sobrinho, 2025). A dimensão política da profissão se realiza à medida que o profissional assume conscientemente seus

compromissos sociopolíticos, constituindo a resposta política para o enfrentamento das condições do capitalismo (Guerra, 2007, p. 25).

A influência marxista permitiu ainda ao Serviço Social discernir entre a emancipação política e a emancipação humana (Wanderley *et al.*, 2023). O Código de Ética almeja a emancipação humana, que é o horizonte histórico do projeto (Barroco, 2023). A emancipação política, sob a vigência burguesa, é limitada, restringindo-se à esfera da cidadania, embora seja importante (Mirales, 2023). Assim, mais que uma história dos documentos (códigos de ética) o que percebemos que esses mesmos documentos expressam a disputa política que se desenvolveu na profissão, exibindo a hegemonia de cada concepção enquanto o horizonte e finalidade do fazer profissional e da autoimagem desses profissionais nos embates sociais em curso.

Mas os códigos de ética, junto dos outros documentos oficiais que regulamentam, organizam e guiam a formação e a atuação profissional extrapolam a autoimagem desses sujeitos, os vinculando a uma direção social hegemônica na categoria, constituindo-se, portanto, todos em partes interdependentes do PEP. Este almeja, por seu turno, vincular-se a um projeto de transformação da sociedade e assume, assim, o ideário da emancipação humana como medida de valor e horizonte. A emancipação humana, embora limitada na ordem burguesa, é o horizonte que implica a superação radical das relações capitalistas, distinguindo-se das conquistas parciais da emancipação política, do contrário, não expressaria uma nova ordem societária enquanto objeto de construção.

É nesse aspecto que destacamos que a apropriação da teoria e método marxianos pelo Serviço Social brasileiro representam um divisor de águas histórico, sendo fundamental para a superação do seu legado conservador e para a conformação do PEP. Ressaltamos ainda que esse movimento não se limitou a uma conquista realizada e não está limitado, portanto, ao passado. Ao contrário, ele se faz presente e exhibe premência, inclusive.

O PEP, assim conformado, exige que a ação profissional se articule, em termos de projeto societal, a uma práxis política motivada pela ultrapassagem dos limites à democracia, à plena expansão da liberdade e à emancipação humana, fundamentos éticos do próprio marxismo, mas que não são estanques e irrevogáveis em um contexto de luta de classes permanente no modo de produção capitalista, e que, sobretudo, é marcado pela conjuntura caracterizada pelo neoconservadorismo e irracionalismo.

Essas ideologias promovem a moralização das expressões da “questão social” e a negação da política e da ética, justificando a fragmentação e o individualismo. O enfrentamento desses desafios exige uma análise crítica da realidade, buscando o suporte teórico-metodológico marxiano para o desvelamento do real, de sua essência histórica e estamos convictos de que o referencial marxiano é ainda vital para o enfrentamento das condições adversas atuais, ao que retomamos seus fundamentos na seção a seguir.

O fio de Ariadne: o método que possibilitou a superação crítica da herança conservadora

Apresentados os elementos históricos e a importância que a apropriação da teoria e do método marxiano tiveram ao Serviço Social brasileiro, podemos avançar para a

compreensão da pertinência que os delineamentos ontológicos esboçados por Marx e aprofundados por Georg Lukács e Agnes Heller, tiveram na construção de uma teoria e uma prática condizentes com o compromisso político afirmado desde 1986 e que serão aprofundados na década de 1990.

No percurso da análise acerca da discussão sobre ética e moral no âmbito da profissão, destacamos anteriormente a marca conservadora que a acompanhou. O Serviço Social tradicional orientava-se, portanto, na compreensão de princípios absolutos como o de uma essência humana predeterminada e a-histórica, bem como na compreensão de uma ordem universal eterna e imutável:

Nesse contexto [até a década de 80], os valores adquirem um conteúdo universal abstrato: pertencem à natureza humana que emana de Deus. Assim, valores como *pessoa humana, bem comum, perfectibilidade, autodeterminação da pessoa humana, justiça social* são abstraídos de suas particularidades e determinações históricas, tornando-se referência para uma concepção de humano genérico que não se articula com o indivíduo social, em sua concretude histórica (Barroco; Terra, 2012, p. 44, grifo do autor).

Essa compreensão da profissão e suas funções orientadas para a moralização das relações, buscava intervir visando o “[...] ajustamento e adequação dos sujeitos às normas sociais e aos padrões de normalidade instituídos, corrigindo todos e quaisquer desníveis e disfunções, tendo por base os princípios cristãos na moralização da sociedade” (Cardoso, 2017, p. 327). Afirmando-se através de valores abstratos, diluía-se a compreensão de “amor ao próximo” ou “fazer o bem” em uma concepção única e abstrata de “bem”, sem compreender as vinculações e mistificações existentes nesta formulação que ocultavam as contradições de classe, de gênero e étnico-raciais que são constitutivas do modo de produção capitalista e assumem feições ainda mais dramáticas em sociedades de extração colonial (Brites; Barroco, 2022).

Essa fundamentação moralista/conservadora que até então orientava os Códigos de Ética (CE) será questionada — no âmbito da discussão ética — com maior assertividade nos anos 1990, na esteira das disputas pela direção da profissão e pela crise dos projetos societários alternativos ao capitalismo. Evidenciou-se uma necessária retomada dos fundamentos da teoria social marxiana e neste intento esgrinou-se também contra as interpretações reducionistas, mecanicistas e economicistas da obra de Marx, como expressas no âmbito da Terceira Internacional (Netto, 1995).

Nessa direção, o encontro de intelectuais do Serviço Social com a obra de Lukács se mostrou oportuno. Na década de 1950, derrotados os regimes fascistas e nazistas, Lukács afirmou a necessidade de um retorno a Marx, buscando dirimir as confusões acerca das interpretações da obra do fundador do marxismo. Lukács afirmava a necessidade da compreensão do estatuto ontológico presente na obra do pensador alemão, tal que o magiar afirma que todos os enunciados marxianos, “[...] se interpretados corretamente, isto é, fora dos preconceitos da moda, são ditos, em última análise, como enunciados diretos sobre certo tipo de ser, ou seja, são afirmações puramente ontológicas” (Lukács, 2012, p. 281).

Levando em consideração o projeto lukasciano, percebe-se a semelhança de objetivos com aqueles que almejavam a ruptura com o conservadorismo e com o marxismo vulgar nas interpretações e práticas dos/as assistentes sociais nas disputas pela hegemonia no Serviço Social na passagem para a década de 1990. Afirmavam que a crítica radical ao capital e sua sociabilidade não poderia prescindir das contribuições de Marx (Netto, 2010). Essa aproximação apontou a direção de uma necessária superação desse marxismo reducionista e economicista que convivia com as vertentes conservadoras e redundavam — com as devidas diferenças — em uma paralisia e resignação diante do avanço do neoliberalismo e seu corolário de aumento da miséria, violência, desemprego e espoliação da classe trabalhadora.

O diálogo com a obra lukasciana foi conjugado com a apropriação das elaborações de Agnes Heller em seu período marxista¹, em que ela desenvolveu hipóteses e teorias a partir do diálogo direto com Lukács — seu professor na Hungria — e a obra de Marx. Nessa apropriação desses três autores, foi-se percebendo mais nitidamente a necessidade de uma nova formulação ética, visto o descompasso existente entre o tempo histórico vivenciado e o arsenal teórico-metodológico e prático que a profissão possuía no correr dos anos 1980. Entendeu-se que a reflexão ética deveria ter “[...] como suporte uma ontologia do ser social, vale dizer, uma concepção do modo de ser e reproduzir-se do ser social” (Paiva *et al.*, 2010, p. 164).

Nessa direção, compreendemos como fundamental a compreensão do *trabalho* conforme delineado por Marx ao longo de sua obra. Marx (2013) afirmará o trabalho enquanto processo entre os seres humanos e a natureza, pertinente apenas ao ser social. A distinção entre o ser humano e os outros animais reside na capacidade de antecipar e de projetar idealmente os possíveis resultados de sua ação, a teleologia.

Na natureza, os animais agem por uma necessidade biológica, sendo determinados por essa mesma necessidade. O ser social, entretanto, constitui-se enquanto tal mediante o trabalho, processo em que sua produção e reprodução da vida vai diminuir o elemento puramente natural que antes incidia sobre ela, levando, assim, ao recuo das barreiras naturais (Lukács, 2013).

Dotado de capacidade teleológica, o ser social aparecerá enquanto ser capaz de escolher entre alternativas. Diante delas, coloca-se a possibilidade da liberdade humana, pois é “[...] mediante o processo de trabalho que o ser social se constitui, se instaura como distinto do ser natural, dispondo de capacidade teleológica, projetiva, consciente; é por esta socialização que ele se põe como ser capaz de liberdade” (CFESS, 2012, p. 22). Nessas decisões entre alternativas está contido o fenômeno originário da liberdade, objetivado pelo processo de trabalho. A decisão entre alternativas, entretanto

[...] não consiste na mera escolha entre duas possibilidades – algo assim também pode suceder na vida de animais de organização mais elevada –, mas na escolha entre o valioso e adverso ao valor, eventualmente (em estágios mais elevados) entre duas espécies de valor, entre complexos de valor, justamente porque a escolha entre objetos não se dá de modo, em última análise, estático, apenas biologicamente determinado, mas tomam-se decisões de modo ativo e prático

¹ Veroneze e Martinelli (2015) apontam que o período marxista de Heller contempla os anos de 1956 e 1978.

sobre se e como determinadas objetivações podem ser realizadas. O desenvolvimento da sociedade humana – considerada do ponto de vista dos sujeitos humanos – consiste essencialmente em que tais decisões dominam todos os passos na vida humana, desde os mais cotidianos até os mais elevados (Lukács, 2013, p. 374–375).

Dessa constatação, podemos avançar para a compreensão da ética e da moral, pois elas estão compreendidas e postas pelos mesmos processos de produção e autoconstrução do ser social através do trabalho:

A ética — entendida como modo de ser socialmente determinado — tem sua gênese no processo de autoconstrução do ser social. Sob esse prisma de análise social e histórica, entende-se que o ser social surge da natureza e que suas capacidades essenciais são construídas por ele no seu processo de humanização: ele é autor e produto de si mesmo, o que indica a historicidade de sua existência, excluindo qualquer determinação que transcenda a história e o próprio homem (Barroco; Terra, 2012, p. 19–20).

Barroco (2009) afirma que se pode compreender como sujeito ético-moral aquele/a que é considerado capaz de responder por seus atos em termos morais, capacitado para discernir entre valores. Estes últimos podem ser compreendidos como o “[...] conjunto de todas as relações, produtos, ações, ideias etc. sociais que promovem o desenvolvimento da essência humana no estágio histórico tomado em consideração” (Heller, 2014, p. 105). Dialogando com Gyorgy Márkus, a filósofa explicitará alguns atributos que constituiriam a essência humana: objetivação (trabalho), socialidade, universalidade, autoconsciência e liberdade (Heller, 2014).

Um valor é considerado positivo quando ele contribui para enriquecer o ser genérico do homem, conferindo-lhe maiores possibilidades de objetivação. Na direção contrária, tudo que impede ou impõe resistência a esses processos são entendidos como valores negativos (Heller, 2014). Coloca-se como fundamental a compreensão de que o ser humano é um sujeito capaz de discernir entre valores e optar por aqueles que contribuam para o desenvolvimento de suas capacidades humanas e de pertencimento ao gênero humano enquanto coletividade. Considerada ontologicamente, “[...] a consciência moral fundamenta-se na liberdade; vincula-se à responsabilidade do sujeito ético que escolhe com compromisso em face das alternativas e dos riscos envolvidos” (Barroco, 2009, p. 79).

Há, portanto, a necessidade de que o sujeito ético seja consciente e dotado de vontade, não existindo coação psicológica, física ou de natureza similar em suas escolhas (Barroco, 2009). Dentro desta perspectiva, elucida-se o primeiro princípio fundamental do CE de 1993, a saber, o “[...] [r]econhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes — autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais” (CFESS, 2012, p. 23). Entretanto, nas sociedades divididas por classes, os interesses das classes economicamente dominantes assumem material e espiritualmente formas que impedem a tomada de consciência e a efetivação das liberdades humanas.

No âmbito da sociedade burguesa que vivemos, somos socializados em sistemas normativos e com costumes instituídos. Essa classe dominante nesse modo de produção — a burguesia — esteve também exposta aos valores de outras classes antes de instaurar seu domínio econômico e cultural sobre as classes derrotadas, estabelecendo uma nova

contradição de classes e colocando novos valores morais na sociabilidade. Dentro dessa perspectiva, a moral assume funções ideológicas na luta de classes, pois pode contribuir “[...] para a veiculação de modos de ser e de valores que favorecem a legitimação da ordem social dominante” (Barroco, 2009, p. 161).

Dessa forma, no seu cotidiano, o assistente social também é afetado por múltiplas determinações que o colocam em contato com valores que podem estar em conflito com os estabelecidos no Código de Ética da profissão. Há um conjunto de instituições e relações que nos socializam em distintos valores, orientados para a reprodução de uma determinada ordem econômica e de interesses.

Como fizemos menção, esses valores na sociedade capitalista estão vinculados às necessidades da acumulação capitalista em escala ampliada e da defesa da propriedade privada (Marx, 2013). Como consequência, temos que “[...] [n]a medida em que o *éthos* burguês é dominante, a formação moral dos indivíduos tende a incorporá-lo e reproduzi-lo, contando com várias instâncias de desenvolvimento da sociabilidade, como as educativas, religiosas e culturais” (Brites; Barroco, 2022, p. 84).

Nessa direção, conforme salientam Barroco e Terra (2012, p. 35), a não viabilização dos valores do CE de 1993 no cotidiano profissional não significa que outros valores não estejam sendo objetivados nas ações profissionais, conscientemente ou não, pois

[q]uando a ética não exerce essa função crítica, pode contribuir, de modo peculiar, para a reprodução de componentes alienantes; colocar-se como espaço de prescrições doutrinárias; favorecer a ideologia dominante; obscurecer os nexos e as contradições da realidade; fortalecer o dogmatismo e a dominação; remeter os valores para uma origem transcendente à história; fundamentar projetos conservadores; operar de modo a não superar a imediatividade dos fatos; ultrapassá-los, mas não apreender a totalidade, contribuindo para que os homens não se autorreconheçam como sujeitos éticos (Brites; Barroco, 2022, p. 39).

Na contramão, exercendo uma ética crítica, há o comprometimento na construção de perspectivas que apontem para uma sociedade em que os seres humanos possam se realizar livremente, objetivando valores que enriqueçam sua essência humana. Nesse intento, há a necessidade da crítica da moral dominante que se fundamenta na alienação moral, afirmando valores que sua própria estrutura econômica impede a realização, como a liberdade dentro da sociedade burguesa. Essa estrutura social, apesar da afirmação formal da liberdade e da igualdade de todos, está fundamentada na propriedade privada dos meios de produção e na divisão social do trabalho (Marx, 2013).

O fundamento da liberdade no modo de produção capitalista se restringe ao âmbito do consumo dos bens socialmente produzidos e à venda da sua força de trabalho, não avançando na liberdade em relação aos próprios meios de produção (Marx, 2013). Para este fim, conforme nosso quarto princípio fundamental, nos colocamos em “[d]efesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida” (CFESS, 2012, p. 23).

Este princípio reflete a influência dos movimentos sociais e partidos políticos na efervescência dos anos 1980 com as grandes greves do ABC paulista e movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, mas igualmente dialogam com a concepção fundamental de Marx: a libertação da classe trabalhadora deve ser obra da própria classe trabalhadora (Barroco, 2005).

Essa libertação aprofundará a socialização da participação política, restituindo aos sujeitos o poder que se autonomizou e se lhe tornou estranhado, fetichizado: o sujeito não reconhece mais a si mesmo enquanto detentor do poder real e criador da própria realidade material e espiritual (Marx, 2010b). Na mesma direção, afirma-se a “[o]pção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 2012, p. 24).

Esta opção e compromisso estão explícitos em nosso oitavo princípio, evidenciando a característica viva de nosso CE e que representa a autoconsciência ético-política da categoria profissional em um determinado momento histórico. Em contribuições recentes, Brites e Barroco (2022) ampliaram o diálogo com intelectuais críticos que se debruçaram sobre a questão de gênero e racial, tal como Silvia Federici e Clóvis Moura. Incorporando-se esses importantes aportes, amplia-se a possibilidade de efetivação de uma ética crítica, no desvelamento das contradições e expressões da questão social que laceram nossa sociabilidade dependente e de extração colonial.

Com uma prática profissional mais consciente e que está em constante aprimoramento intelectual, possibilita-se uma maior qualidade nos serviços prestados aos usuários, em concordância com nosso décimo princípio (CFESS, 2012). Dessa forma,

Ao formular respostas às expressões da questão social no cotidiano profissional, à/ao assistente social compete investir de modo qualificado e eticamente comprometido no desvelamento das determinações sociais, que contribuem para reproduzir e aprofundar as desigualdades e os mecanismos de opressão e discriminação. Compete, do ponto de vista ético, contribuir para dar visibilidade política ao caráter de classe, às relações sociais de sexo e étnico-raciais das expressões da questão social. A ética profissional é parte desta competência, e sua efetivação, embora receba determinações de ordem estrutural que extrapolam a vontade dos indivíduos sociais, supõe o reconhecimento e o compromisso do agente profissional com a direção social dos produtos de seu trabalho (Brites; Barroco, 2022, p. 132).

No cotidiano profissional, portanto, a ética se objetiva em sentido teórico e prático. No primeiro momento, através de uma concepção ética e crítica, compreendendo o ser social como sujeito histórico capaz de agir ética e moralmente em vista da construção de uma sociabilidade, comprometido com as escolhas que realiza e que ultrapassam seu interesse pessoal em direção ao outro, à alteridade, ao nós (Barroco, 2009).

Na prática profissional, o/a assistente social deve agir mediado por valores que objetivam interferir na realidade, “[...] na direção da sua realização objetiva, produzindo um resultado concreto” (Barroco; Terra, 2012, p. 35). Fundamentados no compromisso com a classe trabalhadora, visando à superação de um modo de produção que tem por objetivo e fundamento a propriedade privada e o lucro, busca-se a efetivação de uma comunidade

humana em que não existam restrições para o livre desenvolvimento e enriquecimento das capacidades humanas (Marx, 2010a).

Na consecução de tais objetivos e na discussão acerca da ética, ressaltamos que esse processo não se limita, todavia, à crítica, formulação e conhecimento, mas que é um processo permanente de desenvolvimento. A construção do PEP é contínua e complexa, convivendo com projetos distintos em permanente confronto. Sua sustentação exige o reconhecimento das condições contemporâneas, em seus conflitos e incertezas, e a luta constante contra o idealismo e o irracionalismo que sustentam e fundamentam o conservadorismo e o reacionarismo e que ameaçam desviar o Serviço Social de sua direção social e moralizar as expressões da questão social (Barroco, 2011).

Em síntese, a apropriação da teoria marxiana transformou o Serviço Social brasileiro, fornecendo uma base ontológica para a Ética, permitindo a crítica radical ao moralismo e ao idealismo burguês, desvelados desde seus fundamentos ontológicos e denunciados enquanto vinculados a projetos societários conservadores. Essa apropriação permitiu ainda a orientação do projeto profissional para o compromisso de classe e o horizonte da emancipação humana.

Considerações finais

A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro (PEP) revela-se um processo complexo, porém historicamente determinado, que se desenvolveu na superação do legado conservador da profissão. Demonstrou-se que a direção social do PEP, hegemônica desde a corrente conhecida como Intenção de Ruptura, encontra suas bases mais sólidas e radicais nas conquistas do debate ético desenvolvidas a partir da apropriação e uso do método marxiano. Essa apropriação representa um divisor de águas histórico, sendo fundamental para a superação do legado conservador e para a conformação do PEP. O atual Código de Ética, de 1993, materializa esse movimento de crítica, consolidação e superação dos horizontes anteriores da profissão.

A apropriação da matriz marxista dotou a profissão de fundamentos críticos que transformaram a Ética de um mero discurso moralizante em uma dimensão articulada à práxis social e à luta pela emancipação humana. Os códigos anteriores foram pautados em uma ética tradicional conservadora (Cardoso, 2017, p. 327), e fundados em valores a-históricos que subordinavam a questão social à categoria de “questão moral” (Barroco; Terra, 2020). O Código de 1993, ao contrário, supera essas fragilidades ao fundamentar sua concepção ética em uma base ontológica (Barroco, 2010), pressupondo que a ética deve ter como suporte uma ontologia do ser social (CFESS, 2011, p. 10).

Nessa perspectiva ontológica, o trabalho é compreendido como a base fundamental de toda atividade humana, a atividade que instaura o ser social (Lukács, 2013). É por meio desse processo que o ser social adquire a capacidade teleológica e consciente, tornando-se capaz de liberdade (Barroco, 2023; CFESS, 2011, p. 10). Assim, a liberdade foi introduzida no CE de 1993 como valor ético central, decorrente da capacidade de escolha e objetivação de alternativas na realidade social (Barroco, 2023). Os valores ético-políticos articulados no

Código, como a justiça social e a democracia, são referenciados nas lutas da classe trabalhadora e nos movimentos emancipatórios.

O projeto almeja, assim, a emancipação humana, que implica a superação radical das relações capitalistas e se distingue da emancipação política, limitada à esfera da cidadania (Mirales, 2023). O horizonte do PEP é a construção de uma sociedade radicalmente humana, consubstanciada na liberdade como valor ético central, expressando seu assento ontológico na práxis revolucionária (Sobrinho, 2025).

É imperativo reconhecer, entretanto, que a construção do PEP é contínua e complexa, desenvolvendo-se em meio a contradições e convivendo com projetos distintos em confronto permanente. Sua sustentação exige a vigilância e a luta constante contra o idealismo burguês e o irracionalismo, que fundamentam o conservadorismo e o reacionarismo. O idealismo, por exemplo, pode levar à reprodução do PEP como um conceito abstrato, onde a mera referência garantiria sua realização prática, separando o discurso da prática.

Para enfrentar esses desafios e evitar que a profissão seja desviada de sua direção social, a busca pelo suporte teórico-metodológico marxiano para o desvelamento do real e de sua essência histórica é vital. Pelo método de Marx, a ética é um momento da práxis humana, dirigindo-se à transformação dos valores e exigindo escolhas conscientes que objetivam a liberdade e a emancipação do gênero humano. Em síntese, a apropriação da teoria marxiana forneceu uma base ontológica para a Ética, permitiu a crítica radical ao moralismo e orientou o projeto profissional para o compromisso de classe e o horizonte da emancipação humana.

Essa paulatina apropriação, por seu turno, ainda que não fosse inicialmente hegemônica, constituiu o método de crítica já nos primórdios da Reconceituação brasileira e é a base de sustentação dos fundamentos, princípios e horizontes profissionais. Com isso ressaltamos o papel crucial do método marxiano na constituição do PEP e, com isso, a necessidade de desenvolvimento e fomento desse debate para o aprofundamento e desenvolvimento crítico da perspectiva profissional ligada ao projeto societário de superação da atual sociabilidade e a construção de uma sociedade humanamente emancipada.

Referências

ABRAMIDES, Maria B. C. **O projeto ético-político do Serviço Social brasileiro: ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2019.

BARROCO, Maria L. S. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BARROCO, Maria L. S. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BARROCO, Maria L. S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serviço Social & Sociedade**, n. 106, p. 205–218, abr. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282011000200002>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/rTywnLhQhmCyXCtYCSQWN9n/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 25 mar. 2026.

BARROCO, Maria L. S. 30 anos do Código de Ética do/a Assistente Social brasileiro/a! **Temporalis**, ano 23, n. 46, p. 13–23, jul./dez. 2023. DOI: <https://doi.org/10.22422/temporalis.2023v23n46p13-23>. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/43320>. Acesso em: 25 mar. 2026.

BARROCO, Maria L. S.; TERRA, Sylvia H. **Código de Ética do/a Assistente Social comentado**. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS (org.). São Paulo: Cortez, 2012. BEHRING, Elaine R. **Brasil em contrarreforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BONETTI, Dilsea A. **Serviço social e ética**: convite a uma nova práxis. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BRITES, Cristina M.; BARROCO, Maria L. S. **Serviço Social e ética profissional**: fundamentos e intervenções críticas. São Paulo: Cortez, 2022.

CARDOSO, Priscila F. G. Ética e formação profissional em Serviço Social: do conservadorismo à emancipação. **Revista Katálysis**, v. 20, n. 3, p. 325–334, set./dez. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802017000300325&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 10 out. 2025.

CFAS – Conselho Federal de Assistentes Sociais. **Código de Ética do assistente social**. São Paulo: CFAS, 1975. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1975.pdf&ved=2ahUKEwj04_KbgbGQAxUclbkGH SrpDXcQFnoECBYQAQ&usg=AOvVaw1zujGJS3_5kvTCe6y7oTAT. Acesso em: 11 out. 2025.

CFAS – Conselho Federal de Assistentes Sociais. **Código de Ética do Assistente Social**. São Paulo: CFAS, 1986. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1986.pdf&ved=2ahUKEwj0JuSgrGQAxUdIJUCHc qhH9AQFnoECBYQAQ&usg=AOvVaw1RZCaC3L1YT5Ec-TpEmq5v. Acesso em 11 de out. de 2025.

CFESS. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10. ed. rev. e atual. Brasília, DF: Conselho Federal de Serviço Social, [2012]. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 10 out. 2025.

GUERRA, Yolanda (org.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social**: desafios contemporâneos. Juiz de Fora: UFJF, 2013.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**. 19. ed. São Paulo: Cortez; Peru: CELATS, 2006.

IAMAMOTO, Marilda V. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014. DOI:

<http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.001>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/t7jmcDg9vPQG3bhmz3WTPCs/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 10 out. 2025.

LUKÁCS, Georg. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUKÁCS, Georg. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARANHÃO, Carolina. Uma peleja teórica e histórica: Serviço Social, sincretismo e conservadorismo. In: MOTA, A. E.; AMARAL, A. (org.). **Serviço Social brasileiro nos anos 2000: cenários, pelejas e desafios**. Recife: Editora UFPE, 2014.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010a.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010b.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. v. I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MIRALES, Rosana. A dimensão normativa da ética no Serviço Social. **Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, v. 21, n. 53, pp. 75–88, set./dez. 2023. DOI:

<https://doi.org/10.12957/rep.2023.78941>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/78941>. Acesso em: 20 mar. 2026.

NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

NETTO, José P. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, José P. Ética e crise dos projetos de transformação social. In: BONETTI, Dilsea A. **Serviço social e ética: convite a uma nova práxis**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PAIVA, Beatriz A. de et al. Reformulação do Código de Ética: pressupostos. In: BONETTI, Dilsea A. **Serviço social e ética: convite a uma nova práxis**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

QUIROGA, Cleide. **Invasão positivista no marxismo: manifestações no ensino da metodologia no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1991.

SOBRINHO, Jodeyson Islony de Lima. O Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 148, n. 1, e-6628455, 2025.

VERONEZE, Renato T.; MARTINELLI, Maria L. Fundamentos para a Consciência Ética e Política do Ser Social: ensaios sobre Agnes Heller. **Temporalis**, ano 15, n. 30, jul./dez. 2015.

DOI: <https://doi.org/10.22422/2238-1856.2015v15n3op405-428>. Disponível em: www.portaldepublicacoes.ufes.br/temporalis/article/view/10236. Acesso em: 20 mar. 2026.

WANDERLEY, Mariangela B.; SANTOS, Silvana M. de M. dos; SANT'ANA, Raquel S.; SANTANA, Joana V. A atualidade do Código de Ética do/a Assistente Social: 30 anos de construção coletiva. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 146, n. 2, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.342>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/VzGZSXCCBFqthBWYbJctjGd/?lang=pt>. Acesso em: 20 mar. 2026.

Submetido em: 21/10/2025

Revisto em: 31/12/2025

Aceito em: 15/1/2026



A gênese do pensamento marxiano (1843–1846): classe, materialismo e revolução

The genesis of Marxian thought (1843–1846): class, materialism, and Revolution

Renato de Brito Gomes*

 <https://orcid.org/0009-0000-3978-8999>

RESUMO

O artigo¹ analisa a gênese do pensamento marxiano entre 1843 e 1846 a partir de três eixos centrais: a perspectiva de classe, o método de apreensão do real e a teoria da transformação social. Trata-se de um ensaio teórico orientado pelo método crítico-dialético, que examina as obras fundamentais do período. Discute a influência de Feuerbach na crítica à concepção hegeliana do Estado, em seguida aborda os *Anais franco-alemães* e a superação da posição democrata inicial, identificando o proletariado como sujeito histórico da emancipação. Posteriormente, analisa os *Manuscritos econômico-filosóficos*, destacando a descoberta do trabalho como atividade fundante do ser social e sua relação com a alienação. Por fim, discute *A ideologia alemã*, onde Marx elabora uma síntese teórica original que articula distintos níveis de abstração. O percurso evidencia como, já nesse período, Marx avança significativamente na elaboração articulada dos três pilares fundamentais de sua crítica: classe, materialismo e revolução.

PALAVRAS-CHAVE

Jovem Marx; Materialismo histórico; Teoria da revolução; Perspectiva de classe.

ABSTRACT

The article analyzes the genesis of Marxian thought between 1843 and 1846 through three central axes: class perspective, the method of grasping reality, and the theory of social transformation. It is a theoretical essay guided by the critical-dialectical method that examines the fundamental works of the period. It discusses Feuerbach's influence on the critique of Hegel's conception of the State, then addresses the Franco-German Annals and the overcoming of the initial democratic position, identifying the proletariat as the historical subject of emancipation. Subsequently, it analyzes the Economic and Philosophical Manuscripts, highlighting the discovery of labor as the founding activity of social being and its relation to alienation. Finally, it discusses The German Ideology, where Marx develops an original theoretical synthesis that articulates different levels of abstraction. The path shows how, already in this period, Marx significantly advances in the articulated elaboration of the three fundamental pillars of his critique: class, materialism, and revolution.

*Economista. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil). Doutorando em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, Rio de Janeiro, Brasil). E-mail: renatobritogomes@gmail.com

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES, Brasília, Brasil) - Código de Financiamento 001.

DOI 10.22422/temporalis.2026v26n51p186-202



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2026 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

KEYWORDS

Young Marx; Historical materialism; Revolution theory; Class perspective.

Introdução

O artigo discute as formulações presentes na obra do jovem Marx (1843–1846) a partir de três eixos: a perspectiva de classe do autor, seu método de apreensão do real e a sua teoria da transformação social. Compreendem-se tais pilares como desdobramentos específicos dos fundamentos gerais da crítica marxiana à ordem burguesa, realizados a partir da crítica da economia política e da teoria do valor, da crítica da filosofia clássica alemã e do método dialético, e da crítica ao socialismo utópico francês e da perspectiva da revolução (Netto, 2011; Lenin, 1977). No período, tais eixos são reelaborados, permitindo novas construções teórico-práticas por meio de um processo crítico em movimento. O objetivo é demonstrar que, já nesse período, Marx formula os fundamentos da crítica à sociabilidade capitalista, articulando seus principais eixos. Parte-se da hipótese de que os elementos essenciais da obra marxiana não apenas se constroem, mas se articulam sistematicamente, assumindo formas em diferentes sínteses.

A metodologia empregada é a análise teórica e textual, com base em fontes primárias e traduções criteriosas. A seleção das obras reflete sua centralidade no período de 1843 a 1846 e o fato de que apresentam desenvolvimentos centrais em relação aos três eixos abordados: a perspectiva de classe, o materialismo histórico e a teoria da revolução. Trata-se de um ensaio teórico orientado pelo método crítico-dialético, por meio de uma leitura imanente, histórica e totalizante das obras do período, visando apreender o movimento contraditório desses três elementos discutidos. Para a construção da interpretação, recorre-se também a intérpretes clássicos da tradição que orienta o estudo.

O artigo estrutura-se em quatro momentos. Primeiro, aborda a influência de Feuerbach na crítica de Marx à explicação hegeliana do Estado. Em seguida, analisa o papel dos *Anais franco-alemães* na identificação do proletariado como sujeito da emancipação. Na sequência, discute os *Manuscritos econômico-filosóficos* e a descoberta do trabalho como atividade fundante do ser social, associando-o à questão da alienação. Por fim, examina *A Ideologia alemã*, obra em que Marx elabora uma nova síntese de suas formulações.

Retomar esses escritos revela-se uma tarefa teórica e política fundamental na atualidade porque neles se delineiam os elementos centrais da crítica materialista marxiana à ordem burguesa, talvez hoje mais necessária do que nunca considerando a ofensiva conservadora e o agravamento das expressões da questão social. Tal crítica só pode ser feita considerando-se, em unidade indissociável, a perspectiva da classe trabalhadora, o materialismo histórico e a teoria da revolução. Reconstituir o percurso do jovem Marx permite compreender como esses três pilares fundamentais se articulam na constituição do pensamento marxiano, reafirmando sua atualidade como fundamento da crítica radical e da práxis emancipatória.

A crítica em construção: Feuerbach contra Hegel

A crítica marxiana à monarquia prussiana foi iniciada na *Gazeta Renana*, que reunia os contrários ao regime e era financiada inclusive por parte da burguesia. O conteúdo dos artigos publicados “tem de ser entendido no marco mais geral de uma crítica ao Estado prussiano corporativo e censor. E assim foi lido pelas autoridades em Berlim” (Buey, 2006, p. 67). O jornal foi fechado com a conivência dos acionistas e Marx partiu para Kreuznach, onde redigiu os manuscritos em relação à concepção de Estado hegeliana. A crítica marxiana prosseguia por meio da contestação da base filosófica da monarquia.

Em Hegel, a dialética parte do abstrato, sem distinção entre ser, sujeito e objeto. Na sequência, o pensamento exterioriza-se nos objetos particulares, perdendo a sua indiferenciação, negando-se em relação a sua forma primeira. Ao fim, o pensamento reconcilia-se, reunindo a universalidade dos objetos particulares e restabelecendo a unidade encontrada no primeiro momento e negada no segundo (Hegel, [1816] 2011).

Tal dialética foi utilizada por Hegel na explicação que Marx considerava a mais completa para o Estado moderno. A lógica hegeliana identifica o Estado como o momento em que as contradições presentes na família e na sociedade civil são resolvidas, ele é a consequência lógica resolutiva dessas contradições. Hegel justifica logicamente o Estado como necessidade do Espírito, não como possibilidade histórica, e o torna imutável.

Por outro lado, Feuerbach julgava incorreto um pensamento que partisse do ser abstrato e não da realidade sensível. Devia-se partir dos seres empíricos, do realmente existente (Feuerbach, [1843] 1988, p. 31). Para ele, “o começo da filosofia não é Deus, não é o Absoluto, nem o ser como predicado do Absoluto ou da Ideia – o começo da filosofia é o finito, o determinado, o real” (Feuerbach, [1842] 2008). Começar pelo abstrato seria arbitrário. Haveria uma alienação religiosa (o cristianismo) e uma filosófica (o idealismo hegeliano), entretanto Feuerbach não extrapolou seus comentários para a política, esta tarefa coube a Marx.

Marx elaborou uma crítica aos *Princípios da Filosofia do Direito* (Hegel, [1820] 1997), contestou o sistema lógico que servia como justificativa filosófica e política para o regime monarquista prussiano, problematizou toda a filosofia hegeliana e deu um passo na elaboração do seu método. Lukács (2007, p. 145) aponta que

Marx começou [...] a criticar, subvertendo-a, a dialética mistificadora e distorcida (de um ponto de vista idealista) de Hegel; e [...] indo além de Feuerbach, passou a aplicar o materialismo [...] aos problemas da política e da história. Somente assim ele pôde [...] desenvolver ulteriormente e elevar a um nível qualitativamente superior o que em Hegel e em Feuerbach era fecundo e se orientava no sentido do progresso. O primeiro passo nesta direção foi a crítica, feita a partir de um ponto de vista político radical e influenciada filosoficamente por Feuerbach, da filosofia e do Estado de Hegel.

Marx centrou sua crítica no fato de Hegel apreender a família e a sociedade civil como esferas conceituais do Estado, momentos de sua finitude, explicando a conexão de forma especulativa. A relação real, os elementos ativos na relação, são a família e a sociedade

civil. Portanto, “o Estado político não pode ser sem a base natural da família e a base artificial da sociedade civil; elas são, para ele, *conditio sine qua non*” (Marx, [1843] 2010a, p. 30). Assim, “o Estado se produz a partir da multidão, tal como ela existe na forma dos membros da família e dos membros da sociedade civil” (Marx, [1843] 2010a, p. 31).

Da mesma forma, em Hegel o interesse universal conserva a substancialidade dos interesses particulares, constituindo a finalidade do Estado. A substancialidade é uma necessidade e sua realidade consiste em atividades que são racionalmente determinadas. Enquanto a substancialidade é necessária, a substância aparece concretamente dividida nos poderes. A realidade abstrata, a necessidade e a substancialidade são sujeitos do movimento do real e os conteúdos reais determinações formais, da Ideia.

A consequência disto é que a realidade e a racionalidade do Estado são demonstradas por cumprirem, de forma especulativa, os momentos da lógica. Marx chegou à conclusão de que “toda a filosofia do direito é, portanto, apenas um parêntese da lógica”. Em Hegel, “o movimento filosófico não é a lógica da coisa, mas a coisa da lógica. A lógica não serve à demonstração do Estado, mas o Estado serve à demonstração da lógica” (Marx, [1843] 2010a, p. 39).

Marx atacou o sistema filosófico que entendia “a subjetividade como a última decisão do querer, o poder soberano”, ou seja, a monarquia. Em Hegel, as decisões são entendidas como autodeterminações da vontade, conceito inicial de toda *Filosofia do direito*, invertendo a empiria e colocando em seu lugar um axioma metafísico. Ao invés de afirmar “a vontade do monarca é a decisão última”, anota que “a decisão última da vontade é... o monarca” (Marx, [1843] 2010a, p. 40).

Ao contrário, para Marx “não é uma ilusão a soberania absorvida no monarca? Soberania do monarca ou do povo, *eis a question*” e, portanto, o correto é sublinhar “uma soberania do povo em oposição à soberania existente no monarca”. Por fim, Marx concluiu que este último raciocínio, que endossa, e o apresentado por Hegel representam “dois conceitos [...] contrapostos de soberania, dos quais um é tal que só pode chegar à existência em um monarca, e o outro tal que só o pode em um povo” (Marx, [1843] 2010a, p. 49).

Entretanto, sem a “anatomia da sociedade civil”, Marx via na democracia a possibilidade de universalidade do Estado, mas em patamar diferente dos jovens hegelianos. Ao invés de empenhar-se na disputa do legado de Hegel, mostra que suas posições conservadoras são uma consequência de sua filosofia, que reflete uma visão de mundo conservadora.

Porém, na questão entre ser e pensamento, Marx já se posicionou como materialista. No entanto, o mesmo autor que o fez materialista, acabou por levá-lo a ter na particularidade a categoria principal. Se “as relações entre a universalidade, a particularidade e a singularidade constituem [...] um antiquíssimo problema no pensamento” (Lukács, 1978, p. 5), isto não foi diferente no caso de Marx. Ao negar o idealismo totalizante hegeliano, dá um passo que o leva a concepções materialistas, mas às custas da totalidade, só retomada com a consolidação do materialismo histórico (Sampaio; Frederico, 2009, p. 112).

Práxis como caminho: do democratismo radical à identificação do proletariado como sujeito da emancipação humana

Da afirmação inicial da democracia radical por meio da soberania popular e percebendo os limites da burguesia alemã na revolução burguesa, inclusive tendo em vista o fechamento da Gazeta Renana, Marx partiu para a procura de aliados mais radicais. Dada “a incapacidade da burguesia”, passou a enxergar “na luta das massas pobres do povo a condição de realização da revolução alemã” (Lukács, 2007, p. 159). Esta busca de novos sujeitos reflete-se nas formulações dos *Anais Franco-Alemães*.

Sobre a questão judaica foi escrito na iminência da superação da posição democrata, e na *Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução* o proletariado assume a posição de classe que através de sua emancipação particular pode emancipar toda a sociedade. Ocorre uma transição política, o abandono de sua posição democrata a favor de uma perspectiva emancipatória revolucionária, ancorada na existência do proletariado. Trata-se de um

ponto de inflexão qualitativamente novo de seu desenvolvimento: os textos presentes nos *Anais franco-alemães* refletem a crescente tomada de consciência da importância da luta revolucionária das massas populares, até chegar à definitiva e clara orientação no sentido do papel central do proletariado. Com isso, Marx atinge definitivamente o ponto de vista de classe que lhe permite a fundação do materialismo histórico e dialético (Lukács, 2007, p. 157).

Inicialmente, *Sobre a questão judaica* resulta de uma polêmica com B. Bauer sobre a emancipação dos judeus. Para Bauer, “enquanto o Estado for cristão e o judeu judaico, ambos serão igualmente incapazes tanto de conceder quanto de receber emancipação” (Marx, [1843] 2010b, p. 34). Marx fez o debate em novos marcos, apresentando as diferenças da emancipação política e da emancipação humana. Não basta a análise de “quem deve emancipar? Quem deve ser emancipado? A crítica tinha uma terceira coisa a fazer”, era necessária a pergunta: “de que tipo de emancipação se trata? Quais as condições que têm sua base na essência da emancipação exigida?” (Marx, [1843] 2010b, p. 36).

Na emancipação política permanecem as contradições, o Estado “anula à sua maneira diferenciação por nascimento, estamento, formação e atividade laboral [...] ao proclamar cada membro do povo”; porém, “permite que a propriedade privada, a formação, a atividade laboral atuem à maneira delas, isto é, como propriedade privada, como formação, como atividade laboral, e tornem efetiva a sua existência particular” (Marx, [1843] 2010b, p. 40). Bauer não entendeu a questão e exigiu condições para a emancipação dos judeus que se constituíam em impossibilidades, não pelo fato de o Estado ser cristão, mas por ser Estado.

Assim, a emancipação política gera uma “contradição que se interpõe entre homem religioso e homem político”, isto é, a “mesma que existe entre o *bourgeois* e o *citoyen*, entre o membro da sociedade burguesa e sua pele de leão política” (Marx, [1843] 2010b, p. 41). A cisão entre o “homem público e o privado” e a transferência da religião do Estado para a sociedade civil já constitui a emancipação política, ela não pressupõe o fim da religião.

Portanto, Marx percebeu as limitações da sociedade realizada pela Revolução Francesa. Já a emancipação humana aparece como uma realização do homem empírico que deve recuperar o cidadão abstrato, tornando-se assim um ente genérico. Em síntese, ainda que o texto

ofereça um quadro rico e articulado de contradição íntima da sociedade civil burguesa enquanto perdurar o capitalismo, ele não contém nenhuma referência às únicas forças de classe capazes de realizar a emancipação humana. Este ponto torna-se claro em “Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução.” Somente neste escrito é que Marx extrai a consequência decisiva de sua orientação no sentido da luta das massas exploradas do povo (Lukács, 2007, p. 172).

Na *Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução*, Marx deu um salto em sua perspectiva de classe e na sua teoria da emancipação. Sendo a religião o reflexo do homem real, sua crítica, encontrando no céu a reflexão do mundo concreto, estava terminada. A religião foi entendida como “uma consciência invertida do mundo, porque eles [Estado e sociedade] são um mundo invertido” (Marx, [1844] 2010a, p. 145). A crítica precisava ser direcionada à realidade social que possibilitou o desenvolvimento da religião, por isso “a crítica do céu transforma-se, assim, na crítica da terra, a crítica da religião, na crítica do direito, a crítica da teologia, na crítica da política” (Marx, [1844] 2010a, p. 146).

Logo, é o que passa a fazer Marx analisando a sociedade alemã. O ponto central é que não houve uma tomada de poder revolucionária pela burguesia, a qual se desenvolveu de forma frágil e conciliada com a aristocracia. Marx perguntou-se sobre a possibilidade de transformar essa realidade social. Poderia o país realizar “uma revolução que a elevará não só ao nível oficial das nações modernas, mas à estatura humana que será o futuro imediato dessas nações?” (Marx, [1844] 2010a, p. 151).

Em sua leitura, os grupos críticos na Alemanha eram insuficientes: o partido prático e o partido teórico. Os primeiros negam a filosofia com o objetivo de transformação, não percebendo que isto não é possível de forma puramente especulativa, compreendem a negação como uma supressão da filosofia em relação à prática. Nos segundos há uma incompreensão das possibilidades da crítica teórica. Não percebem que a filosofia é produto ideal deste mundo e acabam por não notar que a capacidade da teoria é inexistente caso não possa realizar-se. Criticando-as, afirma Marx ([1844] 2010a, p. 151): “a arma da crítica não pode [...] substituir a crítica da arma, o poder material tem de ser derrubado pelo poder material”, porém, “a teoria também se torna força material quando se apodera das massas”.

Em seguida, Marx avaliou as possibilidades da emancipação política e chegou à conclusão de que a burguesia não poderia constituir-se com conteúdo político “positivo-universal” e que a nobreza e o clero não representariam o “negativo-universal” (Marx, [1844] 2010a, p. 154). Portanto, uma emancipação parcial era inviável. A única possibilidade de emancipação é a total, a emancipação política não poderia ser uma etapa anterior à emancipação humana. Assim, “na França, a emancipação parcial é a base para a emancipação universal. Na Alemanha, a emancipação universal é *conditio sine qua non* de toda emancipação parcial” (Marx, [1844] 2010a, p. 155).

Para isso, é necessário que a classe revolucionária, ao emancipar-se, tenha condições de emancipar toda a sociedade. Sob esta classe devem cair universalmente os problemas sociais, a sua emancipação particular deve representar a emancipação universal. Neste momento houve uma inflexão política na obra: a emancipação humana só ocorre através de uma revolução proletária. O proletariado carrega sobre si todos os fardos da sociedade moderna, a sua emancipação é a emancipação humana.

O poder material precisa ser derrubado por um poder material que está associado à filosofia, já que “assim como a filosofia encontra suas armas materiais no proletariado, o proletariado encontra na filosofia suas armas espirituais”. Portanto, “a cabeça dessa emancipação é a filosofia, o proletariado é seu coração” (Marx, [1844] 2010a, p. 156). Mesmo que no escrito o proletariado apareça “sobretudo como negação do humano, e não em relação com certo desenvolvimento ou nível de sociedade” (Vázquez, 2007, p. 121), temos acordo com a afirmação de que nos *Anais*, ainda que se trate de textos de transição, ao fim “Marx proclamou abertamente sua nova concepção do mundo” (Lukács, 2007, p. 179).

A descoberta do trabalho e a inflexão ontológica materialista

Os *Manuscritos econômico-filosóficos* trouxeram a identificação do trabalho como atividade fundante do ser social para um patamar que faculta a percepção da alienação como um processo com fundamentos econômicos. Marx passou a entender o lugar social ocupado e as determinações que incidem sobre o proletariado e caminhou para a formulação de uma ontologia materialista (Frederico, 2009).

Essa ontologia foi enriquecida por uma análise em um nível menor de abstração. Quando Marx analisa a revolta dos tecelões da Silésia, mergulha nas possibilidades da teoria da revolução de uma forma próxima à realidade dos trabalhadores. Por fim, sua adesão ao projeto filosófico dos jovens hegelianos tornou-se impossível. Em colaboração com F. Engels, escreveu *A Sagrada Família* (Marx; Engels, [1844] 2003), criticando a corrente que integrou anos antes, mas de importância menor para os elementos aqui estudados.

Nos *Manuscritos*, Marx discute que os economistas perceberam no trabalho uma categoria para a explicação do capitalismo, no entanto não o historicizam, descrevendo um trabalho que gera lucro e subordinação do trabalhador à lógica da produção. Já em Hegel, o trabalho possui caráter idealista identificado em sua forma espiritual, contudo é concebido como atividade responsável pela autoconstrução do gênero humano. Há ainda outra limitação no pensamento hegeliano: a incapacidade de diferenciar a objetivação e a alienação. Assim, Hegel só percebe no trabalho uma atividade consciente do processo de construção humana e não as resultantes negativas decorrentes das circunstâncias históricas.

Também para Marx o trabalho é a única atividade capaz de explicar a riqueza no capitalismo, mas é importante perceber que “o produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisa, é a objetivação do trabalho. A efetivação do trabalho é sua objetivação” (Marx, [1844] 2004, p. 80). Por isso suas possibilidades são maiores do que as existentes na sociedade do capital. Ao concretizar as objetivações por meio do trabalho, o

ser humano transforma a natureza, a si mesmo e a sociedade, fundando o ser social. O trabalho é

a atividade vital, a vida produtiva mesma aparece ao homem apenas como meio para a satisfação de uma carência, a necessidade de manutenção da existência física. A vida produtiva é, porém, a vida genérica. É a vida engendradora de vida. [...] A atividade consciente livre é o caráter genérico do homem (Marx, [1844] 2004, p. 84).

Abandonando o idealismo hegeliano e a positividade dos economistas, Marx vê no trabalho uma atividade concreta que permite ao gênero humano transformar-se no processo de objetivação e interação com a natureza. Enquanto os economistas afirmavam um materialismo empirista, Hegel não discernia a objetivação em geral e a forma particular capitalista. A consequência das duas leituras era a mesma: a impossibilidade de efetivar uma crítica e perceber suas consequências para o ser social em relação à forma existente do trabalho na ordem capitalista.

No capitalismo o trabalho deixa de ser uma atividade criadora e apresenta-se como meio de vida necessário, assume sua forma estranhada. Em vez de reconhecer-se no trabalho, o ser humano o percebe de forma estranha, independente de suas vontades e capacidades criativas e “somente como trabalhador ele [pode] se manter como sujeito físico e apenas como sujeito físico ele é trabalhador” (Marx, [1844] 2004, p. 82).

Já a alienação, consequência do estranhamento, pode ocorrer em relação ao objeto produzido e dentro da atividade produtiva como um todo. Inicialmente, o trabalho aparece ao sujeito como se não fosse seu, mas de outro. Ao concretizar sua capacidade de trabalho, não se percebe como sujeito que define tarefas e decide como executá-las, acaba por alienar-se em relação a si mesmo. Nas palavras de Marx, “o trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho” (Marx, [1844] 2004, p. 83). Se a atividade humana originária se vê alienada do trabalho e de si mesma, a possibilidade de construção efetiva de um ser genérico é abalada. Com a perda da capacidade de objetivação genérica e a sua redução a meio de vida, o ser humano aliena-se de sua própria espécie.

Prossegue Marx, se o trabalhador não se identifica com seu produto, se executa sua atividade de forma estranha, alheia, quem a determina? Aqui são estabelecidas as conexões entre trabalho e propriedade privada que levam à solução do problema. No dizer de Marx ([1844] 2004, p. 87), a “propriedade privada resulta [...] do conceito de trabalho exteriorizado, isto é, de homem exteriorizado, de trabalho estranho, de vida estranha, de homem estranhado”. Mesmo que esta formulação ainda tenha problemas, ao estabelecer uma fonte para a origem da propriedade, pôde analisar com nova perspectiva as formulações da economia política e a possibilidade de emancipação humana.

Se a alienação é consequência da forma capitalista do trabalho estranhado, sua superação passa pela supressão do trabalho estranhado e da propriedade privada. Quem poderia realizar esta tarefa? O proletariado, por sua forma de inserção nas relações sociais, através de sua emancipação particular realiza a emancipação humana. O papel histórico da classe

trabalhadora deixa de estar atrelado a questões morais e passa a ser explicado pela posição ocupada no âmbito da produção.

Pouco tempo depois, Marx retornou à temática cujos primeiros passos havia dado nos *Manuscritos*: a revolução e a emancipação humana. No texto *Glosas críticas marginais ao artigo O rei da Prússia e a reforma social*, em que aborda a revolta dos tecelões da Silésia, a análise ocorre em nível de abstração menor que a anterior. A revolta lhe parecia uma manifestação com um elevado grau de consciência, os trabalhadores lutaram contra a burguesia alemã e não simplesmente contra o rei (Marx, [1844] 2010c, p. 27).

Avançando em relação ao que defendia na *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel – Introdução*, Marx foi capaz de avaliar no proletariado o ser ativo e concreto do processo revolucionário. Não seria simplesmente a teoria que ao penetrar nas massas torna-se força material e possibilita uma prática revolucionária. Passa a existir uma unidade entre teoria e prática que se expressa na categoria de práxis (Marx, [1844] 2010c, p. 46). A natureza da transformação que busca o proletariado é a revolução social, e ela “encontra-se na perspectiva do todo – mesmo que ocorra em um único distrito fabril” (Marx, [1844] 2010c, p. 50).

Nas *Glosas*, a análise ocorre de forma menos abstrata que nos *Manuscritos*, porém as determinações da teoria emancipatória estão presentes nos dois escritos. Trata-se de estabelecer, como faz Coutinho (1994), uma distinção entre uma problemática de caráter histórico-ontológico e uma gnosiológica.

Ao abordar a emancipação nos *Manuscritos*, Marx a entende como possibilidade objetiva colocada ao ser social, realizando uma análise de elevada abstração, por isso mesmo necessária e insuficiente. Apesar de não explicitar nas *Glosas*, artigo de pouco fôlego, as determinações histórico-ontológicas da teoria da emancipação humana já estavam presentes nos *Manuscritos*. Concordamos parcialmente com Löwy quando afirma, em relação às *Glosas*, que

com relação à teoria da revolução (e mesmo do ponto de vista da evolução ideológica global de Marx), esse artigo possui um significado crucial: é o ponto de partida da trajetória intelectual que leva às *Teses sobre Feuerbach* e *A Ideologia Alemã*. Por assim dizer, inicia uma nova fase no movimento do pensamento de Marx, fase em que se constitui sua teoria da autoemancipação revolucionária do proletariado (Löwy, 2012, p. 128).

Sem dúvida, a formulação de uma teoria emancipatória precisa incorporar momentos de concreticidade elevados para servir como instrumento da classe trabalhadora. Porém, discordamos ao não perceber nos *Manuscritos* o texto no qual Marx, pela primeira vez, percebe os determinantes histórico-ontológicos da emancipação humana. Mesmo já elaboradas as formulações histórico-ontológicas em relação à teoria da emancipação, Marx ainda não era capaz de articular o momento mais abstrato, no plano ontológico, com os mais concretos da ação revolucionária e da história da formação do proletariado. Ainda não conseguia resolver um problema sobretudo de caráter gnosiológico que, por sua vez, possuía implicações ontológicas.

As Teses sobre Feuerbach e A Ideologia alemã: a construção de uma nova síntese

Nestes novos textos, o trabalho mantém seu caráter fundante do ser social e passa a estar mais conectado ao fazer histórico. O trabalho é

o primeiro pressuposto de toda existência humana e [...] de toda a história, [...] o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder “fazer a história”. Mas, para viver, precisa-se antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história (Marx; Engels, [1845–46] 2007, p. 32–33).

Aqui reside uma diferença com o materialismo de Feuerbach, que não consegue analisar a história como resultado da autoconstrução da humanidade. E, da mesma forma, não concebeu a emancipação humana como resultado de uma práxis revolucionária; esta é a elaboração presente na primeira das teses de Marx sobre o filósofo (Marx; Engels, [1845] 2007, p. 537).

Na mesma direção, se a apreensão da realidade é resultado de uma prática concreta, que coloca a possibilidade de conhecimento ao ser, o grau de verdade que essa teoria possui não se reduz a elementos internos à teoria. Uma teoria é tão boa quanto a sua capacidade de descrição do real e isso, por sua vez, só pode ser verificado através da prática social. Para o método marxiano a práxis é o critério da verdade (Marx; Engels, [1845] 2007, p. 533).

Voltando à obra *A Ideologia Alemã*, ao passo que concretiza a objetivação do trabalho, o ser transforma a natureza e a si próprio. Cria necessidades e possibilidades não viáveis de início. O trabalho permite um avanço no conhecimento das propriedades da natureza, uma evolução objetiva da capacidade humana de sua transformação caracterizada como desenvolvimento das forças de produção.

Assim, ao interagir com a natureza, o homem transforma-se e, através de objetivações, adquire conhecimentos que possibilitam que essa interação se coloque em um patamar superior. O estágio de desenvolvimento das forças produtivas é o que condiciona as objetivações ao alcance do ser social. No dizer dos autores: “a soma das forças produtivas acessíveis ao homem condiciona o estado social” (Marx; Engels, [1845–46] 2007, p. 34). Além disso, o ser que trabalha “tem também consciência” (Marx; Engels, [1845–46] 2007, p. 34), considerada como a interiorização subjetiva do movimento objetivo ontologicamente anterior da realidade concreta. Portanto,

A moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, bem como as formas de consciência a elas correspondentes, são privadas, aqui, da aparência de autonomia que possuíam até então. Não têm história, nem desenvolvimento; mas os homens, ao desenvolverem sua produção e seu intercâmbio materiais, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência (Marx; Engels, [1845–46] 2007, p. 94).

Embora exista uma prioridade ontológica do trabalho em relação às determinações do ser social e em relação ao processo de consciência, as determinações a serem consideradas

são as do ser social como totalidade, a práxis originária do trabalho e as demais objetivações. Isto fica explícito, por exemplo, quando afirmam que “a consciência não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real” (Marx; Engels, [1845–46] 2007, p. 94).

Se a consciência é resultado do “processo de vida real”, como pode o ser social construir imagens equivocadas sobre si mesmo? Afinal, não é este o caso da filosofia dos jovens hegelianos e de Feuerbach? O motivo primordial é a divisão entre trabalho material e trabalho espiritual, a “partir desse momento, a consciência pode realmente imaginar ser outra coisa diferente da consciência da práxis existente, representar algo realmente sem representar algo real”. Fica “em condições de emancipar-se do mundo e lançar-se à construção da teoria, da teologia, da filosofia, da moral etc. ‘puras’” (Marx; Engels, [1845–46] 2007, p. 35–36).

Adiante, Marx relaciona a divisão do trabalho e a propriedade privada, ambas “são expressões idênticas – numa é dito com relação à própria atividade aquilo que, noutra, é dito com relação ao produto da propriedade” (Marx; Engels, [1845–46] 2007, p. 37). Estas variadas formas de apropriação e do cumprimento de diferentes papéis ao longo do processo de objetivação material levam à formação de classes sociais. A existência dessas classes é o que torna possível o fenômeno da ideologia.

Por sua vez, o movimento da história reflete a contradição entre forças produtivas e relações sociais, as classes dividem-se entre a que almeja uma transformação nas formas de propriedade e a que objetiva sua permanência, entre proprietários e não proprietários. Aqui pode-se definir a categoria de classe social; somente o lugar ocupado na produção não é suficiente, uma classe só se constitui quando se defronta politicamente. Assim,

o antagonismo de classes, que nos *Manuscritos* aparece fundado debilmente pelo modo de apropriação do produto do trabalho alienado, em *A ideologia alemã* aparece como expressão necessária da contradição entre as forças produtivas e as relações de produção (Vázquez, 2007, p. 157–158).

Por fim, a ideologia aparece associada à dominação material de uma classe. Ao constituir-se como economicamente dominante, a classe detentora dos instrumentos de produção tem acesso aos meios necessários para consolidar-se como ideologicamente dominante também no plano espiritual. Ou seja,

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe tem à sua disposição os meios da produção material, dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe dominante, são as ideias de sua dominação (Marx; Engels, [1845–46] 2007, p. 47).

Isto é, o controle de uma classe não pode se restringir à produção já que a realidade é um complexo de determinações e a dominação que se pretenda universal precisa abarcar a

totalidade social. Quando uma classe busca construir sua dominação, bem como na medida em que a consolida e a reproduz, precisa fazer o seu ponto de vista de classe aparecer para a sociedade como a defesa de um interesse universal.

Uma pergunta sem resposta simples na obra marxiana é se a ideologia poderia ser superada. Não sendo possível responder no âmbito da integralidade da obra marxiana, neste texto parece não haver muitas dúvidas de que esta é a tarefa histórica do proletariado através de uma práxis revolucionária. A possibilidade de apreensão objetiva, ainda que jamais neutra, do real encontra sua materialidade na existência de uma classe que almeja a superação da ordem social, na fundação de uma sociedade sem classes.

Ou seja, “a existência de ideias revolucionárias numa determinada época pressupõe desde já a existência de uma classe revolucionária [...]” (Marx; Engels, [1845–46] 2007, p. 48). A possibilidade de construção de nexos explicativos verdadeiros está na realização de uma práxis plena, objetivando uma emancipação radical que recupere a unidade no processo de autoconstrução humana. Daí a formulação da mais famosa das *Teses sobre Feuerbach*, “os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; porém, o que importa é transformá-lo” (Marx; Engels, [1845] 2007, p. 539).

Embora n’A *Ideologia Alemã* encontrem-se elaborações em alto nível de abstração, o texto apresenta uma novidade do ponto de vista da formulação do materialismo histórico. Pela primeira vez foram articuladas categorias de análise do capitalismo com o processo de formação das classes sociais. Há uma construção parecida, menos elaborada, com a existente n’O *Capital* (Marx, [1867] 2011) que investiga a análise da divisão entre campo e cidade, no exame das corporações, da manufatura e da grande indústria (Marx; Engels, [1845–46] 2007, p. 52–60).

Ao fim, Marx identificou a origem e posição ocupada socialmente pelas classes fundamentais, o proletariado e a burguesia, colocando a elaboração de sua teoria emancipatória em novo patamar. Além de uma possibilidade histórica ao alcance do ser que trabalha, n’A *ideologia alemã* esses fatores estão associados a uma ação concreta de uma classe formada na história do capitalismo. Esta ação, a formação de uma práxis revolucionária, só pode se dar através de um processo de tomada de consciência por parte do proletariado. Portanto,

tanto para a criação em massa dessa consciência comunista quanto para o êxito da própria causa faz-se necessária uma transformação massiva dos homens, o que só se pode realizar por um movimento prático, por uma revolução; que a revolução, portanto, é necessária não apenas porque a classe dominante não pode ser derrubada de nenhuma outra forma, mas também porque somente com uma revolução a classe que derruba detém o poder de desembaraçar-se de toda antiga imundície e de se tornar capaz de uma nova fundação da sociedade (Marx; Engels, [1845–46] 2007, p. 42).

Considerações finais

Em 1843 Marx contrapôs-se à filosofia que justificava o Estado prussiano, mostrou seu caráter idealista valendo-se de Feuerbach e argumentou que Hegel havia invertido a

relação entre Estado e sociedade. Realizou a crítica do ponto de vista de um democrata radical, sem propor uma teoria da revolução. Em todo caso, já podemos considerar Marx neste momento como materialista, posicionando-se contra Hegel em defesa de Feuerbach. No entanto, este materialismo era de caráter contemplativo, a construção do real ainda não era compreendida como atividade sensível. O lado ativo da filosofia havia sido desenvolvido apenas pelo idealismo, que Marx refutava integralmente, não discernindo seus elementos que iam, no dizer de Lukács, na direção do progresso.

Sua perspectiva política continuou a radicalizar-se e, ao investigar as formas de emancipação, conseguiu perceber limites da sociedade burguesa, mas a ausência da perspectiva de classe impedia a elaboração de uma teoria da revolução. Preso ao democratismo, a formulação do materialismo histórico, método possibilitado historicamente pelo desenvolvimento e luta política da classe trabalhadora, era ainda uma impossibilidade.

Em seguida, depois de decepcionar-se com a burguesia alemã e sua incapacidade de concretizar uma revolução liberal de caráter democrático, Marx buscou aliados políticos de maior radicalidade. Notando a impossibilidade de realização de um processo emancipatório na Alemanha por parte da burguesia, passou a ver no proletariado a classe capaz de uma transformação social. Foi na *Introdução* de 1844 que Marx identificou o proletariado como sujeito da emancipação, embora ainda de forma abstrata.

Mesmo considerando os pontos positivos devido a uma reaproximação crítica de Hegel, a influência filosófica de Feuerbach ainda levava Marx a ver o proletariado de forma passiva. O sujeito ativo seria a teoria, que só teria o *status* de força material ao penetrar nas massas. Todavia, Marx deu um passo relevante na sua construção filosófica. Sua visão de mundo deixou de estar associada somente a um caráter democrático, mesmo que tomado de forma radical. Ocorreu uma transformação qualitativa na perspectiva política de nosso autor: desse momento em diante passou a referendar sua filosofia na perspectiva e atuação política do proletariado. Por conseguinte, estava aberto o caminho que poderia levar, e de fato levou, à construção do materialismo histórico e da teoria da revolução.

Nos *Manuscritos*, Marx estabeleceu a primeira síntese entre o idealismo objetivista de Hegel, o materialismo contemplativo de Feuerbach e o incipiente estudo da Economia Política. Aconteceu um importante salto na elaboração do materialismo histórico, o real passou a ser entendido como um processo de construção humana e sua explicação deveria ser realizada enquanto tal. Outra importante contribuição desses escritos é que, ao entenderem a alienação como processo originário na produção material, conseguiram estabelecer a prioridade ontológica existente do momento da produção em relação à consciência.

Ao mesmo tempo, ao elaborar interpretações em alto nível de abstração, a tentativa de uma teoria da revolução só poderia ocorrer de forma pouco concreta. Se por um lado isto gera problemas, ao não fornecer à teoria crítica um nível de abstração que a torne um instrumento efetivo a serviço do proletariado, por outro realiza a importante tarefa de colocar a revolução proletária como uma possibilidade real no desenvolvimento histórico do ser que se funda no trabalho.

Pouco tempo depois, na redação das *Glosas*, Marx deparou-se com uma situação concreta. Ao ver a revolta dos tecelões da Silésia, não realizou uma análise abstrata como nos *Manuscritos*. Identificou no protesto um levante anticapitalista, com os tecelões em confronto com a burguesia alemã, sendo sujeitos de uma revolução social. É a ação concreta desses trabalhadores que, almejando a derrubada da burguesia, pode levar a humanidade em direção ao comunismo. Não há mais um proletariado passivo que quando tomado por ideias revolucionárias passaria a constituir-se enquanto sujeito revolucionário. Nas *Glosas*, a classe trabalhadora passa a ser vista como sujeito ativo do processo emancipatório, estando a possibilidade de apreensão do real na realização de uma prática revolucionária.

Realizadas essas análises, a conciliação com o ideário jovem-hegeliano era uma impossibilidade. Marx já havia dado importantes passos na construção do materialismo e na teoria da revolução para poder aceitar que as massas seriam apenas a expressão alienada do desenvolvimento do Espírito. Ao insistirem na interpretação do real calcada no método hegeliano, esses filósofos acabaram por repetir equívocos do mestre. O jovem Marx, reunindo todos os elementos existentes em sua filosofia em 1844-45, já era capaz de realizar uma crítica definitiva aos hegelianos de esquerda. No entanto, mesmo cumprida a tarefa, ainda não era capaz de realizar uma exposição sistemática de seu método de apreensão do real e de sua teoria emancipatória.

É somente n'A *ideologia alemã* que Marx resolve o problema. Articula a já existente tentativa de explicação fundamentada em uma ontologia, o processo de formação histórica do capitalismo, a tomada de consciência da classe trabalhadora e a emancipação humana de caráter comunista. Reafirmando a prioridade ontológica do trabalho em relação às demais objetivações do ser social, associa o processo de formação do capitalismo ao surgimento do proletariado enquanto classe que pode, através de sua inserção objetiva nas relações sociais, por meio de um processo de tomada de consciência, realizar uma radical transformação na ordem social.

Além de colocada a possibilidade objetiva de emancipação da humanidade entendida como um horizonte histórico do ser que trabalha, o autor descreve o processo de formação social que tornou possível o surgimento da classe que realizaria essa emancipação. A inserção do proletariado dentro da ordem capitalista coloca a tomada de consciência como um processo possível em determinadas circunstâncias históricas, ao mesmo tempo em que ele é visto como necessário para a realização da revolução comunista. Portanto, nesse texto há uma articulação de variados graus de abstração que geram um salto nas determinações do ponto de vista histórico-ontológico.

Marx já havia começado a apreender essas determinações em 1844, mas ainda não era capaz de articulá-las em uma descrição em nível mais concreto. É o que parece ocorrer nas *Glosas*, onde, mesmo que consideremos que elas já estejam presentes, Marx não as relaciona com o caso particular analisado. Ainda que não explicitadas, não há qualquer contradição entre as já elaboradas determinações histórico-ontológicas dos *Manuscritos* e as críticas realizadas nas *Glosas*. Com isso, suspeitamos que o problema que o autor precisava resolver era sobretudo de caráter gnosiológico, mas com implicações ontológicas. Isto porque ao conseguir relacionar variados graus de abstração e colocar a

formulação do materialismo e a teoria da revolução em um novo patamar, construiu uma nova síntese que lhe permitiu ampliar a apreensão das próprias determinações histórico-ontológicas do desenvolvimento do ser social.

Articular a possibilidade de superação da alienação do ser que trabalha com o processo histórico que culminou com o surgimento do proletariado não é somente uma diferença de abstração, e sim um salto qualitativo na construção teórica. Não dizemos que não devam ser procuradas mediações adicionais, esta foi uma tarefa permanente de Marx, afirmamos apenas que a análise existente n'*A ideologia alemã*, ao mesmo tempo em que fortalece a sua obra enquanto filosofia interpretativa do real, torna-a uma eficaz teoria crítico-emancipatória do proletariado.

Entretanto, exatamente por essas duas questões estarem indissociavelmente relacionadas, a explicação realizada nessa obra não é somente uma sobreposição das análises realizadas nos *Manuscritos* e nas *Glosas*, ela é, de fato, um salto qualitativo na obra marxiana. Conseguindo debruçar-se sobre uma problemática sobretudo gnosiológica, o autor acaba por recolocar sua teoria em um novo patamar onde são alcançadas, inclusive, novas determinações histórico-ontológicas sobre o processo de descrição e transformação do real.

Por fim, podemos perceber que as novidades n'*A ideologia alemã* estão atreladas à nova articulação existente entre a perspectiva de classe, o materialismo histórico e a teoria da revolução. A ida para Bruxelas depois de sua expulsão da França levou Marx a reafirmar sua perspectiva de classe proletária. Além da já existente proximidade em relação aos trabalhadores, tornou-se um militante comunista e organizou pouco tempo depois a Liga dos comunistas, originária da Liga dos justos. Do mesmo modo, avançou a elaboração do materialismo histórico. Já tendo percebido o real como resultado da atuação e intervenção humana, nesta obra Marx consegue relacionar o processo de tomada de consciência da classe trabalhadora com o movimento histórico do capitalismo.

Isto permite reafirmar a prioridade ontológica do ser em relação à consciência, assim como desvendar uma condição indispensável para a realização da emancipação humana. Portanto, a teoria da revolução também encontra nessa obra um avanço substancial. Se a revolução socialista não é obra do espírito ou resultado de mecanismos puramente intelectivos, e sim uma radical transformação de caráter prático, não estamos, igualmente, falando de qualquer prática. A transformação social e a superação do capitalismo em direção a uma sociedade sem classes só pode ser resultado de uma prática consciente da classe trabalhadora, isto é, de uma práxis revolucionária de caráter emancipatório.

Desta forma, a recuperação da gênese da obra marxiana, articulando classe, materialismo histórico e teoria da revolução, não se resume a um exercício de retomada do edifício teórico-prático de Marx, mas constitui também uma intervenção crítica orientada pela atualidade. Para o Serviço Social brasileiro, essa retomada inclusive alinha-se diretamente ao projeto ético-político da profissão, sustentado na tradição marxiana e na centralidade da classe como mediação da transformação e compreensão da realidade social. Reafirmar esses fundamentos contribui para potencializar uma prática profissional voltada à

emancipação humana, à superação da ordem do capital, ao enfrentamento das expressões da questão social e aos desafios que atravessam a realidade contemporânea.

Referências

BUEY, Francisco F. **Marx (sem ismos)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

COUTINHO, Carlos N. **Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios**. São Paulo: Cortez, 1994.

FEUERBACH, Ludwig. **Princípios da filosofia do futuro**. Lisboa: Edições 70, 1988.

FEUERBACH, Ludwig. **Teses provisórias para a reforma da filosofia**. Covilhã: LusoSofia Press, 2008. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/feuerbach/1842/mes/teses_provisorias.pdf. Acesso em: 24 out. 2024.

FREDERICO, Celso. **O jovem Marx: 1843-1844: as origens da ontologia do ser social**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

HEGEL, Georg W. F. **Ciência da Lógica**. São Paulo: Barcarolla, 2011.

HEGEL, Georg W. F. **Princípios da Filosofia do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LENIN, Vladimir. As Três Fontes e as Três partes Constitutivas do Marxismo. In: LENIN, Vladimir. **Obras Escolhidas em seis tomos**. Lisboa: Edições Avante, 1977. Tomo 1. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1913/03/tresfont.htm>. Acesso em: 29 abr. 2023.

LÖWY, Michael. **A teoria da revolução no jovem Marx**. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUKÁCS, György. **Introdução a uma Estética Marxista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

LUKÁCS, György. **O jovem Marx e outros escritos de filosofia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2010a.

MARX, Karl. **Lutas de classes na Alemanha**. São Paulo: Boitempo, 2010c.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo, Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010b.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A sagrada família**. São Paulo: Boitempo, 2003.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SAMPAIO, Benedicto A.; FREDERICO, Celso. **Dialética e materialismo: Marx entre Hegel e Feuerbach**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

VÁZQUEZ, Adolfo S. **Filosofia da práxis**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

Submetido em: 21/8/2025

Revisto em: 5/1/2026

Aceito em: 9/1/2026



Marx, Estado e a tendência de queda na taxa de lucro

Marx, the State, and the Tendency of the Rate of Profit to Fall

Albani de Barros*

 <https://orcid.org/0000-0003-2923-7557>

RESUMO

Este artigo empreende uma análise crítica, fundamentada no referencial marxista sobre a tendência decrescente da taxa de lucro e do papel desempenhado pelo Estado na mobilização de contratendências destinadas a contrapô-la. Partindo de uma reconstituição do percurso teórico de Marx, desde suas formulações iniciais até a maturação conceitual presente em *O Capital*, o estudo examina categorias centrais como acumulação capitalista e composição orgânica do capital, articulando essas com o estudo de Mészáros sobre a crise estrutural. Sustenta-se, como eixo argumentativo, que o declínio da lucratividade constitui uma determinação estrutural inerente à dinâmica do capital, cujos efeitos são enfrentados por meio de mecanismos contra-arrestantes conduzidos pelo Estado. Do ponto de vista metodológico, trata-se do resultado de uma pesquisa a partir da revisão bibliográfica sistemática, desenvolvida no curso de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba de 2023 a 2025.

PALAVRAS-CHAVE

Tendência na queda da taxa de lucros; Estado; Crise estrutural.

ABSTRACT

This article presents a critical analysis, grounded in the Marxist framework, of the declining trend in the profit rate and the role of the State in mobilizing countertendencies to mitigate it. Drawing upon a reconstruction of Marx's theoretical development, from his early formulations to the conceptual maturity evident in *Capital*, the study examines key categories such as capitalist accumulation and the organic composition of capital, situating them in dialogue with Mészáros's work on structural crisis. The central argument is that the decline in profitability represents a structural determination intrinsic to the dynamics of capital, whose consequences are addressed through state-led mechanisms counteracting the tendency of the profit rate to fall. Methodologically, the study is based on a systematic literature review conducted within the Social Work program at the Federal University of Paraíba between 2023 and 2025.

KEYWORDS

Tendency of falling profit rate; State; Structural crisis.

*Assistente Social. Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, Recife, Brasil). Docente adjunto no Programa de Graduação e Pós-graduação em Serviço Social na Universidade Federal da Paraíba (UFPB, João Pessoa, Brasil). E-mail: albanibr@hotmai.com

DOI 10.22422/temporalis.2026v26n51p203-216



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2026 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo analisar criticamente, à luz do referencial marxista, o papel do Estado enquanto agente fundamental na sustentação da acumulação capitalista frente à tendência à queda da taxa de lucro. Partindo do eixo temático do esboço à crítica da economia política, busca-se relacionar o percurso intelectual de Marx na construção de *O Capital* à formulação madura de categorias que permanecem centrais para a apreensão do capitalismo contemporâneo, como a lei geral da acumulação capitalista, composição orgânica do capital e a tendência à queda da taxa de lucro. Também tratamos, a partir de Mészáros, sobre os determinantes históricos e a dinâmica do capitalismo contemporâneo, com ênfase sobre a crise estrutural do capital; o processo de financeirização e a atuação do Estado como executor decisivo na mediação de contratendências, sobretudo pela mobilização do fundo público.

Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma revisão bibliográfica sistemática, articulando obras clássicas e contribuições contemporâneas. Este artigo é resultado de pesquisa realizada no âmbito do curso de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), entre 2023 e 2025. O estudo envolveu a identificação, análise e síntese de referenciais que permitem compreender alguns elementos introdutórios da trajetória de desenvolvimento da crítica da economia política, que culmina com a elaboração de *O Capital*, bem como a articulação entre a lei geral da acumulação capitalista e a tendência na queda das taxas de lucratividade.

Ao longo do artigo, a discussão é organizada em três momentos articulados. No primeiro, examina-se o percurso de elaboração da crítica da economia política desenvolvida por Marx, desde as primeiras aproximações em 1844, até a formulação madura de *O Capital*, evidenciando como o autor construiu algumas categorias fundamentais. No segundo tópico, analisa-se a lei geral da acumulação capitalista, a tendência à queda da taxa de lucro e suas contratendências a partir do referencial marxiano. O destaque, nesse instante, é de demonstrar que ao elevar a composição orgânica do capital e reduzir a participação do trabalho vivo, o metabolismo do capital cria obstáculos para sua própria valorização. Por fim, discute-se a reconfiguração contemporânea dessas contratendências no contexto da crise estrutural, com especial atenção na financeirização e na ação estatal, demonstrando como o Estado, ao mobilizar o fundo público por meio de endividamento, renúncias fiscais, subsídios e privatizações, se converte em operador indispensável da reprodução capitalista, aprofundando as contradições que busca administrar.

A organização do artigo busca evidenciar a unidade entre história, teoria e crítica. O exame do percurso de elaboração de *O Capital* cumpre a função de demonstrar como Marx construiu, em circunstâncias históricas determinadas, as categorias fundamentais de sua crítica da economia política. Em seguida, a análise da lei geral da acumulação capitalista e da tendência à queda da taxa de lucro explicita como essas categorias se articulam no desvelamento das contradições do metabolismo do capital. Por fim, ao abordar a crise estrutural e o papel contemporâneo do Estado na mobilização de contratendências, busca-se indicar a permanência dessas determinações sob novas formas históricas.

No contexto das transformações do capitalismo maturadas a partir das últimas décadas do século XX, emerge e aprofunda-se a crise estrutural do capital, conforme a análise de Mészáros (2002). Nesse cenário, as contratendências à queda da taxa de lucro reconfiguram-se e articulam-se à aplicação do receituário neoliberal, à chamada reestruturação produtiva e à hipertrofia da esfera financeira. Esses fenômenos redefinem os mecanismos de valorização, intensificando a dependência do capital em relação a processos que tentam se dissociar da produção material direta, agudizando, portanto, as contradições de seu metabolismo de acumulação.

A construção de uma crítica radical: o percurso de Marx até *O capital*

O adensamento de Marx no exame da crítica da economia política resultou na construção de sua obra mais significativa, *O Capital*. Esse percurso teve início em 1844, ano em que passou a se dedicar sistematicamente aos estudos sobre economia política, motivado, em larga medida, pela leitura de um ensaio de Engels, publicado na revista *Anais Franco-Alemães*, intitulado *Esboço para uma Crítica da Economia Política*. Wheen chama atenção que até seu encontro com a economia política em 1844, “embora acreditasse que as forças sociais e econômicas fossem o motor da história, Marx não tinha qualquer conhecimento prático ou direto do capitalismo” (Wheen, 2007, p. 22). O artigo de Engels citado atuou como catalisador determinante no pensamento marxiano. Quinze anos mais tarde, Marx reconheceu explicitamente a importância dessa contribuição inicial de Engels. No prefácio da *Contribuição à Crítica da Economia Política*, publicado em 1859, ele faz referência direta ao impacto daquele ensaio, destacando-o como um “genial esboço de uma crítica das categorias econômicas” (Marx, 2009, p. 49).

Ainda no segundo semestre de 1844, Marx compartilhou com Engels a ideia de escrever um texto que sistematizasse sua crítica à economia política, apresentando os fundamentos ainda introdutórios sobre a temática. Já em fevereiro de 1845, firmou um contrato com o editor Julius Leske, comprometendo-se a redigir um livro sobre economia política (Marx; Engels, 2020). Em primeiro de agosto do mesmo ano, voltou a escrever para o editor, relatando sobre a entrega de seu texto, afirmando que “o primeiro volume, revisado e corrigido, estará pronto para impressão em fins de novembro. O segundo volume, que é mais histórico, poderá segui-lo rapidamente” (Marx; Engels, 2020, p. 49). Esse projeto embrionário seria a obra que, pouco mais de duas décadas mais tarde, consolidar-se-ia como *O Capital*. Contudo, o manuscrito prometido não foi entregue na data estipulada, longe disso, a primeira edição do livro apenas foi finalizada vinte e dois anos depois, em 1867.

Há também que considerar que o itinerário de Marx nos estudos da crítica da economia política entre as décadas de 1840 e 1860 foi marcado por exílios, repressões políticas e privações materiais. Após ser expulso da França, Marx exilou-se na Bélgica em fevereiro de 1845 (Netto, 2020), onde deu continuidade às suas pesquisas e ao diálogo com Engels. No entanto, os levantes revolucionários iniciados em fevereiro de 1848 na França, e que se espalharam por toda a Europa, interromperam o curso de seus estudos, forçando-o a assumir uma participação ainda mais ativa nos acontecimentos políticos. Com a derrota das revoluções na Europa, retornou brevemente à Alemanha, sendo constantemente vigiado

e ameaçado, o que o obrigou, em setembro de 1849, a exilar-se em caráter permanente em Londres (Gabriel, 2013).

Durante o exílio na capital inglesa, Marx passou, na década de 1850, por duríssimas condições de vida, morando no bairro operário do Soho, em residências modestas na Dean Street (Gabriel, 2013). Do ponto de vista intelectual, sua vivência em Londres permitiu o desenvolvimento em suas pesquisas, dedicando-se a longas jornadas de estudo na sala de leitura da Biblioteca do British Museum, onde passou anos mergulhado em obras sobre economia política, história, estatística e filosofia. Também manteve uma correspondência densa e sistemática com Engels. Entretanto, foi em uma carta endereçada a Lassalle, em 21 de dezembro de 1857, que Marx comentou sobre o avanço da crise econômica naquele ano e como isso impulsionara seus estudos. Em suas palavras: “[...] A presente crise comercial me estimulou a dedicar-me seriamente à formulação dos traços fundamentais da Economia Política e, ao mesmo tempo, a preparar alguma coisa sobre a atual crise” (Marx; Engels, 2020, p. 113).

Foi precisamente nesse contexto de crise do capitalismo que Marx alcançou um avanço qualitativo na formulação de sua crítica. Entre os anos de 1857 e 1858, redigiu os primeiros manuscritos preparatórios de sua crítica da economia política, que ficariam conhecidos como *Grundrisse*, texto fundamental em que esboça as principais categorias teóricas que estruturariam, anos mais tarde, os três volumes de *O Capital*, ainda que em vida só tenha publicado o primeiro livro. Nesses manuscritos, aparecem categorias centrais, como valor, mais-valia, capital fixo e circulação, ao mesmo tempo em que articula sua crítica à economia política com a totalidade concreta do modo de produção capitalista.

Alguns anos depois, produziu um novo manuscrito sobre a crítica da economia política, entre agosto de 1861 e julho de 1863 (Netto, 2020), com anotações que preenchem mais de 1500 páginas (Wheen, 2007). Esse texto ficou conhecido como os *Cadernos de 1861-1863*. Já entre 1863 e 1865, elaborou outro conjunto de manuscritos, aprofundando e consolidando algumas questões tratadas anteriormente nos *Grundrisse* (Netto, 2020). Marx sistematizou então a redação de *O Capital*, nesse momento já com esse título, entre janeiro de 1866 e abril de 1867. O primeiro volume foi finalmente publicado em 14 de setembro de 1867, sendo que o segundo e o terceiro foram editados apenas após sua morte, em 1885 e 1894, respectivamente, graças a um enorme esforço de Engels. A obra, como observa István Mészáros (2002), não é apenas uma teoria da economia, mas uma crítica radical da totalidade social capitalista.

Mais do que oferecer uma simples análise crítica da economia política clássica, Marx constrói uma teoria social fundada na compreensão do capital como uma relação social historicamente determinada, contraditória e em permanente movimento. Um cerne revelador de suas contradições está na acumulação capitalista, motor da reprodução ampliada e geradora de suas crises. Entre as múltiplas contradições imanentes ao processo de acumulação, destaca-se de forma decisiva a tendência à queda da taxa média de lucro.

O impulso permanente de modernização técnica, aumentando a proporção de capital constante em relação ao capital variável, expressa a intensificação da contradição estrutural da relação entre capital e trabalho (Marx, 1996). Ao reduzir a participação do

trabalho vivo no processo produtivo, o capital corrói, paradoxalmente, a própria base de sua valorização, já que apenas a força de trabalho é capaz de gerar valor. Nesses termos, a queda tendencial da taxa de lucro não é um momento acidental, mas um elemento constante que exige respostas cada vez mais agressivas por parte do capital, como a intensificação da exploração da força de trabalho, expansão do crédito, expropriação de bens públicos e a mercantilização das esferas da vida social. Cada uma dessas saídas consegue, em curtíssimo prazo, apenas deslocar algumas contradições, sem jamais resolvê-las, na medida em que os antagonismos estruturantes do capital são continuamente repostos (Paniago, 2007).

Diante do que apresentamos, o itinerário intelectual de Marx até a redação de *O Capital* não deve ser compreendido apenas como o pano de fundo histórico de sua mais importante obra. O que esse percurso revela é um processo de amadurecimento teórico e político, o que permitiu a construção das categorias fundamentais de sua crítica da economia política. São precisamente essas análises que possibilitam compreender, em sua densidade conceitual, a lei geral da acumulação capitalista, a tendência à queda da taxa de lucro e suas contratendências, objeto das análises que se seguem. Desse modo, a reconstrução do percurso de Marx cumpre a função metodológica de evidenciar que a crítica do capital não emerge de um exercício abstrato, mas de uma apreensão histórica e sistemática da totalidade social, cujos desdobramentos permanecem atuais para a análise das contradições do capitalismo contemporâneo.

Acumulação capitalista e a tendência à queda da taxa de lucro

Ao desenvolver a teoria do valor-trabalho, Marx revelou os mecanismos de exploração sobre os trabalhadores, investigando de maneira aprofundada a relação entre circulação e produção; e entre trabalho, mercadoria e valor. Já ao abordar a Lei geral da acumulação capitalista, o autor evidencia o que se encontra à vista de todos: as contradições profundas que afetam a classe trabalhadora, em contraste com o enriquecimento da burguesia.

Nesse sentido, logo no início do capítulo XXIII do volume I de *O capital*, Marx explicita que seu objetivo é examinar a “influência que o crescimento do capital exerce sobre o destino da classe trabalhadora” (1996, p. 244). Para tanto, identifica dois elementos centrais: “a composição do capital e as modificações que ela sofre no curso do processo de acumulação” (Marx, 1996, p. 244). Ao longo dessa análise, Marx explica categorias como valor, mais-valia, acumulação e capital constante e variável, de modo a desvendar os labirintos do metabolismo expansivo do capital. Como um desdobramento do que foi tratado na lei geral da acumulação capitalista, há um elemento importante para nosso estudo que se encontra no Livro III, capítulo XIII, nomeado por ele de *A lei como tal*, no qual analisa a tendência à queda da taxa de lucro (Marx, 2017).

O reconhecimento de que o desenvolvimento econômico conduzia a um declínio nas taxas de lucro já se apresentava entre os autores da economia política clássica. Todavia, as razões atribuídas a esse fenômeno divergiam substancialmente da interpretação posteriormente elaborada por Marx. Como observa Wheen (2007, p. 73): “Smith atribuía a queda a um declínio das oportunidades vantajosas”. Já Ricardo (1996) afirmava que a taxa de lucro tenderia a cair em razão do aumento do preço dos cereais, acrescentando que “a tendência

natural dos lucros, portanto, é diminuir, pois, com o desenvolvimento da sociedade e da riqueza, a quantidade adicional de alimentos requerida [...]” (Ricardo, 1996, p. 86–87). Em contraposição com essas formulações, a compreensão marxiana é de que a queda da taxa de lucratividade não decorre de fatores externos ao capital, sendo resultado do próprio processo de acumulação, relacionado diretamente ao aumento da composição orgânica.

No que diz respeito à relação entre a lei geral da acumulação capitalista e a queda nas taxas de lucro, Marx oferece indícios elucidativos em carta endereçada a Engels, datada de 30 de abril de 1868 (Marx; Engels, 2020). Quanto a isso, nada mais apropriado que facultar a palavra a ele mesmo, ao mencionar que a “[...] tendência da taxa de lucro a cair no curso do progresso da sociedade. Isto já se deduz do que foi desenvolvido no livro I sobre a mudança na composição do capital em função do desenvolvimento da produtividade social.” (Marx; Engels, 2020, p. 252).

Na lei geral da acumulação capitalista, o autor expressa como o aumento da proporção de capital constante (investido em máquinas, equipamentos, infraestrutura) em relação ao capital variável (salários) acarreta a substituição de trabalho vivo por trabalho morto. A questão é que como a força de trabalho é a única que gera valor, tal dinâmica compromete a capacidade do capital de valorizar-se. A Contradição incontornável dos mecanismos internos da acumulação é que o valor é determinado pela quantidade de trabalho humano abstrato socialmente necessário (Iasi, 2009).

A taxa de lucro tende a cair porque, ao mesmo tempo em que os capitalistas buscam aumentar a produtividade para enfrentar a concorrência, eles diminuem proporcionalmente o componente gerador de mais-valia: o trabalho vivo (Marx, 2017). A equação torna-se um nó górdio, pois mesmo com aumento da massa de lucros, a taxa de lucro obtida tende a diminuir (Marx, 2017).

Mas se é verdade que o capitalismo apresenta uma tendência à queda da taxa de lucratividade, não é menos verdadeiro que os capitalistas não ficam inertes diante dessa dinâmica, mobilizando um conjunto de mecanismos para enfrentá-la permanentemente. Marx identifica, entre as chamadas causas “contra-arrestantes”, ou seja, ações que operam como contratendências à queda da taxa de lucro, seis de caráter mais geral: elevação do grau de exploração do trabalho; compressão dos salários abaixo de seu valor; barateamento dos elementos do capital constante; a superpopulação relativa; o comércio exterior; e o aumento do capital acionário (Marx, 2017). Essas determinações, ainda que formuladas de modo geral, refletem as condições históricas concretas da segunda metade do século XIX. Não obstante, muitas delas permanecem válidas para a compreensão do metabolismo do capital, desde que mediadas pelos determinantes históricos que dão forma e tessitura à dinâmica atual do capitalismo e à crise estrutural que o acompanha, desde a década de 1970.

Outro aspecto a ser considerado é que, sendo a acumulação capitalista um processo incessante e tendencialmente expansivo, as contradições por ela engendradas são igualmente contínuas. Nesse sentido, a tendência à queda da taxa de lucro não deve ser interpretada como uma anomalia episódica, mas sim como um movimento imanente ao próprio capital, inscrito em sua lógica interna. Tal característica impõe, por conseguinte, a

necessidade de um enfrentamento por meio de medidas contra-arrestantes constantemente renovadas. Não se trata, portanto, da simples adoção de medidas corretivas ou ajustes técnicos pontuais diante de eventuais reduções na lucratividade média, mas da mobilização de um conjunto de estratégias articuladas, historicamente determinadas, voltadas à contenção dos efeitos dessa tendência constitutiva.

Assim, a tendência decrescente da taxa de lucro e as contratendências que buscam seu enfrentamento devem ser compreendidas como momentos dialéticos de uma totalidade contraditória, coexistindo de maneira indissociável no processo de acumulação ampliada. Sendo o capital um processo marcado por contradições em constante movimento, torna-se inevitável que a própria acumulação exija, de forma contínua, a restauração das condições de sua reprodução. Esse esforço restaurador, no entanto, frequentemente ocorre ao custo do agravamento de outras contradições, arrastando e intensificando novos pontos de tensão, que longe de superarem as contradições do capital, apenas as reinscrevem em patamares mais complexos e, por vezes, mais agudos.

Contratendências e financeirização: a atuação do Estado na gestão da crise do capital

Na tradição marxista, é consensual a compreensão de que as crises não constituem acidentes ocorridos por um contexto histórico tortuoso, mas elementos inevitáveis e necessários ao metabolismo do capital. Com efeito, à medida que o capitalismo amplia suas fronteiras e impulsiona o desenvolvimento das forças produtivas, reproduz também, de modo sistemático, as contradições que lhe são imanentes. O prolongado período de crescimento iniciado a partir do pós-Segunda Guerra, que perdurou por cerca de trinta anos, conduziu o capitalismo a um paroxismo, momento em que sua máxima vitalidade revelou, paradoxalmente, os próprios limites estruturais do sistema, com a emergência da chamada crise estrutural do capital.

Sobre tal colapso, Mészáros (2002) oferece a mais abrangente análise acerca dos determinantes do capitalismo contemporâneo e sua crise, caracterizando-a como estrutural, distinta das crises cíclicas do passado. Essa nova configuração de crise manifesta-se por seu caráter universal, alcance global, temporalidade contínua e modo de desdobramento “rastejante”, atingindo todos os complexos e subcomplexos sociais articulados ao metabolismo do capital (Mészáros, 2002). Trata-se de uma crise que transcende a esfera econômica e repercute em todas as dimensões da vida social. Para o autor, tal crise decorre da ativação dos limites absolutos do capital, que inviabilizam a retomada de um longo ciclo de crescimento, como o ocorrido no pós-Segunda Guerra Mundial, configurando um quadro de contradições profundas e persistentes. No tocante à relação entre o colapso econômico em curso e a queda das taxas de lucro, Pergher e Valada (2016, p. 154) comentam que “a crise atual possui relação direta com a crise estrutural da década de 1970 e, sobretudo, é resultado indireto da tendência declinante da taxa de lucro”. Nesses termos, ao tempo em que a crise desencadeada desde os anos 1970 não é o resultado de problemas estritamente conjunturais, possui raízes também indiretamente assentadas na queda da taxa de lucro, que, por sua vez, orienta a reorganização do capital e a intervenção estatal.

No cenário de uma crise de caráter contínuo, a dinâmica capitalista, incapaz de tratar suas causas fundamentais, responde com a adoção de medidas contra-arrestantes para enfrentar a tendência de queda nas taxas de lucro. Essas contratendências estão em curso acelerado no contexto da crise estrutural. Com as políticas neoliberais, aplicadas desde o final da década de 1970, ampliaram-se privatizações, cortes em gastos sociais e o ataque aos direitos dos trabalhadores. Paralelamente, a reestruturação produtiva, com a adoção do modelo toyotista e a frenética inserção de novos aparatos tecnológicos, aumentou o desemprego e intensificou a precarização do trabalho em escala mundial, não indultando sequer os trabalhadores dos países centrais. Além disso, ocorre uma aceleração dos circuitos de rotação do capital, por meio da hipertrofia da esfera financeira, com a expansão do capital fictício.

Na medida em que o capital se constitui essencialmente como uma relação social, seu processo de autoexpansão não se limita às expressões materiais da riqueza. O impulso expansivo do capital revela-se, inclusive, na tentativa de autonomização de sua dinâmica de acumulação em relação à base material que a sustenta. Em tese, é possível considerar que capital fictício pode se expandir quase sem limites, todavia, isso não pode ser sustentado indefinidamente, sem referência à base material da produção de valor. Quando essa contradição se intensifica, a crise emerge de forma explosiva. Assim, essa saída possui um estatuto ontológico de impossibilidade, considerando que a riqueza tem como fundamento a produção material. Ademais, a expansão sob a forma da ampliação de capital fictício impõe ainda mais instabilidade ao movimento de acumulação.

Uma questão instigante e de difícil solução é que diferentes formas de capital, incluindo de empresas que atuam na esfera produtiva, também mantêm parcela relevante de seus ativos convertida em capital fictício, na forma de ações, de derivativos, de títulos da dívida pública, debêntures ou outros papéis. Como os preços dos ativos financeiros podem se desvincular do valor dos ativos reais, esses lucros não estão submetidos ao mesmo limite estrutural que restringe os lucros efetivos. Contudo, a valorização baseada em ativos financeiros desvinculados da produção material gera instabilidade e amplia a vulnerabilidade do sistema econômico, pois depende da expansão contínua de expectativas futuras de rendimento.

Tal dinâmica não somente aprofunda a especulação e a volatilidade, como revela seus limites, uma vez que a acumulação descolada do valor produzido pelo trabalho tende a criar condições econômicas mais vulneráveis e provocar crises recorrentes. Para termos uma ideia concreta da magnitude de apenas uma das formas de capital fictício, os papéis derivativos, de acordo com informações do Banco de Compensações Internacionais (Bank for International Settlements, 2021), a cifra de contratos envolvendo derivativos totalizou, em 2020, aproximadamente 582 trilhões de dólares. Em termos comparativos, o PIB mundial de 2024 foi calculado pelo Banco Mundial em pouco mais de 111 trilhões de dólares (World Bank Group, 2025), menos de cinco vezes a soma de capitais fictícios em papéis derivativos.

Entre as seis causas contra-arrestantes elencadas por Marx (2017), o aumento do capital acionário, enquanto expressão do capital fictício, aparece como uma das possibilidades. Iasi (2009) observa que no contexto do capitalismo monopolista e financeirizado, novas

contratendências emergem articuladas de modo cada vez mais complexo à ação do Estado. Ainda de acordo com Iasi (2009, p. 38): “A ordem monopólica exige que poderosas contratendências sejam permanentemente acionadas e só o Estado pode fazê-lo”. Na dinâmica do capitalismo monopolista tardio, em que se combina uma dupla hipertrofia — a da centralização de capitais e da esfera financeira —, a ação estatal não tem meramente um caráter suplementar. Nessas condições, o Estado torna-se um componente indispensável para o enfrentamento dos efeitos da lei tendencial de queda da taxa de lucro. Sua ação manifesta-se tanto na adaptação das formas clássicas de causas contra-arrestantes quanto na promoção de novas estratégias.

Mészáros (2002) concebe que o sociometabolismo do capital não pode prescindir do Estado. Para o autor, o Estado capitalista moderno não se coloca acima do capital nem atua como instância neutra ou corretiva. Ao contrário, ele exerce o papel institucional às determinações estruturais do capital, sendo parte integrante e funcional da lógica de sua reprodução ampliada. Nas palavras de Mészáros (2002, p. 834): “O Estado não é o antídoto, mas a complementaridade institucional do capital. Por mais que o Estado moderno aspire a regular as contradições do capital, ele é também, estruturalmente, parte de sua dinâmica contraditória e da sua lógica destrutiva”.

Já Iasi (2009) identifica o Estado como o condutor fundamental das estratégias de enfrentamento à queda nas taxas de lucratividade. Por meio da implantação ou alteração de legislações no âmbito do trabalho, o Estado estabelece as condições para que a força de trabalho possa ser mais intensamente explorada; o aumento nas jornadas e a “flexibilização” de regras protetivas são exemplos disso. Ao determinar patamares legais de remuneração dos salários ou ao estipular preços por ele controlados, o Estado também exerce o poder de rebaixar taxas salariais. Ao promover algumas condições mínimas de sobrevivência e disciplinar a força de trabalho, o Estado cria as bases necessárias para que a superpopulação relativa seja ampliada, com a redução de riscos de esgarçamento do tecido social.

É o Estado quem é capaz de oferecer condições vantajosas de acesso às estruturas por ele criadas ou administradas, como a facilitação para oferta de insumos, geração de energia e infraestruturas de escoamento da produção. Como agente dos interesses do capital na expansão dos mercados, o Estado tanto subsidia capitalistas individuais ou setores econômicos, como age na mercantilização de suas próprias áreas de atuação (Iasi, 2009). Já ao irrigar a esfera financeira com parte substancial da riqueza recolhida do conjunto da sociedade, o Estado cumpre a sexta função de contratendência mencionada por Marx (2017).

Com o aprofundamento da crise estrutural do capital, novas ações de contratendência ganharam relevância e centralidade, especialmente aquelas ligadas à esfera financeira sob a mediação e a atuação direta do Estado. O desenvolvimento do sistema de crédito, dos mercados financeiros e da dívida pública possibilitou a ampliação da rentabilidade sem passar necessariamente pela valorização direta da força de trabalho. A dívida mundial, em maio de 2025, alcançou a cifra de 324 trilhões de dólares, de acordo com a revista *Isto é Dinheiro* (2025), com dados extraídos a partir do Instituto Internacional de Finanças. Desse total, mais de 92 trilhões referem-se às dívidas públicas. O Estado, ao emitir títulos de

dívida, age como um grande tomador de empréstimos que oferece segurança e liquidez ao capital. Entre os países do G20, as dívidas públicas em muitos casos já se igualam ou superam o PIB nacional. O Brasil registra 71% de seu PIB comprometido, seguido por Reino Unido (97%), Espanha (106%), Canadá (107%), França (111%), Estados Unidos (122%), Itália (138%), Cingapura (168%) e Japão, que alcança 260% (Trading Economics, [2024]).

Nesse processo, o fundo público passa a ser capturado por mecanismos que transferem riqueza da sociedade para o capital financeiro, especialmente via pagamento de juros da dívida, subsídios, renúncias fiscais e garantias de rentabilidade ao setor privado. Nesses termos, o fundo público passa a ocupar um *lócus* estratégico na dinâmica capitalista contemporânea: o de vetor de rentabilidade do capital, transformando-se em pilar da financeirização da economia.

Nesse contexto, o Estado torna-se cada vez mais um instrumento de socialização dos prejuízos e privatização dos lucros, contribuindo com mecanismos que garantem a continuidade da acumulação, mesmo à custa do empobrecimento das massas trabalhadoras e do esgarçamento das políticas sociais. A captura da política fiscal por interesses financeiros, a retirada de direitos trabalhistas e previdenciários, os limites impostos ao investimento social e a expansão do mercado de capitais em áreas públicas são expressões diretas dessas novas configurações de contratendências.

Em meio à crise estrutural do capital e à tendência de queda da taxa de lucro, o Estado opera como instrumento de pilhagem institucionalizada, seja por meio do pagamento de juros da dívida, da concessão de subsídios, da mercantilização de direitos ou da privatização de ativos públicos. Assim, o fundo público, é capturado e transformado em engrenagem de sustentação da rentabilidade privada, em uma conjuntura de crise e estagnação da produção material. Conforme afirma Salvador (2010, p. 609): “O baixo retorno dos investimentos produtivos, ou seja, a queda na rentabilidade leva a uma fuga do capital do setor produtivo para a esfera financeira, agindo de forma especulativa”. Essa forma de contratendência demonstra o parasitismo do capital em sua fase atual e o caráter intrinsecamente antissocial do seu modo de reprodução.

No âmbito da relação entre Estado e a financeirização, longe de atuar apenas como gestor das políticas fiscal e monetária, o aparato estatal desempenha funções estratégicas nos processos de valorização por meio do capital fictício. Sua atuação como grande tomador de empréstimos nos mercados financeiros o submete diretamente à lógica disciplinadora das finanças globalizadas. Como argumenta Sokol (2023), o Estado viabiliza os mecanismos da financeirização e é financeirizado em sua própria estrutura, convertendo-se em elo ativo na sustentação dos circuitos de valorização do capital fictício. Nesses termos, a chamada dívida soberana, emitida na forma de títulos dos governos, sustenta parte importante da dinâmica de valorização do capital financeiro.

Esse movimento expressa uma contratendência sistêmica que, embora não formulada de modo explícito por Marx, encontra respaldo em pistas presentes em sua análise da expansão do mercado de ações, forma clássica do capital fictício e plenamente coerente com a lógica interna de sua crítica. Na contemporaneidade, essa dinâmica manifesta-se na financeirização da economia e na hegemonia do capital fictício, que operam como

mecanismos centrais de compensação à tendência de queda da rentabilidade na esfera produtiva. Conforme Harvey, quando as taxas de lucros começaram a diminuir a partir da década de 1990, mesmo existindo uma “abundância de trabalhadores com baixos salários. [...] cada vez mais dinheiro entrou na especulação em ativos, porque era onde lucros eram passíveis de ser realizados” (Harvey, 2011, p. 32).

Diante de um cenário de crise contínua e persistente, o lançamento de títulos da dívida, lastreados em futuras arrecadações e respaldados pelo próprio aparato estatal, hipoteca segurança e liquidez ao capital financeiro e cria uma engrenagem de valorização aparentemente dissociada da produção real de valor, aprofundando as contradições sistêmicas do capitalismo financeirizado. Trata-se, portanto, de uma resposta estrutural do Estado à crise, operando como suporte institucional indispensável à sustentação do movimento expansionista do capital.

Considerações finais

A análise aqui desenvolvida demonstrou que a tendência à queda da taxa de lucro, tal qual formulada por Marx, continua sendo uma chave interpretativa indispensável para compreender as contradições do capitalismo contemporâneo, mesmo que por si só isso não seja suficiente. Não se trata de uma tendência mecânica ou linear, mas de uma determinação estrutural do metabolismo do capital, que, para garantir sua reprodução, mobiliza continuamente contratendências. Todavia, tais mecanismos não eliminam a contradição fundamental; apenas a deslocam, repondo-a em níveis mais complexos.

No intrincado cenário de crise estrutural, marcado pelas profundas transformações nas relações de produção, pela difusão do receituário neoliberal e pela centralidade do capital financeiro, evidencia-se que a dinâmica do capital contemporâneo assume contornos ainda mais densos e complexos do que aqueles analisados por Marx em sua época. Mézáros (2002) compreende que o Estado burguês tem desempenhado um papel ativo e necessário no metabolismo social do capital, viabilizando condições para a expansão da exploração do trabalho excedente.

As transformações próprias do capitalismo contemporâneo, atravessadas pela dinâmica de uma crise estrutural de caráter contínuo, inviabilizam a consolidação de um ciclo prolongado de crescimento. Nessas condições, também impõem a necessidade de novas formas de intervenção nos circuitos de acumulação, nas quais o Estado se afirma no papel de indutor das ações contra-arrestantes.

A relação entre ação estatal e a dinâmica do capitalismo monopolista revela-se historicamente como uma engrenagem de mútua complementaridade. O Estado garante as condições institucionais e jurídicas para a reprodução do capital, além de intervir ativamente para mitigar os riscos e incertezas inerentes ao mercado. Um dos mecanismos centrais desse processo é a gestão da dívida pública, que converte recursos financeiros ociosos em capital, assegurando novas possibilidades de valorização. Nesse sentido, Marx observa que:

A dívida pública torna-se uma das mais enérgicas alavancas da acumulação primitiva. Tal como o toque de uma varinha mágica, ela dota o dinheiro

improdutivo de força criadora e o transforma, desse modo, em capital, sem que tenha necessidade para tanto de se expor ao esforço e perigo inseparáveis da aplicação industrial e mesmo usurária (Marx, 1996, p. 373).

Tal observação, formulada ainda no século XIX, mantém validade no capitalismo contemporâneo. Ao transformar a arrecadação coletiva promovida pelo Estado em garantia de rentabilidade para os diversos circuitos de valorização do valor, o Estado atua para garantir lucros para frações burguesas isoladas ou em “orgia” com outros capitais. Assim, a dívida pública converte-se em um dispositivo permanente de rapinagem de riqueza do fundo público para o rentismo, revelando-se como instrumento histórico da acumulação primitiva e como fundamento estrutural da acumulação no capitalismo monopolista tardio, legitimando a expropriação contínua da riqueza social em favor das frações hegemônicas do capital.

A expansão da dívida pública e as várias formas em que a hipertrofia da esfera financeira se materializa não representam uma ruptura com a lógica clássica do capital, mas a radicalização de suas contradições. O Estado, ao reforçar a centralidade do fundo público como um dos pilares da acumulação, atua como um operador privilegiado das contratendências. Ao mesmo tempo em que garante a continuidade do processo de acumulação, a financeirização do fundo público evidencia a subordinação das políticas sociais e dos direitos coletivos às exigências de rentabilidade do capital.

O Estado age como operador ativo das estratégias de contratendência, especialmente por meio da canalização do fundo público para os circuitos parasitários rentistas. Essa transferência de recursos ocorre via pagamento de juros da dívida pública, renúncias fiscais, garantias de rentabilidade, parcerias público-privadas e subsídios diversos, representando uma forma típica de valorização do capital, sendo funcional aos interesses dos rentistas e dos monopólios que operam sob a lógica financeira. Tal mecanismo evidencia a configuração do fundo público como plataforma de sustentação da rentabilidade do capital, consolidando o Estado como garantidor de última instância da acumulação de capital.

Nesse sentido, observa-se que o Estado, ao se constituir como mediador privilegiado das contradições do capital, assegura a continuidade do processo de valorização, além de redefinir o próprio papel do fundo público na sociedade. Na qualidade de propulsor de ações contra-arrestantes, o Estado revela sua dimensão regressiva, que, ao privilegiar a lógica rentista, desmonta direitos sociais, amplia desigualdades e reforça o caráter antissocial do metabolismo do capital. Trata-se de uma atualização da espoliação das massas trabalhadoras por meio de mecanismos cada vez mais sofisticados de captura da riqueza social, os quais reiteram que a contradição fundamental entre capital e trabalho não é superada, mas intensificada sob novas formas históricas.

Referências

BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS. **Statistical release:** OTC derivatives at end-December 2020. [Basel, Suíça], 12 maio 2021. Disponível em: https://www.bis.org/publ/otc_hy2105.pdf. Acesso em: 04 ago. 2024.

GABRIEL, Mary. **Amor e capital: A saga familiar de Karl Marx e a história de uma revolução**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

IASI, Mauro L. A crise do capital: a era da hipocrisia deliberada. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 25–40, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/issue/download/751/261>. Acesso em: 04 ago. 2024.

ISTO É DINHEIRO. IIF: EUA caminham para crise fiscal histórica, com dívida podendo chegar a 180% do PIB até 2044. **Isto é Dinheiro**, 6 maio 2025. Disponível em: <https://istoedinheiro.com.br/iif-eua-caminham-para-crise-fiscal-historica-com-divida-podendo-chegar-a-180-do-pib-ate-2044>. Acesso em: 11 ago. 2025.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Cartas sobre O Capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

MARX, Karl. **O capital: livro III**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro primeiro, tomo 2**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os Economistas)

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

NETTO, José P. **Karl Marx: uma biografia**. São Paulo: Boitempo, 2020.

PANIAGO, Maria C. S. **Mészáros e a incontabilidade do capital**. Maceió: Edufal, 2007.

PERGHER, Natasha; VALADA, Fernanda. A atual crise sob a ótica da queda tendencial da taxa de lucro: as contribuições de Shaikh, Dumenil e Levy e Kliman. **Crítica Marxista**, v. 23, n. 43, p. 147–158, 2016. Disponível em: <https://econtents.sbu.unicamp.br/inpec/index.php/cma/article/view/19170/13666>. Acesso em: 11 ago. 2025.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os Economistas)

SALVADOR, E. Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 104, p. 605–631, out./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/JjjhnQzh9FGx9q3t7WsT35g/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 ago. 2025.

SOKOL, Martin. Financialisation, central banks and ‘new’ state capitalism: The case of the US Federal Reserve, the European Central Bank and the Bank of England. **Environment and Planning**, v. 55, n. 5, p. 1305–1324, 2023. DOI:

<https://doi.org/10.1177/0308518X221133114>. Disponível em:

<https://journals.sagepub.com/doi/epdf/10.1177/0308518X221133114>. Acesso em: 11 ago. 2025.

TRADING ECONOMICS. **Dívida pública % PIB - Lista de países - G20**. [2024]. Disponível em:

<https://pt.tradingeconomics.com/country-list/government-debt-to-gdp?continent=g20>.

Acesso em: 4 ago. 2025.

WHEEN, Francis. **O Capital de Marx: uma biografia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

WORLD BANK GROUP. **GDP (Current US\$)**. 2025. Disponível em:

<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD>. Acesso em: 19 ago. 2025.

Submetido em: 21/8/2025

Aceito em: 9/1/2026



Há método em Marx? Breves considerações sobre os equívocos em torno de sua cientificidade

Is There Method in Marx? Brief Considerations on the Misconceptions Surrounding His Scientific Character

Elizângela Samara da Silva*

 <https://orcid.org/0009-0009-5474-5458>

Ingridy Lammonikelly da Silva Lima**

 <https://orcid.org/0000-0002-1240-0285>

Francisco Alyson de Lima Silva***

 <https://orcid.org/0009-0000-9218-529X>

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo discutir os equívocos mais recorrentes nas interpretações acerca da teoria social crítica da sociedade burguesa e do método científico marxista. Busca-se demonstrar que as distorções, frequentemente associadas a leituras positivistas ou fragmentárias, comprometem a apreensão da totalidade social e a compreensão do caráter histórico e contraditório da realidade. De modo breve, o texto destaca a relevância do método marxiano para a análise da sociedade capitalista e para a construção do conhecimento científico, comprometido com a transformação social. Ressalta-se, ainda, a importância da apropriação crítica do materialismo histórico-dialético no campo da Pós-Graduação em Serviço Social, dada sua potencialidade em oferecer mediações teóricas e metodológicas que possibilitem a apreensão da realidade em sua complexidade e processualidade.

*Assistente Social. Mestra em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB, Campina Grande, Brasil). Assistente Social junto a Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Campina Grande (SEMAS, Campina Grande, Brasil), cedida ao Instituto de Educação e Assistência aos Cegos do Nordeste (ICENO, Campina Grande, Brasil). E-mail: samara.silva.075@ufrn.edu.br

**Assistente Social. Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ, Rio de Janeiro, Brasil). Docente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG, Paraíba, Brasil). E-mail: ingridylima17@gmail.com

***Assistente Social. Mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB, Campina Grande, Brasil). Assistente Social junto a Secretaria Municipal de Assistência Social de Itaporanga (SEMASI, Itaporanga, Brasil) e Doutorando em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ, Rio de Janeiro, Brasil). E-mail: alyson.lima.francisco@posgraduacao.uerj.br

DOI 10.22422/temporalis.2026v26n51p217-230



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2026 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

PALAVRAS-CHAVE

Método científico; Teoria Social; Marxismo.

ABSTRACT

This article aims to discuss the most recurrent misunderstandings surrounding the critical social theory of bourgeois society and the Marxist scientific method. It demonstrates how such distortions, often derived from positivist or fragmented readings, undermine the comprehension of social totality and the historical and contradictory nature of reality. Briefly, it emphasizes the relevance of the Marxian method for analyzing capitalist society and for constructing scientific knowledge committed to social transformation. Furthermore, it highlights the importance of critically engaging with the historical-dialectical materialism within Postgraduate studies in Social Work, given its potential to provide theoretical and methodological mediations for understanding reality in its complexity and processuality.

KEYWORDS

Scientific method; Social Theory; Marxism.

Introdução

A passagem da sociabilidade feudal à capitalista marca um momento em que a realidade social atinge a sua maturidade no tocante à percepção, por parte dos homens, enquanto um ser que é social. Tem-se a partir daí a compreensão de que as relações sociais se diferem das relações naturais, ou seja, explicita-se o fato de que a história humana é construída pelos homens. É neste cenário, conforme Tonet (2015), que se abrem os caminhos à elaboração de uma teoria social.

A revolução burguesa permitiu que a constituição do conhecimento científico enveredasse por caminhos até então não trilhados pelos homens, através de um questionamento sistemático e distinto das elaborações fundamentadas em compreensões metafísicas acerca da realidade humana. Assim, as explicações racionais passaram a orientar novos caminhos na produção do conhecimento científico, ampliando as possibilidades de apreensão da realidade objetiva, ainda que subordinadas aos interesses e à racionalidade próprios da sociedade burguesa em consolidação.

Tonet (2015) destaca que este marco histórico permitiu a maturidade, por vezes contraditória, de que a realidade social é eminentemente histórica e detentora de uma processualidade, sendo, portanto, passível de transformação. Por outro, a realidade se defronta com a característica de que a sociedade burguesa, em sua fase conservadora, instaura um padrão de conhecimento que obscurece as contradições geradas e, as quais permite a manipulação sobre a compreensão da realidade.

Importa salientar que a burguesia demonstrou a sua face revolucionária no desenrolar de críticas à sociedade feudal, quando buscou superá-la radicalmente. Contudo, ao instituir-se enquanto classe social privilegiada, em detrimento de outra — a classe trabalhadora —, assumiu o caráter conservador, e buscou estratégias para a sua reprodução como classe dominante. Isso ocorreu através da construção de uma teoria social de conteúdo burguês.

Na ordem inversa e embasando-se nos mesmos fundamentos histórico-sociais, a classe trabalhadora tornou-se legatária do caráter revolucionário abandonado pela burguesia, necessitando de uma teoria social crítica (e, portanto, revolucionária). Uma teoria social

opositora à ordem burguesa que se estabelecia, que contribuísse para desvelar a realidade social, de modo a caracterizar o cerne do capitalismo.

O filósofo Karl Marx foi um dos principais responsáveis pela construção da teoria social crítica, ao desvelar a realidade social (flagrada naquele momento histórico de consolidação do capitalismo). A teoria social elaborada por Marx, se subscreveu na crítica à economia política e passou a servir de subsídio à classe trabalhadora, orientando-a em relação à compreensão das possibilidades históricas de superação da sociabilidade capitalista, através de um processo revolucionário.

O presente artigo tem como objetivo evidenciar os equívocos mais recorrentes nas interpretações acadêmicas acerca da teoria social crítica da sociedade burguesa e do método científico marxista, destacando, ainda que de modo breve, a importância do método na apreensão da realidade social.

Destacamos como relevante a abordagem desta temática, por possibilitar a aproximação com o método histórico-crítico dialético e oferecer subsídios teórico-metodológicos para a apreensão crítica da realidade social, contribuindo para a formação na Pós-Graduação e para o trabalho profissional dos Assistentes Sociais.

O método marxista: em busca de aproximações

A busca pela explicação da realidade, ao longo da história da humanidade, passou pelos mais variados estágios de compreensão, transitando desde visões no campo metafísico, até alcançar um padrão racional. O homem, enquanto ser genérico que pensa, formula e é formulado em sociedade é posto como central para a formação da sociedade, em uma relação simbiose, em que constitui o mundo e é constituído por ele.

A consolidação do padrão racional foi possível em decorrência do desenvolvimento das forças produtivas, intensificado pela Revolução Industrial e pelo declínio do sistema feudal, quando a sociedade passou a exercer maior domínio sobre a natureza, moldando-a segundo as necessidades de produção e reprodução social. O caráter do novo nesse contexto histórico consiste no fato de que,

ao contrário da passagem da comunidade primitiva ao escravismo e deste ao feudalismo, a transição do feudalismo ao capitalismo teve a participação de uma classe social – a burguesia – que conscientemente liderou o processo de crítica teórica e prática da sociedade feudal e a estruturação de uma nova forma de sociabilidade. Este conjunto de elementos imprime à realidade social um caráter radicalmente distinto daquele que marca a realidade natural. Tudo isto demarca a sociedade burguesa como uma obra puramente humana e estabelece a possibilidade de uma compreensão científica da realidade social (Tonet, 2015, p. 5).

Cabe destacar que é neste cenário histórico-social de profundas transformações que emergem as inquietações de Karl Marx. Inquietações que, em sua fase inicial, ainda se encontrava influenciado pelas bases progressistas da burguesia revolucionária, classe que, ao se opor ao feudalismo, defendia os ideais iluministas de igualdade, liberdade e fraternidade.

Marx começa a trabalhar como jornalista na Gazeta Renana, a qual era financiada pela burguesia. A partir da experiência vivenciada na Gazeta, ele passou a compreender que a sua filosofia acadêmica não conseguiria resolver o seu conflito com a história e que a burguesia caminhava para sua decadência ideológica, tornando-se conservadora. Por esta razão, Marx passa a aprofundar seus conhecimentos, formando-se “para além da sua filosofia acadêmica”, com vistas a resolver questões políticas e teóricas.

Como fundamento para sua construção crítica à sociabilidade burguesa, Marx recebeu influências da filosofia alemã, da economia política inglesa e do socialismo francês. Assim, ele “não fez tábula rasa do conhecimento existente, mas partiu criticamente dele” (Netto, 2011, p. 18). É a partir deste acúmulo teórico e da necessidade de conhecer a sociedade capitalista, que a toma como objeto de estudo e passa a analisá-la em sua estrutura e dinâmica.

Marx dá início a sua trajetória teórica sob a influência de Hegel e da perspectiva idealista, mais tarde passa a vincular-se ao materialismo de Feuerbach, permitindo-lhe uma crítica ao primeiro. No entanto, é a partir da aproximação com Engels e com a economia política que Marx rompe com os pensamentos anteriormente citados e avança na construção crítica acerca da sociedade burguesa a partir de uma visão materialista dialética.

Toda a construção teórica de Marx, que resultou na teoria social crítica, foi fruto de um processo de cerca de quarenta anos de investigação, por meio do qual ele elaborou uma forma própria de compreender a sociedade, ancorada nas determinações históricas e materiais da vida social. Cabe destacar, conforme Netto (2011) que os 15 primeiros anos foram fundamentais para apreensão dos elementos centrais do método, chegando ao seguinte entendimento:

na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram essas relações convertem-se em entraves. Abre-se, então, uma época de revolução social. A transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura (Marx, 2008, p. 47–48).

Foi a partir da visão materialista e dialética em relação à realidade histórico-social, que Marx prosseguiu na pesquisa sobre a sociabilidade burguesa. Partiu, de uma concepção materialista — porém não de maneira mecânica — pois não entendia que a análise da realidade se iniciaria no mundo das ideias, mas, sim, do real concreto, dos homens de

“carne e osso”, a partir de suas condições materiais de produção e reprodução da vida (Marx; Engels, 2009).

Quanto à concepção dialética, entendida a partir da perspectiva da totalidade, esta é para Marx, segundo Kosík (1976, p. 41–42), como “a dialética da lei e da casualidade dos fenômenos, da essência interna e dos aspectos fenomênicos da realidade, das partes e do todo, do produto e da produção [...]”. O referido autor destaca que “Marx se apossou desta concepção dialética, purgou-a das mistificações idealistas e, sob este novo aspecto, dela fez um dos conceitos centrais da dialética materialista”.

Torna-se relevante abrir um parêntese para mencionar que Marx é legatário da cultura desenvolvida a partir da razão moderna, cuja direção esteve vinculada a razão dialética, historicismo concreto e o humanismo¹, os quais permitem desvelar a essência das coisas, superando, pois, a aparência (Coutinho, 2010).

Em Marx, a teoria social e o método são componentes indissociáveis. O método se apresenta como sendo uma relação que se estabelece no processo de construção do conhecimento entre o sujeito que pesquisa e o objeto que é pesquisado; enquanto a “teoria social é a expressão, do pensamento do sujeito, no movimento da realidade, donde a importância do papel da consciência no processo de conhecimento” (Guerra, 2014a, p. 93).

Marx partiu, ainda, de uma perspectiva ontológica² acerca do entendimento do real concreto. Cabendo salientar que não se trata de uma ontologia do ser natural, mas, sim, do **ser** constituído a partir do **social**, tendo como compreensão que a história dos homens tem características que se diferem da história da natureza, em que estes são os responsáveis pela construção de sua história (Marx; Engels, 2009). Dessa forma, Marx apreende o caráter histórico da realidade social, que é constituindo enquanto transitória e processual.

Diante do caráter dinâmico e contraditório da realidade social, impõe-se a necessidade de uma perspectiva teórico-crítica capaz de apreender as múltiplas determinações que a constituem, sobretudo aquelas que expressam o caráter explorador do modo de produção capitalista. Essa perspectiva reconhece que “a realidade é sempre mais rica, ampla e plena de mediações que a capacidade do sujeito de captá-las e reproduzi-las pelo pensamento” (Guerra, 2014a, p. 96).

Grosso modo, naquele contexto em que as teorias fundamentadas na compreensão da realidade idealistas ou materialistas (mecanicista) já não davam conta de explicar os fenômenos, Marx toma as ideias de Hegel como base, colocando-as “de cabeça para

¹ “O humanismo (a teoria de que o homem é produto da sua própria atividade), o historicismo concreto (a afirmação do caráter ontologicamente histórico da realidade, com a consequente defesa do progresso e do melhoramento da espécie humana) e a razão dialética (em seu duplo aspecto, isto é, de uma racionalidade objetiva imanente ao desenvolvimento da realidade [...] e aquele das categorias capazes de apreender subjetivamente essa racionalidade objetiva). Marx certamente é herdeiro, embora não sem uma crítica superadora, desta tradição” (Tonet, 2013, p. 66).

² “[...] a ontologia é o estudo do ser, isto é, a apreensão das determinações mais gerais e essenciais daquilo que existe” (Tonet, 2013, p. 12).

baixo” e insere o conteúdo materialista na compreensão do mundo. Isto permitiu ao autor construir a crítica à dialética hegeliana, conferindo concreticidade e materialidade à interpretação da realidade, a qual é reconstruída dialeticamente no plano do pensamento, ou seja, na forma de concreto pensado.

O princípio da contradição, presente nesta lógica, indica que para pensar a realidade é possível aceitar a contradição, caminhar por ela e apreender o que dela é essencial. Neste caminho lógico, movimentar o pensamento significa refletir sobre a realidade partindo do empírico (a realidade dada, o real aparente, o objeto assim como ele se apresentam à primeira vista) e, por meio de abstrações (elaborações do pensamento, reflexões, teoria), chegar ao concreto: compreensão mais elaborada do que há de essencial no objeto, objeto síntese de múltiplas determinações, concreto pensado. Assim, a diferença entre o empírico (real aparente) e o concreto (real pensado) são as abstrações (reflexões) do pensamento que tornam mais completa a realidade observada. Aqui, percebe-se que a lógica dialética do Método não descarta a lógica formal, mas lança mão dela como instrumento de construção e reflexão para a elaboração do pensamento pleno, concreto. Desta forma, a lógica formal é um momento da lógica dialética; o importante é usá-la sem esgotar *nela* e *por ela* a interpretação da realidade (Pires, 1997, p. 97).

Três categorias se apresentam como fundamentais para a elaboração teórico-metodológica do método criado por Marx, quais sejam, a totalidade, a contradição e a mediação. Para Marx (2009) todo objeto no âmbito da sociedade burguesa constitui uma totalidade concreta composta por outras totalidades que são menos complexas, as quais se articulam por meio de múltiplas mediações com a totalidade mais complexa. Nos termos de Kosík (1976, p. 41),

a posição de totalidade, que compreende a realidade nas suas íntimas leis e revela, sob a superfície e a casualidade dos fenômenos, as conexões internas, necessárias, coloca-se em antítese à posição do empirismo, que considera as manifestações fenomênicas e casuais, não chegando a atingir a compreensão dos processos evolutivos da realidade.

A totalidade concreta “não é um todo constituído por partes funcionalmente integradas”, mas, sim, conforme Kosík (1976, p. 44) a totalidade é apreendida enquanto “um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer [...] [que] pode vir a ser racionalmente compreendido”. Assim sendo, esta se encontra em constante movimento e em permanente processo de estruturação, não se confundindo com um “todo caótico”. Deste modo, constitui-se enquanto uma totalidade estruturada e perpassada pelo caráter contraditório da sociedade burguesa, portanto, uma totalidade dinâmica.

Sem as contradições, as totalidades seriam totalidades inertes, mortas – e o que a análise registra é precisamente a sua contínua transformação. A natureza dessas contradições, seus ritmos, as condições de seus limites, controles e soluções dependem da estrutura de cada totalidade – e, novamente, não há fórmulas/formas apriorísticas para determiná-las [...] (Netto, 2011, p. 57).

Por fim, a relação que se estabelece entre as totalidades de maior e menor complexidade ocorre através de mediações, pois as conexões não ocorrem de forma direta, tão pouco no imediato.

A verdadeira totalidade, a totalidade do materialismo dialético, [...] é uma unidade concreta de forças opostas em luta recíproca; isto significa que, sem causalidade, nenhuma totalidade viva é possível e que, ademais, cada totalidade é relativa; significa que, quer em face de um nível mais alto, quer em face de um nível mais baixo, ela resulta de totalidades subordinadas e, por seu turno, é função de uma totalidade e de uma ordem superiores; segue-se, pois, que esta função é igualmente relativa. Enfim, cada totalidade é relativa e mutável, mesmo historicamente: ela pode esgotar-se e destruir-se – seu caráter de totalidade subsiste apenas no marco de circunstâncias históricas determinadas e concretas (Lukács, 2007, p. 59).

As três categorias ora abordadas representam elementos centrais da análise marxiana da sociedade. Elas constituem subsídios fundamentais para a formulação de uma vertente crítica da teoria social, orientada pela compreensão das contradições do modo de produção capitalista.

Mediante a complexidade de sua construção teórica surgiram interpretações equivocadas tanto de autores de tradição marxista (sob influência positivista) como aqueles que se opunham à crítica da economia política. Estes equívocos contribuíram para uma tentativa de desconstruir e invalidar o método da teoria social crítica, julgando-o como ineficaz para compreender a realidade social.

Assim sendo, as visões equivocadas acerca do método em Marx tendem a negar a relação dialética entre essência e aparência. Como destaca o próprio autor, se a aparência coincidissem com a essência dos fenômenos, o conhecimento científico seria desnecessário (Marx, 2009b). Reconhecer essa distinção é fundamental para compreender o método marxiano em sua dimensão crítica e ontológica, voltada ao desvelamento das contradições sociais. Com base nisso, apresentamos, a seguir, alguns dos equívocos mais recorrentes nas interpretações sobre o método em Marx.

Os marxismos: entre acertos e equívocos

Marx atento ao desenvolvimento da sociedade capitalista inquietou-se na busca por apreender a essência dos fenômenos sociais que se processavam na nova sociabilidade. Foi, sem dúvidas, o estudo de toda sua vida e, para além de análises acadêmicas, provocou a pensarmos a sociedade a partir da luta de classe.

Cabe destacar, que as análises e produções desenvolvidas por ele foram alvo de críticas já no início de suas pesquisas. Críticas que não se situavam apenas no âmbito acadêmico, mas que atuavam sobre o questionamento marxiano a ordem vigente a agitação para construção de uma nova ordem.

Ainda que o pensamento marxista tenha enfrentado duras críticas, visto ser dotado de uma perspectiva revolucionária, sua teoria social e o método científico vivenciaram períodos de significativo prestígio no campo da produção do conhecimento. Na contemporaneidade, com a Queda do Muro de Berlim e a conseqüente “derrota” das ideias socialistas e comunistas, o marxismo passa a “perder” o seu estatuto científico, sendo acusado de “não dar mais conta de analisar a sociedade atual” (Santos, 1995; Netto, 2004).

Com destaque aos equívocos cometidos tanto por autores que se intitulam marxistas como por aqueles que partiam de outras vertentes teóricas, destacamos os mais frequentes: atribuem ao seu método científico uma visão economicista e determinista dos processos sociais, além de acusá-lo de não ter dado a devida importância da dimensão da cultura, tentam fazer desse método um conjunto de normas aplicáveis, com regras preestabelecidas e, ainda, afirmam a existência de um jovem e um velho Marx, para dar sentido evolutivo as obras marxianas, em um processo de negação do amadurecimento histórico em que o pensamento do intelectual esteve envolvido.

É importante destacar que Marx não deixou um método, de modo que não há escritos específicos, nas obras marxianas, que abordam o método em Marx. A preocupação intelectual do autor permite a compreensão sobre o funcionamento da realidade e, a partir do real, possibilita à crítica à sociedade capitalista.

Contemporaneamente, o marxismo tem sofrido grandes inflexões capitaneadas pelo avanço da cientificidade burguesa. Difundiu-se as narrativas em torno da “crise do marxismo ou dos marxismos”. Alguns autores, mais audaciosos, decretam o fim da análise marxiana e marxista da teoria valor-trabalho, diante da afirmativa de uma nova sociedade, não mais moderna, mas sim Pós-Moderna, em que a contradição entre Trabalho e Capital está superada. Afirma-se, assim, os discursos de que o marxismo não dá mais conta de acompanhar a velocidade do desenvolvimento da sociedade capitalista, que as análises ancoradas no método estão ultrapassadas e incapazes de compreender a atual realidade.

Em entrevista concedida à revista Fórum, em 2013, o geógrafo marxista David Harvey falou da atualidade do marxismo e da propagação do capitalismo como um modo de produção vitorioso, na chegada dos anos de 1990, o que foi destituído, posteriormente, com a entrada do neoliberalismo. Para Harvey, o marxismo é retomado sempre que as problemáticas do capitalismo ficam mais expressivas, o que tensiona a perguntar: o que fazer?

A conjuntura política, social e econômica do capitalismo maduro tem contribuído para discussões que buscam sepultar o marxismo. O “fim do socialismo real” ocasionou uma desilusão em torno do debate marxista. Desse modo, diante da efervescência conservadora do capitalismo contemporâneo, observam-se movimentos que pregam “Mais Mises, menos Marx”, interpelando a leitura da sociedade e a instrumentalização da vida social em uma perspectiva neoliberal.

Alguns dos equívocos estão dispostos no **Economicismo**, no caráter da compreensão econômica do capitalismo analisada por Marx que tem como fundamento a concepção materialista e dialética, a produção e reprodução da vida real do ser social ocorrem em determinado contexto histórico. Esta compreensão foi interpretada equivocadamente, quando foi explicada pelos teóricos contemporâneos de Marx, a partir da argumentação de primazia do “fator econômico” sobre os demais setores da vida real dos homens.

Contudo, em Marx, o fator econômico é colocado em uma posição de totalidade que se encontra inter-relacionado com os demais setores da vida social (o social, o cultural), os quais também se apresentam enquanto outras totalidades, sendo elas relacionadas à

totalidade mais complexa que é a sociabilidade capitalista (Netto, 2011). Quanto a esse fato Engels destaca: “nem Marx nem eu jamais afirmamos mais que isto. Se alguém o tergiversa, fazendo do fator econômico o único determinante, converte esta tese numa frase vazia, abstrata, absurda” (Marx; Engels, 2010, p. 103–104).

Aos estudiosos que se dedicam a entender a obra de Marx, fica claro o entendimento de que o fator econômico não condiciona os demais setores, tampouco se coloca enquanto único determinante da realidade. Esta compreensão é completamente inaplicável aos estudos de Marx, visto que “é o ponto de vista da totalidade e não a predominância das causas econômicas na explicação da história que distingue de forma decisiva o marxismo da ciência burguesa” (Lukács, 1974, p. 14).

A compreensão do método em Marx como um manual a ser seguido também é um equívoco recorrente nas interpretações das obras marxianas. Comumente, o método científico desenvolvido por Marx é compreendido como um conjunto de procedimentos selecionados *a priori* e imediatamente aplicáveis às pesquisas acerca da sociedade e, assim, a solução dos problemas sociais estaria sob a responsabilidade desta aplicação “manualística do método”. Trata-se de uma visão equivocada e rompe com a ideia do filósofo de que sujeito e objeto são mediações fundamentais no processo do conhecimento. Esta apreensão manualística isenta o pesquisador da necessidade de empreender uma minuciosa investigação e da densa reflexão sobre o objeto a que se dedica e o reconhecimento de que o momento do real é dinâmico, contraditório e em permanente mudança.

A construção do conhecimento vivenciou, em determinados momentos da história, o dilema de prevalência da objetividade sobre/sob a subjetividade. Marx põe fim a este dilema estabelecendo a devida importância tanto à dimensão da objetividade, quanto da subjetividade no momento da investigação científica (Tonet, 2013). Fundamentando-se nas ideias de Marx, Guerra (2014a, p. 94) assevera que a

Relação entre sujeito e objeto nos permite pesquisar a realidade considerada na sua objetividade, disposta a ser conhecida por um sujeito que a aborda a partir de determinada angulação. Sem a consideração deste processo, o conhecimento se torna um fim em si mesmo.

As interpretações equivocadas deram-se, conforme Netto (2011), sob influência positivista e neopositivistas, na Segunda Internacional (1889–1914) e, sobretudo, na Terceira Internacional (1919–1943). Nesse mesmo sentido, Guerra (2014b, p. 61) destaca que o método é uma **direção analítica** e não, ao contrário do que é defendido a partir desta ideia manualística, como “um conjunto de procedimentos ou como meio de aplicação imediata do conhecimento”.

A **Dimensão Cultural** também é um elemento de questionamento: acusam Marx de não ter destinado a devida importância aos aspectos culturais da sociedade. É uma equivocada interpretação, pois à compreensão da totalidade, importa levar em consideração, as particularidades e singularidades no âmbito cultural da sociedade capitalista. Netto (2011, p. 15) destaca que Marx expressava “permanentes preocupações com as especificidades de esferas ideais como a arte”.

De certo, a obra marxiana não trouxe reflexões diretas para questões como racismo, capacitismo, machismo, bem como outras temáticas abertamente discutidas na contemporaneidade. No entanto, é a partir da teoria social crítica, que se produz conhecimento na defesa da diversidade humana, conhecimento que constitui a diversidade sem perder a perspectiva de classe.

Diversos são os/as intelectuais que partem do Marx para estudar questões que envolvem os aspectos socioculturais da diversidade humana. Podemos citar: Helena Safiotti, Angela Davis, Lélia González, Clóvis Moura, dentre tantos outros.

É preciso reconhecer que, historicamente, o marxismo não é isento dos mais diversos debates, posto nos desdobramentos do desenvolvimento capitalista, sobretudo no acirramento das expressões da Questão Social. Evidentemente, cumpre a função política de aproximação com o movimento do real, sem desconsiderar as categoria da crítica à economia política, de modo a repudiar a perspectiva imediatista, fragmentada e presenteísta posta nas inalações do pensamento pós-moderno, que realiza apreensões por meio do identitarismo.

O identitarismo, contraditoriamente, chega por dentro dos movimentos sociais, alguns ligados ao campo da esquerda, e se propaga sobre o discurso da necessidade de reconhecimento das identidades, do empoderamento e do empreendedorismo, para dar “voz” e “vez” aos sujeitos esquecidos. Um discurso que, na verdade, valida e reforça os preceitos neoliberais e desafia a tradição marxista na construção de uma cientificidade em defesa do proletariado (Barros, 2024).

A perspectiva **Evolucionismo/Determinismo** também é atribuída a Marx, a qual “dirigiria necessária e compulsoriamente a história para um fim de antemão previsto (o socialismo)” (Netto, 2011, p. 15). Contudo, cabe enfatizar que a mudança de um determinado modo de produzir e reproduzir da sociedade não se altera de forma linear, como bem enfatiza Marx, fazem-se necessárias condições sócio-históricas oportunas, o desenvolvimento pleno das forças produtivas, bem como certo nível de consciência dos sujeitos sociais para que, por meio da revolução, conduza a sociedade a um novo tipo de sociabilidade.

Não por acaso os/as herdeiros/as dos escritos marxianos, vinculados/as a tradição marxista, estudam as atuais configurações do capitalismo que, ao longo da história, se modifica constantemente na forma em que se apresenta à sociedade. Ao contrário de um evolucionismo e/ou determinismo, a obra de Marx parte de uma história que é dialética e que, por isso, compreende o desenvolvimento da sociabilidade humana como algo em constância e sobre responsabilidade dos homens, enquanto ser genérico.

Por fim, em meio as sucintas questões que envolvem os questionamentos do método em Marx, encontramos as justificativas em torno do **Jovem e Velho Marx**. O método de Marx propõe um processo de aproximações sucessivas, em que a compreensão acerca do objeto pode ser amadurecida, permitindo-lhe uma apreensão cada vez mais apurada da realidade dos fenômenos sociais. Foi desse modo que Marx procedeu durante a sua análise acerca da sociabilidade capitalista. No entanto, alguns lhe conferem uma **cisão** ao longo de sua

construção teórica, embasados na afirmação de que existiria um “Jovem Marx” e um “Velho Marx”.

O que há, na verdade, ao longo de sua trajetória teórica são **inflexões** com o aprofundamento de determinadas concepções em relação à realidade social capitalista, sobretudo, a partir de um entendimento mais aproximado das determinações que compõem a realidade. Para tanto, Marx aponta que o processo de investigação do objeto se dá em um movimento em espiral, onde o pesquisador parte do real concreto e retorna para ele, saindo do campo da aparência e adentrando na sua essência, a partir de condições sócio-históricas que lhe permitiram flagrar àquelas determinações.

Desse modo, o que existe não é uma cisão, tampouco, um processo evolutivo do pensamento de Marx, mais sim um conjunto de determinantes de ordem objetiva e subjetiva, que lhe permitiram construir uma teoria social e um método científico tão dinâmico e processual quanto o movimento da realidade (Marx, 2009a).

Ainda na atualidade, persiste a reprodução dos equívocos acima abordados, os quais representam apenas os mais recorrentes, mas não os únicos. Há pesquisadores que, sem o devido conhecimento da teoria social marxista e de seus fundamentos ontológicos, afirmam a superação dessa perspectiva, baseando-se na naturalização do capitalismo, na defesa do fim das ideias socialistas e comunistas e na crença de que a sociedade teria ingressado na chamada pós-modernidade. Tais concepções se contrapõem à perspectiva ontológica da realidade social.

Considerações finais

Diante dos equívocos analisados, reafirma-se que o método em Marx não constitui um manual nem uma técnica de pesquisa, mas uma direção ontológica e crítica voltada à apreensão da totalidade social e de suas contradições.

O método científico da teoria social marxista é submetido a análises a partir dos mais diversos olhares e compreensões, o que os torna passíveis a interpretações com conteúdos equivocados e, até mesmo, determinadas discordâncias que, apesar de serem parte fundamental no processo do conhecimento, são contestáveis quando a obra marxiana e a tradição marxista são compreendidas como aproximações intermináveis a realidade social. O feito histórico do materialismo histórico-dialético está em desvelar a constituição da sociedade capitalista, considerando a história e a contradição postas na totalidade social.

No momento histórico em que se dá consolidação do sistema capitalista, tem-se a naturalização das relações sociais, a qual pretende negar a ontologia do ser social tanto no processo da vida real dos homens, quanto no âmbito da construção do conhecimento científico. Esta negação vai de encontro ao pressuposto revolucionário que consta na teoria social marxista, pois ela advoga as possibilidades históricas de superação do capitalismo e de seus antagonismos.

Desse modo, as críticas destinadas ao marxismo estão diretamente vinculadas às necessidades de reprodução do capitalismo como o único modo de produção viável e

possível ao ser genérico. A cientificidade burguesa cria mecanismos de manutenção do sistema vigente, corroborando percepções falseadas da realidade e propagando narrativas que inviabilizam historicamente a superação do modo de produzir e reproduzir a vida social capitalista.

Na contemporaneidade o método científico e a teoria social marxista tem vivenciado um processo de negação de sua cientificidade no meio acadêmico, visto ser acusado de “não dar conta” de analisar os processos sociais em um momento histórico que se encontra complexificado, donde são privilegiados os métodos que permanecem no campo da imediatividade e do empirismo, e que encontram soluções reformistas dentro deste modelo de sociabilidade, com vistas a aprimorá-lo, já que, a sua superação está fora de questão; além do que, trabalhar com o método científico marxista pressupõe um processo árduo e contínuo de pesquisa em relação a um objeto que se pretende analisar.

Haja vista o sistema vigente ser o capitalista burguês, todo e qualquer objeto se encontra inserido neste, estando, portanto, saturado de determinações pelo modo como se produz e reproduz a vida social. Nesse sentido, estudar os fenômenos desta sociedade chama a necessidade da abordagem daquelas categorias presentes na realidade concreta, conforme propõe o método científico marxista, o qual privilegia a noção de práxis. Assim, desvelar a aparência e alcançar a essência (mesmo que sempre de maneira aproximativa) implica, também, em uma transformação de determinada realidade, em contrapartida, os métodos científicos que predominam atualmente permanecem no campo do empirismo e, por isso, apesar da tentativa de se aproximar da realidade social, restringem-se ao âmbito da aparência.

O Serviço Social brasileiro, a partir do processo de Renovação da profissão, adotou as ideias de Marx como subsidiário a análise da realidade social, ainda que, após um longo período tenha sido perpassado por uma “aproximação enviesada” e por inúmeras incompreensões que, em certa medida, permanecem até a atualidade, a parcela progressista da profissão empreenda o esforço de manter-se vinculação a esta perspectiva crítica. Essas mudanças no percurso histórico da profissão possibilitaram o desenvolvimento e consolidação da Pós-Graduação em Serviço Social.

A partir de então as pesquisas desenvolvidas no âmbito da Pós-Graduação em Serviço Social tem como parâmetro de apreensão dos fenômenos da realidade atual o método científico marxista, mesmo convivendo com outros métodos científicos de cariz empirista. O “suposto” avanço histórico da sociedade à chamada “pós-modernidade” demonstrou uma tendência a se elevar a incorporação destes outros métodos científicos como fundamento para a construção do conhecimento na profissão.

Portanto, deriva daí o risco de se incorrer em apreensões mecânicas e imediatistas da realidade social, visto que o método científico marxista é o único que se propõe a superação da aparência, apreensão da essência e transformação daquela realidade que passa a ser conhecida em suas determinações e mediações. Dar-se, assim, a necessidade de uma maior compreensão em relação à teoria social e ao método marxista por parte tanto daqueles que se dedicam a construção do conhecimento na academia, quanto ao corpo profissional que atua cotidianamente nesta realidade, buscando reafirmá-lo

enquanto instrumento válido para apreender e intervir, mesmo que dentro dos limites de uma atuação profissional, em determinadas áreas da sociabilidade capitalista.

Referências

BARROS, Douglas. Entrevista para o Boletim Lua Nova – Cedec – o que é o identitarismo? Debate sobre a questão identitária. **Boletim Lua Nova – Cedec**, 14 nov. 2024. Disponível em: https://boletimluanova.org/?print-my-blog=1&post-type=post&statuses%5B0%5D=publish&rendering_wait=0&columns=1&font_size=normal&image_size=small&links=include&show_site_title=1&show_site_url=1&show_title=1&show_date=1&show_featured_image=1&show_content=1&pmb_f=pdf&pmb-post=5028. Acesso em: 03 jan. 2025.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

GUERRA, Yolanda. O conhecimento crítico na reconstrução das demandas profissionais contemporâneas. In: BAPTISTA, M. V.; BATTINI, O. **A prática profissional do Assistente Social: teoria, ação, construção do conhecimento**. 1. 2. ed. São Paulo: Veras, 2014a. v. 1.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2014b.

KOSÍK, Karel. Dialética da totalidade concreta. In: **Dialética do concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. p. 11–64.

LUKÁCS, George. **História e consciência de classe**. Porto: Escorpião, 1974.

LUKÁCS, György. **O jovem Marx e outros escritos de filosofia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da Economia Política**. Tradução: Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Miséria da Filosofia: resposta à Filosofia da miséria**, do Sr. Proudhon. Tradução: José Paulo Netto. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009a.

MARX, Karl. **Para a questão judaica**. Tradução de José Barata Moura. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009b.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de Álvaro Pina. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Cultura, arte e ciência social: textos escolhidos**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

NETTO, José Paulo. De como não ler Marx ou o Marx de Sousa Santos. In: **Marxismo impenitente: contribuição à história das ideias marxistas**. São Paulo: Cortez, 2004. p. 223–241.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PIRES, Marília F. C. O materialismo histórico-dialético e a educação. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, v. 1, n. 1, p. 83–94, ago. 1997. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-32831997000200006>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jicse/a/RCh4LmpxDzXrLk6wfrR4dmSD/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 21 mar. 2026.

SANTOS, Boaventura de S. Tudo o que é sólido se desfaz no ar: o marxismo também? In: SANTOS, Boaventura de S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1995. p. 23–49.

TONET, Ivo. **Método científico: uma abordagem ontológica**. 1. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 3013.

TONET, Ivo. **Teoria Social Crítica: do que se trata?** Disponível em: https://ivotonet.xp3.biz/arquivos/Teoria_social_critica.pdf. Acesso em: 17 jan. 2015.

Submetido em: 21/10/2025

Aceito em: 9/1/2026



Marxismo e diversidade sexual: uma relação necessária ao serviço social

Marxism and sexual diversity: a necessary relationship for social work

Leovictor Alves Porto Mendonça*

 <https://orcid.org/0009-0006-0937-5214>

RESUMO

Este artigo busca confrontar a crítica da impossibilidade de análise da diversidade sexual no sentido marxista e o Serviço Social¹. Para tanto, analisa a inserção desse debate na profissão; apresenta os fundamentos ontológicos para compreensão da diversidade sexual e discorre acerca dos desafios históricos atuais para a interação com o marxismo e as particularidades em relação à diversidade sexual.

PALAVRAS-CHAVE

Marxismo; Diversidade Sexual; Serviço Social.

ABSTRACT

This article aims to counter the critique of the impossibility of analyzing sexual diversity from a Marxist perspective within Social Work. To this end, it analyzes the insertion of this debate into the profession; presents the ontological foundations for understanding sexual diversity; and discusses the historical and contemporary challenges of interacting with Marxism and its particularities in relation to sexual diversity.

KEYWORDS

Marxism; Sexual Diversity; Social Work.

Introdução

A direção social da análise sobre a diversidade sexual é fundamental na apropriação da realidade social. A diversidade sexual, dimensão constituinte da diversidade humana, na sociabilidade capitalista, tem seu sentido esvaziado e ganha novo significado: torna-se fonte de violação da vida e dos direitos humanos. É desafiador

*Estudante. Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN, Natal, Brasil). Mestrando em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGSS-UFRN, Natal, Brasil). E-mail: leovictoralvesporto@gmail.com

¹A fonte dos dados é o “DOSSIÊ 2023: Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil” elaborado pelo Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+, que é constituído pela articulação entre a Acontece Arte e Política LGBTI+; Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT).

DOI 10.22422/temporalis.2026v26n51p231-244



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2026 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

mas se faz necessário situar, no campo da diversidade humana, o seu sentido ontológico e emancipatório.

Em 2023, foram notificadas 230 mortes violentas de pessoas LGBTI+² no Brasil. Os índices alarmantes de violência contra pessoas com sexualidades dissidentes, somado ao teor de ódio e brutalidade presentes nesses casos defrontam-se com o posicionamento do mercado, que se apropria do discurso da diversidade, e com a grande mídia, que, cada vez mais, inclui na pauta esse tema. Apesar disso, ao incluir, veicula e lucra³ com a utilização enviesada da perspectiva de diversidade, negando determinações e atomizando segmentos e sujeitos.

Ao ser apropriada de forma ensimesmada, mercadológica e ausente das suas múltiplas determinações, a diversidade sexual assume característica de coisa e tem seu sentido invertido, ou seja, deixa de ser dimensão constituinte do ser social e passa a ser fonte de estranheza, de limitação e de mercantilização (Silva, 2011, p. 54). A disputa histórica pela concepção da diversidade sexual expressa a luta entre projetos políticos antagônicos, uma vez que “não pode haver relação social sem confrontação” (Devreux, 2012, p. 564).

A apropriação desse tema segue a lógica que está imbricada nas relações sociais. Ou seja, o entendimento da diversidade como campo aberto às determinações das relações sociais de classe, raça, gênero/sexo. Assim, permeada pelo ethos burguês, localizam-se as particularidades dos sujeitos, no que se refere, dentre outras, à orientação sexual e a identidade de gênero. Nesse sentido, a diversidade sexual se impõe como categoria fundamental de análise.

Se na idade média, a sexualidade se mantinha enclausurada em termos pecaminosos e reprodutivos, com o advento da Modernidade, que trouxe a centralidade para a razão e colocou o sujeito no centro, sua discussão é redimensionada. O avanço proporcionado pelo debate moderno na análise da realidade foi fundamental para o entendimento do indivíduo enquanto ser social.

Diferentes perspectivas teóricas modernas se debruçaram sobre a análise do ser, o que possibilitou polêmicas em relação ao entendimento da subjetividade. Podemos afirmar que a individualidade/subjetividade quando limitada à perspectiva da subjetividade, resultou na apreensão do ser descolado da realidade objetiva, e, quando reduzida à concepção determinista, subtrai a dimensão dialética. No entanto, o Materialismo Histórico Dialético, método apresentado por Marx, afasta-se do ser abstrato e apresenta um ser social histórico imbricado nas relações sociais que é produto mas que, também, produz e transforma a realidade (Iamamoto, 2016, p. 29).

Desprezando qualquer concepção metafísica do mundo, estabelece que o critério último do ser ou não-ser de um fenômeno é a realidade social, e que a única ciência capaz de compreender os fenômenos em suas múltiplas funções é a história, por

³ De acordo com o Jornal Metrôpoles, o público LGBT tem gasto médio 14% maior do que os demais, movimentando R\$11 bilhões por ano em compras no varejo e responde por quase 5% do PIB.

compreendê-los em sua processualidade, circunstancialidade e totalidade (BonaJunior, 2011. p. 23).

O marxismo identifica o ser social nas relações sociais de produção e reprodução social; inaugura um nexo entre a historicidade e a totalidade no entendimento da subjetividade e demonstra a potencialidade de construção de uma sociabilidade em que a diversidade é possível. A contribuição da produção marxiana e da tradição marxista dispõe de um conjunto de categorias fonte de reflexão na direção social emancipatória. Nesse sentido, se estabelece a importância do marxismo na análise da realidade, bem como para o Serviço Social.

O Serviço Social contemporâneo alinha o seu projeto político profissional a um projeto societário que, por um arco de mediações, entende que a resolução da questão social remete à superação do capitalismo. Isso por apreender, estruturalmente, a forma de organização da sociedade em que a desigualdade é funcional à reprodução social do Capital. No entanto, a relação entre o Serviço Social e a análise marxista da realidade não foi mecânica, muito menos homogênea. O contexto conservador de desenvolvimento da profissão somado ao avanço do neoconservadorismo presente no mundo e nas particularidades do país implicam ataques à teoria social crítica no debate profissional.

No que se refere à diversidade sexual, a produção intelectual no Serviço Social tem sido terreno fértil para inflexões das perspectivas pós-modernas, que expressam a “lógica cultural que no tempo presente se fixa no processo de reprodução e de manutenção da economia capitalista” (Cantalice, 2017, p. 241). Para Cantalice (2017), a negação do marxismo em detrimento da pós-modernidade parte da justificativa da incapacidade do marxismo em analisar as dimensões próprias da subjetividade. Conforme Fonseca (2017, p. 168), a funcionalidade do argumento de insuficiência do marxismo para análise dos novos paradigmas repõe tendências conservadoras que servem à reprodução capitalista.

Nos estudos acerca da diversidade sexual, segundo Noronha (2023, p. 126), existe uma “tendência crítica-eclética-pós-moderna”. O diálogo com produções pós-estruturalistas e pós-modernas, por mais que autointituladas teoricamente dentro do campo marxista, apresentam uma forte tendência eclética permeada de descuidos metodológicos (Noronha, 2023). Isso revela a necessidade do fortalecimento da perspectiva de totalidade na análise marxista e do enfrentamento às críticas à insuficiência do marxismo que, sim, é capaz de analisar o ser social e compreendê-lo na sua individualidade e diversidade sem o desintegrar das relações sociais capitalistas.

Este texto resulta de uma pesquisa que visa contribuir no enfrentamento à crítica da impossibilidade do estudo da diversidade sexual na perspectiva marxista. Os resultados são reveladores da importância histórica da tradição marxiana na apreensão da individualidade e genericidade do ser social. Ademais, buscou-se identificar os desafios históricos e contemporâneos para o fortalecimento da interação do marxismo, diversidade humana e Serviço Social.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 e é resultado das reflexões no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade

Federal do Rio Grande do Norte, principalmente, a partir das atividades do Grupo de Estudo e Pesquisa em Trabalho, Ética e Direitos (GEPTED-UFRN).

Nesse sentido, esse artigo está organizado em três momentos: (I) historiciza a incorporação do debate do marxismo e a relação com a diversidade sexual no âmbito do serviço social; (II) traz as categorias centrais da análise marxista na perspectiva de totalidade acerca da diversidade sexual e (III) discorre sobre os desafios históricos-contemporâneos para análise de totalidade no Serviço Social e as particularidades em relação à diversidade sexual.

Marxismo e Serviço Social: direção social do projeto ético-político e as implicações na análise da diversidade sexual

Para análise dos desafios contemporâneos entre marxismo e serviço social e as particularidades com relação à análise da diversidade sexual, faz-se necessário, de forma breve, discorrer acerca da renovação teórico-metodológica do serviço social e da incorporação da diversidade sexual na sua dimensão histórica e contraditória.

O posicionamento hegemônico contemporâneo da categoria de assistentes sociais expressa, na leitura da realidade social, a sua base de análise crítica. A atualidade desse direcionamento social tem raízes históricas e surge das contradições da sociedade capitalista. A renovação do serviço social brasileiro, a partir dos anos 1980, foi determinada historicamente; resultado da mobilização de assistentes sociais articulada com diferentes sujeitos coletivos no campo das esquerdas⁴ frente à conjuntura pós ditadura civil-militar.

A renovação do serviço social, que partiu da sua funcionalidade à fase do capitalismo no determinado decurso histórico, teve uma “contradição fundamental”: a laicização da categoria, que possibilitou uma disputa hegemônica pelo “processo profissional em todas as suas instâncias” (Netto, 2007, p. 169). A potencialidade da modificação teórica da direção social profissional foi efetivada por um conjunto de ações, em que a movimentação intelectual e política foram substanciais. Protagonizada por assistentes sociais/pesquisadoras/es, a produção intelectual, se dedicou a investigar a realidade e elaborar os subsídios necessários para orientar a profissão na perspectiva crítica (Netto, 2007).

Corroboramos Noronha (2023) e localizamos a expansão dos cursos de pós-graduação no campo do serviço social brasileiro e o posicionamento da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) enquanto elementos fundamentais no aprofundamento da perspectiva crítica e de esquerda na análise da realidade social pelo serviço social, como aprofundaremos adiante.

O posicionamento da categoria de assistentes sociais tem centralidade na inserção desse debate no âmbito do serviço social. Ou seja, foi, a partir do compromisso com a análise da realidade concreta de violência contra pessoas LGBTQs; da produção científica enquanto instrumento de fortalecimento teórico-metodológico e ético-político; da existência e

⁴ Trata-se no coletivo por reconhecer a pluralidade na composição e heterogeneidade na direção social da Esquerda brasileira, que inclui partidos políticos, movimentos sociais e categorias profissionais.

resistência de pessoas LGBTs na composição da categoria profissional e do posicionamento das entidades da profissão que foi possível a incorporação da temática diversidade sexual no debate profissional⁵ (Cisne; Santos, 2018).

A construção do alicerce teórico para o avanço do serviço social, que, na contemporaneidade, tem direção social delimitada, ganha substância de forma mediada, histórica e permeada de contradições, a simplificação do marxismo foi uma delas. Conforme Cisne e Santos (2018), inicialmente, a introdução do marxismo, no debate do serviço social, simplificou aspectos fundamentais para a compreensão da ética e dos direitos humanos, como aprofundaremos adiante. A centralidade da dimensão de classe ausente das multideterminações sociais resultaram no economicismo⁶, que pela apropriação simplista do marxismo, reduz o indivíduo à dimensão de classe e, ao passo que prioriza a dimensão econômica, nega as dimensões próprias mais complexas do entendimento da individualidade.

Conforme Cisne e Santos (2018), essa contradição se impôs uma vez que o processo de renovação do Serviço Social foi profundamente associado à interação da categoria com os movimentos sociais e, por isso, tem sua produção acadêmica significativamente alinhada às esquerdas. Dessa forma, a apropriação do marxismo pelo serviço social tem uma história permeada de leituras simplificadoras do marxismo, por meio de manuais e/ou autores/as com análises deterministas da realidade. Assim, é preciso considerar que o posicionamento das esquerdas brasileiras não construiu uma direção social homogênea no que diz respeito à diversidade sexual, ou seja, “podemos afirmar que segmentos expressivos da esquerda, no mundo e também na realidade brasileira, operaram a partir dos fundamentos economicistas” (Santos, 2017, p. 11).

“São muitas as simplificações que direta ou indiretamente favoreceram a lógica de negação e/ou de obstáculo à vigência da diversidade como condição relevante da individualidade” (Santos, 2017, p.10). Nesse sentido, o questionamento acerca da incapacidade do marxismo na análise da diversidade sexual tem, em partes, fundamento histórico. Isso não significa dizer que existe prevalência da perspectiva economicista no serviço social contemporâneo.

Consideramos que a crítica a esta tendência economicista foi e é pertinente. O problema é que a crítica ao determinismo ganhou o mesmo sentido de crítica ao marxismo. Houve uma generalização absurda quanto à inviabilidade teórica do marxismo para apreensão da realidade contemporânea (Santos, 2019, p. 73).

O avanço na discussão da ética e a incorporação de estudos voltados à diversidade humana e direitos humanos evidenciaram a importância da dimensão da diversidade sexual. Nesse

⁵ Para um aprofundamento da discussão sobre a incorporação do debate da diversidade sexual no serviço social brasileiro indico a leitura de Cisne e Santos (2018) e Santos (2016).

⁶ Simplificação brutal no entendimento da individualidade que é subsumida a uma noção economicista de classe social, que tende a absorver e a diluir, na desqualificação política, as grandes questões que permeiam a relação entre consciência e realidade ou sobre o papel ativo da consciência no mundo real (Santos, 2017, p. 11).

contexto, a mobilização dos diversos segmentos da categoria⁷, principalmente das/os profissionais pesquisadoras/es, com o objetivo de construir fundamentos teóricos e políticos para o avanço no debate da diversidade sexual, foi fundamental.

Conforme Noronha (2023), historicamente, as ações das entidades representativas da profissão estão intrinsecamente relacionadas à produção científica. Dessa forma, cabe salientar alguns marcos históricos que resultaram do posicionamento dessas entidades no enfrentamento à violação da diversidade humana. A campanha “O amor fala todas as línguas”. Assistente social na luta contra o preconceito: campanha pela livre orientação e expressão sexual”⁸, que foi aprovada no 34º Encontro Nacional CFESS-CRESS em Vitória (ES) em 2007, representa um marco histórico que expressa a direção social da categoria frente a dimensão da diversidade sexual. Contraditoriamente, essa campanha revelou, também, o conservadorismo ainda existente no âmbito do serviço social. Conforme Mesquita e Matos (2011, p. 132):

Na época do lançamento, alguns segmentos da categoria problematizaram qual a relevância e o porquê dessa campanha. As indagações giraram em torno da dúvida quanto à existência de outro tema mais importante para ser debatido. Tivemos acesso a informações, por meio de representantes dos CRESS do Rio de Janeiro, de São Paulo e do Ceará (gestões 2005/2008), sobre polêmicas nas equipes de serviço social, acerca da fixação ou não do material informativo da campanha, com a realização, inclusive, de votação entre os/as profissionais sobre a sua exposição ou não. E, ainda, que havia temas mais importantes a serem tratados, que era uma campanha inadequada e que o CFESS não tinha que se envolver com tais questões.

Cabe ressaltar o papel dos Grupos Temáticos de Pesquisas (GTP) da ABEPSS que, historicamente, desempenham o fortalecimento do debate crítico na formação e trabalho profissional. Uma expressão do compromisso com a direção social crítica frente à diversidade, foi a criação do GTP “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades”⁹ da ABEPSS, durante o XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), em 2010, “materializando um salto teórico e político [...] que passou a concentrar a sua análise em relação às questões que envolvem as existências das mulheres, das pessoas negras e da comunidade [...] (LGBTQIA+), na sociedade capitalista” (Noronha, 2023, p. 120).

A publicação do livro “Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social” (Cisne; Santos, 2018) da Biblioteca Básica do Serviço Social, também, materializa o compromisso histórico com a defesa da diversidade humana ao situar, na perspectiva marxista, as particularidades das relações sociais de opressão-dominação pelo sistema heteropatriarcal racista capitalista. Portanto, a direção social assumida pela categoria de assistentes sociais, historicamente, se posiciona contra às formas de discriminação e preconceito. No entanto,

⁷ Ressaltamos a importância dos diferentes grupos que compõem a categoria profissional como estudantes e sujeitos profissionais, mas destacamos aqui a atuação das entidades representativas e das pesquisadoras em serviço social.

⁸ Para uma análise aprofundada sobre as reverberações contraditórias da campanha “O amor fala todas as línguas: Assistente social na luta contra o preconceito – campanha pela livre orientação e expressão sexual”, sugiro a leitura de Mesquita e Matos (2011).

⁹ Atualmente, esse GTP se chama “Serviço Social, Feminismos e Relações de Raça-etnia, Gênero, Sexualidade e Classe Social”.

a concepção crítica de diversidade sexual, para o serviço social, é hegemônica, mas não homogênea e, se localizada no campo das ciências sociais, a discussão se afasta ainda mais do marxismo. Conforme Noronha (2023):

É inquestionável a postura ética-política que o Serviço Social passou a assumir por meio do PEPSS, na década de 1990, mas não houve um compromisso teórico-metodológico à altura, que fundamentasse melhor a compreensão das particularidades que envolvem as relações racializadas e generificadas do capitalismo periférico e dependente brasileiro (Noronha, 2023, p. 124).

O conservadorismo, que se expressa tanto na origem do serviço social quanto nas novas reconfigurações capitalistas, desencadeia uma disputa ideológica acerca dessa temática e se expressa na dimensão teórico-metodológica. A afirmação da impossibilidade de análise da diversidade sexual na perspectiva marxista de totalidade nega a realidade e serve à reprodução do conservadorismo. Se impõe, então, como próximo objetivo situar as contribuições no âmbito marxista para o entendimento da concepção de diversidade sexual em uma perspectiva de totalidade na análise da vida social.

A diversidade no seu sentido ontológico

A diversidade particulariza os indivíduos ao passo que os generifica. Isso significa dizer que a diversidade é o conjunto de características que compõem o ser social nas relações sociais e no decurso histórico. “Trata-se da concepção de que todos os indivíduos são sociais, históricos e diversos” (Santos, 2019, p. 77) e do entendimento da diversidade sexual enquanto dimensão constituinte da diversidade humana, que é expressão da individualidade e, por sua vez, só pode ser compreendida historicamente (Cisne; Santos, 2018).

A perspectiva marxista parte da concretude da vida social para análise do indivíduo. Isso não significa dizer que a materialidade esgota o sentido do ser social, mas que o ser social não pode ser entendido deslocado da sua realidade. Nesse sentido, cabe discorrer acerca das categorias centrais de análise do ser social no seu sentido ontológico, uma vez que “o Ser só pode ser compreendido à luz da totalidade e em sua historicidade” (BonaJunior, 2011, p. 23).

Partimos do pressuposto que é por intermédio do trabalho que os indivíduos constroem a realidade social e se complexificam. De forma mediada, histórica e dialética, o indivíduo que modifica a natureza na busca pela satisfação das suas necessidades, ao transformá-la, também se modifica. “Cabe resgatar a essência do que é humano por meio de uma ontologia que situe o “homem¹⁰” enquanto ser social” (BonaJunior, 2011, p. 23). O trabalho impulsiona o desenvolvimento do ser social e das relações sociais que esse sujeito está inserido. Nesse sentido, este tópico estrutura um fio condutor que objetiva estabelecer uma conexão entre as categorias trabalho, individuação e diversidade humana (Cisne; Santos, 2018).

¹⁰ O uso do termo “homem” no seu sentido universal foi escolha do autor citado. É válido, no entanto, salientar que a utilização desse termo, de forma indiscriminada, para se referir a humanidade no geral pode reiterar a linguagem sexista, a heteronormatividade e a exclusão de outras identidades.

O indivíduo, a partir do processo do trabalho¹¹, passa ocupar um espaço diferente na natureza, ao se afastar processualmente das suas determinações biológicas, os instintos já não o movem mais, mas as suas escolhas sim. O que era meramente biológico e natural se torna complexo e amplia o seu sentido, isso é o salto ontológico que forma o ser social, ou seja, “humanizando-se ou civilizando-se, o homem se constitui social e diminui os limites impostos pela animalidade” (BonaJunior, 2011. p. 26).

O trabalho é transformador. O indivíduo que modifica a natureza, teleologicamente¹², obtém um resultado, se põe, também, em um novo lugar; “faz escolhas entre alternativas postas e criadas objetivamente; reelabora instrumentos; desenvolve a criatividade; atende a determinadas necessidades; e se abre continuamente para novas necessidades e respostas” (Cisne; Santos, 2018, p. 30). BonaJunior (2011) destaca que a complexidade que advém desse processo não é fruto apenas da relação entre sujeito e objeto, é mais que isso: a capacidade reflexiva é fruto da consciência humana, que se externaliza e se objetiva no trabalho.

Resultado da dialética desse processo, a complexidade do indivíduo avança, como afirma Cisne e Santos:

O que implica entendê-la - a individuação - como processo de busca permanente, sob dadas condições concretas, em que o indivíduo, inserido na divisão social do trabalho, amplia suas capacidades humanas mediante as respostas dadas para consecução da finalidade estabelecida no ato de objetivação do trabalho. São respostas que o desafiam a cada momento. Ao enfrentá-las, o indivíduo define finalidades, faz escolhas entre as alternativas postas e criadas objetivamente; reelabora instrumentos; desenvolve a criatividade; atende a determinadas necessidades; e se abre continuamente para novas necessidades e respostas (Cisne; Santos, 2018, p. 30).

A individuação é um processo contínuo de aprendizagem, de seleção e de adaptação das experiências passadas às novas necessidades, o que evidencia a interdependência dialética entre o indivíduo e a sociedade “mediante a existência de um conjunto heterogêneo de atos que o impulsiona no processo reprodutivo mediante o decurso histórico-social” (Cisne; Santos, 2018, p. 39).

A apreensão da individualidade, fonte da diversidade humana, que se estabelece no ato do trabalho, só é possível pelo entendimento na complexidade da engrenagem ontológica que a funde: a objetivação, a exteriorização e o entrave estrutural antidiverso próprio do modo de produção capitalista, a alienação.

De forma mediada, o trabalho se realiza na objetivação e na exteriorização. O momento de objetivação é o da materialização do trabalho, é a efetivação da relação entre o que foi projetado e que foi executado; resultado do processo de trabalho. Já a exteriorização pode

¹¹ Para Cisne e Santos (2018, p. 27), “aqui entendido como relação dialética e síntese entre teleologia (capacidade humana de projetar previamente a finalidade de uma ação – prévia-ideação) e causalidade (realidade natural) que se objetiva em um resultado/objeto (causalidade posta)”.

¹² Em BonaJunior (2011, p. 26), “pode ser explicado como uma finalidade previamente estabelecida pelo indivíduo que, por meio do ato de trabalho, visa alcançá-la. Em outras palavras, é um fim posto inicialmente ao trabalho”.

ser definida pela repercussão do fruto do trabalho no indivíduo que o realizou. A exteriorização é a fonte da individuação que, por sua vez, de forma mediada, molda e complexifica a personalidade.

Por meio das conquistas produzidas no trabalho, a objetivação assume o momento decisivo da sociabilidade que avança com novas descobertas, enquanto por meio da exteriorização tem origem a individuação, momento em que os indivíduos desenvolvem novas necessidades, refinam as capacidades humanas e, desse modo, individualizam-se e fazem florescer a personalidade (Cisne; Santos, 2018, p. 34).

A alienação é o momento de contradição entre o elevado grau de desenvolvimento da complexidade do indivíduo fonte do trabalho e do conjunto de relações sociais frente às possibilidades de ser no modo de produção capitalista. Ou seja, proporcional ao desenvolvimento do processo de trabalho, é a complexidade atribuída ao indivíduo, que se defronta, na dinâmica social do capitalismo, com a limitação de grande parte da sua subjetividade à funcionalidade do Capital. Não pode ser lida, no entanto, na perspectiva determinista e fatalista. Isso significa dizer que a diversidade humana se defronta nas variadas formas de alienação “mas também abrem passagem para as contradições” (Santos, 2017, p. 19). A potencialidade da contradição entre produção e reprodução social é substantiva na organização coletiva e emancipatória dos sujeitos contrária às opressões.

Por intermédio dessas lutas, os indivíduos politizam a diversidade, sendo esta algo que é próprio da individualidade, que se expressa e se altera no desenvolvimento das forças produtivas, considerando as objetivações/exteriorização do ser social que demandam respostas cada vez mais complexas. Com isto, os indivíduos, no decurso da história, apresentam as mais variadas distinções de classe, geração, raça/etnia, orientação sexual, identidade de gênero, dentre outras. São distinções que particularizam o modo de ser e estar no mundo dos indivíduos, que explicitam o seu pertencimento como ser singular à universalidade do gênero humano (Santos, 2017, p. 14).

“A diversidade humana brota, portanto, de um movimento histórico permanente desencadeado, na sua raiz, no ato do trabalho e que assume características mais sofisticadas no campo mais amplo das diferentes modalidades de práxis social” (Cisne; Santos, p. 40). Ou seja, é no decurso histórico, pela complexificação dos indivíduos, a partir da produção da riqueza social e da reprodução social, pelas relações sociais que se moldam frente a esse processo, que a diversidade se impõe.

Historicamente, a manutenção do entendimento marxista da diversidade humana na perspectiva da totalidade social enfrenta desafios, principalmente, no que se refere ao campo teórico-metodológico do Serviço Social. Se impõe como objetivo, então, discorrer acerca das particularidades da apreensão da diversidade sexual na perspectiva marxista pelo serviço social.

Marxismo e Diversidade Sexual no Serviço Social: entre desafios históricos e contemporâneos

A incorporação do marxismo e, posteriormente, a inserção da discussão sobre diversidade sexual no serviço social foi permeada de contradições. Como já sinalizado anteriormente, a própria história apresenta pistas para o entendimento dos desafios para análise marxista

da diversidade humana no serviço social. O objetivo neste momento é destrinchar quais desafios se apresentam, na contemporaneidade, para leitura marxista sobre a temática da diversidade sexual no serviço social. Para tanto, destaca-se o economicismo enquanto modalidade simplificadora do marxismo e o avanço da pós-modernidade.

A escolha de destacar o economicismo dentre as modalidades de simplificação do marxismo em relação à diversidade sexual se justifica por compreendê-lo enquanto tendência, que, mesmo com variações de intensidade e particularidades de sentido ao longo da história, está presente no interior das esquerdas, e é determinante na incidência política e na produção teórica, a qual, a partir do distanciamento, de autores/as no campo marxista, da perspectiva de totalidade, influi, por um conjunto de mediações, para a reprodução do neoconservadorismo. Ao negar-se a substancialidade da apreensão da diversidade humana, se localiza um sujeito abstrato, o que resulta “por eliminar mediações na apreensão de complexos sociais como o direito, a cultura e a subjetividade, tornando-os epifenômenos do modo de produção capitalista” (Santos, 2017, p. 11).

Para Santos (2017), as repercussões da simplificação economicista do marxismo se concentram: no entendimento esvaziado do sentido da individualidade submetido à centralidade da classe; no debate cultural e nas questões de alienação entendidas com pouca relevância social por afastar-se da agenda política e na caracterização mecânica das lutas sociais específicas, ao situá-las com pouca importância por desviarem os indivíduos da rota revolucionária. Nesse sentido, o economicismo impõe a centralidade do imediatismo na luta política e pressupõe a constituição de uma igualdade abstrata, assim, “dilacerando” o marxismo, que, nesse movimento de simplificação, realmente, não dá conta da diversidade humana.

A pós-modernidade, por sua vez, é justificada por preencher as lacunas deixadas pela análise marxista, de fonte economicista, mas não só. O fortalecimento da pós-modernidade se dá, exatamente, a sua adaptabilidade ao discurso da fragmentação e do imediato, próprios da lógica de reprodução do Capital, visto que o que norteia a leitura da realidade pós-moderna não é a ordem econômica-estrutural e o movimento teórico de apreensão das suas particularidades.

No que se relaciona à dimensão da diversidade sexual, a intensificação dos estudos com foco nessa temática ganha força com o avanço da pós-modernidade. Logo, a tendência de apropriação da diversidade sexual na perspectiva pós-moderna pode ser explicada pela história, ou seja, “é compreensivo, pois esses autores (Michel Foucault e Judith Butler¹³) consolidaram uma nova fase de aportes teórico-metodológicos que envolvem os estudos sobre sexualidade no capitalismo” (Noronha, 2023, p. 131). Somado a isso, as “proposições pós-modernas encontram espaço fértil no Serviço Social junto aos extratos conservadores da profissão que passam a se reagrupar” (Cantalice, 2017, p. 248).

¹³ Autores clássicos da pós-modernidade como “Michel Foucault por meio da dos três volumes da “História da Sexualidade” e Judith Butler com a obra “Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade”, publicada em 1990, contribuindo no debate sobre a Teoria Queer” (Noronha, 2023, p. 131).

A concepção pós-moderna¹⁴ é uma expressão do conjunto de mecanismos que integram a lógica cultural do capitalismo em sua forma mais desenvolvida e a sua funcionalidade ao passo que “legítima regras, comportamentos, hábitos e práticas sociais funcionais à manutenção da ordem capitalista e, por outro lado, demarca como ilegítimas as ideias e práticas que apontam à direção inversa” (Cantalice, 2017, p. 241).

As respostas até então delineadas a essa crise do capital foram processadas a partir de uma nova fase de internacionalização do capital (mundialização do capital); incursão de novas modalidades de reestruturação produtiva (acumulação flexível); implementação de políticas neoliberais com sucessivas reformas; construção de novos consensos entre as classes – por meio dos valores neoliberais, do discurso ideológico da burguesia, minimização do Estado e da profusão das ideias pós-moderna – funcional à reprodução do capital (Cantalice, 2017, p. 240).

A discussão da diversidade sexual na perspectiva pós-moderna torna-se alienante ao localizar a individualidade na dimensão abstrata e propor um entendimento meramente singular da sexualidade, o que resulta no conjunto de mobilizações que “necessariamente celebra a fragmentação” (Santos, 2019, p. 84). “Cada segmento voltado para as suas reivindicações e obstaculiza a organização dos sujeitos em torno de um projeto político classista, emancipatório e voltado à defesa dos interesses da classe trabalhadora” (Santos, 2019, p. 84).

No que se refere à produção intelectual, que, historicamente, foi um dos principais instrumentos para incorporação e fortalecimento do debate sobre diversidade sexual pelo serviço social no direcionamento marxista, Noronha (2023) observa a chamada “tendência-crítica-eclética-pós-moderna”. A análise documental efetivada pela autora demonstrou uma tendência que expressa, nas produções sobre diversidade sexual, “o debate desatento e, por vezes, indiscriminado com diversas perspectivas teórico-metodológicas que são divergentes não apenas no método, mas também no conteúdo político” (Noronha, 2023, p. 130).

A utilização de termos, terminologias, autores e até perspectivas que são pós-modernas sem rigor metodológico merece reflexão. Isso não significa ausentar essas contribuições do debate e nem negar a sua importância, mas reconhecer, por meio das mediações, os limites teórico-metodológicos e ético-políticos existentes, “o que acaba demandando do/a pesquisador/a ainda mais vigilância epistemológica, para que não se reproduza um ecletismo em que “tudo está correto, e tudo bem!” (Noronha, 2023, p. 132).

Se a produção do conhecimento expressa a extensão das influências e das tendências teórico-metodológicas incorporadas pelo Serviço Social, nos cabe questionar diante das inflexões pós-modernas nela como estamos procedendo em larga escala à leitura de nossos objetos de investigação e de intervenção e, mais, de que forma e, em que direção, encaminhamos as respectivas respostas profissionais às requisições postas no âmbito da profissão (Cantalice, 2013, p. 251).

A negação pela perspectiva da pós-modernidade da dimensão de totalidade social deságua na perspectiva fragmentária e subjetivista da realidade, o que contrapõe os fundamentos marxistas. Ao reduzir a realidade a experiências individuais e efêmeras, obscurece as

¹⁴ Para o adensamento da discussão da pós-modernidade sugiro a leitura de Cantalice (2013) e (2017).

relações de produção e de reprodução social e a sua estrutura social. A reverberação dessa tendência na produção teórica do Serviço Social é o enfraquecimento da análise crítica da realidade, fornecimento de saídas alienantes para o enfrentamento das relações de exploração-opressão, diluição da atuação profissional com direção social emancipatória e ataque ao projeto ético-político.

O enfrentamento da leitura economicista da realidade social e da tendência pós-moderna representam desafios históricos-contemporâneos que se atualizam a todo instante e tem no neoconservadorismo e no próprio capitalismo terreno fértil para sua reprodução. O caminho para o seu enfrentamento é o combate: não se deve excluir as produções simplificadoras da realidade ou as pós-modernas do cotidiano reflexivo, pelo contrário, deve-se entendê-las e esquadrinhá-las, na busca por sua concepção e, principalmente, por suas contradições e limitações. “Só podemos superar a pós-modernidade (e as fundamentações fenomenológicas) dialogando com os seus limites e concepções, por meio da interlocução pluralista e comprometida politicamente” (Noronha, 2023, p. 133). Se impõe, portanto, como desafio cotidiano da categoria a reflexão crítica, tanto no processo formativo, quanto na atuação profissional, com objetivo de identificar a efetivação do entendimento de totalidade social.

Considerações finais

Vimos, portanto, que, sim, é possível analisar a diversidade sexual na perspectiva marxista e que somente à luz da categoria de totalidade é viável identificar a questão da diversidade sexual de forma histórica, na sua complexidade e na plenitude das suas multideterminações. Não há possibilidade de entendimento do ser social ausente das suas relações sociais de produção e reprodução social, ou seja, para o entendimento da diversidade humana é fundamental a compreensão do capitalismo e das suas particularidades na realidade brasileira.

As reflexões desenvolvidas até aqui buscaram evidenciar os resultados de uma pesquisa que tem como objetivo desvendar a importância do marxismo para análise da diversidade sexual no âmbito do serviço social. Para tanto, historicizamos a incorporação do debate do marxismo e a relação com a diversidade sexual no âmbito do serviço social de modo a trazer à discussão elementos que explicam, historicamente, os desafios cotidianos em relação a essa temática, e que demonstram a importância do posicionamento da categoria no processo de incorporação do debate da diversidade humana e diversidade sexual.

Apresentamos, também, de forma breve, os fundamentos ontológicos para o entendimento da diversidade sexual, na perspectiva de totalidade social. Ao situar a individualidade, fonte de complexificação do ser, que se constitui, por um conjunto de mediações, no processo de trabalho e de socialização mas que, no bojo da exploração capitalista se limita. Ou seja, a diversidade, nesse sentido, tanto é instrumentalizada para a acumulação capitalista, sendo negada em sua essência e mercantilizada, quanto é fonte de potencialidade e de complexificação pela relação dialética-contraditória de trabalho e outros tipos de práxis social.

Por fim, apresentamos alguns dos desafios históricos-contemporâneos postos à interação entre o marxismo e o Serviço Social em relação à diversidade sexual. Delimitamos, portanto, o economicismo por reconhecer sua relação histórica com as esquerdas e com o desenvolvimento da profissão e a pós-modernidade por sua explícita contraposição ao marxismo e por sua apropriação dos debates próprios da subjetividade humana.

A interação desses desafios com o conservadorismo presente na categoria profissional e na conjuntura enfatizam a necessidade do fortalecimento do projeto ético-político, uma vez que a “capilarização dessas incidências se massificada pode expor e vulnerabilizar a hegemonia do atual projeto profissional e a direção social imediatamente ligada a ele” (Cantalice, 2017, p. 256). A resistência frente ao avanço neoconservador deve ser composta por radicalidade teórico-metodológica e ético-política.

Referências

ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos; ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais. **Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2021: Acontece Arte e Política LGBTI+**. Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2022. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/mortes-e-violencias-contralgbti-no-brasil-dossie-2021-acontece-antra-abglt-2022/>. Acesso em: 10 maio 2025.

BONA JUNIOR, Aurélio. A ontologia de Lukács e a sexualidade em perspectiva emancipatória. **Filosofia e Educação**, v. 3, n. 2, p. 18–43, 2011. DOI: 10.20396/rfe.v3i2.8635448. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/view/8635448>. Acesso em: 31 maio. 2025.

CANTALICE, Luciana B. de O. Neoconservadorismo pós-moderno da produção de conhecimento em Serviço Social: tensões entre o pós-moderno e o projeto profissional. **Temporalis**, v. 16, n. 32, p. 231–259, 2017. DOI: 10.22422/2238-1856.2016v16n32p231-259. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/14199>. Acesso em: 16 jun. 2025.

CANTALICE, Luciana B. de O. **As inflexões do pós-moderno na produção do conhecimento em serviço social**. 2013. 251 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/16912>. Acesso em: 16 jun. 2025.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana M. M. dos. **Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018. (Coleção Biblioteca Básica de Serviço Social).

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Hoje é o Dia Mundial de Combate à LGBTfobia: CFESS entrevista assistente social e explica por que a profissão está inserida nessa luta**. 2017. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1372>. Acesso em: 20 jul. 2025.

DEVREUX, Anne-Marie. A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. **Cadernos de Crítica Feminista**, n. 4, ano V, p. 6–28, dez. 2011.

FONSECA, C. C. O projeto de formação do Serviço Social e as inflexões do pensamento pós-moderno. **Temporalis**, Brasília, ano 16, n. 31, p. 189–218, jan./jun. 2016.

IAMAMOTO, Marilda Villela.; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

MATOS, Fabio. “Pink Money”: a força do mercado LGBTQIA+ na economia brasileira. **Metrópoles**, 16 jul. 2023. Disponível em: <https://www.metropoles.com/negocios/pink-money-a-forca-do-mercado-lgbtqia-na-economia-brasileira>. Acesso em: 04 jun. 2025.

MESQUITA, Marylucia; MATOS, Maurílio. “O amor fala todas as línguas: assistente social na luta contra o preconceito” – reflexões sobre a campanha do conjunto CFESS/CRESS. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, n. 28, p. 131–146, 2011. DOI: 10.12957/rep.2011.2938. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/2938>. Acesso em: 13 mar. 2025.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

NORONHA, Rayane O. Serviço social, gênero, raça e classe: do compromisso ético-político à produção científica. **Temporalis**, v. 23, n. 46, p. 120–136, 2023. DOI: 10.22422/temporalis.2023v23n46p120-136. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/40509>. Acesso em: 13 mar. 2025.

SANTOS, Silvana M. de M. dos. Diversidade sexual: fonte de opressão e de liberdade no capitalismo. **Argumentum**, v. 9, n. 1, p. 8–20, 2017. DOI: 10.18315/argum.v9i1.15773. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/15773>. Acesso em: 17 jun. 2025.

SANTOS, Silvana M. de M. dos. Luta de classes e a questão da diversidade humana: debate atual e perspectivas político-teóricas. **Revista Trabalho Necessário**, v. 17, n. 32, p. 68–87, 28 mar. 2019. Acesso em: 13 jul. 2025.

SILVA, Marlise V. Diversidade humana, relações sociais de gênero e luta de classes: emancipação para além da cultura. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, n. 28, p. 51–64, 2012. DOI: <https://doi.org/10.12957/rep.2011.2933>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/2933>. Acesso em: 20 jun. 2025.

Submetido em: 11/8/2025

Aceito em: 29/12/2025



A construção da “lei do desenvolvimento combinado” na obra de Leon Trotsky

The construction of the “law of combined development” in the work of Leon Trotsky

Adilson Aquino Silveira Júnior*

 <https://orcid.org/0000-0001-6300-5042>

RESUMO

Este artigo visa apreender a construção teórica da “lei do desenvolvimento combinado” no pensamento de Leon Trotsky, considerando a conexão entre essa elaboração e o curso da luta político-ideológica em que estava imerso seu autor. Tal análise busca também determinar o conteúdo estabelecido para a fórmula da “lei do desenvolvimento combinado”, seu vínculo com a “teoria da revolução permanente” e a polêmica com a “teoria do socialismo num só país”. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, sustentada no levantamento do tema na obra do referido autor, que privilegiou seus estudos sobre a história da Revolução Russa e os textos dedicados à luta teórico-política em torno do curso da revolução. Por fim, este artigo inclui um diálogo entre a referida formulação e a leitura oferecida por George Novack, nos anos 1950, acerca da “lei do desenvolvimento desigual e combinado”.

PALAVRAS-CHAVE

Dialética materialista; Desenvolvimento desigual e combinado; Marxismo; Revolução permanente.

ABSTRACT

This article aims to understand the theoretical construction of the “law of combined development” in Leon Trotsky's thought, considering the connection between this formulation and the course of the political-ideological struggle in which its author was immersed. This analysis also aims to determine the content established for the formula of the “law of combined development”, its link with the “theory of permanent revolution”, and the controversy surrounding the “theory of socialism in one country.” A bibliographical survey was conducted, supported by mapping the topic in the author's work, which prioritized his studies on the history of the Russian Revolution and texts dedicated to the theoretical-political struggle surrounding the course of the revolution. Finally, this article includes a dialogue between this formulation and the interpretation offered by George Novack, in the 1950s, on the “law of uneven and combined development”.

KEY WORDS

Materialist dialectic; Uneven and combined development; Marxism; Permanent Revolution.

*Professor. Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, Recife, Brasil). Docente do Curso de Serviço Social na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, Recife, Brasil). E-mail: adilson.aquino@ufpe.br

DOI 10.22422/temporalis.2026v26n51p245-260



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2026 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

Introdução

Algumas fórmulas teóricas produzidas pelo pensamento socialista revolucionário possuem um valor inestimável para o estudo da multifacetada e complexa dinâmica expansiva do sistema capitalista, ao longo da história, e do papel mutável das classes sociais nela incluídas. O texto que segue se debruça sobre uma dessas formulações, buscando apreender a construção teórica da “lei do desenvolvimento combinado” no pensamento de Leon Trotsky, considerando a conexão entre essa elaboração e o curso da luta político-ideológica em que estava imerso seu autor. Tal análise pretende também determinar o conteúdo estabelecido para a “lei do desenvolvimento combinado” e seu vínculo com a construção, também por parte do autor em tela, da “teoria da revolução permanente” e a polêmica desta com a “teoria do socialismo num só país”.

O trabalho resulta de uma pesquisa bibliográfica, sustentada no levantamento do tema na produção de Leon Trotsky, que privilegiou seus estudos sobre a história da Revolução Russa e os textos dedicados à luta teórico-política em torno do curso da revolução, em especial os livros *História da Revolução Russa* (Trotsky, 2017a), *A Internacional Comunista depois de Lenin* (Trotsky, 2020), *A revolução traída* (Trotsky, 2005) e *A revolução permanente* (Trotsky, 2007). Adicionalmente, este trabalho inclui um diálogo crítico entre essa leitura e a abordagem proposta por George Novack, nos anos 1950, expressa na concepção da “lei do desenvolvimento desigual e combinado”.

A defesa do internacionalismo e a “lei do desenvolvimento combinado”

A perspectiva dialética, tomada numa acepção crítica, materialista e revolucionária, legada por Marx e Engels, engloba uma rica gama de premissas para a análise do desenvolvimento histórico¹. Tais premissas informam, por exemplo: 1) *A grande variedade de graus de desenvolvimento alcançada pelas diferentes partes da humanidade durante a história*; 2) *As desproporções, desigualdades e ritmos diversos através dos quais essa variedade do desenvolvimento se expressa e se faz presente no interior dos modos de produção, na evolução das formações sociais tomadas particularmente e, de modo significativo, nas épocas de transição revolucionária entre regimes sociais*; 3) *O entrelaçamento, combinação e interdependência que necessariamente se estabelecem entre os processos e forças díspares daí resultantes*; e 4) *A mudança qualitativa do caráter e do papel histórico de determinados agentes humanos, classes sociais, instituições econômicas e culturais, a depender do modo como interagem com esse espectro de temporalidades, desproporções e combinações*. Foi munido de tais premissas que Trotsky propôs a “lei do desenvolvimento combinado”. Trata-se de uma postulação que foi ganhando forma conceitual durante as lutas em torno da direção do movimento comunista, das transformações revolucionárias na Rússia após a morte de Lenin e do legado político e teórico por ele deixado.

Primeiramente, é necessário determinar que, em Trotsky, a “lei do desenvolvimento combinado” é considerada, em última análise, o substrato científico da sua “teoria da

¹ Pense-se, apenas para citar dois exemplos, nas elaborações de Marx sobre as formações econômicas pré-capitalistas nos *Grundrisse – Manuscritos econômicos de 1857–1858* ou sobre os aspectos da transição para o modo de produção capitalista, abordados em torno do tema da acumulação primitiva em *O capital*.

revolução permanente”. Essa teoria estabelece, grosso modo, que seria sob a direção e o programa do proletariado que poderiam ser alcançados os objetivos históricos da revolução burguesa retardatária, nos chamados “países atrasados”² (coloniais e semicoloniais). E que, para o alcance desses objetivos, o proletariado no poder seria obrigado a realizar incursões cada vez mais profundas no domínio da propriedade privada em geral, empreendendo o rumo das medidas socialistas, cujo alcance pleno dependeria, por seu turno, do curso internacional das lutas de classes e da revolução socialista, posto o caráter mundial da economia e das forças produtivas.

Em 1917, a Revolução de Outubro na Rússia havia fornecido uma extraordinária prova e um forte ímpeto para esses postulados. Mas o período subsequente é marcado por importantes derrotas do movimento comunista, como as que se abateram sobre o levante espartaquista na Alemanha (1918–1919), os conselhos de fábrica na Itália (1919–1920) ou, mais tarde, sobre a revolução chinesa de 1925–1927. O insulamento da experiência russa e as pressões das tendências de fortalecimento capitalista em seu seio, no curso da construção econômica, forneceram as bases para o afluxo da “fração política stalinista”³ na direção oficial do partido comunista no país, representando a pressão das forças que ambicionavam o sentido do desenvolvimento econômico isolado da República dos Soviéticos. Tal foi o terreno social para o avanço dessa fração, caracterizada por Trotsky como *burocrática*, que se empenhou para extirpar da direção política as tendências ligadas ao internacionalismo proletário. No plano ideológico, a referida fração desencadeou uma revisão da herança teórica bolchevique, cujo expoente era o próprio Lenin, o líder mais destacado da Revolução de Outubro.

Essa revisão foi obrigada a dissimular-se sob o manto do leninismo, ao custo de uma interpretação que, em realidade, o desfigurava. A elaboração da *teoria do socialismo num só país*, por parte de Stalin, foi uma expressão típica dessa operação ideológica. Por seu turno, a definição da “lei do desenvolvimento combinado” em Trotsky aparece, nesse curso, como um contraponto, na busca por depuração de suportes teórico-conceituais para a defesa da dialética revolucionária e do internacionalismo.

A intrincada história em torno da criação desses diferentes enunciados nos remete a 1915, quando Lenin, no artigo *Sobre a Palavra de Ordem dos Estados Unidos da Europa (O socialdemocrata de 23 de agosto)* define, de passagem, a *desigualdade da evolução*

² Nos textos de Trotsky dedicados ao tema deste estudo, o autor recorre a definição de “países atrasados” para caracterizar aquelas formações sociais nas quais os processos econômicos e políticos da transformação capitalista e da dominação burguesa ocorreram de modo *tardio* ou *retardatário* – em contraste com aquelas nações ou Estados onde os mesmos processos se deram do modo *adiantado* ou *avançado*. Essa definição aparece, em outros textos de grande importância do autor, como o Programa de Transição, como sinônimo de “países coloniais e semicoloniais” (Trotsky, 2017b). Consideramos válido encarar a definição apenas sob o prisma de sucessão temporal de processos históricos ligados a expansão do capitalismo, afastando-se de conotações eurocentristas e evolucionistas que, inclusive, se sustentam em perspectivas deterministas as quais o próprio Trotsky buscava combater, como se verá adiante, ao elaborar a “lei do desenvolvimento combinado”.

³ Em meados dos anos 1920, crescia no interior do Partido Comunista da URSS e na III Internacional a luta entre frações, expressando a disputa pela direção dessas organizações e sua estratégia de luta após a morte de Lenin. Trotsky (2020) identifica então como “fração stalinista” um conjunto de dirigentes, dentre os quais o próprio Stalin, além de Zinoviev, Kamenev, Bujarin, Vorochilov Sokolnikov e outros, que nutriam uma profunda revisão do caráter internacionalista e revolucionário do marxismo.

econômica e política como uma lei absoluta do capitalismo.⁴ Disso o autor extraia a possibilidade da classe operária, inicialmente, conquistar a vitória do socialismo em vários ou mesmo num único país. Nesses termos, a perspectiva de uma livre união de nações no socialismo seria mediada por uma luta prolongada e obstinada das repúblicas socialistas contra os Estados retardatários. O pressuposto do *desenvolvimento desigual* do capitalismo servia, assim, como uma mediação para prognosticar a complexidade, as reviravoltas, os ritmos desiguais da revolução mundial.⁵ Ao escrever aquelas telegráficas linhas, num pequeno texto no órgão central do Partido Operário Social-Democrata Russo, Lenin apenas retomava um pressuposto intrínseco à racionalidade dialética, algo que qualquer dos leitores de *O socialdemocrata* deveriam encarar com familiaridade.

Depois da morte de Lenin, a certa altura dos combates teórico-políticos que se acirraram a partir de 1924 na Internacional Comunista (IC), e na direção do partido bolchevique, a “fração stalinista”, progressivamente se assenhorando do controle burocrático, em choque com a oposição trotskista, buscou se armar da “lei do desenvolvimento desigual” para sugerir a possibilidade da realização plena do socialismo no marco nacional. Claudin (2013) localiza num artigo publicado por Stalin em dezembro daquele ano, intitulado *A Revolução de Outubro e a Tática dos Comunistas Russos*, o ponto de arranque da revisão da teoria sobre o caráter internacional da revolução socialista.⁶

Na elaboração do *Projeto de Programa* da Internacional Comunista, que seria sancionado no seu VI Congresso (1928), Stalin e Bukharin insistem no uso das palavras de Lenin do artigo de 1915, para equipar a artilharia da *teoria do socialismo num só país* e estampá-la com o selo do leninismo. A escolha, em primeira ordem, daquele artigo de *O social-democrata* não era fortuita. Os autores do *Projeto de Programa*, conforme demonstra Trotsky (2020), agarraram-se a uma circunstancial passagem ali contida⁷, tomaram-na arbitrariamente, isolada do contexto, imputaram-lhe um sentido e um referente que lhes eram estranhos, desvincularam o conteúdo resultante de todas as inúmeras outras intervenções de Lenin

⁴ Reconhecemos nesse enunciado certas premissas contidas depois no seu livro *Imperialismo, estágio superior do capitalismo* (Lenin, 2012).

⁵ Colocadas no contexto, as palavras de Lenin sobre a “vitória do socialismo” remetem a conquista do poder político pelo proletariado e o desenlace das tarefas da transição socialista, cujo alcance assumiria ritmos diferenciados entre os diversos países, sob a base do desenvolvimento desigual. Essas mesmas palavras adquirem conteúdo bem diverso quando se coloca em perspectiva a realização, até as últimas consequências, da nova época histórica. Num texto de fevereiro de 1922, publicado em 1924, o mesmo autor alerta: “*Hemos creado el tipo soviético de Estado, dando con ello comienzo a una nueva época histórica universal, a la época de la dominación política del proletariado, que ha venido a sustituir a la época de la dominación de la burguesía. Eso tampoco se nos puede quitar ya, pese a que “hacer hasta el fin” el tipo soviético de Estado no lo logrará en la práctica más que la clase obrera de varios países. [...] siempre hemos predicado y repetido la verdad elemental del marxismo de que para la victoria del socialismo hacen falta los esfuerzos conjuntos de los obreros de varios países adelantados*” (Lenin, 1987, p. 434-435).

⁶ Nesse caso, além do trecho do artigo de Lenin de 1915, Stalin inclui um extrato do artigo *Sobre a cooperação* (1923), propondo uma interpretação bastante imprevista de uma intervenção de Lenin em torno da edificação do socialismo. Em seu informe ao VII Pleno Ampliado do CEIC, intitulado *Uma vez mais sobre o desvio socialdemocrata em nosso partido* (1926), Stalin repete essas passagens de Lenin para reafirmar a teoria do socialismo num só país.

⁷ Mais especificamente, o trecho me que Lenin concebe a perspectiva do triunfo do socialismo inicialmente num grupo de países ou mesmo num único país. Claudin (2013) mostra que Stalin apenas pode supor a perspectiva da vitória do socialismo num só país se valendo “[...] de umas poucas linhas extraídas da obra de Lenin (cuja última edição compõe-se de 45 volumes), interpretadas muito livremente.”

sobre o mesmo tema, para, através disso, estabelecer a pedra fundamental de uma teoria revisionista, que prescrevia uma relação causal entre a postulação do *desenvolvimento desigual* e a possibilidade do sucesso e continuidade de uma revolução isolada, sobrevivendo e consolidando-se em meio a um cenário internacional marcado pela vigência do capitalismo. Os pormenores dessa operação teórica, e seu desvelamento, foram objeto de uma crítica em *A Internacional Comunista depois de Lenin* (Trotsky, 2020). Também o estudo de Claudin (2013) oferece uma detalhada recuperação dos caminhos dessa revisão que colidia tão abertamente com premissas fundamentais de Marx, Engels e Lenin.

Nos interessa aqui apenas assinalar que tal revisão acabou por levar o postulado da “lei do desenvolvimento desigual” a ser objeto de uma disputa sobre seu real significado, encabeçada por Trotsky, que reivindicava uma leitura integral e dialética das palavras de Lenin. Essa leitura vai culminar na criação da “lei do desenvolvimento combinado”, tomada como base da “teoria da revolução permanente”. O primeiro passo nesse sentido se dá na crítica elaborada por Trotsky ao já mencionado *Projeto de Programa* do VI Congresso da IC. Nela seu autor recusa, em primeiro lugar, a apropriação abstrata, unilateral e incompleta da “lei do desenvolvimento desigual” realizada pela “fração stalinista”, como meio para enquadrá-la na teoria do socialismo nacional.

Para Trotsky (2020), a acepção exata — se se quiser, multilateral — da lei abarcaria o caráter *desigual, convulsivo (aos saltos) e interdependente* do capitalismo⁸, da constituição de seus complexos, da evolução das formações nacionais inerentes ao sistema; o que, acrescente-se, se expressaria no caráter desigual e não coordenado, mas também inter-relacionado, da revolução socialista entre os diversos países. Assim assumida, a “lei do desenvolvimento desigual” passava a ser reconhecida explicitamente, pelo próprio Trotsky, como uma das teses fundamentais contidas na “teoria da revolução permanente” desde sua origem. Ele declara isso no livro *A Internacional Comunista depois de Lenin* (Trotsky, 2020, p. 109, p. 207), e reafirma em *A revolução permanente* (Trotsky, 2007, p. 41, p. 165).

Esse aparelho conceitual, quase que imediatamente, passaria, entretanto, por mais um acréscimo e desenvolvimento. No prefácio à edição francesa de *A revolução permanente*, datado de março de 1930, seu autor insistia que a “lei do desenvolvimento desigual do capitalismo” encontrava-se precisamente na base da “teoria da revolução permanente”, em cuja postulação residia, ademais, o prognóstico do cataclismo de outubro de 1917 na Rússia (Trotsky, 2007, p. 41–42). Porém, no capítulo de abertura da primeira parte da *História da Revolução Russa* (Trotsky, 2017a) — que tem seu prefácio assinado em novembro de 1930 — um novo enunciado vem à luz, agregando-se aos anteriores: a “lei do desenvolvimento combinado”. O conjunto do estudo seminal sobre a Revolução Russa ocorre durante o exílio em Prinkipo (Turquia): em novembro de 1929, Trotsky remete à sua tradutora na Alemanha, Alexandra Ramm, uma primeira sinopse da obra; em junho de 1932, envia-lhe o apêndice que encerrava o terceiro volume (Deutscher, 1971).

⁸ Trotsky (2020, p. 95) eleva as conclusões a um nível ainda mais abrangente de generalização, ao declarar preliminarmente: “Em primeiro lugar, seria mais justo dizer que toda a história da humanidade ocorre sob o signo do desenvolvimento desigual.”

O seguinte ocorre no capítulo I *Peculiaridades do desenvolvimento da Rússia*, do primeiro tomo de *História da Revolução Russa*: (I) as formulações que englobavam o tema do desenvolvimento desigual são depuradas através da sua colocação na forma de duas leis históricas interligadas, a primeira (lei do desenvolvimento desigual) estabelecendo os pressupostos necessários dos quais derivava a segunda (lei do desenvolvimento combinado);⁹ (II) o caráter de universalização e generalização dessas leis é realçado; e (III) a nova lei assim nominada (lei do desenvolvimento combinado) — sempre pressuposta a sua derivação da lei do desenvolvimento desigual — é a que assume a frente como premissa, por suposto mais rica e completa, para definir o que sintetizaria um dos fundamentos da “teoria da revolução permanente” e, por isso, uma das chaves para desvendar a história da Rússia (e, nela, o enigma da Revolução de Outubro), assim como para conhecer a história de qualquer outro país retardatário. É relevante acompanhar as palavras do autor na passagem em que realiza esse procedimento decisivo:

As leis da História não têm nada em comum com o esquematismo pedantesco. O desenvolvimento desigual, que é a lei mais geral do processo histórico, não se revela em nenhuma parte, com maior evidência e complexidade do que no destino dos países atrasados. Açoitados pelo chicote das necessidades materiais, os países atrasados se veem obrigados a avançar aos saltos. Dessa lei universal do desenvolvimento desigual da cultura, decorre outra que, por falta de nome mais adequado, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado, aludindo à aproximação das distintas etapas do caminho e à confusão de distintas fases, ao amálgama de formas arcaicas e modernas. Sem essa lei, tomada, naturalmente, na integridade de seu conteúdo material, seria impossível compreender a história da Rússia ou a de outro país de avanço cultural atrasado, seja em segundo, terceiro ou décimo grau (Trotsky, 2017a, p. 22).¹⁰

Dáí por diante, ao longo do livro, como dissemos, é a “lei do desenvolvimento combinado” que toma a vez. Assim aparece novamente, em certa altura: “Como já dissemos, é precisamente no campo da economia que se manifesta com seu máximo relevo a lei do desenvolvimento combinado” (Trotsky, 2017a, p. 26). Em outro extrato:

Que os soviets, podemos lembrar aqui, não são uma mera cria do atraso histórico da Rússia, mas fruto da lei do desenvolvimento social combinado, é demonstrado pelo fato de o proletariado do país mais industrial do mundo, a Alemanha, não ter encontrado na época de sua maré revolucionária – 1918-1919 – melhor forma de organização que os soviets (Trotsky, 2017a, p. 30).

⁹ Sobre esse aspecto, parece que Trotsky passa a considerar mais oportuno precisar melhor a relação histórica que se estabelece entre as dimensões contidas na noção que antes vinha adotando do desenvolvimento desigual, convulsivo e interdependente: relacionando o caráter desigual e convulsivo ao conteúdo da “lei do desenvolvimento desigual”; e a interdependência e o entrelaçamento que se estabelecem entre a variedade dos aspectos constitutivos do desenvolvimento desigual à “lei do desenvolvimento combinado”.

¹⁰ Sobre o capítulo do livro em que se inclui essa passagem, Deutscher (1971, p. 216–217) observa: “Trotsky nos introduz ao cenário de 1917 com um capítulo, ‘Particularidades do desenvolvimento da Rússia’, que situa os acontecimentos em uma profunda perspectiva histórica; e neste capítulo o leitor reconhece de imediato uma versão enriquecida e madura de sua primeira exposição da Revolução Permanente, feita em 1906.” Alguns dos elementos novos, que colaboram para configurar esse amadurecimento, são justamente as proposições da “lei do desenvolvimento desigual”, que já vinha sendo assimilada durante a segunda metade dos anos 1920, e a “lei do desenvolvimento combinado”, que aparece aí como ineditismo.

Na sequência:

A revolução de 1917 perseguia como fim imediato a derrubada da monarquia burocrática, mas, diferentemente das velhas revoluções burguesas, a força decisiva agora era uma nova classe formada nos grandes centros industriais e equipada com uma nova organização e novos métodos de luta. A lei do desenvolvimento social combinado emerge aqui em sua última expressão: a revolução começa derrubando toda a podridão medieval e, no curso de poucos meses, leva ao poder o proletariado e o partido comunista (Trotsky, 2017a, p. 30).

Novamente nesse ponto: “A lei do desenvolvimento combinado dos países atrasados — no sentido de uma peculiar mistura de elementos retrógrados com os fatores mais modernos — surge aqui ante nós em sua forma mais acabada e oferece uma chave para o enigma mais importante da Revolução Russa” (Trotsky, 2017a, p. 67). No Apêndice II do último tomo da obra, provavelmente redigido em 1932:

Atribuímos a Revolução de Outubro, em última análise, não ao fato do atraso da Rússia, mas a lei do desenvolvimento combinado. A dialética histórica não reconhece nem o atraso simples nem o progresso quimicamente puro. Trata-se de uma questão das relações concretas. A história atual da humanidade está cheia de ‘paradoxos’, não tão colossais como a ascensão de uma ditadura proletária em um país atrasado, mas de um tipo histórico similar (Trotsky, 2017a, p. 1198).

Algumas variações da fórmula são verificadas nessa obra ou em textos subsequentes, tais como “lei do desenvolvimento social combinado”, “formação social combinada”, “caráter combinado” do desenvolvimento. Em *A revolução traída*, de 1936, a lei volta a figurar na abertura do primeiro capítulo,¹¹ como uma espécie de resenha da explicação contida em *História da Revolução Russa*, e conectada a argumentação que está no cerne da “teoria da revolução permanente”:

A insignificância da burguesia russa fez com que os objetivos democráticos da Rússia retardatária, tais como a liquidação da monarquia e da servidão dos camponeses, só pudessem ser alcançados pela ditadura do proletariado. Mas tendo conquistado o poder à custa das massas camponesas, o proletariado não pôde limitar-se a tarefas democráticas. A revolução burguesa confundiu-se imediatamente com a primeira fase da revolução socialista, o que não aconteceu por causas fortuitas. A história dos últimos decênios atesta com uma força particular que, nas condições da decadência do capitalismo, os países atrasados, não poderão atingir o nível das velhas metrópoles do capital. Os civilizadores, presos num beco sem saída, barram o caminho aos que se civilizam. A Rússia entrou na via da revolução proletária, não porque a sua economia fosse a mais madura para a transformação socialista, mas porque essa economia já não podia se desenvolver em bases capitalistas. A socialização dos meios de produção tornou-se a condição necessária prévia para retirar o país da barbárie: esta é a *lei do desenvolvimento combinado* dos países atrasados (Trotsky, 2005, p. 43).

¹¹ A “lei do desenvolvimento combinado” também figura no apêndice desse livro, intitulado *Socialismo num só país*. Aparece colocada como complementação da “lei do desenvolvimento desigual”. Nesse apêndice, em ligeiras passagens, Trotsky volta se referir pontualmente a “lei do desenvolvimento desigual” nos termos que usava antes da *História da Revolução Russa*, como uma aceção que bastava em si mesma para determinar o caráter desigual, convulsivo e interdependente do desenvolvimento, mas apenas nos pontos em que recoloca a crítica ao uso mutilado dessa lei por parte de Stalin.

Em 1939, ao escrever o texto *Três concepções da Revolução Russa*¹², a variante “formação social combinada” é a que comparece, enquanto expõe as mesmas ideias:

O que caracteriza em primeiro lugar o desenvolvimento da Rússia é o atraso. O atraso histórico, no entanto, não significa a mera reprodução do desenvolvimento dos países avançados apenas com a demora de um ou dois séculos. Ele engendra uma formação social combinada totalmente nova, na qual as conquistas mais recentes da técnica e da estrutura capitalista entrelaçam-se com relações próprias da barbárie feudal e pré-feudal, transformando-as, submetendo-as e criando uma relação peculiar entre as classes. A mesma coisa se aplica no terreno das ideias. Precisamente por causa do seu atraso histórico, a Rússia foi o único país europeu no qual o marxismo como doutrina e a social-democracia como partido alcançaram antes da revolução burguesa um poderoso desenvolvimento. É natural então que precisamente na Rússia tenha sido submetido à mais profunda análise teórica o problema da relação entre a luta pela democracia e a luta pelo socialismo.

Antes disso, no *Programa de Transição* (1936), assim o enunciado ficou fixado e generalizado para guiar as palavras-de ordem, as reivindicações transitórias e as tarefas da revolução nos países coloniais e semicoloniais:

Os países coloniais e semicoloniais são, por sua própria natureza (essência), países atrasados. Mas esses países atrasados vivem em condições de domínio mundial do imperialismo. É por isso que seu desenvolvimento tem um caráter combinado: reúne em si as formas econômicas mais primitivas e a última palavra da técnica e da civilização capitalista (Trotsky, 2017b, p. 80–81).

Daí decorre que a política do proletariado, inserido nessa realidade, precisaria “[...] combinar a luta pelas tarefas mais elementares da independência nacional e da democracia burguesa com a luta socialista contra o imperialismo mundial” (Trotsky, 2017b, p. 80–81).

Em suma, essas são as sentenças a que chega finalmente Trotsky no aperfeiçoamento do aparato teórico que buscava forjar para circunscrever o cerne das teses fundamentais da “teoria da revolução permanente”. Elas manifestam fórmulas conceituais para se apoderar de elementos constitutivos da concepção dialética da história e das lutas de classes, desde Marx e Engels inscritas no pensamento e ação do movimento socialista revolucionário.

As diferentes nuances teóricas de Novack e Trotsky

A chamada “lei do desenvolvimento desigual e combinado”, por sua vez, remete a uma reconstrução terminológica resultante de uma “fusão” conceitual que tem origem nos escritos do trotskista norte-americano George Novack¹³ elaborados no final dos anos 1950. Mais precisamente, conforme Linden (2007), o referido autor havia publicado, em 1957, um ensaio em duas partes na *Labor Review*, no qual operava a junção terminológica que levou à fórmula conceitual da “lei do desenvolvimento desigual e combinado”, além de desdobrar, naquela ocasião, a generalização dessa lei, com uma multiplicidade de

¹² Texto publicado no livro *La teoría de la revolución permanente (Compilación)* (Trotsky, 2005), também apareceu como artigo em *Quarta Internacional*, de novembro de 1942. Em outra tradução aparece como apêndice à biografia de Stalin escrita por Trotsky.

¹³ Cujos textos, em muitos casos, saíram assinados pelo pseudônimo de William F. Warde, frequentemente usado por ele em seus trabalhos partidários.

implicações. Uma construção teórica que acabou por resultar num rearranjo formal dos termos com os quais trabalhava Trotsky. Diz Novack (1988, p. 9) em seu ensaio:¹⁴

A lei do desenvolvimento desigual e combinado é uma lei científica da mais ampla aplicação no processo histórico. Tem um caráter dual ou, melhor dizendo, é *uma fusão de duas leis intimamente relacionadas*. O seu primeiro aspecto se refere às distintas proporções no crescimento da vida social. O segundo, à correlação concreta destes fatores desigualmente desenvolvidos no processo histórico.

As “duas leis intimamente relacionadas” são aquelas enunciadas a partir de Lenin e das elaborações seguintes de Trotsky: a “lei do desenvolvimento desigual” e a “lei do desenvolvimento combinado”. A *fusão* entre ambas é da lavra de Novack: a “lei do desenvolvimento desigual e combinado”.¹⁵ Mas ao acabar de anunciar sua própria conceituação, esse autor passa a associá-la à Trotsky. Na seção do texto intitulada *O Formulador da Lei*, assevera:

Este processo está totalmente explicado por Trotsky em sua “História da Revolução Russa”. A própria revolução russa foi o exemplo mais claro do desenvolvimento desigual e combinado na história moderna. Em sua análise clássica deste acontecimento, Trotsky deu ao movimento marxista a primeira formulação explícita da lei (Novack, 1988, p. 13–14).

De acordo com o autor dessas linhas, tal lei seria justamente a “lei do desenvolvimento desigual e combinado”. Assim arremata explicitamente:

Trotsky, como teórico, é, célebre sobretudo pela formulação da teoria da Revolução Permanente. Contudo, sua exposição da lei do desenvolvimento desigual e combinado poderia ser comparada àquela em importância. Trotsky não só deu nome a essa lei, como também foi o primeiro que a expôs em seu pleno significado e lhe deu expressão acabada (Novack, 1988, p. 14).

Verificamos antes que efetivamente esse não foi o resultado conceitual a que chega Trotsky. Do ponto de vista interpretativo e analítico, a proposição da “lei do desenvolvimento desigual e combinado”, que na verdade decorre do próprio Novack, sugere uma compreensão algébrica da relação entre as duas leis. Como se ambas carecessem ser *somadas* para assim poder contemplar os intrincados e multifacetados processos do desenvolvimento histórico. Mas a relação entre elas — reproduzindo

¹⁴ O ensaio da *Labor Review* foi editado, agregando-se a outros textos escritos por Novack entre as décadas de 1950-1960, no livro *Understanding History*. O extrato mais geral da parte do livro dedicada ao tema do desenvolvimento desigual e combinado foi editado no Brasil, pela primeira vez, em 1988, com o título *A lei do desenvolvimento desigual e combinado na sociedade* (Novack, 1988). Nessa publicação brasileira, ficou de fora um segmento, da mesma parte do livro originário, abordando as desproporções no desenvolvimento norte-americano e um apêndice com outros comentários históricos e metodológicos gerais – sobre isso, ver Novack (1975).

¹⁵ Ao que parece, até os idos de 1957, Novack não trabalhava com esse enunciado. Os temas decorrentes da perspectiva dialética apareciam sobretudo ligados às suas reflexões sobre a formação do capitalismo nos Estados Unidos. Em mais de 70 textos que publicou entre 1934-1956, a única vez que cita explicitamente uma fórmula relacionada ao tema, coloca-a como “lei do desenvolvimento combinado”. Ao abordar a escravidão negra na América do Norte num artigo do *The New Internationalist* de outubro de 1939, assim se expressa: “Esta reversão da sociedade nascente do Novo Mundo para uma das instituições sociais mais antiquadas do Velho Mundo, a sua longevidade e a sua tenacidade, fazem da escravatura de bens móveis o exemplo mais conspícuo da lei do desenvolvimento combinado na história americana.” Um mapeamento e acesso bastante amplo da produção de Novack pode ser encontrado em <https://www.marxists.org/archive/novack/>

intelectivamente, a realidade concreta — é *dialética*.¹⁶ Em Trotsky, a “lei do desenvolvimento combinado” conserva, ao mesmo tempo em que transcende, a “lei do desenvolvimento desigual”, ao buscar circunscrever determinações e relações historicamente mais ricas no seu entrelaçamento de desigualdades e desproporções. Confrontada com esse modo de conceber tal relação, a proposição da “lei do desenvolvimento desigual e combinado” comporta algo de redundante e confuso. As vantagens de uma tentativa de tradução acessível de conhecimentos científicos, presente no ensaio de Novack, e que podem ser salutares em muitas circunstâncias, se atrofiam com essa truncagem da compreensão dialética da relação entre os instrumentos teóricos que busca transmitir e aprofundar.

Do ponto de vista dos fundamentos teóricos, essa abordagem induz a uma imprecisão terminológica e lógica, ao sustentar que Trotsky tenha concebido uma “lei do desenvolvimento desigual e combinado” fundindo outras duas leis existentes afetas a certos aspectos da vida social, quando o que o referido autor fez foi criar a “lei do desenvolvimento combinado” pressupondo a vigência da “lei do desenvolvimento desigual”, sem operar qualquer fusão. Também, a angulação mais generalizante dada por Novack, que alarga e direciona a aplicação da “lei do desenvolvimento desigual e combinado” para vida social em geral e para fenômenos da natureza, esmaece as problemáticas históricas e políticas que se encontravam no cerne das preocupações de Trotsky ao se debruçar sobre esse tema, ou seja: o desvelamento da história da Revolução Russa, o avanço da luta em torno de uma direção revolucionária para o movimento comunista e a defesa de sua natureza internacionalista.

Possivelmente a forma de encarar a relação entre as duas leis fique comprometida em Novack pela tentativa de projetá-las num grau de generalização de amplo alcance, estendendo-as a temas e níveis da realidade que Trotsky não havia desbravado.¹⁷ É através de algumas intervenções ensaísticas (ou de polêmica) dedicadas à divulgação e aprofundamento de premissas lógicas e históricas intrínsecas à “lei do desenvolvimento desigual e combinado” que se encontra o principal de Novack sobre o tema. As elaborações de maior interesse, nesse âmbito, foram reunidas no livro *Understanding History*, no qual se encontra uma seção dedicada à questão do “desenvolvimento desigual e combinado na história”.

Nela, por meio de uma exposição ensaística, sem amplas digressões conceituais ou remissão minuciosa a fontes bibliográficas, o autor se propõe a “[...] dar uma explicação compreensível e coerente de uma das leis fundamentais da história humana, a lei do desenvolvimento desigual e combinado.” Trata, para tanto, de demonstrar “[...] o que é esta lei, como funcionou nas principais etapas da história e também como pode clarificar

¹⁶ Trata-se de uma relação similar à que existe em *O capital* de Marx entre a lei do valor e a lei geral da acumulação capitalista; ou entre àquela e a lei tendencial da queda da taxa de lucros.

¹⁷ Por intermédio dessa busca por fornecer uma explicação sobre a chamada “lei do desenvolvimento desigual e combinado”, o que Novack passa a explorar, inclusive com interessantes apontamentos, é a aplicação da dialética para o estudo da evolução na natureza e da história humana, evocando nuances em torno desse assunto sugeridas pelas problemáticas intrínsecas às leis do desenvolvimento desigual e do desenvolvimento combinado. Várias digressões dessa ordem têm que ser feitas abstraindo essas leis do enquadramento que lhes colocavam o sentido histórico concreto para Trotsky: a teoria da revolução permanente.

alguns dos mais importantes fenômenos sociais e problemas políticos de nossa época” (Novack, 1988, p. 9). Além do que já foi dito, note-se que esse autor se coloca a explorar descobertas científicas de diversos ramos do conhecimento que revelariam a validade da “lei do desenvolvimento desigual e combinado” para os processos de evolução ocorrentes na natureza e nas formas sociais desde seus estágios mais primitivos. Quanto a isso, trata-se de uma alternativa analítica possível, ao menos parcialmente, se se consideram episódicas sentenças esboçadas por Trotsky, nomeadamente naquelas em que chega a reconhecer a “desigualdade da evolução” como a lei mais elementar da dialética da natureza e da sociedade.¹⁸

Mas não era para esse curso de pensamento que se dirigiam as principais preocupações intelectuais de Trotsky quando voltava sua atenção para o tema. Não lhe interessava colocar os postulados científicos com a finalidade de construir um tratado geral. Diferente disso, buscava explicitar os supostos científicos sem os quais seria impossível desvendar a *história da Rússia, em especial o enigma da Revolução de Outubro e seu destino*. Na maioria dos extratos de sua obra onde esses temas são suscitados, a reflexão aparece particularizada, social e historicamente, em torno dos problemas e resultantes concretos do desenvolvimento e da formação social dos países retardatários no curso da universalização das relações capitalistas; delimitando-se, nesse espectro, o problema do desenvolvimento e da formação social da Rússia que possibilitaram a Revolução de Outubro.

Aparecem normalmente concretizados segundo os seguintes problemas objetivos: os particulares desenvolvimento e caráter da formação social das “nações atrasadas” (coloniais e semicoloniais) frente à evolução e domínio capitalista das “nações avançadas”.¹⁹ Para o socialismo revolucionário na Rússia, era através da solução correta desses problemas que se poderia determinar a natureza das tarefas revolucionárias, e as forças sociais que as sustentariam, no curso da luta pela superação do atraso histórico russo nos quadros do imperialismo, quando o avanço do capitalismo no país, sob o cerco das forças externas, o levava a saltar etapas no desenvolvimento ao mesmo tempo em que forçava a combinação desses mesmos avanços com relações próprias do pré-capitalismo.

São três as vias principais através das quais a herança teórico-política de Trotsky acaba por proporcionar uma aproximação crucial e um canal estratégico de acesso às diferentes dimensões e determinações, além dos variados desdobramentos, que envolvem essas problemáticas em torno do desenvolvimento histórico: 1º) na medida em que oferece alguns importantes empreendimentos de análise histórica alicerçados no conhecimento dessa dialética concreta — e, dadas as determinações políticas sempre em jogo na construção desses estudos, os conhecimentos alcançados inevitavelmente se manifestam, ainda, nas formulações programáticas decorrentes, que também constituem parte da

¹⁸ Isso se verifica, por exemplo, quando, ao refutar a interpretação de Stalin, Trotsky (2017a, p. 1227) alega que Marx não teria ignorado a “desigualdade da evolução”, ou seja, a “lei mais elementar da dialética da natureza, assim como na sociedade.”

¹⁹ Inobstante essa ênfase no enquadramento do desenvolvimento desigual entre países, o próprio Trotsky (2007, p. 181) reconhece, em *A revolução permanente*, que a lei manifesta “[...] sua força tanto nas relações entre países quanto na correlação das diferentes séries de fenômenos dentro de um mesmo país.” Em outro texto, aponta para sua manifestação não só entre diversos Estados, mas entre continentes (Trotsky, 2020, p. 92).

referida obra; 2º) na proporção em que, no curso de tais empreendimentos teórico-políticos, seu autor se dedica à afirmação e sistematização científica da dialética do desenvolvimento²⁰ — seja forjando sínteses na forma de leis científicas, seja constatando e localizando o núcleo desse conhecimento na herança teórico-política de Marx, Engels e Lenin; e 3º) ao longo das lutas e polêmicas teóricas e programáticas com o stalinismo, na medida em que evidencia e refuta as adulterações das quais foram objeto tais conhecimentos, desvelando as orientações políticas regressivas implicadas nessas adulterações.

Tomada segundo esse conjunto de ricas elaborações, a “lei do desenvolvimento desigual” indica a multiplicidade e disparidade de arranjos, vias e ritmos através dos quais os diferentes países retardatários realizavam a assimilação das formas mais avançadas de desenvolvimento das forças produtivas. Em face das conquistas da técnica e da estrutura capitalista, tal raciocínio levava a negar qualquer esquema abstrato, rígido e pré-concebido de etapas evolutivas, a recusar a repetição mecânica das formas evolutivas ou etapas nas distintas nações; o postulado possibilitava conceber, portanto, a existência de saltos sobre etapas intermediárias, aceleração de ritmos históricos no desenvolvimento ou mesmo o estancamento moroso em algum nível mais primitivo na trajetória dos países na assimilação das conquistas do desenvolvimento das forças produtivas.

Partindo dessa premissa, Trotsky projeta outra, que fixa através da “lei do desenvolvimento combinado”. Por sua vez, essa lei informa a tendência das nações retardatárias de — sob a base do desenvolvimento desigual — amalgamar forçosamente formas arcaicas e modernas, confundir e combinar distintas fases do processo histórico, aproximar diferentes etapas desse processo, evidenciando o caráter contraditório da assimilação em curso, com suas correspondências nas superestruturas políticas e ideológicas. Advirta-se mais uma vez que, malgrado o enquadramento concreto dessas legalidades nas particularidades do desenvolvimento e da formação dos referidos países, a regência das tendências é estendida para além desse raio. Trotsky (2017a, p. 1199) igualmente assinala, tomando uma mirada geral e abstrata, que a “[...] dialética histórica não reconhece nem o atraso simples nem o progresso quimicamente puro.”

Mas a particularização histórica e social, enquadrada nos termos da problemática do desenvolvimento dos países coloniais ou semicoloniais, revela um enorme potencial de desvendamento e depuração das dimensões e implicações históricas contidas na dialética do desenvolvimento. Isso porque o capitalismo se projeta, como nenhum modo de produção anterior, no sentido de universalização e dominação mundial das forças produtivas e relações de produção que lhes são próprias. Um tal movimento voltado à expansão, e sob o ímpeto da reprodução ampliada²¹, exige que esse modo de produção lance seu domínio contraditório sob a grande variedade de graus de desenvolvimento alcançada pelas diferentes partes da humanidade que encontra em seu caminho. A

²⁰ Referimo-nos, com essa expressão, à concepção marxista dialética do desenvolvimento histórico, que permite a análise das formações sociais segundo a unidade entre estrutura e superestrutura, movidas pela dinâmica de suas contradições internas, atravessadas por desigualdades e interdependências entre seus complexos e determinações constitutivos, inscritos numa totalidade complexa.

²¹ Em *O capital* de Marx, no processo de reprodução ampliada, parte da mais-valia extraída do trabalho excedente é convertida em novo capital e reinvestida no processo de exploração, expandindo a produção, a acumulação capitalista e as contradições que lhes são inerentes.

natureza inerentemente contraditória e anárquica do capitalismo resulta em que se choquem: I) a tendência de equiparação de níveis econômicos e culturais direcionada para uma nivelção relativa, que envolve a possibilidade de saltos por cima de etapas e aceleração de ritmos na evolução econômica e cultural; e II) a imposição e acentuação de formas de desenvolvimento desigual, que supõem, desde a oposição entre países e ramos de produção, a possibilidade de combinações entre etapas e níveis de desenvolvimento, e, até mesmo, o estancamento demorado em algum desses níveis.

Verifica-se a conjugação dessas duas tendências fundamentais e contraditórias, de nivelamento e desigualdade, como consequência da própria natureza do capitalismo e como base do entrelaçamento vivo do processo histórico. Duas tendências levadas ao extremo na época imperialista, e que encontram suas formas mais definidas de expressão no destino dos países coloniais ou semicoloniais.²² Na Europa, no início do século XX, era especialmente na Rússia, sob o cerco imperialista, e em estado de expansão revolucionária, que tais tendências adquiriam os contornos mais nítidos e explosivos. Ali se encontrou o mais avançado laboratório para o socialismo revolucionário se apoderar teórica e politicamente das plenas dimensões e consequências dessa dialética.

O esforço teórico dedicado ao domínio da dialética histórica na integralidade de suas manifestações e tendências, concretas e particulares, correspondia, para o autor em tela, à necessidade de realização de um estudo sério e sistemático da originalidade de cada país pelos comunistas. A análise pormenorizada dessa originalidade, do entrelaçamento real das diferentes etapas do desenvolvimento histórico, deveria constituir a base indispensável para um sistema de reivindicações e ações correto e apropriado, assim como para um adequado programa de luta pela influência das massas operárias e camponesas. Apenas com um programa assim compreendido, cada partido comunista poderia empenhar-se, com êxito, na luta efetiva contra a burguesia e seus representantes políticos e ideológicos, conquistando a maioria da classe operária e dos demais explorados (Trotsky, 2007). A aplicação teórica da “lei do desenvolvimento combinado” adquiria sua inteira atualidade e relevância histórica no bojo da “teoria da revolução permanente”, com as implicações táticas e programáticas necessárias em cada caso.

Considerações finais

A concepção dialética do desenvolvimento histórico e da luta entre as forças fundamentais que constituem o motor desse mesmo desenvolvimento é uma das fontes do pensamento socialista revolucionário vinculado a Marx e Engels, apropriada na sua concreticidade e moldada no curso das lutas do movimento operário, enquanto era temperada na forja de toda uma época revolucionária. Sob a base dessa concepção global, de acordo com a

²² Veja-se como Trotsky desenvolve essa argumentação em 1928, no livro *A Internacional Comunista depois de Lenin – Stalin, o grande organizador de derrotas* (Trotsky, 2020, p. 94–97). No livro terceiro de *O capital*, ao tratar do curso histórico da expansão do mercado mundial, Marx (1985–1986, p. 250) então observava como o domínio econômico e político direto da Inglaterra sob a Índia fazia saltar as pequenas comunidades econômicas existentes, baseadas na propriedade comum do solo; ao passo que a penetração do comércio inglês na Rússia deixava intocada a base econômica da produção asiática. Em *Anti-Dühring*, Engels (2015, p. 326–328, p. 330–332) também observa como o caráter capitalista da produção promove desproporções na distribuição da indústria pelo território por onde avança; desproporções em cuja base se encontra a divisão e oposição entre cidade e campo.

necessidade mesma de depurá-la e circunscrever aspectos particulares que lhes são constitutivos e derivados, seguiu-se a projeção de enunciados que adquiriram o caráter de leis e fórmulas teóricas próprias. Tais enunciados respondiam historicamente às exigências do próprio amadurecimento do proletariado como uma força política e teórica independente, e à necessidade de desvencilhar a direção do seu movimento de influências ideológicas que lhes eram estranhas.

A palavra de ordem da *revolução permanente*, desfraldada por Marx e Engels em 1850 na *Mensagem da Direção Central à Liga dos Comunistas*; a *desigualdade da evolução econômica e política* proclamada como uma lei absoluta do capitalismo, na intervenção de Lenin em 1915; a elaboração de Marx e Engels desenvolvida por Trotsky na forma da “teoria da revolução permanente”, a partir de 1905²³; o mesmo Trotsky, desde meados dos anos 1920, reconhecendo em Lenin a sentença da “lei do desenvolvimento desigual”, e, ainda, desdobrando dela uma concepção nova através da “lei do desenvolvimento combinado”. Essas são algumas expressões mais evidentes da afirmação, defesa e depuração da concepção dialética a qual nos referimos.

Em diversas ocasiões, Trotsky mesmo é categórico ao afirmar que, não apenas Lenin, mas os próprios Marx e Engels conheciam e aplicavam a chamada “lei do desenvolvimento desigual”, concebida em toda sua integralidade e multilateralidade. (cf. Trotsky, 2005, p. 256–57; 2017a, p. 1197–98, p. 1227, p. 1229; 2020, p. 94–97, p. 109–110, p. 117). Na reconstrução da história dessas ideias, não se pode estabelecer uma causalidade mecânica e linear entre a decretação dos enunciados formais e a assimilação do conteúdo teórico que eles buscam emoldurar.

A assimilação da lógica que lhes é inerente antecede em muito as definições terminológicas. Ter decretado aquela “lei absoluta” da desigualdade da evolução do capitalismo em 1915 não impossibilitou Lenin, em seu estudo de 1899, de se apoderar das desproporções, desigualdades e entrelaçamentos das formas econômicas que regiam a afirmação desse regime social na Rússia no século XIX (Lenin, 1982); ter concebido a “lei do desenvolvimento combinado” apenas pelos idos de 1930 em sua *História da Revolução Russa* (Trotsky, 2017a) não impediu Trotsky, por volta de 1905, de se apoderar das desigualdades, da dependência mútua e do arranjo único dos fatores econômicos e políticos díspares, internos e externos, que determinavam as lutas de classes na Rússia e estabeleciam as linhas fundamentais da “teoria da revolução permanente”, fixadas em *Balanço e Perspectivas* (Trotsky, 2010); teoria essa que o mesmo autor identificou, a partir de finais da década de 1920, como baseada precisamente na “lei do desenvolvimento combinado”, delineada vinte e cinco anos depois de *Balanço e Perspectivas*. Essa espécie de tributo retroativo que as fórmulas conceituais pagam à razão do pensamento socialista revolucionário se estendem mesmo até Marx e Engels. Os fios que os unem em torno das mesmas premissas são dados pela correta apreensão da *dialética crítica e revolucionária*.

²³ Em *A revolução permanente* de 1929 (Trotsky, 2005), o autor identifica a formulação originária da ideia nos comunistas de meados do século XIX e, nomeadamente, na concepção de Marx. Um mapeamento das ideias em torno do tema da revolução permanente nos escritos de Marx (e Engels) pode ser encontrado em Löwy (2010).

Referências

DEUTSCHER, I. **El Profeta Desterrado, 1929-1940**. 2. ed. México D. F.: Ediciones Era, 1971.

ENGELS, F. **Anti-Dühring**: A revolução científica segundo o senhor Eugen Dühring. São Paulo: Boitempo, 2015.

LENIN, V. I. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**: ensaio popular. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LENIN, V. I. **Obras completas**. Tomo 44. Junio 1921 – Marzo 1922. Editorial Progreso: Moscou, 1987. (Traducción al español)

LENIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo, Abril Cultural, 1982. (Os economistas)

LINDEN, M. van der. The “law” of uneven and combined development: some underdeveloped thoughts. **Historical Materialism**, v. 15, n. 1, p. 145-166, 2007. DOI: 10.1163/156920607X171627. Disponível em: https://davidostewart.com/wp-content/uploads/2014/11/the_law_of_uneven_and_combined_development_some_underdeveloped_thoughts.pdf. Acesso em: 23 mar. 2026.

LÖWY, M. Prefácio. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Lutas de classes na Alemanha**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 9–22.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro III: o processo global da produção capitalista (Tomo 1). São Paulo: Nova Cultural, 1985–1986. (Os economistas)

MARX, K.; ENGELS, F. **Lutas de classes na Alemanha**. São Paulo: Boitempo, 2010.

NOVACK, G. **Desenvolvimento desigual e combinado da sociedade**. São Paulo: Rabisco Criação e Propaganda Ltda., 1988.

NOVACK, G. **Understanding History**. Chippendale (Australia): Resistance Books, 2002. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/novack/works/history/index.htm>. Acesso em: 06 jul. 2022.

TROTSKY, L. **A Internacional Comunista depois de Lenin**: Stalin, o grande organizador de derrotas. São Paulo: Associação Operário Olavo Hansen, 2020.

TROTSKY, L. **A revolução permanente**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

TROTSKY, L. **A revolução traída**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005.

TROTSKY, L. Balanço e perspectivas. In: TROTSKY, L. **A teoria da revolução permanente**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2010. p. 25–130.

TROTSKY, L. **História da Revolução Russa**. 2. ed. São Paulo, Sundermann, 2017a (Tomo I e II).

TROTSKY, L. **Programa de transição para a revolução socialista**: a agonia mortal do capitalismo e as tarefas da IV Internacional. Traduzido por Ana Beatriz da Costa Moreira. São Paulo: Sundermann, 2017b.

TROTSKY, L. Tres concepciones de la Revolución Rusa. In: TROTSKY, Leon. **Teoría de la revolución permanente (compilación)**. 2. ed. Buenos Aires: Ediciones CEIP, 2000. Disponível em: <https://ceip.org.ar/Teoria-de-la-revolucion-permanente-compilacion>. Acesso em: 27 mar. 2021.

Submetido em: 20/10/2025

Revisto em: 5/1/2026

Aceito em: 7/1/2026



O Serviço Social em cena: trabalho e formação profissional na sociabilidade brasileira

Social Work on Stage: Work and professional training in Brazilian sociability

Wagner Souza da Encarnação*

 <https://orcid.org/0000-0001-6610-1101>

Danielle Viana Lugo Pereira**

 <https://orcid.org/0000-0001-5329-0791>

Andrea Alice Rodrigues Silva***

 <https://orcid.org/0000-0002-5618-4975>

RESUMO

O artigo em tela é resultado parcial da dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba¹. Tem como objetivo discutir o trabalho do assistente social e sua centralidade com o projeto ético-político da profissão na sociabilidade brasileira. A pesquisa é de abordagem qualitativa, fruto da revisão da literatura e análise documental, fundamentada pelo materialismo histórico-dialético. Destaca-se o salto qualitativo prático-científico do Serviço Social alinhado à teoria social crítica marxiana e da tradição marxista, para análise e compreensão da sociabilidade capitalista brasileira e suas nuances, assumido o compromisso junto à classe trabalhadora atendendo suas necessidades, respeitando suas pluralidades e particularidades presentes.

PALAVRAS-CHAVE

Serviço Social; Projeto Ético-político; Sociabilidade.

ABSTRACT

This paper presents partial results of the dissertation submitted to the Graduate Program in Social Work at the Federal University of Paraíba. Its main objective is to discuss the practice of the social worker and its

*Assistente Social. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, João Pessoa, Brasil). E-mail: wagnerencarnacao.seso@gmail.com

**Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil). Docente na Universidade Federal da Paraíba (UFPB, João Pessoa, Brasil). E-mail: danielle.lugo@academico.ufpb.br

***Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, Recife, Brasil). Docente na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB, Cachoeira, Brasil). E-mail: andraalice@ufrb.edu.br

¹ Pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

DOI 10.22422/temporalis.2026v26n51p261-275



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2026 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

centrality within the profession's ethical-political project in Brazilian social relations. The research employs a qualitative approach, resulting from a literature review and documentary analysis, grounded in historical-dialectical materialism. The study highlights the practical-scientific qualitative leap of Social Work aligned with critical Marxian social theory and the Marxist tradition, used for the analysis and comprehension of Brazilian capitalist social relations and their nuances, thus fulfilling the commitment to the working class by addressing their needs and respecting their present pluralities and particularities.

KEYWORDS

Social Work; Ethical-Political Project; Sociability.

Introdução

A sociabilidade capitalista é atravessada por profundas desigualdades estruturais, que moldam o processo de produção e reprodução do capital. Nesse sentido, o capital tem a capacidade de regular as relações sociais a partir de sua estrutura e superestrutura² criando mecanismos jurídicos e políticos que determinam as formas sociais, ideológicas e culturais surgidas a partir dessas bases econômicas (Marx, 2008).

Desta maneira, as contradições presentes na sociabilidade aprofundam os efeitos do ideário neoliberal e sua agenda da contrarreforma, que impacta diretamente a classe trabalhadora, incluindo o assistente social, sobretudo, por esse trabalhador atuar majoritariamente nos espaços sócio-ocupacionais das políticas públicas que sofrem profundamente o desfinanciamento das políticas públicas e sociais. Visto que, o assistente social é inserido na trama da produção e reprodução das relações sociais (Iamamoto, 2012) a partir da sua inteligibilidade com a capacidade de investigar e intervir na realidade social, articulando o conhecimento adquirido pelo processo sócio-histórico de formação e consolidação acadêmico-profissional.

Assim, esse artigo tem como fio condutor, a seguinte pergunta de investigação: “como o trabalho do assistente social se insere na sociabilidade brasileira e de que maneira expressa a centralidade do projeto ético-político do Serviço Social?”; e, tem como objetivo: “discutir o trabalho do assistente social na sociabilidade brasileira e a centralidade do projeto ético-político da profissão na sociabilidade brasileira”.

A perspectiva teórico-metodológica adotada é o materialismo histórico dialético, que propõe analisar a sociedade burguesa em sua concretude, considerando o contexto e historicidade do objeto de estudo, alinhada à abordagem qualitativa. Para tal feito, o artigo é fruto da revisão da literatura e análise documental de artigos, livros, teses, do Código de Ética de 1993 (CE 1993); a Lei nº 8.662/1993 de regulamentação da profissão; e das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de 1996.

O desenvolvimento deste artigo é dividido em dois momentos. No primeiro momento é discutido sobre a emergência da profissionalização do Serviço Social, bem como sua base teórico-prática alinhada à teoria social crítica para investigação, análise e interpretação da realidade, compreendendo os atravessamentos presentes na sociabilidade capitalista. No

² Ver mais em: Marx (2008).

segundo momento, apresentamos os documentos que sustentam o projeto ético-político da profissão e seu direcionamento social de forma dinâmica, organizada, flexível e crítica, sempre em consonância com o ideário da emancipação humana.

Dessa maneira, as discussões a seguir pretendem contribuir significativamente para o desenvolvimento e adensamento do debate para o Serviço Social, especialmente quando se trata das determinações que emergem na sociabilidade capitalista, sobretudo na particularidade brasileira.

A emergência da profissionalização do Serviço Social: avanços e rupturas

É datado, historicamente, que o surgimento do Serviço Social como profissão se deu, contraditoriamente, devido à pressão da classe trabalhadora mediante o adensamento das desigualdades sociais, ao mesmo tempo, o Estado requisita o “agente social” para atuar no processo de atenuação da “questão social”, para manter a ordem social capitalista. Marcado pelo “conjunto de processos econômicos, sócio-políticos e teórico-culturais [...]”, que se instaura o espaço histórico-social que possibilita a emergência do Serviço Social como profissão” (Netto, 2011, p. 69), o surgimento do Serviço Social no Brasil ocorreu nos primeiros anos da década de 1930, como mecanismo de preservação do poder hegemônico da classe dominante e controle das lutas sociais dos trabalhadores a favor do capital sob o poder do Estado (Martinelli, 2011).

Desta maneira, o Serviço Social surge como instrumento de controle das funções econômicas e ideológicas, garantindo o controle e a manutenção da ordem social. Martinelli (2011, p. 126) acentua que, “impregnado na estrutura da sociedade burguesa, forjava-se uma perspectiva de prática social moldada a responder às exigências do capitalismo”.

Outra característica do Serviço Social eram suas práticas filantrópicas-conservadoras, associadas aos “bons costumes da Igreja Católica”; posteriormente, de natureza tecnicista e mecanicista, estabeleceu relações políticas com o Estado e com as classes sociais. A profissão avança com o desenvolvimento do movimento de Reconceituação do Serviço Social em alguns países da América Latina (1965–1975), como Brasil, Chile e Argentina, e, também, do movimento de Renovação do Serviço Social brasileiro, como as perspectivas modernizadora, reatualização do conservadorismo e intenção de ruptura com o conservadorismo (Netto, 2015)³.

O movimento de “intenção de ruptura” expressa a “[...] necessidade de romper com o caráter assistencialista e filantrópico constitutivo das protoformas da profissão” (Guerra, 2014, p. 228). Tal movimento emerge no contexto marcado por intensas transformações na conjuntura política, social e econômica, que demandavam o aperfeiçoamento profissional, atribuindo novas atualizações nas formas, métodos, técnicas e instrumentos do trabalho profissional. Essa transformação incorpora determinadas particularidades na direção social do projeto profissional às disputas ideológicas e às mudanças significativas dos instrumentos e técnicas que constituem a essência do Serviço Social (Guerra, 2014).

³ Cf.: Netto (2015).

No entanto, mesmo com os avanços e conquistas do processo sócio-histórico do Serviço Social, parte da sociedade, assim como algumas instituições de trabalho do assistente social, ainda possuem uma imagem distorcida da profissão devido às protoformas do Serviço Social no Brasil, que estão alinhadas às práticas tradicionais e filantrópicas. Desta maneira, Ortiz (2007) salienta a tensão entre os “elementos constituintes da imagem social da profissão, bem como da autoimagem profissional”⁴.

Netto (2011) destaca a relação inegável e contínua entre profissionalização do Serviço Social e as formas filantrópicas e assistenciais. Essa relação expressa sua complexidade no universo ideopolítico e teórico-cultural sob a lente de contato conservadora. Além disso, as ações interventivas do “caritativismo”, associadas ao assistencialismo, com suas orientações subordinadas à lógica do mercado. Marcado pela “emergência da profissionalização do Serviço Social”⁵ para atender às demandas da classe dominante, o assistente social, segundo Netto (2011, p. 72, grifo nosso), “passa a inscrever-se numa relação de **assalariamento** e a significação social do seu fazer passa a ter sentido novo na malha de **reprodução** das relações sociais”.

Com o processo de ruptura das protoformas profissionalizantes, a formação se vincula à dinâmica da “ordem monopólica”, com atribuições e funções decorrentes da divisão social e técnica do trabalho na sociabilidade capitalista. Netto (2011, p. 74) aponta que “[...] a profissionalização do Serviço Social tem sua base nas modalidades através das quais o Estado burguês se enfrenta com a ‘questão social’, tipificadas nas políticas sociais [...]”. Em outras palavras, a base fundante do Serviço Social é o enfrentamento da “questão social” mediada pelas ações Estado, por meio das políticas sociais como procedimentos técnico-operativos do trabalho profissional. Além disso, Netto (2011, p. 74) prossegue: “[...] requer, portanto, agentes técnicos em dois planos: o da formulação e o da implementação”.

Apesar do Serviço Social ter como base as políticas sociais, ele se insere em um terreno de conflitos e disputas (Netto, 2011). Contraditoriamente, a política social apresenta seu dual movimento, de atender às necessidades da classe trabalhadora e, simultaneamente, contribuir para o processo de produção e reprodução do modo de produção capitalista por meio das relações sociais.

Dessa forma, o trabalho do assistente social se vincula a um determinado projeto societário e direção social da profissão, portanto se apresentam projetos em disputa na organização da sociedade e da classe trabalhadora. Nesse sentido, destaca-se a vertente teórico-metodológica situada, historicamente, na teoria social crítica marxiana e da tradição marxista que deu bases para o processo de intenção de ruptura⁶. Outrossim, também é um trabalho socialmente determinado pelas condições objetivas e subjetivas, pois influenciam na direção social da prática profissional. Nesse sentido, Iamamoto e Carvalho (2014) refletem sobre a defasagem entre as condições e os efeitos sociais em que essas duas dimensões podem assumir um caráter conservador na realidade vivida.

⁴ Cf.: Ortiz (2007).

⁵ Cf.: Netto (2011).

⁶ Cf.: Netto (2015).

Iamamoto e Carvalho (2014) destacam que a reprodução das relações sociais não está estritamente ligada aos aspectos econômicos, pois “à reprodução da força viva de trabalho” e dos meios de produção, englobam os elementos substanciais do processo de trabalho e o ultrapassa os limites dessa relação, envolvendo a construção do ser social. Isso inclui a “produção espiritual, isto é, das formas de consciência social: Jurídica, religiosa, artísticas ou filosóficas, através das quais se toma consciência das mudanças ocorridas nas condições materiais de produção” (Iamamoto; Carvalho, 2014, p. 78).

O processo de produção e reprodução do capital molda as relações existentes, criando e apropriando o trabalho excedente, na forma da mais-valia, recriando seus interesses a partir das relações sociais. Concomitantemente, esse processo reproduz e amplia as desigualdades sociais, econômicas e políticas. Essa dinâmica expressa a exploração e reprodução de riquezas pelo trabalhador, contribuindo para a manutenção do trabalho alienado e do “mascaramento ideológico” (Iamamoto; Carvalho, 2014, p. 81).

Assim, compreendemos que o Serviço Social não é hermético às transformações do capital, pois é inserido na divisão social, técnica, sexual e racial do trabalho assalariado, que permeia as condições de trabalho do assistente social a partir das conjunturas históricas e sociais. Diante das relações contraditórias e dialéticas que perpassam o cotidiano profissional, Iamamoto e Carvalho (2014, p. 81, grifo nosso) destacam:

[...] responde tanto a demanda do capital como do trabalhador e só pode fortalecer um ou outro polo pela mediação de seu oposto. **Participa tanto do mecanismo de dominação e exploração** como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da **resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora** e da reprodução de antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história.

O Serviço Social deve compreender o movimento contraditório da requisição do seu trabalho pelo Estado, para poder intervir e responder às demandas da classe trabalhadora, em uma perspectiva de totalidade, considerando as suas múltiplas determinações e possibilidades. No entanto, mesmo com o Movimento de Reconceituação do Serviço Social e as direções da Renovação do Serviço Social brasileiro, a profissão permanece inserida na dicotomia do sistema capitalista e sua relação antagonista do capital versus trabalho, com demanda de ambas as partes.

Mesmo com seu arcabouço teórico-metodológico fundamentado no pluralismo que perpassa a profissão e com seu projeto ético-político respaldado pela teoria social crítica marxiana e pela tradição marxista, esbarra no abismo das contradições sociais, considerando que vivemos sob a lógica do capitalismo, aflorando os limites e desafios profissionais.

O Código de Ética (CE), de 1993, norteia o trabalho profissional do assistente social, assim como as políticas sociais que abrangem o espaço sócio-ocupacional. No entanto, o espaço sócio-ocupacional pode apresentar alguma característica conservadora sob as análises da “questão social”, tratando-a como “problemas sociais”. Essa abordagem, conforme apontado por Moraes (2016), apresenta característica individualista de responsabilização social e moral do sujeito.

No esforço de responder às necessidades sociais derivadas da “prática histórica das classes sociais no ato de produzir e reproduzir os meios de vida e de trabalho de forma socialmente determinada” (Iamamoto; Carvalho, 2014, p. 83), o profissional de Serviço Social se insere nas complexas condições das relações sociais, atribuindo-lhes novos significados para o desenvolvimento de seu trabalho especializado para o enfrentamento da “questão social”. No entanto, na particularidade brasileira, esse enfrentamento ocorre sutilmente devido às condições conjunturais da política e economia de capitalismo tardio e periférico, “com tendência de subordinação e dependência ao mercado mundial” (Behring; Boschetti, 2011, p. 72).

Com o desfinanciamento da política social e a desproteção social da classe trabalhadora, acentuadas na sociedade brasileira, essas condições afetam, principalmente, os grupos identitários historicamente oprimidos, como negros, negras, pobres, gays, travestis, transexuais e, sobretudo, moradores de bairro periféricos (as favelas, os guetos), a população em situação de rua e moradores e trabalhadores rurais, pois os investimentos são direcionados aos setores privados, elevando o grau de exploração e desigualdade social. Desta maneira, o capital modifica as formas de dominação e o posicionamento da classe dominante no gerenciamento da “questão social” por parte do Estado.

Como salientado anteriormente, a “questão social” é central no percurso formativo e interventivo do Serviço Social, que investiga suas diversas manifestações na sociabilidade capitalista marcada por profundas desigualdades constituídas por divergência de gênero, raça e classe social, eixo estruturante da questão social brasileira (Ortiz et al., 2021). Com o efeito e o gerenciamento de suas expressões, o Estado, em seu caráter contraditório, multifacetado e dialético, cria estratégias para sua produção e reprodução deste modelo de sociabilidade. Além disso, o Estado cria instituições jurídicas e sociais para atender às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora.

Com olhar crítico voltado para a totalidade da sociedade burguesa no processo sócio-histórico, o Serviço Social, gradualmente, tem conquistado áreas e campos de atuação profissional. Mesmo com as relações dialéticas e contraditórias, as políticas sociais se destacam como um marco para as possibilidades do trabalho profissional, permitindo avanços do seu projeto ético-político e enfrentamento das expressões da “questão social”.

Além disso, é crucial apreender os diversos modelos de proteção social, moldados pelos fatores históricos que contribuíram para a construção do Estado na sociabilidade capitalista. No contexto brasileiro, marcado pela gênese escravista dos povos de África e massacre dos povos indígenas, essa particularidade tem impactos significativos na formulação e implementação das políticas sociais, que deveriam ser universais e estatais, pautadas na equidade social como forma de combater as desigualdades das relações étnico-raciais, de gênero, classe social, orientação sexual ou outros indicadores sociais, políticos ou econômicos que atravessam a especificidade da classe trabalhadora.

Dessa maneira, o Estado, na sociabilidade burguesa no Brasil, assume uma natureza multifacetada na permeabilidade das contradições sociais e na implementação de políticas sociais. Behring e Boschetti (2011) destacam a relação da política social como forma de proteção social, que se cristaliza pelo Estado e pelas classes. Assim, “as políticas sociais e a

formatação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento — em geral setorializadas e fragmentadas — às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo [...]” (Behring; Boschetti, 2011, p. 51).

Sem dúvidas, a incorporação das políticas sociais em resposta à “questão social” pelo Estado foi fruto da mobilização histórica dos movimentos sociais dos trabalhadores, que reivindicavam melhoria na qualidade de vida e trabalho, pois “ao Estado cabia proteger o direito à vida, à liberdade individual e os direitos de segurança a propriedade [...]” (Behring; Boschetti, 2011, p. 63). Com a luta da classe trabalhadora, o Estado assume uma nova capilaridade na proteção social de enfrentamento à desigualdade social, desemprego, pobreza e a violência. A Constituição Federal (CF) de 1988, com sua expansão dos direitos sociais, promoção da cidadania e busca pela equidade social, estabeleceu os princípios do Estado Democrático de Direito no Brasil e as esferas do universo jurídico desempenhando um papel significativo para a defesa e proteção da sociedade civil.

Entretanto, existe uma linha tênue da proteção social diante do avanço do neoliberalismo. A partir dos anos de 1990, as políticas sociais começaram a sofrer os ataques de política da contrarreforma do Estado, caracterizado “para a adaptação passiva à lógica do capital” (Behring; Boschetti, 2011, p. 151). Nesse contexto, as reformas apresentadas pelo Estado nas políticas sociais não mantinham sua natureza de “reformistas” e/ou progressistas sob o movimento dos trabalhadores para atender suas necessidades sociais, econômicas e políticas.

O Estado, ao efetuar um processo contínuo de contrarreforma no Brasil, apresenta estratégias típicas do receituário neoliberal, como a privatização e o sucateamento (desfinanciamento) das políticas sociais para fortalecimento do capital, estabelecendo o Estado mínimo para a classe trabalhadora e realizando grandes investimentos nos setores privados. Com privatizações estatais, a desfinanciarização da política de saúde, de educação, de habitação, da assistência social e de previdência social é característica intrínseca ao capitalismo tardio e periférico, com centralidade no ajuste fiscal (Behring; Boschetti, 2011).

Desta maneira, a contrarreforma realizada pelo Estado abrange toda a classe trabalhadora como pauta da agenda neoliberal, resultando na extinção e fragilização de direitos trabalhistas. Ressoante, as profundas transformações no mundo do trabalho e a inserção do Serviço Social na divisão social, técnica, sexual e racial do trabalho assalariado, Moraes (2016, p. 590) salienta que a “profissão sofre processos gerais de precarização do trabalho, de suas condições e relações no cenário atual”.

Com os vínculos trabalhistas precarizados, o desemprego, a insegurança e a desproteção afetam diretamente a vida dos trabalhadores. Moraes (2016, p. 590–591) sinaliza que “há um aumento da contratação de trabalhadores por projeto temporários, desregulamentação do trabalho formal, rebaixamentos salariais, perdas de direitos trabalhistas”. Esses fatores geram insegurança na vida dos profissionais; mesmo a possibilidade de atuar em diversos espaços sócio-ocupacionais não significa boas condições de trabalho e proteção dos direitos trabalhistas. Outro ponto são suas

contratações mínimas diante das demandas exorbitantes, com múltiplas camadas que atravessam o trabalho profissional; para Moraes (2016),

Assim, o assistente social depende da venda de sua força de trabalho para a manutenção de sua sobrevivência e, enquanto trabalhador assalariado, tem que responder às prescrições institucionais, que redesenham o caminho da burocracia, do empirismo e do imediatismo. Nesses processos, vê sua relativa autonomia ameaçada, em que se coloca em questão, sobretudo, a dimensão intelectual do trabalho profissional na perspectiva do atual projeto ético-político do Serviço Social (Moraes, 2016, p. 591).

Posto isso, o trabalho do assistente social é inserido nos diversos espaços sócio-ocupacionais, tendo como condicionalidade a venda da sua força de trabalho; assim, para ampliar a relativa autonomia na perspectiva do projeto ético-político profissional, faz-se necessário garantir uma formação continuada fundamentada na teoria social crítica capaz de analisar os fenômenos sociais e seus fundamentos mais profundos.

O Projeto Ético-Político do Serviço Social: fundamentos e diretrizes

Sob a perspectiva da totalidade, o Serviço Social busca romper com o paradigma da focalização, historicamente marcado por uma concepção conservadora e alienada da realidade social. É imprescindível, nesse sentido, a defesa intransigente do Projeto Ético-Político profissional “[...] à tendência do discurso ideológico capitalista contemporâneo, de focalização e responsabilização dos indivíduos isolados, famílias e grupos particulares por sua situação e condição de vida” (Moraes, 2016, p. 593).

O Serviço Social, portanto, encontra-se imerso no campo ideológico que permeia as esferas políticas, econômicas, culturais e sociais. Esse campo ideológico vai além das narrativas rotuladas de preconceito, racismo, xenofobia, LGBTfobia etc. O discurso ideológico desempenha um papel significativo na manutenção e na reprodução do modo de produção capitalista por meio do controle dos corpos e da responsabilização individual dos sujeitos. Tal lógica contribui diretamente para o apagamento do sujeito no cotidiano das relações sociais que dificultam seu acesso a direitos fundamentais como saúde, educação, habitação e demais políticas sociais.

Por outro lado, o exercício profissional do assistente social, ao ser inserido nos processos de trabalho, deve estar em consonância com os princípios estabelecidos nos documentos que norteiam o Projeto Ético-Político. Isso é essencial para que o trabalho profissional não fortaleça o campo ideológico dominante que promove o apagamento do sujeito no cotidiano de acesso às políticas públicas.

Diante desse cenário, vale ressaltar que o trabalho do profissional em Serviço Social, na contemporaneidade, é orientado pelo conjunto de marcos normativos e políticos fundamentais: o CE de 1993; a Lei nº 8.662/1993, que regulamenta a profissão e as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de 1996, revisadas em 1999 pela Comissão de Especialistas. Esses documentos compõem a base do Projeto Ético-Político do Serviço Social, que se compromete com a construção de uma sociedade justa, igualitária e livre de opressões relacionadas à classe social, raça/etnia,

gênero, sexualidade e outros indicadores socioeconômicos e políticos, geracionais e territoriais.

O CE de 1993 foi uma construção ontológica sócio-histórica, resultante das mobilizações ocorridas no Movimento de Reconceituação do Serviço Social da América Latina e na Renovação do Serviço Social brasileiro. Esse processo de construção foi especialmente marcado pela ruptura com o conservadorismo ético, já sinalizado no CE de 1986; conforme Barroco (2012, p. 47), a “fantástica mudança operada em 1986; [...], o Código de Ética de 1986 descaracteriza a tendência legalista do Código anterior, politizando a sua natureza de documento construído coletivamente pela categoria por meio de duas entidades representativas”.

O Código 1986 articulou o projeto profissional ao projeto de sociedade na perspectiva da emancipação política, comprometendo-se com os direitos e as necessidades dos usuários, além da sua compreensão enquanto classe trabalhadora. Além disso, desmistificou a neutralidade profissional dos CEs anteriores, assumindo, explicitamente, seu caráter político nas intervenções éticas (Barroco, 2012). Outro marco importante foi a sua vinculação à tradição marxista, promovendo a produção e o debate sistemático da ética crítica e a “intervenção ético-político articulada à formação profissional” (Barroco, 2012, p. 49).

Os intensos debates promovidos pela articulação profissional entre 1991 e 1993⁷ culminaram na aprovação do CE vigente, de 1993, durante o XXI Encontro Nacional CFESS/CRESS, realizado em janeiro do mesmo ano (Barroco, 2012). Os debates promovidos proporcionaram reflexões éticas e sistemáticas, abrangendo aspectos da formação profissional e aspectos da realidade. Além disso, houve o debate sobre os direitos humanos e sua centralidade nos 11 princípios fundamentais do CE de 1993, “tendo em vista o avanço do neoliberalismo, a regressão dos direitos conquistados historicamente pelos trabalhadores” (Barroco, 2012, p. 50).

O CE de 1993, tem como Princípios Fundamentais,

- I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso

⁷ Os debates entre 1991 e 1993 foram em nível regional e nacional, com propostas apresentadas pelo CFESS nos Seminários Nacionais: I seminário Nacional em agosto de 1991 e maio de 1992; II Seminário Nacional em setembro de 1992 – além do VII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), em São Paulo, em 1992. Cf.: Barroco (2012).

com o constante aprimoramento intelectual; VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as; X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (CFESS, 2012, p. 22–23).

Esses são os princípios básicos que dão direcionamento social, político e ético para o trabalho profissional do Serviço Social na contemporaneidade, com valores e finalidade do profissional, da instituição e usuários. Santos (2018, p. 116) sinaliza que o “CE não é algo abstrato, mas sim presente no exercício profissional por meio dos valores e princípios”. O CE fornece elementos essenciais para o trabalho profissional comprometido com os direitos fundamentais, assumido democraticamente pela categoria. Esse compromisso está ancorado em bases ontológicas marxiana e marxista, voltadas para a luta dos direitos sociais, a emancipação humana, a ampliação e a consolidação da cidadania, bem como o respeito ao pluralismo e à diversidade.

O que foi discutido em tela evidencia a relação indissociável que permeia a postura ético-política da profissão, sua prática e formação profissional. A Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, que regulamenta a profissão, dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências (Brasil, 1993) que constituem suas competências e atribuições privativas, alinhadas ao CE e às Diretrizes Curriculares da ABEPSS, tendo como linha condutora da teoria social crítica de tradição marxiana e marxista.

A lei nº 8.662/1993, Art. 4º, constitui competências do Assistente Social, destacando-se os incisos I, II, III, V, VII, VIII e XI:

I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população; IV - (~~Vetado~~); V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais; VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais; VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo; IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social; XI - realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades (Brasil, 1993).

Observa-se como as competências delineiam as atribuições técnicas da profissão, inserida na divisão social, técnica, sexual e racial do trabalho, conferindo ao Serviço Social um papel

estratégico no desenvolvimento de ações para a viabilização e ampliação das políticas públicas e sociais por meio de estudos socioeconômicos para assegurar benefícios e serviços sociais, prestando assessoria e consultoria em matérias do Serviço Social. O planejamento, a execução e a avaliação de pesquisas sociais são instrumentos centrais para as análises da realidade concreta, contribuindo para a formulação de respostas às múltiplas expressões da “questão social”.

Nesse contexto, observa-se a relação orgânica do Serviço Social com as políticas sociais ao viabilizar acesso a direitos sociais positivados na forma de lei. Dessa forma, os espaços sócio-ocupacionais cumprem um papel fundamental na elaboração, implementação e avaliação de políticas sociais. Nessa direção, o profissional de Serviço Social contribui junto à instituição para viabilização, garantia e efetivação de direitos norteados pelo projeto ético-político da profissão, nas esferas representativas do Poder Judiciário brasileiro, com o compromisso de apresentar a concretude das relações sociais sem incorrer na naturalização da pobreza e na responsabilização social do sujeito.

Dessa maneira, o assistente social se insere na “formulação, planejamento e execução de políticas públicas, nas áreas de educação, saúde, previdência, assistência social, habitação, meio ambiente, entre outras, movidos pela perspectiva de defesa e ampliação dos direitos da população” (Iamamoto, 2009, p. 5). Nessa perspectiva, o trabalho do assistente social se sustenta na matriz teórico-metodológica de análise crítica da sociabilidade capitalista acumulada e aprofundada nas últimas décadas do século XX e no decurso do século XXI.

As Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), base de sustentação de formação dos assistentes sociais no Brasil, abrangem os avanços teóricos, metodológicos, éticos, políticos e técnico-operativos (Iamamoto, 2012), com possibilidades de novas proposições analíticas para o Serviço Social em seu cotidiano profissional. “Considerando a historicidade da profissão - seu caráter transitório e socialmente condicionado - ela se configura e se recria no âmbito das relações entre o Estado e a sociedade, fruto de determinantes macrossociais [...]” (Iamamoto, 2012, p. 39). Esses determinantes estabelecem limites e possibilidades para a formação e o trabalho profissional.

Dessa forma, percebemos que o CE, a lei de regulamentação da profissão, e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, são indissociáveis, complementares e precisam estar interligados pelo movimento dialético. Iamamoto (2012) sinaliza que, ao refletirmos sobre as competências e atribuições do assistente social, devemos analisar a particularidade e totalidade das mudanças de acumulação de capital e regulação social entre outras transformações da sociabilidade capitalista.

De acordo com o Documento de Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), os três núcleos de fundamentação constitutivos da formação profissional são: 1- Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; 2- Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e 3- Núcleo de fundamentos do trabalho profissional⁸. É notório que a articulação entre os núcleos de fundamentação ocorre pela unidade dialética, articulando-os e observando suas proposições metodológicas e seu alinhamento com os conteúdos curriculares.

⁸ Cf.: ABEPSS (1996).

Para tanto, as Diretrizes Curriculares de 1996 dispõem 11 princípios para formação profissional, destacando-se o 2º princípio: “rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção; e reprodução da vida social” (ABEPSS, 1996, p. 6). Concomitantemente, os “princípios definem as diretrizes curriculares da formação profissional” (ABEPSS, 1996, p. 7).

A formação profissional implica nas capacitações teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, com possibilidade de apreensão crítica da totalidade sócio-histórica e suas particularidades no desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no Brasil. Essa formação oferece a possibilidade interventiva das múltiplas expressões da “questão social”. Nesse sentido, a proposta de Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 enfatiza que “a formação profissional expressa uma concepção de ensino e aprendizagem calcada na dinâmica da vida social, o que estabelece os parâmetros para a inserção profissional na realidade sócio-institucional” (ABEPSS, 1996, p. 8).

É sabido que o Serviço Social atua, contraditório e dialeticamente, no controle da reprodução da força de trabalho exercendo sua atividade laboral nas relações sociais, intervindo nas múltiplas expressões da “questão social”. Tal intervenção requer um conjunto de instrumentos e técnicas que assumem diferentes formas e percursos metodológicos no desenvolvimento da sua ação regulamentada e legitimada pelo Estado (Andrade; Gianna, 2024). Para tanto, é na instrumentalidade que reside a capacidade do assistente social de mobilizar o conjunto de instrumentos e técnicas necessários à sua intervenção profissional, articulando, ainda, as demais dimensões que constituem a instrumentalidade do Serviço Social e seus núcleos de fundamentação.

Nessa perspectiva, Guerra (2014) corrobora que a instrumentalidade não é conteúdo específico do Serviço Social, mas pertencente ao ser social, com sua capacidade de manuseios e escolhas dos instrumentos necessários conforme a ação a ser realizada, a partir dos pressupostos da teleologia e da causalidade. Dessa maneira, a instrumentalidade é a categoria expressa de todo o trabalho social, pois toda profissão tem sua instrumentalidade. No entanto, quando apreendida pelo Serviço Social, a instrumentalidade tem como ponto de partida o processo socio-histórico da profissão mediado pela relação dialética entre as dimensões que compõem seus núcleos de fundamentação: teórico-metodológica, ético-política, técnico-operativa, investigativa e formativa — dimensões estas que não se sobrepõem, mas se articulam no exercício do trabalho e da formação profissional.

Assume-se, portanto, o pressuposto de que o trabalho profissional apreendido deve estar ancorado nas perspectivas teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para orientar a intervenção profissional nos processos sociais de forma dinâmica, organizada, flexível e crítica, sempre em consonância com o ideário profissional com vista à emancipação humana.

Em suma, as bases de sustentação e formação do projeto profissional trazem elementos significativos para o desenvolvimento do trabalho comprometido com compromisso ético e político, com reflexões teórico-práticas de enfrentamento às múltiplas expressões da

“questão social” na luta por uma sociedade justa, igualitária e pautada na emancipação humana. Dessa forma, a instrumentalidade se apresenta ao Serviço Social como a capacidade de operar transformações na realidade social a partir dos instrumentos necessários que são ancorados e fundamentados pela dimensão teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, além da capacidade formativa e investigativa dispensadas ao Serviço Social pelos núcleos de fundamentação constitutivo da profissão.

Considerações finais

“A única coisa que precisamos para nos tornarmos bons filósofos é a capacidade de nos admirarmos com as coisas” (Gaarder, 1995, p. 27).

Como salientado anteriormente, o artigo em tela é resultado parcial da dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (PPGSS-UFPB). Desta maneira, a pesquisa evidenciou que o capitalismo molda as relações sociais a partir do antagonismo entre capital versus trabalho, cujas contradições estão no metabolismo desta sociabilidade e incidem nas diversas formas sociais. Nesse sentido, o processo sócio-histórico de formação do Brasil estrutura as relações de poder na contemporaneidade, sobretudo nas formas de dominação do capital para a exploração e dominação da classe trabalhadora, utilizando ferramentas ideocconservadoras para a responsabilização dos sujeitos, famílias e grupos sociais por suas condições de vida e trabalho, para a manutenção do modo de produção capitalista.

Assim, o modo de produção capitalista foi se estabelecendo na sociabilidade brasileira decorrente dos processos histórico-sociais, econômicos, ideopolíticos e culturais que, por sua vez, incidem na formação e no trabalho do assistente social. Nesta contextualidade, é possível afirmar que o Serviço Social brasileiro vem sendo atravessado por continuidades e descontinuidades demandando a permanente luta dos segmentos progressistas e, em especial, das organizações políticas - Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) — na defesa intransigente da centralidade do projeto ético-político como expressão da direção social da profissão.

A pesquisa também constatou que no decurso sócio-histórico do trabalho e da formação profissional de assistente social perpassou por profundas transformações, sobretudo na cena contemporânea da sociabilidade brasileira, pois evidencia uma disputa permanente pela manutenção da direção social sustentada no método crítico-dialético e na centralidade do projeto ético-político, consubstanciado pelos Documento de Diretrizes Curriculares (1996), Código de Ética de 1993 e a Lei nº 8.662, de 7 junho de 1993, que regulamenta a profissão, à vista disso, é fundamental esse direcionamento para o cotidiano do trabalho profissional, em consonância com a construção de uma sociedade emancipatória.

Destarte, a teoria social crítica marxiana e a tradição marxista formam a base de sustentação teórico-metodológica do projeto ético-político que subsidia a profissão, logo contribui significativamente para a apreensão crítica da realidade social numa perspectiva de totalidade. Isso posto, conclui-se que o projeto ético-político, dispõe de estratégias para

o enfrentamento do conservadorismo na profissão e na sociedade, pois se vincula às formas de luta contra a exploração e opressão da classe trabalhadora.

Nessa direção, o trabalho profissional é intrinsecamente vinculado na unidade dialética entre teoria e prática, à luz do fundamento ontológico do método dialético marxiano na apreensão da realidade social, por conseguinte, possibilitando saltos qualitativos para romper com a lógica tecnicista e pragmática do trabalho, superando as múltiplas abordagens fragmentadas e desconexas da realidade social. Portanto, o projeto ético-político expressa um novo horizonte para área do Serviço Social tanto na produção do conhecimento quanto na formação e no trabalho profissional com sua inscrição na divisão social, técnica, sexual e racial.

Referências

ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**: Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996. Disponível em:

https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf.

Acesso em: 23 set. 2024.

ANDRADE, M. A.; GIANNA, S. D. A instrumentalidade na formação e na prática do Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 147, n. 1, 2024. DOI:

<https://doi.org/10.1590/0101-6628.417>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/yjQj7cNXhmMC3M6YFqqC5KR/?lang=pt>. Acesso em: 23 mar. 2026.

BARROCO, M. L. S. A ruptura com o conservadorismo ético:1986. In: BARROCO, M. L. S. **O Código de Ética do/a assistente social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012. p. 47–52.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social**: fundamentos e história. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. **Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm. Acesso em: 21 set. 2024.

CFESS. **Código de ética do/a assistente social**: Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10. ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do serviço social**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na cena contemporânea. **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. CFESS/ABEPSS, Brasília, v. 1, p. 1-46, 2009. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/handle/123456789/2986>. Acesso em: 20 set. 2024.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do(a) Assistente Social na atualidade. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS)

(org.). **Atribuições privativas do/a assistente social em questão**. Brasília: CFESS, 2012. p. 32–74. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/atribuicoes2012-completo.pdf>. Acesso em: 23 set. 2024.

IAMAMOTO, Marilda Villela.; CARVALHO, Raul. O Serviço Social no Processo de Reprodução das Relações Sociais. In: IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41.ed. São Paulo: Cortez, 2014.

MARTINELLI, M. L. Serviço Social no Brasil. In: MARTINELLI, M. L. **Serviço Social: identidade e alienação**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 121–152.

MARX, K. Prefácio. In: MARX, K. **Contribuições à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 45–50.

MORAES, C. A. S. O Serviço Social brasileiro na entrada do século XXI: considerações sobre o trabalho profissional. **Serviço Social & Sociedade**, n. 127, p. 587–607, dez. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.087>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/mXcmbGVxMFzHYVMxKwZgtDb/?lang=pt>. Acesso em: 23 mar. 2026.

NETTO, José Paulo. A emergência do Serviço Social como profissão. In: NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. A renovação do Serviço Social sob a autocracia burguesa. In: NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

ORTIZ, F. G.; ASSUNÇÃO, H.; CANTALICE, L.; GOIN, M.; REIDEL, T. A Centralidade da Questão Social para o Serviço Social brasileiro. **Temporalis**, v. 21, n. 42, p. 246–260, nov. 2021. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/10090112.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2026.

ORTIZ, F.S.G. **O Serviço Social e sua imagem: avanços e continuidades de um processo em construção**. 2007. 306 f. Tese (Doutorado) – Curso de Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp040787.pdf>. Acesso em: 10 out. 2024.

SANTOS, D. R. As bases ontológicas-materiais da ética: contribuições do pensamento de György Lukács. In: SANTOS, D. R. **Ética e serviço Social: um estudo introdutório a partir de György Lukács**. Campinas: Papel Social, 2018.

Submetido em: 21/10/2025

Aceito em: 9/1/2026



A formação em serviço social diante dos desafios do ensino superior brasileiro

Social work education in the face of the challenges of Brazilian higher education

Maurem de Castilhos*

 <https://orcid.org/0009-0000-2660-023X>

RESUMO

Fundamentado no método materialista histórico-dialético, com base em pesquisa bibliográfica e documental, este artigo analisa os desafios do Ensino Superior brasileiro e seus impactos na formação em Serviço Social. A investigação parte de vivências pessoais e coletivas da autora, articuladas ao percurso do Movimento Estudantil e às lutas das entidades da categoria, somadas à análise de produções publicadas na Revista Temporalis entre 2012 e 2022. O texto retoma aspectos históricos da formação em Serviço Social, destacando a disputa de projetos societários que se materializam no espaço acadêmico, os efeitos da mercantilização da educação e da expansão do ensino a distância, bem como as estratégias coletivas de enfrentamento, especialmente a defesa do projeto ético-político e das Diretrizes Curriculares. O estudo aponta para a urgência de fortalecer a luta por uma formação pública, crítica e emancipadora, que se articule a processos mais amplos de resistência contra o capitalismo e suas expressões.

PALAVRAS-CHAVE

Ensino Superior no Brasil; Formação em Serviço Social; Projeto ético-político.

ABSTRACT


Grounded in the historical-dialectical materialist method, based on bibliographic and documentary research, this article analyzes the challenges of Brazilian higher education and its impact on Social Work education. The investigation draws on the author's personal and collective experiences, articulated with the Student Movement and the struggles of professional entities, combined with the analysis of papers published in Revista Temporalis between 2012 and 2022. The text revisits the historical trajectory of Social Work education, highlighting the dispute of societal projects materialized within academia, the effects of the commodification of education and the expansion of distance learning, as well as collective resistance strategies, especially the defense of the ethical-political project and the Curricular Guidelines. The study points to the urgency of strengthening the struggle for a public, critical, and emancipatory education, articulated with broader processes of resistance against capitalism and its expressions.

KEYWORDS

Higher Education in Brazil; Social Work Education; Ethical-political project.

*Assistente Social. Bacharel em Serviço Social pela Universidade de Caxias do Sul (UCS, Caxias do Sul, Brasil). Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade de Caxias do Sul (UCS, Caxias do Sul, Brasil). E-mail: mcastilhos3@ucs.br

DOI 10.22422/temporalis.2026v26n51p276-291

 © A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2026 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

Introdução

O presente artigo resulta de uma pesquisa realizada em 2023, motivada pelos desafios vivenciados pela autora durante sua graduação em Serviço Social no ensino superior brasileiro. Parafraseando Prates (2004, p. 125), a escolha pelo tema da pesquisa deve fazer sentido, ter significado para o pesquisador, significa ter disposição em conviver com ela por (talvez) um longo tempo, sendo necessário estarmos dispostos a ressignificá-lo quantas vezes for preciso, nos reconhecendo e nos apaixonando por ele.

Essa escolha reflete vivências pessoais e coletivas, incluindo o ingresso da pesquisadora em uma universidade comunitária pelo Programa Universidade para Todos (ProUni), sua atuação no Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS), na Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) e no Movimento por uma Universidade Popular (MUP). Suas bandeiras de luta tratam do acesso integral e gratuito ao ensino superior, a gestão universitária pela classe trabalhadora, o fim dos vestibulares, a ampliação de vagas, a criação de campi em regiões afastadas e a garantia de permanência para todos os estudantes. Essa militância, somada à experiência como trabalhadora-estudante, evidenciou dificuldades estruturais: precarização e mercantilização do ensino, mensalidades altas, vestibulares seletivos, oferta restrita de turnos, e ausência de políticas que viabilizem a permanência de mães estudantes.

Nesse contexto, inserem-se os Cursos de Serviço Social, que são impactados diretamente tanto por conta de sua inserção no Ensino Superior quanto na sociedade capitalista. Ora, se a profissão do Serviço Social emerge da Questão Social, a qual está diretamente relacionada ao capitalismo, e, ao mesmo tempo, intervém no enfrentamento das expressões produzidas por tal sistema, em uma breve lógica, o Serviço Social e Capitalismo são indissociáveis. Nesse sentido, e considerando a realidade dos cursos hoje, ou o capitalismo segue minando a formação profissional, ou a profissão se “fortalece e respalda as ações profissionais na direção de um projeto em defesa dos interesses da classe trabalhadora e que se articula com outros sujeitos sociais na construção de uma sociedade anticapitalista” (CFESS, 2012, p. 14).

Diante disso, o objetivo geral deste estudo é identificar desafios da atual configuração do ensino superior no Brasil e seus impactos na formação em Serviço Social, e como a categoria profissional constrói estratégias de resistência. Segundo Lakatos e Marconi (2001), o objetivo “[...] está ligado à uma visão global e abrangente do tema. Relaciona-se com o conteúdo intrínseco, quer dos fenômenos e eventos, quer das ideias estudadas.” (Lakatos; Marconi, 2001, p. 102). Além disso, metodologicamente, utilizou-se o método materialista histórico-dialético, que, conforme Alves (2010) “É uma tese do marxismo, segundo a qual o modo de produção da vida material condiciona o conjunto da vida social, política e espiritual. É um método de compreensão e análise da história, das lutas e das evoluções econômicas e políticas.” (Alves, 2010, p. 3).

Dessa forma, é impossível desvincular o trabalho escrito, ou qualquer outra construção no processo de graduação e/ou atuação profissional, da realidade social, trabalhando a articulação das categorias: historicidade, totalidade e mediação, entendendo que os fatos

não se dão de forma isolada, mas sim, vinculados ao passado e presente que os constitui e às outras vivências humanas, econômicas e biopsicossociais que perpassam a formação fora das instituições de ensino.

Para a pesquisa, elegeu-se como fonte de consulta a Revista Temporalis, um importante periódico da área de Serviço Social organizado pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) — entidade profissional que coordena e articula o projeto de Formação em Serviço Social no âmbito da graduação e pós-graduação. A pesquisa foi realizada de forma on-line, no sítio eletrônico da revista, utilizando o descritor “Formação Profissional” e do demarcador temporal entre 2012 e 2022. A busca encontrou 76 artigos com o descritor selecionado, totalizando o contingente inicial de trabalhos para avaliação da sua utilização. Os achados foram submetidos a critérios de exclusão/inclusão de artigos para posterior análise. A partir desses critérios, dos 76 artigos, 25 foram selecionados para a análise a ser apresentada neste trabalho, especialmente ao que se refere aos desafios e estratégias apontadas pela categoria profissional à formação em suas produções.

Para ilustrar esse processo de pesquisa bibliográfica, apresenta-se na Tabela 1 o percurso realizado.

Tabela 1: Resultados da pesquisa bibliográfica.

Pesquisa/Seleção	Descritor	Quantidades
1ª Busca	Descritor “Formação Profissional”	76 Artigos
Crítérios de Seleção 1	Descritores “Formação Profissional”, “Formação em Serviço Social” e “Formação” no título	41 Artigos
Crítérios de Seleção 2	Exclusão de artigos particulares (específicos de Instituições de Ensino Superior - IES, Cursos, região, temática)	16 Artigos
Total de Trabalhos para análise		25 Artigos

Fonte: elaborada pela autora com base no site da Revista Temporalis (jun. 2023).

Os artigos foram organizados, lidos e sistematizados para identificar desafios e estratégias de resistência relacionados à formação profissional em Serviço Social. Vale ressaltar que, além desses textos, utilizaram-se materiais complementares da trajetória acadêmica da pesquisadora e documentos das entidades da categoria.

Sobre a pesquisa documental utilizada, que muito se assemelha à bibliográfica, Gil (2002, p. 45) aponta que a diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Na “pesquisa bibliográfica se utiliza das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, já a documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa”.

Os materiais coletados e utilizados na pesquisa documental são componentes dos sites oficiais das entidades da categoria, bem como da vivência e construção prática da ENESSO por parte da pesquisadora. Nesta pesquisa, foram consideradas algumas notas de posicionamento das entidades em redes sociais, destacando principalmente a defesa da formação profissional e as críticas e considerações levantadas acerca do Ensino Superior, além de outras informações pontuais e pertinentes que foram localizadas. Também se utilizou de outros sites oficiais, como e-MEC, Planalto e sites dos Ministérios, como fontes de informação.

Apresentando os desafios postos ao Ensino Superior no Brasil a partir dessa pesquisa, o tópico a seguir apresentado neste artigo explicita os resultados identificados durante o processo de construção, sendo estes a construção teórica da categoria profissional com base nos estudos publicados pela Revista Temporalis no recorte 2012 a 2022, destacando os desafios na área profissional e as estratégias de resistência construídas frente a eles.

A formação profissional em foco: desafios do Ensino Superior e as respostas da categoria

Neste primeiro momento são apresentados os desafios postos à Formação em Serviço Social, identificados na pesquisa bibliográfica realizada na Revista Temporalis entre os anos 2012 e 2022, a partir de 25 artigos selecionados. Por meio de um levantamento nos artigos, sem quantificar repetição na mesma bibliografia, identificou-se um total de 55 desafios, os quais foram contabilizados e dispostos na Tabela 2, com destaque aos 10 mais citados.

Tabela 2: Desafios apresentados à formação em serviço social.

Desafio identificado	Artigos Citados	%
Capitalismo	25	100%
Questão Social	19	76%
Privatização da Educação	18	72%
Mercantilização da Educação	17	68%
Ensino à Distância	16	64%
Conservadorismo	14	56%
Neoliberalismo	14	56%
Precarização das Relações de Trabalho	14	56%
Expansão Universitária	13	52%
Precarização da Educação	13	52%
Outros (45 desafios)	2*	12,8%*

Fonte: elaborada pela autora com base na seleção de artigos contidos no Apêndice I do TCC que originou este artigo (jun. 2023).

*calculada a média sobre o número de artigos que são citados os desafios.

Na Tabela 2, é possível identificar que os dez desafios mais citados nos artigos estão localizados em pelo menos metade das produções, enquanto os demais se apresentam, em média, em pouco mais de três dos trabalhos ou 12,8% das produções totais. Essa

questão pode ser um registro de evidência das múltiplas demandas apresentadas ao Ensino Superior brasileiro e vivenciadas, principalmente, pela classe trabalhadora que acessa, ou tenta acessar, as IES em qualquer que for a natureza da instituição.

Inicia-se essa contextualização a partir do desafio mais citado entre os artigos, o **capitalismo (25)**. Este que desmembra todos os desafios impostos, perpassando por todos os artigos avaliados nesta construção e que caracteriza o motivo da existência de todos os desafios acerca do Ensino Superior e dos desafios mais gerais e específicos da vida particular da classe trabalhadora. A partir disso, são apresentados os demais desafios mais destacados dentre os artigos, pincelando sobre os outros que se apresentaram poucas vezes.

Sobre a **questão social (19)**, intrinsecamente relacionada ao **capitalismo** justamente por ser definida como conflito entre capital e trabalho, é citada nestas produções como sendo uma demanda profissional a ser trabalhada, cujas expressões impactam diretamente a classe trabalhadora. Ainda, lamamoto (2001) entende que a produção/reprodução da questão social assume expressões históricas e “[...] mediatizadas por relações de gênero, características étnico raciais e formações regionais [...] em processo denso de conformismos e rebeldias, forjado ante as desigualdades sociais” (lamamoto, 2001, p. 17). Dessa forma, a vivência dessas expressões atravessa as relações em seus mais diversos tipos, potencializando as desigualdades presentes no capitalismo, limitando a inserção ou permanência do Ensino Superior, além de incidir na produção de conhecimento acerca do tema. Além do mais, é a disputa entre capital e trabalho que incide na disputa pelo fundo público, o que também repercute no (des/sub)financiamento do ensino superior nas IES públicas ou privadas.

Nesse contexto estrutural do sistema capitalista, uma das políticas de governo que vem sendo desenvolvida desde o governo de Fernando Henrique Cardoso - FHC (1995–2002), é o **neoliberalismo (14)**, que segue sendo implementado nos governos petistas, e que, ao mesmo tempo que materializa, também dissolve direitos, contribuindo para a **manutenção da ordem capitalista (6)**.

Diante disso, faz-se importante destacar o trinômio do neoliberalismo, descrito pelas autoras Behring e Boschetti (2008), quais sejam: a *focalização*, a *descentralização* e a *privatização*. A partir dessas condições impostas, é que se parte para o restante da apresentação dos desafios inerentes à formação, que inicia pelo processo de **mercantilização da educação (17)**, o qual ocorre de forma simultânea com a sua **precarização (13)** e **privatização (18)**.

Sobre esses desafios já se discorre também acerca de todas as **contrarreformas da educação (13)** que ocorreram desde a regulamentação da primeira IES e que se seguiu de forma gradual, entre avanços e retrocessos, da implementação de políticas que materializam tais desafios. Vale ressaltar, com base nos fundamentos estudados precisamente na própria formação acadêmica em Serviço Social, que: a) a Educação Superior foi criada para suprir demandas da classe dominante, portanto, não era acessível à classe trabalhadora desde sua fundação; b) quando se começa a estruturar as IES para receber, mesmo que em baixa quantidade, estudante-trabalhadores, entra o período de

ditadura, a qual restringiu o acesso novamente, desta vez com a obrigatoriedade de vestibulares e outros critérios seletivos, permitindo que a educação passe a ser vista e considerada uma mercadoria; c) um tempo após o período ditatorial, muitas lutas sociais foram travadas, a categoria profissional encontrava-se articulada, e mudanças começaram a acontecer: construiu-se um Projeto Ético-Político Profissional que pretende romper com o tradicionalismo/**conservadorismo (14)** e a educação agora era garantida pela Constituição Federal como direito.

Tais acontecimentos foram reais, com muitos esforços e fracassos, mas foram. No entanto, com a **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (7)** de 1996, promulgada e dentre seus tantos artigos que balizam a educação básica, contém o artigo que cria a brecha para a formação de escolas e IES privadas — por esse motivo a LDB é vista neste trabalho como um desafio, uma vez que abre possibilidades que precarizam ainda mais o Ensino Superior brasileiro. Além disso, ao mesmo tempo que prevê autonomia dos cursos com a substituição de currículos mínimos pelas diretrizes curriculares, também torna a formação vulnerável frente às contrarreformas operadas no Ensino Superior. Tais contrarreformas surgem no sistema educacional brasileiro a partir da “importação” do modelo de educação europeu, este que foi chamado de Reforma de Bolonha, que intensificou a competitividade no Ensino Superior, além disso, segundo a autora Nascimento (2022) o processo de Bolonha

foi pensado para impulsionar a mobilidade estudantil, tornando a educação europeia mais competitiva e atrativa. Os críticos dessa Reforma denunciam um paradigma de educação superior, onde os processos educativos de avaliação e gestão da Universidade são inspirados numa lógica gerencial empresarial e mercantil (Nascimento, 2022, p. 87).

A partir disso, há uma **expansão universitária (13)** desenfreada, com a fundação de diversas instituições em cidades mais afastadas, mas quase nenhuma pública. Essa privatização em massa passa a gerar lucro aos grandes financiadores, que passam a investir cada vez mais capital privado na educação, inclusive por parte dos governos que estão na gestão do país.

Os governos neoliberais veem na educação uma grande oportunidade de compra e venda e geração de capital *fácil* e a partir disso fazem o que já se espera (hoje): a construção de programas sociais para acesso da classe trabalhadora ao Ensino Superior, como o Programa Universidade para Todos – **PROUNI (5)** e o Fundo de Financiamento Estudantil – **FIES (5)**. No entanto, esses programas englobam apenas as IES privadas, ignorando as condições materiais e subjetivas do acesso para além das mensalidades e o superendividamento de estudantes-trabalhadores. Isso é, passa-se a investir recursos públicos em IES não públicas, precarizando as instituições federais e ampliando cada vez mais as instituições que vendem cursos de formação. Dentre os cursos *vendidos* encontram-se os de Serviço Social, que apesar da luta, não conseguiu fugir da realidade de inserção na conjuntura e estrutura capitalista do Brasil.

Essa mercantilização do ensino, de forma regulamentada em lei no ano anterior (2006), encontra aquilo que virá a ser o maior aliado do capital e das instituições privadas de todos os tempos: o **Ensino a Distância (16)** — sobre tal modalidade de ensino, também são apresentados dados e considerações acerca das suas contradições e ameaças à Educação.

A partir disso, não só há um crescimento massivo de cursos, matrículas e vagas nas IES, como a maior parte dessas IES é privada e oferece cursos no formato remoto. Dentre os dados apresentados na Tabela 3, Iamamoto (2010) destaca que 84% das vagas oferecidas para o Curso de Serviço Social situam-se em instituições privadas, sendo somente 16% em IES públicas. Além disso, pontua também que o Ensino a Distância (EaD), em apenas dois anos de implementação, já ocupava 30% do total das vagas ofertadas (Iamamoto, 2010).

As autoras Pereira, Ferreira e Souza (2014) apresentam o crescimento das vagas do EaD e como se estenderam ao longo dos anos. Acerca do Serviço Social, teve-se um salto de zero vagas no EaD em 2006, para 51.836 em 2007, seguidas de 30.331 no presencial. Já em 2008, foi o ano com o maior número, contabilizando 159.594 vagas no EaD e 33.703 no presencial. Ainda contextualizam que nos anos seguintes, os números do EaD foram diminuídos, mantendo-se superiores ao presencial, no entanto em decréscimo, enquanto na segunda modalidade há um crescimento baixo e contínuo em suas vagas (Pereira; Ferreira; Souza, 2014).

Outro desafio encontrado na Formação em Serviço Social é a consolidação do Projeto Ético-Político construído pouco antes da virada do século. Acompanhado da dificuldade de implementação e materialização das Diretrizes Curriculares nas universidades privadas e na difícil articulação dos conteúdos das disciplinas com os núcleos de fundamentação pré-estabelecidos. Assim, a ABEPSS é a entidade responsável por fazer o processo de acompanhamento dos cursos e escolas, e aqui cabe outro comparativo, conforme regiões da ABEPSS, entre IES que oferecem o curso de Serviço Social em 2023, e quantas delas estão filiadas à entidade, conforme dados disponíveis no site da entidade.

Tabela 3: Oferta de cursos de serviço social por região da ABEPSS.

	Total de UFAs por região (E-MEC, 2023)	UFAs filiadas à ABEPSS (ABEPSS, 2023)
Norte	72	7
Nordeste	128	14
Centro-Oeste	22	4
Leste	69	15
Sul I	47	17
Sul II	67	18
Total	405	75

Fonte: elaborada pela autora com base no site da ABEPSS (maio 2023).

Sobre a Tabela 3, pode-se visualizar, principalmente, a discrepância em quantidades das Unidades de Formação Acadêmicas que são filiadas à ABEPSS e as que não são. Isso é um reflexo da mercantilização do Ensino Superior que se estende ao curso de Serviço Social, pois, ao entender que as instituições filiadas são, em sua maioria, as que construirão as entidades nos três âmbitos de representação (ABEPSS, CFESS/CRESS, ENESSO) — contendo alguns casos isolados de estudante ou profissional que se dispõe individualmente nessa representação —, é possível perceber que a precarização da

formação profissional pode estar associada à falta de vinculação direta à ABEPSS, especialmente na formulação curricular.

A ABEPSS tem como uma de suas finalidades, conforme o inciso III do Art. 2º, “Contribuir para a definição e redefinição da formação do assistente social na perspectiva do projeto ético-político profissional do Serviço Social na direção das lutas e conquistas emancipatórias” (ABEPSS, 2017, p. 2). As escolas filiadas possuem o direito de participar efetivamente das atividades da entidade e devem cumprir suas normas estatutárias. A desfiliação de algumas Unidades de Formação Acadêmicas (UFAs) pode ser vista como uma escolha intencional e política, indicando que determinadas instituições evitam assumir a responsabilidade acadêmico-profissional prevista para a Formação em Serviço Social, esquivando-se dos requisitos estabelecidos por essa entidade.

Além disso, para cursos com baixo número de estudantes, o valor anual da filiação, igual para todas as instituições, pode ser um fator que dificulta a manutenção da filiação. Como consequência, observa-se um processo de despolitização significativo, tanto nos cursos de Serviço Social quanto entre os profissionais formados nesses contextos, agravado pelos desafios específicos dos cursos na modalidade EAD, que apresentam sérios problemas relacionados à qualidade do processo formativo.

Além disso, sobre o desafio de **articulação do tripé de ensino, pesquisa e extensão (6)**, são encontradas dificuldades na ausência da pesquisa, que acaba sendo reduzida à realização do Trabalho de Conclusão de Curso. A extensão é identificada apenas se considerada a realização dos estágios, sendo a formação voltada ao ensino de disciplinas (que por vezes fogem da regulamentação) (Guerra; Backx; Repetti, 2013).

Tal processo formativo mercantil passa a estruturar o Ensino Superior a partir de formações acríticas, com caráter conservador, desvinculadas das lutas coletivas sociais, neutralizando a Questão Social e **despolitizando os movimentos populares (1)**, a fim de construir uma **formação aligeirada (6)**, com **baixo acesso (7)** da classe trabalhadora às IES, e a **ausência de políticas de permanência (3)** efetivas, que deem conta de garantir o início e fim da formação institucional com qualidade. Formando **profissionais imediatistas (5)** e generalistas, que não se vinculam à realidade social na qual se inserem. Além disso, tais profissionais passam frequentemente pela **precarização das relações de trabalho (14)**, dentro e fora das IES, com vínculos empregatícios fragilizados e flexíveis, contando com uma **autonomia relativa (2)** quase nula para garantir a permanência no emprego, ou ainda, arriscarem-se a entrar para o Exército Industrial de Reserva (EIR) por não aceitar as relações institucionais estabelecidas, que por vezes, ferem os princípios ético-políticos aos quais lutam a categoria profissional.

A partir dos desafios supramencionados, Abramides e Cabral (2019) apontam:

Os desafios postos à formação profissional em Serviço Social na atualidade se expressam concretamente nas relações sociais vivenciadas tanto individualmente, por profissionais e estudantes como parte da classe trabalhadora, quanto coletivamente como categoria representada nas organizações profissionais. Tais desafios projetam a profissão para o futuro, exigindo, no presente, a análise das determinações do passado que permitiram a

construção da direção social do Projeto Ético-Político Profissional.” (Abramides; Cabral, 2019, p. 77).

Diante disso, cabe às/aos estudantes e profissionais de Serviço Social, inseridas/os nesta realidade e propensos/as a vivenciar toda a precarização, sucateamento e mercantilização que a estrutura capitalista impõe a estas instituições, defender seu processo formativo e a execução de seu trabalho profissional com qualidade e compromisso com um projeto ético-político emancipatório, visando a construção de uma nova ordem societária onde tais relações impostas pelo capitalismo não mais existirão.

Frente aos desafios apresentados à Formação em Serviço Social, foram identificadas, nos 25 artigos publicados na Revista Temporalis e selecionados neste trabalho, as estratégias de resistência já desenvolvidas, ou que podem vir a se desenvolver, para seus enfrentamentos. Das 49 estratégias identificadas, apresenta-se abaixo a Tabela 4, que aponta as 10 mais citadas nas produções, quantificando-as por artigo em que aparece (e não em quantidades de vezes).

Tabela 4: Estratégias da categoria aos desafios à formação em serviço social.

Estratégia identificada	Artigos Citados	%
Diretrizes Curriculares	24	96%
Articulação das Entidades da Categoria	16	64%
ABEPSS Itinerante	7	28%
Lutas Coletivas	7	28%
Articulação com Movimentos Sociais	6	24%
Grupos Temáticos de Pesquisa ABEPSS	6	24%
REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais)	6	24%
Campanhas das Entidades da Categoria	5	20%
FIES	5	20%
PROUNI	5	20%
Outros (39 estratégias)	1-4	5%*

Fonte: elaborada pela autora com base na seleção de artigos contidos no Apêndice I do TCC que originou este artigo (jun. 2023).

*calculada a média sobre o número de artigos que são citadas as estratégias.

Pode-se observar que a estratégia das **Diretrizes Curriculares (DC)** aparece em quase todos os artigos analisados (24), por ser uma das políticas componentes do projeto ético-político. É por meio dela que as/os profissionais materializam tal projeto profissional, especialmente nos espaços institucionais de ensino. Por muito tempo o Curso de Serviço Social não seguiu uma estratégia curricular que de fato pensasse as demandas da classe trabalhadora e suas possibilidades de intervenção. É a partir das DCs que a reorganização do trabalho

profissional formativo se torna possível e defende uma proposta de formação alinhada a um projeto anticapitalista.

As demais estratégias, mesmo que também sejam destacadas na Tabela 4 com números consideráveis, entram em processo de diminuição acerca da apresentação quantitativa em números de artigos. Identifica-se que os desafios são maiores do que as estratégias alcançadas. Isto é, mesmo que a quantidade de suas localizações em quantidades totais seja aproximada, a aparição de vezes em que são encontradas junto aos artigos selecionados são menores. Enquanto os desafios se destacam dezenas de vezes nessas produções, as estratégias apresentam-se em grau muito menor. Com exceção das duas primeiras estratégias citadas na Tabela 4, que são indispensáveis para a articulação de qualquer outra em vários âmbitos profissionais, as demais apresentam um número de apresentações menor do que os dez desafios mais citados.

Esta diferenciação também pode ser considerada um desafio. No entanto, apesar das diferenças quantitativas entre ambos, tais estratégias são fortes o suficiente para dar conta da superação de muitos dos percalços encontrados pelo caminho. Já outras, apenas serão contempladas com a superação do sistema capitalista.

Diante de todos os desafios apresentados e contabilizados no levantamento de dados feito pela estudante, chega-se o momento de apresentar de fato: as estratégias desenvolvidas pela categoria profissional frente aos desafios impostos à Educação Superior e a articulação com a Formação em Serviço Social.

Desta forma, inicia-se apresentando a estratégia mais identificada nos artigos, a qual faz referência direta às **Diretrizes Curriculares (DC) da ABEPSS** de 1996. O fato de as DC estarem sendo aqui tratadas como estratégia direta e não como metodologia para fortalecer outras estratégias é porque é a partir delas que o projeto de formação profissional tem uma direção a ser seguida. Sem as diretrizes, muitos dos desafios anteriores poderiam, inclusive, sequer serem questionados. É por ter esta base teórico-política que a estudante se ancora nela como sendo a principal.

A formação profissional sofreu diretamente com a implementação da LDB (1996) alguns anos depois da implementação desta e das DCs, por conta da sua associação com as políticas neoliberais propostas pelos governos no Brasil no início do século (Abreu, 2013). A mesma autora ainda destaca que a aprovação das Diretrizes do MEC “já anunciavam a visão reducionista e pragmática dos organismos internacionais presentes na política de Ensino Superior que se efetivará a partir deste período” (Abreu, 2013, p. 119).

Pode-se dizer que o mesmo ocorre com a **Política Nacional de Estágios (4)**, que é criada pela ABEPSS para referenciar, de forma responsável e ética, o estágio supervisionado em Serviço Social, visto que o processo de eadização da educação se torna um grande problema ao que tange à formação profissional. A Política Nacional de Estágios (PNE) da ABEPSS, assim como as Diretrizes Curriculares, são importantes subsídios frente à descaracterização do MEC no que tange à formação profissional. Desta forma, as leis que regulam a formação são dadas, prioritariamente, pela ABEPSS, como forma de enfrentamento à realidade de precarização do Ensino Superior.

A ABEPSS também organiza outras atividades que são tidas como estratégias da categoria profissional nos artigos analisados, por serem espaços formativos, que capacitam as/os profissionais a atuarem no enfrentamento das demandas apresentadas pela conjuntura à classe trabalhadora nos mais diversos espaços sociais. De exemplo, cita-se a **ABEPSS Itinerante (7)**, que possibilita a socialização de reflexões no contexto contraditório de precarização da educação e avanço das conquistas emancipatórias (Abreu, 2013). O objetivo do Projeto ABEPSS Itinerante é:

Fortalecer as estratégias político-pedagógicas de enfrentamento à precarização do Ensino Superior, por meio da difusão ampla dos princípios, conteúdos e desafios colocados para a consolidação das Diretrizes Curriculares como instrumento fundamental na formação de novos profissionais, na direção do plano de lutas em defesa do trabalho e da formação e contra a precarização do Ensino Superior (ABEPSS, 2023).

Além disso, outras estratégias apontadas nos artigos analisados, são a realização das **Oficinas Nacionais e Regionais da ABEPSS (2)**, a construção do **Plano de Lutas em Defesa do Trabalho e da Formação Profissional (2)** e a organização e construção orgânica do **Fórum em Defesa do Trabalho e Formação com Qualidade (1)**. Esses espaços são formativos e deliberativos, organizados pela ABEPSS, em conjunto com as demais entidades da categoria, a fim de elaborar ações e estratégias que contemplem a realidade das instituições de ensino no âmbito da Formação em Serviço Social. Tem como objetivo qualificar ainda mais as instituições que a profissão se insere, e ampliar a participação de profissionais e estudantes nos processos de pensar a formação profissional como um todo.

Outra construção da ABEPSS é a constituição dos **Grupos Temáticos de Pesquisa (6)**, que são divididos em *subtemas* que visam contemplar os debates que são ou não trabalhados dentro da sala de aula. Esses grupos produzem acúmulos acerca dos temas: Trabalho, Questão Social e Serviço Social; Política Social e Serviço Social; Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional; Movimentos Sociais e Serviço Social; Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social; Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades; Ética, Direitos Humanos e Serviço Social, e; Serviço Social, Geração e Classes Sociais.

Sobre os GTPs,

[...] foram criados em 2010 no Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), realizado no Rio de Janeiro, com o intuito de servirem de base para criação de redes de pesquisadores e interlocuções entre pesquisas, no sentido de se tornarem um espaço estratégico de resistência ao produtivismo, ao isolamento entre os pesquisadores e à precarização da formação seja na graduação e na pós-graduação, pela via do fortalecimento da pesquisa e da produção de conhecimento na área de Serviço Social. Várias ações vêm sendo realizadas desde então pelas comissões coordenadoras dos sete GTPs para implementar essa iniciativa nas consecutivas gestões da ABEPSS (Mauriel, 2017, p. 263).

Dessa forma, os GTPs vêm desenvolvendo amplas pesquisas sobre as temáticas organizadas em cada um, as quais perpassam a realização e apresentação de trabalhos nos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS).

Entendendo o fundamento de defender o código de ética e o projeto profissional junto às demais profissões que também compactuam dele, ainda se baseiam outras grandes estratégias, são elas: a **articulação entre as entidades da categoria (16)**, através de espaços de formação política, posicionamentos; **campanhas coletivas (5)**; e, também, a **articulação com Movimentos Sociais (6)**, que debatem e trabalham, especialmente, nas questões de combate às opressões. Destaca-se que essa última temática é trabalhada de forma muito superficial no processo de graduação do Serviço Social em muitas IES, especialmente nas privadas, em decorrência das mudanças nos Planos de Execução Curriculares, direção a partir de uma concepção privada de ensino, entre outros. Nessa perspectiva, são lacunas que podem ser trabalhadas por meio da inserção do MESS e nas mais diversas **lutas coletivas (7)** e populares.

Ao entender que o Serviço Social não deve, não pode e não vai fazer a construção de uma sociedade livre de opressões sozinho, é imprescindível que a articulação das entidades e dos movimentos sociais ocorram de forma simultânea e contínua, uma vez que é somente através da luta coletiva que se tem chances de enfrentar as armadilhas do capital que se articulam para precarizar ainda mais a vida da classe trabalhadora em todos os âmbitos.

Ainda sobre essas articulações, cabe destacar que, para a ausência de debates acerca das diversas opressões presentes na sociedade e geradas pelo capitalismo, a ABEPSS desenvolve construções que servem de subsídios para debates nos espaços de formação profissional, direcionando a construção de ações relacionadas a essas temáticas. Esse é o caso do artigo encontrado na pesquisa bibliográfica que menciona os **“Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na Formação em Serviço Social” (1)**.

Pode-se pontuar, a partir do método materialista histórico-dialético, a contradição presente nos **programas sociais de acesso à universidade**, como o **PROUNI (5)**, **REUNI (6)** e **FIES (5)**, que, ao mesmo tempo que citados como desafios, também podem ser entendidos como estratégias de resistência. Mesmo considerando que são apenas migalhas de oportunidades e vagas disponibilizadas, por muitas vezes até aqui, foram a única forma pela qual filhos e filhas da classe operária puderam acessar o Ensino Superior, especialmente pontuando e problematizando as contradições de tais programas que utilizaram para esse acesso. A consciência crítica desenvolvida no processo de formação é importante para o desenvolvimento de profissionais éticos e responsáveis. Também neste trabalho, mais precisamente no capítulo 1 e início deste subcapítulo, são apresentadas críticas acerca dos programas sociais e como rebatem nas demandas de formação.

Outras estratégias adotadas pela categoria profissional são as de **qualificação profissional e estudantil (2)**, a partir de estudos constantes da realidade, realizando **espaços de reuniões (1)** e de conhecimento e reflexão. Acrescenta-se também a construção de **mapeamentos (1)** e a socialização de tais dados coletados à toda categoria, reforçando a importância da pesquisa sobre a realidade para, a partir dela, construir estratégias. Ocorre que a incidência acerca dessa possibilidade é pequena devido às dificuldades de realização de pesquisa em diversas IES; a **ampliação de debates (1)** com a categoria sobre as questões da formação; e a construção de **fóruns de debates e supervisões (1)**, que pensam a formação de forma interventiva entre seus/suas participantes, também permitem

qualificar as estratégias frente a dados de realidade apresentados por seus/suas participantes.

Para melhor materialização desta qualificação profissional, o CFESS possui uma **Política de Educação Permanente (4)** que se constitui como uma proposta de formação e qualificação profissional, de forma crítica e contínua. Ainda, Nascimento e Oliveira (2016):

A Educação Permanente no exercício profissional constitui-se uma possibilidade, para pensar o fazer profissional e sua dimensão investigativa como o processo contínuo de aprendizagem que se dá por meio da reflexão crítica sobre os processos de trabalho, tendo em vista que a formação não se encerra na academia, a construção dos saberes sobre a ação profissional na dinâmica social exige um aprimoramento intelectual (Nascimento; Oliveira, 2016, p. 154).

Ora, ao considerar que a atuação profissional ocorre num constante processo de adaptação às diversas conjunturas, pensar a educação de forma permanente é pensar também o trabalho em Serviço Social cada vez mais qualificado a partir de seus princípios éticos. Tal proposta apresentada pelo CFESS é uma estratégia direta contra a precarização do ensino, que na realidade de hoje encontra-se submetido às mazelas do sistema capitalista que só conduz para sua própria manutenção. Pensar a formação permanente, é garantir que os quadros profissionais não caiam no imediatismo, mas sim, permaneçam refletindo de forma crítica e articulada com a realidade social.

Entende-se destas estratégias de enfrentamento, que são contínuas, até que se vençam os desafios. Até que novos desafios surjam e novas possibilidades de enfrentamento sejam elaboradas também. O Serviço Social articulado com a realidade em qual se insere, permanece em compromisso ético com a superação da ordem hegemônica capitalista, e pela construção de uma sociedade emancipada e emancipadora.

Considerações finais

O Serviço Social enfrenta os mesmos desafios impostos ao Ensino Superior, mas desenvolve estratégias específicas, alinhadas às suas particularidades e ao seu projeto ético-político. Essas ações são estruturadas principalmente por meio das lutas coletivas da categoria e da articulação com movimentos sociais, priorizando a formação política, o debate de temáticas fundamentais e a construção de espaços deliberativos que permitam materializar estratégias de enfrentamento.

Os impactos da atual configuração do Ensino Superior na formação profissional se evidenciam em dois aspectos principais: primeiro, pelo fato de a formação ocorrer majoritariamente dentro das Instituições de Ensino Superior, submetendo-se aos seus reflexos estruturais e políticos; segundo, pela necessidade de a profissão articular defesas e mediações críticas diante das contradições presentes nesses espaços. Não se trata de aceitar passivamente tais condições, mas de compreendê-las e enfrentá-las para manter uma formação crítica e de qualidade.

Os resultados analisados demonstram uma discrepância significativa entre a quantidade de desafios e as estratégias disponíveis para superá-los. É necessário reconhecer que o Serviço Social, mesmo com suas entidades organizadas, não é capaz de resolver, de forma

isolada, problemas estruturalmente vinculados ao sistema capitalista. Romper com a visão endógena que coloca a profissão como “salvadora” é essencial, uma vez que apenas uma articulação coletiva ampla, comprometida com transformações sociais, pode enfrentar tais desafios e, em última instância, viabilizar a destituição do próprio capitalismo.

Nesse contexto, a campanha do CFESS de 2023 — “Serviço Social, uma profissão necessária para o Brasil” — reforça o papel da profissão no enfrentamento das expressões da questão social e na defesa de um projeto que visa “uma nova ordem societária”. Contudo, trata-se de uma profissão atravessada por contradições, pois atua em instituições que, ao mesmo tempo em que possibilitam intervenções, podem também relativizar sua autonomia e contribuir indiretamente para a manutenção da ordem capitalista.

A disputa pelo fortalecimento do projeto ético-político exige uma dupla articulação: manter a presença e a relevância da profissão nos espaços sócio-ocupacionais e, paralelamente, defender cursos presenciais, públicos e de qualidade, sustentados pelas Diretrizes Curriculares. Esse compromisso conecta-se também à construção do Movimento por uma Universidade Popular, que busca ampliar lutas, pautas e ações em escala nacional para garantir o acesso e a permanência da classe trabalhadora na educação superior.

Defender um ensino gratuito, laico, popular, socialmente referenciado e comprometido com a emancipação humana é um dos maiores desafios, pois exige enfrentar forças que atuam para inviabilizar sua materialização. Ainda assim, conforme orienta o próprio projeto ético-político, tal defesa deve ser entendida como um compromisso inegociável de todo estudante e profissional do Serviço Social que se propõe a construir a profissão de forma crítica, articulada e alinhada à luta por uma sociedade sem exploração e com sujeitos plenamente emancipados.

Referências

ABEPSS. **Estatuto da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Vitória/ES: 2017. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/estatuto/>. Acesso em: 29 maio 2023.

ABRAMIDES, Maria B. C.; CABRAL, Maria do S. R. **Congresso da virada e o Serviço Social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências - 40 anos do “Congresso da Virada”**. São Paulo: Cortez, 2019.

ABREU, Maria H. E. A experiência da ABEPSS itinerante: a atualidade do projeto de formação profissional frente à contrarreforma da educação. **Revista Temporalis**, v. 13, n. 25, p. 113–132, 2013. DOI: 10.22422/2238-1856.2013v13n25p113-132. Disponível em: <https://ask.orkg.org/item/484692664/A-EXPERIENCIA-DO-PROJETO-ABEPSS-ITINERANTE:-A-ATUALIDADE-DO-PROJETO-DE-FORMACAO-PROFISSIONAL-FRENTE-A-CONTRARREFORMA-DA-EDUCACAO>. Acesso em: 28 mar. 2026.

ALVES, Alvaro M. O método materialista histórico-dialético: alguns apontamentos sobre a subjetividade. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 9, n. 1, 2010. Disponível em:

<https://revpsico-unesp.org/index.php/revista/article/download/103/106>. Acesso em: 28 mar. 2026.

BEHRING, Elaine R.; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética do/a Assistente Social - Lei 8662/93**. 10. ed. rev. e atual. Brasília: 2012.

GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUERRA, Yolanda; BACKX, Sheila; REPETTI, Gustavo. O lugar da pesquisa na formação profissional: algumas questões a partir dos relatórios das regionais da ABEPSS.

Temporalis, v. 13 n. 25, p. 205-232, jan./jun. 2013. Disponível em:

<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5017102.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2026.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, ano 2, n.3, p. 9–32, jun./jan. 2001. Disponível em:

<https://www.unirio.br/cchs/ess/Members/rafaela.ribeiro/introducao-ao-servico-social-2024.2/revista-temporalis-n-3-a-questao-social-no-capitalismo-iamamoto-m/view>. Acesso em: 28 mar. 2026.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de A. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2001.

MAURIEL, Ana Paula O. Os Grupos Temáticos de Pesquisa da ABEPSS na relação entre pós-graduação e graduação. **Revista Katálisis**, v. 20, n. 2, p. 262–271, maio/ago. 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rk/a/xFsRJwNKCCZWRz9FvY7q77R/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 mar. 2026.

NASCIMENTO, Chrislayne C. dos S.; OLIVEIRA, Carla M. de. Educação permanente e Serviço Social: apontamentos sobre a formação profissional. **Temporalis**, v. 16, n. 31, jan./jun. 2016. DOI: <https://doi.org/10.22422/2238-1856.2016v16n31p133-166>. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/12321>. Acesso em: 28 mar. 2026.

NASCIMENTO, Clara M. do. **A universidade brasileira sob o padrão de reprodução do capital nos anos 2000**. 2022. 196p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/243799>. Acesso em: 28 mar. 2026.

PEREIRA, Larissa D.; FERREIRA, Andreza T. dos S.; SOUZA, Andréa C. V. de. Análise comparativa entre expansão dos cursos de Serviço Social EAD e presenciais. **Temporalis**, ano 14, n. 27, p. 181–202, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5017158.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2026.

PRATES, Jane C. O planejamento da pesquisa social. **Temporalis**, ano 4, n. 7, jan./jun. 2003, 2004. Disponível em: <https://media.webfans.com.br/abepss/uploads/2022/04/TEMPORALIS-4.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2026.

Submetido em: 18/9/2025

Revisto em: 5/1/2026

Aceito em: 7/1/2026



Desigualdade e moradia: análise consubstancial das relações sociais de sexo/gênero, classe e raça

Inequality and housing: a consubstantial analysis of social relations of sex/gender, class, and race

Wilsomar Pessoa Nunes*

 <https://orcid.org/0000-0002-3424-3356>

Carlos Rerisson Rocha da Costa**

 <https://orcid.org/0000-0003-1557-7606>

RESUMO

Os direitos sociais, entre eles o direito à moradia, é um direito indispensável para o ser humano. Apesar disso, existe desafios quanto à efetivação desse direito de forma digna. Tal realidade, estar atrelada à atuação do Estado capitalista, o qual organiza as cidades em espaços distintos para determinados grupos em sociedade. Nesse cenário, a desigualdade socioespacial, ancorada nas relações sociais de sexo/gênero, classe e raça, torna-se a base que lança uma determinada população à invisibilidade, tendo que sobreviver a condições precárias nos territórios em que habita, florescendo a desigualdade socioespacial. Considerando as contribuições dos estudos feministas, no contexto de desigualdade da sociedade capitalista, o presente artigo objetiva analisar criticamente as desigualdades socioespaciais e o direito à moradia, a partir da perspectiva da consubstancialidade, uma vez que permite compreender a complexidade desse fenômeno, por meio da imbricação das relações sociais de sexo/gênero, classe e raça. As fontes da pesquisa se deram a partir de um levantamento bibliográfico, com cunho qualitativo. A partir da análise, concluímos que as relações sociais de sexo/gênero, classe e raça, perpetuam o não acesso à moradia e às desigualdades habitacionais, violando o direito à cidade e à própria cidadania. Considerando que na essência do capitalismo, as desigualdades socioespaciais são fundamentais para a sua reprodução. Diante disso, se faz necessária a reconstrução desse cenário, utilizando-se da análise feita pela consubstancialidade, que ao compreender a imbricação das relações sociais de sexo/gênero, classe e raça, contribui para a construção de políticas públicas habitacionais consubstancializadas, como meio para diminuição das manifestações das desigualdades.

PALAVRAS-CHAVE:

Moradia; Desigualdades socioespaciais; Consubstancialidade; Relações sociais.

*Professor. Mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí (UFPI, Teresina, Brasil). Docente no curso de Administração na Universidade Estadual do Piauí (UESPI, Floriano, Brasil). E-mail: wilsomarnunes@fn.uespi.br

**Professor. Doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, Brasil). Docente do curso de Geografia na Universidade Estadual do Piauí (UESPI, Teresina, Brasil). E-mail: rerissoncosta@ccm.uespi.br

DOI 10.22422/temporalis.2026v26n51p292-308



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2026 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

ABSTRACT

Social rights, including the right to housing, are indispensable rights for human beings. Despite this, there are challenges in effectively implementing this right in a dignified manner. This reality is linked to the actions of the capitalist state, which organizes cities into distinct spaces for certain groups in society. In this scenario, socio-spatial inequality, anchored in social relations of sex/gender, class, and race, becomes the basis that renders a certain population invisible, forcing them to survive in precarious conditions in the territories they inhabit, thus flourishing socio-spatial inequality. Considering the contributions of feminist studies in the context of inequality in capitalist society, this article aims to critically analyze socio-spatial inequalities and the right to housing from the perspective of consubstantiality, as it allows us to understand the complexity of this phenomenon through the interweaving of social relations of sex/gender, class, and race. The research sources were based on a qualitative bibliographic survey. Based on our analysis, we conclude that social relations of sex/gender, class, and race perpetuate lack of access to housing and housing inequalities, violating the right to the city and to citizenship itself. Considering that, at the heart of capitalism, socio-spatial inequalities are fundamental to its reproduction. Given this, it is necessary to reconstruct this scenario, using the analysis made by consubstantiality, which, by understanding the interweaving of social relations of sex/gender, class, and race, contributes to the construction of consubstantialized public housing policies as a condition for reducing manifestations of inequality.

KEYWORDS:

Housing; Socio-spatial inequalities; Consubstantiality; Social relations.

Introdução

A desigualdade socioespacial é assentada a partir dos elementos de constituição da sociedade brasileira, que se deram no desdobramento do sistema patriarcal-racista-capitalista. Nesse contexto, a Constituição Federal de 1988, ao tratar da política urbana, e sendo consolidada pelo Estatuto da Cidade em 2001, considera que o acesso à moradia é um direito fundamental e indispensável para o sujeito em sociedade. De tal modo, que se demanda do Estado social a eficácia do direito à moradia, por meio de políticas públicas, para que seja concedida habitação adequada a todos os cidadãos, evitando, assim, a exclusão e a discriminação dos grupos mais vulneráveis (Andrade; Costa, 2023).

Entretanto, o desenvolvimento da sociedade capitalista e as transformações ocorridas na sociedade brasileira desencadearam uma série de desigualdades sociais, acompanhadas de habitações e moradias inadequadas, reforçando as desigualdades desde o período escravocrata e patriarcal. Nesse contexto, as áreas urbanas conquistam uma valorização diferenciada por conta do desenvolvimento de políticas públicas nesses territórios, ocorrendo por meio de diversos interesses, enquanto as áreas periféricas expressam os maiores índices de desigualdades socioespaciais, vulnerabilizando a população negra e pobre, e dificultando o acesso aos demais direitos básicos (Dupont, 2022).

A partir dessa conjuntura, uma análise a partir da imbricação das relações sociais de sexo/gênero, raça e classe, tem sido indispensável para compreender as desigualdades socioespaciais e o acesso à moradia. Uma vez que o agravo das condições precárias de moradias tem sido um reflexo da violação dos direitos da classe trabalhadora. Contudo, associadas às relações sociais, as desigualdades socioespaciais trazem implicações não só na privação do acesso aos direitos, como também na privação de um modo de vida com qualidade, isto é, englobando uma realidade complexa, e transcendendo uma questão de habitação, território e urbanização (Andrade; Costa, 2023).

A configuração desse fenômeno ganha desdobramento a partir das diversas dimensões que existem na sociedade, mediadas por relações de gênero, raça, classe, etnia, território, criando-se barreiras para o acesso aos direitos sociais. Além disso, esse contexto se dá a partir da desproteção que ocorre no neoliberalismo e da potencialização da concentração de renda, do aumento da pobreza, da redução do papel do Estado no social e da mercantilização dos direitos sociais (Chaves; Arcoverde, 2021).

Diante disso, surgem alguns questionamentos: quais os sujeitos que ocupam os territórios periféricos? Quais as experiências vivenciadas por esses indivíduos? A quem pertence o direito à cidade, e o acesso à moradia digna? Que implicações as relações sociais de sexo/gênero, classe e raça causam para a população negra, pobre e periférica, especialmente para mulheres negras? Sendo assim, compreendendo a dinâmica e a complexidade das desigualdades socioespaciais, apresentamos algumas considerações a partir de uma análise da consubstancialidade e da imbricação das relações sociais de sexo/gênero, classe e raça.

No campo do feminismo, são desenvolvidas diversas teorias para se analisar os sistemas desiguais de gênero, raça e classe, dentre elas foram construídas perspectivas, como a consubstancialidade. A consubstancialidade está ancorada na contribuição do feminismo francófono, no sentido de compreender as manifestações das relações sociais de sexo/gênero, classe e raça, na sociedade capitalista. Nesse contexto, a consubstancialidade, faz a defesa pela relação inseparável das desigualdades de sexo/gênero, classe e raça, as quais se reproduzem e se coproduzem mutuamente. Portanto, é preciso compreender como essas categorias se expressam a partir de uma dinâmica dialética (Kergoat, 2010). Pretende-se, assim, apresentar as contribuições dos estudos feministas a partir da problematização das estruturas sociais.

Diante disso, este artigo tem como objetivo analisar criticamente as desigualdades socioespaciais e o direito à moradia, a partir da perspectiva da consubstancialidade, uma vez que essa abordagem permite compreender a complexidade desse fenômeno, por meio da imbricação das relações sociais de sexo/gênero, classe e raça. A metodologia consistiu em pesquisa de cunho bibliográfico. Em relação à abordagem, optou-se pela escolha da pesquisa qualitativa, pois se concentra na compreensão aprofundada e na interpretação detalhada das especificações em estudo. Além disso, a utilização dessa abordagem se mostrou especialmente útil para explorar os contextos das desigualdades socioespaciais e do direito à moradia, a partir das categorias sexo/gênero, classe e raça.

Justifica-se que essa discussão sobre as desigualdades e o acesso à moradia, a partir da perspectiva da consubstancialidade, é um debate pouco explorado, demandando-se uma produção mais intensa, a partir da necessidade do compromisso em combater as desigualdades produzidas no sistema capitalista. Logo, as lacunas no campo teórico sobre essa discussão abrem caminhos para a necessidade da incorporação das questões sobre desigualdade socioespacial e do acesso à moradia, no âmbito dos estudos feministas.

Desse modo, este artigo está estruturado em quatro seções. Após a introdução, encontramos na primeira seção, algumas discussões sobre as desigualdades socioespaciais e o acesso à moradia, para a compreensão desse fenômeno. Em seguida, na segunda

seção, apresenta-se a contribuição da consubstancialidade e da importância da imbricação das relações sociais de sexo/gênero, classe e raça. Já na terceira seção, abordamos a partir de uma análise crítica as contribuições da consubstancialidade para se analisar as desigualdades socioespaciais e o acesso à moradia, no contexto da sociedade capitalista. Na última seção, são apresentadas algumas reflexões a respeito da problemática exposta.

Desigualdades socioespaciais e acesso à moradia: algumas discussões para compreensão desse fenômeno na sociedade capitalista

A partir do processo de urbanização, ocorreu uma produção excedente das cidades, isto é, uma produção para além das necessidades. Contudo, essa produção se concentrou nas mãos de poucos, que não foi a população negra e pobre. Dito isto, é possível considerar que a política habitacional e o direito à moradia, durante seu processo de construção, nunca foi preocupação do capitalismo, e que em muitos momentos não foi prioridade do Estado (Ahlert *et al.*, 2024).

Desse modo, na formação da sociedade brasileira, existe uma forma desigual de abrigar grande parte da população que reside em territórios periféricos e sem infraestrutura, expressando um nível de desigualdade latente. No processo de urbanização, o acesso à moradia e as desigualdades socioespaciais apresentam uma relação intrínseca. Tal relação demanda compreendermos o que transcende na relação desses fenômenos, e como isso contribui para o fortalecimento do sistema capitalista a partir da produção de espaços desiguais (Dupont, 2022).

Segundo Cruz (2019), as desigualdades socioespaciais são produzidas pela sociedade capitalista, permeadas por condições sociais e econômicas dos sujeitos. Cardoso (2018, p. 98) enfatiza que a “questão da moradia é um elemento importante que nos ajuda a refletir sobre a produção do espaço urbano das cidades, sendo a moradia um dos elementos de reprodução da sociedade”. Sendo assim, a dificuldade de acesso digno à moradia configura-se como um dos fatores de manifestação da desigualdade socioespacial e da segregação urbana.

Esse contexto é traduzido pela segregação de um determinado grupo em um espaço (associada aos sujeitos negros e pobres e com condições precárias de moradias) e de outros grupos em outros espaços. Dito de outro modo, as desigualdades socioespaciais dizem respeito à desigualdade do não acesso ao direito à moradia. Segundo Panta (2020, p. 90), “a segregação é uma realidade atual que reforça a continuidade de um modelo de urbanização marginalizante, no qual o negro é o grupo social mais preterido”.

A partir das diferenciações dos espaços, é possível observar a infraestrutura de alguns territórios, enquanto em outros evidenciam condições de vulnerabilidade, sendo expressa uma contradição entre periferia e planejamento urbano. Tais condições afetam diretamente as condições de vida dos sujeitos desse território. Sendo assim, quanto maior for a exclusão de um espaço dos centros urbanos, maior será o grau de desigualdade, uma vez que só irá usufruir das condições do capital quem puder pagar por tais serviços (Andrade; Costa, 2023).

Isso levará a população de baixa renda a ocupar espaços e ambientes mais frágeis, negligenciados ou desconsiderados pelo poder público em determinadas áreas, resultando na formação de favelas. Sendo assim, a desigualdade socioespacial é a ausência das políticas urbanas nos territórios periféricos, os quais expressam péssimas condições de vida, isto é, são áreas sem infraestrutura e equipamentos urbanos (Rodrigues, 2007).

Portanto, o acesso à moradia não diz respeito apenas à concessão de habitação, mas a uma “moradia digna, que implica muito mais do que um lugar para morar, incluindo, portanto, um conjunto de condições básicas elementares para a total efetivação desse acesso” (Ferreira, 2013, p. 52). Isso significa ter acesso ao transporte, saneamento básico, coleta de lixo, tratamento de água e esgoto, infraestrutura e equipamentos urbanos, ou seja, um sentido complexo de cidadania.

Dessa forma, compreendemos que as condições dos territórios periféricos determinam as condições de vida da população que neles reside. “Nesse contexto, insere-se a questão do acesso à moradia, um bem material e um direito inalienável, que é outorgado a todos enquanto direito, mas vetados a muitos, enquanto mercadoria” (Ferreira, 2013, p. 38). De outro modo, não só as cidades se tornam produtos de lucro na sociedade capitalista, como o acesso à moradia se torna uma condição indispensável para a realização dessa mercadoria, fundamental para a reprodução da cidade capitalista, segregada e desigual.

O direito à moradia envolve, além do direito de ocupar um lugar, o direito de, ao ocupar esse espaço, deste se tornar um local de moradia, em virtude do fato de que morar compõe o caráter humano. Nesse sentido, o direito à moradia é requisito para se abranger o mínimo existencial, juntamente com outros tantos direitos fundamentais. [...] Tanto é um direito humano que a moradia também apresenta as características de inalienabilidade, imprescritibilidade, irrenunciabilidade, universalidade. É inata, absoluta e inviolável. Tem-se a universalidade do direito à moradia, visto que seu exercício estende-se a todos os indivíduos, independente de sexo, etnia, religião, situação financeira. Apesar de serem diferentes, todas as pessoas desfrutam desse direito com base no princípio da igualdade (Souza, 2004, p. 4).

O direito à moradia está articulado ao direito à cidade, que depende de condições e de investimentos para que os sujeitos que nela habitam possam usufruí-la. Desse modo, a cidade é um espaço coletivo que pertence a todos. Contudo, as desigualdades socioespaciais mostram-na como ela realmente é, com falta de infraestrutura e investimento nas políticas públicas, sobretudo, nos territórios periféricos (Rodrigues, 2007).

Nesse sentido, o acesso à moradia e aos seus determinantes consistem na produção do espaço urbano, por outro lado, o não acesso aprofunda as desigualdades, “essas, por sua vez, permitem a continuidade da exclusão, aliás da inclusão perversa dos mais pobres no sistema capitalista” (Ferreira, 2013, p. 53). As desigualdades socioeconômicas são oriundas de um processo de concentração de riqueza, lançando um segmento populacional a vivenciar estratégias de sobrevivência, por meio de territórios periféricos, ficando expostos às condições insalubres (Ferreira, 2013).

Desse modo, compreendemos as desigualdades presentes no espaço urbano como um reflexo de uma sociedade profundamente capitalista e marcada por divisões de classe.

Essas desigualdades são, sobretudo, um reflexo da má distribuição de riqueza e das condições de sobrevivência da classe trabalhadora. Essas disparidades influenciam diretamente as ações de produção do espaço urbano, especialmente nas interações entre os agentes de produção que priorizam seus próprios interesses de maneira desigual (Salgado, 2021).

De acordo com Salgado (2021), as desigualdades socioespaciais se mantêm a partir da atuação do Estado, ao garantir os interesses do capital, ou seja, o Estado capitalista ao assegurar as condições de reprodução do capital, perpetua as desigualdades socioespaciais, de tal modo, que estas se tornam o *lócus* para o capitalismo, tornando-se indispensável para sua acumulação.

Em conformidade, Cardoso (2018, p. 87) compreende que “o Estado é um aliado necessário do capital para a sua reprodução, frente ao mercado imobiliário e da produção de moradia, interfere nos processos de urbanização e metropolização do espaço”. Nesse contexto, “a moradia não é entendida como um direito social a ser provido pelo Estado, mas sim como um produto fornecido pelo mercado. Esse paradigma de política habitacional não tem respondido a contento as necessidades habitacionais das pessoas” (Lima, 2020, p. 10), uma vez que esse direito só se torna possível na cidade, tornando-se assim, uma relação de troca e de mercantilização (Garcia; Colacios, 2024).

Portanto, o capital produz um tipo de cidade mercantilizada, onde ocorre “o desmonte dos serviços públicos, a ausência de políticas de moradia, de saneamento, transporte, porque estas precisam ser incorporadas pela lógica do mercado” (Garcia; Colacios, 2024, p. 128). Nessa mesma direção, o Estado brasileiro assume uma nova configuração no contexto neoliberal, deixando de lado as intervenções no social e reforçando cada vez mais as desigualdades socioespaciais. Nesse contexto, “O direito à moradia tem-se revelado cada vez mais ausente para uma ampla parcela da sociedade brasileira” (Vasconcelos Filho; Lima; Nascimento, 2009, p. 4).

Destaca-se, assim, a importância do “planejamento urbano com participação popular e democrática para reduzir as desigualdades socioespaciais na produção do espaço urbano nas cidades” (Andrade; Costa, 2023, p. 7). Dessa forma, compreendemos que a desigualdade expressa nas áreas de pobreza é frequentemente vista, na lógica dominante, como um problema decorrente do aumento populacional, especialmente entre os migrantes, e do aparente descompasso entre o crescimento da população e a presença do Estado capitalista nas áreas urbanas.

Sendo assim, compreendemos que o acesso à moradia revela vários fatores de desigualdade e de desproteção social dos sujeitos que habitam em territórios periféricos, trazendo à tona a vivência e o cotidiano singular de uma parcela da população. Nesse contexto, tal realidade está relacionada à consubstancialidade e à imbricação entre classe e raça, uma vez que estão expressas nas experiências dos sujeitos. As contribuições apontadas até aqui apresentam um movimento dialético, o qual se reproduz no seio da sociedade capitalista, amparado em um projeto hegemônico.

Consustancialidade e as imbricações das relações sociais de sexo/gênero, classe e raça

Os estudos feministas têm como centralidade em suas análises, as categorias de gênero/sexo, classe e raça. De tal modo que fazem a defesa pela necessidade do cruzamento dessas desigualdades, compreendendo que são sistemas construídos, e que se operacionalizam por meio da dominação, exploração e opressão. Apesar da complexidade, e das suas próprias instâncias, essas relações sociais de classe, sexo e raça, articulam-se e interagem entre si, isto é, “cada uma imprimindo sua marca nas outras, ajustando-se às outras e construindo-se de maneira recíproca” (Kergoat, 2010, p. 100).

A corrente denominada feminismo materialista francófono ou francês é identificada a partir dos conceitos sobre as relações sociais. Nesse contexto, as feministas materialistas desenvolvem diversas abordagens, compreendendo como as relações de classe, sexo e raça são dialéticas, antagônicas e hierárquicas (Kergoat, 2002). No final de 1970, as perspectivas desenvolvidas por Danièle Kergoat partem das relações de classe e sexo, buscando “compreender de maneira não mecânica as práticas sociais de homens e mulheres diante da divisão social do trabalho” (Kergoat, 2010, p. 93), incorporando, logo depois, a relação de raça.

Aqui abre espaço para o entendimento sobre a categoria relações sociais. Na língua francesa existem dois conceitos: *relation* e *rapport*. Segundo Cisne e Falquet (2020):

O primeiro [*relation*] diz respeito às relações individuais, interpessoais, cotidianas, que cada pessoa vive diretamente. São relativamente mais fáceis de serem transformadas individualmente, uma vez que são passíveis de alterações sem necessariamente haver uma transformação em relações estruturais. Isso é o que explica poder existir no campo das relações pessoais situações contrárias ao que ocorre na dinâmica das relações estruturais (Cisne; Falquet, 2020, p. 428).

O segundo [*rapport*] é uma ferramenta teórica que designa as relações sociais estruturais, abstratas, impessoais, antagônicas e criadas dialeticamente pelas diferenças de poder entre grupos, envolvendo exploração/apropriação de um grupo sobre outro (que se torna assim uma classe). Na formulação epistemológica dominante do feminismo materialista francófono, existem três relações sociais estruturais, na medida que organizam o trabalho no seu sentido mais amplo, pago ou não: as relações sociais de sexo, raça e classe (Cisne; Falquet, 2020, p. 428).

A partir da explanação desses conceitos, é possível compreender que as alterações que ocorrem nas relações individuais, não são suficientes para alterar as relações estruturais. Portanto, trata-se de entender que as relações sociais de sexo, raça e classe, estão inseridas em uma dinâmica mais complexa (Cisne; Falquet, 2020). Em outras palavras, “podemos estabelecer uma alteração na nossa vivência familiar, podemos dividir igualmente as tarefas domésticas, mas essa alteração não implicará em transformação na estrutura social da divisão sexual do trabalho” (Cisne; Santos, 2018, p. 53).

Diante disso, para compreensão da dinâmica das relações sociais, é construído, no seio do feminismo materialista francês, o conceito de consustancialidade. Na qual, Kergoat aponta que a “consustancialidade parte de um nó ou de uma espiral para pensar a inseparabilidade [...] das relações sociais” (Garcia, 2022, p. 115), compreendendo que as relações de sexo, classe e raça, não são adicionais ou somáveis, mas sistemas que estão

imbricados e indissociáveis a partir do funcionamento do nó, ou seja, que não pode ser desatado (Kergoat, 2010).

A partir dessa dinâmica dialética, Saffioti (2004) apresenta a metáfora do nó:

No nó, elas passam a apresentar uma dinâmica especial, própria do nó. Ou seja, a dinâmica de cada uma condiciona-se à nova realidade. De acordo com as circunstâncias históricas, cada uma das contradições integrantes do nó adquire relevos distintos. E esta motilidade é importante reter, a fim de não se tomar nada como fixo, aí inclusa a organização social destas subestruturas na estrutura global, ou seja, destas contradições no seio da nova realidade – novelo patriarcado-racismo-capitalismo (Saffioti, 2004, p. 125).

De acordo com Cisne e Santos (2018, p. 85), “a ideia do nó nos lembra que, ao menos nas sociedades capitalistas, todo indivíduo pertence a uma classe, deve possuir um gênero (homem ou mulher) e é racializado”. Desse modo, a consubstancialidade se apresenta como uma valiosa contribuição para explicar a realidade em que vivemos, que em sua dinâmica é contraditória e desigual. A partir disso, é possível compreender a proposta da consubstancialidade, uma vez que as dimensões de sexo, raça e classe ao se entrelaçarem estão articuladas a uma única linha (Cisne, 2014).

Sendo assim, a consubstancialidade está ancorada no pilar das relações sociais de sexo, raça e classe, de modo que estas são construídas, para manter as estruturas das desigualdades na sociedade (Kergoat, 2010). Nesse contexto, Saffioti (2004) explana a simbiose dos sistemas estruturais:

Com emergência do capitalismo, houve a simbiose, a fusão, entre os três sistemas de dominação-exploração [...]. Só mesmo para tentar tornar mais fácil a compreensão deste fenômeno, podem-se separar estes três sistemas. Na realidade concreta eles são inseparáveis, pois se transformaram, através deste processo simbiótico, em um único sistema de dominação-exploração, aqui denominado patriarcado-racismo capitalismo (Saffioti, 1987, p. 60).

Ademais, as relações sociais são históricas “[...] pois possuem uma estrutura que permite sua permanência, mas também passam por transformações que correspondem a períodos históricos e a eventos que podem acelerar seu curso” (Kergoat, 2010, p. 100). Esta compreensão apresenta, assim, como esses sistemas constroem o termo dominação-exploração, isto é, não são dois processos distintos: dominação de um lado, e exploração do outro, mas sim faces da mesma moeda. Sendo assim, expressam como são reproduzidas a exploração e as outras categorias na sociedade de classe (Saffioti, 2004).

Dessa forma, “entende-se que essas relações sociais são estruturantes das desigualdades, embora não esgotem todo o debate da diversidade humana” (Cisne; Santos, 2018, p. 87). Desse modo, tal análise não deve perpassar apenas por uma única relação social, uma vez que apenas as questões de classe social não são suficientes para se analisarem as desigualdades socioespaciais, sendo necessária uma análise em que se apresentem as demais categorias de desigualdades, como compreendida por Cisne e Santos (2018):

Apenas a análise de classe limita a uma visão economicista não é suficiente, ao contrário muitas vezes, cometeu ou ainda comete equívocos de não considerar a diversidade humana em sua totalidade. Da mesma forma, apenas a análise da

condição de sexo seria insuficiente sem considerar a classe e a raça. Assim como a raça, sem sexo e a classe, também não corresponde a análise das desigualdades em sua dinâmica, complexidade e totalidade. Ou seja, não há como isolar nenhuma dessas dimensões uma das outras (Cisne; Santos, 2018, 85-86).

Nessa perspectiva, “é preciso compreender que a classe, além de ter sexo, possui raça/etnia, e essas dimensões imprimem condicionalidades que estruturam de forma diferente as vivências das formas de exploração e opressão nesta sociedade” (Cisne; Santos, 2018, p. 77). Sendo assim, nessa conjuntura, “qualquer estratégia de superação das desigualdades, exige um projeto político que seja simultaneamente e igualmente feminista, antirracista e anticapitalista” (Cisne; Falquet, 2020, p. 435), voltado para a emancipação humana, e, assim, está livre de qualquer forma de opressão, exploração e de desigualdade.

Aqui pensamos as relações sociais de sexo/gênero, raça e classe, como produtos para se pensar a produção de diversos contextos na sociedade, dentre eles, a questão habitacional. De tal modo, que considerando os espaços urbanos, é necessário incorporarmos as relações de raça e classe, e sua manifestação com os demais eixos estruturantes, tanto em seus aspectos ideológicos como na sua materialidade.

Consubstancialidade e as relações sociais de sexo/gênero, classe e raça: uma ferramenta de análise diante das desigualdades socioespaciais e o acesso à moradia da população negra e pobre

A análise aqui posta trata de um esforço para pensar e para fornecer um método para pensar tanto a pluralidade dos regimes de poder quanto a alquimia que transforma, em mais ou menos longo prazo, essa dominação interiorizada em práticas de resistência. Esse debate é importante para entender como as diferentes formas de poder e controle social são internalizadas pelos indivíduos e, ao mesmo tempo, como essas mesmas formas podem ser subvertidas e transformadas em resistência ativa. É, portanto, um método para detectar os germes de utopia na realidade social contemporânea, oferecendo uma ferramenta analítica para identificar e potencializar as práticas emergentes que visam a criação de uma sociedade mais justa e equitativa (Kergoat, 2010).

Nesse contexto, é fundamental reconhecer como o racismo, produtor das desigualdades e da invisibilidade do negro, cria barreiras para sua inserção na sociedade. De tal modo que “a presença massiva de negros em territórios marginalizados de diversas cidades brasileiras, todavia, tem suscitado outros olhares e debates sobre o fenômeno” (Panta, 2020, p.85). A partir do mito da democracia racial, sobretudo no período pós-abolição, criou-se na sociedade uma ideologia de harmonia entre as classes, ocultando a manutenção do poder e os privilégios da classe dominante (Fernandes, 2008).

Ao focalizar mais especificamente o cenário pós-abolição, as causas da segregação da população negra podem ser compreendidas como constitutivas de um contexto marcado pelo ideário do branqueamento, cuja face urbana foi a tentativa incessante de esconder a população negra [...] cerceando, assim, suas possibilidades de mobilidade social ascendente (Panta, 2020, p. 90).

Tal condição e relação de poder naturalizaram as condições dos negros, destinando-os a continuar vivendo sob condições de vulnerabilidade e pobreza. “As implicações desse

modo de pensar incidem em todas as dimensões da vida social e se estruturam como um arsenal ideológico que tende a se reproduzir historicamente” (Cisne; Santos, 2018, p. 98).

Desse modo, uma análise a partir das questões urbanas sem apresentar outras categorias de desigualdades acaba ocultando a lógica de dominação que opera nos territórios periféricos. Ressalta-se, aqui, que os estudos sobre questão urbana ainda estão centrados apenas nas questões de classe social, o que implica problematizar a articulação que deve ser feita com outros sistemas de desigualdades, como o racismo estrutural, apontado por Almeida (2019), e assim problematizar e contribuir para as questões urbanas e periféricas.

Nesse contexto, entendemos que as relações sociais de sexo/gênero, raça e classe, se entrelaçam nesse processo de imbricação, fazendo com que a segregação racial seja mais acentuada nas camadas de baixa renda, aumentando a hierarquia social. Isso ocorre devido às barreiras invisíveis que dificultam a ascensão dos negros à classe média¹, e à cultura racista que perpetua representações dos negros como subalternos (Gonzalez; Hasenbalg, 1982).

O lugar natural de grupo humano dominante são moradias amplas e espaçosas, situadas nos mais belos recantos da cidade [...] protegidas por diferentes tipos de policiamento: [...] tem sido sempre o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: das senzalas às favelas, cortiços, porões, invasões, alagados e conjuntos habitacionais [...] (Gonzalez; Hasenbalg, 1982, p. 15).

Segundo os dados do Censo de 2022, 72,9% dos indivíduos residentes nas periferias são negros e pardos, tornando-se a maior porcentagem desse espaço segregacional, considerando que os brancos estariam em menor quantidade. A partir de um recorte de sexo/gênero, o censo ainda aponta que as mulheres, em todas as faixas etárias, são a maioria nas periferias. Considerando as idades de 15 a 29 anos, as mulheres estão representadas em uma porcentagem de 50,3%, e os homens com 49,7%. Já entre a faixa de 30 a 44 anos, as mulheres representam 52,4%, e os homens 47,6%. Entre as idades de 45 a 59 anos, as mulheres estão em uma porcentagem de 53,3%. Considerando as idades de 60 a 74 anos, as mulheres estão em uma porcentagem de 55,3%, e os homens em 44,7%. Esse percentual chega a aumentar entre as faixas etárias de 75 anos ou mais, onde as mulheres representam 61,9%, e os homens 38,1% (IBGE, 2024).

Esses dados revelam como as relações sociais de sexo/gênero, classe e raça, atravessam a realidade de mulheres negras pobres e periféricas. Essa realidade coloca essas mulheres em uma dinâmica de opressão e exploração, que à medida que nega o direito à cidade, mantém os interesses do sistema capitalista (Ifanger; Mineiro; Mastrodi, 2021). Segundo Garcia e Colacios (2024, p. 129), “essa lógica se apresenta claramente na vida das famílias negras brasileiras, as quais, pela função social do racismo, são as que possuem maior dificuldade em adquirir moradia digna”.

¹ Segundo Marx (2012), a classe média é caracterizada pela classe trabalhadora que mesmo dentro da dinâmica de exploração do capitalismo, incorpora posições e interesses ambíguos, buscando tanto seus interesses particulares, como agindo em participação de movimentos, visando mudanças sociais.

Em conformidade, Salgado (2021, p. 67), aponta que as desigualdades socioespaciais, são impostas “a certas populações, refletindo por vezes na localização geográfica no próprio espaço urbano, fundando a produção de injustiças espaciais”. Tais injustiças ainda são mais agravadas pelo racismo e outras formas de discriminação e sistemas de desigualdades, diminuindo e eliminando a possibilidade de negros/negras terem acesso às melhores condições de vida (Carvalho; Arantes, 2021).

Portanto, “somente desvendando o racismo e sua relação na estrutura da nossa sociedade capitalista patriarcal e classista, podemos compreender, por exemplo, dentre diversas outras questões” (Cisne; Santos, 2018, p. 100). Desse modo, para pensarmos o racismo no contexto brasileiro, recorreremos ao seu conceito evidenciando sua sistematização. Sendo assim, o racismo seria “uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento”, proporcionando discriminações sistemáticas, e tornando-se uma regra e não exceção na sociedade (Almeida, 2019, p. 23). Diante disso, é preciso considerar o processo histórico da população negra na sociedade capitalista, assim como suas marcas enraizadas deixando seu legado nas relações sociais.

Por isso, precisamos compreender como [...] o racismo, conforma a formação das classes no Brasil, estruturando relações de opressão e exploração. O que pretendemos demonstrar é que há contradições internas e profundas das desigualdades sociais no Brasil que permeiam, fundamentalmente, o racismo [...] na estruturação das classes como dimensões fundantes dessas desigualdades (Cisne; Santos, 2018, p. 109).

Conforme Cisne e Santos (2018, p. 109), “o processo de urbanização [...] no Brasil, portanto, não está dissociado de marcas constitutivas das relações sociais, como o [...] racismo”. Desse modo, a proposta reside em analisar as questões de moradia e das desigualdades socioespaciais, apresentando assim a essência desse fenômeno e sobre quais condições emergem. Tratando, especificamente, da população negra, é possível evidenciar a manifestação do racismo estrutural (Almeida, 2019), e do não acesso à moradia, à medida que a raça se torna um fator responsável pela segregação socioespacial.

O processo de expulsão da população negra das áreas centrais englobará não apenas a segregação desse grupo racial para as áreas mais afastadas, mas também buscará eliminar todas as referências físicas e simbólicas que remetiam a existência e a presença negra na cidade (Luz, 2020, p. 132).

Nesse contexto, o racismo se perpetua como um sistema de poder capaz de determinar os lugares sociais e as condições de vida da população negra. Almeida (2019) enfatiza a complexidade do racismo, ao pontuá-lo como uma categoria estrutural, ou seja, apenas as ações de combate ao racismo nas relações sociais não são suficientes, uma vez que pela sua condição de estrutura demanda-se a superação das desigualdades.

Desse modo, o não acesso à moradia e as desigualdades socioespaciais refletem de forma mais crítica quando os sujeitos comportam as desigualdades de raça e classe. As precárias condições de vida, vivenciadas pela população negra e pobre, em territórios desiguais, contribuem para a manutenção da concentração de poder e do investimento apenas nos centros urbanos, resultando no alargamento das desigualdades socioespaciais, por meio de cortiços, favelas e bairros periféricos. Além disso, tais condições ocorrem por meio da

marginalização habitacional, que vem se prolongando desde o período escravocrata, colocando a população negra e pobre a vivenciar os efeitos desse sistema desigual.

Sendo assim, considerar raça e classe torna-se fundamental para se compreenderem as desigualdades socioespaciais. As desigualdades socioespaciais estão articuladas com as desigualdades raciais e sociais, uma vez que os territórios periféricos, em sua maioria, são habitados por pessoas negras e pobres (Carvalho; Arantes, 2021).

Percebe-se, portanto, que esse urbano não é para todos/as e, de fato, é profundamente segregado étnica e racialmente, à medida que o processo de construção de novas cidades envolveu um discurso de superação que buscava sobrepujar um passado retrógrado (escravocrata) e atrasado (colonial e senhorial) (Rezende; Andrade, 2022, p. 8–9).

Nesse contexto, a população negra é a que mais sofre com os efeitos do racismo, uma vez que em um planejamento urbano as necessidades dos negros não são consideradas, determinando, assim, quem pode ou não circular pela cidade. Um exemplo dessa realidade é o deslocamento da população negra, para o trabalho, para deixar os filhos na escola. Outra realidade seria como o corpo negro sofre com as abordagens policiais, à medida que seu corpo sofre com o policiamento, controle e a vigilância (Garcia; Colacios, 2024).

Essa realidade expressa como o racismo marca como “o Estado atua diante dos problemas sociais e como combate ou reforça desigualdades umbilicalmente entranhadas na formação do país” (Portela Jr., 2020, p. 25). De tal modo que o racismo reforça as vulnerabilidades, sendo reproduzido nas dificuldades de acesso às condições mínimas de sobrevivência. Diante disso, considera-se que a consubstancialidade e a imbricação entre as relações sociais de sexo/gênero, classe e raça, contribuem para compreender as determinações das condições de vida da população negra e pobre, uma vez que tal realidade está assentada nos espaços que os sujeitos ocupam, e da segregação urbana localizada.

Nesse sentido, essa perspectiva da consubstancialidade revela não apenas as maneiras pelas quais a população negra e pobre é sistematicamente marginalizada, mas também ilumina os caminhos possíveis para a resistência e a transformação social. Em última análise, ao adotar essa categoria analítica, estamos mais bem equipados para lutar por um espaço urbano mais justo e equitativo, onde todos os indivíduos, independentemente de sua raça ou classe, possam exercer plenamente seu direito à cidade. Portanto, “a produção do espaço urbano não escapa a essa lógica, pelo contrário, opera através da prática de negação e invisibilização dos corpos racializados” (Nery, 2023, p. 9).

Nessa discussão sobre a consubstancialidade e a imbricação das relações sociais entre sexo/gênero, classe e raça como ferramenta de análise das desigualdades socioespaciais da população negra e pobre, destaca-se que essa abordagem permite uma compreensão mais profunda e complexa das múltiplas formas de opressão que se entrelaçam e se reforçam mutuamente. Ao reconhecer que as experiências de desigualdade não podem ser completamente entendidas através de uma lente única, mas sim através da consubstancialidade de várias dimensões de identidade e poder, podemos desenvolver políticas e práticas mais eficazes e inclusivas.

Considerações finais

As análises feitas até aqui apresentam algumas conclusões. O não acesso à moradia e as desigualdades socioespaciais apontam a perpetuação das questões habitacionais, violando o direito à cidade e à própria cidadania. Considerando que na essência do capitalismo, as desigualdades socioespaciais são fundamentais para sua reprodução. É preciso considerar que as políticas públicas habitacionais são direcionadas para áreas distantes dos centros urbanos, sem condições de acesso aos demais direitos sociais. Tal contexto revela o Estado neoliberal que, por meio dessa condição, assume o controle sobre as classes mais pobres e marginalizadas.

Sendo assim, essa realidade marca um longo processo histórico de violações de direitos, do não acesso à moradia e de desigualdades. Diante disso, a consubstancialidade e a imbricação das relações sociais de sexo/gênero, classe e raça são fundamentais para se pensar o contexto periférico das cidades, levando em conta que essas desigualdades determinam as condições de vida dos sujeitos que ali residem. Por meio da consubstancialidade, é possível destrinchar as desigualdades socioespaciais, sendo crucial para apontar as fragilidades das políticas públicas urbanas direcionadas à garantia do acesso à moradia em caráter igualitário, uma vez que embora as políticas públicas se apresentem como de caráter universal, existem desafios na sua efetivação.

Desse modo, considerando a complexidade do que é ter acesso à moradia, percebe-se que esta não perpassa apenas pelo âmbito da classe, uma vez que, essa categoria se articula em níveis de desigualdades com outros sistemas de poder, como o racismo, e as desigualdades de gênero, os quais moldam e particularizam a vivência da população negra e pobre. Diante disso, apontamos a valiosa contribuição da consubstancialidade e da imbricação entre sexo/gênero, raça e classe, para que possamos refletir sobre as experiências dos sujeitos que são excluídos do contexto urbano, devido às estruturas de poder, dominação e exclusão.

Compreendemos, assim, que o acesso à moradia implica um cenário complexo, demandando do Estado o desenvolvimento de políticas públicas habitacionais consubstancializadas, que minimizem os efeitos da reprodução do sistema capitalista nos territórios periféricos. Nesse contexto, ainda se destaca o direito da população na participação do planejamento urbano, permitindo que sejam construídas políticas sociais e uma cidade para todos, independentemente de raça, gênero, classe e território, conforme o interesse da população, para que assim não se restrinja apenas aos interesses do capital. Além disso, se faz necessária, nesse cenário, a luta da classe trabalhadora, alinhada à luta do movimento negro e dos demais grupos, que sofrem com os efeitos da sociedade de classe.

Referências

- AHLERT, Betina; XAVIER, Júlia S.; GUEDES, Katia A.; SILVA, Thainara C. A. da. Racismo no espaço urbano: reflexões acerca da segregação racial dos territórios urbanos e a desigualdade no acesso à cidade. **Salvador e suas cores**, 5, 2024. Disponível em: <https://www.periodicos.ufba.br/index.php/ssc/article/view/63827>. Acesso em: 15 fev. 2026.
- ALMEIDA, Silvio L. de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- CARVALHO, Inaiá; ARANTES, Rafael. “Cada qual no seu quadrado”: segregação socioespacial e desigualdades raciais na Salvador contemporânea. **EURE**, v. 47, n. 142, 2021. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612021000300049. Acesso em: 15 fev. 2026.
- CARDOSO, Márcio R. dos S. **Produção da moradia e desigualdades socioespaciais: uma análise do programa minha casa minha vida na cidade de Ananindeua – Pará (2009-2016)**. 2018. 218f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Geografia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.
- CISNE, Mirla; FALQUET, Jules. Economia política sob uma análise feminista materialista: a imbricação das relações sociais de sexo, raça e classe. **Serviço Social em Revista.**, v. 22, n. 2. p. 425–440. jan./jun. 2020. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/38003>. Acesso em: 15 fev. 2026.
- CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana M. M. dos. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2018.
- CISNE, Mirla. Relações sociais de sexo, “raça/etnia e classe: uma análise feminista materialista. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 14, n. 28, p. 133–149, jul./dez. 2014. DOI: <https://doi.org/10.22422/2238-1856.2014v14n28p133-149>. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7886>. Acesso em: 15 fev. 2026.
- ANDRADE, Alexandre C. de; COSTA, Alexandre L. Desigualdades socioespaciais na produção do espaço urbano de Pouso Alegre – MG. **Caderno de Geografia**, v. 33, n. Esp. 1, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5752/P.2318-2962.2023v33nesp1p1>. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/geografia/article/view/31301>. Acesso em: 15 fev. 2026.
- CHAVES, Helena L. A.; ARCOVERDE, Ana C. B. Desigualdades e privação de direitos na sociabilidade capitalista e suas expressões no Brasil. **Serviço Social & Sociedade.**, São Paulo, n. 141, p. 164–182, maio/ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.244>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/jK8Jvp8DJFPsS6FHGcBXSnt/?lang=pt>. Acesso em: 15 fev. 2026.
- CRUZ, Samia K. M. da. Produção da moradia, desigualdade, segregação socioespacial: uma análise do Programa Minha Casa e Minha Vida na Cidade de Castanhal Pará.

Geosaberes, Fortaleza, v. 10, n. 21, p. 1-18, maio/ago. 2019. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/54211>. Acesso em: 15 fev. 2026.

DUPONT, Leticia C. **Segregação socioespacial em favelas: uma análise sociodemográfica em São Paulo**. 2022. 250f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Globo, 2008. (v 1: O legado da “raça branca”)

FERREIRA, Maria C. P. de P. **Desigualdades socioespaciais: produção do espaço e política habitacional de interesse social em Parnamirim/RN**. 2013. 184f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2013 do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

GARCIA, Jeferson D. de A.; COLACIOS, Roger D. A luta por moradia como instrumento de combate ao racismo brasileiro. **Revista em favor de igualdade racial**, Rio Branco, AC, v.7, n.2, p. 119–134, maio/ago. 2024. DOI: <https://doi.org/10.29327/269579.7.2-11>

GARCIA, Amanda K. de O. Interseccionalidade ou consubstancialidade: faz diferença para pensar a diferença? **Revista Novos Rumos Sociológicos**, v. 10, n. 18, ago./dez. 2022. DOI: <https://doi.org/10.15210/norus.v10i18.23842>

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **O lugar do negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Documentação do Censo 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

IFANGER, Fernanda C. de A.; MINEIRO, Paola F. S.; MASTRODI, Josué. Espaço urbano, violência e mulheres negras. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, v, 8, n 2, maio/ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.21910/rbsd.v8i2.490>

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos CEBRAP**, V. 86, mar. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002010000100005>

KERGOAT, Danièle. A relação social de sexo: da reprodução das relações sociais à sua subversão. **Pro-Posições**, v. 13, n. 1, p. 47–58, jan./abr. 2002. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/2125/37-dossie-kergoatd.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2026.

LIMA, Mateus F. V. O direito à moradia e as políticas habitacionais brasileiras da segunda década do século XXI. **Revista Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 36, e48406, 2020. DOI: <https://doi.org/10.12957/geouerj.2020.48406>

LUZ, Fabiana C. da. A dimensão racial nas políticas urbanas e habitacionais. **Revista da ABPN**, v. 12, ed. esp., Caderno Temático: “Geografias Negras”, p. 126–152, abr. 2020. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/859>. Acesso em: 15 fev. 2026.

MARX, Karl. **As lutas de classes na França**. Tradução de Nélcio Schneider. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2012. (Coleção Marx-Engels)

NERY, Daiane da S. P. A (re)produção do espaço e da moradia: conquistas e desafios contemporâneos a partir da perspectiva de gênero, raça e classe. **PerCursos**, Florianópolis, v. 24, e0312, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5965/19847246242023e0312>

PANTA, Mariana. População negra e o direito à cidade: Interfaces entre raça e espaço urbano no Brasil. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, p. 79–100, jan./abr. 2020. DOI: <https://doi.org/10.64729/an.acervo.v33i1.1521>

PORTELA JR, Aristeu. Pandemia e racismo institucional à brasileira. In: **Direitos Humanos em tempos de pandemia de coronavírus**. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora; UFPE; Capes, 2020.

REZENDE, Ana F.; ANDRADE, Luís F. S. Direito do negro à cidade: de uma formação socioespacial racista à utopia Lefebvriana. **URBE: Revista Brasileira de Gestão Urbana**, 14, e20210438, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.014.e20210438>

RODRIGUES, Arlete M. Desigualdades socioespaciais – a luta pelo direito à cidade. **Cidades**, v. 4. n. 6, p. 73–88, 2007. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/download/12796/8364/49007>. Acesso em: 16 mar. 2026.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SALGADO, Valeria S. P. **Desigualdade socioespacial e produção da moradia: uma análise a partir da cidade de Tucuruí – Pará**. 2021. 188f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia) – Universidade Federal do Pará, Belém-PA, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/items/9d129d9d-3225-46e6-b1de-c45d4358ffa9>. Acesso em: 16 mar. 2026.

SILVA JR, Sérgio L. da. Produção do espaço urbano, desigualdades socioespaciais e violência urbana: uma breve discussão. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA, 14. 2021, Campina Grande, PB. **Anais eletrônicos [...]**. Campina Grande-PB, 2021. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/78527>. Acesso em: 16 mar. 2026.

SOUZA, Sérgio I. N. de. **Direito à Moradia e de Habitação: análise comparativa e suas implicações teóricas e práticas com os direitos da personalidade**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

VASCONCELOS FILHO, João M. de; LIMA, Fátima M. de; NASCIMENTO, Gerson G. do. A segregação socioespacial e a luta pelo direito à moradia: em foco a ocupação do setor Monte Sinai em Araguaína – TO. *In: Jornada Internacional de Políticas Públicas, 4., Neoliberalismo e lutas sociais: perspectivas para as políticas públicas. Anais [...].* Universidade Federal do Maranhão, São Luís – MA, 2009.

Submetido em: 10/3/2025

Revisto em: 6/1/2026

Aceito em: 7/1/2026